

ERRATA

Página 86, parágrafo final, 3º linha: onde se lê "tabela acima", ler tabela abaixo;

Página 92: trocar o gráfico "Militantes do PT, segundo sua Posição Frente à Propriedade dos Meios de Produção", pelo gráfico "Militantes do PT, segundo a Posição na Ocupação", em anexo;

Página 97, na 4º e 5º linhas: onde se lê "apresentados pela militância de base, com uma diferença que não chega a atingir, para ambas as categorias, dois pontos percentuais.", ler apresentados pela militância de base, com uma diferença, para ambas as categorias, na casa de dois pontos percentuais.;

Página 109, 2º linha: onde se lê "tabela acima", ler tabela abaixo;

Página 137, nota de rodapé nº 128, 3º linha: onde se lê "circunstância", ler circunstâncias;

Página 141, 1º parágrafo, 6º linha: onde se lê "revelou-se", ler ter se revelado;

Página 141, 2º parágrafo, 11º linha: onde se lê "distribuição eleitoral do PT, ", ler distribuição eleitoral do PT em São Paulo.;

Página 162: trocar a tabela "Segmentos Não-Economicamente Ativos", pela tabela "Segmentos Não-Economicamente Ativos", em anexo;

Página 167, linha 11º: onde se lê "características em cada dos estado", ler características em cada um dos estados;

Página 169, nota de rodapé nº 136, 2º linha: onde se lê "entre os dias 06 e 10 de novembro", ler entre os dias 06 e 11 de novembro;

Páginas 192 a 196: onde se lê "atividades industriais" ou "setor industrial", ler setor secundário;

Páginas 192 a 196: onde se lê "serviços", ler terciário;

Página 199, 3º parágrafo, penúltima linha: onde se lê, "opiniões de seus militantes a respeito de temas políticos fundamentais como o classes sociais", ler opiniões de seus militantes a respeito de temas políticos fundamentais como o das classes sociais;

Página 210: inexistente no exemplar enviado, incluir cópia xerox em anexo;

Página 244, 3º parágrafo, 1º linha: onde se lê "Pode-se afirmar, assim, que o PT se colocava em seu 1º Congresso - nas condições colocadas", ler, Pode-se afirmar, assim, que o PT se colocava em seu 1º Congresso - nas condições criadas;

Página 268, última linha. Acrescentar ao final: "O PT não substitui a luta de classes e não pode nem deve tratar de atenua-la. As delegações sindicais, as comissões de fábrica, serão os viveiros do PT."

Página 272, 3º parágrafo, 4º linha: acrescentar a expressão das, antes da palavra "táticas";

Página 315, 2º linha: onde se lê, "mantinha-se a unidade e a supremacia do federal central.", ler mantinha-se a unidade e a supremacia do governo central;

Página 324, nota de rodapé nº 324, 5º linha: onde se lê "1995", ler 1994.

**Benedito Tadeu César**

## **VERSO, REVERSO, TRANSVERSO.**

**O PT e a Democracia no Brasil.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do prof. Dr. Francisco M. C. de Oliveira.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 04/12/1995.

p) Prof. Dr. Francisco M. C. de Oliveira - Orientador - *Dra. Maria Célia Paoli Presidente*

Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho - Membro

Prof. Dr. Jorge E. Levi Mattoso - Membro

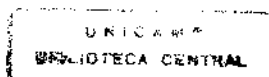
Prof. Dr. Sérgio S. Silva - Membro

Profa. Dra. Walquíria Leão Rego - Membro

Profa. Dra. Maria Célia Paoli - Suplente

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo - Suplente

**Dezembro de 1995**



|              |           |
|--------------|-----------|
| UNIDADE      | BC        |
| N.º CHAMADA: |           |
|              | T/UNICAMP |
|              | C337V     |
| V.           |           |
|              | 2668P     |
|              | 66-7/96   |
|              | D [X]     |
|              | R\$ 11,00 |
|              | 62/96     |
|              |           |

CM-00083069-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

César, Benedito Tadeu

C337v Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil /  
Benedito Tadeu César. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Francisco de Oliveira.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Ins-  
tituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Partidos políticos-  
Brasil. 3. Classes sociais - Brasil. 4. Democracia. 5. Socialismo.  
I. Oliveira, Francisco Maria Cavalcante de. II. Universidade Esta-  
dual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.  
Título.

Ao professor e amigo Francisco de Oliveira que, como o rio que banha sua terra natal e lhe empresta o nome, sabe levar vida àqueles que dele se aproximam. Tal como o "Velho Chico" que, em seu fluir tranquilo, fertiliza as terras áridas pelas quais passa, gerando alimentos e promovendo abundância, o Mestre Chico, com seu jeito calmo e afetuoso, irradia sabedoria e faz brotar conhecimento.

À Graça, pela ajuda inestimável, pelas críticas precisas, ainda que muitas vezes duras, pelo companheirismo e, sobretudo, pela parceria neste amor profundo, a um só tempo conturbado e doce.

Aos meus filhos: Pablo, Tiago, Naiara, Yuriê, por existirem e pela paciência que souberam demonstrar durante os anos que dediquei a este trabalho.

À minha Mãe, Maria Lectícia, que traz a alegria no próprio nome e que a vem transmitindo durante toda a vida.

À memória de meu pai, Antônio César, quem primeiro me despertou a consciência social e política.

Aos Militantes do PT que, com sua ação, começaram a construir um novo amanhã.

## Agradecimentos

Obra destinada à obtenção de um título acadêmico e, como tal, realizada e assumida individualmente, este trabalho é fruto, na verdade, de um empenho coletivo. Mais do que agradecer, gostaria, portanto, de dividir, ainda que de modo simbólico e sem que isto me exima da responsabilidade pelas falhas cometidas, sua autoria com todos aqueles que contribuíram para viabilizá-lo.

Tendo contado com a ajuda de um número muito grande de pessoas, tenho consciência de que, inevitavelmente, cometerei injustiças, deixando de referir-me a indivíduos e talvez até a instituições que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização desta tese. A estes, apresento, desde já, minhas desculpas.

Início agradecendo ao PICD/CAPES e à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - que, concedendo-me bolsa de manutenção e afastamento das atividades didáticas, possibilitaram a realização deste trabalho.

Por um dívida que é inclusive de gratidão, não poderia deixar de me referir à compreensão demonstrada por meus antigos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFES. Além de cobrirem a lacuna deixada por minha ausência durante cinco anos naquela instituição, aumentando, com isso, seus encargos didáticos, eles souberam compreender as razões do pedido de transferência que apresentei ao final daquele período e autorizaram que eu me deslocasse para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

O acolhimento que recebi do Departamento de Ciência Política da UFRGS, tanto por parte de sua direção, quanto dos novos colegas, assim como as condições de trabalho que encontrei ali desde o momento da homologação de minha transferência, constituíram auxílio fundamental para a conclusão do estudo aqui apresentado.

Personagens anônimos e involuntários da "história" que aqui vai ser contada, os milhares de militantes e os milhões de eleitores petistas, são, de fato, os autores maiores deste trabalho. Na total impossibilidade de nominá-los, agradeço mais diretamente àqueles que responderam voluntariamente o longo questionário aplicado durante o 1º Congresso do PT.

Também a Direção Nacional do PT em exercício em 1991 contribuiu significativamente para a realização deste estudo. Coerente com a postura de transparência adotada pelo partido, a direção nacional compreendeu a importância da realização do mapeamento do perfil sócio-cultural e das opiniões políticas dos militantes petistas e adotou a pesquisa que lhe foi proposta, transformando-a em uma atividade do 1º Congresso do PT. Sem esta adoção, com certeza, o levantamento dos dados quantitativos utilizados no capítulo 2 deste trabalho teria se tornado impossível.

Fazendo-os porta-vozes junto ao conjunto da direção do PT, registro meu agradecimento aos companheiros: Gilberto Carvalho, Cezar Alvarez, Paulo Okamoto, Joaquim Soriano, Perseu Abramo e Augusto de Franco, que colaboraram mais diretamente, com seu apoio, para a realização do *survey* realizado durante o 1º Congresso do partido. Cabe destacar e agradecer especialmente a Luis Inácio Lula da Silva o empenho em solicitar aos delegados à etapa nacional do congresso que respondessem ao questionário que lhes fora distribuído.

Devo registrar, ainda, no âmbito interno do PT, a participação dos funcionários administrativos do partido, que se revelaram sempre solícitos e eficientes no fornecimento dos dados que, tantas vezes com insistência e pressa, tenho certeza, lhes solicitei. Tomando-os como representantes dos demais, agradeço aos funcionários do Setor de Apoio e aos das Secretarias Geral e de Organização Nacionais do partido e, nos mesmos termos, àqueles que, em cada estado, se esforçaram no recolhimento dos dados empíricos relativos aos militantes petistas, na etapa municipal do 1º Congresso do PT.

Contribuições importantes vieram também dos colegas do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC - onde, ainda na etapa inicial deste trabalho, realizei um seminário no qual pude discutir o projeto desta tese. Foi este centro que viabilizou, além disto, os recursos financeiros e humanos para a aplicação dos questionários do *survey* realizado durante o 1º Congresso do PT. Através da referência a Régis de Castro Andrade, seu presidente em 1991, expresso aqui meu agradecimento pelo apoio.

Marco Antônio Souza Aguiar, assessor estatístico do IBASE e do IBOPE, orientou-me na construção da amostra nacional para o levantamento dos dados quantitativos sobre a composição social e política dos militantes petistas. Sem que isto me exima da responsabilidade sobre os erros que

eu próprio possa ter cometido na execução do trabalho, sua colaboração foi, com certeza, fundamental para assegurar confiabilidade à pesquisa.

Pelo trabalho de tabulação e digitação das respostas dos questionários e, ainda, pela realização dos cruzamentos iniciais, agradeço à equipe de processamento de dados do CEDI/SP, bem como à direção daquela entidade.

Marco Aurélio Souza Mangan (Kiko) realizou todo o trabalho de preparação do banco de dados estatísticos e também seu processamento através do SPSS. Sua competência e dedicação foram imprescindíveis para a confecção dos relatórios estatísticos sobre os quais me apoiei para a construção dos perfis dos militantes do PT.

A análise das características sociológicas do eleitorado petista, realizada no capítulo 3 desta tese, só se tornou possível devido à compreensão do IBOPE, que me franqueou acesso às suas pesquisas de intenção de voto realizadas entre 1982 e 1990. Expresso aqui meu agradecimento especial a Analéa Rego e Henrich Ulrich, respectivamente assessora de comunicação e diretor de atendimento daquele instituto, que nunca mediram esforços para que eu pudesse recolher todo o material de que necessitava.

Ricardo Dias Campos, que me hospedou no Rio de Janeiro durante todo o tempo dedicado ao levantamento dos dados eleitorais, assim como Eugênio Pacelli Diniz Costa, Carlos Albeto Bello e Silva, Elson Pires e Álvaro Comin, pesquisadores do CEBRAP, que me enviaram, por diversas vezes, xerox de textos, deram também importante contribuição para este trabalho.

A Miguel e Liana Fallaoro, amigos leais, devo a possibilidade de utilização do programa de computação eletrônica com o qual construí as planilhas, tabelas e gráficos deste trabalho, bem como a possibilidade de sua impressão. Mais importante, na verdade, do que o apoio material e técnico, a amizade que nos une, consolidada durante a fase duplamente difícil de redação da tese e de adaptação em Porto Alegre, proporcionou-me apoio emocional indispensável para a conclusão desta jornada.

André Villalobos teve papel importante no período de concepção e estruturação inicial deste trabalho. Foi seu primeiro orientador e o acompanhou até o Exame de Qualificação. Suas sugestões e observações críticas enriqueceram em muito a proposta original que lhe apresentei, fazendo com que ela adquirisse forma mais elaborada. Lamento que, devido à sobrecarga de atividades, decorrente de

suas atribuições na Vice-Reitoria da UNICAMP, não tenha podido integrar a banca que realizará o exame final desta tese.

Francisco de Oliveira, mais do que orientador, é o inspirador deste trabalho. Foi a leitura de seu artigo: Qual é a do PT?, em 1987, que me fez iniciar o processo de reflexão sobre o Partido dos Trabalhadores sob o enfoque aqui adotado. Foi Oliveira, creio, o primeiro a identificar o real significado da postura classista do PT e sua importância, nas condições existentes no Brasil, para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Sua orientação precisa, sua exigência - que, aliás, foi sempre exercida com enorme paciência - e sua dedicação, foram guias precisos e seguros na travessia aqui empreendida.

Maria da Graça Pinto Bulhões, companheira de todas as horas e incentivadora entusiasta deste trabalho, vivenciou cada etapa e contribuiu em todos os momentos de sua realização, enriquecendo-o com críticas e sugestões que foram fundamentais para elevar sua qualidade. Dentre sua importante colaboração acadêmica, quero ressaltar seu empenho na discussão do texto preliminar de análise dos documentos oficiais do PT e também na revisão do texto final desta tese.

## Sumário

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. Modernidade, Arcaísmo ou Contemporaneidade do PT?</b>                                                                    | <b>1</b>   |
| 1.1. A Ilusão da Modernidade                                                                                                   | 2          |
| 1.2. O Falso Arcaísmo                                                                                                          | 4          |
| 1.3. A Dinâmica Histórica das Transformações Políticas nas Sociedades Ocidentais                                               | 6          |
| 1.4. O "Mix" Estrutural Brasileiro e o Surgimento do PT                                                                        | 10         |
| 1.4. Classes Sociais, Partidos Políticos e Democracia                                                                          | 14         |
| 1.5. O PT e sua Contemporaneidade à Sociedade Brasileira                                                                       | 21         |
| <b>2. Perfil dos Militantes do PT</b>                                                                                          | <b>29</b>  |
| 2.1. Distribuição dos Filiados ao PT no País                                                                                   | 29         |
| 2.2. Características Sócio-Demográficas dos Militantes Petistas                                                                | 38         |
| 2.3. Características Sócio-Econômicas dos Militantes Petistas                                                                  | 60         |
| <b>3. Perfil dos Eleitores do PT.</b>                                                                                          | <b>127</b> |
| 3.1. Nota Metodológica                                                                                                         | 127        |
| 3.2. Eleições de 1982 e o Perfil Básico do Eleitor Petista                                                                     | 132        |
| 3.3. Distribuição e Evolução Geral do Voto Petista nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990                                       | 135        |
| 3.4. Características Demográficas do Eleitorado do PT nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990                                    | 138        |
| 3.5. Características Sócio-Econômicas do Eleitorado do PT nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990                                | 149        |
| 3.6. Eleitorado Petista nas Eleições Presidenciais de 1989                                                                     | 169        |
| 3.7. Características Demográficas do Eleitorado do PT nas Eleições Presidenciais de 1989                                       | 172        |
| 3.8. Características Sócio-Econômicas do Eleitorado do PT nas Eleições Presidenciais de 1989                                   | 184        |
| <b>4. O Projeto Político-Societário Petista</b>                                                                                | <b>199</b> |
| 4.1. Características Políticas dos Militantes Petistas                                                                         | 199        |
| 4.2. A Trajetória do Projeto Político Petista - 1979 a 1991                                                                    | 223        |
| <b>5. Conclusão: A Originalidade do PT e sua Contribuição à Democracia no Brasil</b>                                           | <b>298</b> |
| 5.1. Um Partido Classista Contemporâneo                                                                                        | 298        |
| 5.2. Um Partido Socialista Contemporâneo                                                                                       | 301        |
| 5.3. As Bases da Democracia Pluralista e seus Limites Históricos no Brasil                                                     | 303        |
| 5.4. O Rompimento do Padrão Histórico de Dominação Política e a Possibilidade da Democracia Pluralista no Brasil Contemporâneo | 319        |
| <b>6. Bibliografia</b>                                                                                                         | <b>328</b> |
| <b>7. Lista de Documentos Partidários Analisados</b>                                                                           | <b>339</b> |

## 1. Modernidade, Arcaísmo ou Contemporaneidade do PT?

Fundado em 1980, último ano de uma década que se caracterizou, no Brasil, pela eclosão de movimentos sociais de cunho massivo e, também, pelo início do recente processo de transição democrática, o Partido dos Trabalhadores exhibe, desde a menção de seu nome, a marca de sua origem. Articulado predominantemente por lideranças sindicais, com forte presença operária, e por lideranças populares, aliadas a intelectuais e militantes de esquerda, ele se afirmou, desde então e ainda hoje, como um partido classista, voltado para a representação dos interesses e anseios dos segmentos economicamente explorados e politicamente dominados no país. Em seus documentos constitutivos e nas resoluções políticas de seus encontros nacionais e congresso, este partido reiteradamente apresentou-se como um instrumento para a organização da "classe trabalhadora", em oposição às "classes dominantes", dispendo-se a construir uma sociedade socialista no Brasil.

A identificação do caráter de classe do PT e de seu projeto político-societário tornou-se, na verdade, o núcleo das controvérsias que têm cercado o partido desde seu surgimento. Saudado como "novidade" no cenário político-partidário brasileiro, talvez na única unanimidade que se constituiu a seu respeito, e descrito até como "anomalia" - tal a sua discrepância frente ao padrão partidário historicamente existente no país -, o PT tem sido alvo, no entanto, de interpretações díspares e muitas vezes conflitantes, formuladas tanto por aqueles que se dedicam a estudá-lo, quanto por aqueles que partilham com ele a arena política, quer como seus aliados, quer como seus adversários. Não se chegou, até aqui, a um acordo sobre a composição da base social do PT e sua contribuição ao processo político em curso no Brasil<sup>1</sup>.

Enquanto entre alguns, o PT tem sido apontado como um partido moderno e entendido como uma contribuição positiva à construção democrática no Brasil, entre outros, em perspectiva inversa, ele tem sido visto como uma manifestação de anacronismo e até mesmo como um entrave à consolidação da democracia no país. Para muitos dos primeiros, a afirmação classista e a proposição socialista do

---

<sup>1</sup> Vejam-se, principalmente: OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir (Org.). *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s/d, p. 9-34; KECK, Margaret E. *From movement to politics: the formation of the Workers Party in Brazil*. Columbia, 1986. Tese (Doutorado) - Columbia University; IDEM. *PT A Lógica da Diferença*. São Paulo: Ática, 1991; MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988; BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1979/1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, USP e AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, USP. Para uma visão discordante em relação à composição social do PT, veja-se RODRIGUES, Leôncio Martins. *A composição social das lideranças do PT* In: Id. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 7-33. Segundo o entendimento deste autor, o PT é um *partido de assalariados e não de operários* que, portanto, deve ser caracterizado com um *partido de classe média*. Desta forma, Rodrigues confirma a posição dos demais autores: se o PT é um "partido de classe média" ele é, ainda, um partido de classe. Coloca-se como questão a identificação da classe, mas não o caráter classista do partido.

PT são atributos que o aproximam do modelo clássico dos partidos de massa institucionais modernos<sup>2</sup>. Para os segundos, seu arcaísmo advém exatamente desta semelhança, já que hoje os partidos classistas têm sido substituídos pelos partidos ônibus ou agarra-tudo, tipo *cath-all*<sup>3</sup>. Arcaísmo que seria confirmado pelo fato de que a proposta socialista quando não entrou em colapso, caso do leste-europeu, passou a atravessar séria crise, caso de suas vertentes social-democratas.

A bem do rigor analítico, há que se afirmar, entretanto, que, não obstante a diversidade e até o antagonismo presente nas análises acima sumariadas, nenhuma delas tem dado conta de modo satisfatório das questões suscitadas pela existência e consolidação do PT.

### 1.1. A Ilusão da Modernidade

Inspiradas nas formulações teóricas de Duverger, muitas das análises que saudaram o PT como "novidade" fizeram-no tomando-o como uma espécie de *passaporte para a modernidade política* no país. Ainda que com nuances que as distinguem, essas análises elegem, de modo geral, o aparecimento dos partidos de recorte classista e de inclinação socialista como o marco fundante da modernidade política das sociedades desenvolvidas contemporâneas. Para elas, é a presença de partidos deste tipo que permite o ingresso de uma sociedade na modernidade política ou, de modo contrário, é sua ausência que determina a permanência de uma sociedade entre aquelas consideradas politicamente arcaicas ou tradicionais.

Os partidos classistas e ideológicos, surgidos historicamente na Europa ocidental, a partir de meados do século XIX, como expressão política do proletariado emergente, seriam componentes intrínsecos aos processos de diversificação e complexificação sociais decorrentes do desenvolvimento econômico, onde quer que ele ocorra. Assim, a existência do Partido dos Trabalhadores poderia ser entendida como uma evidência do ingresso do Brasil no rol das nações politicamente modernas, representando contribuição positiva para a consolidação democrática no país.

Levando-se às últimas consequências estas interpretações e adotando-se para tal o modelo teórico proposto por Dahrendorf<sup>4</sup> - segundo o qual a constituição de partidos de recorte classista e de orientação socialista são uma exigência obrigatória do processo de industrialização acelerada das sociedades e de seu ingresso no universo das relações capitalistas de produção - poder-se-ia entender que o aparecimento do PT, além de evidência da modernidade atingida pela sociedade brasileira, seria

---

<sup>2</sup> Vejam-se, para a teoria dos partidos políticos de massas modernos, DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 e CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. Para a aplicação destas teorias ao PT, vejam-se, respectivamente, MENEGUELLO, Opus cit. e MOISÉS, José Álvaro. Partido de massas: democrático e socialista In: SADER, E. (Org.), Opus cit.

<sup>3</sup> Veja-se KIRSCHMEIER, Otto. The transformation of the Western European Party Systems In: LAPALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron (Ed.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

<sup>4</sup> Veja-se, para uma abordagem deste tipo, DAHRENDORF, Ralf. *Classe e conflito de classe na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

também decorrência direta do processo de complexificação e diversificação sócio-econômica recentemente ocorrido no país. Ainda que se ressalte que o modelo de Dahrendorf nunca foi aplicado de modo explícito nas análises do PT, há que se admitir, sem nenhuma dúvida, que ele esteve subjacente em muitas das saudações à sua modernidade.

Além de uma "novidade", o PT, devido a seu caráter classista, foi visto também como uma "anomalia" no cenário político brasileiro<sup>5</sup>. Formado principalmente por militantes originários do movimento sindical e operário, mas congregando também boa parcela de ativistas oriundos dos chamados novos movimentos sociais, da intelectualidade de esquerda e de ex-integrantes dos grupos de resistência armada ao regime ditatorial, o partido romperia com a tradição partidária brasileira, articulando e dando voz a um conjunto de segmentos sociais excluídos da disputa política. Contribuição positiva à construção democrática no país, o PT, no entanto, devido à diversidade de concepções políticas que se abrigam em seu interior, teria adquirido um caráter político ambíguo, a meio caminho entre a institucionalização partidária e a fluidez dos movimentos sociais dos quais se originou. Destes fatores adviria a permanência de práticas comunitaristas-basistas em seu interior, bem como de posturas anti-sistema que o caracterizariam até hoje.

Ainda no conjunto das análises que saúdam a modernidade do PT e sua contribuição positiva à construção democrática no Brasil, deve-se incluir também aquelas que tomam como modelo teórico-interpretativo as formulações de Cerroni. Ressalvadas as diferenças de perspectiva ideológica, pode-se estabelecer uma significativa aproximação entre os enfoques de Cerroni e de Duverger no que se refere ao papel modernizador dos partidos de massa de recorte classista e de postura socialista.

Tal como Duverger, Cerroni entende que são os partidos operário-socialistas os partidos modernos por excelência e, além disso, que é a presença de tais partidos na arena político-institucional - mesmo sem abandonarem sua perspectiva revolucionária - que deflagra o complexo processo de transformação do sistema político. Pressionados pela inserção de massa e pelos êxitos eleitorais dos partidos operário-socialistas, os partidos tradicionais, não-operários e não-socialistas, ver-se-iam obrigados a adotar uma perspectiva classista, vinculando-se mais fortemente às classes sociais que constituíam sua base e ampliando seu raio de ação para outras classes. De sua parte, os próprios partidos operário-socialistas, em decorrência das transformações impostas aos demais partidos, tenderiam também a se modificar, transformando-se, finalmente, em partidos com vocação hegemônica, aptos, a partir da posição de sua própria classe social, a formular políticas de abrangência societária geral e a liderar transformações revolucionárias.

Partilhando destas concepções, alguns analistas do PT pretendem que seja ele, no Brasil, o partido a desempenhar o papel reservado aos partidos operário-socialistas, deflagrando com sua presença e com sua ação um processo de transformação dos demais partidos e, a partir daí, de todo o sistema político-partidário existente no país. Priorizando a identificação das condições que tornariam possível a ação revolucionária do PT e relegando a plano secundário a compreensão da virtual contribuição que o partido pode dar ao processo de construção da democracia no país, o que estas

---

<sup>5</sup> Veja-se KECK, Opus Cit, 1991.

interpretações acabam efetivamente por destacar é a "novidade" do PT e o seu papel na elevação do país ao patamar da modernidade política<sup>6</sup>.

Análises deste tipo, sofrendo do mal comum de transporem, para a realidade brasileira contemporânea, de forma mais ou menos acrítica, modelos analíticos formulados para sociedades distintas e para períodos históricos passados, não obstante procurem privilegiar o caráter de modernidade do PT, acabam produzindo, na verdade, resultados inversos aos esperados por seus propositores. Ao afirmar-se que o PT, surgido nas condições do desenvolvimento sócio-econômico e político recente do país, reproduz aqui e agora a dinâmica político-transformativa que se instalou a partir do século passado nas sociedades europeias ocidentais, de forma ingênua ainda que bem intencionada joga-se água no moinho das interpretações que apresentam este partido como expressão de anacronismo e de arcaísmo.

Se, por um lado, é possível identificar no PT traços que o aproximam dos partidos modernos típicos, como sua inserção de massa, sua afirmação classista e sua proposição socialista, por outro lado, é preciso reconhecer que o modelo de transição à modernidade - fundamentalmente europeu - é insuficiente para dar conta das especificidades da sociedade brasileira contemporânea. Adotando-se o referencial clássico de modernidade para a análise do país, nega-se o patamar de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico já alcançado que, não obstante autorize a classificação do Brasil como uma nação dependente e desigual, não autoriza, entretanto, que seja considerado como uma sociedade não-moderna ou, em outras palavras, tradicional e arcaica.

Seria esta consideração, sem dúvida, a única maneira de admitir-se que o Brasil atravessasse hoje uma "etapa" já vencida pelas nações desenvolvidas. "Etapa" que se iniciou naqueles países por volta dos anos 50 do século XIX e teve seu ápice nos anos 50/60 do presente século, momento no qual se iniciou a fase de declínio que viria culminar, finalmente, na conjuntura dos anos 80, quando os partidos de extração classista e de afirmação socialista em seus diversos matizes foram quase extintos naquelas nações.

## 1.2. O Falso Arcaísmo

De males não menores sofrem as análises que, embora admitindo a "novidade" do PT no quadro político-partidário brasileiro, vêem-no, entretanto, como um partido anacrônico e como entrave à consolidação da democracia no país. Estas análises, mesmo utilizando-se de modelos teóricos mais recentes, incorrem também na falha de transporem para o Brasil e para o PT linhas interpretativas pouco adaptadas à realidade sócio-econômica e política do país.

Seus autores, ainda que não tão profícuos na produção acadêmica dedicada à análise do PT e realizando, na maioria das vezes, manifestações no âmbito da mídia - com o que inviabiliza-se um tratamento mais individualizado de cada uma de suas vertentes interpretativas - firmam-se, de modo

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, MOISÉS, José Álvaro in: SADER, E. (Org.), *Opus cit.*, p. 177-189.

geral, sobre dois pilares básicos: 1) a emergência da sociedade de massas, com a conseqüente indefinição classista característica das sociedades desenvolvidas contemporâneas e 2) a crise do socialismo, com o conseqüente avanço das concepções e práticas liberais.

Entendem, esses analistas, que o desenvolvimento técnico-industrial, resultante da terceira revolução tecnológica, produziu tão grandes transformações nas sociedades contemporâneas que tornaram-se obsoletos tanto os partidos classistas, quanto suas propostas socialistas. Segundo estes analistas, em função da complexificação e diferenciação de trabalhos e funções profissionais exigidas pelas economias desenvolvidas, fragmentou-se a tal ponto o mundo do trabalho que tornou-se inviável o reconhecimento de interesses comuns e a auto-identificação dos trabalhadores. Pela automação industrial crescente e o aumento contínuo das atividades ligadas ao setor de serviços e, ainda, pela generalização das relações de mercado tanto nos planos da produção-distribuição, quanto nos político-simbólicos, produziu-se a indiferenciação classista e a emergência de uma "sociedade de massas"<sup>7</sup>.

Nesta ótica, o PT é considerado a materialização de uma idéia fora de lugar e de época, posto que os partidos políticos contemporâneos, típicos das sociedades capitalistas avançadas, referidas como "pós-industriais" e "pós-modernas", seriam agora os partidos ônibus, ou partidos agarra-tudo, multiclassistas, pouco definidos em termos ideológicos e dedicados exclusivamente às práticas políticas institucionais<sup>8</sup>. Nas sociedades mais complexas, segundo teorias políticas e sociológicas de expressão recente, teriam desaparecido, ademais, as próprias classes sociais e suas ideologias, fazendo com que seus partidos políticos fossem substituídos por diferentes tipos de organizações, caracteristicamente pluralistas<sup>9</sup>. Por este motivo, o Partido dos Trabalhadores, inversamente ao defendido pelos analistas inicialmente apontados, além de arcaico, pouco contribuiria ou, até mesmo, dificultaria o enraizamento da democracia no país.

Certamente, hoje, nas sociedades capitalistas desenvolvidas, devido às transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas durante o presente século, os partidos políticos de massa, classistas e ideológicos, modificaram-se, perdendo seu exclusivismo classista e sua nitidez ideológica. Isto porque as mudanças sociais que se deram neste período permitiram uma redefinição das relações entre as classes sociais, do sistema político e da própria democracia, tornando possível a emergência e a

---

<sup>7</sup> As bases teóricas destas análises estendem-se sobre um vasto campo sociológico que abarca desde autores como Raymond Aron até Jurgen Habermas.

<sup>8</sup> Antônio Delfin Neto, ex-ministro da fazenda e do planejamento dos governos militares e hoje deputado federal pelo PPR de São Paulo, afirma que o PT é o "último partido marxista-leninista do mundo". Suas declarações a este respeito são bastante freqüentes na imprensa e podem ser consideradas exemplares das críticas mais radicais de anacronismo dirigidas ao PT. Fernando H. Cardoso, através de análises mais consistentes e ainda que com maior sutileza, reafirma o anacronismo petista. Veja-se, por exemplo, suas referências ao PT e os argumentos que desenvolve para justificar a melhor adequação dos partidos ônibus às características das sociedades contemporâneas e à brasileira em particular, no artigo: *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática*. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 443 a 482.

<sup>9</sup> Veja-se KIRSCHMEIER, Otto, *Opus cit.*

disseminação, nas sociedades capitalistas economicamente avançadas, de novos partidos, mais coerentes com a sociabilidade de novo padrão, genericamente entendida como social-democrata<sup>10</sup>.

Esta sociabilidade, social-democrata e não mais tipicamente capitalista, resultou do processo mais longo de constituição da cidadania, que foi iniciado com o reconhecimento dos direitos civis, na fase de constituição do capitalismo, intensificou-se com a ampliação dos direitos políticos ao conjunto das massas trabalhadoras, ao longo dos séculos XIX e XX, e consolidou-se no Estado de Bem Estar Social, generalizado desde o 2º pós-Guerra em todos os países ocidentais econômica e politicamente desenvolvidos<sup>11</sup>. Ainda que esta sociabilidade venha atravessando hoje, no momento da chamada terceira revolução industrial e da globalização da economia, uma séria crise, ela teve, sem dúvida, nos partidos classistas e ideológicos o seu agente constitutivo fundamental.

### 1.3. A Dinâmica Histórica das Transformações Políticas nas Sociedades Ocidentais

O sistema político gerado pelo desenvolvimento capitalista, ainda nos séculos XVIII e XIX, caracterizou-se pela exclusão social, mantendo-se através do voto censitário, da organização de "partidos de notáveis" - de vida estritamente parlamentar - através dos quais se organizavam setores da aristocracia e da burguesia emergente<sup>12</sup>. O proletariado, conservado à margem do sistema

<sup>10</sup> Como produto dessa nova sociabilidade, Oliveira afirma que gerou-se um "novo modo de produção" que ele denomina, sob a ressalva de que o faz provisoriamente e na falta de melhor qualificação, de "modo de produção social-democrata". Difundido nas nações de desenvolvimento econômico mais avançado, este novo modo de produção se manifesta, segundo o autor, em sua forma forte nos Estados de Bem-Estar Social europeus, em sua forma fraca nos Estados sem a hegemonia dos partidos social-democratas, como nos EUA e no Japão, e atinge sua forma débil em sociedades como a brasileira. Veja-se OLIVEIRA, Francisco de. A economia política da social-democracia. Revista USP, São Paulo, n. 17, p. 136-143, março/abril/maio. 1993.

<sup>11</sup> T. H. Marshall, em sua obra clássica sobre o desenvolvimento da cidadania no ocidente, distingue as dimensões civil, política e social da cidadania e afirma que o desenvolvimento de cada uma delas correspondeu, nas sociedades desenvolvidas, a fases de aproximadamente um século. Ao século XVIII corresponderiam as lutas pela cidadania civil, ao século XIX pela cidadania política e, no século XX, após a ascensão do *Welfare State*, o conceito de cidadania teria se estendido às esferas social e econômica. Veja-se MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: Id. Cidadania, classe social e status, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Para uma crítica à Marshall, veja-se HIRSCHMAN, Albert O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça, São Paulo: Cia. das Letras, 1992, cap. 1. Ainda que seu processo de construção tenha sido diferente, diversos autores consideram que se constituíram também nos E. U. A. e no Japão sociedades de bem-estar social, ainda que mitigadas, ou, nos termos de Oliveira, caracterizadas por uma "sociabilidade social-democrata fraca".

<sup>12</sup> Veja-se WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber - ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 97-153. Baseando-se em Weber, Beer descreve da seguinte maneira os "partidos de notáveis": "Estos surgieron con el 'cresciente poder de la burguesia' y consistían en asociaciones irregulares de círculos de gentes adineradas y cultas, unidas a lo largo de la nación no por una organización regular de partido, sino en virtud de los miembros del partido que ocupaban los escaños de las Cámaras legislativas. La redacción de los programas políticos, la elección de los dirigentes y candidatos del partido, y, en general, la dirección del partido, eran funciones que desempeñaban exclusivamente estos círculos y, especialmente, el partido parlamentario." (p. 34). BEER, Samuel H. La Gran Bretaña: desde un gobierno de minorías hasta la organización de partidos de masas.

representativo de governo, sem direitos civis, políticos e sociais reconhecidos, e, ao mesmo tempo, em processo de crescimento numérico, decorrente da industrialização e da urbanização aceleradas, começou, na passagem do século XIX ao XX, a se organizar politicamente<sup>13</sup>. A partir dos movimentos sociais, fundamentalmente o sindical, fora do Parlamento e enfrentando repressão policial, os trabalhadores passaram a articular seus próprios partidos, na busca de um novo modelo de sociedade e de Estado<sup>14</sup>.

Ainda que se contrapondo ao sistema político liberal-burgês e secundarizando sua importância no projeto de construção da nova sociedade, os partidos operários lutaram pelo direito de participação nesse sistema, através do voto universal, como forma de garantir reivindicações fundamentais para os trabalhadores, como a legislação de proteção ao trabalho e o direito de sua livre organização sindical e política.

A crescente participação dos partidos operários gerou importantes transformações no sistema político. Por um lado, em decorrência da ampliação do sufrágio e frente à apresentação de um projeto

---

In: NEUMANN, Sigmund (Org.), *Partidos políticos modernos - Iniciación al estudio comparativo de los sistemas políticos*. Madrid: Tecnos, 1965, p. 303-335. Referindo-se à participação política popular na Inglaterra neste período, Beer fala da "ampliación del sufragio implantada por la reforma de 1832" e, citando Walter Bagehot, afirma que "La redacción de los programas políticos, la elección de los candidatos, así como las funciones legislativas y administrativas inmediatas, continuaron en manos de 'las 10.000 personas educadas' que, en su opinión, eran los únicos que reunían las necesarias condiciones de capacidad para el gobierno del país." Id. p. 30, grifos meus.

<sup>13</sup> Nunca é demais lembrar que as primeiras leis sociais surgidas no mundo foram promulgadas na Inglaterra em 1865, data que marca o início do reconhecimento de direitos de cidadania social aos trabalhadores.

<sup>14</sup> A influência das organizações operárias e dos sindicatos na constituição dos primeiros partidos classistas pode ser avaliada através destas passagens extraídas da obra de Duverger: (na Inglaterra, com a moção Holmes no Congresso das *Trade Unions* de 1899,) "decidiu-se criar uma organização eleitoral e parlamentar, votada por 548.000 contra 434.000. (...) já existia um 'Partido Trabalhista Independente', dirigido por Keir Hardie, e sobretudo um agrupamento de intelectuais socialistas, a 'Sociedade Fabiana': uns e outros desempenharam papel muito importante na adoção da moção Holmes (este, aliás, foi membro do Partido Trabalhista Independente). Mas a ação decisiva coube mesmo aos sindicatos: também o partido ficou numa estreita dependência em face deles." DUVERGER, M., Opus cit. p. 27. "Na Suécia e na Bélgica, a ausência de sufrágio universal impedia a expressão política da classe operária por intermédio de um partido. Ao contrário, a ação sindical e cooperativa permitia melhorar a condição dos trabalhadores. Onde o desenvolvimento da primeira na Suécia, da segunda na Bélgica. Nos dois países, a luta política pelo sufrágio universal foi conduzida como uma arma profissional: a greve (greves gerais de 1891 e 1893), na Bélgica; de 1902 e de 1908, na Suécia). O Partido Socialista foi levado então naturalmente a erigir-se à base das organizações de classes existentes. (...) o Partido Operário Belga, repousando nas cooperativas; na Suécia, os sindicatos resolveram aderir à social-democracia em 1898: de início obrigatória para todos os sindicatos, essa filiação tornou-se facultativa em 1900; uma cláusula permitindo o afastamento individual dos sindicatos mediante declaração expressa, por escrito, foi em seguida introduzida em 1908, o que dá ao partido um estrutura próxima ao do *Labour*. (...) Na França, pelo contrário, o sufrágio universal permitia uma intervenção política da classe operária no momento em que o desenvolvimento do sindicalismo era freado por entraves (legais ou outros) nascidos de lembranças da Comuna. O Partido Operário Francês de Jules Guesde foi criado em 1879; a Confederação Geral do Trabalho, em 1902, somente (...) na Alemanha, o partido alcançou tal grau de desenvolvimento em relação aos sindicatos que estes assumiram um caráter bem nitidamente subordinado, tornando-se quase que o instrumento do partido: é a situação inversa da Inglaterra, onde o partido é o instrumento dos sindicatos. Na Bélgica, a situação era quase semelhante até 1945: os sindicatos desenvolveram-se no interior do partido (...)". Id. Opus. cit. p. 50/51.

social alternativo pelos partidos classistas, os antigos partidos de notáveis viram-se diante da necessidade de apresentar propostas que contemplassem, ainda que parcialmente, interesses populares, na luta pela ampliação de sua base eleitoral<sup>15</sup>. Por outro lado, o Estado, mais permeável às demandas populares, passou a desenvolver políticas de regulação da economia, aceleradas no período de intensas crises econômicas dos primeiros decênios do século XX; nesse processo, as reivindicações dos trabalhadores transformaram-se em direitos e o sistema de governo representativo em um campo de conflito e negociação entre classes e setores de classes.

Ao ingressar na arena política, os partidos classistas e de massas operários provocaram a transformação do sistema partidário e, com ele, do sistema político como um todo. Modificaram-se, assim, gradualmente, a forma dos governos e do Estado, tornando-se os primeiros, desde então, de responsabilidade partidária e o segundo, arena de disputa de forças sociais e políticas diversas. Ambos não mais espaços exclusivos de exercício dos interesses do capital. Construiu-se, desta forma, como campo de conflitos, um sistema político com lógica e operacionalidade próprias, como decorrência das demandas e pressões da sociedade inclusiva<sup>16</sup>. Desprivatizou-se, assim, a política, no exato momento e através do mesmo movimento que tornou possível sua autonomização.

Rompido o domínio político exclusivo de classe, próprio do Estado liberal burguês, a democracia passou a se redefinir, levando os partidos classistas e ideológicos, que foram elementos fundamentais para a consolidação da própria democracia, a se transformarem. Admitidos no sistema político e passando, de forma crescente, a considera-lo fundamental para a luta dos trabalhadores, estes partidos, frente à redução do peso da classe operária nas cada vez mais complexas e mais diversificadas sociedades industriais, viram-se diante da necessidade de ampliar sua base social e redefinir seus projetos político-ideológicos<sup>17</sup>.

Pode-se afirmar, assim, que, no intenso processo de transformações sócio-econômicas e políticas das sociedades desenvolvidas, os partidos políticos, de uma forma geral, caminharam no sentido de uma relativa homogeneização de suas características em termos de bases sociais, tornando-se todos, ainda que em graus variados, "partidos multiclassistas"<sup>18</sup>. Nas sociedades capitalistas

<sup>15</sup> Os "partidos eleitorais de massa", como alguns autores denominam os partidos de tipo "agarra-tudo", surgiram primeiramente nos E.U.A., ainda no século XIX, posteriormente, na Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, e, finalmente, na Europa continental, a partir do segundo pós-guerra. Para o processo de transformação dos "partidos de notáveis" em "partidos de massa" sob a influência dos partidos de classistas, vejam-se DUVERGER 1970 e CERRONI 1982.

<sup>16</sup> Sobre a transformação do Estado em arena de luta de classes, vejam-se principalmente as formulações de POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>17</sup> Veja-se a análise desta trajetória feita por PRZEWORSKI, Adam. Opus cit. Para a história do movimento operário e dos partidos socialistas, veja-se, também, COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1962, seis volumes e, ainda, para a história e análise detalhada da social-democracia nos países escandinavos, ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Politics against markets - the social-democracy of road to power*. New Jersey: Princeton University, 1985.

<sup>18</sup> Como consequência deste fato, os próprios estudos sobre a composição social dos partidos políticos, abundantes durante os anos cinquenta, escassearam desde os anos sessenta, a ponto de praticamente desaparecerem depois do final dos anos setenta. Veja-se, como marco do apogeu dos estudos sobre os

complexas geraram-se, ademais, na segunda metade do presente século, novas demandas coletivas, elas também mais diversificadas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas do que as tradicionalmente expressas pelos partidos políticos, fossem os de representação classista ou multiclassista. Despreparados para responder a estas novas demandas e, muitas vezes, sem sequer perceberem o alcance das mudanças sociais que as geraram, os partidos políticos de representação de massas, classistas ou não, perderam espaço frente ao avanço da ação política direta, característica dos chamados "novos movimentos sociais" - multiclassistas, firmados sobre reivindicações e afirmação de identidade de segmentos sociais bastante diversificados.

Eclodidos em um mesmo momento histórico, que teve o ano de 1968 como marco, e atingindo grande parte das sociedades contemporâneas, tanto as mais quanto as menos desenvolvidas<sup>19</sup>, os "novos movimentos sociais", numa contestação à hierarquia da ordem vigente, reivindicavam autonomia frente a uma institucionalidade que se revelava impotente para assimilar as novas demandas que ela própria tornara possíveis<sup>20</sup> e que não se restringiam às condições materiais de sobrevivência, mas se referiam em grande medida a questões culturais e comportamentais<sup>21</sup>. Ambíguos em sua confrontabilidade com o Estado e com as instituições, estes movimentos caracterizaram-se pelo esforço em nega-los mas, ao mesmo tempo, exigir sua presença como interlocutor inevitável.

Imprescindível como referencial geral, a trajetória das sociedades ocidentais desenvolvidas e de suas instituições políticas, até aqui analisada, não se aplica de forma direta ao Brasil. Para que não se transponham "etapas", nem se caia na ilusão de esperar que o país reproduza condições que são próprias de sociedades muito diversas da sua, é preciso ter em mente que, no Brasil, nem a sociedade civil - no conjunto formado pelas massas operárias e populares, pelas elites econômicas e políticas e por suas instituições civis-, nem o Estado e seu aparato, constituídos ao longo do processo de inserção nacional nas relações capitalistas de produção, organizaram-se repetindo, de forma idêntica, os padrões

---

partidos classistas, DUVERGER, M. (Org.). *Partis politiques et classes sociales en France*. Paris: Fondation nationale des sciences politiques, 1955. Como marco do declínio dos estudos sobre estes partidos, veja-se KIRCHHEIMER, Opus cit.

<sup>19</sup> Maio de 68 não ocorreu apenas em Paris ou na França. A explosão juvenil-estudantil, sintomaticamente, irrompeu em diversas partes do mundo, plenamente desenvolvido ou não, a comprovarem os eventos da Itália, México, Polônia, Senegal, Bélgica, Chile, Checoslováquia, Egito, Iugoslávia e Brasil. Veja-se GARCIA, Marco Aurélio. 1968: Metamorfoses na esquerda brasileira. São Pedro, 1988. Texto apresentado no Grupo de Trabalho: Partidos e Movimentos de Esquerda, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Sobre os acontecimentos de 1968 no Brasil, veja-se também VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não acabou.

<sup>20</sup> Bobbio já alertou que a democracia contemporânea produz demandas fáceis e respostas difíceis. Vejam-se as seguintes obras em que o autor desenvolve esta idéia: BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* - Debate sobre uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 e Id. *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>21</sup> Como a "emancipação feminina", a "revolução sexual", os "direitos das minorias", o "desarmamento atômico" e o "movimento ecológico". A crise e a posterior derrocada dos regimes socialistas do leste europeu confirmam também que a diversidade e a complexidade social, geradoras de demandas diferenciadas, são marcas das sociedades contemporâneas em escala global.

verificados na Europa Ocidental, nos Estados Unidos ou mesmo em outras regiões do mundo tidas hoje como econômica e politicamente avançadas.

#### 1.4. O "Mix" Estrutural Brasileiro e o Surgimento do PT

Somente a partir do reconhecimento da singularidade da sociedade brasileira é possível compreender o surgimento e a consolidação de um partido político como o PT, que se afirmou classista e se propôs socialista, no exato momento em que, em outras partes do mundo desenvolvido, partidos deste tipo esfacelavam-se, sendo substituídos por partidos de indiferenciação classista e de fraco referencial ideológico ou, ainda, eram tragados por movimentos sociais fluidos, parcelares, autonomistas e anti-institucionais.

Diante da tendência mundial, até aqui exposta, como explicar, nas condições da sociedade brasileira contemporânea, o surgimento e crescimento contínuo do Partido dos Trabalhadores, auto afirmado e reconhecido como um partido classista e que se propõe socialista? Prova de arcaísmo de seus militantes, saudosistas nostálgicos de relações sociais e políticas já banidas das sociedades capitalistas avançadas contemporâneas, "pós-industriais" e "pós-modernas"?

Fosse o PT apenas exótico ou anacrônico, de há muito sua penetração social e seus resultados eleitorais estariam em queda. A simples verificação do aumento constante de suas bancadas parlamentares e dos postos executivos sob seu comando, demonstra o crescimento do partido e de seu enraizamento social<sup>22</sup>, fato confirmado pelo desempenho eleitoral de seu candidato à Presidência da República, nos dois turnos da eleição de 1989, e pelo segundo lugar conquistado na eleição presidencial de 1994 quando, enfrentando as forças de centro e de direita, o PT viu aumentada sua votação em 67% frente ao total obtido no primeiro turno de 1989<sup>23</sup>. Além disto, analisando-se o total de votos obtidos pelo PT desde a primeira eleição de que participou, pode-se verificar que este partido acumulou um crescimento eleitoral de quase 900% em apenas 12 anos, já que, partindo de um patamar de 3,1% dos votos válidos nas eleições de 1982, ele alcançou 27% deste mesmo total em 1994.

Como explicar, ainda, o interesse que o PT despertou em analistas e dirigentes partidários de boa parte do mundo? Significativamente, foi uma pesquisadora estrangeira a autora do primeiro artigo

---

<sup>22</sup> O número de deputados federais e estaduais eleitos pelo PT evoluiu na seguinte forma entre 1982 e 1994: 1982, 8 deputados federais e 16 deputados estaduais; 1986, 18 deputados federais e 33 deputados estaduais; 1990, 35 deputados federais e 79 deputados estaduais e 1994, 49 deputados federais e 92 deputados estaduais. Em 1990, o PT elegeu 1 senador e em 1994, elegeu 5. Ainda em 1994, pela primeira vez, o PT conseguiu eleger governadores estaduais e chegar ao segundo turno em cinco estados - RS, ES, DF, SE e AP - sendo que, nos três primeiros com candidaturas próprias e, nos dois últimos, em coligação. Neste ano, o PT conquistou os governos do Espírito Santo e do Distrito Federal, além de participar, no Amapá, da frente que elegeu, pelo PSB, o governador.

<sup>23</sup> Luis Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República em 1989 e em 1994, obteve 16,1% do total dos votos no primeiro turno de 1989 e 27% no 1º turno de 1994. Em números absolutos, sua votação saltou de 11.622.321 votos no 1º turno de 1989, para 17.136.163 votos no 1º turno de 1994.

acadêmico internacional e da primeira tese de doutoramento sobre o partido<sup>24</sup>. O PT despertou também a atenção da direção de partidos do campo socialista a nível mundial: de partidos latino-americanos, de muitos dirigentes dos regimes do então chamado socialismo real e, ainda hoje, de partidos como o PDS<sup>25</sup> italiano e os social-democratas europeus<sup>26</sup>.

O PT, com sua postura classista e sua proposta socialista, seria, talvez, prova do atraso do país em ingressar no rol das nações modernas, regidas pelas relações capitalistas de produção e por suas contradições de classe? Certamente que não. No Brasil, em suas regiões mais desenvolvidas, instalou-se uma sociedade urbana e complexa e uma economia, não obstante dependente, com um nível tecnológico compatível, ainda que mais atrasado, com o padrão das sociedades capitalistas avançadas contemporâneas.

Seria o PT, então, a revivescência de uma dualidade estrutural já banida das análises sobre a realidade brasileira? Coabitam no Brasil, sem dúvida, regiões com níveis de desenvolvimento econômico, social e cultural desiguais. Bélgica e Índia a um só tempo: "Belíndia", como se disse<sup>27</sup>. Já nos anos cinquenta o país ostentava o décimo primeiro produto interno bruto do mundo, à frente da Bélgica, a par de oferecer aos habitantes de seus estados mais pobres um padrão de bem estar social pouco superior ao da Índia. Situação inalterada até o final dos anos 80, quando o Brasil ocupava posição entre as oito maiores economias mundiais, apresentando, no entanto, indicadores sociais piores do que os do Quênia e pouco superiores aos da Índia<sup>28</sup>. Nem Bélgica, nem Índia, como já foi demonstrado exaustivamente, o Brasil articula áreas de avanço e de atraso, sob o comando das primeiras<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> Vejam-se as obras de KECK, Margaret E. Update on the Brazilian Labor Movement. Latin American Perspectives 11:1 (Winter 1984): 27-34 e também a já citada acima.

<sup>25</sup> Partido Democrático da Esquerda, ex-PCI (Partido Comunista Italiano).

<sup>26</sup> Segundo Coutinho, "O PT é hoje não só o interlocutor privilegiado da esquerda europeia, mas também o principal pólo de referência da esquerda latino-americana. (...)". COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo no Brasil de hoje** In: A Democracia Como Proposta, Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 110.

<sup>27</sup> "Belíndia" foi uma expressão cunhada pelo economista Edmar Bacha, popularizada até em nível jornalístico no Brasil.

<sup>28</sup> Albuquerque, comparando os índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil e de outros 33 países, dentre os 130 selecionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu relatório de 1990, conclui: "Embora esta classificação possa parecer otimista, o que fica evidente (...) é que o Brasil e suas macro regiões e estados situa-se nos níveis inter-médios de desenvolvimento: não chega a ser uma Índia (com IDH de 0,439), nem é, tampouco, uma Bélgica (com IDH de 0,966), a despeito de revelar grandes disparidades de desenvolvimento". Veja-se ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **A Situação Social: O que diz o passado e o que promete o futuro** In: **Perspectivas da economia brasileira 1992**. Brasília, IPEA, 1991, p.390, (grifos meus). Observe-se que o IDH varia de 0,000 até 1,000. A mesma publicação aponta a Paraíba, como o estado com menor índice de desenvolvimento humano no Brasil, com um IDH de 0,469, dentro, assim, da faixa considerada baixa, e o Rio Grande do Sul, no outro extremo, com um IDH de 0,907, idêntico ao da Argentina e só abaixo da Grécia, dos Estados Unidos, da Bélgica, da Austrália, do Canadá e do Japão, na ordem ascendente dos 34 países escolhidos por Albuquerque.

<sup>29</sup> A bibliografia sobre a questão do desenvolvimento no Brasil é vasta. Para a refutação cabal das análises dualistas, veja-se principalmente OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à**

O PT surgiu exatamente no coração da região mais industrializada do país - o ABCD paulista - centro da indústria automobilística. São Paulo, estado que apresenta os maiores índices de desenvolvimento econômico do país, com um alto grau de urbanização e uma economia dinâmica e sofisticada - ao que correspondem maior complexidade social e maior diversidade cultural -, manteve-se até hoje como o estado onde o PT elegeu o maior número de seus parlamentares, seja no nível municipal, estadual ou federal<sup>30</sup>.

Além disto, foram as capitais e as cidades de maior porte - notadamente nas regiões mais desenvolvidas do país, nas quais a qualidade de vida tem se revelado mais elevada - as áreas onde o partido conseguiu seus melhores desempenhos eleitorais. As capitais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Acre, Goiás e Ceará, que tiveram ou têm prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores, estão situadas, à exceção das três últimas, no patamar definido como de bem estar social pela ONU, ou estão próximas de seu limite mínimo, como é o caso de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e de Goiânia, em Goiás<sup>31</sup>. Foram, ainda, os eleitores das cidades de porte médio a grande os que mais votaram em Lula, nas eleições presidenciais de 1989 e de 1994. No segundo turno da eleição presidencial de 1989, nas cidades com mais de 100 mil eleitores, que se constituem nos centros urbanos de maior desenvolvimento econômico, o percentual de votação do candidato petista foi sempre superior ao de seu adversário<sup>32</sup>.

Pode-se afirmar, portanto, que o PT surgiu e cresceu, contrariando as análises que o apontam como evidência de anacronismo e de atraso, nas regiões economicamente mais desenvolvidas do Brasil, de estrutura social mais complexa, onde a qualidade de vida e a cidadania atingiram seus patamares mais elevados ou, então, naquelas regiões que, não tendo atingido ainda níveis elevados de desenvolvimento, sofreram, entretanto, os impactos da modernização. Na verdade, foi exatamente a

---

razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1988 (publicado a primeira vez em Estudos CEBRAP (2) 1972). Para uma abordagem mais recente do tema do desenvolvimento, veja-se CARDOSO, F. H., Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática, In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 443-482.

<sup>30</sup> Ainda que derrotado no estado de São Paulo em 1989 (nos dois turnos) e em 1994, o candidato do PT à Presidência da República teve sua votação aumentada naquele estado, de uma eleição à outra, em 5 pontos percentuais, passando de 15% do total dos votos no primeiro turno de 1989 para 20% em 1994.

<sup>31</sup> Além do Rio Grande do Sul, já citado em nota anterior, Minas Gerais atinge um IDH de 0,799 e Goiás de 0,755, respectivamente com apenas 0,001 e 0,045 pontos abaixo da linha superior; no Ceará, cuja capital, Fortaleza, foi a primeira a ter um prefeito (prefeita) eleito pelo PT, o IDH é de apenas 0,511 (a eleição de Maria Luiza Fontenelle foi produto de circunstâncias eleitorais locais e momentâneas e não de um enraizamento partidário significativo do PT na região e na cidade); no Espírito Santo o IDH é de 0,823 e em São Paulo este índice é de 0,860. Não existem dados disponíveis para o estado do Acre. Não se listou acima os estados em cujas capitais o PT elegeu, em coligação, o vice-prefeito.

<sup>32</sup> Para as eleições de 1989, veja-se MOISÉS, J. A. Eleições, participação e cultura política, Lua Nova, São Paulo, n. 22, p. 133-143, 1990. Os resultados eleitorais foram os seguintes: Cidades com até 50 mil eleitores: Collor 58,9% e Lula 35,2%; mais de 50 mil a 100 mil eleitores: Collor 48,1% e Lula 45,8%; mais de 100 a 200 mil eleitores: Collor 43,9% e Lula 50,1%; mais de 200 a 500 mil eleitores: Collor 41,3% e Lula 52,8% e com mais de 1 milhão de eleitores: Collor 40,9% e Lula 53,1%. Vejam-se também os capítulos desta tese onde se analisam os desempenhos eleitorais dos candidatos petistas.

transformação do padrão de desenvolvimento do país, tornando-se mais consentâneo ao das nações de capitalismo avançado, que ofereceu as condições para o nascimento e o crescimento do PT.

*Mix* de modernidade e de arcaísmo, o desenvolvimento econômico brasileiro recente produziu uma sociedade original: dependente, mas de uma dependência associada aos grandes centros econômicos, espaço onde convivem, em um processo contínuo de transformações recíprocas, o desenvolvimento de padrão avançado internacional, "pós-industrial" e "pós-moderno", e o arcaísmo e a miséria das nações pré-industriais e "pré-modernas". Nem nação plenamente desenvolvida, nem país atrasado, nem, ainda, sociedade dual. Um novo *mix*: síntese incompleta do moderno e do arcaico, sob comando do primeiro<sup>33</sup>.

Esta síntese viabilizou-se politicamente mantendo o padrão de dominação tradicional no país: a inclusão política restrita, via controle estatal, caracterizada pela exclusão social de grandes parcelas da população, pela dependência das classes sociais frente ao Estado e pela incapacidade deste de manter sequer o funcionamento das instituições liberais-burguesas. A implementação das relações sociais capitalistas no Brasil, realizada de forma autoritária e pela via do Estado, gerou uma burguesia econômica e politicamente dependente deste mesmo Estado, ao lado de uma imensa massa de segmentos sociais na maior parte inorganizados e mantidos à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico<sup>34</sup>. Nunca se constituiu no Brasil, portanto, uma sociedade civil forte e autonomamente organizada, com sujeitos políticos plenamente consolidados<sup>35</sup>.

Neste país, de tradição elitista e autoritária, o PT surgiu no final dos anos 70, período de intensificação do processo de modernização econômica, propondo-se a representar os excluídos, a "classe trabalhadora", na perspectiva de construção do socialismo. Ao colocar-se neste campo ideológico, o PT, tanto para estabelecer os limites de sua base social, como o caráter da sociedade a ser construída, passou a enfrentar, a partir das singularidades da sociedade brasileira, o processo de profundas redefinições políticas em curso no campo do pensamento socialista em nível mundial.

---

<sup>33</sup> - Veja-se, para o enfoque da sociedade brasileira como "mix" original, CARDOSO, F. H. Opus cit. Para a modernização e complexificação da sociedade brasileira no período de 1964 a 1984, veja-se o artigo de SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A pós- "revolução" brasileira, In JAGUARIBE, Hélio (Org.). **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985, p. 223-309.

<sup>34</sup> - Carlos Nelson Coutinho tem denominado este processo de "via prussiana" de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

<sup>35</sup> - Referindo-se às características da sociedade brasileira e à debilidade política de seus sujeitos sociais, O'Donnell afirma que: "... trata-se de um mundo social perpassado pelo poder emanado de relações de caráter pessoal entre atores muito desiguais; um mundo quase sem instituições nem representação. Por isso, o mais moderno e o mais arcaico não estão em uma relação de mútua exterioridade (os 'dois Brasis' sobre os quais tanto se discutiu há algum tempo); estão, como muitos têm assinalado, mutuamente imbricados, inclusive no interior das atividades econômicas e regiões mais dinâmicas". Veja-se O'DONNELL, Guillermo. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas In O'Donnell, G.; Reis, Fábio Wanderley (Orgs.) **A democracia no Brasil dilemas e perspectivas**. São Paulo, Vértice, 1988, p. 72-90, (grifos meus).

## 1.4. Classes Sociais, Partidos Políticos e Democracia

Segundo a concepção socialista-marxista, no momento histórico de sua formulação, a sociedade capitalista assentava-se sobre uma relação de conflito entre duas classes fundamentais: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, detentor da força de trabalho e gerador de valor apropriado, como mais-valia, pela burguesia. Sem direitos sociais, civis e políticos reconhecidos, o proletariado deveria não apenas conquistá-los mas, através de sua constituição como classe, por meio de um partido político, ser capaz de chegar ao poder do Estado e construir uma sociedade livre da exploração do capital, uma sociedade socialista.

A constituição do proletariado em classe, portanto, dependia não apenas de sua posição estrutural no universo da produção, mas, principalmente, de sua organização política, através de um partido revolucionário que expressasse seus interesses específicos. O partido do proletariado tornava-se, assim, ao mesmo tempo, produto e produtor da classe que representava, sendo por ela criado e a ela fornecendo uma identidade política<sup>36</sup>. Na sociedade de exclusão existente, polarizada entre duas classes em guerra civil latente, a organização do partido proletário era condição para o enfrentamento de classes, numa luta por participação política e reformas democráticas, que prepararia a conquista revolucionária do Estado<sup>37</sup>.

Nas sociedades em que se constituiu a concepção socialista clássica, em meados do século XIX, o proletariado apresentava-se, de forma geral, como uma massa homogênea em termos de condições de trabalho e de vida<sup>38</sup>. Eram trabalhadores manuais, fundamentalmente da indústria, então setor de ponta da economia, em processo de consolidação na Europa. Nesse período, a classe operária crescia constantemente, tendendo a se constituir como maioria da população.

O desenvolvimento das sociedades capitalistas, desde o final do século XIX e de forma mais intensa a partir de meados do século XX, alterou a configuração das classes sociais e de suas relações.

<sup>36</sup> Vejam-se para a questão das classes sociais e de sua identidade política: MARX, Karl. *Miseria de la filosofía*, Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1974 e MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista* In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas*, v. 1, São Paulo: Alfa-Omega, s/d.; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e ANDERSON, Perry. *Teoria política e história* (un debate com E. P. Thompson), Madrid, Siglo XXI, 1985.

<sup>37</sup> Veja-se MARX, Karl e ENGELS, F. Opus cit. A seção 1 do Manifesto de 1948 se inicia com a seguinte frase: "Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classe". Páginas adiante, no trecho final da mesma seção, lê-se: " (...) descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia." (p.30. grifos meus.).

<sup>38</sup> Em meados os século XIX, quando se produziram as bases da literatura marxista sobre o assunto, burgueses e proletários distinguiam-se até pela aparência física. Adam Przeworski, discutindo esta questão, cita a observação de um capitalista norueguês daquele período sobre os proletários, transcrita a seguir: "Um trabalhador cujo cheiro de imundície e suor não pode ser sentido a duas milhas de distância não vale nada". Concordando com Przeworski, a frase dispensa comentários. Veja-se PRZEWORSKI, A. *A social-democracia como um fenômeno histórico*. In: *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Como decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico e do crescente papel regulador do Estado, resultante das novas formas assumidas pelo conflito social, diversificaram-se os tipos de trabalho nos diferentes setores da economia, expandindo-se principalmente o setor terciário, nos ramos articulados à produção industrial e aos serviços públicos.

O capital passava a investir na produção de mercadorias tanto materiais quanto imateriais, utilizando a força de trabalho em atividades manuais e intelectuais, com diferentes graus de qualificação e diferentes condições de trabalho e de vida<sup>39</sup>. O Estado, por sua vez, como foi visto, transformado em arena de disputa dos recursos públicos, como decorrência da conquista de direitos civis e políticos pelos trabalhadores, expandiu sua estrutura, diversificando também seu quadro de funcionários em termos de qualificação profissional e condições de trabalho.

Com essas transformações, se, por um lado, manteve-se o campo formado pelos trabalhadores assalariados, produtores de valor apropriado pelo capital na esfera privada, por outro lado, este campo diversificou-se: reduziu-se o crescimento da classe operária industrial, agora mais diferenciada internamente em termos de qualificação, condições de trabalho e de vida, e aumentou o contingente dos trabalhadores ocupados no setor terciário, em atividades qualificadas, predominantemente intelectuais, e com melhores condições de consumo, conhecido como as "novas classes médias urbanas".

Estancada, no início do século XX, a tendência do proletariado a tornar-se maioria da população, as necessidades concretas de sobrevivência e de crescimento político-eleitoral dos partidos socialistas levou-os, gradativamente, na Europa Ocidental, a uma composição social multiclassista e à substituição da estratégia revolucionária pela estratégia reformista. Chegando ao poder, ainda na primeira metade do século, em aliança com as "classes médias", com um programa de reformas do capitalismo e sem um amplo mandato para alterar a estrutura de propriedade do sistema, esses partidos passaram a desenvolver de forma crescente uma política de regulação da economia, inicialmente na busca da garantia do pleno emprego, frente às conjunturas de crise econômica<sup>40</sup>.

Ainda que expressão dos interesses preferenciais da classe burguesa, o Estado ocidental nesse período, como foi visto, abriu-se, sob pressão dos trabalhadores organizados, à participação nas instituições civis e políticas e a formas co-gestionais de governo, que acabaram por submete-lo à responsabilidade popular mais ampla, através do controle, ou ao menos da fiscalização, de seus atos pelo Parlamento. A política de regulação da economia, implementada sob um Estado parlamentar democrático e generalizada no pós-45 nos países ocidentais desenvolvidos, permitiu a retomada do crescimento econômico e, com ele, a constituição de uma sociedade de massas, urbana e complexa, dando origem ao chamado Estado de Bem Estar Social (*Welfare-State*), caracterizado por uma relação de parceria conflituosa entre capital e trabalho, uma nova sociabilidade, de hegemonia já não mais exclusivamente burguesa, mas com forte influência dos trabalhadores assalariados<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Veja-se BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

<sup>40</sup> Veja-se a análise desta trajetória feita por PRZEWORSKI, Adam, *Opus cit.*, 1989.

<sup>41</sup> Vejam-se 1) POULANTZAS, Nicos. *Opus cit.*; 2) OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; 3) Id. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989 e 4) HABERMAS, Juergen. *A nova intransparência*. Novos Estudos Cebrap, São

Nas sociedades deste tipo, o capital e o trabalho passaram a depender, em seu processo de reprodução, não apenas da própria capacidade regulatória do mercado, mas, sobretudo, da ação do Estado<sup>42</sup>. Criou-se, assim, através de regras negociadas no âmbito político-institucional, uma "economia de mercado socialmente regulada"<sup>43</sup>, cujo estabelecimento teve como condição fundamental a presença das organizações dos trabalhadores assalariados nos espaços de gestão do Estado, ou seja, na disputa política dos fundos públicos: na definição de sua distribuição e, inclusive, geração. Desta forma, as classes sociais, formadas e afirmadas no espaço privado, no âmbito da produção econômica, tornaram-se classes sociais públicas, já que passaram a se enfrentar, preferencialmente, no espaço do público, na disputa pelo gerenciamento dos fundos públicos<sup>44</sup>.

Ao invés dos enfrentamentos de classe típicos das sociedades de exclusão, constituíram-se, portanto, modos de convivência que tornaram possível a colaboração, ainda que conflituosa, entre segmentos sociais diferenciados. Através das instituições políticas democráticas, transformadas em

---

Paulo, n. 18, 1987, p. 103-114. A política de regulação da economia, característica dos governos social-democratas da Europa ocidental, foi implementada também por forças políticas liberais, ainda na primeira metade do século XX, no enfrentamento das crises da conjuntura econômica. Exemplo significativo, ainda que não idêntico, foi o *New Deal*, nos E. U. A.. Também no Japão, iniciada de forma tênue com a restauração Meiji (1867), intensificada com a ocupação norte-americana no pós-guerra e com a Constituição de 1946, ocorreu uma forma de regulação econômica.

<sup>42</sup> Segundo Oliveira, foi o Estado, como agente "*ex-ante*" e não mais "*ex-post*", que garantiu, nas sociedades capitalistas de sociabilidade social-democrata em sentido genérico, a possibilidade de uma relativa estabilidade do mercado e, com isto, a manutenção dos investimentos e a reprodução ampliada do capital. Ele o fez, não através de uma intervenção externa e manifestamente diretiva, mas desde o seu próprio interior, pela via do fundo público, apontando o sentido e financiando investimentos do capital, assim como auxiliando na reprodução da força de trabalho, através do salário indireto, e possibilitando, com isto, o equilíbrio, ainda que parcial, entre taxas médias de lucros diferenciadas, hoje existentes nas modernas sociedades capitalistas. Nelas, o fundo público, transformado em "anti-valor", alterou a própria dinâmica da produção do valor. Promoveu, com isto, tanto a liberação das forças produtivas, possibilitando o desenvolvimento tecnológico contínuo e acelerado, quanto uma virtual libertação do trabalho, através da diminuição, via fundo público, da expropriação do sobre-valor gerado. Toda a argumentação que se segue toma como referência a teorização de OLIVEIRA. F. Opus cit., 1988 e 1993.

<sup>43</sup> Veja-se OLIVEIRA, Francisco de. Opus cit., 1993.

<sup>44</sup> O deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a esfera pública, a **publicização das classes**, é descrito por Oliveira da seguinte maneira: "O processo de produção desse movimento, que busco conceituar no fundo público, é o processo de luta de classes. Mas é também o de seu deslocamento da esfera das relações privadas para uma esfera pública ou, dizendo de outra forma, o da transformação das classes sociais de privadas para classes sociais públicas. O que se quer dizer com isso? Seria mais fácil dizer que há um deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado. Mas, não apenas de fato, mas teoricamente, não é isso que se passa, pois tanto para que exista o fundo público quanto para que o processo de publicização das classes sociais se dê, é absolutamente necessário que também continue a luta de classe na esfera da produção ou, se quisermos dizer, no confronto imediato e direto entre empregados e patrões. O fundo público só existe e somente se sustenta como consequência da publicização das classes sociais, do deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a das relações públicas: ele é uma espécie de suma de todas essas transformações, as quais têm que ser renovadas quotidianamente, sob pena de ele perder sua eficácia. Evidentemente, a publicização, ou o processo desse deslocamento, não é aleatório, conjuntural, e construiu suas instituições, as quais são, na maior parte dos casos, as instituições do Estado de bem-estar." OLIVEIRA, Francisco de. Opus cit. 1993, p. 139.

espaço central dos embates sociais, as classes tornaram-se capazes de "partilhar responsabilidades (e colaborar) na administração da sociedade"<sup>45</sup>, caracterizada agora por um processo de integração, em que as distintas classes, sem perderem sua autonomia, foram incorporadas nos planos econômico, político e social.

A complexificação das sociedades capitalistas fez com que a dicotomia social e a esperada polarização entre burguesia e proletariado se esvaíssem. Hoje, a diversidade social é bem maior do que sequer poder-se-ia imaginar no final do século passado ou até meados do presente. Os assalariados técnico-científicos e burocráticos, os funcionários públicos e até mesmo os "*managers*"<sup>46</sup> homogeneizaram-se enquanto sujeitos do mundo do trabalho, sem que a nenhum destes segmentos fosse reservada a capacidade de deter o conhecimento global do processo produtivo do qual participam. Ao mesmo tempo, tornou-se intensa a diferenciação interna no campo dos trabalhadores, manifestando-se na diversidade do grau de escolarização, de conhecimento, de status e de prestígio, de remuneração e de poder.

Numa determinação que é agora mista, dada tanto pelo valor quanto pelo "anti-valor" e, ainda, na dificuldade crescente de se igualizarem abstratamente os trabalhos simples aos trabalhos complexos<sup>47</sup>, a medida objetiva do valor tornou-se ela também cada vez mais difícil e complexa, dificultando a própria identificação e o auto-reconhecimento das classes sociais. Na ausência da medida objetiva do valor, os técnicos e burocratas das ditas "novas classes médias urbanas" das sociedades contemporâneas, transformaram-se nos mediadores sociais por excelência, num processo que se tornou também político<sup>48</sup> e que se fez com vistas e a partir do fundo público.

Na nova sociedade que se construiu, cada vez mais democrática e plural, os segmentos detentores do capital tornaram-se menos autônomos e menos dotados da capacidade de dirigirem com exclusividade seja a instância pública, sejam suas próprias instâncias privadas, ambas geridas cada vez mais coletivamente e através de um gerenciamento colegiado e plural em sua composição classista. Os segmentos sociais assalariados, crescentemente diferenciados, viram-se colocados, por sua vez, sob a mediação dos trabalhadores intelectuais - técnicos e burocratas - agora guindados a um novo e importante papel social e político.

As necessidades, visões de mundo e interesses dos diversos segmentos de trabalhadores tornaram-se muito diferenciados. Na sociedade global da comunicação multimídia do *mass-media*, estes segmentos, que já se haviam se fragmentado no nível material de suas condições de vida, fragmentaram-se também no nível de suas aspirações e do tipo de demandas realizadas.

---

<sup>45</sup> - Veja-se WEFFORT, Francisco C. Qual democracia?. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 30.

<sup>46</sup> Para a inclusão dos "*managers*" como integrantes do mundo do trabalho, veja-se a argumentação de Cerroni em nota adiante.

<sup>47</sup> Veja-se para esta dificuldade, GIANNOTTI, José Arthur. A sociabilidade travada. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 28, outubro, 1990, p. 50-66.

<sup>48</sup> Veja-se Oliveira, Francisco de. *Opus cit.*, 1988b, 1989a e 1993.

Nas sociedades capitalistas de desenvolvimento avançado alterou-se, assim, a centralidade política da classe operária, tal como formulada pelas teorias socialistas clássicas. O amplo campo do trabalho passou a exigir uma nova forma de centralidade e de hegemonia, não mais sob a direção de uma classe social homogênea e detentora de um projeto social e político pré-determinado, mas uma centralidade e uma hegemonia plurais, porque assentadas na composição de interesses de setores sociais diferenciados tanto na sua confrontabilidade com as demais classes, quanto em sua composição interna. O projeto político-societário possível, nestas condições, tornou-se também ele, necessariamente, novo e plural, exigindo profundas transformações por parte dos partidos socialistas.

Já a partir de meados deste século, os partidos de composição classista e de orientação socialista, viram-se diante de um novo desafio: as transformações sociais, que acabaram por garantir um espaço de autonomia para as instituições políticas frente à economia, tornando estas instituições arena de disputa de interesses socialmente diferenciados, colocaram estes partidos frente à necessidade de construir um novo projeto societário e uma nova forma de organização partidária, capazes de articular, numa nova relação, cujo eixo central tornou-se a democracia, segmentos sociais diferenciados, típicos das sociedades contemporâneas<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Cerroni, o teórico do partido socialista-operário como o partido que dá forma aos partidos políticos modernos, em artigo em que discute o papel do movimento operário hoje e no qual revisa posições anteriores, esboça os termos desta nova relação inter-classes. Através da seleção de alguns trechos deste artigo, deixemos que ele mesmo exponha seus pontos de vista atuais. É nestes termos que ele se expressa: "...a democracia 'de massa' (...) obrigou a tradição política liberal a abandonar o exclusivismo proprietário ao mesmo tempo em que forçou a tradição política socialista a elaborar também uma política para a propriedade privada e os proprietários privados. (...) O conflito entre política liberal e política socialista deslocou-se há tempos, em larga medida, para além da fronteira propriedade/trabalho, deslocou-se para o mais vasto território da política econômica e, em termos mais gerais, para a condução do Estado. Nenhum partido liberal pode hoje ignorar a existência dos sindicatos operários e nenhum partido socialista a existência da empresa, pequena, média e grande.". Páginas adiante, ele afirma "...podemos recompreender bem no conceito de trabalho a maior parte das atividades produtivas, aí compreendida a atividade produtiva do próprio capitalista enquanto *manager*. Depurada da tradição semântica derivada da teoria do valor-trabalho, a noção de trabalho - com efeito - deixa de identificar-se pura e simplesmente com o trabalho manual e se amplia para toda atividade ligada à atividade produtiva das máquinas e dos sistemas de máquinas. Recompreende, aliás, também a produção intelectual de máquinas, isto é, tanto o técnico que as projeta quanto o cientista que caracteriza os seus processos de funcionamento. (...) Esta maior 'abertura' do mundo do trabalho assinala, porém, obrigatoriamente tanto o fim do obreirismo tradicional como o necessário nascimento de uma 'responsabilidade' do movimento operário em relação a todos os outros sujeitos do processo produtivo social. Antigamente esta assunção de responsabilidade era denominada de 'política de alianças': um conceito político que assinalou certamente o início da assunção de responsabilidades mais amplas ('função nacional', 'política para a paz') mas conservou por muito tempo um subentendido de instrumentalismo e de ambigüidade nas relações com os sujeitos considerados apenas como provisórios 'companheiros de viagem'. (...) Foi precisamente a experiência da luta democrática na época do sufrágio universal que em seguida ensinou lentamente ao movimento operário não apenas que o próprio consenso é em geral um aspecto da força política, mas que sem o consenso dos próprios operários é definitivamente impossível qualquer luta democrática. (...) Ao longo dessa evolução foi amadurecendo a exigência de uma radical superação tanto do economismo quanto do instrumentalismo político e a necessidade, portanto, de reassumir como problema do presente o ideal universalista sempre adiado no utopismo de uma remota e futura 'emancipação humana'". CERRONI, Umberto. Além dos Limites do Velho Socialismo In: Revista Novos Rumos, São Paulo, ano 4, n. 15, 1989, pp. 9-14.

Às dificuldades oriundas da tarefa de construir a unidade a partir da rica diversidade dessas sociedades, somaram-se, para os partidos de orientação socialista, as dificuldades políticas surgidas com as transformações econômicas em curso, em nível mundial, principalmente a partir de meados dos anos 70. Hoje, no limiar da terceira revolução industrial, as organizações do campo do trabalho, desde seus sindicatos até seus partidos, encontram-se numa posição defensiva. Uma nova investida do capital, agora sob predominância financeiro-especulativa, tem colocado em xeque o padrão de sociabilidade social-democrata, fazendo com que o trabalho organizado veja diminuído o seu poder político, sua capacidade de representação e de conflitualidade<sup>50</sup>.

Os países desenvolvidos vivem um momento de transição. Ainda que a sociabilidade social-democrata não tenha sido rompida de modo definitivo - não tendo sido firmado um padrão alternativo que a substitua - a ofensiva mundial do capital, deflagrada principalmente durante as duas últimas décadas do presente século, conseguiu reverter o processo de redefinição da relação capital/trabalho, até então tendencialmente favorável aos trabalhadores. Diante da crise econômica iniciada no final dos anos 60, agravada nos 70 e estendida até 1983, caracterizada pela queda da produtividade e da lucratividade<sup>51</sup> e, ainda, pelo crescimento constante do déficit público, o capital, na busca de proteção ao processo de acumulação, com a redução dos custos empresariais, passou a se empenhar na eliminação das regulações governamentais e na defesa de um mercado auto-regulado<sup>52</sup>.

Visando a implantação de um novo paradigma econômico e, quiçá, de um novo projeto societário, agora sob sua hegemonia plena, o capital tem se lançado, com dedicação crescente, a um esforço de dismantelamento da sociabilidade social-democrata. Numa ofensiva que se faz de modo global, ele tem buscado desde o abrandamento da tributação sobre os lucros e do controle sobre o meio ambiente, até a expansão da insegurança do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos operários<sup>53</sup>. Frente às tentativas crescentes de dismantelamento das instituições econômicas, sociais e políticas que caracterizam a sociabilidade social-democrata, as organizações do mundo do trabalho vêm-se

<sup>50</sup> Veja-se, para a análise da terceira revolução industrial e suas consequências no mundo do trabalho, MATTOSO, Jorge E. L. *Trabalho e desigualdade social no final do século XX* (Um estudo dos efeitos do esgotamento do padrão de desenvolvimento norte-americano e da emergência da terceira revolução industrial sobre o mundo). Campinas. 1993. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, principalmente capítulo 3, sobre o qual se apoia a interpretação aqui realizada.

<sup>51</sup> Alain Lipietz aponta como razão profunda desta tendência a crise do modelo fordista de organização do trabalho, apresentado como "o acoplamento do taylorismo com a mecanização no interior de grandes empresas multissetoriais que subcontratavam certas tarefas a empresas subordinadas aos mesmos princípios". Veja-se LIPIETZ, Alain. *Audácia - uma alternativa para o século XXI*, São Paulo: Nobel, 1991, p. 29.

<sup>52</sup> PRZEWORSKI, Opus cit., considera que o capital, neste momento, possui "um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia ... Trata-se de um projeto para uma nova sociedade, uma revolução burguesa.", p. 258.

<sup>53</sup> - Segundo MATTOSO, Opus cit., a "expansão da insegurança do trabalho se daria em três níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho". p. 114.

compelidas a uma posição defensiva, quando não de paralisia, abrindo-se, desta forma, a possibilidade de o capital reassumir, agora com reduzida contestação organizada, a gestão plena da sociedade.

Neste momento, os partidos políticos ligados ao mundo do trabalho estão colocados, portanto, diante de um novo e maior desafio, na medida em que sua superação não se restringe mais ao espaço dos Estados nacionais e o paradigma socialista, seja o social-democrata, seja o adotado nos países do leste europeu, atravessa profunda crise. Estes partidos encontram-se diante do desafio de estabelecer novos parâmetros, agora de nível internacional, que elevem a um novo patamar as práticas, introduzidas pela sociabilidade social-democrata, de regulação social do mercado e de constituição de um espaço público democrático, capaz de garantir a expressão dos conflitos e a negociação entre os segmentos sociais diferenciados gerados no processo contínuo de desenvolvimento econômico.

A complexidade da estrutura das sociedades de sociabilidade social-democrata, a conseqüente organização de sua esfera civil, principalmente através dos "novos movimentos sociais", e a alteração na forma dos conflitos, voltados fundamentalmente para a disputa dos fundos públicos, colocaram às forças políticas que mantiveram como perspectiva a construção do socialismo a necessidade de revisão das antigas concepções de classe e de partido revolucionário. Estas forças encontram-se, hoje, diante da necessidade de construir um novo projeto societário, através de uma nova forma partidária, não mais firmados sobre uma classe homogênea, mas constituídos a partir da pluralidade social, política e cultural característica dessas sociedades e tendo por eixo a democracia<sup>54</sup>.

As sociedades contemporâneas complexas, alicerçadas, ainda, na relação capital-trabalho, trazem em si a imanência do conflito. Classes sociais mesmo que transformadas e, com elas, seus partidos, são elementos constitutivos dessas sociedades, em sua nova diversidade e conflitualidade. A democracia contemporânea exige e pressupõe, assim, o pluralismo, mas sob a condição de que seja um pluralismo conflituoso ou, ao menos, não consensual. O consenso da democracia é, apenas, o consenso do "respeito às regras do jogo"<sup>55</sup>; na verdade, é o consenso da aceitação do dissenso. A unanimidade democrática resume-se no "consenso (a respeito) de uma unanimidade pluralista"<sup>56</sup>.

A modernidade política, que pressupõe a integração social, implica necessariamente a interlocução, o diálogo e a negociação, só possíveis nas sociedades pluralistas, onde tenham se constituído as identidades e os projetos das diversas classes e forças sociais que, só assim, podem se reconhecer e se respeitar mutuamente, estabelecendo a alteridade indispensável à convivência

<sup>54</sup> Este desafio mostra-se passível de ser enfrentado, na medida em que os partidos políticos têm se mantido como espaço de constituição de projetos globais, fato visível na transformação de movimentos sociais, como o ecológico, em partidos e no surgimento de novos partidos baseados, por exemplo, em movimentos regionalistas e étnicos. O Partido Verde, alemão, é exemplo da primeira transformação apontada, enquanto a Liga Lombarda, italiana, constitui-se em um exemplo do segundo tipo de transformação. O processo de mudanças vivido pelo antigo Partido Comunista Italiano é exemplo da busca de constituição de um novo projeto socialista e de uma nova forma partidária, nesta perspectiva.

<sup>55</sup> BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*, Opus cit.

<sup>56</sup> SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

democrática<sup>57</sup>. Nestas condições, quando verso e reverso já encontram-se consolidados, cria-se a possibilidade de construção da pluralidade propugnada pelas teorias democráticas contemporâneas e torna-se possível conceber o surgimento de relações transversas<sup>58</sup>, características das relações de parceria, que implicam, tanto a afirmação de interesses diferenciados, quanto seu partilhamento por diferentes sujeitos políticos.

### 1.5. O PT e sua Contemporaneidade à Sociedade Brasileira

No Brasil, país em processo de modernização econômica, ainda que dependente, *mix* de modernidade e arcaísmo, onde a sociedade tornou-se mais diversificada e complexa, apesar da manutenção de profundas desigualdades sociais e de práticas políticas autoritárias e elitistas, qual o

<sup>57</sup> Veja-se SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Ainda que não concebido em termos de classe, o autor aponta a "pluralismo" como a característica marcante das sociedades democráticas. Diz ele que: "A expressão 'pluralismo' pode ser conceituada em três níveis: (i) cultural, (ii) societal e (iii) político. (...) Uma cultura pluralista mostra uma visão de mundo baseada, em essência, na convicção de que a diferença, e não a semelhança, a dissensão e não a unanimidade, a mudança e não a imutabilidade, levam a uma vida melhor. (...) Com relação ao segundo nível, o pluralismo societal deve ser distinguido da diferenciação societal. Ambos são estruturas sociais ou, mais exatamente, princípios estruturais que resumem configurações sócio-estruturais. Mas, do fato de que toda sociedade complexa se revela 'diferenciada', não se segue de modo algum que todas as sociedades sejam diferenciadas 'pluralisticamente'. (...) uma sociedade plural não é uma sociedade pluralista, pois esta última é apenas um dos muitos tipos possíveis de diferenciação societal.". No parágrafo seguinte, continua o autor, "Com relação ao terceiro nível, pode-se dizer que o pluralismo político indica uma 'diversificação de poder' e, mais precisamente, a existência de uma 'pluralidade de grupos que são ao mesmo tempo independentes e não-inclusivos'." (pp. 35/6). E, mais além: "...o consenso não deve ser concebido como um parente próximo da unanimidade. A diferença pode ser descrita da seguinte maneira: o consenso é uma unanimidade pluralista. Não consiste de uma visão única postulada pela interpretação monocromática do mundo, antes evoca um processo interminável de ajuste de muitos espíritos [e interesses] discordantes em sempre transformadas 'coalizões' flexíveis de persuasão recíproca." (p.37. Os grifos em negrito são do autor, os em itálico são meus.). Veja-se, para abordagem semelhante, DAHL, R. A. **Who Governs?**. Yale University Press, 1961 e, ainda, do mesmo autor, **Pluralist Democracy In: The united States: conflict and consent**, Rand McNally, 1967. Referindo-se diretamente às relações de classe, O'Donnell afirma que: "Uma conduta pluralista (em si não necessariamente democrática) surge do reconhecimento da legitimidade da diferença, da aceitação do 'outro' como um sujeito de direitos e interesses válidos mais além da vontade do *ego*. Esse 'outro' da burguesia tende, precisamente para poder se afirmar enquanto outro, a se constituir como sujeito coletivo. (...) Em contraste com isto, numa relação arcaica não há reconhecimento de sujeitos coletivos (estritamente não se reconhecem *sujeitos*), nem negociação com os mesmos. (...)". Veja-se O'DONNELL, Opus cit. p. 77. Os grifos em negrito são meus e os em *itálico-negrito* do autor.

<sup>58</sup> A questão da transversalidade é levantada por Sartori. O autor argumenta, citando Janda, que o "pluralismo pode ser definido, operacionalmente, como 'a presença de cortes transversais' (e não, ressalte-se, de pressões transversais)". No mesmo parágrafo ele adenda: "Janda observa também que o mais importante para esses cortes ou separações é que sejam transversais, diagonais - pois com isto se neutralizam, em lugar de se reforçarem - quando os indivíduos têm afiliações múltiplas, ou mesmo fidelidades múltiplas." (p.39). Veja-se SARTORI, Giovanni. Opus. Cit. Veja-se, ainda, Apud SARTORI, G. JANDA, Kenneth. **ICPP Variables e Coding Manual**, 4º ed., março de 1972, nº 3-4 do "International Comparative Potical Parties Project", Monograph Series, Northwestern University.

significado, hoje, de um partido que se propõe a representar uma classe social - a "classe trabalhadora" - e a construir uma sociedade socialista?

Desde o seu surgimento, o PT expressou o movimento de (re)organização da sociedade brasileira gerada pelo processo de modernização econômica. Na metade da década de 70, em meio à abertura política e à crise do chamado "milagre econômico brasileiro", parcelas significativas das elites políticas e econômicas e dos segmentos sociais populares começaram a se mobilizar e a se contrapor ao regime ditatorial e a seu aparato institucional-legal. Através da revitalização de instituições anteriormente existentes e até ali cooptadas ou silenciadas pela ditadura e, principalmente, através da constituição de novos organismos civis, tanto setores empresariais discordantes das políticas governamentais, quanto grupos de intelectuais, estudantes, membros das chamadas "classes médias", trabalhadores industriais, até donas de casa, moradores das periferias urbanas e desempregados começaram a se organizar, em uma intensidade inédita até aquele momento no país.

Eclosionaram, assim, também no Brasil, os chamados novos movimentos sociais que, mobilizados contra o Estado ditatorial, assumiram características e significados diversos dos movimentos de mesmo tipo surgidos no mesmo momento nas nações econômica e politicamente mais desenvolvidas. Enquanto naqueles países estes movimentos buscavam autonomia frente a um Estado de bem-estar que se revelava incapaz, no entanto, nos marcos da institucionalidade vigente, de satisfazer as demandas diferenciadas, muitas vezes de grupos particulares e quase sempre não diretamente afetas às necessidades sociais básicas de sobrevivência, no Brasil, na vigência de um Estado autoritário e em plena crise econômica, as demandas tiveram caráter mais material e imediato.

Elas se voltaram, no plano popular, para reivindicações como salário, emprego, saúde e saneamento básico, transporte coletivo e moradia, num amplo leque que se poderia definir genericamente como referido às necessidades primárias e, no plano das elites empresariais, voltaram-se para o rompimento das amarras técnico-burocráticas impostas pelo Estado às suas iniciativas. No âmbito político em sua dimensão mais geral e congregando setores diferenciados da população, lutava-se pelas liberdades individuais e públicas fundamentais: a liberdade de associação e organização, o direito de ir e vir, o *habeas-corpus*, a anistia aos presos e perseguidos políticos, a reconstitucionalização do país e as eleições diretas.

As lutas pela satisfação de necessidades básicas e por direitos civis e políticos somaram-se, ainda, as lutas pela ampliação dos direitos culturais e comportamentais, como a emancipação feminina, as liberdades sexuais e das chamadas minorias, deflagradas concomitantemente em quase todo o mundo desenvolvido. A postura autonomista e anti-institucional, característica dos novos movimentos sociais, assumia, no Brasil, um caráter de luta aberta contra o Estado autoritário. Não se tratava de *desconstruir* o Estado mas, antes, de se contrapor ao Estado de mal-estar existente e de *edificar* um Estado democrático que nunca fora construído.

Frente a um Estado fechado e não sensível às pressões advindas da sociedade<sup>59</sup>, os novos movimentos sociais se politizaram - e o fizeram numa intensidade ainda maior do que a verificada nos

<sup>59</sup> Para o conceito de Estado sensível, veja-se SARTORI Opus cit.

países de democracia consolidada - como único canal de que dispunham os novos segmentos sociais e grupos de interesses de se fazerem ouvir<sup>60</sup>. A negação do Estado e da institucionalidade vigente transformou-se assim, no Brasil, na negação da ditadura e na afirmação da sociedade civil, em sua luta para se apropriar de sua própria gestão política. Uma luta que significava, na verdade, a tentativa de conquista do direito de gestão do Estado, tornando-o efetivamente aberto e sensível às demandas do conjunto da população<sup>61</sup>.

Na ausência de intermediadores político-institucionais aptos para viabilizar a interlocução necessária entre Estado e sociedade, já que a ditadura suprimira os partidos políticos tradicionais substituindo-os por duas agremiações criadas artificialmente com o intuito de prover uma legitimidade mínima a seus atos<sup>62</sup>, foram os novos movimentos sociais que assumiram, no plano de massas, esta função. Dentre estes movimentos<sup>63</sup>, sobressaiu-se o movimento sindical urbano e rural que, passando a incluir categorias profissionais recém-surgidas em decorrência do processo de industrialização e modernização acelerados do país, começou a se contrapor à tutela a que o Estado tradicionalmente o submetera; fundaram-se associações profissionais de categorias impedidas legalmente de se sindicalizarem, iniciaram-se as articulações inter-sindicais que deram origem às atuais centrais sindicais brasileiras, bem como começaram a adquirir expressão nacional entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Como os demais, todos esses movimentos passaram a se empenhar, com forças que se redobravam continuamente, nas lutas pelos direitos civis e pelas liberdades democráticas<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> Utilizando-se as formulações de Huntington, poder-se-ia dizer que é neste momento que a sociedade brasileira adquire efetivamente as características de uma "sociedade pretoriana". Segundo aquele autor, não é apenas o fato da militarização que define uma sociedade pretoriana. Diz ele: "...O fato é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais. Nessas sociedades, a política carece de autonomia, complexidade, coerência e adaptabilidade. Todos os tipos de forças e grupos sociais se empenham diretamente na política geral. ...". Páginas adiante ele acrescenta: "Em todas as sociedades, grupos sociais específicos se empenham na política. O que faz esses grupos parecerem 'mais politizados' numa sociedade pretoriana é a ausência de instituições políticas efetivas capazes de mediar, refinar e modelar a ação política dos grupos. Num sistema pretoriano, as forças sociais se enfrentam cara a cara; não há instituições políticas nem grupos de líderes políticos profissionais reconhecidos e aceitos como intermediários legítimos para moderar os conflitos entre os grupos. (...) Na ausência de procedimentos reconhecidos, todas [as] formas de ação direta são encontradas no cenário político. ...". HUNTINGTON, Samuel P., *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1975, p. 206 e 208.

<sup>61</sup> Significado, aliás, expresso já naquele período nas lutas pelo Estado de Direito e pelas liberdades democráticas, principais bandeiras das mobilizações políticas de massa de então.

<sup>62</sup> Como se sabe, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), na situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na oposição consentida. A transformação do caráter do MDB será referida adiante.

<sup>63</sup> Há que se registrar o papel destacado assumido pela "igreja progressista" e pelos movimentos colocados sob sua proteção nesse momento. Veja-se DOIMO, Ana Maria. *Movimento Popular no Brasil Pós-70: Formação de um campo ético-político*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.

<sup>64</sup> É Huntington ainda quem afirma, referindo-se às "sociedades pretorianas": "Os países que possuem um exército político, possuem também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas. ...". HUNTINGTON, S. M. *Opus cit.* p. 206.

Sob a pressão crescente dos diferentes setores sociais que se organizavam e que começavam, desde as eleições parlamentares de 1974, a fazer do MDB seu veículo de expressão política, o próprio Estado tomou a iniciativa de extinguir os partidos políticos então existentes e permitir nova forma de organização partidária, ainda limitada, posto que impedia a legalização dos partidos de orientação comunista.

Fundou-se nesse momento o PT, articulado a partir de proposta lançada por algumas das mais expressivas lideranças sindicais do período, majoritariamente operárias, mas congregando também número significativo de adeptos originários de movimentos sociais díspares e de extração social diversificada. Na tentativa de construção de um espaço de atuação política autônoma, as lideranças do "novo sindicalismo brasileiro" agiram, na verdade, como força centrípeta sobre os militantes dos demais "novos movimentos sociais", atraindo-os para a construção de um novo partido político e, portanto, para o espaço da ação política institucionalizada. O PT nasceu, assim, quase que como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 70.

Sua fundação expressou um movimento ambíguo, sem dúvida, pois que, mesmo buscando conscientemente o espaço institucional de ação sobre o Estado, a postura oficial petista tendeu sempre, com maior ou menor ênfase, para a negação das práticas políticas institucionais. Postura decorrente, em grande parte, de seu surgimento como desdobramento/coroamento de um processo nascido no âmbito da sociedade civil, construído, quase sempre, no enfrentamento (ele também ambíguo) com o Estado.

Em virtude de seu enraizamento social, da identidade político-classista que se dispôs a forjar e, ainda, de sua proposição socialista, o aparecimento e a consolidação do PT contrariou as expectativas de lideranças localizadas à direita, ao centro ou à esquerda do espectro político. Pela esquerda e o centro, ele foi visto como um "divisor das oposições" que, segundo concebiam, deveriam manter-se unidas num único partido. Para a direita, albergada no interior do Estado autoritário e gestora da reforma político-eleitoral de 1979 - voltada para o enfraquecimento dos movimentos democratizantes e para a obtenção de uma sobrevida do regime - o PT, ainda que aceito enquanto um possível "divisor das oposições", aparecia, entretanto, em virtude da postura autonomista e anti-institucional que adotava, como séria ameaça às pretensões do governo de controle sobre a sociedade civil.

Divididas desde o seu nascedouro, as opiniões a respeito do PT não convergiram até hoje a um nível que se possa classificar minimamente como de consenso. Ainda que aceito, sem dúvida, como "novidade" no quadro partidário nacional, mantêm-se, entretanto, a partir de sua afirmação classista e de sua proposição socialista, as controvérsias a respeito de sua modernidade e de sua contribuição ao processo político brasileiro. As duas campanhas presidenciais disputadas por Lula e a divisão da população brasileira a favor e contra o PT, com a correspondente polarização ideológica que se seguiu, é prova suficiente de permanência destas controvérsias. Seja com Collor, seja com FHC, o que se assistiu foi a unificação das forças de direita, no primeiro caso, e de todo o centro até a direita, no segundo, contra o candidato petista.

Visando estabelecer as bases para a fixação de um consenso mínimo sobre o significado do Partido dos Trabalhadores, este trabalho pretende demonstrar que o PT, longe de ser anacrônico e entrave à consolidação da democracia, é contemporâneo à sociedade brasileira, em seu processo contraditório e incompleto de modernização e complexificação social, contribuindo de modo fundamental para a construção da democracia no Brasil, na medida em que:

- 1) articula um novo bloco social e político, composto por segmentos sociais diversificados do campo do trabalho, com alto grau de organização e mobilização, surgidos no processo de desenvolvimento recente do país, incorporados ao mercado econômico, mas não incorporados plenamente ao mercado político;
- 2) no processo de construção coletiva de seu projeto político-societário, carrega uma tensão constante entre duas grandes concepções políticas: a do enfrentamento de classes e ruptura revolucionária da institucionalidade vigente e a da democratização processual dessa institucionalidade, através do reconhecimento da alteridade e da interlocução de classes, descrevendo, ao longo do período analisado, uma trajetória em que a segunda concepção tende a ganhar espaço frente à primeira;
- 3) através de sua postura classista, de afirmação da autonomia da "classe trabalhadora" em oposição às "classes dominantes", e de sua proposição socialista, constrói a identidade política deste novo bloco social, realizando, assim, a condição preliminar que torna possível o reconhecimento do outro e o estabelecimento do diálogo, característicos da democracia pluralista e social contemporânea.

Para a demonstração destas hipóteses, analisou-se aqui a composição social dos militantes, dirigentes e eleitores do Partido dos Trabalhadores, a evolução do desempenho eleitoral do partido desde 1982 até 1990 e a trajetória de construção de seu projeto político-societário, relacionando-as com as características sócio-econômicas e políticas fundamentais da sociedade brasileira em seu processo de transformação recente. Noutras palavras, procurou-se responder a três questões básicas: Quem compõe e dirige o PT? Quem são seus eleitores? Qual o projeto político-societário articulado por este partido?

Com o objetivo de identificar o bloco social e político congregado no PT, analisou-se o perfil de seus militantes, dirigentes e eleitores. Entende-se que, tal como ocorre com os demais partidos de massas inseridos em um sistema democrático de representação política, também no PT são eles que determinam, através da interferência militante direta ou através do exercício do voto e da pressão indireta, as posturas e as práticas políticas assumidas pelo partido. Pode-se considerar, assim, que dos quatro círculos de participação classicamente apontados como característicos dos partidos de massa, a saber, os eleitores, os simpatizantes, os filiados e os militantes, analisou-se neste trabalho, ainda que em graus de profundidade diferenciados, decorrentes da diversidade do material empírico disponível, a composição social de três deles<sup>65</sup>. Apenas os simpatizantes - entendidos como aqueles que, como

<sup>65</sup> Na verdade, a categorização utilizada aqui difere ligeiramente daquela adotada classicamente. Devido à dificuldade de se construir uma amostra estatisticamente confiável dos simples filiados ao partido, optou-se por trabalhar com aqueles que podem ser classificados como *adeptos ativos*, considerados, para os efeitos desta tese, como os que participaram em algum nível das atividades do 1º Congresso do PT, referido parágrafo adiante. São estes os que foram denominados aqui como *militantes*. Além disto, aqueles classicamente referidos como "militantes" (considerados usualmente sem qualquer distinção

eleitores frequentes do partido mas sem se filiar a ele, dedicam-se, ainda que eventualmente, a defender e/ou a divulgar suas propostas e, nos momentos eleitorais, a buscar votos para seus candidatos - foram deixados à parte<sup>66</sup>.

O estudo do perfil dos militantes do PT foi realizado através da análise de suas características demográficas, sócio-econômicas e políticas. Partiu-se da consideração mais geral de que um bloco social e político constitui-se fundamentalmente em decorrência de sua inserção no universo econômico e de sua ação política. Nesta perspectiva, analisaram-se, em termos demográficos, as variáveis relativas à: situação de domicílio, faixa etária, sexo, cor e estado conjugal. No que diz respeito à participação no espaço da produção e da distribuição, verificaram-se os níveis de escolaridade e renda mensal, bem como a posição ocupada frente à propriedade dos meios de produção, os setores de atividade econômica e a qualificação profissional. Finalmente, em termos de ação e opiniões políticas, identificaram-se a participação nos movimentos da sociedade civil - sindicais, populares, religiosos e partidários - e as opiniões sobre temas fundamentais para a constituição do projeto político-societário do partido: o socialismo, o Estado e a democracia.

Com o objetivo de determinar com maior precisão o perfil dos militantes petistas, articuladores diretos da identidade política do partido, a análise procurou observar suas características levando em conta a posição ocupada na hierarquia partidária, como dirigentes ou militantes de base, e sua distribuição pelas regiões sócio-econômicas do país. A análise procurou, ainda, comparar as características dos militantes com as da população economicamente ativa e com as da população brasileira em geral.

Os dados empíricos que serviram de base para a construção do perfil dos militantes petistas provieram de uma pesquisa quantitativa realizada, em duas etapas, durante o transcurso das reuniões das fases municipal e nacional do 1º Congresso do PT, ocorrido em 1991. Para a primeira delas, desenvolvida durante os meses de outubro e novembro, construiu-se uma amostra por conglomerados de nível nacional, proporcional ao número total de filiados do partido e sua distribuição pelos estados do país. Através de sorteios aleatórios sucessivos, definiram-se os municípios onde seriam aplicados os questionários e, em proporção ao número de filiados de cada localidade, os militantes a serem pesquisados. Para a segunda fase, realizada durante o período de 27 de novembro à 01 de dezembro, em São Bernardo (SP), distribuíram-se questionários para todos os filiados do partido participantes do evento, tendo-se obtido o retorno de 73,16% dos participantes<sup>67</sup>.

---

entre militantes de base e de direção), foram estratificados segundo o critério da ocupação ou não de cargo de direção partidária. Por fim, os dirigentes foram identificados de acordo com o nível de direção que ocupam: municipal, estadual e nacional. O detalhamento do procedimento utilizado é apresentado nas seções dedicadas ao estudo de cada categoria. Para a tipologia dos membros partidários veja-se DUVERGER, M. Opus cit.

<sup>66</sup> Por dois motivos não se trabalhou aqui com a categoria "simpatizantes petistas". O primeiro deles decorre da alta volatilidade das "simpatias partidárias" no Brasil, apontada por inúmeras pesquisas de opinião realizadas no país. O segundo é a dificuldade de acesso, de modo uniforme e nacional, a este grupo.

<sup>67</sup> Participaram da etapa final do congresso 1129 delegados.

Como medida de controle, conferiu-se a proporção do número total de questionários devolvidos com o número de filiados do partido em cada estado e, para a etapa nacional, checkou-se a distribuição dos entrevistados por estados e por sexo com os números obtidos pela estatística global realizada pela secretaria do congresso, confirmando-se suas equivalências sob todos os critérios adotados<sup>68</sup>. Obteve-se, desta forma, dados que se referem a militantes do partido distribuídos pela totalidade dos estados do país, colhidos durante duas das três fases do congresso<sup>69</sup> e fornecidos por militantes de base, assessores, funcionários, parlamentares, prefeitos e dirigentes partidários em diversas instâncias.

No que se refere especificamente aos eleitores do PT, na ausência de dados sobre suas ações e opiniões políticas, a análise deteve-se na explicitação de suas características demográficas e sócio-econômicas. Infere-se, no entanto, que sua opção pelos candidatos petistas indica, ainda que apenas como tendência geral, uma sintonia com a identidade política construída através do PT.

Para a construção do perfil dos eleitores petistas, trabalhou-se com dois conjuntos de dados, ambos provenientes de pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública). O primeiro deles, relativo às eleições para os governos estaduais realizadas nos anos de 1982, 1986 e 1990, englobando seis estados, localizados nas cinco grandes-regiões geográficas do país. O segundo, relativo às eleições presidenciais de 1989, em seus dois turnos, englobando o conjunto do eleitorado nacional.

Comparados os dados das pesquisas do Ibope com os dados oficiais das eleições, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), selecionou-se, para o presente estudo, apenas os provenientes das pesquisas de intenção de voto que se revelaram significativamente próximas dos resultados oficiais. Uma vez constatada a coincidência entre intenção de voto e resultados finais das eleições, deduziu-se a manutenção da coincidência entre os dados sócio-econômicos daqueles que declararam sua intenção de voto e daqueles que efetivamente votaram nos candidatos petistas.

Por fim, através da análise de documentos e de resoluções políticas de caráter nacional do PT, desde o movimento por sua fundação até o seu 1º Congresso, verificou-se o processo de constituição e transformação do projeto político-societário do partido. Analisando-se os doze primeiros anos de sua existência, identificou-se, nos documentos expressivos de cada um dos momentos da história do PT selecionados para estudo: 1) quais os sujeitos políticos reconhecidos por ele como responsáveis pela

<sup>68</sup> Relativos à fase municipal, foram tabulados 740 questionários. Relativos à fase nacional, foram tabulados 826 questionários, sendo que 776 deles foram respondidos por delegados ao congresso e 42 por observadores plenos que, segundo as normas de participação, eram dirigentes petistas não eleitos como delegados. Outros 8 questionários não indicaram a condição do entrevistado mas, mesmo assim, por se tratarem de filiados ao partido, foram utilizados.

<sup>69</sup> Além das fases municipal e nacional, o 1º Congresso do PT compôs-se de uma fase estadual e também de encontros específicos por área de atuação social de sua militância: movimentos de mulheres, de negros, de ambientalistas etc.. Nestas fases, consideradas preparatórias, além da discussão das "teses" políticas elaboradas por grupos de militantes e pelas diversas "tendências internas do partido" (facções), elegeram-se, segundo critérios de proporcionalidade ao número de filiados e de presentes nas diversas reuniões, os delegados à etapa final (nacional) do Congresso.

construção do projeto partidário; 2) quais as características da sociedade socialista que ele se propõe a construir e 3) qual o caminho estratégico a ser percorrido para a construção desta sociedade?

Tendo em vista seus diferentes graus de influência na definição da identidade política do partido, analisou-se, na primeira parte deste trabalho, o perfil demográfico, sócio-econômico e político dos militantes petistas. Na segunda, o perfil demográfico e sócio-econômico dos eleitores petistas. Na terceira parte, analisou-se o projeto político partidário. Nas conclusões, com o objetivo de explicitar o papel desempenhado pelo partido no processo de construção democrática em curso no Brasil, analisaram-se as características sócio-econômicas e políticas do bloco social constituído através do PT no quadro da sociedade brasileira e das sociedades avançadas contemporâneas, bem como procurou-se apontar a contribuição do partido à consolidação da democracia no país.

## **2. Perfil dos Militantes do PT<sup>70</sup>**

Centrado na análise das características demográficas e sócio-econômicas dos militantes petistas, este capítulo inicia-se pela observação de um dado preliminar: a distribuição geográfico-espacial dos filiados ao PT, que permite situar o partido e seus integrantes no território nacional, comparando-o com a população, os eleitores e os filiados a partidos políticos em cada região do país.

A partir da seção 2.2., tomando como contra-ponto a população e/ou os eleitores brasileiros, a análise volta-se exclusivamente para os militantes petistas. Verificam-se, então, suas características sócio-demográficas: a situação de domicílio, a idade, o sexo, a cor e o estado conjugal. Toda a seção 2.3. é dedicada à análise das características sócio-econômicas dos militantes petistas: os níveis de escolaridade e de rendimento mensal individual e familiar, a posição na ocupação, os setores de atividade econômica e os níveis de qualificação profissional.

### **2.1. Distribuição dos Filiados ao PT no País**

#### **2.1.1. Filiados ao PT, Eleitores e População Brasileira**

Em 1991, no momento de realização de seu 1º Congresso, o PT possuía 523.755 filiados, distribuídos por todos os estados da federação. As curvas de distribuição da população, dos eleitores e dos filiados ao PT são muito semelhantes, como se pode verificar nos gráficos e tabelas abaixo, demonstrando uma inserção partidária nacional equilibrada, sem concentrações desproporcionais e sem grandes vazios localizados. Há mais filiados na região sudeste e no estado de São Paulo, mas é ali também que se concentra o maior contingente populacional do país e o maior número de eleitores. As regiões centro-oeste e norte, as de menores concentrações populacionais e de eleitores relativamente ao conjunto do país, são, no PT, as que comparecem com os menores percentuais de filiados.

A região centro-oeste, com 6,4% da população total do país e com 6,2% de seus eleitores, detém apenas 6,7% do total dos filiados ao PT, revelando uma correspondência quase perfeita, tanto no que se refere aos três índices, quanto aos seus pesos relativos frente ao conjunto do país: encontram-se nesta região, o menor contingente populacional e o segundo menor eleitorado do país e, também, o menor total de filiados ao PT. A região norte, com 9,5% da população do país e com apenas 5,4% dos eleitores, compoando a segunda menor concentração populacional e o último colégio eleitoral brasileiro,

<sup>70</sup> Para os efeitos deste trabalho, entende-se como militantes os filiados que têm algum nível de participação ativa na vida partidária e que influem, de alguma forma e mesmo que minimamente, na definição das políticas do partido - sejam ativistas de base sem cargos, sejam dirigentes. Há que se alertar que a coleta do material empírico, por ter sido realizada durante um congresso, potencializou a participação dos dirigentes e demais integrantes da "máquina partidária". Assim, na busca de uma maior aproximação com a realidade pesquisada, distingue-se, no desenvolver da análise, os ativistas de base (não detentores de cargos formais na hierarquia partidária) dos dirigentes em seus diversos níveis, procurando-se identificar as possíveis diferenças ou semelhanças entre as características econômicas, sociais e políticas de ambos.

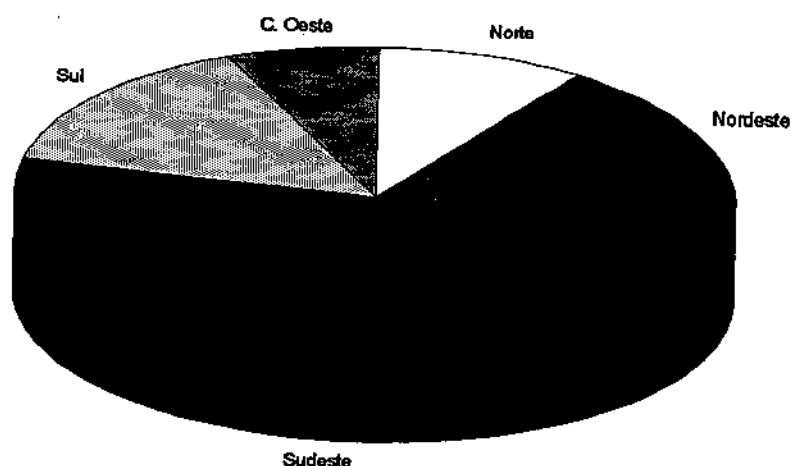
detém 9,5% do total dos filiados ao PT, representando a penúltima concentração de filiados petistas. Há que se observar, quanto aos filiados ao PT, que, nesta região, o estado do Pará, que detém apenas 3,5% da população do país e 2,7% dos eleitores, aparece com 5,8% dos filiados petistas em nível nacional, o que, antes de indicar simplesmente uma discrepância, indica uma das características do partido: relativa à sua presença nos setores sociais e regiões geográficas politicamente mais organizadas. O Pará, estado de fronteira agrícola, região onde foram implantados projetos de colonização e reforma agrária durante os governos militares, frutos da abertura da rodovia transamazônica e do projeto de desenvolvimento regional da época, caracteriza-se por um forte movimento sindical rural e uma presença significativa de pequenos proprietários rurais entre sua população, além de fortes conflitos pela posse da terra.

**Filiados ao PT por Regiões 1991**

| Regiões  | Filiados | Nº Abs. |
|----------|----------|---------|
| Norte    | 9,5      | 49949   |
| Nordeste | 16,9     | 88670   |
| Sudeste  | 52       | 272565  |
| Sul      | 14,8     | 77390   |
| C. Oeste | 6,7      | 35181   |
| Brasil   | 100      | 523755  |

Fonte: Secretaria Nacional de Organização PT

**Filiados ao PT por Regiões - 1991**



A região sudeste, com o maior contingente populacional e eleitoral do país, ocupa no PT o primeiro plano de filiações. Ocorre ali, no entanto, uma super representação no que se refere à proporcionalidade entre filiados ao PT, população e eleitores. Observa-se que os filiados ao PT representam 52% do total do partido, enquanto localizam-se na região apenas 42,5% da população e

45,7% dos eleitores do país. No entanto, face ao fato de que concentram-se nesta região as áreas de maior urbanização e industrialização do país e que é nela que se verificam também os maiores índices de sindicalização<sup>71</sup>, o peso elevado dos filiados desta região sobre as demais é indicativo da relação do partido com os movimentos sociais e políticos das parcelas populacionais mais organizadas, como se verá ao longo deste trabalho.

A comparação da distribuição dos filiados, eleitores e população entre as regiões nordeste e sul corrobora esta afirmativa. O nordeste, segundo maior contingente populacional e de eleitores do país, com 29% da população e 26,2% dos eleitores, não obstante apareça como a segunda região em concentração de filiados no partido, com 16,9% deles, apresenta uma defasagem de mais de 10 pontos percentuais entre seus filiados e a população e os eleitores. Como é a região menos desenvolvida economicamente do país, com a menor taxa de industrialização e um dos menores índices de sindicalização, a diferença filiados, eleitores e população torna-se, mais uma vez, coerente com o argumento da presença petista nos centros dinâmicos da economia e da organização sindical e popular da população. Quanto à região sul, desenvolvida econômica e socialmente e, além disto, com grau de organização sindical e popular elevado, a congruência filiados, eleitores e população é quase perfeita, com 14,8% dos filiados ao PT, 15,1% da população e 16,4% dos eleitores do país.

**População e Eleitores - Brasil**

| Regiões  | População 1991 |            | Eleitores 1990 |            |
|----------|----------------|------------|----------------|------------|
|          | Absoluto       | Percentual | Absoluto       | Percentual |
| Norte    | 10146218       | 6,9        | 4424718        | 5,4        |
| Nordeste | 42387328       | 29         | 21529617       | 26,2       |
| Sudeste  | 62121357       | 42,5       | 37538389       | 45,7       |
| Sul      | 22079703       | 15,1       | 13476003       | 16,4       |
| C. Oeste | 9419896        | 6,4        | 5087499        | 6,2        |
| Brasil   | 146154502      | 100        | 82056226       | 100        |

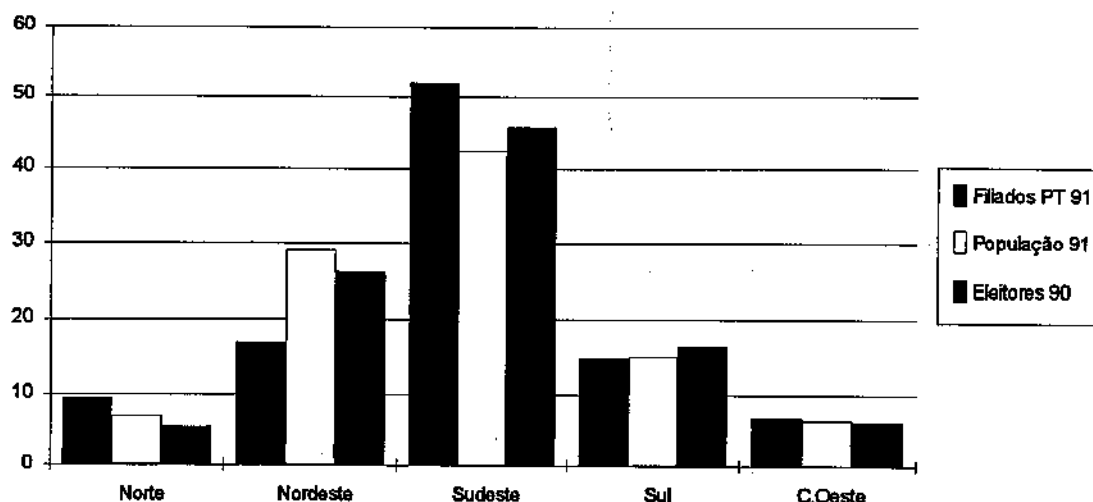
Notas: População do Brasil em 1991: Censo Demográfico de 1991 - Resultados Preliminares, IBGE, 1992. Eleitores nas eleições de 1990: Anuário Estatístico do Brasil 1991 - IBGE, 1991.

**Filiados ao PT, População e Eleitores,  
por Grandes Regiões Brasil**

| Regiões  | Filiados PT<br>1991 | População<br>1991 | Eleitores<br>1990 |
|----------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Norte    | 9,5                 | 6,9               | 5,4               |
| Nordeste | 16,9                | 29                | 26,2              |
| Sudeste  | 52                  | 42,5              | 45,7              |
| Sul      | 14,8                | 15,1              | 16,4              |
| C. Oeste | 6,7                 | 6,4               | 6,2               |
| Brasil   | 100                 | 100               | 100               |

<sup>71</sup> No 4º capítulo deste trabalho, esta questão será tratada em detalhe.

Relação Filados ao PT, População e Eleitores



### 2.1.2. Filados ao PT e Total dos Filados a Partidos Políticos no Brasil

Segundo dados do IBGE, levantados através da pesquisa "Perfil dos Eleitores"<sup>72</sup>, apenas 2,1% da população brasileira, ou 3,8% dos eleitores, perfazendo um total de 3.118.736 pessoas, são filiados a partidos políticos. Destes, 16,8% são filiados ao PT. Por regiões do país, a relação entre eleitores, filiados a partidos políticos e filiados ao PT apresenta-se da seguinte forma: 1) na região norte, onde encontram-se 5,4% dos eleitores e 2,9% do total dos filiados a partidos políticos no Brasil, 55,1% do total dos filiados a partidos políticos na região são filiados ao PT; 2) na região nordeste, onde encontram-se 26,2% dos eleitores e 26,4% dos filiados a partidos políticos no país, 10,8% do total dos filiados a partidos políticos na região são filiados ao PT; 3) na região sudeste, onde encontram-se 45,7% dos eleitores e 36% do total dos filiados a partidos políticos no Brasil, 24,3% do total dos filiados a partidos políticos na região são filiados ao PT; 4) na região Sul, onde encontram-se 16,4% dos eleitores e 22,3% dos filiados a partidos políticos no Brasil, 11,1% do total dos filiados a partidos políticos na região são filiados ao PT e, finalmente, 5) na região Centro-Oeste, onde encontram-se 6,2% dos eleitores e 12,4% dos filiados a partidos políticos no Brasil, 9,1% do total dos filiados a partidos políticos na região são filiados ao PT.

Observa-se, primeiramente, que as regiões centro-oeste e sul são as que detêm os maiores índices relativos de filiados a partidos políticos no país: na região centro-oeste, como indicam os números acima, o peso proporcional dos filiados a partidos políticos é exatamente o dobro do peso

<sup>72</sup> Os dados do IBGE relativos às filiações partidárias referem-se ao ano de 1988. Por serem os únicos disponíveis, foram utilizados, mesmo com o risco de possíveis distorções provocadas pela comparação de números referentes a datas diversas. Esta é, no entanto, a aproximação possível, na ausência de dados mais atualizados. Veja-se, para referência, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Participação Política Social - 1988. - Dados Preliminares, Rio de Janeiro: IBGE, 4 volumes e sua versão final, em dois volumes, de 1990.

proporcional dos eleitores. As regiões norte e sudeste, por outro lado, são as que detêm menores índices relativos de filiados a partidos políticos no país: na região norte ocorre quase que uma inversão do verificado na região centro-oeste, com o índice de filiações partidárias atingindo pouco mais do que a metade do de eleitores. A região nordeste, por sua vez, exibe uma situação de equivalência perfeita: os pesos relativos de filiados a partidos políticos e de eleitores na região são quase idênticos.

Verifica-se, assim, que não há um padrão de congruência na relação entre os percentuais relativos de eleitores e de filiados a partidos políticos em geral no Brasil, considerando-se as diversas regiões e suas características sócio-econômicas. Uma possível explicação destas divergências que se atenha exclusivamente às reflexões costumeiras relativas sobre o menor ou maior padrão de cidadania - verificado por taxas de escolarização, esperança de vida, renda per-capita etc. e vinculado à maior ou menor participação política e social - demonstra-se insuficiente para a compreensão da situação verificada no país.

A região sul, tradicionalmente politizada e detentora do mais alto índice de qualidade de vida em escala de desenvolvimento humano elaborada pelo IPEA<sup>73</sup>, ocupa posição semelhante, quanto à situação de filiação partidária em geral, à região centro-oeste - detentora do penúltimo lugar entre as cinco regiões do país naquela escala -, com o agravante de que esta última é a que apresenta maior percentual de filiações. A região sudeste, como já se disse a mais industrializada e com maior sindicalização, localizada na segunda posição na escala de desenvolvimento humano citada, possui índice de filiação partidária semelhante ao da região norte, que se situa em penúltimo lugar no país quanto a filiações partidárias em geral. Além disto, a região nordeste, última colocada na escala do IPEA e segundo qualquer critério que se eleja para considerar o desenvolvimento social no país, é a que demonstra um equilíbrio perfeito entre eleitores e filiações. Diante deste quadro nacional, desautorizam-se interpretações que vinculem linearmente filiação partidária, tanto com cidadania, quanto, no extremo oposto, com clientelismo. Há que se buscar, além da noção de cidadania e clientelismo, outros fatores que, articulados aos primeiros, dêem conta da complexidade do quadro nacional.

O quadro comparativo de filiações partidárias no Brasil presta-se aqui, assim, para a reflexão sobre a presença e a distribuição dos filiados petistas no país, ao mesmo tempo que possibilita uma maior aproximação frente às características sociais e políticas de cada região. Através dele, pode-se perceber, utilizando-se os dados da PNAD<sup>74</sup>, uma segunda evidência a respeito das características dos filiados ao PT. Além da presença significativa nas regiões onde a participação política é mais acentuada, percebe-se que ela se faz também, preferencialmente, onde esta participação é mais recente, fruto do aparecimento de segmentos sociais novos, surgidos como decorrência da complexificação das relações de produção e de trabalho nestas regiões. É emblemática a constatação de que é na região norte que o PT possui o maior percentual de filiações frente aos filiados aos demais partidos. São

---

<sup>73</sup> Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA). Veja-se, para o assunto, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Opus cit.

<sup>74</sup> A PNAD só colhe dados relativos às regiões urbanas.

55,1% do total dos filiados a partidos na região os filiados ao PT, significativamente localizados nos estados do Pará e do Amazonas, com 59,8%, o primeiro e 41,1%, o segundo - dois estados que não ostentam história anterior de participação política expressiva no período republicano. Ao lado do Pará, com as considerações já feitas à sua colonização recente, à força do sindicalismo rural e à luta pela terra, aparece agora o Amazonas, onde a implantação da Zona Franca de Manaus, e, com ela, de um parque industrial-elétronico, produziu o aparecimento de um segmento operário significativo e jovem e, subsidiariamente, criou as condições objetivas para a participação política, concentrada, preferencialmente como se percebe pelos números, no Partido dos Trabalhadores.

É significativo também, para o argumento do PT como via de inclusão de novos segmentos às atividades políticas, o fato de as regiões centro-oeste e nordeste apresentarem os menores índices de filiação ao PT, frente aos demais partidos. No nordeste, ao lado da forte presença das práticas clientelísticas já apontadas por diversos autores, propiciadas e mantidas pelas baixas condições de vida da população - o que explica, ao menos em parte, a sua não organização política e social, impedindo a formação de uma vivência de cidadania - , a dinamização econômica verificada nos anos recentes no país revelou-se quase sempre débil. No centro-oeste, entretanto, onde se constata o maior percentual de filiações partidárias do país relativamente aos eleitores de sua região e, diametralmente, o menor percentual de filiação ao PT, a explicação deve ser buscada, mais uma vez, no tipo de desenvolvimento característico da região. Com crescimento econômico recente, mas concentrado nas atividades agrárias voltadas para a produção de bens de exportação, o desenvolvimento verificado no centro-oeste nas últimas décadas foi insuficiente para provocar uma complexificação social que se assemelhasse àquela ocorrida na maioria das demais regiões do país - onde a produção econômica, com presença dos setores industrial e terciário, exige a incorporação de tecnologias cada vez mais sofisticadas e, com isto, impõe, num ritmo cada vez mais acelerado, o surgimento de novas especializações profissionais e de novos segmentos sociais.

Finalmente, a análise das filiações partidárias em geral e ao PT nas regiões sul e sudeste permite o reforço das evidências apontadas inicialmente, relativas ao grau e ao tipo de desenvolvimento econômico verificado em cada uma delas. Nestas regiões, as mais desenvolvidas economicamente, com os melhores índices de qualidade de vida e os maiores índices de participação social, constata-se que o peso relativo dos filiados petistas equipara-se ao dos demais partidos, atingindo 24,3% na primeira e apenas 11,1% na segunda. O percentual significativo de filiações petistas na região sudeste deve-se principalmente à participação de São Paulo, centro industrial e dinâmico do país, com 31,7% das filiações ao PT, e do Espírito Santo, com 21,7%, este último um estado com urbanização e industrialização deflagradas no final da década de sessenta, intensificadas na de setenta e em expansão continuada ainda durante boa parte do período de estagnação geral do país, ocorrido a partir dos anos oitenta. Para o Espírito Santo, no que se refere à sindicalização e à participação política e social, valem as observações já feitas com relação ao Amazonas, só que aqui potencializadas, dado um desenvolvimento econômico significativamente maior e, não obstante concentrado, mais homogeneamente distribuído pelo estado.

Verifica-se, assim, que a distribuição geográfico-espacial dos filiados ao Partido dos Trabalhadores faz-se segundo um padrão razoavelmente definido, mais explícito do que aquele que se pode traçar para o conjunto dos filiados aos partidos políticos brasileiros tomados em sua totalidade. Pode-se afirmar, segundo o que se demonstrou acima, que o enraizamento social do PT acompanha as características do desenvolvimento econômico, social e político de cada região do país: ele é maior onde o padrão de desenvolvimento econômico é maior e/ou mais recente, produzindo maior complexificação social e política e um correspondente maior nível de organização da sociedade civil; recém surgidos e recém organizados, os novos segmentos sociais afluem significativamente para o PT.

**População e Eleitores - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**

| G. REGIÕES | População |            | Eleitores |            | Eleitores/<br>População 1 | Eleitores/<br>População 2 |
|------------|-----------|------------|-----------|------------|---------------------------|---------------------------|
|            | Absoluto  | Percentual | Absoluto  | Percentual | Percentual                | Percentual                |
| UFs.       |           |            |           |            |                           |                           |
| BRASIL     | 146154502 | 100        | 82056226  | 100        | 56,1                      |                           |
| NORTE      | 10146218  | 6,9        | 4424718   | 5,4        | 3                         | 43,6                      |
| RO         | 1130400   | 0,8        | 557781    | 0,7        | 0,4                       | 49,3                      |
| AC         | 417437    | 0,3        | 182797    | 0,2        | 0,1                       | 43,8                      |
| AM         | 2088682   | 1,4        | 842083    | 1          | 0,6                       | 40,3                      |
| RR         | 215790    | 0,1        | 73001     | 0,1        | 0                         | 33,8                      |
| PA         | 5084726   | 3,5        | 2186852   | 2,7        | 1,5                       | 43                        |
| AP         | 289050    | 0,2        | 118144    | 0,1        | 0,1                       | 40,9                      |
| TO         | 920133    | —          | 464060    | 0,6        | 0,3                       | —                         |
| NORDESTE   | 42387328  | 29         | 21529617  | 26,2       | 14,7                      | 50,8                      |
| MA         | 4922339   | 3,4        | 2144352   | 2,6        | 1,5                       | 43,6                      |
| PI         | 2581054   | 1,8        | 1334282   | 1,6        | 0,9                       | 51,7                      |
| CE         | 6353346   | 4,3        | 3351606   | 4,1        | 2,3                       | 52,8                      |
| RN         | 2413618   | 1,7        | 1298088   | 1,6        | 0,9                       | 53,8                      |
| PB         | 3200620   | 2,2        | 1756417   | 2,1        | 1,2                       | 54,9                      |
| PE         | 7109626   | 4,9        | 3764143   | 4,6        | 2,6                       | 52,9                      |
| AL         | 2512515   | 1,7        | 1210797   | 1,5        | 0,8                       | 48,2                      |
| SE         | 1492400   | 1          | 776071    | 0,9        | 0,5                       | 52                        |
| BA         | 11801810  | 8,1        | 5893861   | 7,2        | 4                         | 49,9                      |
| SUDESTE    | 62121357  | 42,5       | 37538389  | 45,7       | 25,7                      | 60,4                      |
| MG         | 15746200  | 10,8       | 9433103   | 11,5       | 6,5                       | 59,9                      |
| ES         | 2598231   | 1,8        | 1407759   | 1,7        | 1                         | 54,2                      |
| RJ         | 12584108  | 8,6        | 8196547   | 10         | 5,6                       | 65,1                      |
| SP         | 31192818  | 21,3       | 18500980  | 22,5       | 12,7                      | 59,3                      |
| SUL        | 22079703  | 15,1       | 13476003  | 16,4       | 9,2                       | 61                        |
| PR         | 8415659   | 5,8        | 5045626   | 6,1        | 3,5                       | 60                        |
| SC         | 4536433   | 3,1        | 2729916   | 3,3        | 1,9                       | 60,2                      |
| RS         | 9127611   | 6,2        | 5700461   | 6,9        | 3,9                       | 62,5                      |
| C. OESTE   | 9419896   | 6,4        | 5087499   | 6,2        | 3,5                       | 54                        |
| MS         | 1778494   | 1,2        | 1002232   | 1,2        | 0,7                       | 56,4                      |
| MT         | 2020581   | 1,4        | 1027972   | 1,3        | 0,7                       | 50,9                      |
| GO         | 4024547   | 2,8        | 2199965   | 2,7        | 1,5                       | 54,7                      |
| DF         | 1596274   | 1,1        | 857330    | 1          | 0,6                       | 53,7                      |

Notas:

1 Eleitores em Relação ao Total da População Brasileira.

2 Eleitores em Relação ao Total da População das Unidades da Federação e Grandes Regiões.

**Filiados a Partidos Políticos em Geral no Brasil, por Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1988**

| G. REGIÕES | Filiados à Partidos |            | Filiados/<br>População 1 | Filiados/<br>População 2 | Filiados/<br>Eleitores 3 | Filiados/<br>Eleitores 4 |
|------------|---------------------|------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| UFs.       | Absoluto            | Percentual | Percentual               | Percentual               | Percentual               | Percentual               |
| BRASIL     | 3118736             | 100        | 2,1                      | —                        | 3,8                      | —                        |
| NORTE      | 90665               | 2,9        | 0,1                      | 0,9                      | 0,1                      | 2                        |
| RO         | não disp.           | —          | —                        | —                        | —                        | —                        |
| AC         | não disp.           | —          | —                        | —                        | —                        | —                        |
| AM         | 12152               | 0,4        | 0                        | 0,6                      | 0                        | 1,4                      |
| RO         | não disp.           | —          | —                        | —                        | —                        | —                        |
| PA         | 50969               | 1,6        | 0                        | 1                        | 0,1                      | 2,3                      |
| AP         | não disp.           | —          | —                        | —                        | —                        | —                        |
| TO         | não disp.           | —          | —                        | —                        | —                        | —                        |
| NORDESTE   | 823012              | 26,4       | 0,6                      | 1,9                      | 1                        | 3,8                      |
| MA         | 104416              | 3,3        | 0,1                      | 2,1                      | 0,1                      | 4,9                      |
| PI         | 51201               | 1,6        | 0                        | 2                        | 0,1                      | 3,8                      |
| CE         | 119961              | 3,8        | 0,1                      | 1,9                      | 0,1                      | 3,6                      |
| RN         | 40748               | 1,3        | 0                        | 1,7                      | 0                        | 3,1                      |
| PB*        | 74097               | 2,4        | 0,1                      | 2,3                      | 0,1                      | 4,2                      |
| PE         | 100694              | 3,2        | 0,1                      | 1,4                      | 0,1                      | 2,7                      |
| AL         | 25574               | 0,8        | 0                        | 1                        | 0                        | 2,1                      |
| SE*        | 21764               | 0,7        | 0                        | 1,5                      | 0                        | 2,8                      |
| BA         | 284557              | 9,1        | 0,2                      | 2,4                      | 0,3                      | 4,8                      |
| SUDESTE    | 1123197             | 36         | 0,8                      | 1,8                      | 1,4                      | 3                        |
| MG         | 344950              | 11,1       | 0,2                      | 2,2                      | 0,4                      | 3,7                      |
| ES         | 62362               | 2          | 0                        | 2,4                      | 0,1                      | 4,4                      |
| RJ         | 230739              | 7,4        | 0,2                      | 1,8                      | 0,3                      | 2,8                      |
| SP         | 485146              | 15,6       | 0,3                      | 1,6                      | 0,6                      | 2,6                      |
| SUL        | 695536              | 22,3       | 0,5                      | 3,2                      | 0,8                      | 5,2                      |
| PR         | 228787              | 7,3        | 0,2                      | 2,7                      | 0,3                      | 4,5                      |
| SC         | 162276              | 5,2        | 0,1                      | 3,6                      | 0,2                      | 5,9                      |
| RS         | 304473              | 9,8        | 0,2                      | 3,3                      | 0,4                      | 5,3                      |
| C. OESTE   | 386326              | 12,4       | 0,3                      | 4,1                      | 0,5                      | 7,6                      |
| MS         | 61744               | 2          | 0                        | 3,5                      | 0,1                      | 6,2                      |
| MT         | 62865               | 2          | 0                        | 3,1                      | 0,1                      | 6,1                      |
| GO         | 226785              | 7,3        | 0,2                      | 5,6                      | 0,3                      | 10,3                     |
| DF         | 34932               | 1,1        | 0                        | 2,2                      | 0                        | 4,1                      |

Notas:

1 Filiados à Partidos Políticos em Relação ao Total da População do Brasil.

2 Filiados à Partidos Políticos em Geral em Relação à População das Unidades da Federação e Grandes Regiões.

3 Filiados à Partidos Políticos em Relação ao Total de Eleitores do Brasil.

4 Filiados à Partidos Políticos em Relação aos Eleitores das Unidades da Federação e Grandes Regiões

## 2.2. Características Sócio-Demográficas dos Militantes Petistas

### 2.2.1. Situação de Domicílio

Ainda que o levantamento realizado durante o 1º Congresso não tenha incluído uma questão específica quanto ao local de moradia dos militantes partidários, pode-se inferir com bastante precisão, a partir das profissões declaradas na pesquisa, que o PT é um partido urbano. Apenas 8,8% do total declara desenvolver atividades profissionais ligadas às atividades agrícolas ou extrativistas, o que indica, na hipótese (benevolente e sabidamente distorcida) de considera-los todos residentes na zona rural, um nível de urbanização total para o partido de 91,2%. Índice que supera o do país e que exige explicação.

**Distribuição da População Residente, por Grandes Regiões**

| Situação do Domicílio | Brasil | Distribuição da População Residente pelas Grandes Regiões |          |         |      |              |
|-----------------------|--------|-----------------------------------------------------------|----------|---------|------|--------------|
|                       |        | Norte                                                     | Nordeste | Sudeste | Sul  | Centro Oeste |
| Urbana                | 74,1   | 100                                                       | 57,1     | 85,7    | 67,4 | 72,9         |
| Rural                 | 25,9   | -                                                         | 42,9     | 14,3    | 32,6 | 27,1         |
| Total                 | 100    | 100                                                       | 100      | 100     | 100  | 100          |

OBS.: Os Dados Não Incluem a População Rural da Região Norte.

A PNAD de 1990 aponta, para uma população total residente no Brasil de 147.305.542<sup>75</sup> indivíduos, uma concentração de 74,1% na zona urbana, ou 109.105.721 habitantes, contra apenas 25,9%, ou 38.199.803 pessoas residindo na zona rural. Considerando-se a condição de domicílio por regiões do país, percebe-se que é na região sudeste que ocorre o maior grau de urbanização, com taxa de 85,7% contra apenas 14,3% na zona rural, e que, ao contrário, é na região nordeste que ocorre o maior índice de moradores na zona rural, com 42,9%. Como se constatou pela análise das filiações ao PT, estas regiões são as que apresentam as maiores defasagens relativas entre o total da população e dos filiados ao partido. Ou seja, a região sudeste, com os maiores pesos tanto populacional quanto de filiados ao PT, apresenta uma proporção de filiados dez por cento maior do que sua população, enquanto que a região nordeste, com o segundo maior contingente populacional, apresenta uma relação exatamente inversa. Disto resulta, naturalmente, o peso das filiações urbanas no total do partido, com a conseqüente diminuição do peso das rurais. Somando-se a este fato as evidências fornecidas pelas ocupações profissionais dos militantes petistas- e que serão analisadas em seção específica à frente - pode-se afirmar que a super-representação urbana no PT expressa sua presença significativamente

<sup>75</sup> Exclui-se a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. PNAD 1990, IBGE: Rio de Janeiro, 1991. Verifica-se um desacordo entre os dados populacionais acima e os do censo de 1991, utilizados na seção anterior. O censo constatou que o IBGE vinha fazendo uma projeção incorreta do crescimento da população brasileira, devido ao declínio, na última década, de sua taxa de crescimento, atípica em relação às verificadas anteriormente.

concentrada nas áreas de maior dinamismo econômico no país, aquelas que comandam o conjunto da economia nacional.

### 2.2.2. Idade

O primeiro dado que desperta a atenção quando se analisa a distribuição etária dos militantes petistas é a regularidade da curva de distribuição de idades, como se observa no primeiro dos gráficos abaixo. Estreita nos extremos, ela se alarga nas faixas intermediárias, caracterizando a juventude da maioria de seus integrantes. Partindo do limite inferior, observa-se que a curva se acelera gradativamente até atingir seu ponto máximo entre as faixas que se estendem dos 28 aos 36 anos, de onde declina num ritmo quase idêntico a sua trajetória de ascensão.

Procurando-se respeitar a curva de normalidade da distribuição etária e, ao mesmo tempo, construir um instrumento que possibilite a comparação dos militantes com o conjunto da população brasileira, utilizou-se faixas de agrupamento etário semelhantes às adotadas para o estudo da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. Observa-se, assim, que entre os militantes pesquisados apenas 1% encontra-se na faixa até 19 anos<sup>76</sup>, 7,6% na de 20 a 24 anos, 19,4% na de 25 a 29 anos, concentrando-se nestas três faixas um total acumulado de 29,4% dos militantes. Na faixa de 30 a 39 anos, no entanto, encontram-se 43,2% do total, ou seja, quase a metade dos militantes, restando 18,8% entre 40 e 49 anos, 4,3% entre 50 e 59 anos e apenas 1% com mais de 60 anos.

Na confrontação com a PEA, percebe-se um segundo ponto de destaque. Em primeiro lugar e novamente, a regularidade da distribuição (maior do que a da própria PEA) e a correspondência entre elas, com curvas que se fazem bastante semelhantes. Em segundo lugar, percebe-se que a concentração dos militantes nas idades intermediárias, dos 25 aos 49 anos, é maior do que a da PEA, o que confere ao partido a característica de congregar sua maioria militante exatamente no período da vida em que ela se faz produtivamente mais ativa. Evidência, portanto, da presença destacada no interior do partido daqueles que compõem as faixas etárias de maior capacidade produtiva, como se pode constatar através da tabela e do gráfico abaixo.

---

<sup>76</sup> É oportuno destacar que as filiações partidárias, de acordo com a legislação específica, fazem-se a partir dos 16 anos. No PT, este limite mínimo foi adotado antes da própria legislação. Não há, por outro lado, qualquer limite formal de idade para a militância, independente de filiação.

**Q2 QUESTÃO 2. Idade (anos completos).**

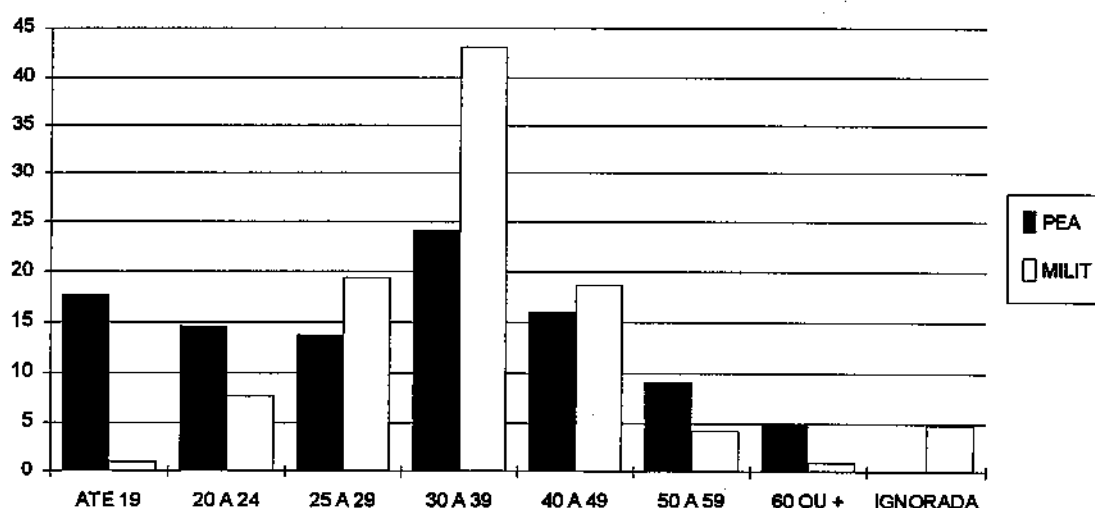
16 XX 1  
 17 XXX 3  
 18 XXX 4  
 19 XXXXX 8  
 20 XXXXXX 9  
 21 XXXXXXXXX 16  
 22 XXXXXXXXXXXX 20  
 23 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 35  
 24 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 39  
 25 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 48  
 26 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 54  
 27 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 57  
 28 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 78  
 29 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 67  
 30 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 77  
 31 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 76  
 32 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 72  
 33 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 71  
 34 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 82  
 35 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 69  
 36 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 76  
 37 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 65  
 38 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 44  
 39 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 45  
 40 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 38  
 41 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 53  
 42 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 33  
 43 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 29  
 44 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 31  
 45 XXXXXXXXXXXXXXXX 23  
 46 XXXXXXXXXXXXXXXX 25  
 47 XXXXXXXXXXXXXXXX 21  
 48 XXXXXXXXXXXXXXXX 22  
 49 XXXXXXXXXXXXXXXX 19  
 50 XXXXXXXXXXXXXXXX 17  
 51 XXXXXXXX 10  
 52 XXXXXXXX 9  
 53 XXXXXXX 8  
 54 XXXX 4  
 55 XXXX 5  
 56 XXX 4  
 57 XXXX 5  
 58 XX 2  
 59 XXX 4  
 60 XX 1  
 61 XXX 4  
 62 XXX 3  
 63 XX 2  
 64 XX 1  
 65 XXX 3  
 75 XX 1  
 77 XX 1

**Valid Cases 1494 Missing Cases 72**

**PEA e Militantes do PT por Grupos de Idade**

| Grupos de Idade | PEA  | Militantes |
|-----------------|------|------------|
| Até 19          | 17,7 | 1,0        |
| 20 à 24         | 14,6 | 7,6        |
| 25 à 29         | 13,8 | 19,4       |
| 30 à 39         | 24,1 | 43,1       |
| 40 à 49         | 16,0 | 18,7       |
| 50 à 59         | 9,1  | 4,3        |
| 60 ou mais      | 4,8  | 1,0        |
| Ignorada        | 0,0  | 4,9        |

**PEA e Militantes do PT, por Grupos de Idade**



Em termos gerais, a distribuição dos integrantes do PT pelas faixas etárias não se faz muito diferente quando se cruzam os dados referentes a militantes de base e dirigentes. Constata-se, na verdade, que entre os dirigentes reforçam-se as características da maturidade do partido e da concentração nas faixas de maior capacidade produtiva. Enquanto a PEA abriga 53,9% de seu total nas faixas dos 25 aos 49 anos, entre os militantes do PT este percentual chega a 81,2% e entre os dirigentes do partido ele se eleva para 88,2%. Verifica-se, assim, que frente à PEA, o PT apresenta, através de seus militantes, uma sobre representação, na faixa dos 25 aos 49 anos, de 27,3 pontos percentuais e, através de seus dirigentes, na mesma faixa, de exatos 34,3 pontos percentuais.

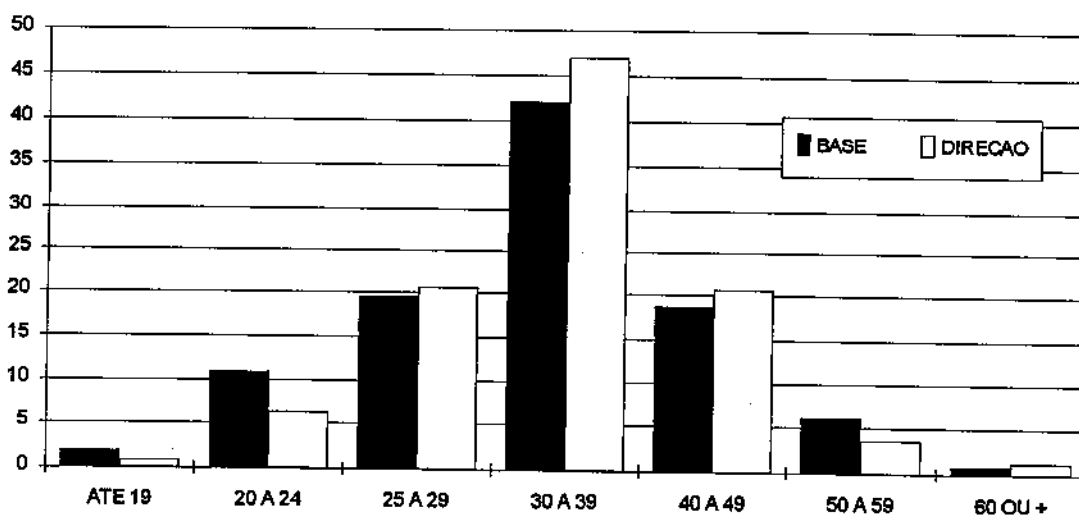
No âmbito interno do partido, em suas diversas instâncias de direção, reforçam-se, mais uma vez, as características apontadas. A maior concentração de dirigentes ocorre na faixa de 30 a 39 anos, com 40,2% dos dirigentes zonais, 48,4% dos municipais e 50,7% dos estaduais. É na direção nacional onde se encontra a média de idade mais avançada entre os dirigentes, com 51,6% localizando-se na faixa de 40 a 49 anos, dentro ainda, portanto, das mesmas faixas de concentração do conjunto da militância. Estes dados se, por um lado, podem ser tomados como expressão de uma tendência de envelhecimento relativo na composição etária da direção petista, são, efetivamente, a manifestação de

uma característica presente em qualquer partido político, qual seja, a da exigência de algo que se pode chamar de uma acumulação de tempo de militância, indispensável para que se atinja e se progrida na hierarquia dirigente.

**Militantes de Base e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade**

| Grupos de Idade | Base | Direção |
|-----------------|------|---------|
| Até 19          | 1,8  | 0,8     |
| 20 à 24         | 10,9 | 6,3     |
| 25 à 29         | 19,5 | 20,6    |
| 30 à 39         | 42,1 | 47,0    |
| 40 à 49         | 18,7 | 20,6    |
| 50 à 59         | 6,2  | 3,6     |
| 60 ou mais      | 0,8  | 1,2     |

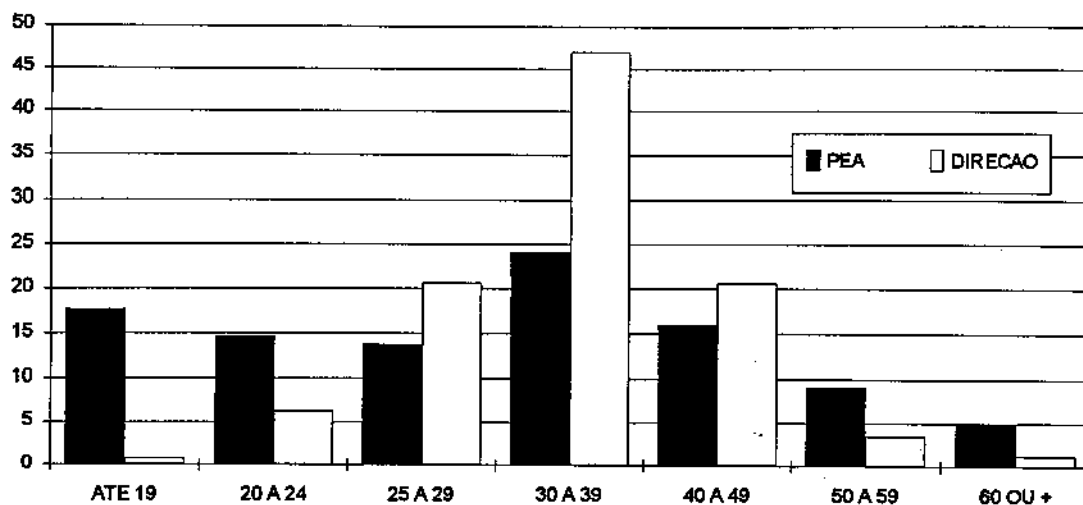
**Militantes e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade**



**PEA e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade**

| Grupos de Idade | PEA  | Direção |
|-----------------|------|---------|
| Até 19          | 17,7 | 0,8     |
| 20 à 24         | 14,6 | 6,3     |
| 25 à 29         | 13,8 | 20,6    |
| 30 à 39         | 24,1 | 47,0    |
| 40 à 49         | 16,0 | 20,6    |
| 50 à 59         | 9,1  | 3,6     |
| 60 ou mais      | 4,8  | 1,2     |

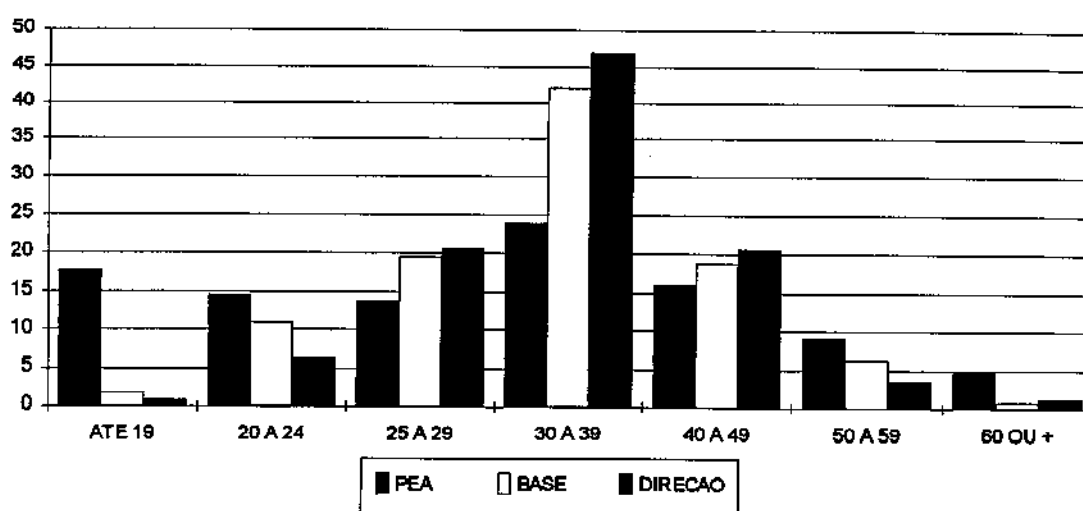
PEA e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade



PEA, Militantes de Base e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade

| Grupos de Idade | PEA  | Base | Direção |
|-----------------|------|------|---------|
| Até 19          | 17,7 | 1,8  | 0,8     |
| 20 à 24         | 14,6 | 10,9 | 6,3     |
| 25 à 29         | 13,8 | 19,5 | 20,6    |
| 30 à 39         | 24,1 | 42,1 | 47,0    |
| 40 à 49         | 16,0 | 18,7 | 20,6    |
| 50 à 59         | 9,1  | 6,2  | 3,6     |
| 60 ou mais      | 4,8  | 0,8  | 1,2     |

PEA, Militantes de Base e Dirigentes do PT, por Grupos de Idade



### 2.2.3. Sexo

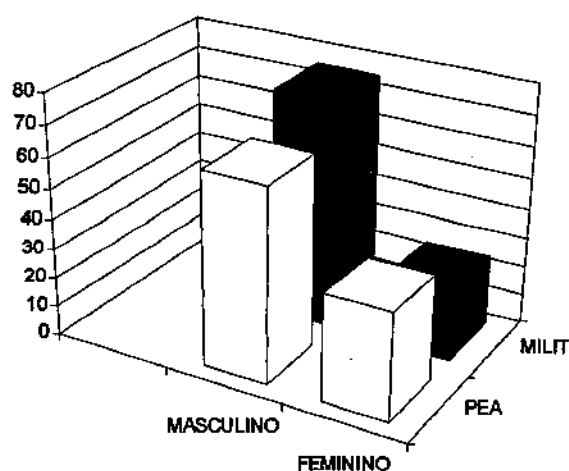
Há um predomínio acentuado da presença masculina sobre a feminina no interior do partido. No total pesquisado, 75,2% são homens, enquanto as mulheres atingem apenas 24,3%. Estes números, quando comparados com a população e com os eleitores brasileiros, demonstram uma discrepância bastante significativa, uma vez que, no país, seja no total da população, seja no total dos eleitores, as mulheres constituem maioria. Em números exatos, a população brasileira, segundo os dados preliminares do censo demográfico, compunha-se, em 1991, de 145.154.502 habitantes, os homens atingindo 72.171.165, com 49,38%, e as mulheres, em ligeira superioridade, num número absoluto de 73.983.337, com 50,62% do total, ou seja, 1,24% a mais do que os homens. Considerando o total de eleitores, a pesquisa "Participação Político-Social 1988"<sup>77</sup> indica que 89,28% da população de 18 anos ou mais possuem título de eleitor, sendo que, destes, 50,44% são mulheres e 49,56% são homens, mais uma vez com uma diferença, embora mínima, favorável às mulheres, agora de apenas 0,88%.

No entanto, comparando-se a composição sexual dos militantes petistas com dados da PNAD de 1990, constata-se que a desproporção verificada no PT reflete, com uma aproximação razoável, a participação de homens e mulheres na PEA brasileira. Frente a ela, a defasagem do PT, embora ainda alta, reduz-se para apenas dez por cento. Enquanto na PEA a participação feminina é de 35,5%, na militância petista ela é de 24,3% repetindo-se, com sinal trocado, a diferença para os homens; na PEA eles compõem com 64,5% e no PT com 75,2%.

PEA e Militantes do PT, por Sexo

| Sexo      | PEA  | Militantes |
|-----------|------|------------|
| Masculino | 64,5 | 75,2       |
| Feminino  | 35,5 | 24,3       |

PEA e Militantes do PT, por Sexo



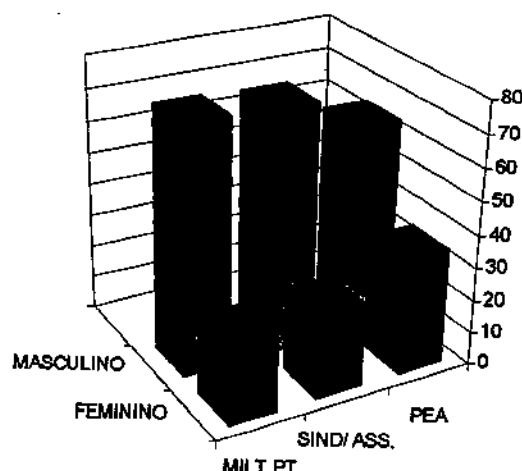
<sup>77</sup> Opus cit.

As informações disponíveis sobre a participação feminina em instâncias organizativas da sociedade demonstram que - apesar da predominância na população e entre os eleitores - esta participação é, em geral, bastante baixa. A pesquisa do IBGE sobre a "participação político-social", já referida, não obstante apresente apenas dados relativos à composição sexual da população ocupada de dezoito anos ou mais filiada a sindicatos e associações de empregados, não fornecendo dados sobre o sexo dos filiados a partidos políticos no país, informa que as mulheres compõem apenas 25,6% dos filiados àquelas entidades, ficando os homens com os restantes 74,5% do total. Frente a estes dados, a composição sexual dos militantes petistas apresenta uma correspondência bastante significativa, com variação quase desprezível de 0,7% a mais para os homens e 1,3% a menos para as mulheres.

**Filiações a Sindicatos e Associações de Empregados e Militantes do PT por Sexo**

| Sexo      | Sindicatos e/ou Associações | Militantes do PT |
|-----------|-----------------------------|------------------|
| Masculino | 74,5                        | 75,2             |
| Feminino  | 25,6                        | 24,3             |

**Filiações a Sindicatos e Associações de Empregados e Militantes do PT por Sexo**



Através da tabela e do gráfico seguintes pode-se comparar e visualizar a distribuição por sexo na PEA, entre os filiados a sindicatos e associações de empregados e na militância do PT.

**PEA, Filiações a Sindicatos e Associações e Militantes do PT, por Sexo**

| Sexo      | PEA  | Sindicatos/ Associações | Militantes do PT |
|-----------|------|-------------------------|------------------|
| Masculino | 64,5 | 74,5                    | 75,2             |
| Feminino  | 35,5 | 25,6                    | 24,3             |

PEA Filiações a Sindicatos e Associações e Militância do PT, por Sexo



Nas instâncias diretoras do PT, os índices de composição sexual se mantêm nas mesmas casas, com os homens detendo 80,1% do total da participação em diretórios partidários de qualquer nível e as mulheres ocupando 19,9% das vagas. Observa-se, entretanto, que a participação feminina concentra-se nos níveis inferiores de direção, atingindo 22,4% nos diretórios zonais e 23% nos municipais, caindo em quase cinquenta por cento para o nível estadual, com 12,3%, e reduzindo-se a apenas 9,4% no diretório nacional do partido. Embora pequena, a participação feminina na direção petista revela-se alta, no entanto, se comparada com sua presença nas diretorias sindicais<sup>78</sup>, instâncias onde elas ocupam apenas 7% das vagas efetivas<sup>79</sup>.

Os percentuais encontrados no PT assemelham-se, ainda, aos encontrados por outros pesquisadores em levantamentos realizados em congressos nacionais da CUT e da Força Sindical, instâncias de participação social que, não obstante sejam diversas da aqui analisada, podem se constituir num parâmetro de referência útil. No III<sup>o</sup> Congresso da CUT, os percentuais de homens e mulheres foram respectivamente de 75,9% e 24,1% e, no de fundação da Força Sindical, de 86,6% para homens e 13,4% para mulheres<sup>80</sup>. Considerando-se apenas os participantes da etapa nacional do 1<sup>o</sup> Congresso e obtendo-se, assim, uma instância de mesmo nível (embora se refira a um partido e não a uma central sindical, como as anteriores), verifica-se a presença de 79,2% de delegados petistas do sexo masculino e de 20,8% do feminino. Ou seja, em qualquer das circunstâncias, os homens detêm índices na casa dos setenta a oitenta por cento, enquanto as mulheres atingem marcas próximas aos

<sup>78</sup> Na falta de pesquisas que permitam comparações entre partidos no Brasil, utilizam-se aqui os sindicatos como parâmetro de referência.

<sup>79</sup> Veja-se **Indicadores sociais: sindicatos**, Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

<sup>80</sup> Veja-se, para os dois congressos citados, RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. **Força sindical: perfil social e atitudes** In: **Informações CEDEC**, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 10, Janeiro/Março, 1992.

vinte por cento. As pesquisas referidas indicam, no entanto, que esses índices se reduzem drasticamente quando se considera a presença feminina nas direções dos sindicatos e de suas centrais, conferindo ao PT uma posição de privilégio frente a outros instrumentos de organização da sociedade, embora, mesmo em seu interior, ainda se constate uma participação pouco significativa do sexo feminino.

**Integrantes dos Diretórios do PT, segundo o Sexo**

| Sexo      | Dir. Zonal | Dir. Municipal | Dir. Estadual | Dir. Nacional |
|-----------|------------|----------------|---------------|---------------|
| Masculino | 77,6       | 77             | 87,7          | 90,6          |
| Feminino  | 22,4       | 23             | 12,3          | 9,4           |
| Total     | 100        | 100            | 100           | 100           |

#### 2.2.4. Cor

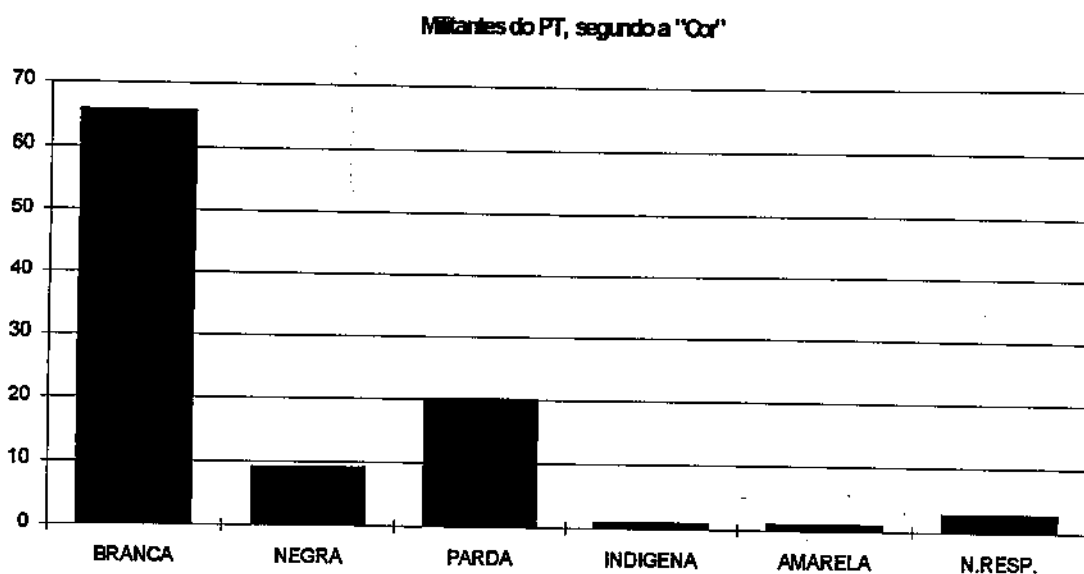
Por dois motivos utiliza-se aqui a concepção de cor e não o conceito antropológico de etnia. Em primeiro lugar, por referir-se diretamente a apenas um aspecto da aparência física, o que, na fase da coleta dos dados, facilitou a compreensão dos entrevistados e o conseqüente preenchimento dos questionários auto-respondidos. Em segundo lugar, porque o IBGE, em seus levantamentos da população brasileira, se utiliza desta mesma concepção, tornando-se possível a realização de comparações mais gerais, que não seriam possíveis com a utilização do conceito antropológico. Desta forma, empregam-se aqui categorias pouco definidas, caracterizadas como "brancos", "negros", "pardos" e "amarelos", que são as de uso do IBGE. Na busca de uma precisão maior do que a oferecida por aquele instituto, acrescentou-se a esta lista a categoria "vermelhos"<sup>81</sup>, na tentativa de contemplar os indígenas e seus mestiços<sup>82</sup>; com isto, constatou-se que eles compõem 1% do total do partido distribuídos em todas as regiões geográficas do país, e ocupam 0,6% das vagas dos diretórios petistas. Por fim, há que destacar que 2,9% do total pesquisado não indicou uma categoria na qual se reconhecesse.

**Militantes do PT, segundo a "Cor"**

| Cor           | Perc. | Frequência |
|---------------|-------|------------|
| Branca        | 65,8  | 1031       |
| Negra         | 9,2   | 144        |
| Parda         | 20,2  | 316        |
| Indígena      | 1,0   | 15         |
| Amarela       | 1,0   | 15         |
| Não Respondeu | 2,9   | 45         |

<sup>81</sup> No questionário utilizado na pesquisa, a categoria "vermelho" apareceu grafada como indígena, estabelecendo-se, sem dúvida, uma duplicidade de conceitos ao apresentarem-se opções de "cor" e de "etnia" numa mesma questão. Considera-se, no entanto, que a compreensão e, conseqüentemente, a opção do entrevistado ao contrário de ser prejudicada foi favorecida, não acrescentando aos dados viés digno de ressalva.

<sup>82</sup> O IBGE inclui os "vermelhos" ou "indígenas" entre os "pardos".

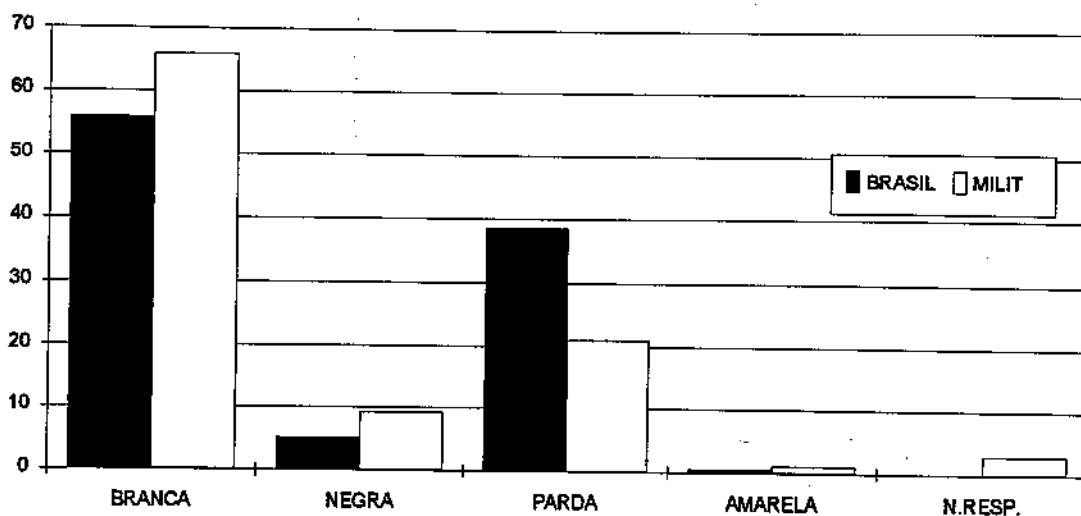


Para que a comparação se fizesse através de critérios mais assemelhados agregou-se, para o PT, da mesma forma que o IBGE, os vermelhos ou "indígenas" aos pardos. A análise comparativa possibilitou, assim, a constatação de diferenças significativas entre a composição da militância petista e da população brasileira, no que diz respeito a cor. Em que pese suas curvas de distribuição serem equivalentes, com as diversas categorias mantendo suas posições e grandezas, como se pode verificar na tabela e no gráfico abaixo, as concentrações apresentam divergências dignas de nota.

**Militantes do PT e População Brasileira, segundo a "Cor"**

| Cor           | Militantes | População |
|---------------|------------|-----------|
| Branca        | 65,8       | 55,8      |
| Negra         | 9,2        | 5,1       |
| Parda         | 21,1       | 38,6      |
| Amarela       | 1,0        | 0,5       |
| Não Respondeu | 2,9        | 0,0       |

Militantes do PT e População Brasileira, Segundo a "Cor"



Com exatamente dez pontos percentuais a mais do que para o conjunto da população brasileira em 1989, a maioria absoluta dos militantes petistas se reconhece como branca, num índice total de 65,8%. Os negros, auto-identificados como tal por apenas 5,1% da população do país, atingem 9,2% no PT, quase duplicando o índice brasileiro. Quanto aos amarelos, que no Brasil se identificam num nível de apenas 0,5% do total, no PT alcançam 1%, duplicando sua participação. São os pardos, no entanto, os que apresentam a maior diferença, comparecendo no PT com apenas 21,1% do total, enquanto na população chegam a 38,6%, o que coloca o partido diante de uma defasagem de 17,5 pontos percentuais. Estes números se mantêm nas mesmas proporções quando se analisa a composição dos militantes nas diversas regiões do país, como se pode verificar na tabela abaixo.

Como explicar estas diferenças? O que faz com que os militantes petistas se reconheçam, no tocante a sua auto-identificação na categoria cor, diferentemente da população? Seria a composição étnica da militância petista realmente diversa da brasileira, evidenciando ou uma defasagem que colocaria em dúvida, ao menos parcialmente, o grau de representatividade do partido quanto a este item ou, em nível mais grave, denunciando a existência de preconceito em seu interior? Existiriam explicações legítimas para o descompasso verificado?

Crosstabulation: COR By GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO

| Count<br>Row Pct<br>Col Pct | Norte              | Nordeste            | Sudeste             | Sul                 | C. Oeste          | Row<br>Total  |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| Q3                          | 1.00               | 2.00                | 3.00                | 4.00                | 5.00              |               |
| 1<br>Branca                 | 62<br>6.0<br>40.8  | 143<br>13.9<br>47.7 | 520<br>50.5<br>75.5 | 240<br>23.3<br>88.9 | 65<br>6.3<br>60.7 | 1030<br>67.9  |
| 2<br>Negra                  | 17<br>11.8<br>11.2 | 48<br>33.3<br>16.0  | 54<br>37.5<br>7.8   | 15<br>10.4<br>5.6   | 10<br>6.9<br>9.3  | 144<br>9.5    |
| 3<br>Parda                  | 66<br>21.0<br>43.4 | 99<br>31.5<br>33.0  | 106<br>33.8<br>15.4 | 13<br>4.1<br>4.8    | 30<br>9.6<br>28.0 | 314<br>20.7   |
| 4<br>Indígena               | 6<br>40.0<br>3.9   | 3<br>20.0<br>1.0    | 3<br>20.0<br>.4     | 1<br>6.7<br>.4      | 2<br>13.3<br>1.9  | 15<br>1.0     |
| 5<br>Amarela                | 1<br>6.7<br>.7     | 7<br>46.7<br>2.3    | 6<br>40.0<br>.9     | 1<br>6.7<br>.4      |                   | 15<br>1.0     |
| Column<br>Total             | 152<br>10.0        | 300<br>19.8         | 689<br>45.4         | 270<br>17.8         | 107<br>7.0        | 1518<br>100.0 |
| Chi-Square                  | D.F.               | Significance        | Min E.F.            | Cells with E.F. < 5 |                   |               |
| 209.32936                   | 16                 | .0000               | 1.057               | 8 OF 25 ( 32.0%)    |                   |               |

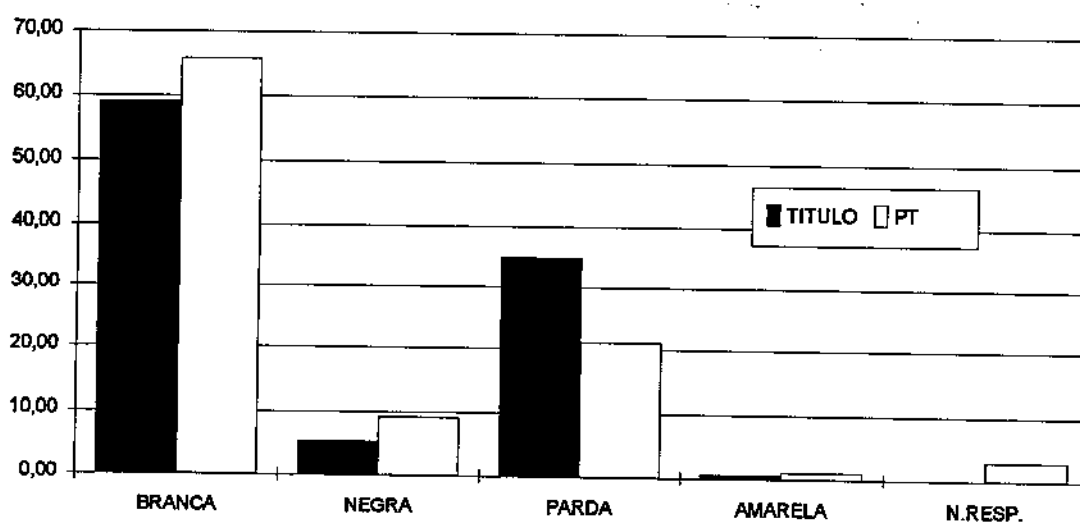
Number of Missing Observations = 48

A comparação com outros indicadores do IBGE permite respostas, ao menos aproximativas, para as questões levantadas. Na ausência de estudos que indiquem a cor dos integrantes de outros partidos, sindicatos ou associações no país, analisa-se aqui a composição da PEA e a posse de título de eleitor, indicadores que permitem que se identifique, para conjuntos mais amplos da população brasileira, movimentos semelhantes aos encontrados no PT. A segunda tabela e o gráfico abaixo permitem verificar que em ambos os indicadores os brancos e os negros aumentam sua participação em proporção direta e inversa à diminuição dos pardos. Apesar de o IBGE não considerar o percentual de amarelos na PEA, em virtude de sua presença diminuta no total da população brasileira, percebe-se que eles, embora poucos, também aumentam sua participação na posse de título eleitoral.

**População, PEA, Possuidores de Título Eleitoral e Militantes do PT, segundo a "Cor"**

| Cor           | População | PEA  | Posse de Título | Militantes do PT |
|---------------|-----------|------|-----------------|------------------|
| Branca        | 55,8      | 56,5 | 59,03           | 65,8             |
| Negra         | 5,1       | 5,5  | 5,40            | 9,2              |
| Parda         | 38,6      | 37,3 | 35,01           | 21,1             |
| Amarela       | 0,5       | 0,0  | 0,58            | 1,0              |
| Não Respondeu | 0,0       | 0,0  | 0,02            | 2,9              |

**População, PEA, Possuidores de Título Eleitoral e Militantes do PT, Segundo a "Cor"**



Frente aos dados expostos, constata-se, em primeiro lugar, que a defasagem da composição do PT frente à PEA e à população possuidora de título eleitoral diminui. Em segundo lugar, que os pardos, por serem os que percentualmente menos possuem título eleitoral, são os que estatisticamente estão menos habilitados à prática da participação política institucional, o que justificaria sua menor presença também no PT. Por fim, a maior presença proporcional de brancos e negros na PEA, permite concluir, ainda no plano estrito da análise estatística, que sua participação em destaque no partido reflete seu peso no universo do trabalho.

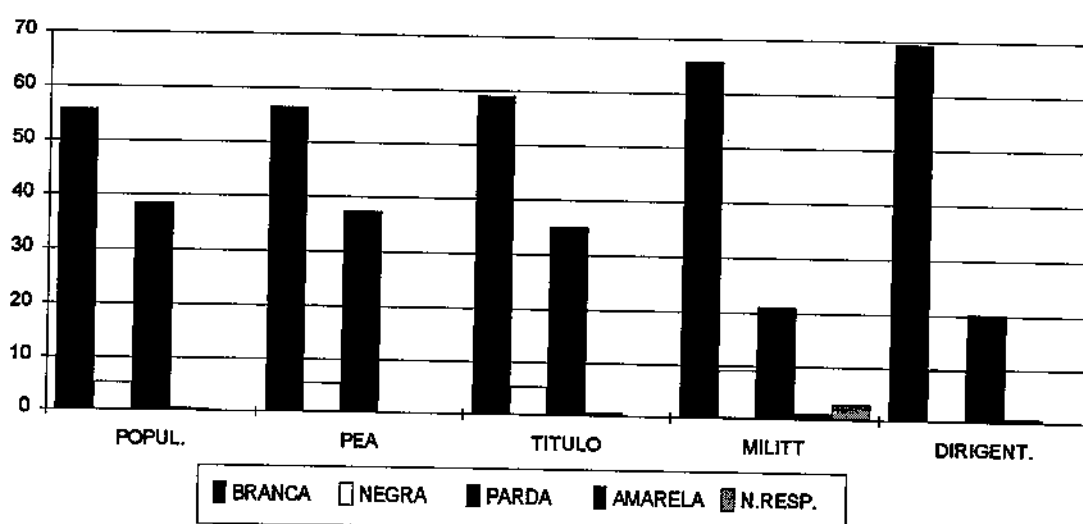
Coerentemente com a evidência estatística de menor participação social e política dos pardos, constata-se, na confrontação dos dados relativos à composição dos diretórios petistas, que enquanto eles diminuem sua presença na direção (aumentando ainda mais sua defasagem frente ao conjunto da população), os brancos e os negros aumentam-na, e os amarelos a mantém no nível estrito de seu peso tanto na população quanto na posse de título eleitoral. Com um índice de 69,4% na direção, os brancos somam a seu favor 3,6 pontos percentuais, enquanto os negros, com mais 0,4 pontos, detém 9,6% dos postos de comando. Os pardos, com a diminuição de 0,8 pontos percentuais frente ao total dos

militantes, chegam à direção do partido com um índice de 20,3%, enquanto os amarelos, com a diminuição de 0,4 pontos, atingem nos diretórios presença de apenas 0,6%.

**População, PEA, Militantes e Dirigentes do PT, segundo a "Cor"**

| Cor       | População | PEA  | Posse de Título | Militantes do PT | Dirigentes do PT |
|-----------|-----------|------|-----------------|------------------|------------------|
| Branca    | 55,8      | 56,5 | 59,03           | 65,8             | 69,4             |
| Negra     | 5,1       | 5,5  | 5,40            | 9,2              | 9,6              |
| Parda     | 38,6      | 37,3 | 35,01           | 21,1             | 20,3             |
| Amarela   | 0,5       | 0,0  | 0,58            | 1,0              | 0,6              |
| Não Resp. | 0,0       | 0,0  | 0,02            | 2,9              | 0                |

**População, PEA, Militantes e Dirigentes do PT, Segundo a "Cor"**

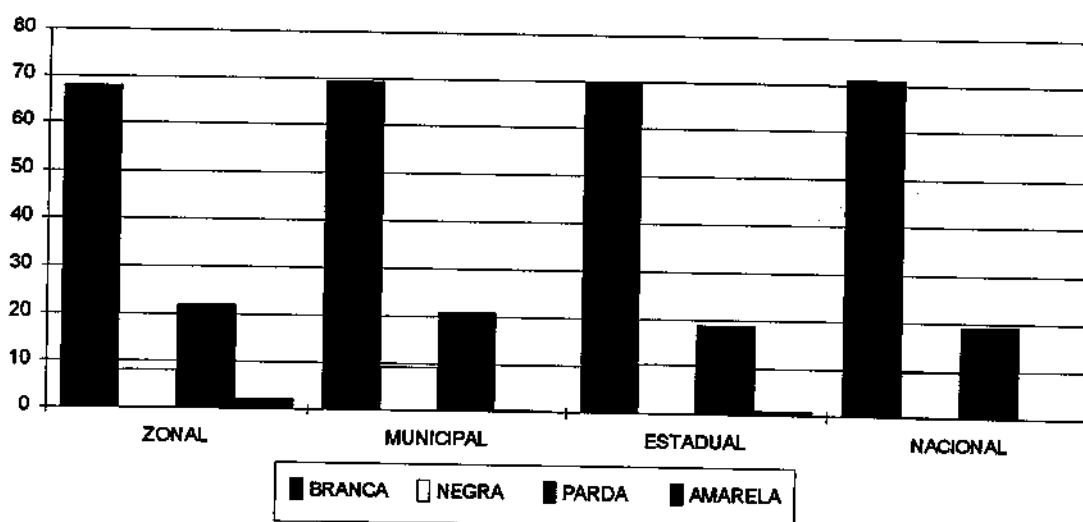


A análise da distribuição dos integrantes dos diretórios do PT em seus diversos níveis reforça a tese estatística da menor participação política dos pardos. Percebe-se uma tendência de crescimento da presença dos brancos e dos negros na direção partidária à medida da elevação de seus níveis e uma conseqüente tendência proporcional de declínio da presença dos pardos. Os brancos compõem 67,7% dos integrantes dos diretórios zonais, 69,3% dos municipais, 69,6% dos estaduais e 71% do nacional. Os negros distribuem-se em 8,3% no primeiro nível, 9,4% no segundo, 10,6% no terceiro e 9,7% no último e mais elevado, apresentando, neste nível, uma inflexão negativa de quase um ponto percentual frente ao anterior - o que, obviamente, não invalida a tendência ascendente da série. Os pardos, ao contrário, compõem 21,1% dos diretórios zonais e municipais, 18,9% dos estaduais e 19,4% do nacional.

**Integrantes dos Diretórios do PT, segundo a Cor**

| Cor     | Zonais | Municipais | Estaduais | Nacional |
|---------|--------|------------|-----------|----------|
| Branca  | 67,7   | 69,3       | 69,6      | 71,0     |
| Negra   | 8,3    | 9,4        | 10,6      | 9,7      |
| Parda   | 21,1   | 21,1       | 18,9      | 19,4     |
| Amarela | 2,1    | 0,4        | 0,9       |          |

**Integrantes dos Diretórios do PT, Segundo a "Cor"**



Verifica-se, finalmente, que o crescimento da participação dos brancos é maior e mais regular do que o dos negros, o que exige reflexão específica. Sabe-se que, no Brasil, as dificuldades de acesso à instrução e à qualificação profissional, que já são grandes para amplas parcelas da população, agravam-se ainda mais quando se referem às parcelas não brancas. Não cabe aqui, pela especificidade do tema tratado, uma análise que se estenda na interpretação sociológica desta questão. A constatação de que as taxas de analfabetismo<sup>83</sup> registradas no país para negros e pardos são praticamente idênticas e representam mais do que o dobro da encontrada na população branca se, por um lado, é evidência suficiente destas dificuldades e explica um menor acesso daqueles às posições de liderança e comando nas diversas instâncias da sociedade e, conseqüentemente, também em algum nível no PT, por outro lado, acrescenta um complicador à compreensão da participação negra. Como explicar seu crescimento se eles partilham das mesmas dificuldades de acesso reservadas aos pardos?

A resposta a esta questão deve ser buscada não mais apenas em comparações estatísticas, mas através da reflexão sociológica. Ela se encontra no âmbito das características político-organizativas da população negra, que se expressa, por sua vez, na militância petista. Os negros, organizados em movimentos de conscientização étnica - o que não ocorre com os pardos enquanto grupo de identidade -, disputam de forma crescente espaços de participação política e social, na luta pela conquista plena da cidadania, se fazendo presentes de modo organizado no interior do partido e, conseqüentemente,

<sup>83</sup> O AEB-91 registra, para uma taxa 20,1% de analfabetismo no Brasil, referente a pessoas de sete ou mais anos de idade, sendo que, entre os brancos, esta taxa é de 12,6%, entre os negros de 30,7% e, entre os pardos de 30,0%.

conquistando também, por suas características de lideranças setoriais, mais cargos de direção do que os pardos.

### 2.2.5. Estado Conjugal

A ampla maioria dos militantes petistas declara-se casada. No total, são 61,9% os que se encontram nesta situação, somando-se os 50,9% que se dizem legalmente casados, com os 11% que indicam viver em união consensual estável. Apenas 28,2% dizem-se solteiros, 7,9% separados, 0,8% viúvos e 1,1% não declararam sua condição ou o fizeram de maneira contraditória<sup>84</sup>.

Esta situação não se altera substancialmente quando se observam os dados referentes ao estado conjugal dos integrantes dos diretórios do partido. Na verdade, constata-se que o percentual de casados se eleva quando se consideram os dirigentes partidários. Para estes, o total de casados é de 65,9%, sendo que são 53,2% os legalmente casados e 12,7% os que mantêm relações estáveis. Mais do que isto, percebe-se que, à medida que se eleva o nível de direção, eleva-se também a incidência de casados. Considerando-se a soma total de casamentos legais e uniões consensuais ela atinge 58,8% dos integrantes dos diretórios zonais, 65,3% dos municipais, 66,1% dos estaduais e 84,4% do nacional. Neste último, inclusive, não se encontra ninguém que se declare solteiro. É de se destacar, ainda, no que se refere ao estado conjugal dos dirigentes, que os percentuais dos que vivem em união estável também se alteram ascendentemente quando se consideram os diversos níveis de direção. Eles progridem sucessivamente de 10,3%, para 11,6%, para 15,1% e atingem 31,3% no último e mais elevado nível.

#### Estado Conjugal

| Value Label<br>Percent | Value | Frequency     | Percent | Valid<br>Percent | Cum   |
|------------------------|-------|---------------|---------|------------------|-------|
| Solteiro               | 1     | 442           | 28.2    | 28.6             | 28.6  |
| Casado                 | 2     | 797           | 50.9    | 51.5             | 80.0  |
| Vive com alguém        | 3     | 173           | 11.0    | 11.2             | 91.2  |
| Separado               | 4     | 124           | 7.9     | 8.0              | 99.2  |
| Viúvo                  | 5     | 12            | .8      | .8               | 100.0 |
|                        | 9     | 18            | 1.1     | MISSING          |       |
|                        |       | TOTAL         | 1566    | 100.0            | 100.0 |
| Valid Cases            | 1548  | Missing Cases | 18      |                  |       |

Não se constata, por outro lado, qualquer especificidade na distribuição dos separados. Representando apenas 7,9% do total dos militantes partidários e 7,2% dos dirigentes, eles se distribuem, portanto, quase que igualmente entre uma posição e outra, ainda que com uma incidência

<sup>84</sup> Considerou-se declaração contraditória a escolha de mais de uma opção entre as alternativas apresentadas neste item, anulando-se as respostas que se encontravam nesta situação.

maior entre dirigentes do que entre militantes de base, concentrando 57,1% de seu total nos que integram diretórios e 42,9% na militância que não possui cargo. No interior dos diretórios, entretanto, não se percebe regularidade alguma em sua distribuição, já que eles alcançam 11,3% nos zonais, caem para 6,8% e 6,9% respectivamente nos municipais e estaduais, e se elevam para 9,4% no nacional.

Os viúvos, que não chegam a atingir sequer um ponto percentual no conjunto do partido, impossibilitando, assim, qualquer observação estatística, evidenciam, no entanto, a face jovem da militância petista, já apontada na seção onde se analisou sua composição etária. É bastante provável que a quase inexistência de viúvos seja decorrência deste fato.

Digno de destaque, ainda, é a observação de que apenas 33,4% das militantes femininas do PT são casadas, enquanto 40,8% são solteiras, condição conjugal feminina predominante no partido, em contraste com a situação masculina, em que 57,8% do total se apresentam como casados e apenas 24,5% como solteiros. Entre as mulheres são, inclusive, as solteiras as que mais participam dos diretórios do partido. Elas constituem 41,4% das mulheres dirigentes, enquanto as casadas atingem apenas 31,7% deste total. No entanto, como já se destacou na seção onde foi analisada a composição sexual da militância petista, se as mulheres concentram sua atuação no nível municipal de direção e se agora pode-se constatar que são as solteiras as que mais ocupam cargos, verifica-se que mesmo estas últimas dificilmente ultrapassam a instância do diretório do município, fixando ali 31,9% do total de sua participação enquanto dirigentes<sup>85</sup>.

#### Crosstabulation: SEXO By ESTADO CONJUGAL

| Count                               | Row Pct | Solteiro     | Casado   | Vive com<br>alguém  | Separado | Viúvo | Row<br>Total |
|-------------------------------------|---------|--------------|----------|---------------------|----------|-------|--------------|
| Col Pct                             |         |              |          |                     |          |       |              |
| Tot Pct                             |         | 1            | 2        | 3                   | 4        | 5     |              |
| Q1-----                             |         |              |          |                     |          |       |              |
| 1                                   |         | 286          | 669      | 131                 | 76       | 3     | 1165         |
| Mas.                                |         | 24.5         | 57.4     | 11.2                | 6.5      | .3    | 75.6         |
|                                     |         | 65.0         | 84.2     | 76.2                | 61.8     | 25.0  |              |
|                                     |         | 18.5         | 43.4     | 8.5                 | 4.9      | .2    |              |
| .                                   |         |              |          |                     |          |       |              |
| 2                                   |         | 154          | 126      | 41                  | 47       | 9     | 377          |
| Fem.                                |         | 40.8         | 33.4     | 10.9                | 12.5     | 2.4   | 24.4         |
|                                     |         | 35.0         | 15.8     | 23.8                | 38.2     | 75.0  |              |
|                                     |         | 10.0         | 8.2      | 2.7                 | 3.0      | .6    |              |
|                                     |         |              |          |                     |          |       |              |
| Column                              |         | 440          | 795      | 172                 | 123      | 12    | 1542         |
| Total                               |         | 28.5         | 51.6     | 11.2                | 8.0      | .8    | 100.0        |
| Chi-Square                          | D.F.    | Significance | Min E.F. | Cells with E.F. < 5 |          |       |              |
| 87.59817                            | 4       | .0000        | 2.934    | 1 OF 10 ( 10.0%)    |          |       |              |
| Number of Missing Observations = 24 |         |              |          |                     |          |       |              |

<sup>85</sup> Este número é o resultado da soma da participação total feminina nos níveis zonal e municipal de direção.

Identifica-se, através destes dados, uma possível explicação para os baixos índices de participação feminina não só no PT mas, com bastante probabilidade, em todas as esferas participativas da sociedade. À mulher, principalmente à casada, cabe, em proporção maior do que ao homem, o cuidado do lar e dos filhos, o que lhe dificulta ainda mais a participação militante. Ela participa preferencialmente quando é solteira e, mesmo assim, naqueles níveis de direção que exigem menores deslocamentos e ausências do lar. Estratificando-se a presença feminina nos diretórios partidários em seus diversos níveis e considerando-se o seu estado conjugal, obtém-se números reveladores desta situação, que de tão contundentes dispensam comentários. É no nível municipal que atuam como dirigentes 72,4% das solteiras integrantes dos diretórios petistas; 77,2% das casadas; 72% das que vivem em união consensual; 61,9% das separadas e 50% das viúvas.

Crosstabulation: ESTADO CONJUGAL By DIREÇÃO

Controlling for Q1

Questão 1. Sexo.

= 1 Masculino

| Count     | Diretórios |          |          |          | Row   |
|-----------|------------|----------|----------|----------|-------|
| Row Pct   |            |          |          |          | Total |
| Col Pct   | Zonal      | Municip. | Estadual | Nacional |       |
| Tot Pct   |            |          |          |          |       |
| Q4-----   |            |          |          |          |       |
| 1         | 21         | 100      | 45       |          | 166   |
| Solt.     | 12.7       | 60.2     | 27.1     |          | 22.7  |
|           | 27.6       | 22.9     | 23.8     |          |       |
|           | 2.9        | 13.7     | 6.2      |          |       |
| 2         | 41         | 263      | 104      | 16       | 424   |
| Casado    | 9.7        | 62.0     | 24.5     | 3.8      | 58.0  |
|           | 53.9       | 60.2     | 55.0     | 55.2     |       |
|           | 5.6        | 36.0     | 14.2     | 2.2      |       |
| 3         | 9          | 48       | 27       | 9        | 93    |
| Un. Cons. | 9.7        | 51.6     | 29.0     | 9.7      | 12.7  |
|           | 11.8       | 11.0     | 14.3     | 31.0     |       |
|           | 1.2        | 6.6      | 3.7      | 1.2      |       |
| 4         | 5          | 25       | 13       | 3        | 46    |
| Separado  | 10.9       | 54.3     | 28.3     | 6.5      | 6.3   |
|           | 6.6        | 5.7      | 6.9      | 10.3     |       |
|           | .7         | 3.4      | 1.8      | .4       |       |
| 5         |            | 1        |          | 1        | 2     |
| Viúvo     |            | 50.0     |          | 50.0     | .3    |
|           |            | .2       |          | 3.4      |       |
|           |            | .1       |          | .1       |       |
| Column    | 76         | 437      | 189      | 29       | 731   |
| Total     | 10.4       | 59.8     | 25.9     | 4.0      | 100.0 |

| Chi-Square | D.F. | Significance | Min E.F. | Cells with E.F.< 5 |
|------------|------|--------------|----------|--------------------|
| 30.03343   | 12   | .0028        | .079     | 7 OF 20 ( 35.0%)   |

Crosstabulation: ESTADO CONJUGAL By DIREÇÃO  
Controlling for Q1

QUESTÃO 1. Sexo.

= 2 Feminino

| Count                            | Row Pct | Col Pct      | Tot Pct  | Diretórios          |          |          |          | Row Total |
|----------------------------------|---------|--------------|----------|---------------------|----------|----------|----------|-----------|
|                                  |         |              |          | Zonal               | Municip. | Estadual | Nacional |           |
| Q4                               |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| 1                                |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| Solt.                            | 7       | 55           | 14       |                     |          |          |          | 76        |
|                                  | 9.2     | 72.4         | 18.4     |                     |          |          |          | 41.5      |
|                                  | 33.3    | 41.7         | 51.9     |                     |          |          |          |           |
|                                  | 3.8     | 30.1         | 7.7      |                     |          |          |          |           |
| 2                                |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| Casada                           | 6       | 44           | 6        | 1                   |          |          |          | 57        |
|                                  | 10.5    | 77.2         | 10.5     | 1.8                 |          |          |          | 31.1      |
|                                  | 28.6    | 33.3         | 22.2     | 33.3                |          |          |          |           |
|                                  | 3.3     | 24.0         | 3.3      | .5                  |          |          |          |           |
| 3                                |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| Un. Cons.                        | 1       | 18           | 5        | 1                   |          |          |          | 25        |
|                                  | 4.0     | 72.0         | 20.0     | 4.0                 |          |          |          | 13.7      |
|                                  | 4.8     | 13.6         | 18.5     | 33.3                |          |          |          |           |
|                                  | .5      | 9.8          | 2.7      | .5                  |          |          |          |           |
| 4                                |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| Separada                         | 6       | 13           | 2        |                     |          |          |          | 21        |
|                                  | 28.6    | 61.9         | 9.5      |                     |          |          |          | 11.5      |
|                                  | 28.6    | 9.8          | 7.4      |                     |          |          |          |           |
|                                  | 3.3     | 7.1          | 1.1      |                     |          |          |          |           |
| 5                                |         |              |          |                     |          |          |          |           |
| Viúva                            | 1       | 2            |          | 1                   |          |          |          | 4         |
|                                  | 25.0    | 50.0         |          | 25.0                |          |          |          | 2.2       |
|                                  | 4.8     | 1.5          |          | 33.3                |          |          |          |           |
|                                  | .5      | 1.1          |          | .5                  |          |          |          |           |
| Column Total                     | 21      | 132          | 27       | 3                   |          |          |          | 183       |
|                                  | 11.5    | 72.1         | 14.8     | 1.6                 |          |          |          | 100.0     |
| Chi-Square                       | D.F.    | Significance | Min E.F. | Cells with E.F. < 5 |          |          |          |           |
| 26.95650                         | 12      | .0078        | .066     | 12 OF 20 ( 60.0%)   |          |          |          |           |
| Number of Missing Observations = |         |              |          | 652                 |          |          |          |           |

Na comparação com a população brasileira, desperta a atenção a maior incidência de militantes de ambos os sexos casados no interior do PT do que no conjunto da população do país. O IBGE considera como casados, para efeitos de suas estatísticas, a soma daqueles que se declaram legalmente casados e dos que vivem em união consensual estável. O censo de 1980<sup>86</sup>, que fornece os dados disponíveis para comparação, indica que entre a população de quinze anos ou mais de idade, são 57% os que se encontram na situação acima referida. Entre a militância do PT, utilizando-se o mesmo critério, obtém-se um total de 61,9%, ou seja, quase cinco pontos percentuais a mais.

<sup>86</sup> Até o momento da redação desta seção ainda não haviam sido divulgados os dados do censo demográfico de 1991, relativos ao estado conjugal da população.

Este é um dado ao menos curioso e surpreendente de ser obtido entre militantes partidários que, como se sabe, dedicam grande parte de seu tempo à atividade política. Em se tratando de militantes não profissionalizados, como é o caso da ampla maioria pesquisada, suas horas de dedicação ao partido devem ser obtidas, na maior parte das vezes, com a redução das horas de não trabalho profissional, ou seja, durante parte do tempo que, em tese, se dedica à família. Há que se destacar, entretanto, que os dados relativos ao Brasil, através dos quais se comparou o estado conjugal dos militantes petistas e da população, referem-se ao ano de 1980, defasados, portanto, em onze anos, o que deixa a dúvida quanto às alterações que podem ter ocorrido no país, aproximando ou distanciando ainda mais os índices, reforçando ou derrubando a argumentação aqui desenvolvida.

Constata-se, na comparação global dos dados relativos ao estado conjugal dos militantes petistas com os da população uma regularidade na defasagem. As diferenças estão sempre entre quatro e cinco pontos percentuais: 28,2% de solteiros no PT e 34,2% no Brasil, com uma diferença exata de 4 pontos a mais para o conjunto do país; 61,9% para os casados em qualquer situação no PT e 57% no Brasil, com 4,9 pontos a mais no partido; 7,9% de separados no PT e 2,5% no Brasil, com 5,4 pontos positivos no partido e 0,8% viúvos no PT para 5% no país, com 4,2 pontos pró conjunto do país. Apenas os índices de não declaração se aproximam, quase se igualando: 1,1% no PT e 1,3% no Brasil. Cabe observar que, subtraindo-se do total dos considerados casados pelo censo de 1980 os indivíduos que vivem em união consensual estável, o resultado é, novamente superior no PT, situando-se, ainda nesta situação, no intervalo dos quatro a cinco pontos, com 11% dos militantes petistas em uniões consensuais e apenas 6,7% da população. Ao mesmo tempo, declaram-se legalmente casados 50,9% da militância petista e 50,3% do conjunto da população brasileira com idade igual ou superior a quinze anos.

O Perfil do Eleitorado Brasileiro<sup>87</sup> com dados de 1986, mais recentes, portanto, do que os do Censo de 1980 e incluindo um universo de pesquisa mais aproximado ao do partido - já que se refere a uma população numa faixa etária que se inicia nos dezoito anos<sup>88</sup> e não nos de quinze como no Censo - apresenta percentuais que, não obstante sejam um pouco diferentes dos do total da população e, por outro lado, mais semelhantes aos encontrados no PT, não alteram as análises feitas até aqui. É assim que, entre os eleitores, se constata que 39,4% são solteiros, 54,7% são casados, 3,1% viúvos, 1,8% separados judicialmente ou divorciados e que 1% não informou sua condição. Comparando-se com o PT, verifica-se que as evidências anteriores se mantêm, com o partido apresentando novamente mais casados e separados e, em contrapartida, menos viúvos, já que o número dos que não declararam sua condição, também nesta situação, é quase idêntico no PT e no eleitorado.

---

<sup>87</sup> PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1989.

<sup>88</sup> Foi só com a Constituição de 1988 que o direito de voto passou a ser concedido aos dezesesseis anos.

### 2.2.6. Em Resumo

As características sócio-demográficas dos filiados e militantes do PT analisadas até aqui permitem que se afirme sua contemporaneidade com o padrão de desenvolvimento econômico e político característico do país. Com uma inserção nacional equilibrada, o enraizamento social do partido é maior onde o desenvolvimento econômico é maior e/ou mais recente, constituindo uma sociedade civil mais moderna e mais complexa. Este quadro se expressa através de um conjunto de fatores, iniciando-se pela fixação majoritária de sua militância nas áreas urbanas, onde o dinamismo econômico é maior e onde o processo de modernização recente foi mais intenso.

A contemporaneidade do PT ao padrão de desenvolvimento brasileiro é corroborada também através da constatação da maturidade de seus integrantes: nem um partido de militantes extremamente jovens, nem um partido de velhos. Militantes e dirigentes petistas concentram-se, numa proporção superior à da própria PEA brasileira, nas faixas etárias de maior potencialidade produtiva.

Semelhantes ao padrão demográfico brasileiro, quanto a suas características gerais, os petistas pesquisados revelam-se, quanto ao estado civil, ainda mais propensos às uniões conjugais do que o conjunto da população do país. Concentrados, em proporção mais elevada do que na população brasileira, nas faixas etárias médias, os militantes e dirigentes petistas apresentam, também por este motivo, percentuais mais elevados de casados (legalmente ou de fato) dos que os da população brasileira nas mesmas faixas etárias.

Quanto aos aspectos políticos evidenciadores da contemporaneidade do PT, as características sócio-demográficas de sua militância permitem que se extraiam algumas generalizações. Majoritariamente constituído por homens, o PT expressa, neste fato, seu enraizamento nos segmentos mais mobilizados da sociedade civil. Composto por um contingente masculino maior do que aquele encontrado na população e no eleitorado brasileiro, a presença feminina na militância petista iguala-se, no entanto, àquela encontrada no conjunto dos sindicatos e associações de empregados do país, superando-a na composição de suas direções em diversos níveis.

As características "étnicas" dos militantes do PT também reforçam as evidências de sua inserção nos segmentos sociais mais mobilizados. Semelhante ao padrão nacional, são os que se reconhecem como brancos e os que se identificam como negros os que compõem as maiorias mais expressivas entre os integrantes ativos do partido. É revelador, além disto, o fato de que os negros representam no PT parcela equivalente ao dobro daquela que representam na população, na PEA ou entre os que possuem título eleitoral no país.

## 2.3. Características Sócio-Econômicas dos Militantes Petistas

### 2.3.1. Escolaridade

Frente aos padrões brasileiros, o nível de escolarização apresentado pelo conjunto da militância do Partido dos Trabalhadores é bastante elevado. Enquanto a taxa de analfabetismo<sup>89</sup> no país, para o total da população de dez anos ou mais<sup>90</sup>, era, em 1990, de 17,8%, no PT o número relativo dos que nunca freqüentaram escola limitava-se a 1%<sup>91</sup>. Além disto, enquanto para o total do país na mesma faixa etária eram apenas 25% os que atingiam ou ultrapassavam oito anos de estudo (correspondentes ao primeiro grau completo e mais), no PT este índice alcançava 88,2%. Estes números evidenciam a existência de divergências significativas entre a composição do partido e a do conjunto da população do país.

**Indicadores de Escolaridade na População em 1990 e na Militância do PT**

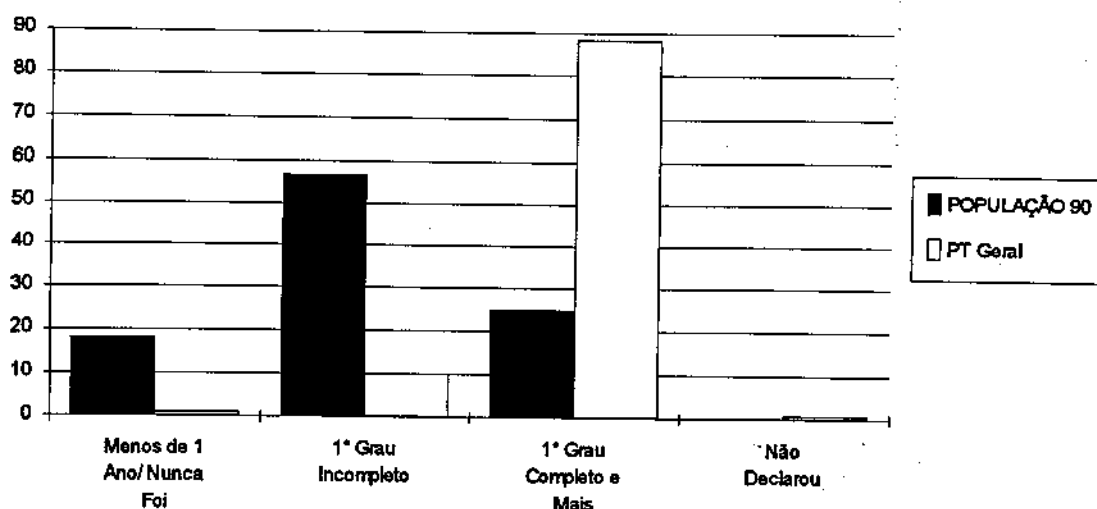
| Níveis de Escolaridade   | População | PT Geral |
|--------------------------|-----------|----------|
| Menos de 1 Ano/Nunca Foi | 18,1      | 1,0      |
| 1º Grau Incompleto       | 56,8      | 10,0     |
| 1º Grau Completo e Mais  | 25,0      | 88,2     |
| Não Declarou             | 0,1       | 8,0      |
| Totais                   | 100       | 100      |

<sup>89</sup> O IBGE considerou, em seus levantamentos, como "alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem". Além disto, o Instituto classificou como analfabetas as pessoas que "aprenderam a ler e escrever mas esqueceram e as que apenas assinassem o próprio nome". A "taxa de analfabetismo é a percentagem de pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário)". AEB-91. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p.171.

<sup>90</sup> A população de dez anos ou mais é tomada pelo IBGE como referência para a PEA.

<sup>91</sup> A segunda nota acima permite a percepção de que não há uma referência às mesmas coisas quando se consideram os "analfabetos" no país e os militantes petistas que nunca "freqüentaram escola". Uma pessoa pode, obviamente, ser alfabetizada sem nunca ter freqüentado escola, como o inverso também pode ser verdadeiro. Assim, o percentual de 1% de militantes do PT que nunca freqüentaram escola não se refere, necessariamente a analfabetos. Na ausência de dados que indicassem os eventuais analfabetos no partido, utilizou-se, no entanto, aquela categoria para a comparação, por ser ela a de menor escolarização formal.

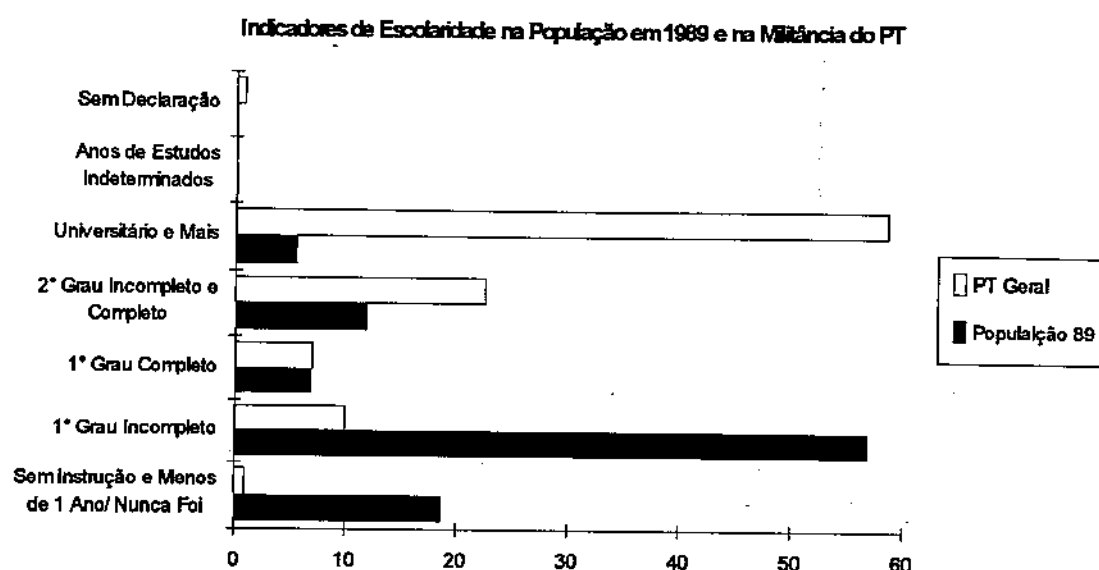
**Níveis de Escolaridade na População em 1990 e na Militância do PT**



Dados obtidos no Anuário Estatístico do Brasil de 1991, do IBGE, relativos ao ano de 1989, permitem que se obtenha um gradiente um pouco mais detalhado dos níveis de estudo da população brasileira com dez ou mais anos de idade, identificando-se, além dos níveis já apontados acima, também os percentuais dos que freqüentaram o segundo grau sem concluí-lo, dos que o concluíram e dos que chegaram ou ultrapassaram o nível universitário. Percebe-se, na verificação da tabela abaixo e do gráfico correspondente, que no interior do PT processa-se uma inversão nítida da situação encontrada na população. Enquanto, na população, corresponde a 56,9% do total os que não possuem sequer o primeiro grau concluído, no PT este percentual é ultrapassado pelos que alcançaram o nível universitário ou foram além dele, totalizando 58,6% no conjunto de sua militância.

**Indicadores de Escolaridade na População de 1989 e na Militância do PT**

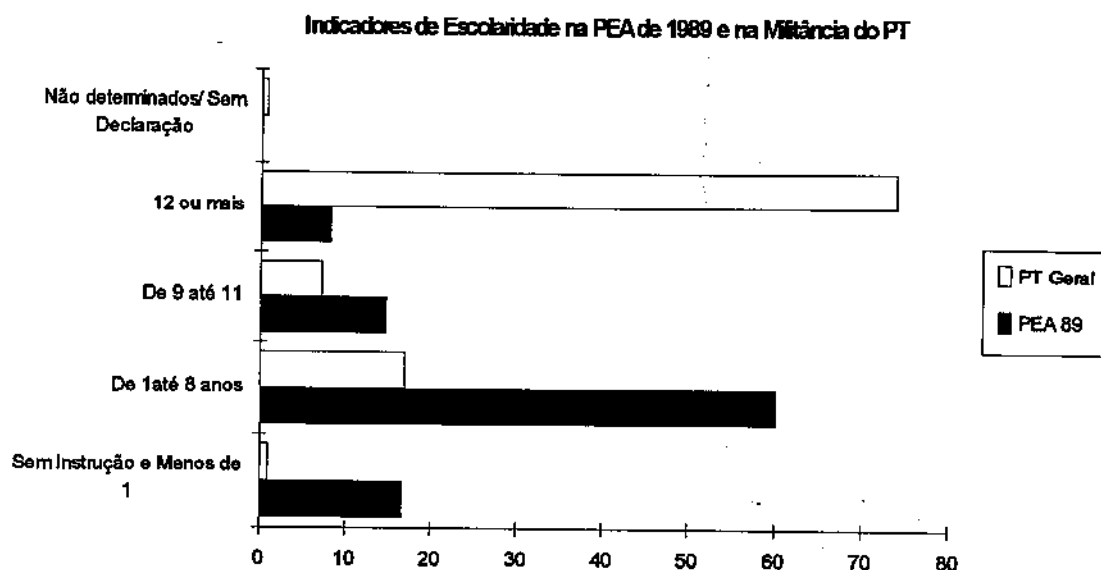
| Níveis de Estudo                         | População | PT Geral |
|------------------------------------------|-----------|----------|
| Sem Instrução e Menos de 1 Ano/Nunca Foi | 18,7      | 1,0      |
| 1º Grau Incompleto                       | 56,9      | 10,0     |
| 1º Grau Completo                         | 6,9       | 7,0      |
| 2º Grau Incompleto e Completo            | 11,9      | 22,6     |
| Universitário e Mais                     | 5,5       | 58,6     |
| Anos de Estudos Indeterminados           | 0,1       | 0,0      |
| Sem Declaração                           | 0,0       | 0,8      |
| Total                                    | 100       | 100,1    |



A relação observada na comparação entre a população e o PT praticamente não se altera quando se considera a PEA do ano de 1989. Em virtude de agrupamento diferenciado para os dados, observa-se a manutenção da inversão já destacada, só que agora envolvendo os que, na PEA, obtiveram escolaridade de um até oito anos e os que, no PT, alcançaram uma escolaridade de doze ou mais anos.

**Indicadores de Escolaridade na PEA de 1989 e na Militância do PT**

| Anos de Estudo                  | PEA  | PT Geral |
|---------------------------------|------|----------|
| Sem Instrução e Menos de 1      | 16,7 | 1        |
| De 1 até 8 anos                 | 60,2 | 17       |
| De 9 até 11                     | 14,8 | 7,3      |
| 12 ou mais                      | 8,2  | 74       |
| Não determinados/Sem Declaração | 0,1  | 0,8      |
| Totais                          | 100  | 100,1    |



Com um nível de detalhamento ainda maior e, de outra parte, com uma defasagem de datas também maior, o Perfil do Eleitorado Brasileiro<sup>92</sup> apresenta dados referentes ao ano 1986 que permitem, mais uma vez, a confirmação da discrepância entre os níveis de escolaridade dos militantes petistas e o padrão brasileiro. Constatam-se, novamente, situações quase idênticas às anteriores, apenas com a agravante de que agora se pode perceber que entre os eleitores o maior índice pertence àqueles que apenas sabem ler e escrever, sem indicação de grau algum de escolaridade<sup>93</sup>, secundado, muito de perto, pelo dos que não concluíram o primeiro grau.

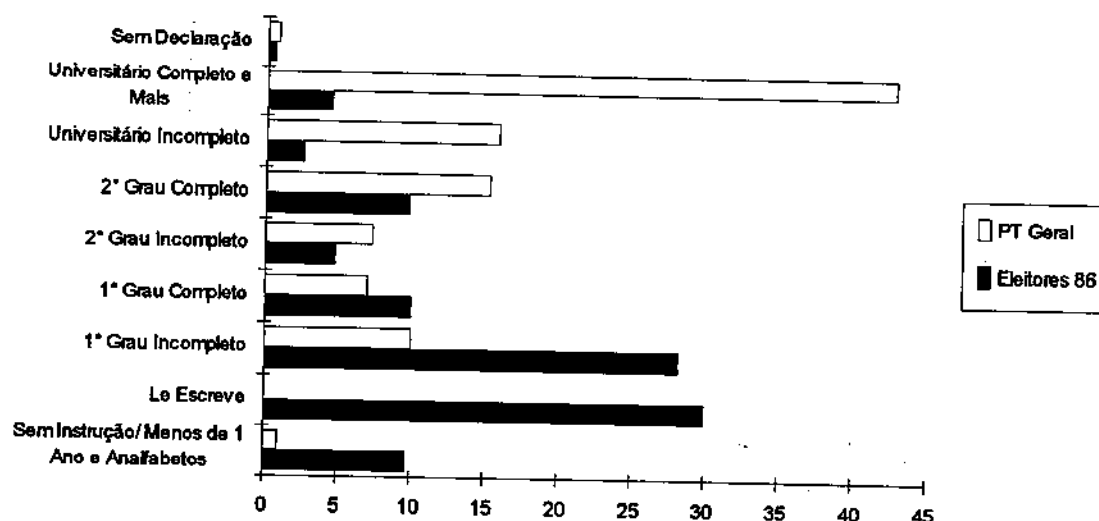
**Indicadores de Escolaridade dos Eleitores Brasileiros em 1986 e na Militância do PT**

| Níveis de Estudo                           | Eleitores | PT Geral |
|--------------------------------------------|-----------|----------|
| Sem Instrução/Menos de 1 Ano e Analfabetos | 9,7       | 1,0      |
| Lê Escreve                                 | 30,0      |          |
| 1º Grau Incompleto                         | 28,2      | 10,0     |
| 1º Grau Completo                           | 10,0      | 7,0      |
| 2º Grau Incompleto                         | 4,8       | 7,3      |
| 2º Grau Completo                           | 9,8       | 15,3     |
| Universitário Incompleto                   | 2,6       | 15,9     |
| Universitário Completo e Mais              | 4,5       | 42,8     |
| Sem Declaração                             | 0,5       | 0,8      |
| Total                                      | 100       | 100,1    |

<sup>92</sup> PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, vol. 1, 1989.

<sup>93</sup> Esta categoria não foi considerada entre os militantes do partido. Sua maior semelhança se faz, sem dúvida, face à pesquisa com a dos que nunca frequentaram escola.

Indicadores de Escolaridade dos Eleitores Brasileiros em 1986 e na Militância do PT



No partido, verifica-se que há mais militantes que atingiram a escolaridade em nível de doutoramento do que os que nunca freqüentaram escola, suplantando-os em 0,6 pontos percentuais - o que representa um número final superior em exatos sessenta por cento. Os que alcançaram o nível de mestrado chegam a 7,2%, representando apenas 2,8 pontos menos do que os que não concluíram o primeiro grau, 0,2 pontos mais do que os que limitaram sua escolaridade ao primeiro grau completo e 0,1 ponto negativo frente aos que possuem segundo grau incompleto. Somam 58,6% o total de todos os que atingiram o ensino universitário ou o ultrapassaram, sendo que 15,9% deles têm sua escolaridade universitária incompleta, seja porque ainda não a concluíram, seja porque a abandonaram. Com escolaridade em nível de segundo grau completo, constata-se um total de 15,3% da militância, número que praticamente se iguala ao dos que possuem nível universitário incompleto<sup>94</sup>.

<sup>94</sup> Cifras, sem dúvida, surpreendentes, principalmente tratando-se de um partido que se reivindica representante dos segmentos sociais economicamente explorados e politicamente dominados na sociedade brasileira, elas perdem, no entanto, seu impacto, quando se sabe 1) que a escolaridade elevada se constitui, em todo o mundo, fator clássico que favorece a participação sócio-política e, 2) que ainda que não se disponha de dados que permitam uma comparação entre o PT e outros partidos brasileiros, pesquisas sobre a composição social dos Partidos Socialista e Comunista franceses dão conta de que a escolaridade de seus militantes, já na década de 70, se aproximava da que ora se constata no PT. É assim que, comparando a escolaridade dos militantes comunistas franceses de Paris com a do conjunto da população parisiense, Françoise Subileau apresenta uma tabela (reproduzida abaixo) que, guardadas as proporções das datas e do padrão de desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos dois países, mostra-se bastante parecida com a que se apresentou acima, com os dados sobre a população brasileira e o conjunto dos integrantes do PT. Pode-se verificar, que, enquanto em Paris, 53% da população tinha freqüentado apenas o nível inicial dos estudos ou nenhum, no PCF eram apenas 11% os que se encontravam nesta situação. Percentuais que, tal como ocorre no Brasil e no PT, se invertem quando se consideram os níveis universitários: em Paris, enquanto apenas 10% se bacharelaram e 16% concluíram os estudos superiores, totalizando 26%, no PCF estas cifras correspondem, respectivamente, a 16% e 40% dos militantes comunistas, totalizando 56% dos mesmos. (veja tabela no rodapé da página seguinte).

### Escolaridade dos Militantes do PT

| Value Label              | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|--------------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Nunca Foi a Escola       | 1     | 15            | 1.0     | 1.0           | 1.0         |
| 1º Grau Incompleto       | 2     | 157           | 10.0    | 10.0          | 11.0        |
| 1º Grau Completo         | 3     | 109           | 7.0     | 7.0           | 17.9        |
| 2º Grau Incompleto       | 4     | 115           | 7.3     | 7.3           | 25.3        |
| 2º Grau Completo         | 5     | 239           | 15.3    | 15.3          | 40.5        |
| Universitário Incompleto | 6     | 249           | 15.9    | 15.9          | 56.4        |
| Universitário Completo   | 7     | 532           | 34.0    | 34.0          | 90.4        |
| Mestrado                 | 8     | 113           | 7.2     | 7.2           | 97.6        |
| Doutorado                | 9     | 25            | 1.6     | 1.6           | 99.2        |
| Não Declarou             | 99    | 12            | 0.8     | 0.8           | 100.0       |
|                          | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases              | 1566  | Missing Cases | 0       |               |             |

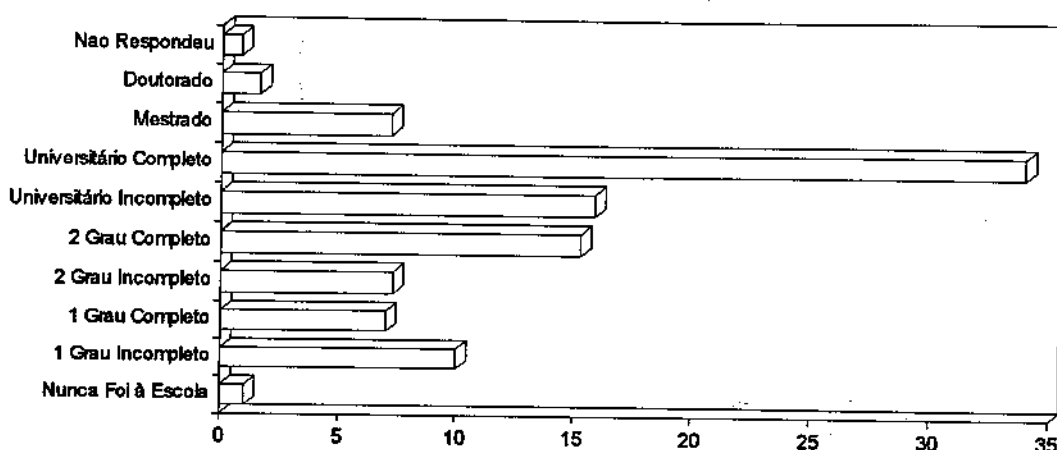
### Le niveau scolaire selon le sexe

|                             | Ensemble |      | Hommes  |      | Femmes  |      |
|-----------------------------|----------|------|---------|------|---------|------|
|                             | % Paris  | PC   | % Paris | PC   | % Paris | PC   |
|                             | 1975*    | 1977 | 1975    | 1977 | 1975    | 1977 |
| CEP ou rien                 | 53       | 11   | 53      | 11   | 54      | 9    |
| CAP                         | 9        | 11   | 11      | 13   |         | 4    |
| BEPC ou dipls. tech. équiv. | 11       | 20   | 8       | 19   | 13      | 21   |
| Baccalauréat                | 10       | 16   | 10      | 14   | 11      | 20   |
| Études supérieures          | 16       | 40   | 18      | 39   | 14      | 43   |

\* Il s'agit de la population non scolaire, de 17 ans ou plus (apprentis exclus).

Quanto ao Partido Socialista, Patrick Hardouin informa que "63,8% des membre du comité directeur on fait des études supérieures. Plus du tiers du membre du comité directeur sont diplômés d'une grande école, agrégés ou docteurs de l'Université. (...) Les délégués au congrès national sont eux aussi très titrés: 54,6% ont fait des études supérieures." (p.252, grifos meus). Vejam-se: a) SUBILEAU, Françoise. Les communistes parisiens en 1977. *Revue française de science politique*, v. 29, n. 4-5, aout-octobre 1979, p. 791-811 e b) HARDOUIN, Patrick. Les caractéristiques sociologiques du Parti socialiste. *Revue française de science politique*, v. 28, n. 2, avril 1978, p. 220-256.

Escolaridade dos Militantes do PT



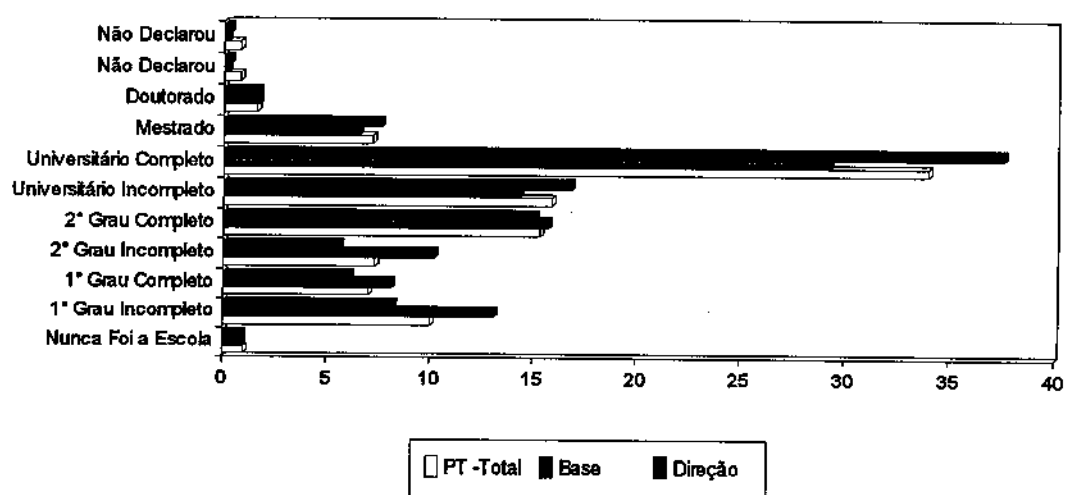
Contrapondo-se os indicadores relativos aos militantes de base com os dos integrantes dos diretórios do partido, verifica-se que os dirigentes possuem um nível de escolaridade ainda superior ao dos membros da base partidária, o que, no entanto, pouco modifica as características gerais já constatadas. As disparidades com o conjunto da população saem reforçadas, sem que se evidencie uma tendência à elitização interna, com uma concentração desproporcional de dirigentes com altos índices de escolarização frente a uma base militante desescolarizada. Internamente ao partido, são idênticos os percentuais para dirigentes e não dirigentes que nunca freqüentaram escola, no patamar mínimo de 0,9%, assim como para os que possuem escolaridade em nível de doutorado, com 1,7%. A partir do primeiro grau incompleto até o segundo grau completo os índices maiores pertencem aos militantes de base, situação que se inverte desde o nível universitário incompleto até o nível de mestrado, evidenciando-se, assim, tanto que os dirigentes possuem maior escolarização, quanto que estes índices, embora mais elevados não são descabidos no conjunto do partido, já que eles são também altos na base partidária. Não se está, portanto, diante de um partido constituído por uma elite dirigente interna diversa de sua base. A escolarização elevada não é privilégio da direção. Ao contrário, o alto índice de escolarização revela-se como uma característica que marca o partido em todos os seus níveis, da base à direção.

Analisando-se os níveis de escolaridade dos dirigentes petistas e sua concentração nos diversos diretórios partidários, percebe-se que as curvas de distribuição da escolaridade são bastante semelhantes às do conjunto do partido. Não obstante o fato de os dirigentes que nunca freqüentaram escola só deterem cargos no nível municipal - onde, inclusive, se concentra o maior percentual dos que não concluíram o primeiro grau -, indicando que a escolaridade se constitui num filtro, ainda que sutil, que barra ou, ao menos, dificulta o acesso às instâncias de direção de nível mais elevado, pode-se perceber ainda que, nos demais níveis, salvo pequenas variações, a inclinação e o ritmo de progressão das curvas são os mesmos para a base e as várias instâncias diretoras.

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base e na Direção Partidária**

| Níveis de Estudo         | PT -Total | Base | Direção |
|--------------------------|-----------|------|---------|
| Nunca Foi a Escola       | 1,0       | 0,9  | 0,9     |
| 1º Grau Incompleto       | 10,0      | 13,1 | 8,2     |
| 1º Grau Completo         | 7,0       | 8,1  | 6,1     |
| 2º Grau Incompleto       | 7,3       | 10,2 | 5,6     |
| 2º Grau Completo         | 15,3      | 15,7 | 15,1    |
| Universitário Incompleto | 15,9      | 14,3 | 16,8    |
| Universitário Completo   | 34,0      | 29,3 | 37,6    |
| Mestrado                 | 7,2       | 6,5  | 7,6     |
| Doutorado                | 1,6       | 1,7  | 1,7     |
| Não Declarou             | 0,8       | 0,2  | 0,3     |
| Total                    | 100       | 100  | 100     |

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base e na Direção Partidária**



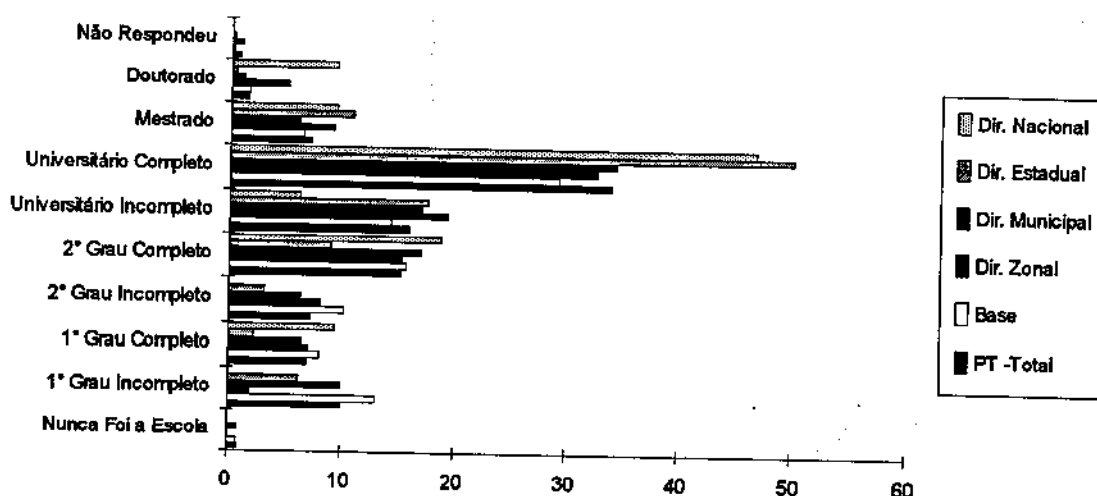
Constata-se que o nível geral de escolarização dos diretórios zonais é superior ao dos municipais, o que parece refletir o fato deles serem instâncias só existentes nas capitais e regiões metropolitanas, onde, além de uma maior concentração populacional e um maior desenvolvimento econômico, concentram-se também os maiores contingentes de trabalhadores melhor qualificados tanto profissional quanto intelectualmente. Além disso, verifica-se que os percentuais de escolarização de nível superior, apesar de mais elevados nas instâncias estaduais e nacional de direção, são ainda altos nas instâncias de menor nível, assim como na base partidária. Na verdade, a maior concentração de dirigentes com nível universitário e com nível de mestrado se encontra nos diretórios estaduais, suplantando a instância nacional, onde se concentram, no entanto, os que alcançaram o nível de doutorado.

Outra evidência digna de nota é a de que em qualquer instância que se verifique, a escolarização de nível superior completa se apresenta como a maior categoria individual na distribuição da escolaridade dos integrantes do partido. Somando-a com as de níveis que a ultrapassam, incluindo-se portanto as de mestrado e doutorado, atinge-se um percentual de 42,8% para o total do partido. Nas instâncias partidárias consideradas isoladamente, os totais obtidos através desta soma se distribuem da seguinte forma: 37,5% da base; 41,7% dos diretórios municipais; 47% dos zonais; 61,6% dos estaduais e 65,7% do nacional. Percebe-se que nos níveis estadual e nacional de direção a composição dos diretórios faz-se, por maioria absoluta, através de integrantes com nível de escolarização universitária completa ou maior. Ao contrário da elitização, diante dos níveis elevados de escolaridade característicos do partido, revela-se, com isto, uma tendência ao aproveitamento nos cargos diretivos daqueles melhor qualificados intelectualmente - ao menos ao nível formal. Surpreendente seria a ocorrência de situação inversa, onde um partido com um alto índice de militantes com níveis elevados de escolarização distribuisse seus cargos dirigentes prioritariamente entre aqueles de menor escolaridade.

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base e nos Integrantes dos Diretórios Partidários**

| Níveis de Escolaridade   | PT -Total | Base | Zonal | Municipal | Estadual | Nacional |
|--------------------------|-----------|------|-------|-----------|----------|----------|
| Nunca Foi a Escola       | 1,0       | 0,9  | 0,0   | 0,9       | 0,0      | 0,0      |
| 1º Grau Incompleto       | 10,0      | 13,1 | 2,0   | 10,0      | 6,3      | 0,0      |
| 1º Grau Completo         | 7,0       | 8,1  | 7,1   | 6,6       | 2,3      | 9,4      |
| 2º Grau Incompleto       | 7,3       | 10,2 | 8,2   | 6,4       | 3,2      | 0,0      |
| 2º Grau Completo         | 15,3      | 15,7 | 15,3  | 17,0      | 9,0      | 18,8     |
| Universitário Incompleto | 15,9      | 14,3 | 19,4  | 17,1      | 17,6     | 6,3      |
| Universitário Completo   | 34,0      | 29,3 | 32,7  | 34,4      | 50,2     | 46,9     |
| Mestrado                 | 7,2       | 6,5  | 9,2   | 6,1       | 10,9     | 9,4      |
| Doutorado                | 1,6       | 1,7  | 5,1   | 1,2       | 0,5      | 9,4      |
| Não Respondeu            | 0,8       | 0,2  | 1,0   | 0,3       | 0,0      | 0,0      |
| Total                    | 100       | 100  | 100   | 100       | 100      | 100      |

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base e nos Integrantes dos Diretórios Partidários**



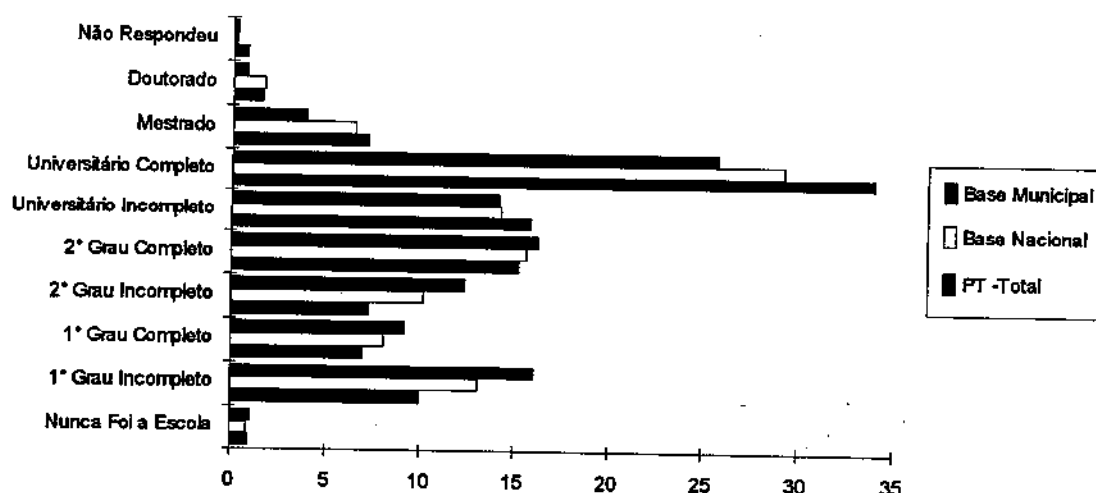
A verificação da escolaridade dos militantes de base nos níveis municipal e nacional<sup>95</sup> permite que se constate, mais uma vez, a regularidade nos patamares de escolarização do partido. Sem dúvida, é na base municipal que a escolaridade apresenta os seus mais baixos índices no interior do PT. No entanto, pode-se verificar, através da sequência de tabelas e gráficos abaixo, que mesmo neste nível ela continua bastante superior ao padrão do país e que, no geral, os índices de escolaridade são bastante equilibrados, reafirmando-se, assim, as características já destacadas da alta taxa de escolaridade do partido e de seu crescimento nas suas instâncias de direção, sem que isto implique em evidência de elitização interna.

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base nas Fases Nacional e Municipal do 1º Congresso do Partido**

| Níveis de Escolaridade   | PT -Total | Base Nacional | Base Municipal |
|--------------------------|-----------|---------------|----------------|
| Nunca Foi a Escola       | 1,0       | 0,9           | 1,1            |
| 1º Grau Incompleto       | 10,0      | 13,1          | 16,1           |
| 1º Grau Completo         | 7,0       | 8,1           | 9,2            |
| 2º Grau Incompleto       | 7,3       | 10,2          | 12,4           |
| 2º Grau Completo         | 15,3      | 15,7          | 16,3           |
| Universitário Incompleto | 15,9      | 14,3          | 14,2           |
| Universitário Completo   | 34,0      | 29,3          | 25,8           |
| Mestrado                 | 7,2       | 6,5           | 3,9            |
| Doutorado                | 1,6       | 1,7           | 0,8            |
| Não Respondeu            | 0,8       | 0,2           | 0,3            |
| Total                    | 100       | 100           | 100            |

<sup>95</sup> Obteve-se os indicadores relativos às bases partidárias nos níveis municipal e nacional isolando-se, para o processamento dos dados, os participantes do 1º Congresso do PT em suas fases municipal e nacional.

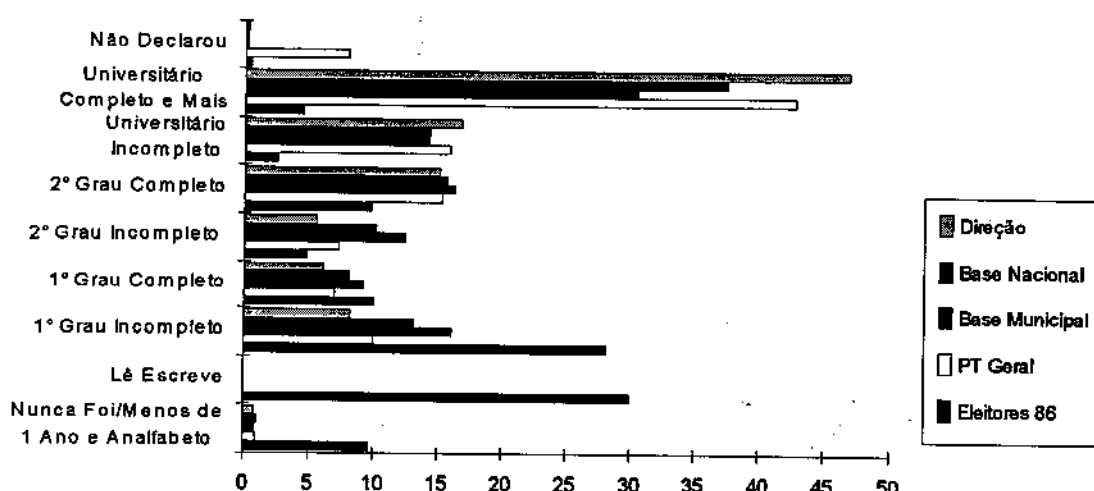
Indicadores de Escolaridade no Total do PT, nos Militantes de Base nas Fases Nacional e Municipal do I Congresso



Indicadores de Escolaridade entre os Eleitores em 1986, no PT em Geral, nas Bases Municipal e Nacional e na Direção Partidária

| Níveis de Escolaridade                | Eleitores 1986 | PT Geral | Base Municipal | Base Nacional | Direção |
|---------------------------------------|----------------|----------|----------------|---------------|---------|
| Nunca Foi/Menos de 1 Ano e Analfabeto | 9,7            | 1,0      | 0,9            | 1,1           | 0,9     |
| Lê Escreve                            | 30,0           | 0,0      | 0,0            | 0,0           | 0,0     |
| 1º Grau Incompleto                    | 28,2           | 10,0     | 16,1           | 13,1          | 8,2     |
| 1º Grau Completo                      | 10,0           | 7,0      | 9,2            | 8,1           | 6,1     |
| 2º Grau Incompleto                    | 4,8            | 7,3      | 12,4           | 10,2          | 5,6     |
| 2º Grau Completo                      | 9,8            | 15,3     | 16,3           | 15,7          | 15,1    |
| Universitário Incompleto              | 2,6            | 15,9     | 14,2           | 14,3          | 16,8    |
| Universitário Completo e Mais         | 4,5            | 42,8     | 30,5           | 37,5          | 46,9    |
| Não Declarou                          | 0,5            | 8,0      | 0,2            | 0,2           | 0,3     |
| Totais                                | 100            | 100      | 100,1          | 100           | 99,9    |

Indicadores de Escolaridade nos Eleitores em 1986, no PT Geral, nas Bases Municipais e na Direção Partidária



Percebe-se, por fim, através da confrontação com os dados relativos às pessoas de dezoito anos ou mais<sup>96</sup>, que é justamente entre os filiados a partidos políticos e associações comunitárias que se encontram os melhores índices de escolarização da população no país. Reduz-se, entre os filiados a estas organizações relativamente aos não filiados, em quase três vezes os que nunca freqüentaram escola, quase dobram os que estudaram de nove a onze anos e triplica o percentual dos que chegaram ou ultrapassaram a universidade. Evidencia-se, assim, que as pessoas melhor escolarizadas tendem a uma maior e mais organizada participação política e social, o que contribui para a explicação dos altos índices encontrados no PT.

Verifica-se, entretanto, que são os filiados a associações comunitárias os que apresentam os melhores índices, superiores aos dos filiados aos partidos políticos em geral mas, mesmo assim, bastante inferiores aos dos militantes petistas. No partido perdura a inversão constatada frente à PEA, mais uma vez com o PT apresentando percentual de universitários bastante superior ao dos que, nas associações ou nos partidos em geral, freqüentaram apenas o primeiro grau. A diferença pró universitários no PT frente aos com estudos entre um e oito anos nas associações comunitárias é de 19,1 pontos percentuais, o que corresponde a uma superioridade de 25,9%. Frente aos filiados aos demais partidos, a diferença em favor dos militantes petistas é de 16,6 pontos, ou 22,4% superior. Houvessem dados disponíveis sobre os militantes (e não simples filiados) dos demais partidos e associações, talvez os percentuais se revelassem mais próximos aos do PT. Na impossibilidade de uma comparação entre integrantes de mesmo nível, fica-se aqui, novamente, apenas com a constatação da tendência já destacada da escolaridade mais elevada dos que, em algum nível, têm uma participação social e política organizada e com a reafirmação dos altos níveis verificados no PT.

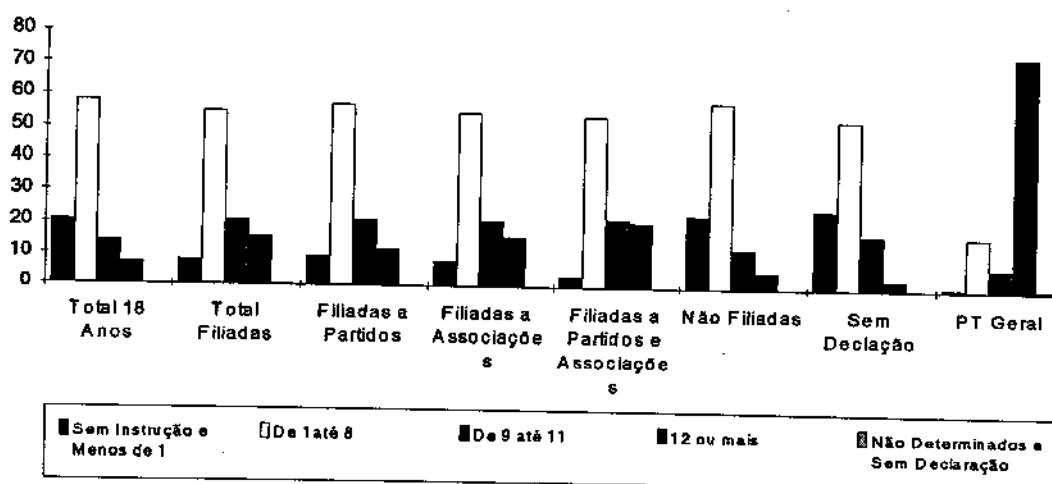
<sup>96</sup> Participação Político-Social, op. cit.

**Indicadores de Escolaridade de Pessoas de 18 anos ou mais de Idade, por Filiação a Partidos Políticos, Associações Comunitárias e ao PT, segundo os anos de Estudos**

| Anos de Estudo       | Pessoas de 18 Anos ou Mais de Idade |          |          |        |                   |              |             |          |
|----------------------|-------------------------------------|----------|----------|--------|-------------------|--------------|-------------|----------|
|                      | Total                               | Filiadas |          |        |                   | Não Filiadas | Não Declar. | PT Geral |
|                      |                                     | Total    | Partidos | Assoc. | Partidos e Assoc. |              |             |          |
| S/Instr.e Menos de 1 | 20,7                                | 8,0      | 9,4      | 8,0    | 3,4               | 23,2         | 25,6        | 1,0      |
| De 1 até 8           | 58,0                                | 55,1     | 57,3     | 54,8   | 53,9              | 58,5         | 53,3        | 17,0     |
| De 9 até 11          | 14,1                                | 21,0     | 21,2     | 21,0   | 21,7              | 12,7         | 17,5        | 7,3      |
| 12 ou mais           | 7,1                                 | 15,7     | 11,9     | 16,0   | 20,8              | 5,4          | 3,4         | 73,9     |
| Não Determ.S/Decl.   | 0,2                                 | 0,2      | 0,2      | 0,2    | 0,2               | 0,2          | 0,2         | 0,8      |
| Totais               | 100                                 | 100      | 100      | 100    | 100               | 100          | 100         | 100      |

NOTA: Para a população não se incluem os dados da área rural da Região Norte. Para o PT incluem-se os filiados de 16 e 17 anos, que representam apenas 0,3% do total.

**Escolaridade por Anos de Estudo das Pessoas de 18 Anos ou Mais, por Filiação a Partidos Políticos, Assoc. Comun. e ao PT, Segundo os Anos de Estudo**



### 2.3.2. Renda Mensal

Na busca de indicadores que tornassem mais imediata e mais transparente a análise dos ganhos mensais dos militantes do Partido dos Trabalhadores, tanto em suas variações internas, entre as bases e as diversas instâncias de direção, quanto em sua comparação com a população brasileira, adotou-se aqui as mesmas classes de rendimentos utilizadas pelo IBGE, assim como se promoveu sua equivalência com o salário mínimo vigente no período da pesquisa<sup>97</sup>. Pelos mesmos motivos, a verificação dos dados e as análises correspondentes são feitas tanto para os ganhos individuais mensais, quanto para os ganhos familiares. Compara-se, no entanto, uns e outros, com segmentos

<sup>97</sup> O salário mínimo da época em que foi realizada a pesquisa, calculado pelo valor médio do dólar paralelo dos meses de agosto a dezembro de 1991, correspondia a cinquenta dólares.

diferenciados da população no que diz respeito à renda, uma vez que os dados fornecidos pelo IBGE não possibilitam uma confrontação sistemática dos dois agrupamentos em suas classes de equivalência. Deve-se alertar, além disto, que a utilização das classes de renda definidas pelo IBGE, se fornece, por um lado, um termo de comparação com o conjunto dos habitantes do país, por outro, quando faz com que se trabalhe com faixas de renda bastante largas, aumenta os riscos de se escamotear diferenças significativas, tanto no nível interno do partido quanto frente ao conjunto da população.

### 2.3.2.1. Renda Individual Mensal

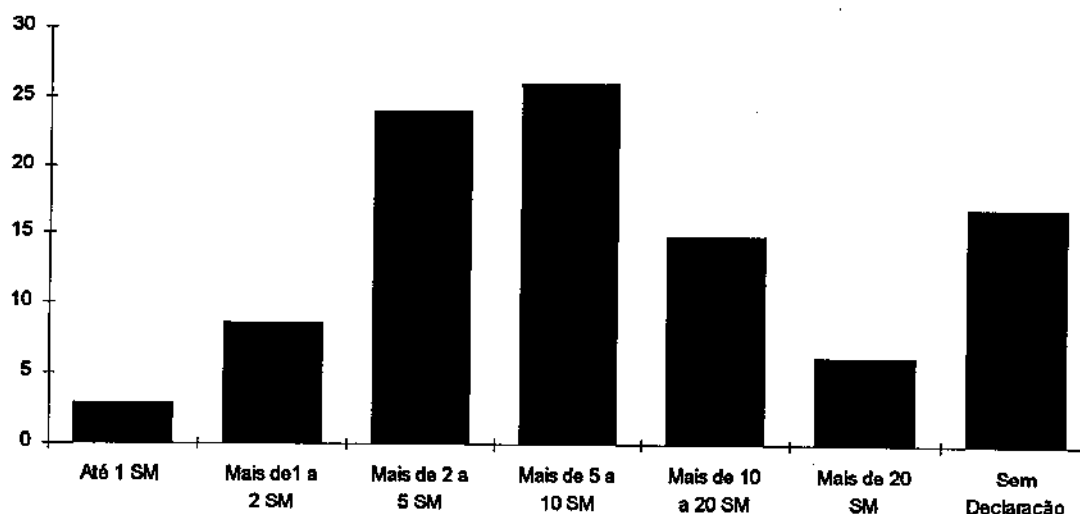
Analisando-se a curva de distribuição dos rendimentos mensais individuais da militância do Partido dos Trabalhadores, percebe-se de imediato duas evidências, facilmente identificáveis a partir da tabela e do gráfico abaixo. A primeira delas, nítida desde a primeira verificação, é a de sua concentração exatamente no ponto médio da escala de distribuição de renda. A segunda, é a de que, não obstante sua regularidade, a curva se faz ligeiramente mais inclinada em favor dos limites superiores.

Comprovando-se a primeira evidência, pode-se verificar que são nas faixas de mais de dois a dez salários mínimos que se concentram os ganhos mensais da maioria dos militantes petistas. Congregam-se nelas 50,4% do total geral do partido. A maior faixa de renda tomada individualmente, de mais de cinco a dez salários mínimos, concentra 26,2% dos militantes, sendo que a diferença que a separa da segunda faixa de maior concentração, com rendimento entre mais de dois a cinco salários mínimos, é de apenas 2 pontos percentuais. A segunda evidência expressa-se na constatação de que no limite inferior da escala de renda dos militantes, com ganhos inferiores ou até um salário mínimo, encontram-se somente 2,9% do total do partido, enquanto somam 8,6% os que ganham de um até dois salários. Totalizando 11,5% nestes dois níveis, contra os 21,1% que se obtém no limite superior, através da soma dos níveis de ganhos entre dez a vinte salários mínimos, com 14,9%, e de mais de vinte, com 6,2%, percebe-se uma tendência a uma maior concentração da militância partidária nas faixas de ganhos mais elevados, o que se confirma quando se divide a tabela de vencimentos mensais individuais em duas metades limitadas pelo ganho de cinco salários mínimos. Somam 46,3% os que se situam na metade superior, contra apenas 37,5% na inferior.

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos  
do Militantes do PT, em Salários Mínimos**

| Classes de Rendimentos | PT Geral |
|------------------------|----------|
| Até 1 Salário Mínimo   | 2,9      |
| Mais de 1 a 2 SM       | 8,6      |
| Mais de 2 a 5 SM       | 24,2     |
| Mais de 5 a 10 SM      | 26,2     |
| Mais de 10 a 20 SM     | 14,9     |
| Mais de 20 SM          | 6,2      |
| Sem Declaração         | 17,0     |
| Total                  | 100      |

**Rendimento Mensal Individual de Todos os Trabalhos do Militantes do PT**



Através da contraposição dos ganhos individuais mensais dos conjuntos formados, de um lado, pelos militantes de base do partido e, de outro, por seus dirigentes, verifica-se a manutenção da primeira das tendências anunciadas, ao mesmo tempo que se identifica a causa da segunda. São nas faixas intermediárias de renda, entre mais de dois até dez salários mínimos que se encontram os maiores percentuais tanto de militantes de base quanto de dirigentes do partido, respectivamente com 59,6% e 61,3%. No entanto, entre os militantes de base encontram-se somente 48% com ganhos superiores a cinco salários mínimos, enquanto situam-se nesta faixa de renda 62,3% da direção. Enquanto a maior faixa de concentração da militância de base é a de dois a cinco salários mínimos, reunindo 31,6% de seus integrantes, na direção a maior faixa é a imediatamente superior, entre mais de cinco a dez salários mínimos, concentrando 33,6% de seus quadros.

Constatam-se, assim, diferenças que, quando analisadas apenas na confrontação das classes de renda, agrupadas em faixas bastante extensas, aparentam variações mínimas e de pouca relevância. Considerando-se, no entanto, que a progressão das classes de rendimentos se faz de maneira geométrica, as diferenças se aprofundam, revelando desníveis que antes pareciam desprezíveis. Na verdade, se está diante da evidência de uma direção que detém rendimentos individuais mensais significativamente superiores aos obtidos por sua base. Entretanto, há que se considerar, no que se refere especificamente aos ganhos individuais dos diversos segmentos partidários, que esta situação se explica também pelo fato de parcela significativa dos dirigentes petistas ser detentora de mandatos parlamentares ou executivos, o que os faz recebedores de salários muito superiores à média dos ganhos do conjunto da militância.

Dos membros dos diretórios do PT, 18,9% possuem mandatos parlamentares ou executivos. Eles correspondem a 12,8% do total dos militantes pesquisados e constituem 11,4% dos membros dos diretórios com rendimentos mensais individuais entre mais de dois a cinco salários mínimos, 13,2% dos com renda entre mais de cinco a dez salários e 30,2% dos com ganhos acima de vinte salários mínimos. Além disto, entre os dirigentes concentra-se a maior parcela dos quadros militantes politicamente

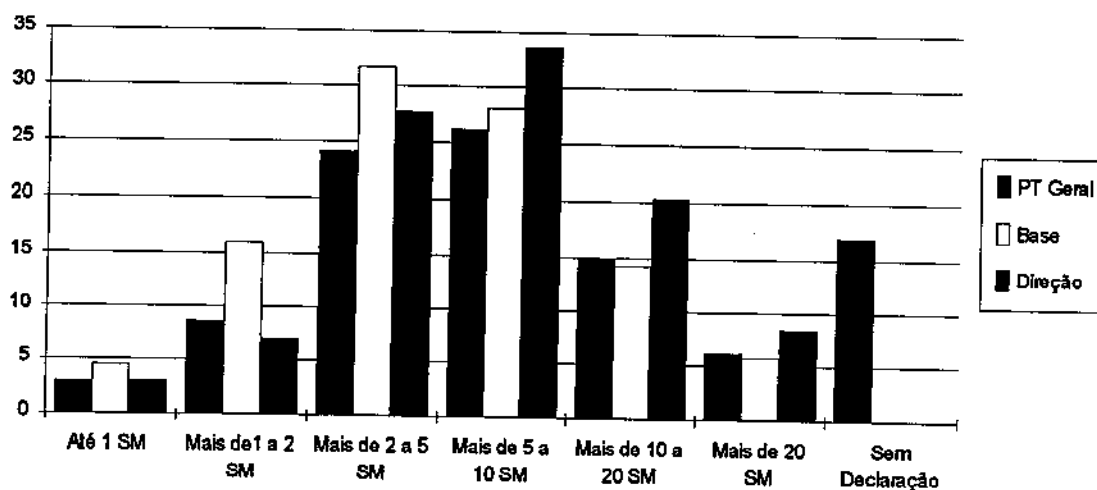
profissionalizados pelo próprio partido, com rendimentos que, em sua maioria, situam-se na faixa que se estende de mais de cinco até dez salários mínimos. Somando-se aos detentores de mandatos os dirigentes profissionalizados pelo próprio partido - como assalariados partidários ou como "liberados"<sup>98</sup>, como assessores ou através do desempenho de cargos de confiança nas administrações sob o comando do partido -, e obtendo-se assim o total daqueles que se pode denominar como quadros políticos dirigentes profissionais do partido, verifica-se que eles representam 28,8% do universo pesquisado<sup>99</sup>. Esta somatória de fatores faz com que a média final dos índices de rendimentos individuais dos dirigentes petistas se eleve, aproximando-se, por uma questão estatística, dos pontos mais elevados e, assim, oferece parte da explicação de sua superioridade frente aos de sua base.

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, em Salários Mínimos**

| Classes de Rendimentos | PT Geral | Base | Direção |
|------------------------|----------|------|---------|
| Até 1 SM               | 2,9      | 4,5  | 3,0     |
| Mais de 1 a 2 SM       | 8,6      | 16,0 | 7,0     |
| Mais de 2 a 5 SM       | 24,2     | 31,6 | 27,7    |
| Mais de 5 a 10 SM      | 26,2     | 28,0 | 33,6    |
| Mais de 10 a 20 SM     | 14,9     | 14,2 | 20,3    |
| Mais de 20 SM          | 6,2      | 5,7  | 8,4     |
| Sem Declaração         | 17       | 0    | 0       |
| Total                  | 100      | 100  | 100     |

NOTA: Para os Militantes de Base e para a Direção Partidária utilizaram-se somente os percentuais válidos

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT**



<sup>98</sup> "Liberado pelo partido" é um jargão utilizado pelos militantes para se referirem aos quadros dirigentes que, sem serem funcionários do partido, recebem remuneração para se dedicarem exclusivamente às tarefas político-partidárias, liberando-se, assim, de suas atividades profissionais.

<sup>99</sup> Esta soma foi obtida após se descontar aqueles que acumulavam mais de uma função partidária profissionalizada dentre as enumeradas acima.

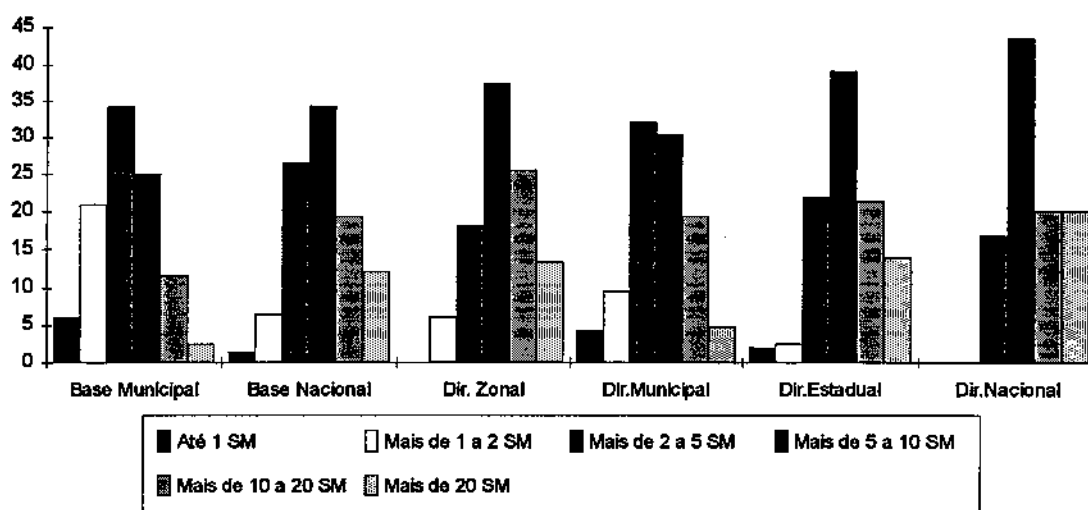
As diferenças de rendimentos revelam-se, no entanto, ainda mais acentuadas quando se estratifica em níveis ascendentes os diversos segmentos da composição partidária, partindo-se da base municipal, passando pela base nacional e chegando-se nas instâncias dirigentes desde a zonal até a nacional. Percebe-se que os níveis de renda acompanham, em sua progressão, os níveis de ascensão na hierarquia partidária, o que permite que se afirme que a renda, tal como já se apontou quanto à escolaridade, se constitui num filtro que, de alguma forma, seleciona os militantes, dificultando seu acesso aos cargos dirigentes do partido. Desta forma, enquanto a base municipal, constituída pelos militantes de nível mais semelhante ao do conjunto não dirigente do partido, concentra 51% de seu total nas faixas de renda de até cinco salários mínimos individuais mensais, a base nacional, composta por militantes não detentores de cargos formais de direção mas, na prática, mais influentes do que seus similares ao nível municipal (em virtude do nível de participação que atingiram quando se elegeram delegados à fase nacional do congresso), concentra apenas 34,2% de seu total naquelas mesmas faixas. Além disto, na base municipal, a maior concentração de militantes ocorre no nível de rendimento de mais de cinco a dez salários mínimos e, na base nacional, na faixa seguinte, de mais de cinco a dez salários mínimos. As diferenças frente à base municipal tornam-se ainda maiores quando se atinge as instâncias dirigentes formais. Nestas, o nível de renda de maior concentração se fixa entre mais de dois a cinco salários mínimos, sendo que o peso relativo de sua composição aumenta à medida que aumentam os níveis de direção, situação que se repete nos demais níveis de renda.

A única exceção nessa escala progressiva de estratificação por rendimentos segundo a hierarquia partidária fica por conta da localização dos diretórios zonais. Instância dirigente de menor nível, os diretórios zonais deveriam ocupar, na lógica da progressão apontada acima, lugar anterior ao nível municipal, ao qual precede institucionalmente. No entanto, o que se verifica é que eles se colocam após os diretórios municipais, aproximando-se muito dos estaduais e, inclusive, na faixa de rendimento de mais de dez a vinte salários mínimos, ultrapassando-os. Os rendimentos dos dirigentes integrantes dos diretórios zonais refletem, na verdade, o fato destes diretórios estarem localizados, como já se destacou no item anterior, em áreas metropolitanas, onde se concentram os setores produtivos mais dinâmicos e mais "modernos" do país e, conseqüentemente, onde se concentram as melhores remunerações. É provável que também as bases militantes nestas regiões detenham ganhos superiores aos auferidos pelos petistas de outras regiões não tão desenvolvidas economicamente. Esta suposição, entretanto, só poderia ser comprovada caso se dispusesse de dados passíveis de serem trabalhados segundo o porte das cidades e segundo suas características de desenvolvimento, o que, infelizmente, não é possível com o material empírico disponível.

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, Segundo os Níveis de Militância, em Salários Mínimos.**

| Classes de Rendimentos | Base Municipal | Base Nacional | Diretório Zonal | Diretório Municipal | Diretório Estadual | Diretório Nacional |
|------------------------|----------------|---------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Até 1 SM               | 6,0            | 1,4           | 0               | 4,3                 | 2,0                | 0                  |
| Mais de 1 a 2 SM       | 20,8           | 6,4           | 6,0             | 9,6                 | 2,5                | 0                  |
| Mais de 2 a 5 SM       | 34,2           | 26,4          | 18,1            | 31,9                | 21,7               | 16,7               |
| Mais de 5 a 10 SM      | 25,0           | 34,3          | 37,3            | 30,3                | 38,9               | 43,3               |
| Mais de 10 a 20 SM     | 11,6           | 19,3          | 25,3            | 19,3                | 21,2               | 20,0               |
| Mais de 20 SM          | 2,5            | 12,1          | 13,3            | 4,7                 | 13,8               | 20,0               |
| Total                  | 100            | 100           | 100             | 100                 | 100                | 100                |

**Rendimento Individual Mensal dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT**

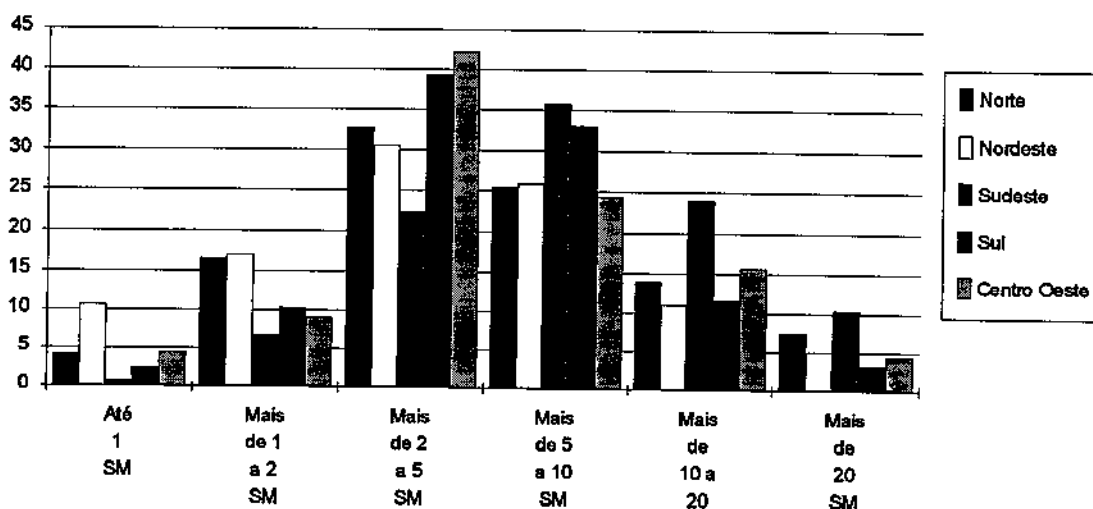


Através da distribuição dos militantes petistas pelas grandes regiões geográficas do país, obtém-se, no entanto, uma aproximação entre as características sócio-econômicas dos militantes em cada uma das regiões, que resulta em um reforço às evidências apontadas acima. Pode-se verificar, na tabela e no gráfico abaixo, que a maior concentração de militantes nas faixas de rendimentos de até dois salários mínimos ocorre na região nordeste, exatamente a menos desenvolvida e a mais pobre do país e, inversamente, que as maiores concentrações de militantes nas faixas mais elevadas ocorre na região sudeste que é a mais desenvolvida e mais rica. Este fato aliado, inclusive, ao de que é também a região sudeste a que, em números relativos e absolutos, detém o maior número de filiados, de militantes e de dirigentes petistas, contribui para a elevação do nível geral de rendimentos no partido.

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes do PT, Segundo as Regiões, em Salários Mínimos.**

| Distribuição dos Militantes do PT |       |          |         |      |          |
|-----------------------------------|-------|----------|---------|------|----------|
| Grandes Regiões                   |       |          |         |      |          |
| Classes de Rendimentos            | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul  | C. Oeste |
| Até 1 SM                          | 4,1   | 10,6     | 0,7     | 2,3  | 4,4      |
| Mais de 1 a 2 SM                  | 16,4  | 16,9     | 6,7     | 10,3 | 9,0      |
| Mais de 2 a 5 SM                  | 32,8  | 30,6     | 22,4    | 39,3 | 42,2     |
| Mais de 5 a 10 SM                 | 25,4  | 25,9     | 35,8    | 33,2 | 24,4     |
| Mais de 10 a 20 SM                | 13,9  | 11,0     | 24,0    | 11,7 | 15,6     |
| Mais de 20 SM                     | 7,4   | 5,0      | 10,4    | 3,2  | 4,4      |
| Total                             | 100   | 100      | 100     | 100  | 100      |

**Rendimento Individual Mensal dos Militantes do PT, segundo as Regiões, em Salários Mínimos**



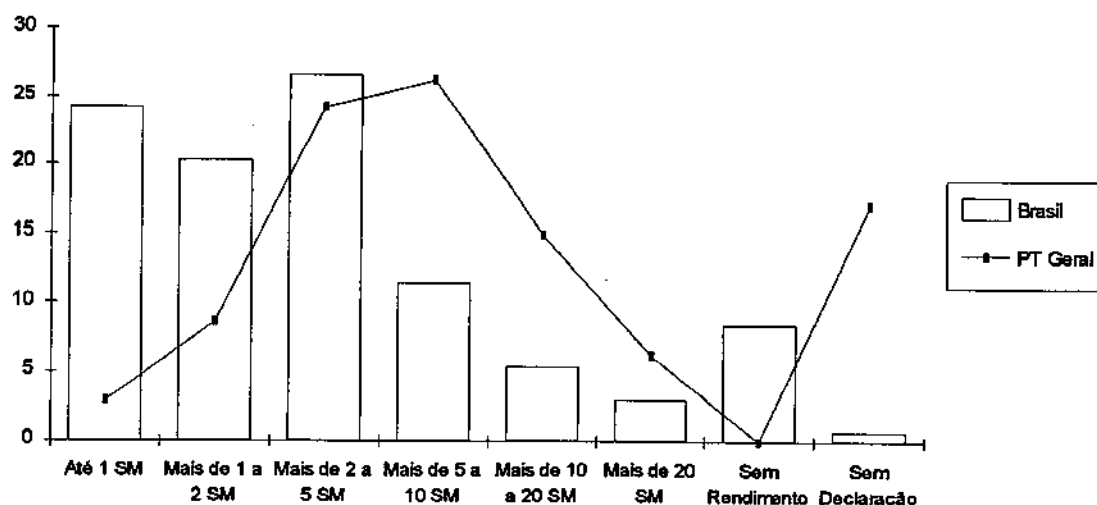
As características regionais e a maior ou menor concentração dos militantes petistas nas diversas regiões do país contribuem para a explicação da alta concentração de militantes com rendimentos elevados no interior do partido frente aos padrões nacionais. À primeira vista, a confrontação dos ganhos individuais das pessoas ocupadas no país com os dos petistas apenas reforça as diferenças existentes entre ambos. Enquanto, na parcela ocupada da população brasileira, são as classes de rendimentos menos elevadas as que apresentam as maiores concentrações, somando um total de 71,1% na faixa que se estende desde menos de um até cinco salários mínimos, no PT, como já se demonstrou, ocorre exatamente o inverso. Tomando-se como referência os dados de renda do conjunto da militância petista e confrontando-os com o das pessoas ocupadas no país, verificam-se desníveis significativos. Enquanto no Brasil 24,2% das pessoas ocupadas ganham mensalmente até um salário mínimo, no PT este contingente se limita a 2,9%, ou seja, menos de um décimo de seu equivalente no país. Esta diferença diminui na faixa imediatamente superior, onde, apesar de ainda manter-se elevada,

limita-se a pouco mais de duas vezes em favor da população, que congrega ali 20,3% de seu total, enquanto no partido a concentração é de apenas 8,6%. É na faixa de renda intermediária, entre mais de dois até cinco salários mínimos, que as curvas praticamente se igualam, com 26,6% das pessoas ocupadas no país e 24,2% dos militantes petistas. A partir desse ponto as curvas se distanciam novamente, descrevendo trajetórias inversas às de suas ascensões. Desta forma, na faixa de mais de cinco a dez salários mínimos, é agora o PT que detém a seu favor um percentual mais de duas vezes superior ao da população ocupada, congregando-se ali 26,2% dos militantes petistas e 11,4% das pessoas ocupadas. A diferença em favor do partido aumenta ainda mais na faixa de mais de dez a vinte salários mínimos, estendendo-se ali para quase três vezes, já que, enquanto a concentração na população se limita a 5,4%, ela atinge 14,9% entre os petistas. A faixa mais elevada, com ganhos superiores a vinte salários mínimos, apresenta uma pequena redução nas diferenças, limitando-as a pouco mais do dobro, com 3% na população ocupada e 6,2% no PT.

**Rendimento Individual Mensal das Pessoas Ocupadas no Brasil e dos Militantes do PT**

| Classes de Rendimentos | Brasil | PT Geral |
|------------------------|--------|----------|
| Até 1 Salário Mínimo   | 24,2   | 2,9      |
| Mais de 1 a 2 SM       | 20,3   | 8,6      |
| Mais de 2 a 5 SM       | 26,6   | 24,2     |
| Mais de 5 a 10 SM      | 11,4   | 26,2     |
| Mais de 10 a 20 SM     | 5,4    | 14,9     |
| Mais de 20 SM          | 3      | 6,2      |
| Sem Rendimento         | 8,4    | 0        |
| Sem Declaração         | 0,7    | 17       |
| Total                  | 100    | 100      |

**Rendimento Individual Mensal das Pessoas Ocupadas no Brasil e dos Militantes do PT**



Não obstante seja evidente, pelos dados já explicitados, que as diferenças se aprofundam quando se comparam os ganhos da população e os das diversas categorias em que se estratifica internamente o partido, é reveladora a exceção verificada na confrontação dos rendimentos individuais mensais das pessoas ocupadas no país com os dos militantes das bases municipais petistas. Na análise da tabela e do gráfico abaixo, pode-se verificar que na classe de rendimentos até um salário mínimo ocorre um predomínio acentuado, mais de quatro vezes maior, das pessoas ocupadas da população do país frente aos militantes da base municipal petista. No entanto, na faixa seguinte, a diferença desaparece, reduzindo-se a apenas 0,5 pontos percentuais, assim mesmo em favor dos militantes do partido, e, a partir dela, a diferença faz-se sempre maior para os petistas, até a faixa de maior rendimento, onde encontram-se aqueles que detêm vencimentos superiores a vinte salários mínimos, quando o percentual de pessoas ocupadas no país revela-se, por pequena margem, superior ao dos militantes da base municipal partidária.

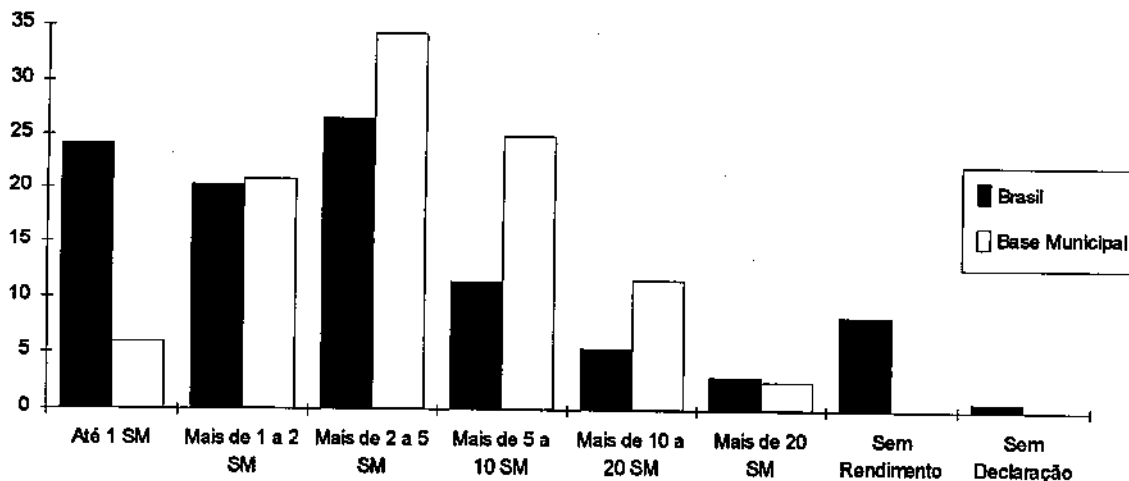
Mais do que proximidades ou distanciamentos estatísticos, entretanto, estes percentuais revelam as classes de rendimentos potencialmente dispostas à militância política e à participação social. Parece óbvio não haver impedimentos institucionais para a militância partidária daqueles com rendimentos abaixo ou nas classes salariais da mera subsistência, como é o caso dos que percebem vencimentos na faixa inicial da tabela, ou, no extremo oposto, daqueles que se situam nas faixas de ganhos mais elevados em que se estratificou aqui os rendimentos. Percebe-se, assim, que há limites monetários além ou aquém dos quais a participação torna-se mais difícil ou mais facilitada. A tabela com os rendimentos individuais mensais dos filiados a partidos políticos em geral e a associações comunitárias no Brasil, em 1978, reproduzida após o gráfico da população ocupada, torna transparente estas evidências. Nota-se que, enquanto os não filiados a partidos ou associações concentram-se nas classes sem rendimentos e de até um salário mínimo, os filiados aos partidos em geral, às associações e a ambos, concentram-se na faixa de mais de dois até cinco salários mínimos, tal como ocorre com a militância de base municipal do PT. Excluindo-se a classe dos sem rendimentos e agrupando-se no gráfico seguinte os filiados aos partidos políticos em geral, os filiados conjuntamente aos partidos e às associações comunitárias e os militantes municipais não dirigentes do Partido dos Trabalhadores, percebe-se que, não obstante os percentuais dos petistas confirmem sua maiores concentrações nas classes de rendas mais elevadas, as curvas de rendimentos têm, todas, o mesmo comportamento. Elas crescem numa aceleração ascendente contínua até a faixa de mais de dois até cinco salários mínimos e, a partir dali, decrescem com inclinação e aceleração semelhantes.

**Rendimento Individual Mensal das Pessoas Ocupadas no  
Brasil e dos Militantes de Base Municipal do PT, em  
Salários Mínimos.**

| Classes de Rendimentos | Brasil | Base<br>Municipal |
|------------------------|--------|-------------------|
| Até 1 SM               | 24,2   | 6,0               |
| Mais de 1 a 2 SM       | 20,3   | 20,8              |
| Mais de 2 a 5 SM       | 26,6   | 34,2              |
| Mais de 5 a 10 SM      | 11,4   | 25,0              |
| Mais de 10 a 20 SM     | 5,4    | 11,6              |
| Mais de 20 SM          | 3,0    | 2,5               |
| Sem Rendimento         | 8,4    | 0                 |
| Sem Declaração         | 0,7    | 0                 |
| Total                  | 100    | 100               |

**NOTAS:** Para o Brasil, os dados são da PNAD de 1990. A PNAD inclui em Sem Rendimentos as pessoas que recebem somente benefícios. Não está incluída, para o Brasil, a população rural da região norte. Para a Base Municipal petista idem às notas anteriores.

**Rendimento Individual Mensal das Pessoas Ocupadas e dos Militantes de Base Municipal do PT  
(Salários Mínimos)**

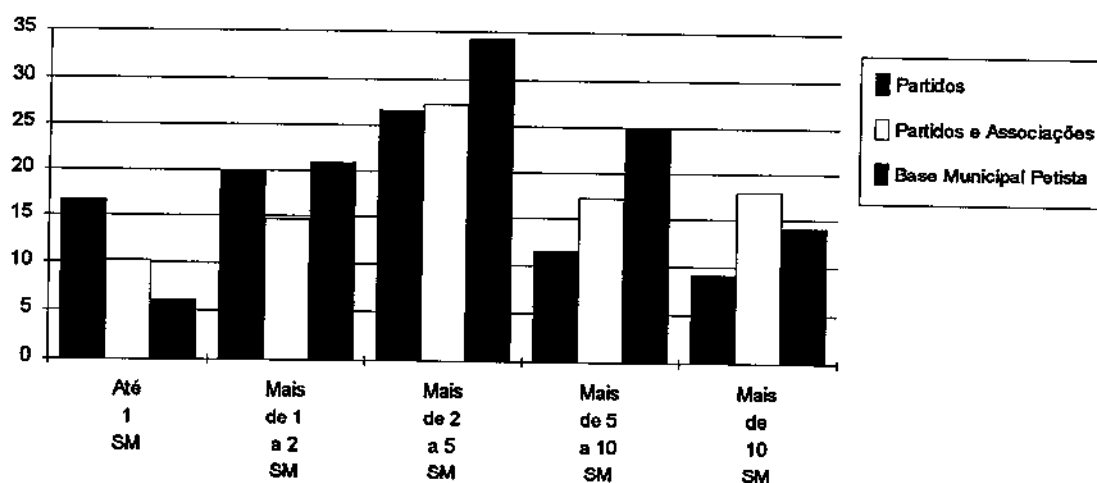


**Rendimentos das Pessoas de 18 anos ou mais de Idade, por Filiação a Partidos Políticos,  
Associações Comunitárias e ao PT, segundo as Classes de Renda.**

| Associações Comunitárias e ao PT, segundo as Classes de Renda. |                                     |          |        |                   |              |            |                |
|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------|--------|-------------------|--------------|------------|----------------|
|                                                                | Pessoas de 18 Anos ou Mais de Idade |          |        |                   |              |            |                |
|                                                                | Total                               | Filiadas |        |                   | Não Filiadas | Não Declaç | Base Munic. PT |
| Classes de Rendimentos Mensais                                 |                                     | Total    | Assoc. | Partidos e Assoc. |              |            |                |
| Até 1 Salário Mínimo                                           | 22,3                                | 14,1     | 14,0   | 10,2              | 24,0         | 26,8       | 6,0            |
| Mais de 1 a 2 SM                                               | 18,0                                | 15,5     | 14,8   | 14,6              | 18,4         | 18,2       | 20,8           |
| Mais de 2 a 5 SM                                               | 18,3                                | 22,5     | 21,3   | 27,3              | 17,5         | 7,9        | 34,2           |
| Mais de 5 a 10 SM                                              | 7,0                                 | 12,3     | 12,0   | 17,2              | 6,0          | 3,0        | 25,0           |
| Mais de 10 SM                                                  | 5,4                                 | 13,3     | 13,6   | 18,0              | 3,8          | 1,0        | 14,1           |
| Sem Rendimentos                                                | 28,4                                | 21,6     | 23,6   | 12,1              | 29,7         | 39,0       | 0              |
| Sem Declaração                                                 | 0,6                                 | 0,7      | 0,7    | 0,6               | 0,6          | 4,1        | 0              |
| Total                                                          | 100                                 | 100      | 100    | 100               | 100          | 100        | 100            |

NOTAS: Idem às anteriores.

**Rendimento das Pessoas de 18 Anos ou Mais de Idade, por Filiação a Partidos Políticos,  
Associações Comunitárias e os Militantes da Base Municipal do PT**



Uma última observação ainda deve ser feita a respeito dos rendimentos individuais dos militantes do Partido dos Trabalhadores e de sua relação com os níveis de escolaridade. Os dados relativos à população brasileira de dez anos e mais de idade, reproduzidos na tabela e nos gráficos a seguir, quando cruzados com os de renda e de escolaridade, permitem que se observe que ocorre uma correspondência bastante acentuada entre as maiores classes de rendimentos e os maiores níveis de escolarização<sup>100</sup>. A tabela e os gráficos que reúnem estes mesmos indicadores para os militantes

<sup>100</sup> Nas duas séries de gráficos que se seguem (a primeira para a população de dez e mais anos de idade e a segunda para os militantes do PT em geral), o primeiro gráfico de cada série expõe os dados de forma

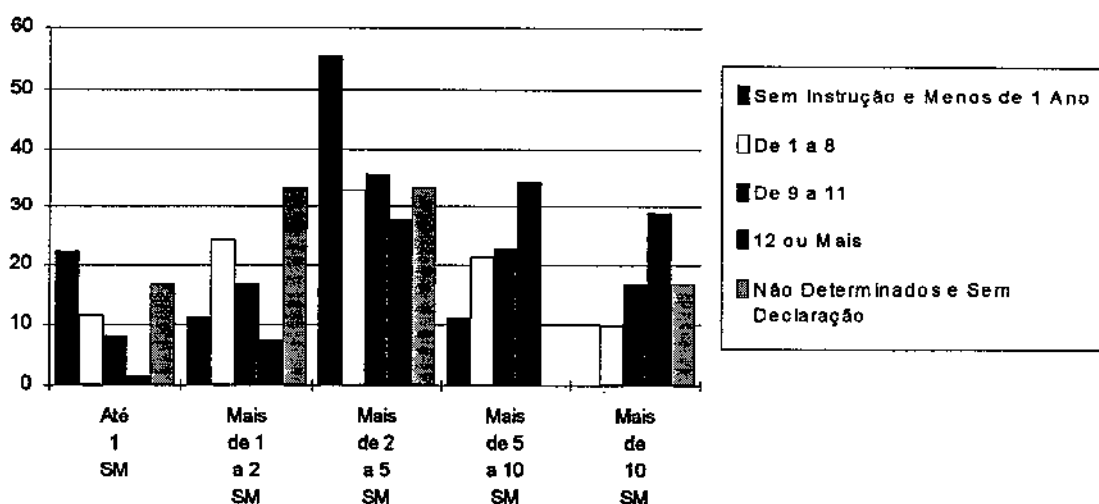
petistas e que se seguem aos primeiros, demonstram, como já o prenunciavam os dados anteriores, que o mesmo fenômeno ocorre na militância do partido. Assim, somando-se às tendências anteriores, de os segmentos populacionais com maiores índices de participação política e social apresentarem maiores índices de escolarização e de renda, têm-se, agora, o dado que confirma que, nestes segmentos, renda e escolarização caminham juntos. Não é surpreendente, portanto, que um partido político como o PT, que congrega militantes com níveis de escolarização ainda mais elevados do que os observados no conjunto dos filiados a partidos brasileiros, reúna, entre seus militantes ativos, número também expressivo de pessoas com rendimentos individuais mensais superiores à média brasileira e que, seus dirigentes, detentores de níveis de escolarização em muito superiores aos encontrados na população, obtenham rendimentos individuais compatíveis com a sua escolaridade.

**Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas, por Anos de Estudo, segundo as Classes de Rendimento Mensal de Todos os Trabalhos**

| Classes de Rendimentos  | S/Instr e Menos de 1 | De 1 a 8 | De 9 a 11 | 12 ou Mais | Não Determ. e Sem Declaração |
|-------------------------|----------------------|----------|-----------|------------|------------------------------|
| Sem Rendimentos         | 12,3                 | 10       | 2,4       | 1          | 6                            |
| Até 1 SM                | 48,2                 | 30       | 12,2      | 2,2        | 33                           |
| Mais de 1 a 2 SM        | 22,5                 | 23,9     | 18,9      | 5,2        | 27,6                         |
| Mais de 2 a 5 SM        | 13,7                 | 25       | 34,8      | 23         | 24,3                         |
| Mais de 5 a 10 SM       | 2                    | 6,9      | 17,1      | 23,1       | 5,2                          |
| Mais de 10 SM           | 0,7                  | 3,7      | 13,8      | 44,1       | 2                            |
| Sem Declaração          | 0,6                  | 0,5      | 0,8       | 1,4        | 1,9                          |
| Total                   | 100                  | 100      | 100       | 100        | 100                          |
| Total População 18 Anos | 16,7                 | 60,2     | 14,8      | 8,2        | 0,1                          |

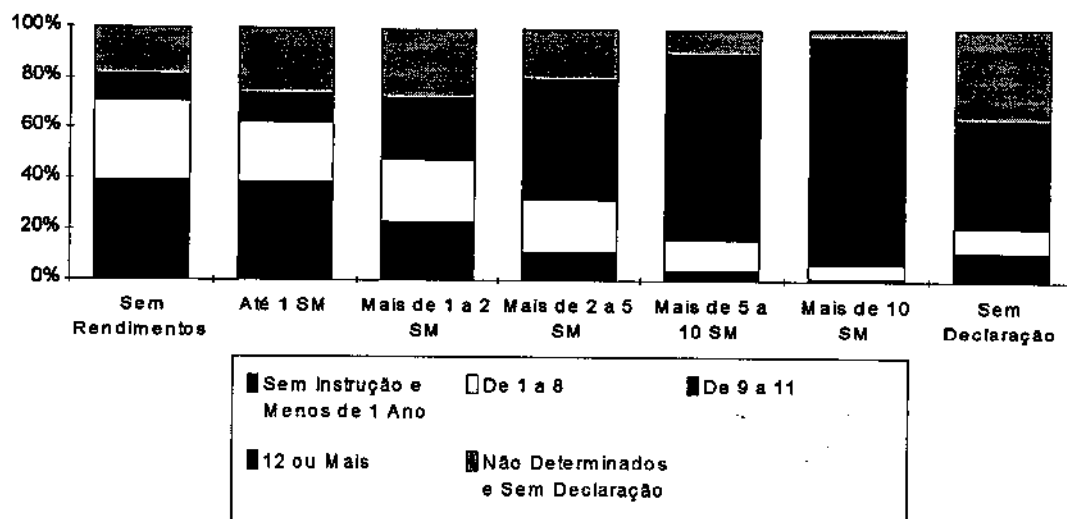
Notas: Dados da PNAD, reproduzidos no AEB 91. Excluídos os dados relativos à população rural da Região Norte. Entre os "sem rendimentos" estão incluídos os que recebem apenas benefícios.

**Rendimentos das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas, Por Anos de Estudo**



a facilitar a visualização da relação entre as diversas classes de renda e níveis de escolaridade entre si, enquanto o segundo permite uma melhor visualização do interior de cada uma das classes de renda e nível de escolaridade.

**Rendimentos das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas, por Anos de Estudo**

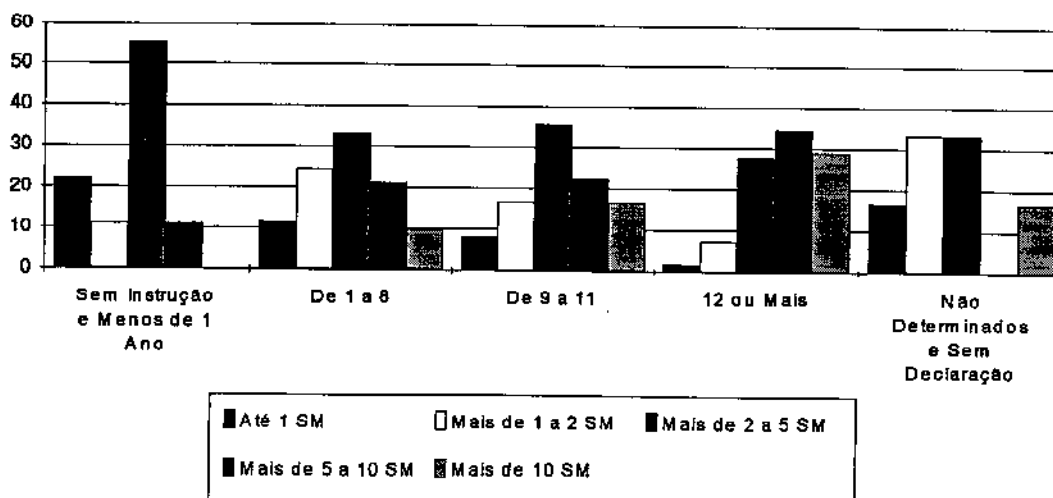


**Filiados ao PT, por Anos de Estudo, segundo as Classes de Rendimento Mensal Individual**

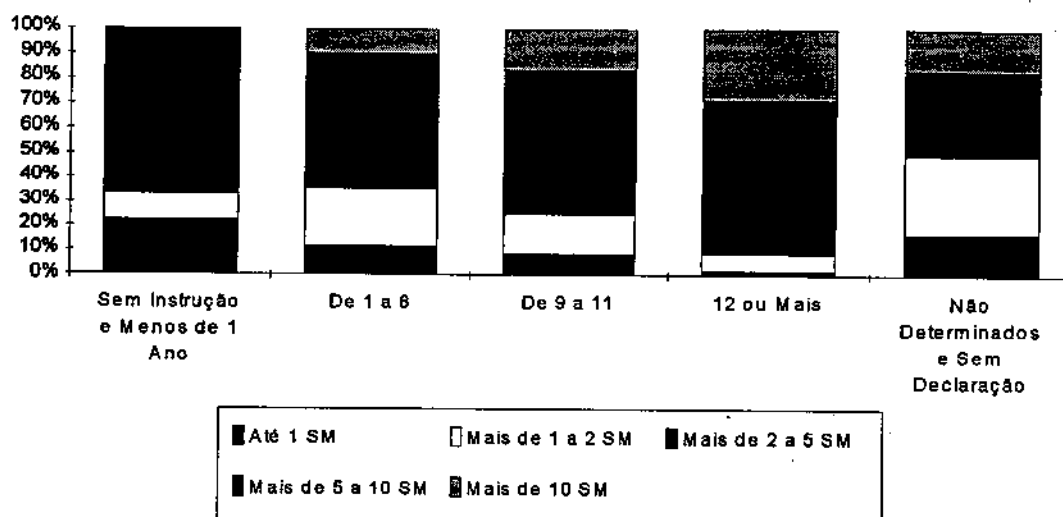
| Classes de Rendimentos | Nunca Foi a Escola | De 1 a 8 | De 9 a 11 | 12 ou Mais | Sem Declaração |
|------------------------|--------------------|----------|-----------|------------|----------------|
| Até 1 SM               | 22,2               | 11,6     | 8,3       | 1,5        | 16,7           |
| Mais de 1 a 2 SM       | 11,1               | 24,4     | 16,7      | 7,4        | 33,3           |
| Mais de 2 a 5 SM       | 55,6               | 32,9     | 35,7      | 27,8       | 33,3           |
| Mais de 5 a 10 SM      | 11,1               | 21,3     | 22,6      | 34,4       | 0              |
| Mais de 10 SM          | 0                  | 9,8      | 16,7      | 28,9       | 16,7           |
| Total                  | 100                | 100      | 100       | 100        | 100            |

Nota: Idem às anteriores.

**Filiados ao PT, por Anos de Estudo, segundo as Classes de Rendimento Mensal Individual**



**Filiados ao PT, por Anos de Estudo, segundo as Classes de Rendimento Mensal Individual**



### 2.3.2.2. Renda Familiar Mensal

O confronto entre os níveis de renda das famílias brasileiras e dos militantes petistas reforça as tendências anteriormente apontadas. Percebe-se, inicialmente, que, comparativamente à curva de distribuição dos rendimentos individuais, ocorre uma distribuição mais equilibrada das famílias brasileiras pelas diversas classes de renda, com as maiores concentrações ocorrendo no pontos médios da escala, não obstante, de maneira geral, os ganhos situem-se ainda em patamares bastante baixos. Constata-se que as concentrações dos percentuais de famílias pelas diversas classes de renda crescem gradativamente, partindo de 2,2% entre as que não possuem rendimentos ou os possuem apenas através de benefícios sociais até atingir 29,4% entre as que se situam entre mais de dois até cinco salários mínimos, mantendo-se razoavelmente estáveis na faixa seguinte, a partir de onde declinam até atingirem apenas 8,1% com rendimentos mensais superiores a vinte salários mínimos, ou, nos valores da época, mil dólares. Percebe-se que apenas 40,5% das famílias brasileiras situam-se nas classes acima de cinco salários mínimos, ou, de mais de duzentos e cinquenta dólares mensais, sendo que 49,5% encontram-se nas faixas de dois até cinco salários mínimos, correspondentes a cem até duzentos e cinquenta dólares.

No PT, a simetria da curva de distribuição dos militantes e dirigentes pelas diversas classes de rendimentos familiares é menor do que a observada na população brasileira. Isto resulta tanto da ocorrência de maiores contingentes com rendimentos mais elevados, quanto da concentração de maiores percentuais nas faixas médias, que se situam entre cinco até vinte salários mínimos. Os contingentes de famílias do conjunto dos militantes ativos do partido, de sua base e de seus dirigentes, alcançam seus maiores percentuais na classe de renda de cinco até dez salários mínimos, sendo que 63,5% das famílias da base e 76% das da direção, totalizando 61,7% do conjunto das famílias do partido, auferem ganhos mensais superiores a cinco salários mínimos. Confirma-se, portanto, que são

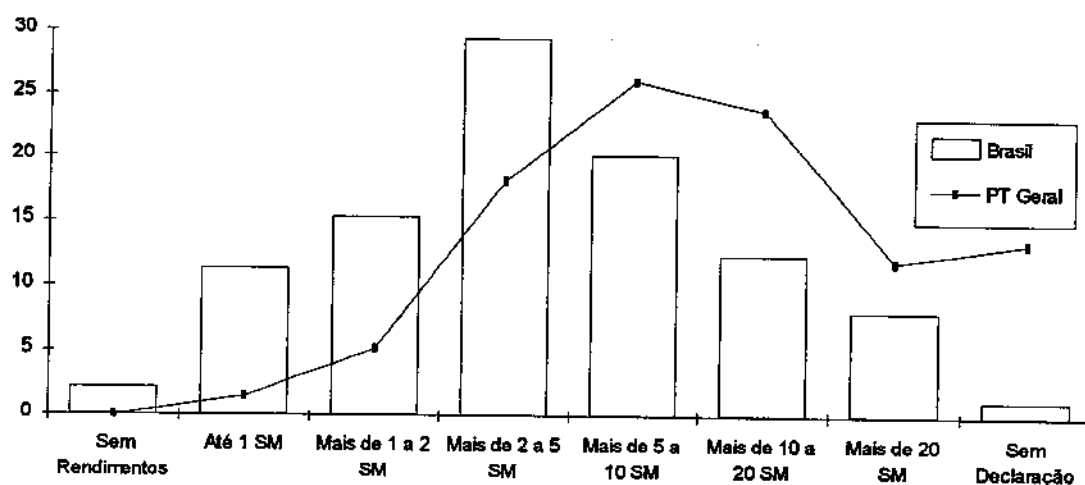
as classes de rendimentos médios, tanto familiares quanto individuais (como se constatou no item anterior), as que fornecem os maiores contingentes de militantes ao Partido dos Trabalhadores.

**Rendimento Familiar dos Residentes em Domicílios Particulares  
no Brasil e dos Militantes do PT (Base e Direção), em Salários Mínimos.**

| Classes de Rendimentos | Brasil | PT Geral | Base | Direção |
|------------------------|--------|----------|------|---------|
| Sem Rendimentos        | 2,2    | 0        | 0    | 0       |
| Até 1 SM               | 11,3   | 1,5      | 2,4  | 1,3     |
| Mais de 1 a 2 SM       | 15,3   | 5,2      | 9,5  | 4,0     |
| Mais de 2 a 5 SM       | 29,4   | 18,1     | 24,6 | 18,7    |
| Mais de 5 a 10 SM      | 20,1   | 26,1     | 27,1 | 31,4    |
| Mais de 10 a 20 SM     | 12,4   | 23,7     | 26,2 | 29,0    |
| Mais de 20 SM          | 8,1    | 11,9     | 10,2 | 15,6    |
| Sem Declaração         | 1,2    | 13,4     | 0    | 0       |
| Total                  | 100    | 100      | 100  | 100     |

NOTAS: Para o Brasil os dados são da PNAD de 1990. Não estão incluídos os rendimentos dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos, nem as famílias residentes na área rural da Região Norte e, entre os "sem rendimentos", estão incluídas também as famílias cujos componentes recebem somente em benefícios. Para o PT ídem às notas anteriores.

**Rendimento Familiar dos Residentes em Domicílios Particulares, no Brasil e dos Militantes do PT  
(Base e Direção)**



A comparação entre os rendimentos familiares dos militantes do PT e das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares nas diversas regiões do país, possibilitada pela confrontação dos percentuais da tabela acima, permite verificar que são as faixas de rendimentos entre mais de dois até dez salários mínimos as que incluem os maiores percentuais da população em qualquer das regiões, enquanto no PT, em todas as regiões, as concentrações maiores, que se iniciam no mesmo ponto, se estendem por mais uma faixa, atingindo a classe com rendimentos de mais de dez até vinte salários mínimos. Verificando-se os rendimentos das famílias dos petistas e os do conjunto da população em cada região específica, constata-se que em todas as regiões ocorrem concentrações maiores de famílias

brasileiras do que de militantes petistas nas faixas até os cinco salários mínimos. Nas duas faixas seguintes, com rendimentos entre mais de cinco até vinte salários mínimos, confirmando a presença destacada das faixas de rendimentos médios no partido, em todas as regiões a supremacia é em favor das famílias dos militantes. Na última faixa, entretanto, enquanto em três das cinco regiões as maiores concentrações acontecem entre as famílias dos militantes petistas, nas regiões Norte e Sul, o comportamento é inverso. Como não existem semelhanças nem ao nível da riqueza nem das características do desenvolvimento nestas duas últimas regiões, é no espaço da composição interna do partido que se devem buscar as explicações para este fato. Percebe-se, inicialmente, que estas duas regiões são as que apresentam, no PT, os menores percentuais de famílias com rendimentos acima de vinte salários mínimos. Elas correspondem a 8,5% na região norte e 6,6% na sul, enquanto atingem 11,7% na centro oeste, 14,4% na nordeste e 19,5% na sudeste. Será, entretanto, na análise das profissões<sup>101</sup> predominantes entre os militantes nas diversas regiões que se encontrarão as melhores razões para os baixos percentuais de famílias com rendas maiores nas regiões norte e sul. Verifica-se que, não obstante a pulverização decorrente de uma diversidade profissional bastante grande, as profissões com concentrações mais expressivas nestas duas regiões são as agrícolas e as dos professores dos graus escolares iniciais, correspondendo, os primeiros, a 15,8% do total dos militantes na região norte e a 18,4% na sul e, os segundos, a 16,2% e a 20,7%, respectivamente. Somam-se, assim, nas regiões em questão, 32% na primeira e 39,1% na segunda, os militantes que desempenham atividades profissionais com baixas remunerações, o que, mesmo referindo-se a rendimentos individuais, auferidos pelos próprios militantes e não como rendimentos globais de suas famílias e na impossibilidade de se verificar o seu peso na composição da renda familiar global, indica caminhos por onde se pode entender os menores rendimentos recebidos nestas regiões.

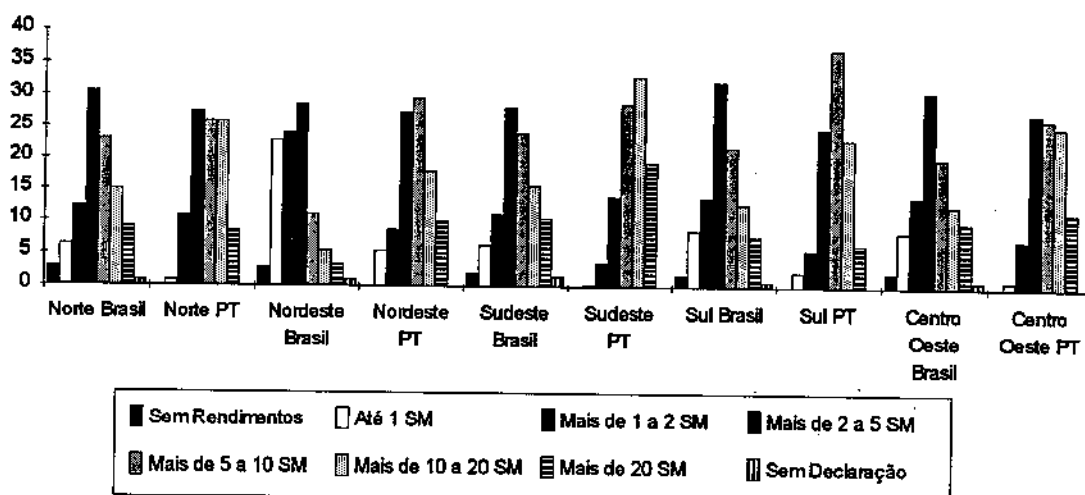
**Distribuição das Famílias Residentes em Domicílios Particulares e dos Militantes do PT, por Grandes Regiões, segundo as Classes de Rendimento Mensal Familiar (Brasil 1990/PT 1991)**

| Classes de Renda em Sal. Mínimos | Distribuição das Famílias Residentes em Domicílios Particulares e dos Militantes do Partido dos Trabalhadores |          |           |       |           |       |            |        |            |        |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------|-------|-----------|-------|------------|--------|------------|--------|
|                                  | Norte Brasil                                                                                                  | Norte PT | NE Brasil | NE PT | SE Brasil | SE PT | Sul Brasil | Sul PT | C O Brasil | C O PT |
| Sem Rendimentos                  | 2,9                                                                                                           | 0        | 2,9       | 0     | 2,0       | 0     | 1,7        | 0      | 2,2        | 0      |
| Até 1                            | 6,3                                                                                                           | 0,8      | 23,0      | 5,5   | 6,4       | 0,3   | 8,7        | 2,2    | 8,5        | 1,1    |
| Mais de 1 a 2                    | 12,2                                                                                                          | 10,8     | 24,3      | 8,8   | 11,1      | 3,8   | 13,8       | 5,7    | 14,1       | 7,4    |
| Mais de 2 a 5                    | 30,6                                                                                                          | 27,7     | 28,8      | 27,7  | 28,4      | 14,1  | 32,5       | 25,0   | 31,0       | 27,7   |
| Mais de 5 a 10                   | 23,1                                                                                                          | 26,1     | 11,1      | 29,9  | 24,3      | 29,0  | 22,0       | 37,3   | 20,3       | 26,6   |
| Mais de 10 a 20                  | 15,0                                                                                                          | 26,1     | 5,5       | 18,1  | 15,8      | 33,3  | 12,8       | 23,2   | 12,7       | 25,5   |
| Mais de 20                       | 9,1                                                                                                           | 8,5      | 3,4       | 10,0  | 10,5      | 19,5  | 7,7        | 6,6    | 10,1       | 11,7   |
| Sem Declaração                   | 0,8                                                                                                           | 0        | 1,0       | 0     | 1,5       | 0     | 0,8        | 0      | 1,1        | 0      |
| Total                            | 100                                                                                                           | 100      | 100       | 100   | 100       | 100   | 100        | 100    | 100        | 100    |

Notas: Idem às da Tabela Anterior

<sup>101</sup> Este tema será tratado em profundidade no próximo item deste capítulo.

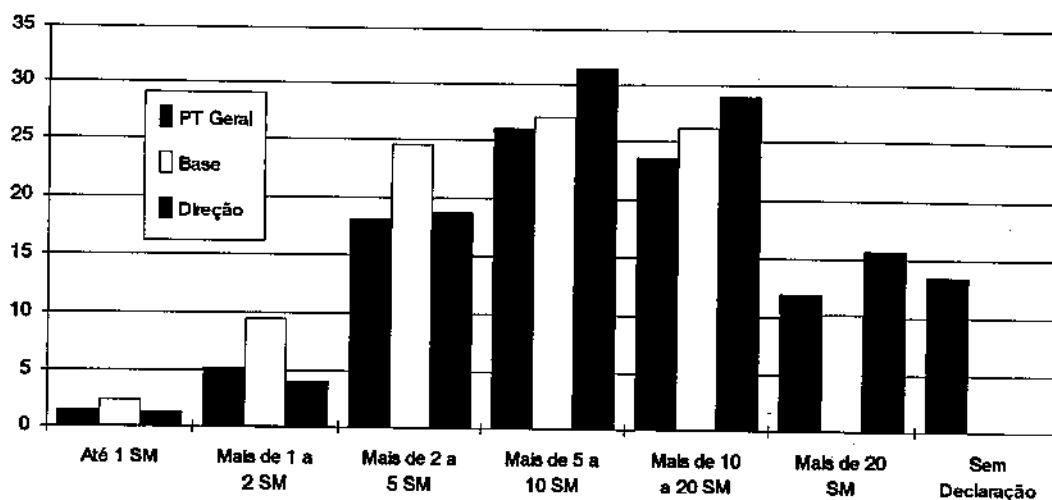
**Rendimento Família Mensal dos Residentes em Domicílios Particulares e dos Militantes do PT, por Grandes Regiões**



Com relação aos rendimentos familiares dos militantes de base e dos dirigentes do PT, na distribuição de suas famílias pelas diversas classes de rendimentos, percebe-se, através dos dados já apresentados anteriormente e representados no gráfico abaixo, que as rendas familiares crescem quando se compara a direção e a base partidária, mas, mais do que isto, que suas curvas descrevem trajetórias idênticas, o que, na verdade, confirma também as análises já desenvolvidas quando se considerou as rendas individuais. Parte da superioridade dos rendimentos da direção deve ser creditada aos fatos, já destacados, de percentual significativo de seus integrantes serem parlamentares ou detentores de mandatos executivos e de percentual não desprezível ser profissionalizado e, por outro lado, deve-se ao fato, também já salientado, de que há limites mínimos e máximos que limitam ou que predispõem à militância. Isto, se vale para os rendimentos individuais e familiares, deve valer também para as instâncias de direção, com a agravante de, nestas, ser necessário aumentar-se ainda mais os patamares mínimos de rendimentos. As tarefas de direção, em termos do tempo de dedicação para as atividades partidárias em detrimento das pessoais, exigem para o seu exercício, além das qualidades intrínsecas de liderança que viabilizam a obtenção de cargos de representação política e das qualificações necessárias ao seu exercício, também rendimentos em patamares que permitam esta dedicação. Fora disto, o exercício destas tarefas só se torna possível aos dirigentes profissionalizados ou àqueles que desempenham profissões que permitem a flexibilidade do tempo e das horas de trabalho regular<sup>102</sup>. Desta forma, o que se verifica é a manifestação de um fenômeno estrutural que provoca uma maior disponibilidade para as tarefas de direção daqueles que auferem rendimentos dentro de uma faixa ótima determinada e que, conseqüentemente, se apresenta com percentuais maiores.

<sup>102</sup> No item seguinte, onde se analisará a composição dos militantes do PT segundo suas profissões, esta questão será retomada.

**Rendimento Familiar Mensal dos Militantes e Dirigentes do PT**

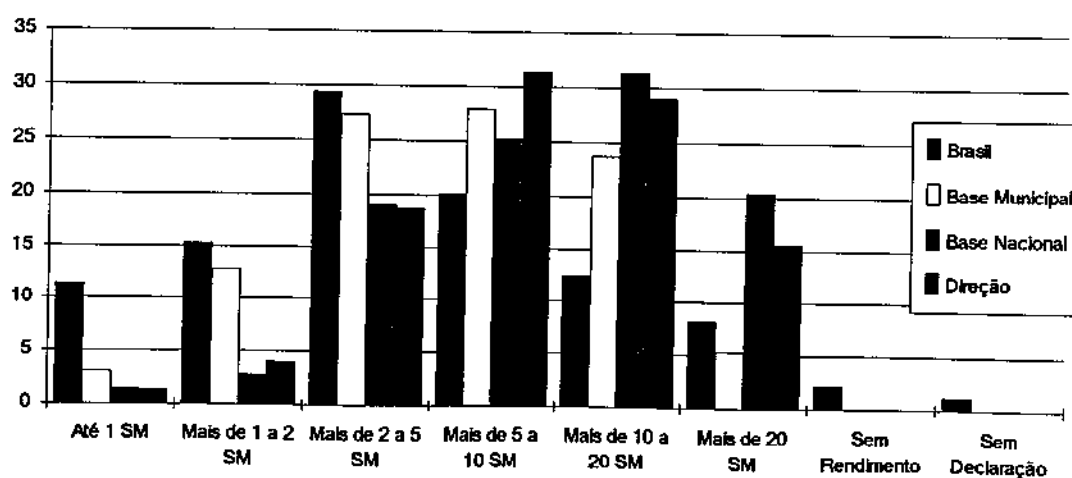


**Rendimento Familiar Mensal da População, dos Militantes das Bases Municipal e Nacional e dos Dirigentes do PT em SM.**

| Classes de Rendimentos | Brasil | Base Municipal | Base Nacional | Direção |
|------------------------|--------|----------------|---------------|---------|
| Até 1 SM               | 11,3   | 3,0            | 1,4           | 1,3     |
| Mais de 1 a 2 SM       | 15,3   | 12,8           | 2,7           | 4,0     |
| Mais de 2 a 5 SM       | 29,4   | 27,3           | 19,0          | 18,7    |
| Mais de 5 a 10 SM      | 20,1   | 28,0           | 25,2          | 31,4    |
| Mais de 10 a 20 SM     | 12,4   | 23,7           | 31,3          | 29,0    |
| Mais de 20 SM          | 8,1    | 5,3            | 20,4          | 15,6    |
| Sem Rendimento         | 2,2    | 0              | 0             | 0       |
| Sem Declaração         | 1,2    | 0              | 0             | 0       |
| Total                  | 100    | 100            | 100           | 100     |

NOTAS: Idem às anteriores

**Rendimento Familiar Mensal da População, dos Militantes das Bases Municipal e Nacional e dos Dirigentes do PT, em Salários Mínimos**

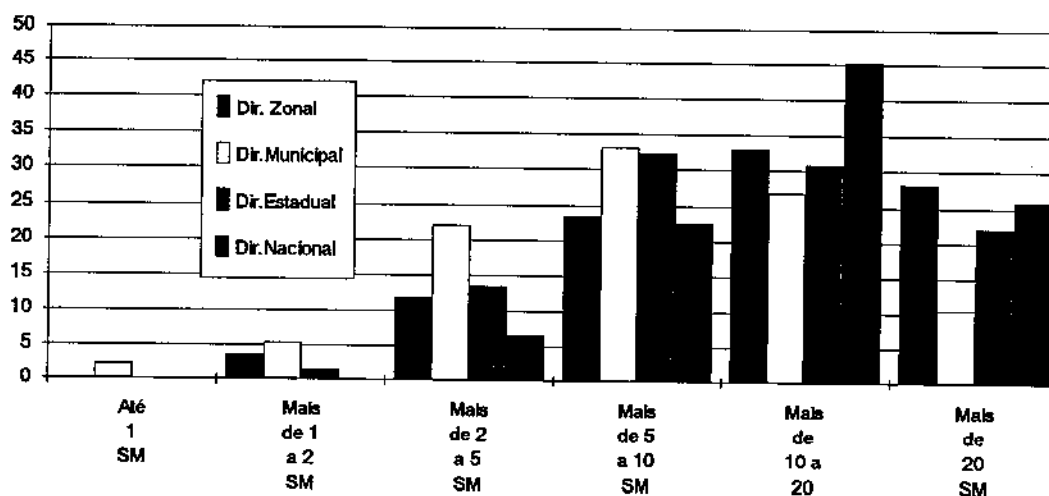


**Rendimento Familiar Mensal dos Dirigentes do PT,  
em Salários Mínimos.**

| Classes de Rendimentos | Diretório Zonal | Diretório Municipal | Diretório Estadual | Diretório Nacional |
|------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Até 1 SM               | 0               | 2,2                 | 0                  | 0                  |
| Mais de 1 a 2 SM       | 3,5             | 5,3                 | 1,4                | 0                  |
| Mais de 2 a 5 SM       | 11,8            | 22                  | 13,5               | 6,5                |
| Mais de 5 a 10 SM      | 23,5            | 33,1                | 32,2               | 22,6               |
| Mais de 10 a 20 SM     | 32,9            | 26,9                | 30,8               | 45,2               |
| Mais de 20 SM          | 28,2            | 10,5                | 22,1               | 25,8               |
| Sem Declaração         | 0               | 0                   | 0                  | 0                  |
| Total                  | 100             | 100                 | 100                | 100                |

NOTAS: Idem às anteriores

**Rendimento Familiar Mensal dos Dirigentes do PT, em Salários Mínimos**



### 2.3.3. Posição na Ocupação

A grande maioria dos integrantes ativos do PT, atingindo 67,3% da militância pesquisada, constitui-se de trabalhadores assalariados. Compõem 65,7% do total do partido os que se desempenham atividades profissionais assalariadas urbanas e apenas 1,6% os que as exercem nas áreas rurais. São 12,8% os que se declaram trabalhadores autônomos e totalizam 11,1% aqueles que, genericamente, se pode classificar como proprietários, por deterem a propriedade ou a posse de meios de produção ou ainda por assalariarem trabalhadores a seu serviço. Entre estes proprietários, os empregadores urbanos constituem 4,7% do total da militância e os proprietários rurais 6,4%. Somam, ainda, 8,7% os militantes que não declararam sua condição profissional ou se identificaram apenas como estudantes, donas de casa, aposentados e desempregados e, assim, foram considerados, aqui, como não produtivos socialmente, o que implica, finalmente, que exatos 91,3% dos militantes petistas se enquadram na categoria definida como economicamente ativa da população. Pode-se afirmar que

frente à PEA brasileira, que, em 1989, representava 56,7% do total da população do país, os militantes petistas socialmente produtivos alcançam uma super-representação de 34,6 pontos percentuais.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - TABELA 1

| Value Label           | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|-----------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| ASSALARIADO URBANO    | 1.00  | 1029          | 65.7    | 65.7          | 65.7        |
| ASSALARIADO RURAL     | 2.00  | 25            | 1.6     | 1.6           | 67.3        |
| TRABALHADOR AUTÔNOMO  | 3.00  | 201           | 12.8    | 12.8          | 80.1        |
| EMPREGADOR URBANO     | 4.00  | 74            | 4.7     | 4.7           | 84.9        |
| PROPRIETÁRIO RURAL    | 5.00  | 62            | 4.0     | 4.0           | 88.8        |
| TRAB. RUR. DISP. TERR | 6.00  | 38            | 2.4     | 2.4           | 91.3        |
| NÃO PRODUTIVOS        | 7.00  | 137           | 8.7     | 8.7           | 100.0       |
| -----                 |       | -----         | -----   |               |             |
| TOTAL                 |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases           | 1566  | Missing Cases | 0       |               |             |

A porcentagem dos proprietários no conjunto da militância petista, no entanto, deve ser retificada. Para que se garanta o rigor conceitual da análise, é preciso que se retire do total de 11,1%<sup>103</sup> de proprietários considerado acima, os posseiros e assentados rurais que, embora mantenham a posse efetiva das terras que cultivam, não são detentores de sua propriedade jurídica. Eles representam 2,4% da militância partidária e, na falta de denominação mais adequada, são referidos aqui como *trabalhadores rurais em disputa pela terra*. O total que se obtém corresponde a um número final de proprietários em sentido estrito equivalente a 8,7% dos petistas ativos e provoca, em consequência, a elevação do número dos trabalhadores por conta-própria<sup>104</sup> para 15,3%.

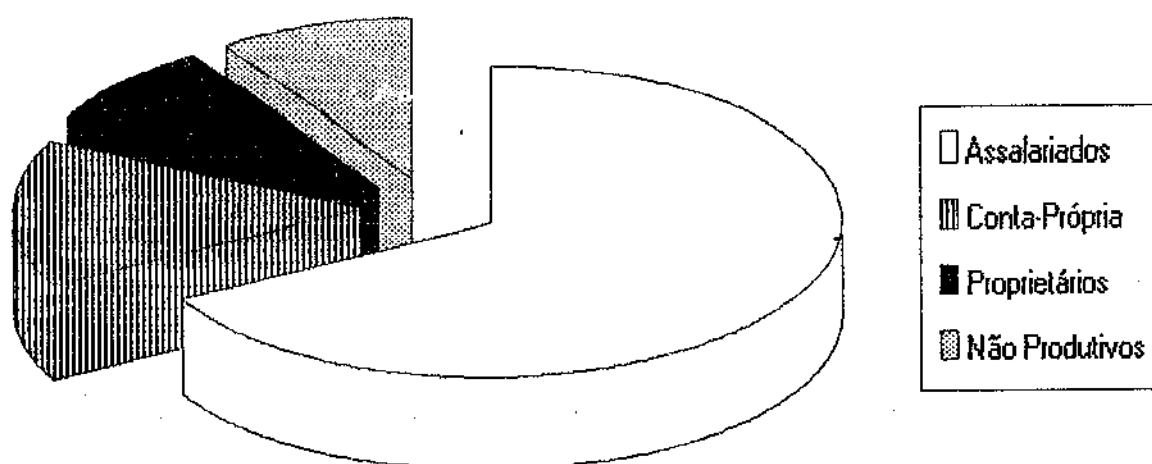
<sup>103</sup> Justifica-se a utilização do percentual de 11,1% de "proprietários em sentido genérico" para a consideração da auto-imagem de classe dos petistas e para a compreensão da definição petista de classe social, objetos de reflexão de capítulos posteriores a este. Neles se trabalha com questões ideológicas e menos objetivas do que as tratadas aqui, onde a análise se faz sob critérios de determinação objetiva das classes sociais.

<sup>104</sup> O AEB 91 do IBGE define, à página 168, como "Conta-própria" a "pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica, sem ter empregado e auxiliado ou não por membro da unidade domiciliar não remunerado." Não se levantou, através do questionário, o emprego ou não de trabalhadores remunerados entre os "proprietários agrícolas" genericamente definidos. No entanto, tratando-se de posseiros e assentados, o bom senso apenas é suficiente para que se perceba que, em sua grande maioria, eles devem contar apenas com o próprio trabalho e dos familiares para a exploração de suas posses agrícolas.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - TABELA 2

| Value Label    | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|----------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| ASSALARIADOS   | 1.00  | 1054          | 67.3    | 67.3          | 67.3        |
| CONTA-PRÓPRIA  | 2.00  | 239           | 15.3    | 15.3          | 82.6        |
| PROPRIETÁRIOS  | 3.00  | 136           | 8.7     | 8.7           | 91.3        |
| NÃO PRODUTIVOS | 4.00  | 137           | 8.7     | 8.7           | 100.0       |
| -----          |       | -----         | -----   |               |             |
| TOTAL          |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases    | 1566  | Missing Cases | 0       |               |             |

Militantes do PT, segundo a Posição na Ocupação



O significado da presença de proprietários no conjunto da militância petista só pode ser corretamente avaliado, além disto, verificando-se concomitantemente a seus percentuais, o tamanho de suas propriedades e/ou da massa de seus empregados. Dos 74 militantes que se declararam empregadores urbanos, apenas 53, representando 71,6% deles, indicaram o número de trabalhadores que assalariam. Mesmo considerando-se os riscos estatísticos de se trabalhar com amostra tão reduzida, os resultados obtidos são suficientes para que se perceba que se está frente a um grupo constituído em sua imensa maioria por micro-empresários. A última coluna da tabela abaixo, onde se encontram os percentuais acumulados dos trabalhadores assalariados pelos empresários petistas, permite que se constate que 24,5% destes empresários possuem apenas um empregado, 77,4% possuem até cinco e 88,7% até nove. Nas categorias em que se poderiam classificar os pequenos e médios empresários, a contagem não pode ser feita em percentuais. Com treze, com quinze e com dezoito empregados, encontra-se apenas um militante petista em cada patamar da escala, o que soma um total estatisticamente não confiável de 9,5% de empresários de médio porte no conjunto dos empresários urbanos do partido. Por fim, não obstante declarando empregar cento e cinquenta

trabalhadores, o que o coloca no nível de grande empresário empregador, encontra-se novamente apenas um militante petista.

#### NÚMERO DE EMPREGADOS DOS EMPREGADORES PETISTAS

| Value Label    | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|----------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| 1 Empregado    | 1     | 13            | .8      | 24.5          | 24.5        |
| 2 Empregados   | 2     | 6             | .4      | 11.3          | 35.8        |
| 3 Empregados   | 3     | 10            | .6      | 18.9          | 54.7        |
| 4 Empregados   | 4     | 8             | .5      | 15.1          | 69.8        |
| 5 Empregados   | 5     | 4             | .3      | 7.5           | 77.4        |
| 6 Empregados   | 6     | 2             | .1      | 3.8           | 81.1        |
| 8 Empregados   | 8     | 2             | .1      | 3.8           | 84.9        |
| 9 Empregados   | 9     | 2             | .1      | 3.8           | 88.7        |
| 13 Empregados  | 13    | 1             | .1      | 1.9           | 90.6        |
| 15 Empregados  | 15    | 1             | .1      | 1.9           | 92.5        |
| 18 Empregados  | 18    | 1             | .1      | 1.9           | 94.3        |
| 30 Empregados  | 30    | 2             | .1      | 3.8           | 98.1        |
| 150 Empregados | 150   | 1             | .1      | 1.9           | 100.0       |
|                | 999   | 1513          | 96.6    | MISSING       |             |
|                | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases    | 53    | Missing Cases | 1513    |               |             |

Números um pouco diferentes, mas não totalmente divergentes, encontram-se quando se verifica o tamanho das propriedades rurais dos militantes do PT. Noventa e cinco militantes, proprietários jurídicos ou de fato de áreas agrícolas, declararam a quantidade em hectares de suas posses, revelando um predomínio dos pequenos agricultores. Pela tabela abaixo pode-se perceber que, do patamar de um até dez hectares, onde se encontram 26,3% dos militantes petistas que possuem terras agrícolas, o percentual se eleva até atingir 28,4% na faixa seguinte, de onze a vinte hectares, acumulando 54,7% que detém posses até vinte hectares, e dali decai para 22,1%, 17,9% e 5,3%, respectivamente nas faixas de vinte um a cinquenta, de cinquenta e um a cem e de cento e um a trezentos e oitenta e sete hectares. É importante notar que a queda é ainda mais acentuada do que aparenta, porque as faixas, à medida que se elevam, também se alargam. Enquanto nas duas primeiras faixas a progressão fez-se de dez em dez hectares, na terceira ela abrange trinta hectares, na quarta cinquenta e na última mais de duzentos. Além disto, se os percentuais se apresentam aqui em um equilíbrio razoável que acaba por minimizar os extremos, produto da construção de faixas para a agregação dos dados, na tabulação percebeu-se que o número de proprietários com áreas menores é ainda maior do que o aparente. Enquanto na faixa de posse mínima, entre um e cinco hectares, encontravam-se 10,5% dos militantes proprietários rurais, aparecendo um proprietário de área de um hectare, três de área de três hectares, três de quatro e três de cinco, na faixa superior aos cem hectares, onde se localizavam apenas 5,3% deles, as propriedades, em número de cinco, correspondem, cada uma delas, a um militante.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS PROPRIETÁRIOS PETISTAS EM  
QUANTIDADE DE HECTARES

| Value Label     | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|-----------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| De 1 a 10 ha    | 1.00  | 25            | 1.6     | 26.3          | 26.3        |
| De 11 a 20 ha   | 2.00  | 27            | 1.7     | 28.4          | 54.7        |
| De 21 a 50 ha   | 3.00  | 21            | 1.3     | 22.1          | 76.8        |
| De 51 a 100 ha  | 4.00  | 17            | 1.1     | 17.9          | 94.7        |
| De 101 a 387 ha | 5.00  | 5             | .3      | 5.3           | 100.0       |
| .               |       | 1471          | 93.9    | MISSING       |             |
|                 |       | -----         | -----   | -----         |             |
|                 | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases     | 95    | Missing Cases | 1471    |               |             |

A análise da composição social da militância petista nas regiões geo-políticas do país confirma, em todas elas, o predomínio acentuado dos assalariados. Com presença sempre superior a cinquenta por cento, os menores índices encontram-se nas regiões norte e sul, respectivamente com 57,6% e 58,3%, e o maior na região sudeste, com 76%. A distribuição dos proprietários revela uma semelhança algo surpreendente entre as regiões sul, norte e nordeste, assim como realça as características da região sudeste. Nas primeiras, os proprietários representam, respectivamente, 11,2%, 10,8% e 10,3% da militância, enquanto na última eles significam apenas 6,5%. Quanto aos trabalhadores por conta-própria ou autônomos, eles assumem pesos equitativos nas regiões centro-oeste, sul e norte, constituindo respectivamente 21,8%, 21,7% e 20,9% da composição da militância nas regiões e se reduzem a menos da metade na região sul, com apenas 9,3%.

Crosstabulation: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (TABELA 1) By GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO

| Count        |       |              |          |                    |          |           |
|--------------|-------|--------------|----------|--------------------|----------|-----------|
| Row Pct      | Norte | Nordeste     | Sudeste  | Sul                | C. Oeste | Row Total |
| Col Pct      |       |              |          |                    |          |           |
| Tot Pct      | 1.00  | 2.00         | 3.00     | 4.00               | 5.00     |           |
| POSFPMP      |       |              |          |                    |          |           |
| 1.00         | 91    | 196          | 537      | 161                | 66       | 1051      |
| ASSAL.       | 8.7   | 18.6         | 51.1     | 15.3               | 6.3      | 67.2      |
|              | 57.6  | 62.8         | 76.0     | 58.3               | 60.0     |           |
|              | 5.8   | 12.5         | 34.4     | 10.3               | 4.2      |           |
| 2.00         | 33    | 56           | 66       | 60                 | 24       | 239       |
| AUTÔNOMOS    | 13.8  | 23.4         | 27.6     | 25.1               | 10.0     | 15.3      |
|              | 20.9  | 17.9         | 9.3      | 21.7               | 21.8     |           |
|              | 2.1   | 3.6          | 4.2      | 3.8                | 1.5      |           |
| 3.00         | 17    | 32           | 46       | 31                 | 10       | 136       |
| PROPR.       | 12.5  | 23.5         | 33.8     | 22.8               | 7.4      | 8.7       |
|              | 10.8  | 10.3         | 6.5      | 11.2               | 9.1      |           |
|              | 1.1   | 2.0          | 2.9      | 2.0                | .6       |           |
| 4.00         | 17    | 28           | 58       | 24                 | 10       | 137       |
| NÃO PROD.    | 12.4  | 20.4         | 42.3     | 17.5               | 7.3      | 8.8       |
|              | 10.8  | 9.0          | 8.2      | 8.7                | 9.1      |           |
|              | 1.1   | 1.8          | 3.7      | 1.5                | .6       |           |
| Column Total | 158   | 312          | 707      | 276                | 110      | 1563      |
|              | 10.1  | 20.0         | 45.2     | 17.7               | 7.0      | 100.0     |
| Chi-Square   | D.F.  | Significance | Min E.F. | Cells with E.F.< 5 |          |           |
| 55.43997     | 12    | .0000        | 9.571    | None               |          |           |

Number of Missing Observations = 3

Constata-se, portanto, no que se refere às posições ocupadas pelos militantes petistas frente aos meios de produção, que as características que sua distribuição assume nas diversas regiões do país refletem as peculiaridades do desenvolvimento econômico de cada uma delas. É na região sudeste, a de crescimento econômico mais dinâmico e onde as características do desenvolvimento assumem, no país, sua face mais similar àquela dos centros internacionais mais avançados, que os assalariados atingem seu mais alto percentual de presença no partido. Em oposição direta e complementar a este fato, pode-se verificar, na segunda tabela com cruzamentos por regiões, que é na região centro-oeste, a segunda mais urbanizada do país e onde o avanço e a penetração da colonização em moldes capitalistas se fez somente a partir das últimas décadas, que o peso relativo dos militantes petistas empregadores (proprietários) urbanos é maior.

Crosstabulation: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (TABELA 2) By GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO

| Count<br>Row Pct<br>Col Pct<br>Tot Pct | Norte                     | Nordeste                    | Sudeste                     | Sul                        | CentroOeste               | Row Total     |
|----------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------|
| POSFPMP1                               | 1.00                      | 2.00                        | 3.00                        | 4.00                       | 5.00                      |               |
| 1.00<br>ASSAL.<br>URBANOS              | 85<br>8.3<br>53.8<br>5.4  | 189<br>18.4<br>60.6<br>12.1 | 532<br>51.9<br>75.2<br>34.0 | 154<br>15.0<br>55.8<br>9.9 | 66<br>6.4<br>60.0<br>4.2  | 1026<br>65.6  |
| 2.00<br>ASSAL.<br>RURAIS               | 6<br>24.0<br>3.8<br>.4    | 7<br>28.0<br>2.2<br>.4      | 5<br>20.0<br>.7<br>.3       | 7<br>28.0<br>2.5<br>.4     |                           | 25<br>1.6     |
| 3.00<br>CONTAPRÓP                      | 26<br>12.9<br>16.5<br>1.7 | 48<br>23.9<br>15.4<br>3.1   | 61<br>30.3<br>8.6<br>3.9    | 43<br>21.4<br>15.6<br>2.8  | 23<br>11.4<br>20.9<br>1.5 | 201<br>12.9   |
| 4.00<br>EMPREGDOR<br>URBANO            | 9<br>12.2<br>5.7<br>.6    | 12<br>16.2<br>3.8<br>.8     | 32<br>43.2<br>4.5<br>2.0    | 13<br>17.6<br>4.7<br>.8    | 8<br>10.8<br>7.3<br>.5    | 74<br>4.7     |
| 5.00<br>PROPRIET.<br>RURAL             | 8<br>12.9<br>5.1<br>.5    | 20<br>32.3<br>6.4<br>1.3    | 14<br>22.6<br>2.0<br>.9     | 18<br>29.0<br>6.5<br>1.2   | 2<br>3.2<br>1.8<br>.1     | 62<br>4.0     |
| 6.00<br>TRAB.<br>RUR.DISP.<br>TERRA    | 7<br>18.4<br>4.4<br>.4    | 8<br>21.1<br>2.6<br>.5      | 5<br>13.2<br>.7<br>.3       | 17<br>44.7<br>6.2<br>1.1   | 1<br>2.6<br>.9<br>.1      | 38<br>2.4     |
| 7.00<br>NÃO PROD.                      | 17<br>12.4<br>10.8<br>1.1 | 28<br>20.4<br>9.0<br>1.8    | 58<br>42.3<br>8.2<br>3.7    | 24<br>17.5<br>8.7<br>1.5   | 10<br>7.3<br>9.1<br>.6    | 137<br>8.8    |
| Column<br>Total                        | 158<br>10.1               | 312<br>20.0                 | 707<br>45.2                 | 276<br>17.7                | 110<br>7.0                | 1563<br>100.0 |
| Chi-Square                             | D.F.                      | Significance                | Min E.F.                    | Cells with E.F.< 5         |                           |               |
| 101.14084                              | 24                        | .0000                       | 1.759                       | 7 OF 35 ( 20.0%)           |                           |               |

Number of Missing Observations = 3

Confrontando-se a composição social dos conjuntos constituídos, de um lado, pelos militantes de base e, de outro, pelos membros das direções do Partido dos Trabalhadores em todos os seus níveis, constata-se que suas configurações são muito semelhantes. Não obstante a presença dos assalariados decresça na média aritmética do conjunto da direção em relação ao peso efetivo que detém na base

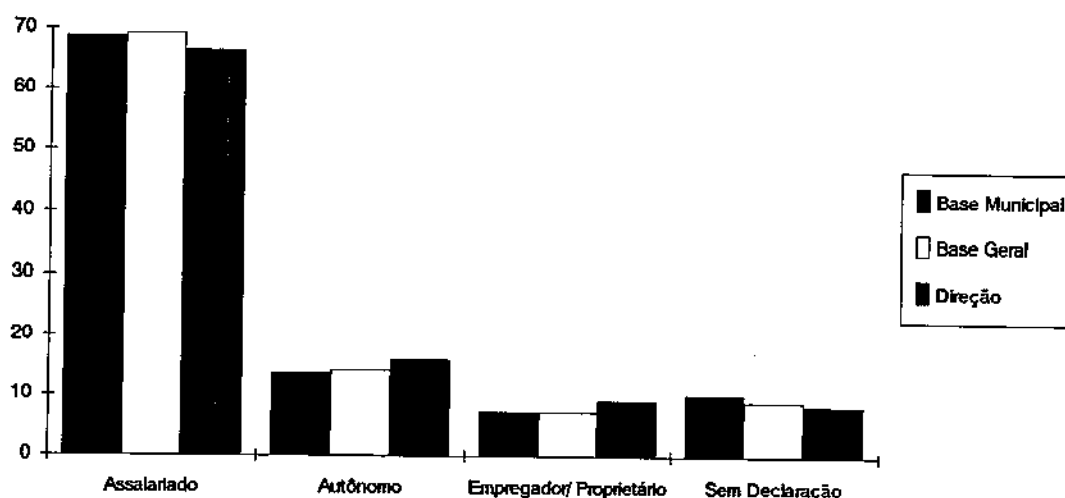
municipal, eles constituem, em ambas, a imensa maioria, compondo 69,3%, na primeira, e 66,4%, na segunda. Se, em contrapartida, cresce, ao nível da direção, a presença dos trabalhadores autônomos e dos empregadores e/ou proprietários, seus percentuais permanecem bastante próximos dos apresentados pela militância de base, com uma diferença que não chega a atingir, para ambas as categorias, dois pontos percentuais. Mesmo que se considere a composição social da base municipal, o nível de menor poder político decisório dentro de qualquer partido, as diferenças encontradas mantêm-se dentro de patamares mínimos, como se pode verificar na tabela e no gráfico abaixo. Direção e bases são, portanto, quase idênticas.

**Posição na Ocupação, da Base e do Conjunto da Direção do PT.**

| Posição na Ocupação          | Base Municipal | Base Geral | Direção |
|------------------------------|----------------|------------|---------|
| Assalariado                  | 68,7           | 69,3       | 66,4    |
| Autônomo                     | 13,7           | 14,3       | 16      |
| Empregador/Proprietário      | 7,4            | 7,4        | 9,3     |
| Não Produt. e Sem Declaração | 10,3           | 9,1        | 8,4     |
| Total                        | 100,1          | 100,1      | 100,1   |

Nota: Os totais maiores do que 100 são decorrentes de arredondamentos de percentagens

**Posição na Ocupação, da Base e do Conjunto da Direção do PT**



Não obstante os assalariados detenham no conjunto da direção um peso médio menor do que aquele que detém tanto na base, quanto na média total no partido, a verificação da composição dos diretórios petistas, em seus diversos níveis, revela que os assalariados se mantêm como sólida maioria em todos eles. Com 81,3% dos membros do diretório nacional, 75,5% dos diretórios zonais, 68,3% dos estaduais, e 64,2% dos municipais, o predomínio dos assalariados nas instâncias dirigentes do Partido dos Trabalhadores é incontestável.

Os percentuais detidos pelos assalariados na composição social dos diretórios de diferentes níveis expressam, também aqui, a exemplo do que se verificou na análise da composição social do partido nas diversas regiões geo-políticas do país, as características diferenciadas do desenvolvimento das relações sociais capitalistas no Brasil. São nos diretórios zonais do PT, localizados nas áreas metropolitanas e nas capitais estaduais (e, conseqüentemente, nas áreas de maior desenvolvimento), que os assalariados obtêm os índices mais expressivos de participação na direção petista, perdendo apenas para o percentual que alcançam no nível nacional. Em contrapartida e em decorrência do mesmo fato, é também no nível de direção zonal que os trabalhadores autônomos ou por contra-própria e principalmente os empregadores/proprietários detêm seus menores percentuais de participação, respectivamente com 13,3% e 3,1%.

Nos diretórios municipais, localizados em cidades de porte e desenvolvimento econômico diversos, mas onde, seguramente, os níveis de desenvolvimento são inferiores aos verificados nas áreas metropolitanas, os assalariados atingem seus menores percentuais e os autônomos e proprietários, os maiores percentuais, o que reflete, ainda, o peso da presença, neste nível de direção, dos proprietários rurais<sup>105</sup>.

Quanto aos diretórios estaduais, onde a média se dilui na disparidade do desenvolvimento dos diversos estados do país, os assalariados tornam a apresentar crescimento, enquanto os autônomos e os proprietários tornam a decrescer. No nível nacional, além dos critérios políticos, a grande presença dos assalariados expressa com nitidez o peso que detêm as lideranças sindicais assalariadas na condução da política petista<sup>106</sup>.

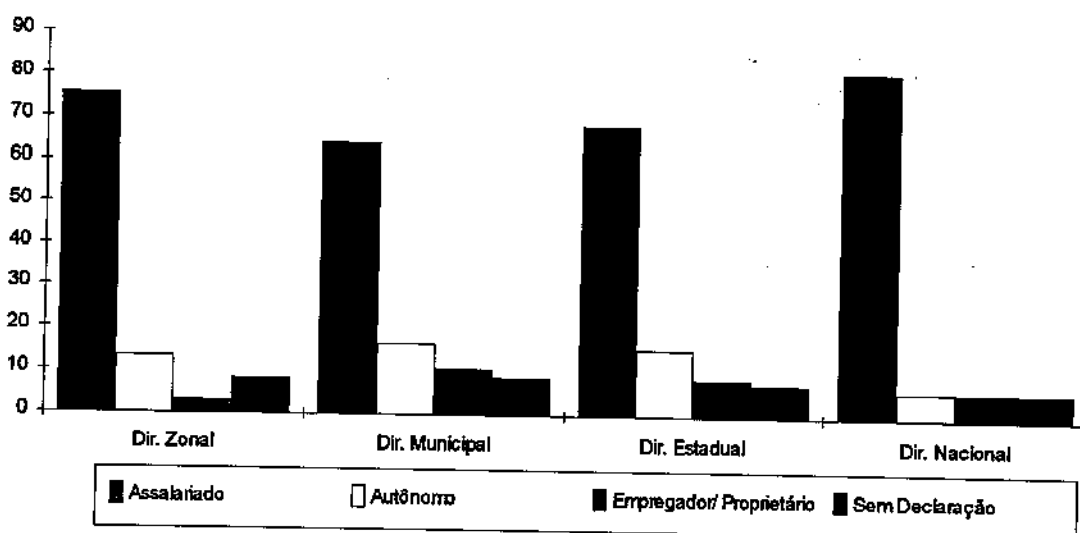
<sup>105</sup> O tamanho reduzido da amostra destes proprietários em sentido amplo não permite confiabilidade estatística para os cruzamentos. No entanto, pode-se verificar que enquanto nos diretórios zonais e no nacional, não se registra na pesquisa a presença de nenhum proprietário rural em disputa pela terra e nos diretórios estaduais eles alcançam apenas 1,4%, nos diretórios municipais eles atingem 2,9%. Somando-se este último percentual aos trabalhadores por contra-própria obtém-se a soma total de 16,4%, que corresponde à presença final dos trabalhadores autônomos neste nível de direção partidária petista. Os proprietários rurais plenos, por sua vez, enquanto são apenas 1% , 3,6% e 3,1% nos diretórios zonais, estaduais e nacionais, nos municipais alcançam 5,2%, que, somados aos 5,4% dos empresários rurais, produzem os 10,6% totais de empresários/proprietários. Em números absolutos, responderam à pesquisa 95 membros dos diretórios municipais que foram incluídos na categoria dos trabalhadores autônomos. Destes, 78 se declaravam como autônomos e assim foram classificados aqui e 17 se declaravam como proprietários rurais em disputa pela propriedade da terra e foram, nesta etapa da interpretação dos dados, incluídos no conjunto dos autônomos. Quanto aos empresários/proprietários, de seu número absoluto total de 61 indivíduos, 31 eram empresários urbanos e 30 proprietários rurais plenos (jurídicos).

<sup>106</sup> Esta questão será tema do capítulo 4, onde se analisará a inserção social dos militantes e dirigentes petistas nos movimentos sociais e sindicais, pesquisando-se, inclusive, suas origens de militância nesses movimentos e em outros partidos políticos anteriormente ao PT.

**Posição na Ocupação d0os Dirigentes do PT.**

| Posição na Ocupação          | Dir. Zonal | Dir. Munic | Dir Estad. | Dir. Nac. |
|------------------------------|------------|------------|------------|-----------|
| Assalariados                 | 75,5       | 64,2       | 68,3       | 81,3      |
| Autônomos                    | 13,3       | 16,4       | 15,4       | 6,3       |
| Empregadores/Proprietários   | 3,1        | 10,6       | 8,6        | 6,3       |
| Não Produt. e Sem Declaração | 8,2        | 8,8        | 7,7        | 6,3       |
| Total                        | 100,1      | 100        | 100        | 100,2     |

**Posição frente à Propriedade dos Meios de Produção**



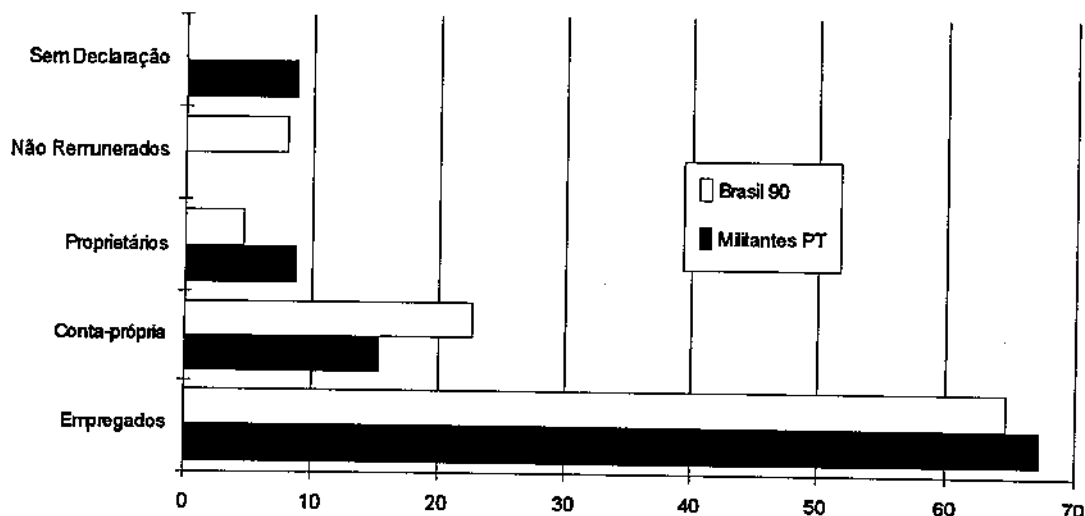
A comparação entre a militância petista e a população ocupada do país, permite que se constate a ocorrência de um equilíbrio no peso dos assalariados em um e outro universo considerado, com um leve predomínio de sua presença no interior do partido. Percebe-se que ocorre uma sub-representação dos trabalhadores por conta-própria e, surpreendentemente, uma super-representação dos proprietários ou empregadores, que atingem percentual, entre os integrantes do partido, equivalente ao dobro daquele que alcançam na população ocupada do país. Revelam-se, com isto, características da composição social do Partido dos Trabalhadores, que fornecem evidências importantes para o entendimento, tanto do projeto societário que se elabora em seu interior, quanto da postura política que ele tem desenvolvido no seu relacionamento com os diversos segmentos que compõem a população brasileira.

**Posição na Ocupação dos Militantes do PT e da  
População Ocupada no Brasil.**

| Posição na Ocupação           | Militantes<br>PT | Brasil<br>1990 |
|-------------------------------|------------------|----------------|
| Empregados                    | 67,3             | 64,7           |
| Conta-própria                 | 15,3             | 22,7           |
| Proprietários ou Empregadores | 8,7              | 4,6            |
| Não Remunerados               | 0                | 8,0            |
| Não Produtivos e Sem Declar.  | 8,7              | 0              |
| Total                         | 100              | 100            |

Nota: Exclusiva, para a População Ocupada, as pessoas da área rural da Região Norte. Para a População Ocupada os dados foram obtidos na publicação Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1990, IBGE, R. J. 1990.

**Posição na Ocupação dos Militantes do PT e da População Ocupada no Brasil**



A primeira grande evidência que se expressa através destes dados é a de que os assalariados representam no conjunto da militância do Partido dos Trabalhadores maioria equivalente àquela que compõem na população ocupada do país. Já se constatou, através da análise de todos os indicadores sócio-econômicos e demográficos realizada até aqui, que são os setores sociais mais organizados os que mais afluem ao PT. Os dados da tabela a seguir confirmam a mesma tendência: são os assalariados, dentre os diversos segmentos ocupacionais, o segmento que mais se organiza no país<sup>107</sup>.

<sup>107</sup> O IBGE indica que em 1988, dos 9.120 sindicatos existentes no país, 5294 eram de trabalhadores, 3140 de empregadores, 264 de agentes autônomos, 342 de profissionais liberais e 80 de trabalhadores autônomos. Eles congregavam 16.784.847 associados, assim distribuídos: 14.678.018 trabalhadores, 1.195.833 empregadores, 362.841 agentes autônomos e 499.527 trabalhadores autônomos. Sindicatos: Indicadores Sociais/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, v. 2, 1988.

Sua superioridade organizacional expressa-se não apenas no número de seus estabelecimentos sindicais, que representam 58% de todos os sindicatos existentes no Brasil, como se realça quando são consideradas as filiações aos sindicatos das diversas categorias produtivas, onde os empregados representam 87,4% do total. Além disto, todos os pesquisadores que estudaram a história do PT são unânimes em afirmar que sua fundação e sustentação nos primeiros momentos de existência deveu-se à presença em seu interior e em sua direção de militantes oriundos dos movimentos sociais e populares, dentre os quais o sindical aparece com principal destaque.

**Sindicatos e Número de Associados no Brasil, segundo o Tipo de Sindicato (1988).**

| Tipo de Sindicato       | Sindicatos |            | Número de Associados |            |
|-------------------------|------------|------------|----------------------|------------|
|                         | Absoluto   | Percentual | Absoluto             | Percentual |
| Empregadores            | 3140       | 34,4       | 1195833              | 7,1        |
| Agentes Autônomos       | 264        | 2,9        | 362841               | 2,2        |
| Empregados              | 5294       | 58,0       | 14678018             | 87,4       |
| Profissionais Liberais  | 342        | 3,8        | 499527               | 3,0        |
| Trabalhadores Autônomos | 80         | 0,9        | 48628                | 0,3        |
| Total                   | 9120       | 100        | 16784847             | 100        |

Fonte: Sindicatos: Indicadores Sociais/FIBGE, Departamento de Estatística e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro, IBGE, 1989, v. 2, p.42.

A segunda grande evidência, extraída da comparação entre a composição social do PT e a da população ocupada do país, é a de que os trabalhadores autônomos ou por conta-própria encontram-se sub-representados no interior do partido. Debilmente organizados como categoria social, em decorrência das características advindas de suas atividades produtivas, que implicam a inexistência de vínculos empregatícios e de convívio profissional coletivo, os trabalhadores autônomos ou por conta-própria são o segmento social pior representado no interior do partido, fato que aponta, de um lado, para a incapacidade petista de elaborar políticas específicas para os segmentos profissionais pouco organizados, mas que reforça, de outro e ainda mais, sua característica de partido de representação preferencial dos setores organizados da população.

Por fim, a análise comparativa da composição social da militância petista e da população ocupada do país indica uma terceira evidência: a expressiva presença de segmentos sociais constituídos por proprietários de meios de produção no interior do PT. Um partido de "trabalhadores", desde seu próprio nome, que, como se sabe, hostilizou seguidamente as parcelas proprietárias<sup>108</sup> mas que, no entanto, abriga entre sua militância um percentual de proprietários equivalente ao dobro daquele encontrado no conjunto da população do país, deve, de alguma maneira e por alguma razão, apresentar atrativos que tornem possível a aproximação e a militância, se não do conjunto destes proprietários, ao menos de algumas de suas parcelas.

<sup>108</sup> "Um Partido Sem Patrões", "Por um Governo dos Trabalhadores" etc. foram palavras de ordem marcantes da fase de fundação do PT.

Os dados de que se dispõe e através dos quais se pode inferir a força econômica dos empregadores/proprietários que são militantes petistas permitiu que se concluisse que eles se caracterizam, em sua grande maioria, como micros e pequenos empresários urbanos e rurais, fato que, na consideração objetiva das posições que ocupam nas relações de produção e frente aos meios produtivos, não os desqualifica, entretanto, como proprietários de meios de produção. Como se viu, 8,7% do total do partido, perfazendo 7,4% da base municipal e 9,3% do conjunto da direção, compõem-se de indivíduos que, objetivamente, detêm a propriedade de meios de produção, atingindo, no interior do partido, percentuais superiores àqueles que alcançam, tanto na população ocupada do país (onde representam apenas de 4,6% do total), quanto na organização sindical de seu próprio segmento produtivo (onde compõem 7,1% do total dos sindicalizados no país). A verificação das posições ocupadas pelos militantes petistas frente aos meios de produção, tanto ao nível de sua base, quanto e principalmente entre seus dirigentes, permite afirmar, assim, que o Partido dos Trabalhadores, embora declare-se classista, está longe de exibir um perfil de composição social que o qualifique como um partido de representação de uma classe social única e homogênea.

#### 2.3.4. Setores de Atividade Econômica<sup>109</sup>

A análise da distribuição dos militantes do Partido dos Trabalhadores pelos diversos setores de atividade econômica confirma o conjunto de evidências já indicadas pela análise dos aspectos demográficos e sócio-econômicos básicos de sua composição social. Aqui, quando se constata que apenas 8,8%<sup>110</sup> de sua militância dedicam-se às atividades do setor agrícola ou primário da economia,

<sup>109</sup> Utilizou-se aqui, para o agrupamento das categorias profissionais no interior dos setores econômicos os mesmos critérios empregados pelo IBGE. Para efeitos de divulgação dos resultados de suas pesquisas, o Instituto classifica as ocupações da população em onze ramos de atividades econômicas, a saber: 1 - *Agrícola*: agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura; 2 - *Indústria de Transformação*; 3 - *Indústria da Construção*; 4 - *Outras Atividades Industriais*: extração mineral e serviços industriais de utilidade pública; 5 - *Comércio de Mercadorias*; 6 - *Prestação de Serviços*: serviços de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, pessoais, domiciliares e de diversões, radiodifusão e televisão; 7 - *Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas*: serviços técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas; 8 - *Transporte e Comunicação*; 9 - *Social*: serviços comunitários, sociais, médicos, odontológicos, veterinários e ensino; 10 - *Administração Pública*: administração pública, defesa nacional e segurança pública; 11 - *Outras Atividades*: instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, atividades não compreendidas nos demais setores e atividades mal definidas ou não declaradas.

<sup>110</sup> Visando a aproximação dos critérios que se utilizam para a caracterização profissional dos militantes petistas com aqueles usados pelo IBGE para a identificação da população ocupada e de sua distribuição nos ramos de atividade econômica no Brasil, reduz-se, aqui, o total da amostra com que se trabalha, limitando-o àqueles militantes que declararam suas atividades profissionais. Pessoas ocupadas representam, no total dos habitantes do país, um conjunto menor do que sua população global. Esta situação também é verificada no interior da militância do PT. Desta maneira, ao invés do total com que se trabalhou até aqui, de 1566 militantes pesquisados e que representam o conjunto da amostra, considera-se, para a comparação com a população ocupada no país em sua distribuição pelos diversos ramos de atividade econômica, um total de militantes composto apenas pelos 1411 pesquisados efetivamente ocupados profissionalmente.

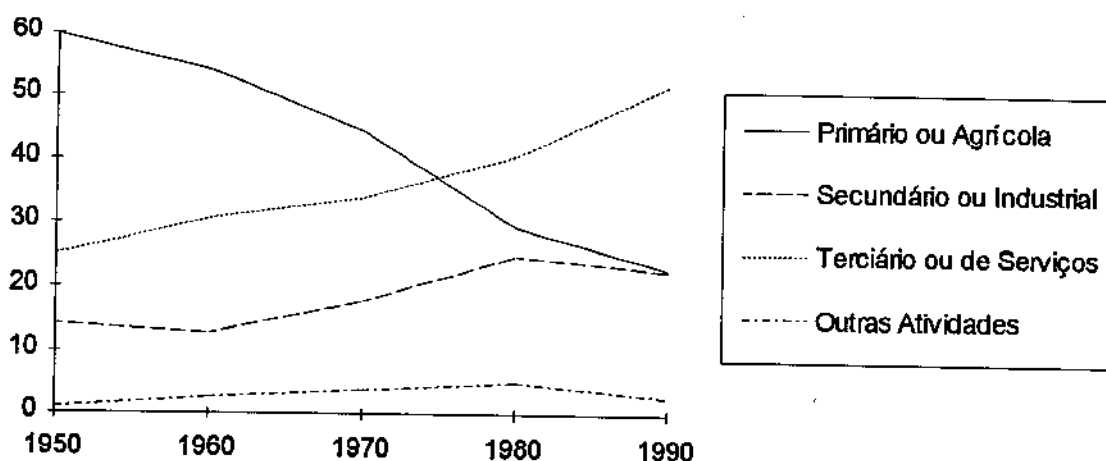
15,9% às do setor industrial ou secundário e 71,9% às do terciário ou de serviços, confirmam-se, tanto suas características de partido que congrega preferencialmente militantes radicados nas áreas urbanas e integrados aos setores mais dinâmicos e mais contemporâneos do desenvolvimento capitalista no Brasil, quanto de afluência preferencial dos segmentos sociais mais organizados e mais qualificados cultural e profissionalmente a suas fileiras. Reforçam-se, ainda, as evidências apontadas no final da seção anterior, que o negam como um partido de representação política de uma classe social única e homogênea. Vejamos como este conjunto de características se revela, iniciando-se pela análise das características da população ocupada no Brasil em sua distribuição pelos diversos setores de atividade econômica.

**Setores de Atividade Econômica da População Ocupada. Brasil - 1950-1990**

| Setores de Atividade     | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
|--------------------------|------|------|------|------|------|
| Primário ou Agrícola     | 59,9 | 54,0 | 44,3 | 29,3 | 22,8 |
| Secundário ou Industrial | 14,2 | 12,9 | 17,9 | 24,9 | 22,6 |
| Terciário ou de Serviços | 25,0 | 30,6 | 33,9 | 40,6 | 51,9 |
| Outras Atividades        | 1,0  | 2,6  | 3,9  | 5,2  | 2,7  |
| Total                    | 100  | 100  | 100  | 100  | 100  |

Notas: Para os anos de 1950 a 1980 a referência é a PEA e os dados foram extraídos do AEB- 1987/88 do IBGE. Para o ano de 1990 a referência é a População Ocupada e os dados foram extraídos da Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1990/IBGE.

**Setores de Atividade Econômica da População Ocupada - Brasil  
1950/ 1990**



A observação da tabela e do gráfico acima permite a verificação de características importantes da economia e da população economicamente ativa do país durante os últimos quarenta anos de seu desenvolvimento. Percebe-se, no acompanhamento da série de anos que se inicia em 1950 e se estende até 1990, que enquanto o setor primário apresenta uma queda contínua na absorção da PEA, decrescendo de um patamar de 59,9% para apenas 22,8% e o setor secundário mantém-se em

crescimento, ainda que com oscilações, aumentando de 14,2% para 22,6%, o setor terciário ostenta um dinamismo que se mantém em um ritmo de crescimento constante, partindo de 25% e chegando à 51,9%, mais do que dobrando, portanto, durante o período, sua participação no total da PEA.

Concentrando em suas atividades mais da metade da mão de obra ocupada no país hoje, o crescimento vertiginoso do setor terciário no período reflete, no entanto, na diversidade interna dos segmentos sociais que o compõem, as ambigüidades próprias e características do desenvolvimento econômico brasileiro. Tanto expressa a introdução e a absorção de novas tecnologias e processos de trabalho nos diversos setores da economia nacional, colocando-a, em setores específicos, em patamares próximos aos do chamado mundo desenvolvido, quanto expressa as características mais nefastas de seu subdesenvolvimento. O mesmo processo de concentração de propriedades e de riquezas que possibilitou, a partir dos anos 50, o desenvolvimento econômico do país, provocando o surgimento de novos segmentos populacionais e gerando a emergência de novos sujeitos sociais que compõem um segmento assalariado de nova qualidade, gerou também, através da expulsão de população das áreas rurais e de sua atração caótica para os centros urbanos, um enorme contingente de desempregados e de sub-empregados ocupados, quase sempre, no chamado setor informal da mão-de-obra.

Sem que se façam aqui considerações mais profundas sobre as características do processo recente de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e da inserção da economia brasileira neste processo, sabe-se que a etapa da revolução técnica-industrial já foi vencida nos centros onde se obteve uma concentração efetiva e conjugada de capitais e de tecnologia. As conquistas recentes da micro-eletrônica, da informática e da telemática, a sintetização de novos materiais e matérias primas lançaram as bases de uma etapa de desenvolvimento de nova feição, já denominada, por alguns, como pós-industrial, e que se centra nas atividades econômicas que se desenvolvem no setor terciário<sup>111</sup>.

Setor mais dinâmico da economia mundial contemporânea, também no Brasil, não obstante as ambigüidades apontadas e sem que se despreze o descompasso que caracteriza a economia brasileira em face do desenvolvimento econômico-tecnológico contemporâneo, é no setor terciário onde se localizam as atividades econômicas mais dinâmicas e que mais se assemelham às que se processam nos centros internacionais do desenvolvimento capitalista.

---

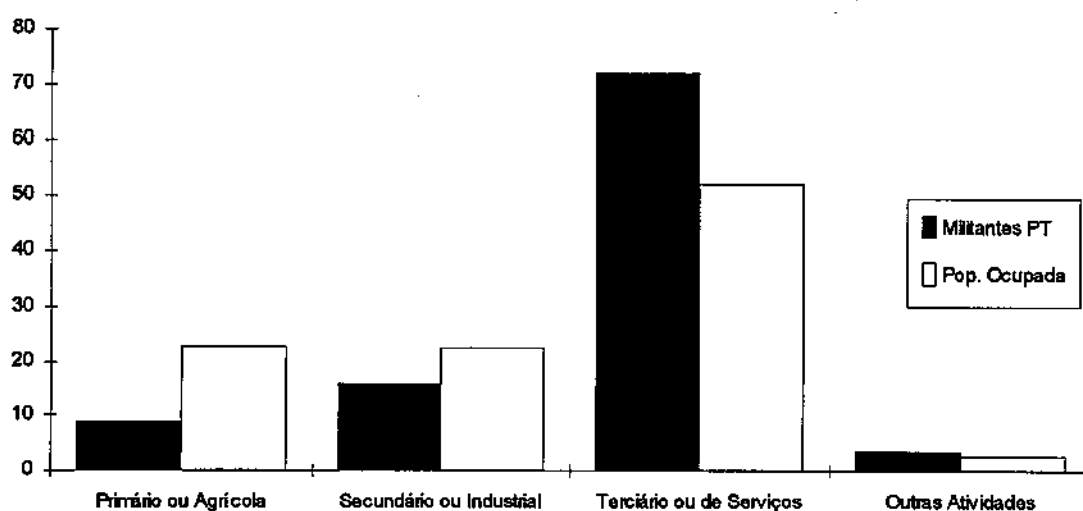
<sup>111</sup> Dados da OCDE, de 1989, para sete países industrializados confirmam a tendência internacional de crescimento do setor terciário e o conseqüente declínio da participação das atividades industriais e agrícolas na composição do emprego. A PEA civil ocupada distribuía-se, nesses países, do seguinte modo: Alemanha, 56,5% nos serviços, 39,8% na indústria e 3,7% na agricultura; EUA, 70,5% nos serviços, 26,7% na indústria e 2,9% na agricultura; França, 63,5% nos serviços, 30,1% na indústria e 6,4% na agricultura; Inglaterra, 68,4% nos serviços, 29,4% na indústria e 2,1% na agricultura; Itália, 58,2% nos serviços, 32,4% na indústria e 9,3% na agricultura; Japão, 58,2% nos serviços, 34,3% na indústria e 7,6% na agricultura e Suécia, 67,0% nos serviços, 29,2% na indústria e 3,6% na agricultura. Para os membros da CEE, a composição da PEA civil ocupada registrava para o mesmo ano 60,7% nos serviços, 32,4% na indústria e 6,9% na agricultura e, finalmente, para os países membros da OCDE, estes índices eram, respectivamente, de 62,5%, 29,9% e 7,6%. Números que, comparados com os constatados na composição da militância petista, confirmam, mais uma vez, as características de contemporaneidade dos integrantes do partido.

**Setores Básicos de Atividade Econômica dos Militantes do PT e da População Ocupada (Brasil 1990)**

| Setores de Atividade     | Militantes PT | Pop. Ocupada |
|--------------------------|---------------|--------------|
| Primário ou Agrícola     | 8,8           | 22,8         |
| Secundário ou Industrial | 15,9          | 22,6         |
| Terciário ou de Serviços | 71,8          | 51,9         |
| Outras Atividades        | 3,5           | 2,7          |
| Total                    | 100           | 100          |

Notas: Idem da tabela anterior.

**Setores Básicos de Atividade Econômica dos Militantes do PT e da População Ocupada**



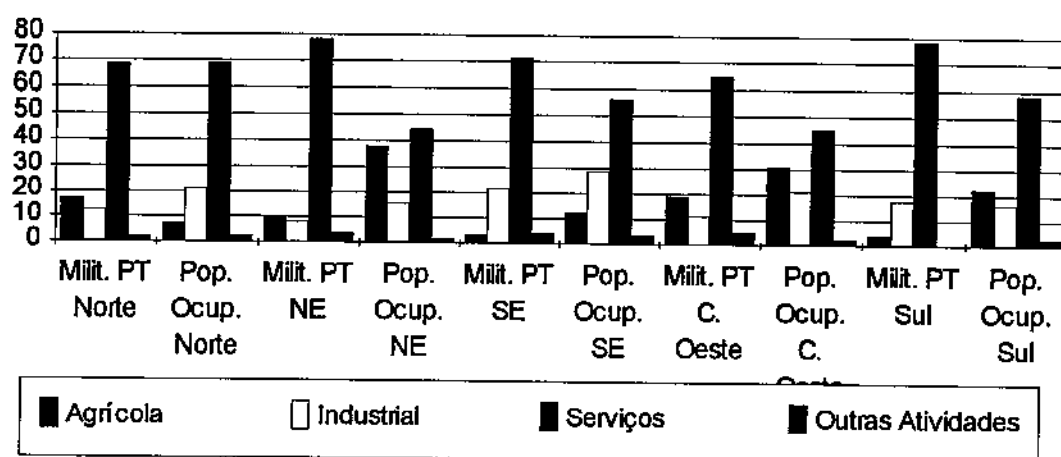
Significativo no processo de desenvolvimento econômico recente do Brasil, o peso do setor terciário ou de serviços revela-se ainda mais expressivo quando se analisa, em quaisquer de suas instâncias, a composição sócio-econômica dos militantes do Partido dos Trabalhadores. Vê-se, na tabela acima, que nele se ocupam profissionalmente 71,8% do total dos integrantes do partido, enquanto ocupam-se neste mesmo setor de atividade apenas 51,9% da mão de obra ativa do país. Verifica-se, desta forma, que ocorre uma diferença positiva pró-militantes petistas de 19,9 pontos percentuais frente ao total da população ocupada. Relação inversa se estabelece, em contrapartida, quando se considera a distribuição ocupacional de militantes petistas e população pelos setores primário e secundário da economia. Aos 8,8% e 15,9% de militantes petistas dedicados às atividades características de cada um destes setores, contrapõem-se os 22,8% e 22,6% registrados para a população ocupada, evidenciando-se, com isto, diferenças pró-conjunto da população ocupada de 14 e de 6,7 pontos percentuais frente à militância petista.

**Setores de Atividade Econômica dos Militantes do PT e da População Ocupada, por Regiões - Brasil - 1990**

| Setores de Atividade | Região Norte |            | Região Nordeste |            | Região Sudeste |            | Região Sul |            | Região CentroOeste |            |
|----------------------|--------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|
|                      | PT           | Pop. Ocup. | PT              | Pop. Ocup. | PT             | Pop. Ocup. | PT         | Pop. Ocup. | PT                 | Pop. Ocup. |
| Agrícola             | 16,9         | 7,4        | 10,0            | 37,9       | 3,3            | 12,1       | 19,1       | 30,7       | 4,1                | 22,5       |
| Industrial           | 12,5         | 21,3       | 8,2             | 15,8       | 21,6           | 28,4       | 11,2       | 21,3       | 17,6               | 16,3       |
| Serviços             | 68,4         | 68,8       | 78,2            | 44,7       | 71,3           | 56,0       | 65,0       | 45,5       | 78,2               | 58,3       |
| Outras Atividades    | 2,2          | 2,5        | 3,6             | 1,5        | 3,9            | 3,6        | 4,8        | 2,5        | 0                  | 2,9        |
| Total                | 100          | 100        | 100             | 100        | 100            | 100        | 100        | 100        | 99,9               | 100        |

Notas: Para a População Ocupada do Brasil, não se incluem os dados da população da área rural da Região Norte.  
Fonte SIPB-PNAD 1990.

**Setores de Atividade Econômica da População Ocupada e dos Militantes do PT**



O peso do setor de serviços, analisado, seja em sua distribuição pelas diversas regiões sócio-econômicas do país, seja no âmbito interno do partido em suas distintas instâncias, revela-se significativamente maior entre a militância petista do que entre o total da população economicamente ocupada. Na tabela e no gráfico reproduzidos acima, pode-se conferir que os militantes petistas dedicados às atividades deste setor representam ao menos dois terços do total da militância partidária em cada uma das cinco regiões sócio-econômicas do país, superando, assim, com larga margem, em quatro delas, os percentuais atingidos pelo conjunto da população ocupada.

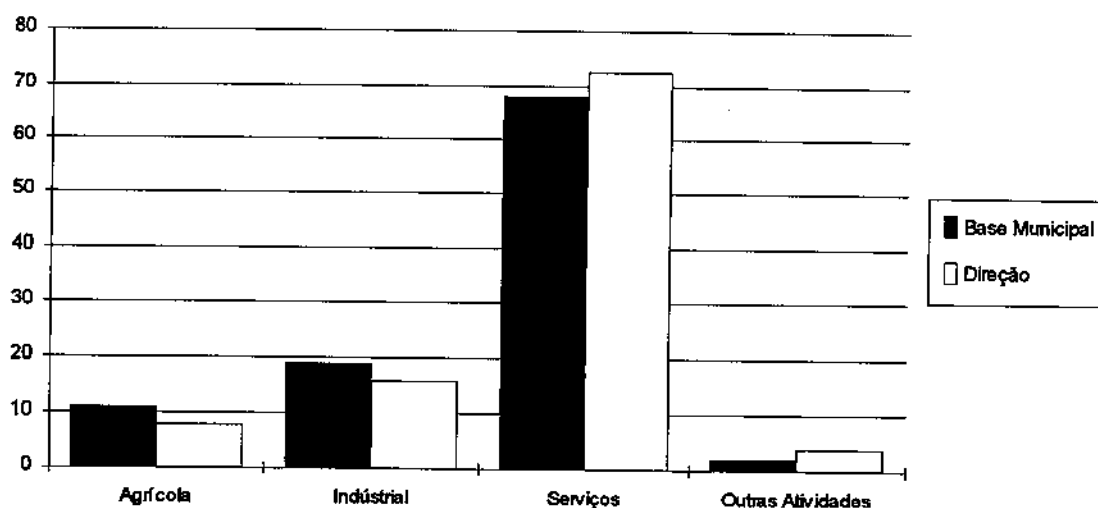
No que toca às instâncias de atuação partidária, por sua vez, a comparação entre dirigentes e base torna ainda mais expressivo o peso do setor terciário na composição ocupacional da militância petista. Pode-se conferir na tabela abaixo que nele se ocupam 68,1% da base municipal e 72,7% do conjunto dos dirigentes petistas, o que implica que a diferença percentual a favor deste segmento econômico no interior do partido frente aos 51,9% da população ocupada do país, se eleva para 20,8 pontos percentuais ou 1,4 vezes, enquanto os pesos dos setores agrícola e industrial declinam ainda

mais. Há que se observar, em complemento, que na direção partidária cresce também o peso do setor indicado como outras atividades, constituído por profissionais de áreas que, a rigor, deveriam ser incluídas no setor de serviços<sup>112</sup>. Considerado em sua abrangência maior, incluindo-se nele também as ocupações profissionais referidas até aqui como outras atividades, originam-se do setor terciário 78% dos integrantes dos diretórios zonais, 73,9% dos diretórios municipais, 86% dos diretórios estaduais e 90% do diretório nacional do partido.

**Setores de Atividade Econômica dos Militantes de Base e da Direção do PT.**

| Setores de Atividade | Base Municipal | Diretórios PT |
|----------------------|----------------|---------------|
| Agrícola             | 10,8           | 7,7           |
| Industrial           | 18,9           | 15,7          |
| Serviços             | 68,1           | 72,7          |
| Outras Atividades    | 2,1            | 4,0           |
| Total                | 99,9           | 100,1         |

**Setores de Atividade Econômica dos Militantes de Base e da Direção do PT**

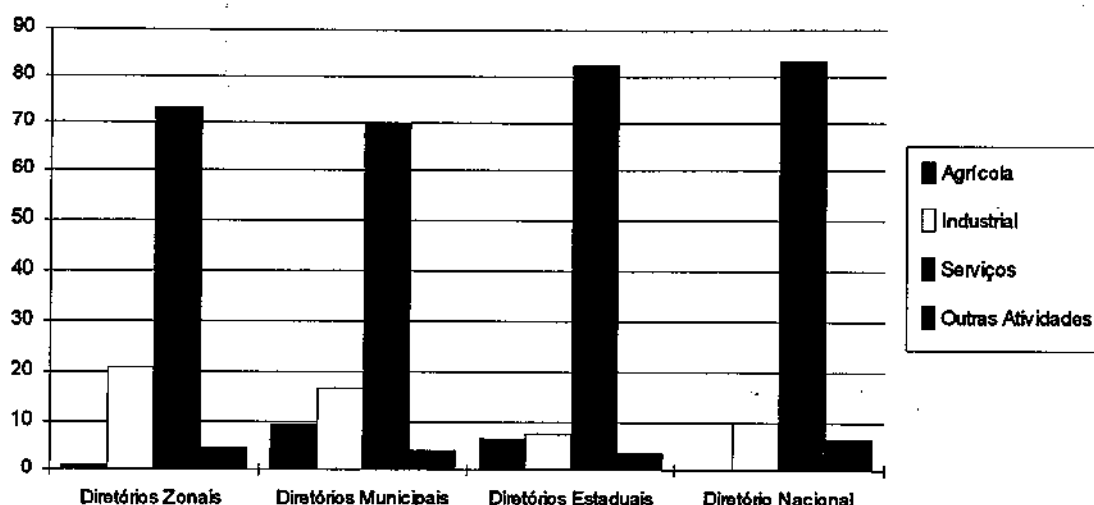


**Setores de Atividade Econômica dos Dirigentes do PT**

| Setores de Atividade | Diretórios Zonais | Diretórios Municipais | Diretórios Estaduais | Diretório Nacional |
|----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|
| Agrícola             | 1,2               | 9,5                   | 6,5                  | 0                  |
| Industrial           | 20,9              | 16,7                  | 7,5                  | 10,0               |
| Serviços             | 73,3              | 69,9                  | 82,5                 | 83,3               |
| Outras Atividades    | 4,7               | 4,0                   | 3,5                  | 6,7                |
| Total                | 100,1             | 100,1                 | 100                  | 100                |

<sup>112</sup> Veja a primeira nota desta seção para o detalhamento da composição da categoria "outras atividades". No PT ela é composta majoritariamente por bancários.

Setores de Atividade Econômica dos Dirigentes do PT



Majoritariamente constituído por militantes oriundos do setor terciário da economia, não obstante integrado por parcela igualmente expressiva de assalariados, o Partido dos Trabalhadores tem aqui reafirmado seu caráter não majoritariamente operário e, com isto, a impossibilidade de sua inclusão no rol dos partidos classistas tradicionais<sup>113</sup>. O assalariamento, decorrência da não-propriedade dos meios de produção, é condição necessária mas, em si, insuficiente para a definição dos operários ou proletários, na *formulação estrita do conceito*. Além de não-proprietários dos meios de produção, os proletários, base social de excelência dos partidos socialistas e comunistas clássicos, são fundamentalmente caracterizados como operários industriais produtivos, isto é, trabalhadores do setor industrial que exercem funções diretamente produtoras de mercadorias e geradoras de sobre-trabalho que, como mais-valia, é apropriado pelos capitalistas que os empregam.

Como se vê, esta é uma condição que não pode ser satisfeita pelos segmentos mais expressivos da militância do Partido dos Trabalhadores. A verificação do total de militantes petistas não proprietários de meios de produção que são assalariados *no setor industrial ou secundário indica que apenas 10,3% do conjunto de sua militância se encontra nesta condição*. Mesmo que se somem a estes os assalariados agrícolas que, por sua condição de não-proprietários também se submetem à expropriação de parte de seu trabalho, a somatória final que se obtém, e que se refere ao conjunto dos proletários/operários, limita-se a 11,9% dos integrantes ativos do partido. Conta idêntica revela, por

<sup>113</sup> Estudo coordenado por Duverger, na década de 1950, na França, constatou que os operários representavam 40% da base militante do Partido Comunista Frances e ultrapassavam a casa dos 60% dos membros de seu comitê central. Menos significativos na composição do Partido Socialista SFIO, os operários representavam, ainda assim, 24,3% dos filiados e 11,4% dos quadros dirigentes deste partido, percentuais que impediam, no entanto, sua classificação como um partido operário e que fazia com que seu analista o descrevesse como um "parti de salariés, s'appuyant sur des salariés", já que estes representavam 58% de seus militantes, 62,2% de seus dirigentes e 46% de seus eleitores. Para os dados citados, veja-se DUVERGER, M. (Org.). Opus cit. 1955.

outro lado, que 57,8% do total do partido é composto por assalariados do setor de serviços - 55% identificados na tabela acima como assalariados de serviços e 2,8% como assalariados de outras atividades<sup>114</sup>.

Crosstabulation: RAMOS DE ATIVIDADE ECÔNOMICA By POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

| Count      |          |              |          |                     |       |
|------------|----------|--------------|----------|---------------------|-------|
| Row Pct    | Assalari | Autôno-      | Proprie- | Não Decl            | Row   |
| Col Pct    | ados     | mos          | tários   | Não Prod            | Total |
| Tot Pct    | 1.00     | 2.00         | 3.00     | 4.00                |       |
| RAPROF10   |          |              |          |                     |       |
| 1.00       | 23       | 54           | 32       | 15                  | 124   |
| AGRÍCOLA   | 18.5     | 43.5         | 25.8     | 12.1                | 8.8   |
|            | 2.3      | 24.2         | 24.4     | 20.5                |       |
|            | 1.6      | 3.8          | 2.3      | 1.1                 |       |
| 2.00       | 145      | 40           | 24       | 15                  | 224   |
| INDISTR.   | 64.7     | 17.9         | 10.7     | 6.7                 | 15.9  |
|            | 14.7     | 17.9         | 18.3     | 20.5                |       |
|            | 10.3     | 2.8          | 1.7      | 1.1                 |       |
| 3.00       | 776      | 126          | 71       | 40                  | 1013  |
| SERVIÇOS   | 76.6     | 12.4         | 7.0      | 3.9                 | 71.8  |
|            | 78.9     | 56.5         | 54.2     | 54.8                |       |
|            | 55.0     | 8.9          | 5.0      | 2.8                 |       |
| 10.00      | 40       | 3            | 4        | 3                   | 50    |
| OUTRAS     | 80.0     | 6.0          | 8.0      | 6.0                 | 3.5   |
| ATIVIDAD.  | 4.1      | 1.3          | 3.1      | 4.1                 |       |
|            | 2.8      | .2           | .3       | .2                  |       |
| Column     | 984      | 223          | 131      | 73                  | 1411  |
| Total      | 69.7     | 15.8         | 9.3      | 5.2                 | 100.0 |
| Chi-Square | D.F.     | Significance | Min E.F. | Cells with E.F. < 5 |       |
| 184.48037  | 9        | .0000        | 2.587    | 2 OF 16 ( 12.5%)    |       |

Number of Missing Observations = 155

Os trabalhadores produtivos estrito-senso, na verdade, mesmo tomados no conjunto formado pelos trabalhadores industriais diretos e pelos assalariados agrícolas, representam no Brasil, hoje, apenas 28,1% do total da população ocupada no país. Na tabela abaixo pode-se verificar que os assalariados do setor industrial somavam, em 1989, apenas 19,4% da parcela ocupada da população e os assalariados do setor agrícola não passavam de 8,7%. Enquanto isto, os assalariados do setor de serviços constituíam, sozinhos<sup>115</sup>, a maior parcela ocupada no país, representando 35,4% de seu total.

<sup>114</sup> Pode-se conferir estes números, examinando, na tabela que se segue, os índices expressos na quarta linha de cada célula de dados, que se referem ao percentual de cada segmento sobre o total pesquisado.

<sup>115</sup> O IBGE inclui neste setor, como se viu, além de atividade claramente de serviços, também aquelas não identificadas e as não declaradas. Assim, para diminuir distorções, não se considera, para o país, o

Números que se revelam ainda mais significativos, quando analisados no âmbito estrito dos assalariados. Na tabela abaixo, pode-se conferir, na coluna onde se apresentam os índices de assalariamento por setor de atividade econômica, que os assalariados do setor de serviços atingiam 53,7% do total da população empregada no país, enquanto os assalariados dos setores agrícola e industrial somados alcançavam apenas 42,5%.

**Assalariados por Setor de Atividade, segundo a População Ocupada (Brasil 1989)**

| Setor de Atividade | População Ocupada | População Empregada | Assalariados | Índice de Assalariamento |
|--------------------|-------------------|---------------------|--------------|--------------------------|
| Total              | 60621934          | 39991230            | 66,0         | 100                      |
| Agrícola           | 14034883          | 5258622             | 8,7          | 13,1                     |
| Industrial         | 14368258          | 11745820            | 19,4         | 29,4                     |
| Serviços           | 30469820          | 21472321            | 35,4         | 53,7                     |
| Outras Atividades  | 1748973           | 1514467             | 2,5          | 3,8                      |

Notas: Exclusive empregados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Fonte: AEB 91 - IBGE, RJ, 1992.

Antes de representar um paradoxo, que se manifesta na verificação de contradições entre, de um lado, as intenções e a auto-afirmação do Partido dos Trabalhadores no momento de sua fundação e, de outro, a composição social atual de sua militância, revelam-se aqui, na verdade, as evidências de sua contemporaneidade. A base social sobre a qual o partido se alicerça compõe-se, majoritariamente, de assalariados que, no país, representam 66% de sua população ocupada. Destes assalariados, no partido, tal como na sociedade, sua maior parcela constituinte compõe-se de militantes originários do setor econômico que não apenas agrega hoje porção equivalente a mais da metade da população economicamente ocupada do país, como também é aquele de maior crescimento absoluto e relativo ao longo das últimas quatro décadas do desenvolvimento da economia nacional e no qual se congregam, afinal, os setores mais dinâmicos e mais contemporâneos do capitalismo brasileiro e internacional.

### 2.3.5. Qualificação Profissional

Já se viu que, enquanto no país, o setor terciário absorve pouco mais da metade da população ativa e ocupada, no Partido dos Trabalhadores, os militantes oriundos deste setor econômico atingem marca nunca inferior a dois terços de seu total e alcançam nove décimos em sua direção nacional. Tais marcas, se reafirmam o caráter eminentemente urbano da militância do partido e sua origem no setor mais dinâmico da economia brasileira e mundial, revelando sua contemporaneidade ao processo recente de desenvolvimento do país, expressam, também, um desequilíbrio entre a população ocupada e a

---

setor de serviços em sentido amplo. Se a soma fosse efetuada ela revelaria um percentual de 37,9%. (A justificativa da soma para o PT já foi apresentada em nota anterior.).

milîtância petista que exige, para seu entendimento, a análise das categorias profissionais de onde se originam os militantes partidários.

Com este propósito, verificam-se, nesta seção, as profissões mais freqüentes no partido, analisando-as em termos de suas qualificações. Através deste procedimento, aprofunda-se a investigação da contemporaneidade do partido em relação às exigências de qualificação profissional decorrentes do grau e do sentido do desenvolvimento atingido pelo capitalismo no país: além de provirem preferencialmente do setor econômico mais dinâmico da economia, os militantes petistas, são, também, preferencialmente, integrantes das categorias profissionais mais contemporâneas às exigências do desenvolvimento econômico atual?

Na impossibilidade de se trabalhar com uma listagem completa das profissões exercidas pelos militantes petistas, devido a sua extensão e, sobretudo, devido às dificuldades que adviriam para que se procedessem generalizações e comparações, agrupou-se as mesmas segundo critérios que permitissem, tanto identificar as mais numerosas e o setor de atividade econômica no qual elas se exercem, quanto determinar o nível de qualificação exigido para o seu desempenho. Construíram-se, para tal fim, a partir da escala de prestígio ocupacional utilizada por Rodrigues em seu estudo do III Congresso da CUT<sup>116</sup> e baseada no trabalho desenvolvido por Santos<sup>117</sup>, duas escalas de profissões que dessem conta deste conjunto de critérios. Visando eliminar eventuais incongruências entre as respostas, conferiu-se, para a construção das escalas e também das tabelas aqui utilizadas, o nível de escolaridade e a ocupação dos pesquisados.

Agruparam-se, assim, as profissões nas seguintes categorias:

- 1 - *Agrícolas e Extrativistas*: Agricultor, colono, lavrador, pescador, produtor rural, salineiro e trabalhador rural. A maior incidência ocorreu entre os que desempenham atividades rurais típicas, aparecendo apenas dois salineiros e um pescador;
- 2 - *Auxiliares ou de Baixa Qualificação do Setor de Serviços*: Atendente de enfermagem, auxiliar de biblioteca, de cozinha, de serviços, carteiro, contínuo-porteiro, coveiro, empregado doméstico, garçom, inspetor de alunos, jornaleiro, lavadeira, manicure, merendeira e vigilante;
- 3 - *Auxiliares ou de Baixa Qualificação do Setor Administrativo*: Auxiliar administrativo, de contabilidade, de departamento jurídico, de escritório, de secretaria e de seguros;
- 4 - *Auxiliares ou de Baixa Qualificação do Setor Industrial*: Ajudante, ajudante geral, auxiliar de acabamento, de artes gráficas, de expedição, de inspetor de qualidade, auxiliar técnico, industriários em geral, montador, serviços gerais, operadores em geral e operários sem outra especificação;
- 5 - *Manuais Especializadas (Artesãos)*: Alfaiate, artesão, costureira, ourives, sapateiro e tintureiro;
- 6 - *Manuais Qualificadas da Construção Civil*: Carpinteiro, coordenador de obras, encanador, mestre de obras, pedreiro e pintor;
- 7 - *Qualificadas do Setor de Transportes*: Aeroportuário, ferroviário, marítimo e motorista;

<sup>116</sup> RODRIGUES, L. M. - Opus Cit.

<sup>117</sup> SANTOS, Solange *Escala de prestígio ocupacional*. São Paulo: SENAI, 1982.

- 8 - *Qualificação Elevada do Setor Industrial*: Afiador de ferramentas, blaster, caldeireiro, eletricitistas e eletricitários em geral, ferramenteiro, ferreiro armador, fresador, funileiro, funileiro industrial, gráfico, inspetor de qualidade, impressor de off-set, lanterneiro, lubrificador de máquinas, mecânicos em geral, metalúrgico sem outra especificação, operário têxtil, prensista, retificador de ferramentas, serigrafo, serralheiro, soldador, tipógrafo e torneiros em geral;
- 9 - *Especializadas dos Setores do Comércio e de Serviços*: Comerciante, corretor de imóveis, despachante, escriturário, escrevente e vendedor;
- 10 - *Especializadas do Setor Administrativo*: Arquivista, classificador, secretária(o);
- 11 - *Qualificadas dos Setores do Comércio e de Serviços*: Almoxarife, bancário, operador de telex e representante comercial - os bancários compõem, no PT, a quase totalidade desta categoria;
- 12 - *Técnicas de Nível Médio dos Setores do Comércio e de Serviços*: Fiscal, indigenista, programador, técnico em análises clínicas e de laboratório, em educação, em enfermagem, em patologia clínica, em pesquisas, em processamento de dados, em saneamento e em raio x;
- 13 - *Técnicas de Nível Médio do Setor Administrativo*: Técnico administrativo, analista contábil, analista de estoque, contábil, de cooperativismo, de inspeção, de custo, de recursos humanos e contador;
- 14 - *Técnicas de Nível Médio dos Setores Agrícola e Industrial*: Desenhista, instrutor gráfico, técnico agrícola, agro-pecuário, de alimentos, de edificações, de eletrônica, de geologia, de projetos em geral, de refrigeração, em petroquímica, em química, em telecomunicações e telefonia, em transportes, em zootecnia, industrial, mecânico e metalúrgico;
- 15 - *Artistas*: Artista plástico, ator, escultor, fotógrafo e poeta;
- 16 - *Funcionários Públicos de Nível Não Universitário e/ou com Função Não Especificada*;
- 17 - *Professores de Ensino Elementar*: incluiu-se aqui, além dos técnicos de ensino, também os professores sem formação universitária, já que, em muitos estados, há a exigência desta formação para a docência além da quarta série do primeiro grau. Como, no entanto, esta não é a situação para o conjunto do país, pode ter ocorrido a inclusão, sob esta rubrica, de professores de primeiro e segundo graus;
- 18 - *Professores de Primeiro e Segundo Graus*;
- 19 - *Docentes Universitários*;
- 20 - *Funcionários Públicos com Nível Universitário Sem Declaração de Profissão*;
- 21 - *Profissões Universitárias*: Administrador de empresa pública e/ou privada, advogado, analista de sistemas, arquiteto, assistente social, biólogo, bioquímico, cientista, clínico, contabilista, dentista, economista, enfermeiro, engenheiro, farmacêutico, filósofo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, geógrafo, geólogo, historiador, jornalista, médico, museólogo, nutricionista, padre, profissional liberal sem outra especificação, psicólogo, publicitário, radialista, sociólogo e terapeuta ocupacional;
- 22 - *Empresários Urbanos sem outra especificação e*
- 23 - *Estudantes de todos os níveis.*

Percebe-se, através da simples listagem das profissões encontradas entre os militantes petistas, que a composição profissional dos integrantes ativos do partido é bastante diversificada, constituída por um leque de profissões bastante amplo e com níveis de qualificação diferenciados. As tabelas e escalas abaixo revelam, ainda, que ocorrem concentrações significativas em algumas categorias profissionais específicas e que, de maneira geral, o nível de qualificação profissional dos militantes é bastante alto.

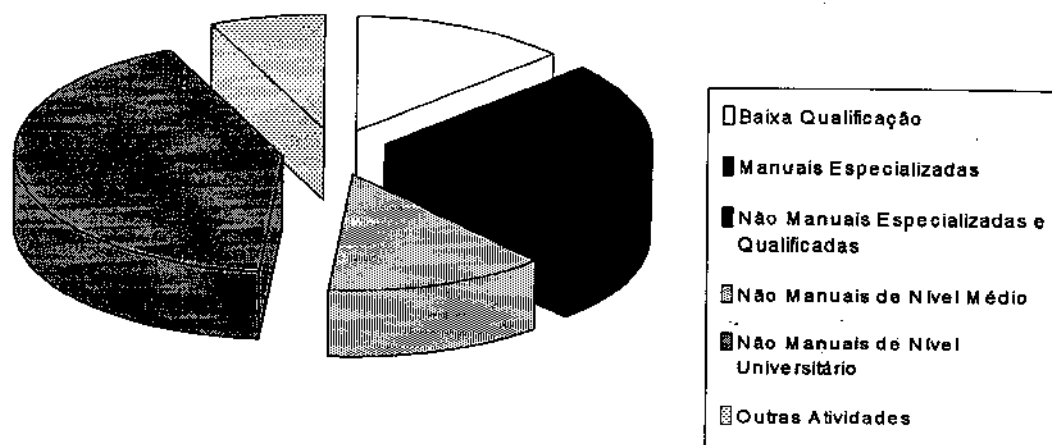
Eliminando-se os 5,6% que, nas escalas abaixo, aparecem no agrupamento dos que não declararam suas profissões, a somatória dos militantes que desempenham profissões que exigem qualificação de nível superior ou universitário atinge 41,5%. Encontram-se nesta categoria os professores de primeiro e segundo graus, os docentes universitários, os funcionários públicos que revelaram apenas o nível de seus estudos sem declararem suas profissões específicas e todos os demais militantes com profissões de nível de qualificação superior. As profissões não manuais de nível médio, incluindo-se entre elas os professores do ensino elementar ou técnicos de ensino sem formação universitária e os demais técnicos de nível secundário ou com formação superior incompleta, representam 13,5% do total válido. Desta maneira, percebe-se que a maioria absoluta do partido, representando 55% daqueles que declararam suas profissões, desempenham atividades que exigem qualificação de nível médio a superior.

Retirando-se dos 45% restantes os militantes que aparecem na tabela na categoria das outras atividades, com 6,9%, e onde se encontram os estudantes e os empresários urbanos que não indicaram outras profissões, percebe-se que 25% desempenham profissões que exigem qualificações especiais: 12,4% são profissionais não manuais especializados e qualificados, incluindo-se entre eles os especializados nos ramos comerciais, administrativos e de serviços e os artistas, e 12,6% são trabalhadores manuais especializados ou artesãos, trabalhadores manuais qualificados da construção civil, dos transportes e de qualificação elevada industrial. Por fim, constata-se que apenas 13,1% desempenham profissões que requerem baixo nível de qualificação, incluindo-se nesta categoria os trabalhadores rurais e as profissões auxiliares da indústria, do comércio, dos setores administrativos e dos serviços em geral.

#### NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MILITANTES DO PT

| Value Label          | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|----------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Baixa Qualificação   | 1.00  | 193           | 12.3    | 13.1          | 13.1        |
| Man. Espec. Qlf.     | 2.00  | 186           | 11.9    | 12.6          | 25.6        |
| Não Man. Espec. Qlf. | 3.00  | 184           | 11.7    | 12.4          | 38.1        |
| Não Man. Nível Méd.  | 4.00  | 199           | 12.7    | 13.5          | 51.6        |
| Não Man. Nível Univ. | 5.00  | 614           | 39.2    | 41.5          | 93.1        |
| Outras Atividades    | 6.00  | 102           | 6.5     | 6.9           | 100.0       |
| Não Declaradas       | .     | 88            | 5.6     | MISSING       |             |
|                      |       | -----         | -----   | -----         |             |
|                      | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases          | 1478  |               |         |               |             |
|                      |       | Missing Cases | 88      |               |             |

**Níveis de Qualificação Profissional dos Militantes Petistas**



Na distribuição pelas regiões, constata-se que a superioridade dos profissionais com nível universitário é confirmada em todas elas, com índices que variam de 30,1% na região norte a 47,5% na centro-oeste, atingindo 39,8% na sul, 42,1% na nordeste e 43,4% na sudeste. No outro extremo, percebe-se que as profissões de baixa qualificação têm peso mais significativo nas regiões sul, com 21,1%, e norte, com 19,9%, exatamente aquelas onde as atividades agrárias e rurais têm maior peso no conjunto de suas economias.

Vê-se, ainda, que é na região sudeste, a mais desenvolvida industrialmente, que ocorre o maior percentual de trabalhadores manuais especializados e qualificados, com 17,5% e que é na região nordeste, a de menor desenvolvimento industrial, que eles se apresentam em menor porcentagem, compondo apenas 5,4% da militância petista. Reforçam-se, assim, na verificação dos níveis de qualificação dos militantes do Partido dos Trabalhadores pelas diversas regiões geo-políticas do país, tanto o fato de a alta qualificação profissional ser uma das características do partido, quanto, por outro lado e mais uma vez, sua capacidade de expressar, através da composição de sua militância, as características sócio-econômicas peculiares a cada uma delas.

Crosstabulation: NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL By  
GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO.

| Count<br>Row Pct<br>Col Pct<br>Tot Pct | Norte      | Nordeste     | Sudeste     | Sul                | C. Oeste  | Row<br>Total  |
|----------------------------------------|------------|--------------|-------------|--------------------|-----------|---------------|
| 1.00                                   | 2.00       | 3.00         | 4.00        | 5.00               |           |               |
| NQPROF7                                |            |              |             |                    |           |               |
| 1.00                                   | 29         | 35           | 66          | 55                 | 8         | 193           |
| Baixa                                  | 15.0       | 18.1         | 34.2        | 28.5               | 4.1       | 13.1          |
| Qualif.                                | 19.9       | 11.7         | 9.9         | 21.1               | 8.1       |               |
|                                        | 2.0        | 2.4          | 4.5         | 3.7                | .5        |               |
| 2.00                                   | 16         | 16           | 117         | 23                 | 14        | 186           |
| Manuais                                | 8.6        | 8.6          | 62.9        | 12.4               | 7.5       | 12.6          |
| Espec.                                 | 11.0       | 5.4          | 17.5        | 8.8                | 14.1      |               |
| e Qualif.                              | 1.1        | 1.1          | 7.9         | 1.6                | .9        |               |
| 3.00                                   | 21         | 42           | 71          | 35                 | 14        | 183           |
| Não Man.                               | 11.5       | 23.0         | 38.8        | 19.1               | 7.7       | 12.4          |
| Espec.                                 | 14.4       | 14.0         | 10.6        | 13.4               | 14.1      |               |
| e Qualif.                              | 1.4        | 2.8          | 4.8         | 2.4                | .9        |               |
| 4.00                                   | 24         | 55           | 87          | 23                 | 10        | 199           |
| Não Man.                               | 12.1       | 27.6         | 43.7        | 11.6               | 5.0       | 13.5          |
| Nível Méd                              | 16.4       | 18.4         | 13.0        | 8.8                | 10.1      |               |
|                                        | 1.6        | 3.7          | 5.9         | 1.6                | .7        |               |
| 5.00                                   | 44         | 126          | 291         | 104                | 47        | 612           |
| Não Man.                               | 7.2        | 20.6         | 47.5        | 17.0               | 7.7       | 41.5          |
| Nível                                  | 30.1       | 42.1         | 43.4        | 39.8               | 47.5      |               |
| Universit                              | 3.0        | 8.5          | 19.7        | 7.1                | 3.2       |               |
| 6.00                                   | 12         | 25           | 38          | 21                 | 6         | 102           |
| Out. Ativ                              | 11.8       | 24.5         | 37.3        | 20.6               | 5.9       | 6.9           |
|                                        | 8.2        | 8.4          | 5.7         | 8.0                | 6.1       |               |
|                                        | .8         | 1.7          | 2.6         | 1.4                | .4        |               |
| Column<br>Total                        | 146<br>9.9 | 299<br>20.3  | 670<br>45.4 | 261<br>17.7        | 99<br>6.7 | 1475<br>100.0 |
| Chi-Square                             | D.F.       | Significance | Min E.F.    | Cells with E.F.< 5 |           |               |
| 78.38039                               | 20         | .0000        | 6.846       | None               |           |               |

Number of Missing Observations = 91

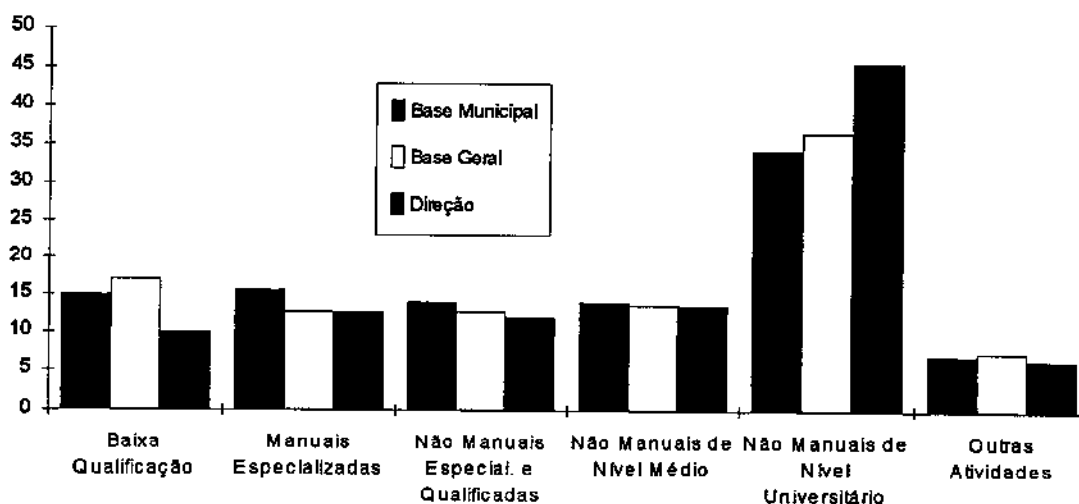
Também nos diversos níveis de militância confirma-se a característica do partido de se constituir, preferencialmente, por militantes com níveis elevados de qualificação profissional. Não obstante os percentuais atingidos pelos níveis mais altos de qualificação sejam, em seu conjunto, menores na base petista do que na direção partidária, evidenciando a existência de novo filtro a dificultar a ascensão dos militantes de base à direção partidária, percebe-se, pelas tabelas e gráficos abaixo, que os índices de qualificação são elevados também entre os primeiros. No conjunto formado

pelos militantes não integrantes de diretórios partidários petistas de qualquer nível (identificados na tabela abaixo como "base geral"), 17% exercem profissões classificadas como de baixa qualificação, enquanto que na base municipal petista são 15% os que podem ser enquadrados nesta categoria. Pode-se ver, quando se compara a base geral petista e o conjunto da direção partidária (identificada na primeira tabela abaixo simplesmente como "direção", mas constituída pelos integrantes de todos os diretórios), que, não obstante a primeira concentre os maiores percentuais de profissionais com baixa qualificação e os menores de profissionais não manuais com qualificação universitária ou superior, em todos os demais níveis ocorre uma equivalência quase que perfeita na composição de ambas.

**Níveis de Qualificação Profissional dos Militantes e dos Integrantes da Direção do PT**

| Níveis de Qualificação                    | Base Municipal | Base Geral | Direção |
|-------------------------------------------|----------------|------------|---------|
| Baixa Qualificação                        | 15,0           | 17,0       | 10,0    |
| Manuais Especializadas                    | 15,7           | 12,7       | 12,7    |
| Não Manuais Especializadas e Qualificadas | 14,0           | 12,7       | 11,9    |
| Não Manuais de Nível Médio                | 14,0           | 13,6       | 13,5    |
| Não Manuais de Nível Universitário        | 34,3           | 36,6       | 45,6    |
| Outras Atividades                         | 7,0            | 7,4        | 6,4     |
| Total                                     | 100            | 100        | 100,1   |

**Níveis de Qualificação Profissional dos Militantes e dos Integrantes da Direção do PT**



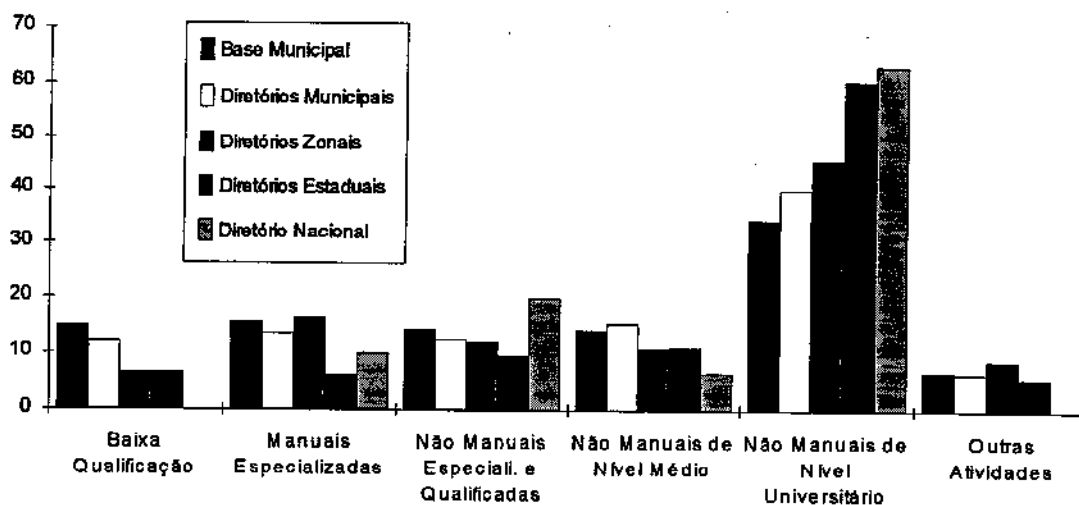
A comparação entre a base e a direção partidária revela, também, que se estabelece, no interior do partido, um gradiente de qualificação profissional que se intensifica à medida que se progride em seus níveis de direção. Partindo de 15% na base municipal, o peso das profissões de baixa qualificação vai diminuindo nas diversas instâncias de direção, a ponto de desaparecer na direção nacional do partido. No outro extremo, as profissões de nível universitário, partindo de 34,5% na base

municipal, crescem para 40,1% nos diretórios municipais, aumentam para 45,7% nos zonais, alcançam 60,6% nos estaduais e atingem, finalmente, 63,3% da composição do diretório nacional. Confirma-se, portanto, através deste gradiente de qualificação, a evidência já constatada na análise dos níveis de escolarização da militância petista, quando se verificou que são os militantes mais qualificados culturalmente os que, preferencialmente, compõem a direção partidária. Verifica-se, agora, que este fato se repete quando se analisa a qualificação profissional dos integrantes do partido.

**Níveis de Qualificação Profissional dos Integrantes da Base Municipal e da Direção do PT**

| Níveis de Qualificação                | Base Municipal | Diretórios Municipais | Diretórios Zonais | Diretórios Estaduais | Diretório Nacional |
|---------------------------------------|----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|--------------------|
| Baixa Qualificação                    | 15,0           | 12,1                  | 6,5               | 6,7                  | 0                  |
| Manuais Especializadas                | 15,7           | 13,4                  | 16,3              | 6,3                  | 10,0               |
| Não Manuais Especiali. e Qualificadas | 14,0           | 12,5                  | 12,0              | 9,6                  | 20,0               |
| Não Manuais de Nível Médio            | 14,0           | 15,3                  | 10,9              | 11,1                 | 6,7                |
| Não Manuais de Nível Universitário    | 34,3           | 40,1                  | 45,7              | 60,6                 | 63,3               |
| Outras Atividades                     | 7,0            | 6,6                   | 8,7               | 5,8                  | 0                  |
| Total                                 | 100            | 100                   | 100,1             | 100,1                | 100                |

**Níveis de Qualificação Profissional dos Integrantes da Base Municipal e da Direção do PT**



Confirmada a qualificação profissional da militância do Partido dos Trabalhadores e, com ela, a contemporaneidade do partido à modernização do país também neste nível, resta que se analisem as profissões e as categorias profissionais que detêm maiores pesos em sua composição. Construiu-se, com este objetivo, uma segunda escala, reproduzida a seguir, onde se especificam os setores e ramos das atividades profissionais dos militantes e onde se agrupam, em categorias, suas profissões.

ESCALA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO OS SETORES E  
RAMOS DE ATIVIDADE DOS MILITANTES DO PT

| Value Label         | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Agrícola e Extrat.  | 1.00  | 124           | 7.9     | 8.4           | 8.4         |
| Auxil. Ramo Serv.   | 2.00  | 21            | 1.3     | 1.4           | 9.8         |
| Aux.Ramo Admin.     | 3.00  | 13            | .8      | .9            | 10.7        |
| Aux.Setor Indust.   | 4.00  | 35            | 2.2     | 2.4           | 13.1        |
| Manuais Espec.      | 5.00  | 12            | .8      | .8            | 13.9        |
| Man.Qlf. Cons.Civ.  | 6.00  | 27            | 1.7     | 1.8           | 15.7        |
| Qualif.Ramo Transp. | 7.00  | 12            | .8      | .8            | 16.5        |
| Qlf.Elev. Set. Ind. | 8.00  | 135           | 8.6     | 9.1           | 25.6        |
| Espec.Com. e Serv.  | 9.00  | 38            | 2.4     | 2.6           | 28.2        |
| Espec.Ramo Admin.   | 10.00 | 26            | 1.7     | 1.8           | 30.0        |
| Qlf.Ram.Com.Serv.   | 11.00 | 50            | 3.2     | 3.4           | 33.4        |
| Tec.Nív.Méd.C.Serv  | 12.00 | 18            | 1.1     | 1.2           | 34.6        |
| Tec.N.Med.Adm.      | 13.00 | 23            | 1.5     | 1.6           | 36.1        |
| Tec.N.Med.Ag. Ind.  | 14.00 | 63            | 4.0     | 4.3           | 40.4        |
| Artistas            | 15.00 | 9             | .6      | .6            | 41.0        |
| Func.Pub.Não Univ.  | 16.00 | 61            | 3.9     | 4.1           | 45.1        |
| Prof.Ensino Elem.   | 17.00 | 95            | 6.1     | 6.4           | 51.6        |
| Prof. 1° e 2° Gr.   | 18.00 | 208           | 13.3    | 14.1          | 65.6        |
| Docentes Univers.   | 19.00 | 25            | 1.6     | 1.7           | 67.3        |
| Func.Pub.Nív. Univ  | 20.00 | 28            | 1.8     | 1.9           | 69.2        |
| Profiss. Univ.Clás  | 21.00 | 353           | 22.5    | 23.9          | 93.1        |
| Empres. Urbanos     | 22.00 | 35            | 2.2     | 2.4           | 95.5        |
| Estudantes          | 23.00 | 67            | 4.3     | 4.5           | 100.0       |
| Não Declaradas      | .     | 88            | 5.6     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases         | 1478  | Missing Cases |         | 88            |             |

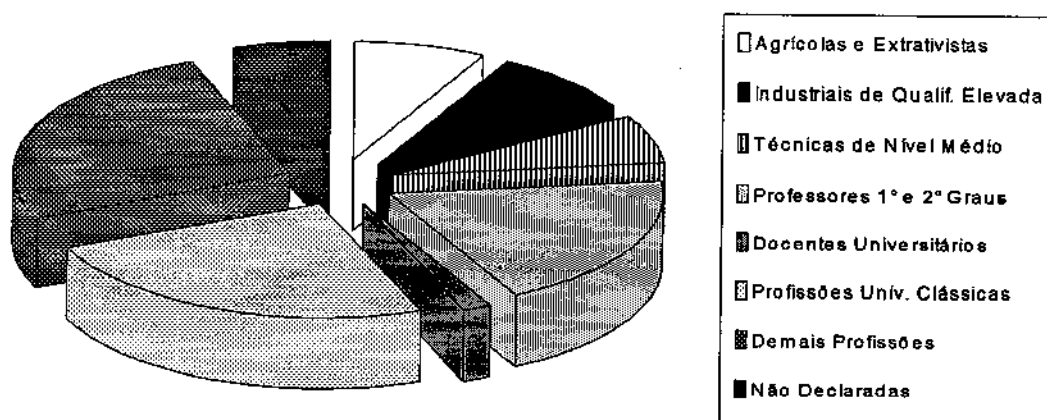
Através da escala acima constata-se, novamente, que os profissionais universitários compõem o maior segmento no interior do partido. Agrupados como profissionais universitários clássicos, considerados assim todos os bacharéis não docentes, eles atingem 25,8% do total válido dos pesquisados. Como, no entanto, eles não podem ser considerados como uma categoria profissional única, são os professores que se revelam como a maior categoria individual, representando 22,2% da militância. Eles se distribuem em 14,1% como professores de primeiro e segundo graus com formação universitária, 6,4% como técnicos de ensino ou professores de ensino elementar sem grau de escolarização superior e 1,7% como docentes universitários<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> No PS francês, conforme Patrick Haurdouin, os professores totalizam 12,8 dos militantes partidários, divididos em *Professeurs* 6,1%, *Instituteurs* 5,3% e *Directeurs et sous-directeurs d'école* 1,3%.

# SEGMENTOS PROFISSIONAIS MAIS SIGNIFICATIVOS NO PT

| Value Label        | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|--------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Agríc. e Extrat.   | 1.00  | 124           | 7.9     | 8.4           | 8.4         |
| Qlf.Elev. Ind.     | 8.00  | 135           | 8.6     | 9.1           | 17.5        |
| Téc. Nível Médio   | 14.10 | 104           | 6.6     | 7.0           | 24.6        |
| Professores        | 18.10 | 303           | 19.3    | 20.5          | 45.1        |
| Docentes Univ.     | 19.00 | 25            | 1.6     | 1.7           | 46.8        |
| Profis. Univ.Clás. | 21.00 | 381           | 24.3    | 25.8          | 72.5        |
| Todas Demais Profs | 89.00 | 406           | 25.9    | 27.5          | 100.0       |
| .                  | .     | 88            | 5.6     | MISSING       |             |
| TOTAL              |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases        | 1478  | Missing Cases |         | 88            |             |

Segmentos Profissionais mais Significativos na Composição do PT



A segunda grande categoria individual é constituída pelos trabalhadores industriais de qualificação elevada, formada majoritariamente por trabalhadores metalúrgicos e compondo 9,1% do partido. Os trabalhadores rurais compõem a terceira maior categoria, com 8,4% da militância partidária. As profissões técnicas de nível médio, não obstante também não constituam uma categoria profissional única e, além disto, quando dispersas pelos diversos setores e ramos econômicos se diluam em percentuais irrisórios - 1,2% no ramo de comércio e de serviços, 1,6% no administrativo, e 4,3% no setor agrícola e industrial - quando somadas totalizam 7,1% do partido. Abaixo delas só merecem registro as profissões qualificadas do comércio e dos serviços, constituídas quase que exclusivamente de bancários e que totalizam 3,4% do total válido da militância, e os estudantes, estes por sua relativa exigüidade: eles representam apenas 4,3% de todos os militantes petistas, ou 4,3% do total válido na

pesquisa, mostrando que, se houve tempo em que a presença deste segmento no partido foi significativo, esta não é a realidade atual<sup>119</sup>.

O cruzamento por regiões do país reafirma a característica partidária de refletir, nas características de sua militância, o grau de desenvolvimento econômico e social de cada região. Pode-se ver na tabela abaixo que, novamente, são as regiões norte, com 15,8%, e sul, com 18,4%, as que apresentam percentuais mais expressivos de militantes que desempenham atividades profissionais agrícolas, trazendo para o interior do partido o peso social e organizativo deste segmento nestas áreas geográficas.

A região sudeste, por sua vez, apresenta o maior índice de militantes que se dedicam às atividades industriais com qualificação elevada, expressando o mesmo fenômeno da importância social, econômica, sindical e política deste segmento na região do país onde eles se encontram em maior número. As profissões técnicas de nível médio, apesar de contarem com 8,5% dos militantes na região sudeste, curiosamente, revelam-se mais concentradas na região nordeste, compondo 8,7% da militância.

Os professores de ensino elementar e de primeiro e segundo graus, reforçando seu peso no partido, distribuem-se uniformemente por todas as regiões, com 21,2% na norte, 20,4% na nordeste, 20% na sudeste, 20,7% na sul e 22,2% na centro-oeste. Os professores universitários, apesar de incluídos na tabela como uma categoria individual, pela exiguidade de seus percentuais, não são passíveis de consideração isolada<sup>120</sup>. Reagregados entre os profissionais universitários clássicos, de onde foram extraídos, esta categoria, a mais expressiva entre os militantes, mostra-se também ela regular em sua distribuição pelas regiões, variando, ascendentemente, na faixa dos vinte por cento da militância partidária: desde os 22,6% que detém na região norte, até os 31,4% na região nordeste.

Na comparação entre base e direção, percebe-se que, de maneira geral, os diversos segmentos profissionais distribuem-se equitativamente, tanto na base municipal e geral, quanto no conjunto da direção partidária. As profissões agrícolas, expressando as características urbanas dos integrantes do partido e também suas origens preferenciais nos setores econômicos industriais e de serviços, alcançam seus maiores percentuais entre os militantes de base municipal mas, mesmo neste nível, limitam-se a 10,1% da militância. Sua presença nos diversos diretórios, além disto, só apresenta peso significativo nos níveis municipal e estadual, onde alcançam 9,2% e 6,3%, respectivamente, contra apenas 1,1% nos zonais e sua ausência é completa no nacional.

<sup>119</sup> Levantamento que se tentou fazer entre os fundadores do PT, a fim de detectar suas profissões no momento de constituição do partido, mas que não pode ser concluído por falta de informações suficientes, demonstrou que a visão do senso-comum de que os estudantes eram muito expressivos naquele momento não é destituída de veracidade. Pode-se verificar que muitos dos atuais dirigentes, entre eles Luis Dulci, José Dirceu e Aloizio Mercante, para se citar apenas alguns dos mais conhecidos, eram, naquele momento, estudantes.

<sup>120</sup> Já se explicou, em outra nota, as limitações estatísticas para a análise dos dados.

Crosstabulation: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL By GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO

| Count<br>Row Pct<br>Col Pct<br>Tot Pct | Norte | Nordeste     | Sudeste  | Sul                | C.Oeste | Row<br>Total |
|----------------------------------------|-------|--------------|----------|--------------------|---------|--------------|
| QUALIFP1                               | 1.00  | 2.00         | 3.00     | 4.00               | 5.00    |              |
| 1.00                                   | 23    | 28           | 21       | 48                 | 4       | 124          |
| Agríc.e.                               | 18.5  | 22.6         | 16.9     | 38.7               | 3.2     | 8.4          |
| Extrativ.                              | 15.8  | 9.4          | 3.1      | 18.4               | 4.0     |              |
|                                        | 1.6   | 1.9          | 1.4      | 3.3                | .3      |              |
| 8.00                                   | 7     | 10           | 99       | 12                 | 7       | 135          |
| Qualif.                                | 5.2   | 7.4          | 73.3     | 8.9                | 5.2     | 9.2          |
| Elevada                                | 4.8   | 3.3          | 14.8     | 4.6                | 7.1     |              |
| Indust.                                | .5    | .7           | 6.7      | .8                 | .5      |              |
| 14.10                                  | 4     | 26           | 57       | 13                 | 4       | 104          |
| Técnicas                               | 3.8   | 25.0         | 54.8     | 12.5               | 3.8     | 7.1          |
| Nív. Méd.                              | 2.7   | 8.7          | 8.5      | 5.0                | 4.0     |              |
|                                        | .3    | 1.8          | 3.9      | .9                 | .3      |              |
| 18.10                                  | 31    | 61           | 134      | 54                 | 22      | 302          |
| Prof.                                  | 10.3  | 20.2         | 44.4     | 17.9               | 7.3     | 20.5         |
|                                        | 21.2  | 20.4         | 20.0     | 20.7               | 22.2    |              |
|                                        | 2.1   | 4.1          | 9.1      | 3.7                | 1.5     |              |
| 19.00                                  | 6     | 3            | 13       | 1                  | 2       | 25           |
| Doc. Univ                              | 24.0  | 12.0         | 52.0     | 4.0                | 8.0     | 1.7          |
|                                        | 4.1   | 1.0          | 1.9      | .4                 | 2.0     |              |
|                                        | .4    | .2           | .9       | .1                 | .1      |              |
| 21.00                                  | 27    | 91           | 174      | 59                 | 29      | 380          |
| Profis.                                | 7.1   | 23.9         | 45.8     | 15.5               | 7.6     | 25.8         |
| Univers.                               | 18.5  | 30.4         | 26.0     | 22.6               | 29.3    |              |
| Clássicas                              | 1.8   | 6.2          | 11.8     | 4.0                | 2.0     |              |
| 89.00                                  | 48    | 80           | 172      | 74                 | 31      | 405          |
| Demais                                 | 11.9  | 19.8         | 42.5     | 18.3               | 7.7     | 27.5         |
| Profis.                                | 32.9  | 26.8         | 25.7     | 28.4               | 31.3    |              |
|                                        | 3.3   | 5.4          | 11.7     | 5.0                | 2.1     |              |
| Column<br>Total                        | 146   | 299          | 670      | 261                | 99      | 1475         |
| Chi-Square                             | 9.9   | 20.3         | 45.4     | 17.7               | 6.7     | 100.0        |
| D.F.                                   | 24    | Significance | Min E.F. | Cells with E.F.< 5 |         |              |
| 137.62168                              | 24    | .0000        | 1.678    | 3 OF 35 ( 8.6%)    |         |              |

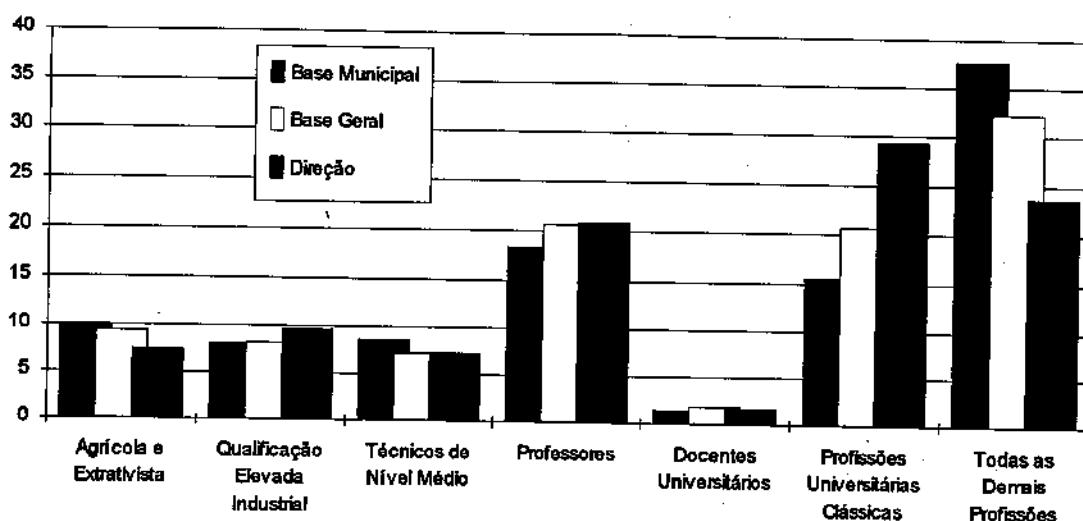
Number of Missing Observations = 91

Como é óbvio, tendência inversa se expressa no conjunto dos demais segmentos profissionais, todos eles urbanos e ligados às atividades dos setores industrial e de serviços. As profissões industriais de qualificação elevada, pelo setor econômico secundário, e as profissões universitárias clássicas, pelo terciário, são ilustrativas e sintetizadoras do caráter do partido. As primeiras, com peso idêntico entre a militância de base municipal, com 8,1%, e base geral, com 8,2%, atingem 9,7% no conjunto da direção. Nas diversas instâncias de direção, por sua vez, elas revelam uma presença oscilante, que parte de 10,3% nos diretórios municipais, alcança seu maior índice em 15,2% nos zonais, reduz-se drasticamente nos estaduais, caindo para apenas 4,8% neste nível e, no nacional, atinge 10%. As segundas, por sua vez, quando consideradas no bloco constituído pela adição dos docentes universitários às profissões universitárias clássicas, apresentam um movimento contínuo de ascensão. Partem de um percentual de 16,9% na base municipal, crescem para 22,5% no conjunto da base partidária e representam 30,9 da direção. Nesta, em seus diversos níveis, dos 23,9% que detêm no nível municipal, progridem até 31,5% no nível zonal, crescem até 48,6% no nível estadual e culminam, no nível nacional, representando exatos 50% das profissões destes dirigentes. Percebe-se, assim, que, enquanto a presença das profissões industriais varia de acordo com as oscilações das características do desenvolvimento do setor econômico no qual elas se exercem, mostrando-se mais concentrada nas instâncias dirigentes que se localizam em áreas metropolitanas (industrializadas) e mais diluída nas instâncias que representam o conjunto (desigual em seu desenvolvimento industrial) dos estados do país, o bloco das profissões universitárias revela-se detentor de um peso que independe de variações geográficas ou econômicas estrito-senso.

**Segmentos Profissionais Mais Significativos entre os Militantes de Base e os Integrantes da Direção do PT**

| Segmento Profissional               | Base Municipal | Base Geral | Direção |
|-------------------------------------|----------------|------------|---------|
| Agrícolas e Extrativistas           | 10,1           | 9,4        | 7,4     |
| Qualificação Elevada Industrial     | 8,1            | 8,2        | 9,7     |
| Técnicos de Nível Médio             | 8,7            | 7,2        | 7,3     |
| Professores                         | 18,4           | 20,7       | 20,9    |
| Docentes Universitários             | 1,4            | 1,8        | 1,6     |
| Profissões Universitárias Clássicas | 15,6           | 20,7       | 29,3    |
| Todas as Demais Profissões          | 37,7           | 32,2       | 23,7    |
| Total                               | 100            | 100,2      | 99,9    |

**Segmentos Profissionais mais Significativos - Base e Direção PT**

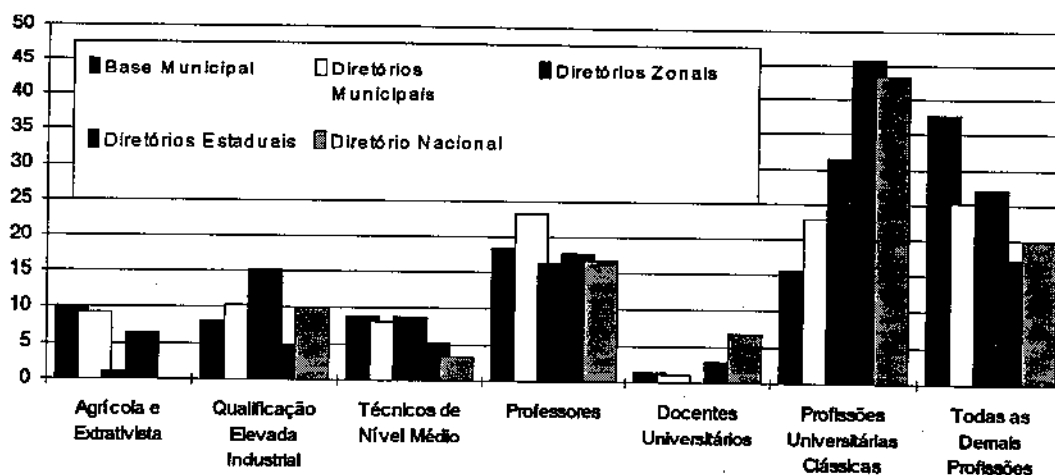


Merece registro, ainda, o conjunto dos professores. Os de ensino elementar e de primeiro e segundo graus, apesar de significativos na base e em todas as instâncias dirigentes do partido, revelam um peso decrescente na composição dos diversos níveis de direção. Os 20,9% que detêm no conjunto da direção, concentram-se mais expressivamente nos diretórios municipais, alcançando ali 23,3%, caem para 17,8% nos estaduais e não chegam a ultrapassar a casa dos dezesseis por cento nos zonais e no nacional. Os professores universitários, por sua vez, pouco numerosos no conjunto da população do país e pouco expressivos no conjunto do partido, com presença irrisória na base, onde representam apenas 1,4% na de nível municipal e 1,8% na de nível geral, atingem 6,7% no diretório nacional. Fato que ilustra exemplarmente o relevo adquirido no interior do partido pelos militantes com altos níveis de qualificação profissional e cultural.

**Segmentos Profissionais Mais Significativos na Base Municipal e nas Instâncias de Direção do PT**

| Segmento Profissional               | Base Municipal | Diretórios Municipais | Diretórios Zonais | Diretórios Estaduais | Diretório Nacional |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|--------------------|
| Agrícolas e Extrativistas           | 10,1           | 9,2                   | 1,1               | 6,3                  | 0                  |
| Qualificação Elevada Industrial     | 8,1            | 10,3                  | 15,2              | 4,8                  | 10,0               |
| Técnicos de Nível Médio             | 8,7            | 8,1                   | 8,7               | 5,3                  | 3,3                |
| Professores                         | 18,4           | 23,3                  | 16,3              | 17,8                 | 16,7               |
| Docentes Universitários             | 1,4            | 1,1                   | 0                 | 2,9                  | 6,7                |
| Profissões Universitárias Clássicas | 15,6           | 22,8                  | 31,5              | 45,7                 | 43,3               |
| Todas as Demais Profissões          | 37,7           | 25,2                  | 27,2              | 17,3                 | 20,0               |
| Total                               | 100            | 100                   | 100               | 100,1                | 100                |

Segmentos Profissionais mais Significativos na Base Municipal e nas Instâncias de Direção do PT



Digna de destaque, e informação subsidiária no entendimento do peso do setor terciário na composição profissional dos militantes do PT, é a presença significativa de funcionários públicos entre seus participantes ativos. Dentre os pesquisados, são 39,8% os que se empregam no serviço público. Destes, 34,3% são funcionários federais, 46,2% estaduais e 19,6% municipais, o que implica que, no conjunto da militância, 13,7% empregam-se como servidores federais, 18,4% como estaduais e 7,8% como municipais. A verificação das profissões dos militantes, revela, entretanto, que o grande contingente destes funcionários é constituído por trabalhadores qualificados, em sua maioria professores, médicos e outros profissionais de formação universitária, o que os faz contemporâneos ao processo de desenvolvimento do país, impulsionado desde os anos 30, mas principalmente durante o período ditatorial recente, pela ação direta do Estado brasileiro<sup>121</sup>.

### 2.3.6. Em Resumo

Esboçam-se aqui, com base nas observações e análises realizadas ao longo deste capítulo, as características do bloco social que compõe o Partido dos Trabalhadores. Partido de massas, sem dúvida, como o comprova a equivalência constatada entre as características demográficas e sócio-econômicas dos filiados e militantes petistas e as da população brasileira nas diversas regiões do país, não se pode classificar o PT, entretanto, como um partido classista de molde tradicional, integrado prioritariamente por trabalhadores diretos, empregados no setor secundário da economia.

Sem dúvida que distante do padrão de indefinição classista que caracteriza os partidos "ônibus" ou "agarra-tudo" das sociedades capitalistas desenvolvidas do momento presente, o PT assemelha-se, pela composição social de seus militantes, muito mais das características sociológicas dos partidos multiclassistas contemporâneos do que daquelas que distinguiram os partidos operários do

<sup>121</sup> Segundo Patrick Hardouin, opus cit., os *agent publics* representavam 22,8% dos militantes do PS francês, sendo que esta cifra se dividia internamente na seguinte proporção: 12,8% *Education nationale* e 10% *autres agents*.

final do século XIX e do início do XX. Minoritariamente integrada por operários, a base social do PT compõe-se também, e em proporção majoritária, de assalariados de renda média e de escolaridade elevada e, ainda, de parcela considerável de assalariados rurais e de pequenos proprietários rurais e urbanos.

Se assim não fosse, o PT poderia ser definido, sem dúvida e para gáudio de alguns de seus analistas e interlocutores, como um partido anacrônico, fora de lugar e de época, posto que de há muito os partidos socialistas e boa parte dos partidos comunistas ocidentais já abandonaram a pretensão de pureza e de exclusividade classista que um dia os caracterizou. Estes partidos, transformados, como já se destacou na Introdução deste trabalho, em decorrência das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas ocidentais (desde principalmente o segundo pós guerra) e deflagradas, em boa parte, como consequência das ações que eles próprios desenvolveram, viram alterar-se, gradativamente, as características da composição social de seus simpatizantes, filiados e militantes<sup>122</sup>.

Contemporâneo, assim, ao padrão de desenvolvimento econômico e social, tanto da sociedade brasileira atual, quanto, ainda, das sociedades capitalistas ocidentais de desenvolvimento avançado, o PT se caracteriza por congregar, no interior de sua militância, um bloco social e político novo que pode ser descrito, em termos gerais, por possuir maior nível de renda e escolaridade comparativamente ao conjunto da população brasileira e de sua PEA, em decorrência das características de sua inserção no mundo do trabalho. Formado majoritariamente por assalariados empregados no setor terciário, em atividades que exigem maior qualificação profissional, o bloco social constituído pelos militantes petistas expressa o processo de modernização recente da sociedade brasileira, que concentra no setor terciário mais de 50% do produto interno bruto do país<sup>123</sup> e mais de 50% de sua população economicamente ativa. A redução do ritmo de crescimento do setor secundário na economia brasileira (e também internacional) nos últimos anos e, em contrapartida, a aceleração do desenvolvimento de novas tecnologias e do setor terciário fez com que este setor se tornasse não apenas o mais dinâmico, mas também aquele onde as oportunidades de trabalho - que exigem melhor qualificação e permitem melhores rendimentos - se apresentam em maior número.

<sup>122</sup> Paradigmas teóricos dos partidos classistas de base operária nos anos cinquenta, nos quais se inspirou Maurice Duverger para compor seu modelo dos partidos de massa, os partidos socialista e comunista franceses exibiam nos anos 70 perfis sociológicos de seus militantes que faziam com que, já naquela época, eles não mais pudessem ser caracterizados como partidos operários, conforme se pode conferir nas cifras listadas a seguir.

PS (1973): Militantes Não Assalariados Ativos = 19,3% (divididos na seguinte proporção: agricultores 8,7%, patrões 1%, artesãos e comerciantes 7,7% e profissionais liberais 1,8%); Militantes Assalariados Ativos: 57,5% (executivos superiores 12,4%; executivos inferiores 13,2%; empregados 13,3%, operários 14,4%, outros operários e empregados 2,6%, funcionários diversos 1,1% e policiais, militares e outros 0,5%) e Inativos: 23,2% (aposentados 16,8%, estudantes 2,4%, sem profissão 3,8% e outros 0,2%).

PCF (1977): Patrões da indústria e do comércio 1%, Profissões liberais e Executivos superiores 19%, Executivos inferiores 25%, Empregados 28%, Operários 15%, Serviços pessoais 1%, Diversos 1% e Inativos 10%. Para as referências, vejam-se as obras já citadas de P. Hardouin e de F. Subileau.

<sup>123</sup> Entre os anos de 1980 e 1990, enquanto o setor agro-pecuário teve sua participação no PIB reduzida de 10,2% para 9,1%, e a indústria passou de 40,7% para 34,3%, o setor de serviços aumentou sua participação de 49,1% para 56,7%. Fonte: Contas consolidadas para a nação, atualização para 1990. IBGE: Rio de Janeiro, 1991.

Diferenciado internamente e de origem recente no país, o bloco social e político articulado através do Partido dos Trabalhadores rompe, sem dúvida, com o padrão tradicional brasileiro de exclusão dos setores sociais populares da arena de disputa política. Não são, entretanto, os segmentos sociais tradicionalmente excluídos os que o compõe em sua maioria. De origem recente, este bloco compõe-se dos segmentos sociais integrados ao processo de modernização recente do país, compondo parcela significativa da força de trabalho e, em diferentes graus, do mercado consumidor.

### 3. Perfil dos Eleitores do PT.

Identificadas as características sociais da militância do Partido dos Trabalhadores, analisa-se aqui o perfil sócio-econômico de seus eleitores. Composto por militantes originários de segmentos sociais diferenciados e de formação recente no país, o PT articula, como já se demonstrou, um bloco social e político novo, o que o torna um partido original, nem operário-classista, como os partidos socialistas clássicos, típicos das sociedades industriais, nem com o recorte de classe indistinto dos partidos ônibus, característicos das sociedades "pós-industriais" e "pós-modernas". A análise sócio-econômica dos eleitores deste partido permitirá verificar se aqueles a que ele se propõe representar politicamente compõem um bloco social com perfil semelhante ao de seus militantes e dirigentes.

Com o objetivo de demonstrar, através de dados empíricos, a real composição do eleitorado petista, construiu-se aqui, a partir de uma amostra estatística montada sobre dados selecionados de pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope), um painel do desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores ao longo das eleições que tem disputado desde sua fundação até o ano de 1990. Com base nas pesquisas daquele instituto, realizadas durante as campanhas eleitorais de 1982, 1986 e 1990 para os governos de seis estados, distribuídos por cinco regiões sócio-econômicas do país, e, ainda, em nível nacional, nos dois turnos da eleição presidencial de 1989, procura-se explicitar as características sociais básicas do eleitorado do Partido dos Trabalhadores, bem como verificar a existência e a possível cristalização, durante o período em análise, de peculiaridades que, no plano sociológico, caracterizem o eleitor petista e o diferenciem dos eleitores dos demais partidos políticos brasileiros.

#### 3.1. Nota Metodológica

A impossibilidade de se identificar os votos depositados nas urnas eleitorais, se garante, por um lado, o sigilo indispensável ao voto livre, dificulta, por outro, a análise sociológica da composição do eleitorado de cada partido. Procurando contornar esta dificuldade, a sociologia política tem lançado mão, tradicionalmente, de procedimentos variados para detectar as características dos eleitores dos diversos partidos e/ou candidatos e, ainda, identificar as possíveis semelhanças e diferenças existentes entre eles. A geografia eleitoral e as pesquisas de opinião tem sido os instrumentos mais comumente utilizados para este fim.

Não obstante úteis, as análises realizadas sob tais métodos ressentem-se de dificuldades que acrescentam, em ambos, vieses significativos às análises. O primeiro tipo de método, se é eficaz para identificar as tendências eleitorais para o conjunto de uma determinada área, é incapaz, no entanto, de separar, no interior de uma mesma região geográfica e sócio-econômica, os votos dos diversos segmentos que ali coabitam. O segundo, não obstante mais eficiente quanto à identificação das

características sociológicas dos eleitores, permitindo estratificações variadas, limitadas apenas pelas opções do pesquisador e pela qualidade de sua amostra, refletem, entretanto, apenas tendências e opiniões que, ao sabor das circunstâncias e das conjunturas, com frequência se alteram entre o momento da pesquisa e a prática efetiva do voto.

Uma dificuldade adicional, que se apresenta para as pesquisas de sociologia política no Brasil, é dada pelo fato de que, no país, nunca se constituiu, efetivamente, um sistema partidário. Pelas constantes mudanças na composição do quadro partidário do país, com surgimento, proliferação e desaparecimento meteórico de partidos políticos, bem como devido à instabilidade do próprio sistema partidário, revolucionado a cada golpe político, quando invariavelmente se extinguem os partidos para que sejam novamente recriados sob novos nomes e novas siglas, nunca chegou a firmar-se uma identidade forte entre eleitores e partidos políticos. Impossibilitou-se, assim, pela não fixação de um sistema político partidário efetivo, a criação de vínculos mais profundos e duradouros entre os eleitores e os partidos políticos, bem como dificultou-se o estabelecimento, com alguma perenidade, de referências político-partidárias entre os eleitores.

Face a esta realidade, são de alcance limitado, no Brasil, as pesquisas realizadas com o objetivo de conhecer as características dos eleitores de um determinado partido. Diante de eleitores habituados a orientar suas preferências eleitorais por critérios clientelistas e pelas qualidades carismáticas dos candidatos, bem mais do que por suas definições político-ideológicas e partidárias, os resultados das pesquisas de preferência partidária variam conforme a classificação dos candidatos, melhores ou piores colocados, no placar eleitoral.

Na tentativa de sanar, ao menos parcialmente, este conjunto de dificuldades, lançou-se mão aqui de um procedimento alternativo, que procura obter, na medida permitida pelas deficiências do material empírico disponível, uma acuidade, na identificação das características sócio-econômicas dos eleitores, maior do que a conseguida pelo método desenvolvido pela geografia eleitoral e, ainda, menos passível de sofrer as interferências das oscilações de preferência e das conjunturas eleitorais a que se expõem as pesquisas de opinião.

Utilizou-se, para isto, tanto dados oficiais, resultados finais de eleições, colhidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quanto dados de pesquisa de intenção de voto, selecionados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE) em função de sua correspondência com os resultados eleitorais oficiais. Desta forma, sem que se trabalhe aqui diretamente sobre o voto depositado na urna, procedimento só passível de ser realizado através da metodologia da geografia eleitoral, espera-se ter conseguido, através do controle possibilitado pelo confronto com os dados oficiais, a fixação de referências que permitam, mesmo trabalhando-se preferencialmente sobre material obtido por intermédio de pesquisas de opinião, diminuir significativamente o viés mais comum neste tipo de pesquisa.

Entende-se, sobretudo, que, se os resultados das pesquisas de intenção de voto utilizadas neste trabalho são merecedores de confiança, pois apresentam similitude razoável com os resultados eleitorais oficiais, serão merecedores da mesma confiança os critérios de estratificação utilizados para a

construção das amostras estatísticas onde se colheram os resultados destas pesquisas. Noutras palavras, isto significa que também merecem crédito, para os efeitos deste trabalho, as categorias e faixas de estratificação social utilizadas pelo IBOPE para a construção de suas amostras estatísticas. Isto posto, entende-se que, através da análise dos dados das pesquisas de opinião daquele instituto, pode-se obter uma aproximação considerável com a realidade da composição social dos eleitores dos diversos partidos políticos. Desta forma, pretende-se ter obtido um instrumento que, com razoável confiabilidade, possibilite a verificação das características sócio-econômicas dos eleitores do Partido dos Trabalhadores, objeto específico desta análise.

Confrontados os resultados finais das eleições realizadas no país em 1982, 1986, 1989 e 1990 com as pesquisas de intenção de voto do IBOPE, escolheram-se aquelas pesquisas que apresentavam maior proximidade com os números oficiais. Montou-se então, com base nesses dados, dois conjuntos de séries estatísticas. O primeiro, centrado nos estados e nas eleições para seus governos ocorridas em 1982, 1986 e 1990 e, o segundo, de caráter nacional, com base na eleição presidencial de 1989, em seus dois turnos. Para ambas as séries, os dados selecionados apresentam os eleitores estratificados segundo os critérios de sexo, localização geográfica, faixa etária, nível de instrução, renda, setor de atividade e, quando os dados existiam, também posição na ocupação. Como medida de controle, comparou-se, quando se julgou necessário, os dados relativos ao Partido dos Trabalhadores com os referentes a outros partidos. Desta maneira, através da análise das séries estatísticas e da verificação de suas nuances nos estados selecionados para o estudo, pretende-se que tenha se tornado possível a observação das possíveis regularidades e/ou alterações na constituição social do eleitorado do Partido dos Trabalhadores, ao longo do período, minimizando-se, tanto quanto possível, as interferências conjunturais na caracterização sócio-econômica de seus eleitores.

Para a construção das séries estatísticas procurou-se minimizar também, e na medida do possível, o viés introduzido pelo voto clientelístico, ainda hoje forte entre o eleitorado brasileiro. Com esta preocupação, centrou-se o estudo nas eleições majoritárias para os governos estaduais e para a presidência da República, por serem eleições com um caráter maior de universalização do que as proporcionais e as municipais, reduzindo, portanto, as influências advindas de pressões locais sobre o eleitorado. Nas eleições majoritárias estaduais e nacionais, o voto decorre de opções entre idéias e propostas que buscam atender interesses mais gerais - mais universais, portanto - construídos a partir da diversidade social, isto é, de suas particularidades.

Mesmo nestas eleições, entretanto, como se verificou na eleição presidencial de 1989, o viés imposto pelo carisma dos candidatos mantém-se ainda presente. Tanto a vitória de Collor de Melo, um *outsider* que fundou um partido político com o fim imediato de promover sua candidatura, quanto a votação obtida por Lula, presidente do Partido dos Trabalhadores, mas nitidamente com maior penetração eleitoral que seu partido, confirmam a permanência do hábito do eleitor brasileiro de se pautar, preferencialmente, pelos candidatos e não pelos partidos para a definição de seus votos<sup>124</sup>.

<sup>124</sup> Ainda que se possa afirmar que o carisma de Lula e o de Collor são diferentes, já que o do primeiro advém de uma liderança construída sobre um projeto de uma classe social e o do segundo sobre uma perspectiva individual, o fato é que ambos são, sem dúvida, lideranças carismáticas que reforçam, por

Não obstante este fato, são, sem dúvida, as eleições majoritárias aquelas onde se pode, com alguma confiabilidade, buscar referências que se constituam em indicadores das possíveis preferências partidárias dos eleitores brasileiros. As eleições de 1989, em particular, credenciam-se como instrumento útil para a análise dos traços sociais dos eleitores e de suas preferências. Os 11 candidatos presentes em seu primeiro turno ofereceram, ao conjunto dos eleitores, um leque bastante variado de opções que se fixou, no entanto, no segundo turno da disputa, entre dois candidatos, portadores, ambos, de discursos contestatórios à ordem social e política vigente, mas, sem dúvida, representantes de projetos sociais e políticos diversos e dirigidos para segmentos sociais distintos. Foi esta, sem dúvida, a eleição, no período recente no Brasil, que possibilitou o maior confronto entre projetos e discursos políticos diferenciados<sup>125</sup>. Se, de alguma forma, as nuances políticas se enraízam de maneira também diferenciada no interior da população e dos eleitores, na diversidade dos segmentos sociais que os caracterizam, a eleição presidencial de 1989 terá sido aquela que, dentre as analisadas, melhor refletirá estas variações.

No que se refere às eleições para os governos estaduais, entende-se que a construção de séries estatísticas, envolvendo três eleições consecutivas e uma diversidade razoável de estados, tenha contribuído para que se reduzisse o viés carismático. O caráter pessoal e personalista do voto, forte em cada eleição separadamente, influenciando, sem dúvida, de uma eleição à outra, no aumento ou na diminuição dos votos, tanto globalmente, quanto no interior dos estratos sociais em análise, é diluído, no entanto, quando se consideram os dados em uma série. Numa série estatística, além da análise dos resultados de cada eleição e da comparação entre uma eleição e outra, torna-se possível interpretar os dados no conjunto constituído pela totalidade das eleições selecionadas. Quando reunidos em uma série estatística, os números e índices tendem a se despersonalizar, a despregar-se das candidaturas individuais e, em contrapartida, tendem a assumir características genéricas que, desvinculadas de cada candidatura, têm como único agregador o partido que, por toda a série, abriga os candidatos. Diferentemente dos candidatos, que se renovam a cada eleição, e que são, ao menos neste sentido, efêmeros, o partido, mais perene, mantém-se e atravessa o conjunto de eleições reunido na série.

Por fim, antes que se inicie a análise dos dados, é preciso que se explicitem os critérios utilizados para a escolha dos estados brasileiros selecionados para a construção da primeira das duas séries de dados estatísticos, sobre as quais se realizou a análise. Na impossibilidade prática de se trabalhar com todos os estados do país, optou-se pelo estudo de cinco estados, cada um deles em uma das cinco grandes regiões sócio-econômicas definidas pelo IBGE, a saber: o Estado do Pará, na Região Norte, o Estado do Ceará, na Região Nordeste, o Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste, o Estado

---

suas presenças destacadas no cenário político nacional, as evidências da força do carisma na definição do voto do eleitor brasileiro.

<sup>125</sup> As eleições de 1994, polarizadas entre as candidaturas de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de Lula (PT), através de partidos com perfis ideológicos parecidos produziram, como a própria imprensa destacou no período, programas de governo com propostas de ações político-governamentais também elas bastante parecidas entre si - notadamente no que se refere às políticas públicas.

de São Paulo, na região Sudeste, e o Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul. A eles acresceu-se o Estado do Espírito Santo, na Região Sudeste, totalizando-se, assim, seis estados submetidos à análise.

Fatores diversos interferiram na seleção realizada. Pesou, em sua definição, tanto a importância sócio-econômica e política de cada estado em sua região e no conjunto do país, quanto, a existência e a disponibilidade, nos arquivos do IBOPE, de pesquisas de intenção de voto realizadas nos mesmos e que, além disto, apresentassem correspondência significativa com os resultados oficiais. A inexistência de um arquivo, seja no próprio IBOPE, seja em alguma instituição universitária ou de pesquisa no país, que conservasse as pesquisas realizadas por aquele e por outros institutos de opinião pública, fez com que muitas das pesquisas realizadas no período se perdessem, o que dificultou a composição do quadro estatístico, uma vez que, nem sempre foi possível encontrar as pesquisas mais próximas à realização das eleições, quando o eleitorado já têm melhor definido seu voto e quando, conseqüentemente, a pesquisa de opinião pode melhor se aproximar do resultado oficial<sup>126</sup>.

Desta forma, a amplitude da série de dados com que se trabalha aqui foi limitada, primeiramente, pela disponibilidade do próprio material empírico utilizado. Estados para os quais não foi possível encontrar pesquisas realizadas durante os três períodos eleitorais sob análise, foram sumariamente excluídos. É o caso, por exemplo, do Acre, estado importante na construção do PT, onde o partido obteve sempre resultados eleitorais significativos, mas para o qual o Ibope não dispõe mais das pesquisas realizadas em 1982. A inclusão ou exclusão de um estado na série foi determinada, também, pela apresentação ou não, pelo Partido dos Trabalhadores, de candidatos ao governo estadual em todas as três eleições ocorridas no período em análise. Isto fez com que a Bahia, por exemplo, fosse excluída já na seleção inicial, uma vez que, em 1986, o partido não apresentou candidato ao governo do estado.

Rompeu-se, por outro lado, com a inclusão do Espírito Santo, o princípio previamente estabelecido de se incluir na amostra apenas um estado por região sócio-econômica. A inclusão deste estado deveu-se, na verdade, primeiramente a critérios pessoais do autor, que desenvolveu nele boa parte de sua atuação intelectual e política (como professor na Universidade Federal daquele estado e como dirigente do próprio PT). Por outro lado, a inclusão do Espírito Santo na amostra utilizada para a série dos governos estaduais, dobrando a presença da região sudeste, tornou mais representativo o peso desta região no eleitorado brasileiro, responsável por 46,5% de seu total<sup>127</sup>. Finalmente, as características sócio-econômicas do Espírito Santo, não obstante localizado na região sudeste, mas com desenvolvimento sócio-econômico mais recente do que o dos demais estados da região, aproximando-o, neste aspecto, de estados de outras regiões não incluídos no estudo, dotaram a amostra

---

<sup>126</sup> Convênio firmado entre a UNICAMP e os mais importantes institutos de pesquisa de opinião do país preve a constituição de um acervo, sob os cuidados do Arquivo Edgar Leinhard, onde serão catalogadas e conservadas todas as pesquisas de opinião realizadas por estes institutos, eliminando-se, com isto, perdas do tipo das enfrentadas aqui.

<sup>127</sup> Segundo dados do Perfil do eleitorado brasileiro - resultado do recadastramento eleitoral 1986. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1989.

de uma espécie de referência de controle, que permitiu a percepção de nuances do eleitorado que, na sua ausência, talvez não fossem detectadas.

Entende-se que, mesmo na fluidez do sistema político-partidário brasileiro, a análise dos dados reunidos aqui pode trazer algum esclarecimento a respeito das características dos eleitores e de suas preferências partidárias. Pretende-se que seja possível verificar, através da análise das séries construídas, a existência ou não de alguma regularidade na composição social do eleitorado do Partido dos Trabalhadores e, ainda, que se torne possível a fixação de algumas características distintivas de seu eleitorado e, por outro lado, a afirmação da existência, ao menos no Brasil e durante o período em análise, de alguma relação entre as características sócio-econômicas dos eleitores e suas preferências eleitorais.

### **3.2 Eleições de 1982 e o Perfil Básico do Eleitor Petista**

A análise do desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições para os governos estaduais de 1982 oferece a oportunidade de se verificar aquilo que, em termos sociológicos, pode ser caracterizado como sendo o voto básico do partido, ou seja, aquele voto que explicita as características sociais fundamentais de seus eleitores. Na verdade, como primeiras eleições realizadas após a reforma partidária e eleitoral de 1979, as eleições de 1982 iniciaram a implantação efetiva do quadro partidário atualmente em vigor no país e podem, sob esta ótica, ser consideradas as eleições fundacionais, não só do PT, mas de todos os partidos constituídos até a sua realização. Foi através delas que tais partidos se apresentaram ao conjunto dos eleitores, iniciaram a disputa de seus votos e colocaram-se, com isto, na arena político-institucional como uma alternativa de governo e, gradativamente, de poder, na medida do próprio avanço da transição democrática brasileira contemporânea.

Para o Partido dos Trabalhadores, no entanto, pelo conjunto de restrições político-jurídicas que marcaram as eleições de 1982, bem como pela conjuntura política geral de sua realização, aquelas eleições caracterizaram-se como eleições especiais. Assim, a análise do desempenho eleitoral do PT em 1982 permite que aprendam, com maior nitidez, as características sociais fundamentais de seu eleitorado.

Realizadas sob uma conjuntura de transição democrática, mas ainda sob a vigência de uma legislação restritiva, as eleições de 1982 adquiriram um caráter plebiscitário, de repúdio, através do voto, ao regime ditatorial. Por um lado, visando beneficiar o Partido Social Democrático (PDS), sucessor da antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido oficial da ditadura, e, por isso, já implantado em todos os municípios do país, a legislação eleitoral impôs a vinculação total dos votos, exigindo que os eleitores escolhessem, do vereador ao senador, candidatos de um único partido. De outro lado, o caráter plebiscitário assumido por aquelas eleições, no primeiro pleito de caráter quase geral no país durante a ditadura (quando se colocaram em disputa todos os cargos executivos e legislativos, excetuando-se apenas os cargos de prefeitos das capitais estaduais, das cidades

consideradas áreas de segurança nacional e das estâncias hidro-minerais e o de presidente da República), trouxe como estratégia de reação e de protesto contra a ditadura a prática do que se denominou, sob aquela conjuntura política, de voto útil.

Este conjunto de fatores acabou por beneficiar, ao final, não ao PDS mas, contraditoriamente ao esperado pelos estrategistas do regime, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido legal de oposição consentida à ditadura militar, extinto, como a Arena, em 1979 e, como aquela, imediatamente recriado sob a nova legislação. Desta forma, sem que se valesse diretamente das benesses oficiais para sua implantação, este partido pode instalar-se, com maior facilidade do que os demais partidos de oposição recém constituídos, na quase totalidade dos municípios, o que aumentou sua capacidade de apresentar chapas eleitorais completas e, conseqüentemente, de ser votado. O PMDB soube, além disto, explorar as brechas deixadas pela legislação autoritária e, através de artifícios legais, conseguiu reconduzir a suas fileiras, sob a forma jurídica de uma "incorporação partidária", as parcelas mais conservadoras do antigo MDB, agrupadas, até aquele momento, no Partido Popular. Com isto, reincorporaram-se às hostes peemedebistas as alas mais moderadas de seus antigos integrantes, aquelas que sempre se mostraram as mais próximas do eleitorado das médias e pequenas cidades e as mais competentes para conquistar os votos tradicionalmente mais conservadores. Somados estes fatos ao ânimo predominante de repúdio ao regime ditatorial, o resultado final foi o reforço da votação no PMDB, que pode se beneficiar, desta maneira, tanto do apelo pessoal e carismático de seus candidatos, quanto dos votos de protesto e de repúdio à ditadura.

Excetuando-se, portanto, o PDS e o PMDB, todos os demais partidos ressentiram-se das dificuldades de se estruturarem e, conseqüentemente, de lançarem chapas eleitorais completas, principalmente nas cidades de porte médio e nas pequenas, onde concentra-se o maior contingente eleitoral brasileiro. A legislação eleitoral dificultou, ainda por outras vias, o exercício livre do voto. A chamada "Lei Falcão", referência ao sobrenome do Ministro da Justiça do período, impedia que durante o horário eleitoral gratuito no rádio e na tevê os partidos expusessem suas plataformas, projetos e programas, obrigando-os a limitarem-se à veiculação do *curriculum vitae* de seus candidatos. Mais uma vez, beneficiaram-se, com esta restrição, os partidos que, melhor estruturados e implantados, apresentaram candidatos em todos os municípios e, assim, conseguiram melhor se aproximar do eleitorado. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), não obstante envolvidos em uma disputa jurídica pelo espólio político de Getúlio Vargas, manipulada pelo TSE sob pressão ditatorial, puderam se valer, no entanto, ao menos do fato de se apresentarem frente ao eleitorado como sucessores do antigo PTB varguista.

Foi o Partido dos Trabalhadores, desta forma, dentre todos os que se implantaram imediatamente após a reforma político-eleitoral de 1979, o único partido que, nas eleições de 1982, se apresentou como uma alternativa efetivamente nova, destituído de quaisquer vínculos com as antigas tradições políticas existentes no país. Na conjuntura daquele momento, os prejuízos eleitorais que lhe advieram em decorrência deste fato tomaram-se, com certeza, bem maiores do que as vantagens. Além

de ver-se, de um lado, pressionado pela necessidade imposta pela legislação de se estruturar em todo o país e, no maior número de cidades, apresentar chapa completa de candidatos, o partido viu-se, de outro lado, pressionado pelas antigas forças políticas de oposição à ditadura: o PT foi acusado, diante da legislação restritiva e vinculatória dos votos, de "dividir a oposição" e, assim, "fazer o jogo do sistema", dificultando, por sua presença no cenário eleitoral e por sua postura de oposição, a vitória plebiscitária do PMDB, aglutinador de uma ampla frente que o tornava, na ótica de fração numerosa do eleitorado, repositário dos "votos úteis" contra a ditadura.

Frente a este conjunto de circunstâncias, que marcou as eleições de 1982 e que caracterizou a conjuntura política nacional na estréia eleitoral do Partido dos Trabalhadores, pode-se afirmar, com certeza, que o voto conferido aos seus candidatos naquelas eleições foi o voto de seu eleitor típico: aquele que, mesmo premido pelas restrições da legislação e pelas pressões conjunturais, decidiu, com relativa margem de consciência, optar por aquela nova alternativa político-eleitoral que se apresentava. Uma alternativa que se revelava, naquela eleição, com chances eleitorais mínimas mas que, não obstante este fato, merecia, por algum motivo, a preferência de seu voto.

O voto petista de 1982, desta forma, mesmo revelando-se, no plano quantitativo confirmado pelo aumento contínuo das votações posteriores do partido, como seu voto mínimo, pode ser considerado, no plano ideológico, como o voto da afirmação máxima da identidade partidária de seus eleitores. É o voto onde se pode buscar, com clareza maior do que nas demais eleições disputadas pelo partido, o eleitor típico do Partido dos Trabalhadores no período de sua fundação. A verificação das características sociais deste eleitor tornará possível que se explicitem as características sociais mais fundamentais do eleitor petista, daquele que, conscientemente, escolheu o PT como opção política no momento de sua primeira disputa eleitoral e frente a todas as dificuldades políticas que então se antepunham a sua consolidação como partido institucional.

Desta maneira, inicia-se a análise observando-se, para as eleições aos governos estaduais de 1982, as declarações de intenção de voto nos candidatos petistas nos seis estados escolhidos neste trabalho. Verificam-se, inicialmente, os percentuais em cada variável observada, tais como o sexo, a escolaridade, o nível de renda e o setor de atividade profissional etc.. Isto feito, acompanha-se, nas demais eleições, em cada um dos seis estados, levando-se em conta as mesmas variáveis, as possíveis alterações dos percentuais iniciais. Traça-se, assim, o perfil eleitoral básico do eleitorado petista. Por fim, através da análise do desempenho do candidato do PT às eleições presidenciais de 1989, compara-se, em suas linhas gerais, as características do eleitorado petista de nível estadual, com as de seu eleitorado de nível nacional.

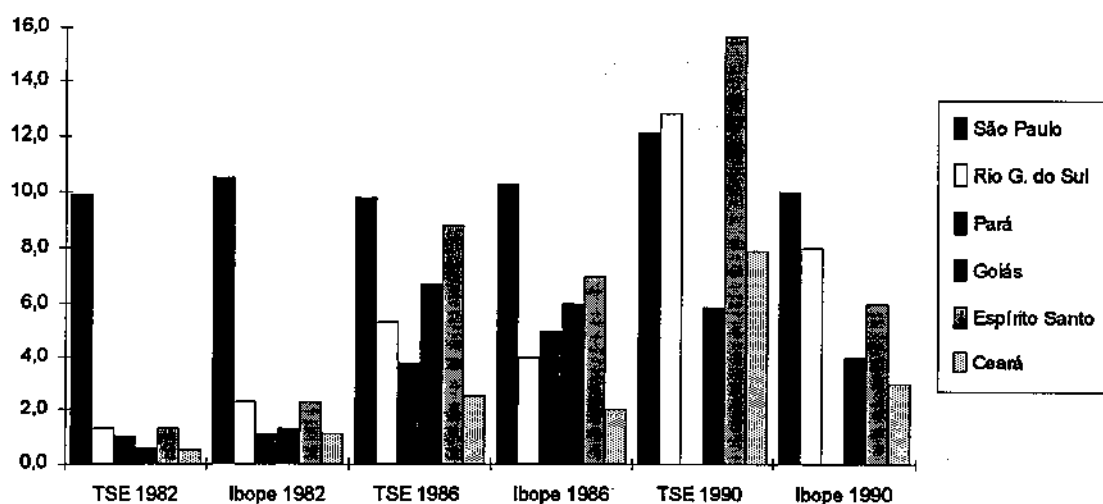
### 3.3. Distribuição e Evolução Geral do Voto Petista nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990

Confrontam-se, na tabela e no gráfico abaixo, os resultados oficiais das eleições para os governos estaduais dos seis estados brasileiros escolhidos para a análise, divulgados pelo TSE, e os resultados das pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Ibope, nos mesmos estados e em igual período. Através deste procedimento, pode-se verificar o crescimento dos votos obtidos pelos candidatos a governador pelo PT em cada um dos estados e, ao mesmo tempo, conferir a confiabilidade dos resultados das pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Ibope e aqui utilizadas para a construção das séries de dados estatísticos.

**Comparação dos Resultados Eleitorais Oficiais (TSE) e do Ibope**

|                | 1982 |       | 1986 |       | 1990      |           |
|----------------|------|-------|------|-------|-----------|-----------|
| Estado         | TSE  | Ibope | TSE  | Ibope | TSE       | Ibope     |
| São Paulo      | 9,9  | 10,5  | 9,8  | 10,3  | 12,1      | 10        |
| Rio G. do Sul  | 1,3  | 2,3   | 5,3  | 4     | 12,8      | 8         |
| Pará           | 1,0  | 1,1   | 3,8  | 5     | não disp. | não disp. |
| Goiás          | 0,6  | 1,3   | 6,7  | 6     | 5,9       | 4         |
| Espírito Santo | 1,3  | 2,3   | 8,8  | 7     | 15,7      | 6         |
| Ceará          | 0,5  | 1,1   | 2,5  | 2     | 7,9       | 3         |

**Comparação dos Resultados Eleitorais Oficiais (TSE) e do Ibope**



Vê-se que as pesquisas do Ibope aqui utilizadas apresentam resultados bastante próximos dos divulgados pelo TSE. Apenas para a eleição de 1990 e apenas para os estados do Espírito Santo e do Ceará, os dados das pesquisas do Ibope selecionadas divergem significativamente dos números oficiais finais. A defasagem verificada para aqueles dois estados, naquela eleição, deve-se ao fato de as

pesquisas disponíveis terem sido realizadas em período muito anterior à votação oficial, quando o eleitorado ainda não havia fixado sua preferência de voto. Eliminam-se, portanto, no que se refere à análise da penetração eleitoral do PT naqueles dois estados, os dados relativos à eleição de 1990, utilizando-os, no entanto, para a interpretação do perfil social do eleitorado específico do partido.

Quanto às votações oficiais obtidas pelos candidatos petistas aos governos estaduais, pode-se perceber que, em todos os estados selecionados, durante o período em análise, ocorreu crescimento significativo no desempenho eleitoral do PT, o que, de resto, acompanhou seu desempenho no conjunto do país. Nos estados escolhidos, muitas vezes partindo de votações irrisórias, o PT acumulou, de 1982 a 1990, crescimento não desprezível em todos eles, mesmo naqueles em que, como se poderá observar nas tabelas anexas, as marcas eleitorais do partido tenham se conservado ainda baixas ao final do período.

São Paulo, estado de maior desenvolvimento econômico e de maior concentração demográfica e eleitoral do país, detendo, respectivamente, 21% de seus habitantes e 23% de seus eleitores, foi o único estado onde se verificou uma relativa estabilidade nas votações do PT, mas foi, em contrapartida, o estado onde sua votação se fixou, desde 1982, sobre patamar próximo dos 10% dos votos. Mesmo assim, a votação oficial obtida pelo partido evoluiu, de 9,9% do total em 1982, para 12,1% em 1990.

No Espírito Santo, estado da mesma região sócio-econômica de São Paulo mas com população, eleitorado e desenvolvimento econômico muito inferior ao daquele estado, representando apenas 1,7% da população e 1,6% dos eleitores, o PT, partindo de 1,3% dos votos, em 1982, alcançou, em 1990, 15,7% da votação recebida pelo conjunto dos candidatos ao governo estadual. O crescimento acumulado no período totalizou, portanto, 12 vezes a votação obtida em 1982.

No Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do país, onde se concentram 6,2% dos eleitores e 7,2% da população, estado de desenvolvimento urbano e industrial significativo, mas onde a agricultura tem peso importante na economia e, por fim, onde se encontram os melhores indicadores de qualidade de vida do Brasil, a votação dos candidatos petistas ao governo do estado cresceu, no período considerado, 9,8 vezes. Iniciando-se em 1,3% em 1982, os votos petistas alcançam 12,8% do total em 1990.

O mesmo crescimento de 9,8 vezes na votação foi atingido pelos candidatos petistas ao governo do estado de Goiás, ao final das três eleições aqui consideradas. Localizado na região Centro-Oeste, Goiás tem uma economia fortemente vinculada às atividades agrárias. Concentram-se, naquele estado, 2,7% da população brasileira e 3,1% dos eleitores do país. Partindo de 0,6% do total dos votos em 1982, o PT alcançou, em 1990, 5,9% dos votos conferidos aos candidatos para o governo estadual.

Foi no Ceará, entretanto, estado característico da região Nordeste do Brasil, a de menor desenvolvimento sócio-econômico do país, com 4,3% da população e 4,1% do eleitorado, que, em termos, relativos, o Partido dos Trabalhadores obteve, entre 1982 e 1990, seu maior crescimento eleitoral. Ali, iniciando com apenas 0,5% do total dos votos para o governo do estado em 1982, o partido alcançou, em 1990, 7,9% destes mesmos votos, totalizando um crescimento acumulado superior a 15 vezes

Para o estado do Pará, onde se localizam 3,5% da população brasileira e 2,5% dos eleitores, como os dados eleitorais oficiais para 1990 foram divulgados de forma agregada, os números para o PT não estão disponíveis. Desta forma, a comparação do desempenho petista só pode ser estabelecida entre as eleições estaduais de 1982 e de 1986. Partindo, assim, de um percentual total de apenas 1% dos votos, em 1982, o partido conquistou 3,8% do eleitorado, em 1986, quase que quadruplicando sua penetração. Como se sabe, o Pará é um estado de fronteira agrícola, pouco desenvolvido industrialmente, mas dotado, no plano social, de um forte movimento sindical agrário e onde a luta pela posse da terra atinge condições dramáticas.

Como interpretar o crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores, expresso nos números oficiais das eleições de 1982 à 1990? Como se explica seu crescimento significativo em estados e regiões de características sociais e econômicas tão diversas? Serão seus eleitores eminentemente operários, como indicavam as votações iniciais do partido, concentradas, em 1982, nas regiões mais industrializadas do estado de São Paulo, onde o PT elegeu, naquele ano, seis de seus oito deputados federais e nove de seus treze deputados, além de um prefeito municipal<sup>128</sup>? Partindo de uma votação que representou pouco mais de 3% do eleitorado nacional em 1982 o PT atingiu uma votação nacional, em 1989, equivalente a 16% do total dos votos válidos no primeiro turno da disputa presidencial ocorrida naquele ano e a 48% deste mesmo total no segundo turno. Em termos sociais, quem são, afinal, os eleitores petistas?

A resposta satisfatória a estas questões exige que se verifique, ao longo das eleições que o PT tem disputado, tanto a penetração eleitoral obtida por seus candidatos em cada um dos diversos segmentos sociais que compõem o eleitorado de cada região, quanto a composição interna do eleitorado petista, isto é, o conjunto de segmentos que compõe este eleitorado. Trabalha-se aqui, portanto, com dois indicadores distintos: 1) a penetração do partido no eleitorado total e 2) o perfil social do eleitorado de cada partido.

A *penetração do partido no eleitorado total* é obtida pela simples interpretação dos percentuais de intenção de voto obtidos por seus candidatos em cada estado e em cada região selecionada para análise. É o percentual que permite verificar, tanto a votação total provável num candidato ou num partido, quanto sua distribuição pelos diversos segmentos sociais e faixas nas que se subdivide o eleitorado. Partindo-se do eleitorado potencial total, trabalha-se, num segundo momento, sobre a intenção de voto de cada segmento social específico e selecionado para a análise, como o sexo, a região de domicílio, o setor de atividade. Considera-se, agora, cada um desses segmentos, como o universo global. Verifica-se, com isto, como cada segmento do eleitorado se distribui entre os diversos candidatos/partidos envolvidos na disputa. Como regra geral, é este o indicador que é apresentado normalmente pelo Ibope em suas pesquisas, já que é ele que melhor permite, aos candidatos e partidos

---

<sup>128</sup> Localizada no ABCD paulista, Diadema foi, na verdade, uma das duas prefeituras conquistadas pelo PT em 1982. Santa Quitéria, no Piauí, foi a outra. A eleição do prefeito desta última cidade deveu-se, no entanto, a circunstância eminentemente locais, em muito pouco decorrentes da ação do PT. Por este motivo, desconsidera-se, para os efeitos da presente análise, este fato.

envolvidos na disputa eleitoral, apreender a capacidade de cada candidato/partido de penetrar no eleitorado e conquistar seus votos.

O *perfil social do eleitorado de cada partido*, por outro lado, é obtido através da análise da composição interna do eleitorado específico de um partido. Toma-se como referência da análise os eleitores declarados de um partido, considerado como o universo total, verificando-se, então, sua composição social interna. Parte-se, neste caso, do eleitorado declarado dos candidatos de cada partido e verifica-se, em termos sociológicos, como ele se estratifica pelos diversos segmentos e faixas selecionados para análise e que compõem o eleitorado global. Este é o procedimento prioritariamente utilizado neste trabalho, uma vez que o que se pretende verificar, mais do que o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores ao longo das diversas eleições, é a composição social do eleitorado petista, suas regularidades e suas transformações.

Importante para uma reflexão sociológica mais acurada, mas de aplicabilidade reduzida nas disputas eleitorais, o perfil dos eleitores dos partidos é raramente apresentado pelo Ibope em suas pesquisas. Apenas para as eleições do ano de 1986 e, mesmo nestas, apenas para indicadores gerais como o sexo, a localização geográfica e o nível de escolaridade, o Ibope apresentou seus dados organizados desta maneira. Foi necessário, portanto, para que se tornasse possível a construção dos indicadores do perfil social do eleitorado petista, que a grande maioria dos dados aqui utilizados fosse retrabalhada, procedendo-se a um novo cálculo de seus percentuais. Utilizou-se, assim, os dados disponíveis e, com eles, procurou-se traçar um perfil sócio-econômico inicial e indicativo do eleitorado petista, entendendo-o como uma aproximação que torna possível apontar tendências de fixação de suas características, nunca, porém, como a expressão final de um perfil social estatisticamente comprovado. Espera-se, assim, sem que se pretenda lançar proposições definitivas a respeito da constituição social do eleitorado petista, contribuir para que se conheça um pouco mais sua composição e, com isto, se eliminem algumas pré-noções e algumas falsas interpretações até aqui firmadas e amplamente aceitas a seu respeito.

### **3.4. Características Demográficas do Eleitorado do PT nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990**

#### **3.4.1. Distribuição Geográfico-Espacial**

A análise da *penetração do PT no eleitorado total* nas eleições de 1982 indica que ela ocorreu, em seus percentuais mais elevados e em todos os estados, em suas capitais. As declarações de intenção de voto distribuíram-se, geograficamente, da seguinte forma: em São Paulo, 13,9% na capital e 8,4% no interior; no Rio Grande do Sul, 4,6% na capital e 1,9% no interior; no Pará, 2,7% na capital e 0,2% no interior; em Goiás, 2% na capital e 1,2% no interior; no Espírito Santo, 6,2% na capital e 1,4% no interior e, no Ceará, 3,1% na capital e 0,3% no interior.

Pode-se perceber, no entanto, quando se recorre à tabela onde se listam os percentuais relativos ao *perfil social do eleitorado petista* (ou seja, à *composição interna do eleitorado do partido*, tomado então como o universo global da análise), que em apenas três dos seis estados, ou seja, em apenas metade da amostra, o eleitorado petista concentrou-se majoritariamente em suas capitais: no Pará (90,6%), no Ceará (75,6%) e em São Paulo (51,2%). Nos demais estados, o eleitorado petista distribuiu-se preferencialmente pelas cidades interioranas: em Goiás (78,7%), no Rio Grande do Sul (69,4%) e no Espírito Santo (50,7%).

| Localização Geográfico-Espacial dos Eleitores do PT |      |      |      |
|-----------------------------------------------------|------|------|------|
| <i>Penetração do partido no eleitorado total</i>    |      |      |      |
| Capital                                             |      |      |      |
| Estado                                              | 1982 | 1986 | 1990 |
| São Paulo                                           | 13,9 | 13   | 10   |
| Rio G. do Sul                                       | 4,6  | 9    | 11   |
| Pará                                                | 2,7  | 5    | 0    |
| Goiás                                               | 2    | 18   | 7    |
| Espírito Santo                                      | 6,2  | 15,7 | 10   |
| Ceará                                               | 3,1  | 5    | 6    |
| Interior                                            |      |      |      |
| Estado                                              | 1982 | 1986 | 1990 |
| São Paulo                                           | 8,4  | 8,9  | 10,3 |
| Rio G. do Sul                                       | 1,9  | 3,0  | 7,0  |
| Pará                                                | 0,2  | 5,0  | 0,0  |
| Goiás                                               | 1,2  | 3,2  | 3,0  |
| Espírito Santo                                      | 1,4  | 5,7  | 5,3  |
| Ceará                                               | 0,3  | 1,0  | 2,0  |

A análise das intenções de voto no PT nas eleições aos governos estaduais subsequentes, de 1986 e 1990, permite que se verifique a afirmação de uma tendência no sentido da interiorização de seu voto, tendência que se manifesta, tanto através do crescimento constante e proporcionalmente superior de sua penetração eleitoral no interior de vários estados, quanto no crescimento efetivo do peso do eleitor interiorano na composição interna de seu eleitorado específico. Iniciando-se por São Paulo, onde o percentual global de intenção de voto no PT pouco se altera ao longo das três eleições, ocorrendo mesmo um pequeno decréscimo de 1982 a 1990<sup>129</sup>, vê-se que, paralelamente à diminuição de sua penetração eleitoral na capital, de 13,9% em 1982, para 13% em 1986 e para 10% em 1990, se estabelece um crescimento no interior, onde os 8,4% conquistados em 1982, passam para 8,9% em 1986 e para 10,3% em 1990. Em São Paulo, portanto, inverteram-se as posições, com o partido atingindo, no interior, ao final do período, um percentual de penetração eleitoral superior ao alcançado

<sup>129</sup> O decréscimo do percentual de votos do PT em 1990 na capital de São Paulo não ocorreu efetivamente. O Ibope apontou, para a eleição de 1990, um percentual provável de votação do PT no estado de São Paulo inferior àquele que, de fato, o partido recebeu.

na capital. Com isto, inverteram-se também, ao correr das eleições consideradas, os pesos relativos dos eleitorados da capital e do interior, na composição interna do eleitorado petista. Os 51,2% concentrados na capital em 1982 diminuíram para 42,7% em 1986 e caíram para apenas 33,6% em 1990, enquanto cresceram, em proporção inversa, no interior, dos 49% verificados em 1982, para 57,2% em 1986 e para 68,1% em 1990. Vê-se, assim, que, não obstante tenha se estabelecido, ao longo do período, um quase equilíbrio na composição do eleitorado petista em São Paulo, ele tendeu a se concentrar no interior do estado, onde a média extraída dos percentuais das três eleições se fixou em 58,1%, contra os apenas 42,5% obtidos pelas intenções de voto declaradas para a capital.

Para os demais estados, percebe-se que, em todos, ocorreu um crescimento constante da penetração eleitoral do partido, crescimento que se expressa, tanto nas áreas de suas capitais, quanto nas do interior. Em todos os estados e em todas as eleições realizadas no período, os maiores percentuais de intenção de voto ocorreram nas capitais, exceção feita ao Pará onde, em 1986, verificou-se um empate nos percentuais obtidos para a capital e para o interior. Naquele estado, no entanto, ao crescimento de 1,8 vezes constatado nas intenções de voto no PT em sua capital, entre as eleições de 1982 e 1986, correspondeu um crescimento de 25 vezes nas cidades interioranas. No Rio Grande do Sul, enquanto as declarações de intenção de voto no interior crescem 3,7 vezes, na capital seu crescimento limitou-se a 2,4 vezes. No Espírito Santo, a 2,2 vezes de crescimento na capital, correspondeu um crescimento de mais de 6,5 vezes no interior. No Ceará, o aumento de 1,6 vezes da penetração eleitoral na capital foi acompanhado de um crescimento de mais de 3,3 vezes no interior. Apenas no estado de Goiás o crescimento na penetração eleitoral do partido no município da capital do estado revelou-se mais intenso do que o verificado no interior: enquanto ela cresceu 3,5 vezes na capital, seu crescimento nas cidades interioranas foi de apenas 2,5 vezes.

#### Localização Geográfico-Espacial dos Eleitores do PT

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |      |           |       |
|------------------------------------|------|------|-----------|-------|
| Capital                            |      |      |           |       |
| Estado                             | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 51,2 | 42,7 | 33,6      | 42,5  |
| Rio G. do Sul                      | 32,0 | 36,0 | 22,0      | 30,0  |
| Pará                               | 90,6 | 33,0 | não disp. | 61,8  |
| Goiás                              | 22,6 | 57,0 | 35,3      | 38,3  |
| Espírito Santo                     | 41,8 | 28,6 | 18,5      | 29,6  |
| Ceará                              | 75,6 | 62,5 | 53,0      | 63,7  |
| Interior                           |      |      |           |       |
| Estado                             | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 49,0 | 57,2 | 68,1      | 58,1  |
| Rio G. do Sul                      | 69,4 | 63,0 | 78,0      | 70,1  |
| Pará                               | 11,5 | 67,0 | não disp. | 39,2  |
| Goiás                              | 78,7 | 43,2 | 59,9      | 60,6  |
| Espírito Santo                     | 50,7 | 71,4 | 78,8      | 66,9  |
| Ceará                              | 20,0 | 37,5 | 47,0      | 34,8  |

A observação interna do eleitorado petista reforça, por seu turno, a evidência do crescimento constante e significativo do peso do eleitorado interiorano na composição do voto petista. Tal como o verificado acima para o estado de São Paulo, também nos demais estados aumentou, no período em análise, o peso relativo do voto do interior na composição do voto petista global, a ponto de, em três estados, Rio Grande do Sul, Goiás e Espírito Santo, a média alcançada pelo voto interiorano nas três eleições revelou-se superior a das capitais. Apenas no Ceará, nas três eleições, manteve-se na capital a maior concentração do eleitorado petista, não obstante tenha ocorrido um crescimento significativo do eleitorado do interior. No Pará, onde a tabela expressa uma média superior na capital, vê-se que o empate já apontado em 1986 nos percentuais de penetração eleitoral na capital e no interior revela-se, na verdade, como a superação, por larga maioria, do eleitorado petista do interior sobre o da capital, com 67% dele distribuindo-se pelo interior do estado e apenas 33% concentrando-se em sua capital. O que indica, sem dúvida, uma tendência de crescimento, também naquele estado, nos moldes dos demais, ou seja, o crescimento tendencial e progressivo do peso do eleitorado interiorano na composição global do voto petista.

Vê-se, desta forma, que, ao longo do período em análise ocorreu uma transformação significativa no perfil do eleitor petista. Enquanto, em todos os estados analisados, praticamente dobrou a penetração eleitoral do partido nas áreas de suas capitais, decresceu, em contrapartida, o peso relativo deste eleitorado na composição do eleitorado específico do partido, com o conseqüente aumento do peso relativo do eleitorado interiorano na composição global de seu eleitorado. Um crescimento que, se é significativo, não é, entretanto, suficiente para que o eleitor do interior se equipare em peso, no PT, ao peso que detem nos demais partidos, notadamente o PMDB e o PDS/PPR<sup>130</sup>. As cifras relativas às votações partidárias nos estados demonstram que, frente àqueles partidos, o peso do eleitorado petista das capitais ainda se mantém num patamar bastante mais elevado do que o do interior. A relação 42% capital, contra 58% interior, verificada para as médias da distribuição eleitoral do PT, expressa-se em 29% na capital e 72% no interior para o PMDB e em 35% na capital e 65% no interior para o PDS/PPR. No Rio Grande do Sul, contra os 30% e 70% do PT, ocorrem 12% e 88% no PMDB e 13% e 87% no PDS/PPR. No Pará, os 62% e os 39% do PT, transformam-se em 40% e 60% no PMDB e em 35% e 66% no PDS/PPR. Em Goiás, aos 38% e 61% das médias do PT, correspondem médias de 18% e 82% no PMDB e, no PDS/PPR (que não apresentou candidatos ao governo daquele estado após 1982), o percentual de 1982 revela que eram apenas 5% do total de seus eleitores que se localizavam na capital, com os 95% restantes fixados no interior. No Espírito Santo, as médias petistas obtidas de 30% na capital e de 67% no interior, revelam-

<sup>130</sup> Ao longo deste trabalho apresentam-se como votos do PDS/PPR os votos obtidos pelo Partido Democrático Social, sucessor da antiga ARENA, e pelo Partido Progressista Reformador, que sucedeu o PDS. Quando o PDS ou o PPR não apresentou candidato próprio nem se coligou com nenhum partido e, em contrapartida, o PFL (Partido da Frente Liberal) apresentou candidatos, os votos obtidos por este último partido foram considerados aqui como votos do PDS/PPR. Para efeitos comparativos, as votações obtidas pelas diversas coligações por ventura realizadas pelo PDS/PPR, pelo PMDB ou pelo PT, são apresentadas aqui como votações individuais de cada um destes partidos, ou seja, sem que se destaque a ocorrência das coligações.

se, para o PMDB, como 13% e 91% e, para o PDS/PPR (que, como em Goiás, também não apresentou ali candidatos ao governo em 1986 e 1990), de apenas 10% na capital, contra 90% no interior. Por fim, para o Ceará, único estado em que, como se viu, o PT manteve seu eleitorado prioritariamente na capital, à média de 64% do eleitorado petista concentrados na capital, correspondem médias de concentração de 34% no PMDB e de 14% no PDS/PPR e, para o interior, frente aos 35% dos petistas, o PMDB concentra 67% e o PDS/PPR 86%.

Diante deste conjunto de observações, pode-se afirmar que, embora se confirme a superioridade do peso do eleitorado das capitais na composição do voto petista, característica firmada desde 1982, têm ocorrido, ao longo do período, um crescimento constante do peso do eleitorado do interior. Hoje, é no interior dos estados onde se localiza a maioria do eleitorado do PT. Inverteu-se, assim, o perfil geográfico-espacial do voto petista.

Não obstante o peso do eleitorado interiorano seja, em todos os estados, maior do que o das capitais, a inversão ocorrida na composição do eleitorado petista revela que este partido, implantado inicialmente nos grandes centros, vem conseguindo, mesmo sem atingir os patamares do PMDB e do PDS/PPR, ao menos minimamente, sensibilizar parcela significativa e crescente dos eleitores de centros populacionais menores, menos industrializados e menos desenvolvidos do que aqueles que, em 1982, lograra conquistar.

### 3.4.2 Sexo

Quanto ao sexo de seus eleitores o PT caracterizou-se, nas eleições aos governos estaduais de 1982, como um partido que recebeu, majoritariamente, votos masculinos. Apenas nos estados do Pará e de Goiás os maiores percentuais de penetração eleitoral do partido foram obtidos entre o eleitorado feminino. No primeiro, seu candidato conquistou entre as mulheres 1,9% dos votos, conseguindo apenas 0,5% entre os homens; no segundo, 1,4% dos votos foram obtidos junto ao eleitorado feminino, e 1,2% junto ao masculino. Nos quatro estados restantes, com se vê na tabela abaixo, foi sempre entre os homens que o PT atingiu seus melhores índices: em São Paulo, foram 11% entre os homens e 10% entre as mulheres; no Rio Grande do Sul 3% entre os homens e 1,6% entre as mulheres; no Espírito Santo 2,4% e 2,2% respectivamente e, no Ceará, 1,2% e 1%.

Esta característica do voto petista em 1982, de compor-se, majoritariamente, por eleitores masculinos, afirma-se, ainda mais, quando se verifica, no interior do eleitorado do partido, a composição social de seus eleitores. Verifica-se, assim, que a maioria feminina só é obtida no estado do Pará. Até mesmo em Goiás que, como se viu, foi o segundo dos dois estados onde o PT conquistou penetração eleitoral mais significativa entre as mulheres naquela eleição, a análise da composição interna do eleitorado petista revela que a maioria de seus votos veio do eleitorado masculino. Desta forma, enquanto no Pará, o voto petista se constituiu 73,9% de mulheres e 26% de homens, numa relação de quase oito votos femininos para apenas pouco mais de dois votos masculinos, ocorreu, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo uma inversão quase total desta proporcionalidade. No primeiro estado, o eleitorado do partido compôs-se de cerca de 70% de homens e de apenas cerca de 32% de

mulheres e, no segundo, de cerca de 63% de homens e de apenas 38% de mulheres. Percebe-se, assim, que, em ambos, a proporcionalidade homens e mulheres se estabelece na existência de quase sete votos masculinos para cada três votos femininos. Até mesmo nos estados onde se estabeleceu um equilíbrio relativo na participação dos eleitorados masculino e feminino na composição do voto petista, a supremacia masculina foi mantida. Foi este o caso verificado nos estados do Ceará, de Goiás e de São Paulo. Nos dois primeiros, o eleitorado petista compôs-se, em 1982, por cerca de 54% de homens e 46% de mulheres e, no último, por cerca 58% por homens e 43% por mulheres.

#### Eleitores do PT Segundo o Sexo

| <i>Penetração do partido no eleitorado total</i> |      |      |           |
|--------------------------------------------------|------|------|-----------|
| Masculino                                        |      |      |           |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      |
| São Paulo                                        | 11   | 11   | 12        |
| Rio G. do Sul                                    | 3    | 4    | 8         |
| Pará                                             | 0,5  | 5,6  | não disp. |
| Goiás                                            | 1,2  | 6    | 4         |
| Espírito Santo                                   | 2,4  | 7,7  | 6         |
| Ceará                                            | 1,2  | 1,6  | 4         |
| Feminino                                         |      |      |           |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      |
| São Paulo                                        | 10   | 9,5  | 8         |
| Rio G. do Sul                                    | 1,6  | 4    | 8         |
| Pará                                             | 1,9  | 4    | não disp. |
| Goiás                                            | 1,4  | 6    | 4         |
| Espírito Santo                                   | 2,2  | 6    | 6         |
| Ceará                                            | 1    | 2,4  | 2         |

A análise da composição por sexo do eleitorado petista ao longo das três eleições revela que ele se manteve majoritariamente constituído por homens. Em São Paulo, após um ligeiro decréscimo da participação masculina em 1986, reduzindo-se de 57,5% para 57,3%, ocorreu, nas eleições de 1990, novo aumento de seu peso, com os homens atingindo, naquele ano, 61,3% do total do eleitorado petista. Rompeu-se, assim, em 1990, o equilíbrio relativo que se verificara naquele estado durante as eleições anteriores. No Pará, a supremacia feminina, verificada em 1982, foi superada pela maior incidência de votos masculinos em 1986, quando eles atingiram 62,7% do total do eleitorado petista. No Ceará, o relativo equilíbrio entre homens e mulheres na composição interna do eleitorado petista de 1982 foi substituído, nas demais eleições, por um comportamento errático: se em 1986, o eleitorado feminino compôs 60% do total dos votos petistas, em 1990 o eleitorado masculino retomou a maioria, atingindo, 61% do total dos votos conquistados pelo candidato petista ao governo do estado.

Vê-se, desta forma, que em três dos seis estados sob observação, quando se analisam as três eleições ocorridas no período, não se estabelece qualquer outra regularidade na composição sexual do eleitorado petista, além daquela já apontada e válida para todos os estados, qual seja, a de maior incidência do voto masculino. Na metade restante da amostra, entretanto, não obstante o voto

masculino se mantenha majoritário ao longo de todo o período, pode-se perceber, ao mesmo tempo, que se afirma uma tendência de crescimento da participação do voto feminino na composição interna do eleitorado petista. Naqueles três estados, com o crescimento acentuado do eleitorado feminino, os pesos dos dois segmentos tendem, em 1990, ao equilíbrio. Os 69,7% de participação masculina no Rio Grande do Sul em 1982 reduzem-se para 52% em 1986 e para 51% em 1990, com o conseqüente aumento da participação feminina de 32,4% em 1982, para 48% e para 49% nas demais eleições; em Goiás e no Espírito Santo, não obstante tenha ocorrido um crescimento do peso do voto masculino em 1986, com os homens atingindo uma participação de 57% contra os 53,8% obtidos de 1982, no primeiro estado, e 64,4% contra 62,9% no segundo, em 1990 eles reduzem-se para 52,2% e para 54,3% respectivamente, com as mulheres atingindo, então, 47,8% e 45,8% em cada um deles.

A comparação das médias obtidas pelos eleitores masculinos e femininos na composição do voto petista nas três eleições, com as médias obtidas pelos eleitores de cada um dos sexos na composição do voto peemedebista e pedessista, permite que se constate que, grosso modo, o eleitorado masculino é majoritário também na composição do eleitorado destes partidos. Em São Paulo, enquanto o PT firma uma média que estabelece um índice de 58,7% para o voto masculino, tanto o PMDB quanto o PDS/PPR firmam médias de 54% para este mesmo voto. No Rio Grande do Sul, aos 57,6% alcançados pelos eleitores do sexo masculino no interior do eleitorado petista, correspondem, respectivamente, 52% no PMDB e 51% no PDS/PPR. Em Goiás, aos 54,3% de homens que compõe a média petista, contrapõem-se 55% no PMDB e 58% no PDS/PPR (só 1982). No Espírito Santo, para os 60,5% de votos masculinos no PT, correspondem 58% no PMDB e 62% no PDS/PPR (só 1982). No Ceará, enquanto os votos masculinos atingem 51,8% no PT, eles significam 51% no PMDB e 48% no PDS/PPR, único estado da amostra onde o eleitorado feminino supera o eleitorado masculino pedessista. O Pará, estado para o qual não se dispõem de dados relativos à eleição de 1990, oferece, para o PT, a exceção que faz o voto feminino majoritário em ao menos um estado da amostra: nele a média alcançada pelo voto petista masculino na composição de seu eleitorado global é de apenas 44,4%, enquanto que, no PMDB, o voto masculino atinge 56% e, no PDS/PPR, 58%.

### Eleitores do PT Segundo o Sexo

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |      |           |       |
|------------------------------------|------|------|-----------|-------|
| Masculino                          |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 57,5 | 57,3 | 61,3      | 58,7  |
| Rio G. do Sul                      | 69,7 | 52,0 | 51,0      | 57,6  |
| Pará                               | 26,0 | 62,7 | não disp. | 44,4  |
| Goiás                              | 53,8 | 57,0 | 52,2      | 54,3  |
| Espírito Santo                     | 62,9 | 64,4 | 54,3      | 60,5  |
| Ceará                              | 54,3 | 40,0 | 61,0      | 51,8  |
| Feminino                           |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 43,0 | 42,7 | 39,2      | 41,6  |
| Rio G. do Sul                      | 32,4 | 48,0 | 49,0      | 43,1  |
| Pará                               | 73,9 | 35,2 | não disp. | 54,6  |
| Goiás                              | 44,9 | 43,0 | 47,8      | 45,2  |
| Espírito Santo                     | 38,0 | 35,6 | 45,8      | 39,8  |
| Ceará                              | 45,7 | 60,0 | 39,0      | 48,2  |

É possível identificar, como observação geral, além do predomínio do voto masculino, a similitude do voto petista com o voto dos demais partidos. Como se viu, são os eleitores do sexo masculino os que detêm a supremacia na composição do eleitorado tanto do PT, quanto do PMDB ou do PDS/PPR, mesmo que estes últimos, comparativamente ao primeiro, exibam melhores médias de votos femininos. A maioria masculina na composição por sexo do eleitorado em cada estado reflete-se na distribuição dos votos pelos diversos partidos, fazendo-se, assim, de forma relativamente equilibrada entre eles. Não há, portanto, ao menos até onde se conseguiu verificar, qualquer traço que possa distinguir, em termos da composição por sexo, o eleitorado petista do eleitorado dos demais partidos.

#### 3.4.3 Idade

O eleitorado petista de 1982 caracterizou-se como um eleitorado jovem. Em quatro dos seis estados analisados, ou seja, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Goiás e no Ceará, os maiores percentuais de intenção de voto ocorreram na faixa até os 24 anos, sendo que, nos dois estados restantes, as maiores concentrações dividiram-se pelas demais faixas etárias. Além disto, novamente em quatro dos seis estados, englobando desta vez São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Ceará, a penetração eleitoral do PT decresce à medida que aumenta a idade do eleitorado.

A análise interna do eleitorado petista em 1982 revela, ainda, que em três estados a maioria absoluta dos votos petistas provinha de eleitores com até os 24 anos: eram eles, o Rio Grande do Sul, com 58,5%, Goiás com 60,4 e Ceará com 59,8%. Com uma distribuição algo mais equilibrada, no Espírito Santo e em São Paulo, respectivamente 47,6% e 45,2% dos votos petistas originavam-se de

eleitores da faixa etária entre 25 e 39 anos. Vê-se, desta forma, que a regra da juventude do voto petista em 1982 só não é obtida na unanimidade dos estados observados porque no Pará ela é, finalmente, invertida. Naquele estado, 64,1% dos eleitores petistas concentraram-se na faixa de idade igual ou superior aos 40 anos, 18% na de 25 a 40 anos e apenas 17,1% na de 16 a 24 anos.

A evidência da juventude do eleitorado petista reforça-se, ainda mais, quando se observam os percentuais de penetração eleitoral do partido nas eleições de 1986 e de 1990. Nelas, os maiores índices foram obtidos, na totalidade dos estados analisados, na faixa de até 24 anos. Além disto, e agora numa incidência mais forte do que a de 1982, pois que se verifica em todos os estados aqui analisados, os percentuais de declaração de intenção de voto no partido diminuem à medida que avança a idade dos eleitores.

| Eleitores do PT Segundo as Faixas Etárias |      |      |      |
|-------------------------------------------|------|------|------|
| Penetração do partido no eleitorado total |      |      |      |
| 16 a 24 ANOS                              |      |      |      |
| Estados                                   | 1982 | 1986 | 1990 |
| São Paulo                                 | 15,3 | 14,0 | 15,0 |
| Rio G. do Sul                             | 5,0  | 7,0  | 11,0 |
| Pará                                      | 0,6  | 7,0  | 0,0  |
| Goiás                                     | 2,4  | 7,8  | 9,0  |
| Espírito Santo                            | 2,1  | 9,7  | 8,2  |
| Ceará                                     | 2,0  | 3,0  | 6,0  |
| 25 a 39 ANOS                              |      |      |      |
| Estados                                   | 1982 | 1986 | 1990 |
| São Paulo                                 | 11,7 | 12,2 | 11,0 |
| Rio G. do Sul                             | 1,6  | 4,0  | 8,0  |
| Pará                                      | 0,5  | 5,0  | 0,0  |
| Goiás                                     | 0,7  | 7,1  | 3,0  |
| Espírito Santo                            | 3,0  | 7,3  | 6,0  |
| Ceará                                     | 0,9  | 2,0  | 3,0  |
| 40 e MAIS ANOS                            |      |      |      |
| Estados                                   | 1982 | 1986 | 1990 |
| São Paulo                                 | 5,9  | 4,4  | 5,0  |
| Rio G. do Sul                             | 1,1  | 2,0  | 5,0  |
| Pará                                      | 2,6  | 3,0  | 0,0  |
| Goiás                                     | 0,8  | 2,0  | 1,0  |
| Espírito Santo                            | 1,8  | 3,5  | 4,0  |
| Ceará                                     | 0,3  | 1,0  | 1,0  |

Pode-se verificar, além disto, que o aumento constante dos percentuais globais alcançados pelos candidatos petistas nas eleições de 1986 e de 1990 pouco alterou sua distribuição pelas diversas faixas etárias. Dentre todos os estados observados, pode-se perceber que é apenas no Rio Grande do Sul que ocorre, durante o período em análise, algo que se pode considerar como um fenômeno de envelhecimento relativo do voto petista, através de seu deslocamento gradativo da faixa mais jovem à

faixa intermediária. Naquele estado, onde a série eleitoral inicia-se com uma concentração de 58,5% do eleitorado petista na faixa de 18 a 24 anos, verifica-se que, na eleição seguinte, a concentração nesta faixa diminui para 45,5% e, na última, concentra apenas 36% dos eleitores do partido. A esta diminuição corresponde um aumento constante dos eleitores petistas na faixa de 25 a 39 anos que, partindo do parâmetro de 25,8% do eleitorado do PT em 1982, detém 38% dos mesmos em 1986 e, em 1990, finaliza englobando 41% de seu total. Com isto, a concentração do voto petista que, em 1982 e em 1986, ocorria na faixa de 18 a 24 anos, em 1990, termina por acontecer na faixa etária dos 25 aos 39 anos. Não obstante este fato, a média final da distribuição interna do eleitorado petista no Rio Grande do Sul durante as três eleições fixa seu percentual mais elevado na faixa dos eleitores mais jovens, onde se localizam 46,7% de seu total, contra 34,9% na faixa de 25 a 39 anos e apenas 19,5% na de 40 anos e mais. Para todos os demais estados o que se verifica é a reafirmação, em 1986 e em 1990, daquilo que já se observou para as eleições de 1982. A única exceção ocorreu em Goiás, onde, em 1986, o eleitorado petista concentrou-se majoritariamente na faixa dos 25 aos 39 anos, modificando sua distribuição em relação à 1982, quando a maioria ocorrera na faixa de até os 24 anos.

#### Eleitores do PT Segundo as Faixas Etárias

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |      |           |       |
|------------------------------------|------|------|-----------|-------|
| 16 a 24 ANOS                       |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 34,7 | 36,8 | 36,7      | 36,1  |
| Rio G. do Sul                      | 58,5 | 45,5 | 36,0      | 46,7  |
| Pará                               | 17,1 | 44,8 | não disp. | 30,9  |
| Goiás                              | 60,4 | 44,2 | 61,5      | 55,4  |
| Espírito Santo                     | 31,0 | 46,4 | 36,2      | 37,8  |
| Ceará                              | 59,8 | 48,0 | 59,0      | 55,6  |
| 25 a 39 ANOS                       |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 45,2 | 49,9 | 44,9      | 46,7  |
| Rio G. do Sul                      | 25,8 | 38,0 | 41,0      | 34,9  |
| Pará                               | 18,0 | 41,0 | não disp. | 29,5  |
| Goiás                              | 23,2 | 47,3 | 29,3      | 33,3  |
| Espírito Santo                     | 47,6 | 39,2 | 38,3      | 41,7  |
| Ceará                              | 29,6 | 37,0 | 31,0      | 32,5  |
| 40 e MAIS ANOS                     |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 20,0 | 13,0 | 17,4      | 16,8  |
| Rio G. do Sul                      | 17,5 | 18,0 | 23,0      | 19,5  |
| Pará                               | 64,1 | 16,8 | não disp. | 40,4  |
| Goiás                              | 15,3 | 8,7  | 8,4       | 10,8  |
| Espírito Santo                     | 22,4 | 14,4 | 23,4      | 20,1  |
| Ceará                              | 7,2  | 15,5 | 10,0      | 10,9  |

A característica da juventude do voto petista, expressa desde 1982, é reafirmada, por fim, quando se confere, nos diversos estados, as médias de distribuição do eleitorado petista pelas faixas etárias e, ainda, quando se comparam essas médias com as obtidas para o PMDB e para o PDS/PPR. Pode-se ver, assim, que não obstante as médias alcançadas pelo PT nos diversos estados apresentem oscilações pelas três faixas de idade, a tendência que tem predominado até aqui é a da maioria de seus votos provir do eleitorado mais jovem. No Rio Grande do Sul, em Goiás e no Ceará, as médias de concentração localizam-se majoritariamente na faixa que se estende até os 24 anos. Fixam-se ali, naqueles estados, respectivamente, 46,7%, 55,4% e 55,6% das intenções de voto nos candidatos do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, com 46,7%, e Espírito Santo, com 41,7%, o voto petista, como média, fixa-se, no entanto, entre os eleitores da faixa dos 25 aos 39 anos. Finalmente, é no Pará onde o eleitorado de 40 anos ou mais, compondo 40,4% do total, constitui a maioria do voto petista.

O voto peemedebista, por sua vez, fixa-se, em todos os estados aqui analisados, na faixa que se estende dos 25 aos 39 anos. É nela que se situam 43% dos eleitores peemedebistas de São Paulo, 40% dos do Rio Grande do Sul, 41% dos do Pará, 40% dos de Goiás, 39% dos do Espírito Santo e 38% dos do Ceará. Os eleitores pedessistas, por fim, distribuem-se de forma menos regular, o que não impede, entretanto, que se verifiquem regularidades na composição etária de seu voto. Em três estados, São Paulo com 39%, Pará com 40% e Goiás com 42%, a média de idade na qual se localiza a maioria de seus eleitores se fixa entre os 25 e os 39 anos. Em dois dos estados analisados a maioria se localiza na faixa dos 40 anos ou mais, ou seja, no Rio Grande do Sul, com 38% e no Ceará, com 45%. Finalmente, verifica-se no Espírito Santo a ocorrência de um empate na distribuição do voto pedessista, que se concentra igualmente em 35% nas duas faixas que se estendem a partir dos 25 anos. Diante destes números, pode-se afirmar que enquanto o voto petista tende a se caracterizar como voto jovem, o voto peemedebista caracteriza-se, nitidamente, como voto dos eleitores de idade intermediária e, por último, o voto pedessista tende a se caracterizar como voto dos eleitores de idade mais avançada.

### **3.5. Características Sócio-Econômicas do Eleitorado do PT nas Eleições Estaduais de 1982 a 1990**

#### **3.5.1. Escolaridade**

Praticamente na totalidade dos seis estados aqui analisados, foi entre os eleitores com escolaridade de nível colegial ou maior onde ocorreram, nas eleições para os governos estaduais de 1982, os maiores percentuais de penetração eleitoral do PT. Apenas no estado de São Paulo verifica-se um empate nas intenções de voto entre este segmento eleitoral e o com estudos até o ginásio completo. Naquele estado o partido alcançou, respectivamente, 12,6% e 12,5% dos votos destas faixas, contra apenas 8,6% na faixa até o primário completo. Nos demais estados, na ordem decrescente de instrução formal, nas três faixas apontadas acima, os índices foram os seguintes: Rio Grande do Sul, 4,6%, 3,2% e 1,4%; Pará, 5,6%, 0,9% e 0,9%; Goiás, 3,6%, 2,3% e 0,6%; Espírito Santo, 5%, 3,1% e 1,5% e, finalmente o Ceará, com 8,8%, 3,1% e 0,3%. Vê-se, assim, que os percentuais de penetração eleitoral dos candidatos petistas aqui listados decrescem, à exceção de São Paulo, na relação direta do decréscimo do grau de instrução do eleitorado.

Analisando-se a composição interna (perfil) do eleitorado potencial do PT nas eleições de 1982, verifica-se que a maior parcela daqueles que se declararam dispostos a votar em seus candidatos aos governos estaduais possuía escolaridade até o nível ginasial completo. A exceção fica por conta do observado no estado do Pará, onde 44,1% do eleitorado petista possuía escolarização até o nível primário completo. Em todos os demais estados a maioria dos votantes petistas tinha escolarização equivalente ao nível ginasial: concentravam-se nesta faixa, 46,3% do eleitorado específico do PT em São Paulo, 48,8% no Rio Grande do Sul, 61,7% em Goiás, 48,9% no Espírito Santo e 45,1% no Ceará.

Nas demais eleições, verifica-se que as características relativas ao nível de escolarização do voto petista nos diversos estados pouco se altera: a maior penetração eleitoral do PT ocorre na faixa de maior escolaridade - colegial ou maior. Apenas no estado de São Paulo, a penetração eleitoral do partido em 1986 fez-se maior na faixa de escolaridade até o nível ginasial completo, repetindo naquelas eleições o que já ocorrera naquele estado em 1982. Em 1990, em todos os estados, inclusive em São Paulo, os maiores percentuais de intenção de voto nos candidatos petistas ocorreram, por fim, na faixa de instrução mais elevada.

### Eleitores do PT Segundo a Escolaridade

| <i>Penetração do partido no eleitorado total</i> |      |      |           |
|--------------------------------------------------|------|------|-----------|
| Até Primário Completo                            |      |      |           |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      |
| São Paulo                                        | 8,6  | 5,6  | 5         |
| Rio G. do Sul                                    | 1,4  | 2,1  | 4         |
| Pará                                             | 0,9  | 5,2  | não disp. |
| Goiás                                            | 0,6  | 2,8  | 1         |
| Espírito Santo                                   | 1,5  | 2,1  | 4         |
| Ceará                                            | 0,3  | 0,4  | 1         |
| Até Ginásio Completo                             |      |      |           |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      |
| São Paulo                                        | 12,6 | 14,5 | 11        |
| Rio G. do Sul                                    | 3,2  | 3    | 8         |
| Pará                                             | 0,9  | 2    | não disp. |
| Goiás                                            | 2,3  | 6    | 4         |
| Espírito Santo                                   | 3,1  | 5,6  | 5         |
| Ceará                                            | 1,1  | 3    | 3         |
| Colegial e Mais                                  |      |      |           |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      |
| São Paulo                                        | 12,5 | 13,8 | 15        |
| Rio G. do Sul                                    | 4,6  | 9    | 13        |
| Pará                                             | 5,6  | 7    | não disp. |
| Goiás                                            | 3,6  | 13   | 9         |
| Espírito Santo                                   | 5    | 15,6 | 11        |
| Ceará                                            | 8,8  | 5    | 12        |

De maneira geral, o que se percebe através da observação das três eleições é o crescimento generalizado da penetração eleitoral petista em todas faixas de instrução. Pode-se verificar que foi apenas no estado de São Paulo que ocorreu uma diminuição dos percentuais de intenção de voto no PT nas faixas de instrução primária e colegial, entre as eleições de 1982 e as de 1990. Ali eles decresceram cerca de 1,7 vezes na faixa de instrução de nível ginásial e 1,1 vezes na de nível colegial. Em contrapartida, pode-se observar que este percentual cresceu 1,2 vezes entre os eleitores de maior escolaridade. Em todos os demais estados a tendência é de crescimento em todas as faixas: no Rio Grande do Sul o acréscimo é de 2,8 vezes na primeira, 2,5 vezes na segunda e de 2,8 vezes na última; em Goiás, em igual ordem, 1,6 vezes, 1,7 vezes e 2,5 vezes; no Espírito Santo, 2,6 vezes, 1,6 vezes e 2,2 vezes; no Ceará 1,3 vezes, 2,7 vezes e 1,3 vezes e, finalmente, no Pará, com dados relativos apenas aos anos de 1982 e 1986, de 5,7 vezes, 2,2 vezes e de 1,2 vezes.

### Eleitores do PT Segundo a Escolaridade

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |      |           |       |
|------------------------------------|------|------|-----------|-------|
| Até Primário Completo              |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 43,1 | 24,3 | 19,2      | 28,9  |
| Rio G. do Sul                      | 34,2 | 29,8 | 19,0      | 27,7  |
| Pará                               | 44,1 | 59,0 | não disp. | 51,6  |
| Goiás                              | 28,8 | 23,9 | 11,8      | 21,5  |
| Espírito Santo                     | 36,9 | 14,4 | 36,6      | 29,3  |
| Ceará                              | 13,7 | 12,0 | 20,0      | 15,2  |
| Até Ginásio Completo               |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 46,3 | 36,9 | 29,6      | 37,6  |
| Rio G. do Sul                      | 48,8 | 13,7 | 37,0      | 33,2  |
| Pará                               | 34,6 | 8,5  | não disp. | 21,5  |
| Goiás                              | 61,7 | 23,7 | 26,5      | 37,3  |
| Espírito Santo                     | 48,9 | 16,2 | 16,3      | 27,1  |
| Ceará                              | 45,1 | 29,8 | 22,0      | 32,3  |
| Colegial e Mais                    |      |      |           |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                          | 10,5 | 38,9 | 51,9      | 33,7  |
| Rio G. do Sul                      | 17,4 | 56,5 | 44,0      | 39,3  |
| Pará                               | 18,3 | 31,3 | não disp. | 24,8  |
| Goiás                              | 7,8  | 54,6 | 59,6      | 40,7  |
| Espírito Santo                     | 15,2 | 69,6 | 47,0      | 43,9  |
| Ceará                              | 37,6 | 58,2 | 57,0      | 50,9  |

Quanto à composição interna do eleitorado do PT nas eleições de 1986 e de 1990, com a exceção do estado do Pará, a maioria do eleitorado petista concentra-se na faixa de instrução de nível colegial ou maior. Vê-se, além disto, que o fato de o eleitorado petista do Pará compor-se, em 1986, preferencialmente de eleitores com escolaridade de primeiro grau é contraposto, no outro extremo, pelo fato de, a partir de então e acompanhando o que se verifica em todos os demais estados, a maior concentração do eleitorado petista ocorrer na faixa de escolaridade de nível colegial e superior.

A observação das médias de concentração eleitoral petista nas diversas faixas de escolaridade e sua comparação com as médias atingidas pelo PMDB e pelo PDS/PPR, confirma, com suficiente nitidez, a característica de o voto petista compor-se majoritariamente de eleitores com escolaridade elevada. Enquanto no PT é apenas no Pará, com dados que se restringem às eleições de 1982 e 1986, que a maior média petista é obtida entre os eleitores com nível de instrução primário, concentrando-se ali 52% do voto petista, tanto no PMDB, quanto no PDS/PPR, é nesta faixa que, em todos os estados, localiza-se as maiorias de seus eleitores. Além disto, no que se refere aos percentuais médios registrados em cada faixa, invertem-se as tendências, quando se contrapõem os três partidos. Constatase que, à exceção do Pará, no PT os percentuais médios descrevem, em todos os demais estados, uma

curva ascendente, acompanhando a ascensão dos níveis de escolaridade. Nos outros dois partidos, em contrapartida, a curva descreve trajetória com inclinação inversa: quanto maior a escolaridade, menores são os percentuais de concentração verificados para seus eleitores.

### 3.5.2. Renda

Os dados com que se trabalha aqui referem-se apenas às eleições de 1982 e de 1986, uma vez que o Ibope, na eleição de 1990, deixou de estratificar os eleitores pesquisados segundo o critério de renda. Neste ano, a aceleração do processo inflacionário, parcialmente compensada por reajustes mensais de salários (o que os fazia diferentes a cada mês), fez com que grande parcela da população perdesse, tanto a referência de preços, quanto a de vencimentos. Desta maneira, diante de eleitores que desconheciam, ao correr do mês, ao menos o valor nominal de seus salários - o que tornava impossível, para grande parte deles, declara-los ao entrevistador -, o Ibope deixou de classifica-los segundo este critério.

#### Eleitores do PT Segundo a Renda Familiar Mensal

| <i>Penetração do partido no eleitorado total</i> |      |      |
|--------------------------------------------------|------|------|
| Até Dois Salários Mínimos                        |      |      |
| Estados                                          | 1982 | 1986 |
| São Paulo                                        | 7,5  | 4,1  |
| Rio G. do Sul                                    | 1,7  | 2,0  |
| Pará                                             | 0,6  | 4,0  |
| Goiás                                            | 1,5  | 2,5  |
| Espírito Santo                                   | 0,8  | 0,6  |
| Ceará                                            | 0,0  | 1,0  |
| De Dois a Cinco Salários Mínimos                 |      |      |
| Estados                                          | 1982 | 1986 |
| São Paulo                                        | 11,7 | 10,9 |
| Rio G. do Sul                                    | 2,7  | 3,0  |
| Pará                                             | 1,1  | 4,0  |
| Goiás                                            | 0,8  | 7,0  |
| Espírito Santo                                   | 2,1  | 8,0  |
| Ceará                                            | 0,0  | 3,0  |
| Mais de Cinco Salários Mínimos                   |      |      |
| Estados                                          | 1982 | 1986 |
| São Paulo                                        | 10,5 | 11,4 |
| Rio G. do Sul                                    | 2,3  | 7,0  |
| Pará                                             | 1,8  | 8,0  |
| Goiás                                            | 2,1  | 7,0  |
| Espírito Santo                                   | 4,5  | 9,6  |
| Ceará                                            | 3,1  | 4,0  |

Atendo-se, portanto, apenas às eleições de 1982 e 1986, e considerando-se, para efeitos de estratificação, os vencimentos mensais familiares dos eleitores, verifica-se que, nas eleições para os

governos estaduais realizadas em 1982, foram nas faixas de maiores rendimentos que se concentraram as declarações de voto nos candidatos do PT. Em nenhum dos estados sob análise verificou-se percentual mais elevado entre o segmento de menor renda. Observa-se, no entanto, que a penetração eleitoral petista mais expressiva nas faixas de maiores vencimentos familiares ocorreu exatamente nos estados com menor desenvolvimento econômico e social dentre os englobados na amostra e que, em contrapartida, nos estados com maior desenvolvimento econômico e melhores indicadores de qualidade de vida, os maiores percentuais de penetração eleitoral do PT ocorreram na faixa média de rendimentos familiares. É assim que, sob estes critérios e de acordo com a penetração eleitoral petista majoritária, agrupam-se, no primeiro bloco, os estados do Pará, de Goiás, do Espírito Santo e do Ceará e, no segundo, os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O mesmo comportamento pode ser observado quando se considera a composição interna do eleitorado petista naquelas eleições. Vê-se que, como ocorrera com a penetração eleitoral, também sob o aspecto de sua distribuição interna, foi nos estados menos desenvolvidos que os eleitores do PT concentraram-se prioritariamente na faixa de rendimento mais elevado, enquanto nos estados mais desenvolvidos esta concentração ocorreu na faixa média de rendimento familiar. Há que se registrar aqui que, mais uma vez, o desempenho eleitoral do PT no estado do Pará produz um desvio, gerando uma exceção. A maioria do eleitorado petista neste estado concentrou-se na faixa média de rendimentos, não obstante o estado se caracterize como pouco desenvolvido. Em compensação, no estado do Ceará, o de menor desenvolvimento econômico e o detentor dos piores indicadores de qualidade de vida dentre os incluídos na amostragem aqui utilizada, a totalidade das declarações de intenção de voto no PT ocorreu na faixa superior.

A utilização de uma faixa de estratificação tão ampla como a que se utiliza aqui, englobando em um único segmento todos os níveis de rendimentos superiores a cinco salários mínimos impede, sem dúvida, que se proceda a uma verificação mais fina da segmentação interna do eleitorado. A adoção de um critério mais minucioso, no entanto, que permitiria conferir nuances maiores no comportamento do eleitorado em suas diferentes parcelas e na composição do eleitorado de cada partido, foi impossibilitada pela origem do material estatístico com que se trabalhou, uma vez que este foi o critério mais freqüentemente adotado pelo Ibope para a divulgação dos resultados de suas pesquisas.

Mesmo sob tais limitações, fica claro, entretanto, que o voto petista compôs-se em 1982, não obstante os graus diferenciados de desenvolvimento que caracterizam os seis estados que compõem a amostra, majoritariamente por eleitores que percebiam vencimentos familiares superiores a dois salários mínimos mensais. Faixa que os colocava, sem dúvida, acima dos ganhos mensais da maioria do eleitorado brasileiro e que os caracterizava, por outra feita, como eleitores que se situavam ao menos acima da faixa de miséria.

Esta característica não se altera, antes se aprofunda, nas eleições de 1986, quer se considere a penetração eleitoral, quer se considere a composição interna do eleitorado do PT. Naquelas eleições, o crescimento eleitoral do partido ocorreu preferencialmente nas faixas de rendimentos familiares maiores do que dois salários mínimos mensais. Na faixa de menores ganhos chegou a acontecer até

mesmo algum decréscimo, observados em São Paulo e no Espírito Santo: o primeiro apresentando uma queda mais acentuada, de 1,8 vezes frente à eleição anterior e, o segundo de 1,3 vezes. Nas demais faixas, verificaram-se crescimentos significativos dos percentuais de intenção de voto no PT em todos os estados, exceto em São Paulo onde, na faixa que compreende os vencimentos familiares entre 2 e 5 salários mínimos mensais, registrou-se uma pequena queda na penetração eleitoral, restrita, no entanto, a apenas 0,8 pontos percentuais.

O crescimento da penetração eleitoral do PT expressou-se, portanto, em cinco dos seis estados, no aumento dos percentuais obtidos pelos candidatos petistas aos governos estaduais em 1986 na faixa de vencimentos familiares mensais de 2 até 5 salários mínimos e, em todos os seis estados, na faixa de ganhos superiores aos 5 cinco salários mínimos. Foram, além disto, crescimentos significativos, como se pode conferir na tabela acima. Na faixa de 2 até 5 salários mínimos, dos cinco estados onde se registrou crescimento da penetração eleitoral do PT, apenas o Rio Grande do Sul exibiu percentual acanhado, de apenas 0,3 pontos. No Pará, este crescimento foi de 3,6 vezes, no Espírito Santo de 3,8 vezes e, em Goiás, de 8,7 vezes, enquanto verificou-se no Ceará, ainda que com índice irrisório de apenas 1%, o início da penetração eleitoral do PT no segmento eleitoral com estes rendimentos.

Na faixa de mais de 5 salários mínimos, que já se revelara em 1982 como aquela onde ocorreram os maiores percentuais de penetração eleitoral petista, registraram-se também em 1986, e em todos os seis estados, os percentuais mais expressivos, tanto das declarações de intenção de voto, quanto de seu crescimento. Pode-se observar que os aumentos menos significativos, de apenas 0,9 pontos, ocorreram em São Paulo e no Ceará, os dois extremos de desenvolvimento dos estados da amostra. Quanto a São Paulo, o fato se explica, no entanto, por ter sido naquele estado que ocorreu também o menor crescimento eleitoral global do partido naquelas eleições. Pela ordem crescente de aumento, verifica-se que ele foi superior a duas vezes no Espírito Santo, mais que duplicando, assim, a penetração eleitoral petista nesta faixa, pouco inferior a três vezes no Rio Grande do Sul, o que implica quase que na triplicação da penetração eleitoral neste segmento de renda entre uma eleição e outra e, finalmente no Pará, ele foi superior a quatro vezes, mais que quadruplicando, portanto, frente à eleição anterior, os percentuais de preferência pelo PT na faixa de rendimentos mais elevados.

A análise da composição interna do eleitorado petista revela que o crescimento da penetração eleitoral petista verificado na faixa de maiores vencimentos em 1986, levou a que se concentrassem, também nesta faixa, os maiores segmentos de eleitores petistas. Constata-se que foi apenas no Ceará e em Goiás que o voto petista compôs-se, preferencialmente, de eleitores advindos de famílias com rendimentos entre 2 e 5 cinco salários mínimos, concentrando-se nela, respectivamente 38% e 48% do eleitorado petista daqueles estados. Em todos os demais, com percentuais elevados, o eleitorado do PT constituiu-se internamente em sua maioria por eleitores com vencimentos familiares superiores aos 5 salários mínimos mensais. Eles constituíram 55,3% no Espírito Santo, 60,2% em São Paulo e 61,3% no Rio Grande do Sul.

Desta forma, também as médias obtidas nas diversas faixas de rendimentos tenderam, na grande maioria dos estados, no sentido de reforçar a característica do voto petista de se marcar pela

maior incidência de eleitores das faixas melhor remuneradas. Excetuando-se o verificado no Pará (com média mais elevada na faixa de rendimentos familiares entre 2 e 5 salários mínimos mensais, congregando ali a média de 40,1% do eleitorado do PT no estado, contra os apenas 37,2% da média de seus eleitores que obtinham ganhos acima dos 5 mínimos mensais), em todos os demais estados, as maiores médias de concentrações ocorreram na última faixa. Listando-os na ordem crescente, obtêm-se a seguinte sequência: 40,5% em Goiás, 46,5% no Rio Grande do Sul, 49,8% em São Paulo, 54% no Espírito Santo e 65,4% no Ceará.

**Eleitores do PT Segundo a Renda  
Familiar Mensal**

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |      |       |
|------------------------------------|------|------|-------|
| Até Dois Salários Mínimos          |      |      |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | MÉDIA |
| São Paulo                          | 11,0 | 4,4  | 7,7   |
| Rio G. do Sul                      | 20,3 | 11,5 | 15,9  |
| Pará                               | 16,8 | 28,0 | 22,4  |
| Goiás                              | 31,5 | 9,2  | 20,3  |
| Espírito Santo                     | 11,1 | 1,8  | 6,5   |
| Ceará                              | 0,0  | 29,0 | 14,5  |
| De Dois a Cinco Salários Mínimos   |      |      |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | MÉDIA |
| São Paulo                          | 50,0 | 36,5 | 43,2  |
| Rio G. do Sul                      | 48,7 | 31,5 | 40,1  |
| Pará                               | 47,1 | 33,6 | 40,4  |
| Goiás                              | 30,6 | 47,8 | 39,2  |
| Espírito Santo                     | 37,5 | 42,7 | 40,1  |
| Ceará                              | 0,0  | 37,5 | 18,8  |
| Mais de Cinco Salários Mínimos     |      |      |       |
| Estados                            | 1982 | 1986 | MÉDIA |
| São Paulo                          | 39,3 | 60,2 | 49,8  |
| Rio G. do Sul                      | 31,7 | 61,3 | 46,5  |
| Pará                               | 35,9 | 38,4 | 37,2  |
| Goiás                              | 37,8 | 43,2 | 40,5  |
| Espírito Santo                     | 52,6 | 55,3 | 54,0  |
| Ceará                              | 98,9 | 32,0 | 65,4  |

### 3.5.3. Setores de Atividade Econômica

#### 3.5.3.1. Segmentos Economicamente Ativos

Melhor implantado nas áreas de maior desenvolvimento urbano e sócio-econômico e, além disto, melhor enraizado entre os segmentos de escolaridade e rendimentos mais elevados do que os da média dos eleitores brasileiros, como se viu, o PT revela-se, quando se consideram as características econômico-ocupacionais de seus votantes, um partido majoritariamente apoiado sobre os eleitores dedicados às ocupações dos setores secundário e terciário da economia, exatamente aqueles onde se concentram as atividades mais dinâmicas, mais exigentes de conhecimentos técnicos especializados e que, freqüentemente, possibilitam maiores rendimentos. São os eleitores originários do setor terciário, no entanto, aqueles que mais nitidamente caracterizam o voto petista.

A análise do desempenho eleitoral petista nas diversas eleições revela que o voto dos segmentos profissionais ocupados no setor secundário, não obstante importante na caracterização do eleitorado do PT e significativo sobretudo nas eleições de 1982, vem se reduzindo gradativamente em seu *peso relativo*, diminuído, a cada eleição, na proporção inversa ao crescimento da penetração eleitoral do partido junto aos demais segmentos econômico-ocupacionais. Evidência da capacidade partidária petista de ampliar sua base social de sustentação política, pois que a diminuição relativa do voto originário do setor secundário decorre, não do decréscimo do número absoluto de eleitores dedicados às atividades do setor secundário, mas, inversamente, do aumento do voto oriundo do setor agrário e, principalmente, do setor terciário, o aumento do peso relativo dos eleitores dedicados às atividades dos serviços evidencia, também e de modo ainda mais veemente, a contemporaneidade do PT ao padrão de desenvolvimento vigente no país.

Foi do eleitorado ocupado nos setores secundário e terciário da economia que proveio, nas eleições de 1982, a maioria dos votos petistas em todos os seis estados aqui analisados. Votos que se distribuíram equilibradamente no interior da amostra, fazendo com que em três estados, São Paulo, Goiás e Espírito Santo, os melhores índices de penetração eleitoral fossem obtidos no setor secundário e, nos três estados restantes, eles fossem alcançados no setor terciário. Além disto, em quatro estados, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Ceará, os maiores percentuais de intenção de voto no partido alternaram-se entre um e outro destes dois setores ocupacionais, registrando-se, ainda, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, um empate estatístico, com as diferenças entre os dois setores limitando-se a apenas um décimo percentual. O eleitorado ocupado no setor primário, por fim, só expressou alguma relevância em Goiás e no Pará, estados de forte inclinação agrícola, nos quais, entretanto, a penetração eleitoral petista entre os segmentos dedicados a estas atividades limitou-se a representar a segunda melhor marca dentre as três faixas econômico-ocupacionais consideradas.

### Setores de Atividades Profissionais dos Eleitores do PT

| <i>Penetração do Partido no Eleitorado Total</i> |      |      |           | <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |           |       |
|--------------------------------------------------|------|------|-----------|------------------------------------|------|-----------|-------|
| Primário                                         |      |      |           | Primário                           |      |           |       |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      | 1982                               | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                                        | 2,5  | 1,3  | 2         | 1                                  | 1    | 1         | 1     |
| Rio G. do Sul                                    | 1,4  | 2    | 8         | 12                                 | 12   | 19        | 14    |
| Pará                                             | 1    | 7    | não disp. | 24                                 | 44   | não disp. | 34    |
| Goiás                                            | 1,2  | 2    | 0         | 22                                 | 11   | 0         | 11    |
| Espírito Santo                                   | 0,6  | 1,9  | não disp. | 5                                  | 7    | não disp. | 6     |
| Ceará                                            | 0    | 1    | 1         | 0                                  | 15   | 7         | 7     |
| Secundário                                       |      |      |           | Secundário                         |      |           |       |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      | 1982                               | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                                        | 14,9 | 13,8 | 16        | 51                                 | 51   | 41        | 48    |
| Rio G. do Sul                                    | 2,4  | 3    | 5         | 26                                 | 18   | 11        | 18    |
| Pará                                             | 0    | 2    | não disp. | 0                                  | 8    | não disp. | 4     |
| Goiás                                            | 1,5  | 7    | 5         | 22                                 | 21   | 18        | 20    |
| Espírito Santo                                   | 2,5  | 6,2  | não disp. | 28                                 | 19   | não disp. | 24    |
| Ceará                                            | 0,4  | 2    | 4         | 8                                  | 18   | 21        | 16    |
| Terciário                                        |      |      |           | Terciário                          |      |           |       |
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      | 1982                               | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                                        | 8,7  | 9,5  | 9,9       | 32                                 | 37   | 37        | 36    |
| Rio G. do Sul                                    | 2,5  | 6,4  | 9,2       | 40                                 | 66   | 44        | 50    |
| Pará                                             | 1,8  | 4,6  | não disp. | 55                                 | 39   | não disp. | 47    |
| Goiás                                            | 0,5  | 9,5  | 4,5       | 15                                 | 63   | 43        | 41    |
| Espírito Santo                                   | 2,4  | 10,0 | não disp. | 40                                 | 57   | não disp. | 49    |
| Ceará                                            | 2,1  | 2,5  | 4,9       | 75                                 | 49   | 41        | 55    |

A análise da composição interna do voto petista de 1982 revela, no entanto, que o equilíbrio verificado na penetração eleitoral do partido não se mantém quando se considera o peso relativo de cada segmento na caracterização do perfil ocupacional de seus eleitores. Não obstante se confirme a supremacia dos setores secundário e terciário, verifica-se que a maioria de seus eleitores proveio, na verdade, do setor terciário. Apenas nos estados de São Paulo e de Goiás, o setor secundário foi majoritário, fornecendo 51% e 22%, respectivamente, do total dos eleitores petistas. Quanto ao setor primário, os eleitores ocupados em suas atividades só constituíram maioria em Goiás, onde, com 22%, atingiram índice idêntico ao dos dedicados a ocupações do secundário. Nos demais estados a predominância foi do setor terciário, compondo 75% no Ceará, 55% no Pará e 40% no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo.

O desempenho eleitoral do PT nas eleições estaduais seguintes, em 1986 e 1990, torna claro, ao lado do nítido crescimento da penetração do partido em todos os segmentos econômico-ocupacionais, a supremacia do eleitorado do setor terciário na caracterização de seu voto. A única queda no desempenho eleitoral global do partido ocorreu em São Paulo, como já se destacou, tendo se localizado, no entanto, em termos econômico-ocupacionais, nos segmentos primário e secundário.

Também em Goiás, não obstante tenha se registrado um aumento da votação global petista, registrou-se diminuição no peso destes mesmos segmentos na composição interna do eleitorado. Sem dúvida, estas evidências tornam ainda mais explícita a importância do setor terciário para a caracterização do voto no PT.

Partindo-se das exceções, verifica-se que, no estado de São Paulo, o decréscimo de 0,2 pontos percentuais na votação global obtida pelo PT em 1986<sup>131</sup> manifestou-se através da redução quase à metade de sua penetração eleitoral entre os votantes dedicados às atividades do setor primário, de 2,5% em 1982 para 1,3% em 1986, e a uma queda de 1,1 pontos percentuais entre os ocupados no setor secundário: de 14,9% em 1982 para 13,8% em 1986. Não obstante o decréscimo global apontado pelas pesquisas do Ibope em São Paulo, estas mesmas pesquisas apontaram, no entanto, um crescimento da penetração eleitoral petista no setor terciário de 0,8 pontos percentuais: de 8,7% em 1982 para 9,5% em 1986. No estado de Goiás, por seu turno, onde o desempenho global do PT foi sempre ascendente nas três eleições em análise, verificou-se, no entanto, uma penetração eleitoral nula no setor primário, nas eleições de 1990.

Eliminadas as exceções acima, pode-se verificar que o aumento da penetração eleitoral petista nos pleitos de 1986 e de 1990, em relação a 1982, foi expressivo em todos os segmentos econômico-ocupacionais e ocorreu, de maneira geral, em todos os estados da amostra. Iniciando-se pelo setor primário, vê-se que, no Rio Grande do Sul, este crescimento foi de 1,4 vezes em 1986 e de 4 vezes em 1990, o que significa um acréscimo de 5,7 vezes diante da penetração eleitoral conseguida em 1982; em Goiás, não obstante a queda já apontada em 1990, observou-se um aumento de 1,66 vezes em 1986; no Ceará, onde em 1982 o Ibope não registrara nenhum índice para o PT, ele atingiu 1% em 1985, mantendo-se nesta marca em 1990; finalmente, no Pará e no Espírito Santo, onde os dados disponíveis estendem-se apenas até as eleições de 1986, o crescimento foi de 7 vezes, no primeiro estado, e de 10,8 vezes, no segundo.

No setor secundário, o aumento da penetração eleitoral petista foi ainda mais significativo que o obtido entre os eleitores do setor primário. No Rio Grande do Sul, ele foi 1,2 vezes em 1986 e de 1,6 vezes em 1990, representando um acréscimo final superior em pouco mais de 2 vezes ao registrado em 1982; em Goiás, de mais de 4,6 vezes em 1986, sucedido de uma queda de 1,4 vezes em 1990, implicando, no entanto, em um acréscimo, de 3,3 vezes entre 1982 e 1990; no Ceará, de 5 vezes em 1986 e de 2 vezes em 1990, totalizando 10 vezes de 1982 à 1990; no Pará e no Espírito Santo, por último, com informações relativas apenas às eleições de 1982 e 1986, o aumento foi, em ambos, da ordem de 2,5 vezes.

A supremacia do setor terciário, que se expressará com maior ênfase quando da verificação da composição interna do voto petista, revela-se, já aqui, no fato de o crescimento da penetração eleitoral petista ter se processado em todas as eleições subseqüentes a 1982 e, ainda, ter se manifestado na totalidade dos estados analisados. No Rio Grande do Sul, ele foi de 2,5 vezes em 1986 e de 1,4 vezes

<sup>131</sup> O decréscimo oficial (apontado pelos números do TSE) na votação do PT no estado de São Paulo nas eleições de 1982 e 1986 foi de 0,1 ponto percentual. Quase idêntico, portanto, ao apontado pelo Ibope.

em 1990, o que resultou numa soma global de aumento superior a 3,6 vezes frente a 1982; em Goiás, foi de 19 vezes em 1986, sucedido de uma queda de 2,1 vezes em 1990, o que não impediu, no entanto, que se acumulasse um aumento de 9 vezes sobre 1982; no Ceará, após uma pequena variação, a maior verificada em 1986, da ordem de 0,4 pontos percentuais, registrou-se em 1990 um acréscimo equivalente a quase duas vezes o percentual da eleição precedente, o que significou uma soma superior a 2,3 vezes frente à votação obtida pelo partido em 1982. Os dados para o Pará e o Espírito Santo, embora limitados a 1982 e 1986, apontam um crescimento de mais de 2,5 vezes no primeiro estado e de pouco mais de 4 vezes no segundo.

A superioridade do peso do segmento dedicado às atividades do setor terciário revela-se, por fim, em sua nitidez maior, quando se analisa a composição interna do eleitorado petista. Sua supremacia manifesta-se de forma absoluta em três dos estados da amostra, onde o setor terciário apresentou-se sempre como o segmento econômico-ocupacional com maior presença na composição interna do voto petista. É este o caso dos estados do Rio Grande do Sul, do Ceará e do Espírito Santo. No primeiro estado, frente ao total do eleitorado petista, ele representou 40% em 1982, 66% em 1986 e 44% em 1990. No segundo estado, ele compôs, respectivamente, 75%, 49% e 41%. Finalmente, no Espírito Santo, com dados apenas para 1982 e 1986, este segmento representou, em cada pleito considerado, 40% e 57% do eleitorado do PT. Além disto, em dois dos estados restantes, não obstante a maioria tenha variado sua incidência, oscilando pelos diversos segmentos nas três eleições, o peso maior concentrou-se, ainda assim, no setor terciário. Desta forma, se, em Goiás, a maioria do eleitorado petista concentrou-se, em 1982, no setor secundário, representando 22% do total dos votantes petista, ela se transferiu, nas eleições seguintes para o setor terciário: 63% e 43% dos votos do PT advieram, respectivamente em 1986 e em 1990, deste último setor econômico-ocupacional. No Pará, por seu turno, em 1982, os eleitores que se ocupavam profissionalmente no setor terciário representaram 55% dos votos petistas, enquanto que em 1986, último ano para o qual se dispõe de dados para aquele estado, a maioria de seu eleitorado localizou-se no setor primário, concentrando-se ali 44% dos votos obtidos pelo partido.

Como se percebe, foi apenas no estado de São Paulo que os segmentos eleitorais dedicados às atividades do setor secundário compuseram, em todas as três eleições, a maioria dos votos obtidos pelo partido. Neste estado, o eleitorado petista oriundo do setor secundário da economia representou, nas duas primeiras eleições consideradas, 51% do total dos votantes no PT e, na última, 41%. Superioridades expressivas, sem dúvida, posto que ultrapassam a marca da maioria absoluta nas duas primeiras eleições e, na última, mesmo que inferior, ainda assim bastante significativa. Sem dúvida, decorre desta superioridade localizada em São Paulo, a crença, amplamente difundida, do perfil industrial do eleitorado petista. Superioridade restrita a um único estado, mas que, na ausência de verificação empírica, expandiu-se como marca universal e distintiva do partido<sup>132</sup>.

<sup>132</sup> Nem para São Paulo, na verdade, os dados permitem que se afirme a existência de uma supremacia "industrial" entre os eleitores petistas. A maioria de votos provenientes do setor secundário não implica, necessariamente, em uma maioria originária de eleitores dedicados às atividades industriais, uma vez que também as atividades manufatureiras e de transformação integram este setor econômico.

A verificação das médias estatísticas dos pesos relativos de cada segmento econômico-ocupacional na composição do voto petista, peemedebista e pedessista e sua confrontação, numa análise comparativa, permite, por fim, que se avalie suas reais proporções na caracterização do perfil sócio-econômico de seus eleitorados. Ressaltam-se, com isto, uma vez mais, as evidências do recorte urbano e da marca petista de firmar-se sobre os segmentos do eleitorado ocupados nos setores mais dinâmicos da economia, preferencialmente aqueles dedicados às atividades profissionais do setor terciário.

As evidências da implantação preferencialmente urbana do PT explicitam-se, assim, na verificação de que, em termos de média estatística, em apenas um dos seis estados o peso relativo do setor primário demonstrou-se expressivo na composição interna de seu eleitorado, suplantando os índices registrados nos outros dois partidos. No Pará<sup>133</sup>, a média do peso do eleitorado dedicado às ocupações do setor primário na composição interna do voto petista atingiu 34%, superior às verificadas no PMDB e no PDS/PPR, partidos onde as médias estatísticas deste segmento ocupacional limitaram-se a 24% e 27% de seus respectivos eleitorados. Em todos os cinco estados restantes, as médias atingidas pelo eleitorado do setor primário na composição interna do voto petista foram sempre menores do que as alcançadas no PMDB e no PDS/PPR.

No extremo oposto, verifica-se que as maiores médias estatísticas do peso eleitoral do segmento primário registraram-se entre os votantes do PDS/PPR, o que evidencia seu maior enraizamento neste segmento econômico-ocupacional de características econômicas (e também políticas) mais tradicionais e menos dinâmicas. Deste modo, excetuando-se o estado do Pará, nos cinco estados restantes, foi no interior do eleitorado do PDS/PPR que o setor primário conseguiu suas maiores médias. Quanto ao PMDB, o peso relativo deste segmento, embora superior ao verificado no PT, só atingiu médias estatísticas significativas em dois estados, onde, no entanto, elas se limitaram a igualar as registradas no PDS/PPR: casos verificados em São Paulo e no Rio Grande do Sul, empatadas em 8% no primeiro e em 22% no segundo.

As médias estatísticas da concentração econômico-ocupacional do eleitorado do setor secundário revelam, por seu turno, que este segmento se distribuiu equilibradamente pelos três partidos aqui considerados. Em dois dos seis estados da amostra, no Rio Grande do Sul e no Pará, seus maiores pesos médios ocorreram no PDS/PPR, respectivamente com 23% e 21% dos totais deste partido, enquanto no PMDB eles importaram em 20% e 18% e, no PT em 18% e 4%. Em dois outros estados, no Espírito Santo e no Ceará, os pesos médios se concentraram, por sua vez, no PMDB, onde significaram 25% e 21%, contra 24% e 17% no PDS/PPR e, no PT, apenas 24% e 16%. Por fim, em dois estados, ou seja, em São Paulo e em Goiás, as maiores incidências médias ocorreram no PT, respectivamente compondo 48% e 20% do total de seus eleitores, enquanto representam 34% e 17% no PMDB e 28% e 19% no PDS/PPR. Desta maneira, portanto, evidencia-se como apressada, além de desvinculada da realidade empírica, qualquer afirmativa que pretenda associar mais firmemente o eleitorado do setor secundário a qualquer dos três partidos aqui considerados.

<sup>133</sup> Relembre-se que os dados do Pará referem-se apenas às eleições de 1982 e 1986.

A firme ancoragem do PT no eleitorado do setor terciário reafirma-se, no entanto, através da confrontação das médias estatísticas alcançadas por este segmento econômico-ocupacional na composição interna do voto de cada um dos três partidos. Embora se constata-se que, em termos de média estatística, os eleitores originários do setor terciário constituíram a parcela de maior peso na composição do voto do PMDB e do PDS/PPR em todos os seis estados da amostra, limitando-se no PT, em contrapartida, a constituir maioria em apenas cinco deles, constata-se que, neste partido, em todos os cinco estados, suas médias foram significativamente superiores às registradas naqueles dois partidos. Pode-se verificar, assim, que, no Rio Grande do Sul, o eleitorado ocupado no setor terciário atingiu a média de 50% do eleitorado petista, contra a de 37% do peemedebista e a de 35% do pedessista; no Pará, ela foi de 47% no PT, de 45% no PMDB e de 39% no PDS/PPR; em Goiás, de 41% no PT, de 37% no PMDB e de 35% no PDS/PPR; no Espírito Santo, de 49% no PT, de 41% no PMDB e de 35% no PDS/PPR e, finalmente no Ceará, de 55% no PT, de 36% no PMDB e de 33% no PDS/PPR. Além disto, mesmo em São Paulo, onde o peso médio dos segmentos eleitorais ocupados no setor secundário foi superior no PT ao peso médio dos ocupados no setor terciário, o enraizamento petista entre os eleitores ocupados profissionalmente neste último setor econômico demonstra-se ainda assim significativo, uma vez que eles representaram 36% da média partidária total, marca idêntica à média registrada no PMDB e apenas 6 pontos percentuais abaixo dos 42% atingidos no PDS/PPR.

Percebe-se, além disto, que se estabelece, nesses cinco estados, um gradiente na distribuição do eleitorado originário do setor terciário pelos três partidos. Concomitantemente ao fato de suas maiores médias terem ocorrido sempre na composição do voto petista, verifica-se, ainda, que em todos os cinco estados elas se expressaram em sua segunda intensidade no PMDB, o que implica que, em todos os cinco estados, elas se manifestaram em seu peso mínimo no PDS/PPR. Desta maneira, mais uma vez, o PMDB fica na posição intermediária, nem o mais caracteristicamente firmado sobre o eleitorado do setor primário, como se viu, nem o mais caracteristicamente apoiado sobre o eleitorado do setor secundário, nem, finalmente, o mais caracteristicamente implantado no eleitorado do setor terciário.

Isto posto, pode-se afirmar, com grande margem de segurança, que a marca do perfil econômico-ocupacional do voto petista é dada pelo eleitorado do segmento de serviços e não, como muitos acreditaram até aqui, pelo eleitorado industrial. Este, como se viu, reparte-se mais ou menos equilibradamente por todos os três partidos analisados, fazendo com que sua marca não se imprima com maior força sobre nenhum deles. Desta forma, se já se sabia que, nem o PDS/PPR, nem, por outro lado, o PMDB se caracterizavam como partidos firmados sobre o eleitorado industrial, sabe-se agora que este rótulo não se aplica também ao PT.

Derruba-se, aqui, portanto, um mito há muito estabelecido sobre a composição do eleitorado petista. A crença do partido firmado prioritariamente sobre o eleitorado dedicado às atividades do setor secundário da economia e, dentre estes, sobre os empregados nas ocupações industriais, apregoada por militantes e analistas situados à esquerda e à direita do espectro político, revela-se infundada, correspondendo mais à manifestação de um imaginário coletivo construído a partir de um desejo ideológico, do que a uma constatação derivada da evidência dos fatos.

### 3.5.3.2. Segmentos Não - Economicamente Ativos

A análise do desempenho eleitoral do PT entre o segmento não economicamente ativo, composto pelos aposentados, donas de casa, inativos da previdência social, desempregados e estudantes, revela que este segmento constitui parcela significativa de seu eleitorado. Nas eleições estaduais de 1982, foi entre os não economicamente ativos que o PT alcançou, em três dos seis estados da amostra, a saber, no Rio Grande do Sul, em Goiás e no Espírito Santo, seus melhores índices de penetração eleitoral. Quanto à composição interna do voto petista, eles representaram a maior parcela dos eleitores do PT em Goiás, congregando 38% do total dos votantes no partido, e, no Ceará, compondo 16% de seu eleitorado, eles representaram o segundo maior contingente de seus eleitores.

**Segmentos Não-Economicamente Ativos**

| <i>Penetração do Partido no Eleitorado Total</i> |      |      |           | <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |      |           |       |
|--------------------------------------------------|------|------|-----------|------------------------------------|------|-----------|-------|
| Estados                                          | 1982 | 1986 | 1990      | 1982                               | 1986 | 1990      | Média |
| São Paulo                                        | 9,7  | 7,7  | 7         | 16                                 | 8    | 23        | 15    |
| Rio G. do Sul                                    | 2,8  | 5    | 7         | 23                                 | 14   | 25        | 21    |
| Pará                                             | 1,0  | 7    | não disp. | 18                                 | 15   | não disp. | 17    |
| Goiás                                            | 2,5  | 8    | 5         | 38                                 | 13   | 35        | 29    |
| Espírito Santo                                   | 3,7  | 9,9  | não disp. | 27                                 | 16   | não disp. | 22    |
| Ceará                                            | 0,8  | 4    | 3         | 16                                 | 26   | 36        | 26    |

Nas eleições de 1986, observa-se que, à exceção de um estado, em todos os demais ocorreu um aumento significativo da penetração eleitoral do PT neste segmento. Assim, à queda de 2 pontos percentuais registrada em São Paulo, contrapôs-se um crescimento de 1,8 vezes no Rio Grande do Sul, de 7 vezes no Pará, de 3,2 vezes em Goiás, de 2,7 vezes no Espírito Santo e de 4 vezes no Ceará. Crescimento genérico que, entretanto, não se manteve em 1990. À queda que se manteve em São Paulo e que nesta eleição limitou-se, no entanto, a apenas 0,7 pontos percentuais, somaram-se, ainda, quedas em Goiás e no Ceará, de três pontos percentuais no primeiro estado e de um no segundo, representando um decréscimo de 1,6 vezes e de 1,3 vezes em cada um deles. Com dados não disponíveis para o Espírito Santo e para o Pará, verifica-se, então, que apenas no Rio Grande do Sul, ou seja, em 1/6 da amostra, ocorreu crescimento, mesmo assim limitado, representando um acréscimo de 2 pontos percentuais, ou seja, de apenas 1,4 vezes o total obtido na eleição anterior. O cômputo geral manteve-se, no entanto, mesmo assim positivo, uma vez que frente ao desempenho de 1982, exceto em São Paulo, em todos os estados registraram-se, em 1990, totais finais de penetração eleitoral maiores do que em 1982. Ao decréscimo global de 2,7 pontos percentuais, em São Paulo, equivalente a uma redução de 1,4 vezes frente ao percentual de 1982, correspondeu um acréscimo de 2,5 vezes no Rio Grande do Sul, de 2 vezes em Goiás e de 3,4 vezes no Ceará, além dos já apontados para os estados do Pará e do Espírito Santo.

A situação se inverte, no entanto, quanto se considera, para as eleições de 1990, o peso deste segmento na composição interna do eleitorado petista. No pleito de 1986, o eleitorado não

economicamente ativo diminuiu o seu peso relativo na composição do voto petista, na totalidade dos estados da amostra. Além disto, só no Ceará ele se manteve significativo frente aos segmentos produtivos, representando, naquele estado, com 26% do total do voto petista, a segunda maior parcela de seu eleitorado. Em todos os demais estados, ele passou a representar apenas o terceiro maior segmento, ou seja, o penúltimo em termos de peso relativo. Nas eleições estaduais de 1990, no entanto, sua presença voltou a apresentar crescimento em três dos quatro estados considerados. Desta forma, o aumento global frente a 1982 foi de 1,4 vezes em São Paulo, de 2 pontos percentuais no Rio Grande do Sul, de mais de duas vezes no Ceará, enquanto o queda em Goiás limitou-se a apenas 2 pontos percentuais.

A comparação com o PMDB e com o PDS/PPR confirma a relevância deste segmento não economicamente ativo para a caracterização do voto petista. Apenas em São Paulo, onde a média estatística deste segmento limitou-se a 15%, ela foi inferior às registradas no PMDB e para o PDS/PPR, nos quais elas se fixaram, respectivamente, em 21% e 20%. Em todos os demais estados, não obstante a penetração eleitoral registrada por aqueles dois partidos entre os não economicamente ativos tenha sido sempre mais elevada do que a do PT, as médias estatísticas revelam que foi neste último partido que o seu peso relativo se exerceu com maior força, representando parcela mais significativa na composição interna de seu eleitorado. Desta forma, no Rio Grande do Sul ocorreu um empate nas médias apuradas para o PT e para o PDS/PPR, em ambos fixada em 21%, um ponto percentual além da obtida para o PMDB. No Pará, com 17%, registrou-se novo empate com o PDS/PPR e novamente o PMDB ficou um ponto percentual atrás. Em Goiás a maior média foi do PT com 29%, seguido do PMDB com 20% e do PDS/PPR com 18%. Também no Ceará a maior média foi do PT, com 26%, seguido do PMDB com 25% e do PDS/PPR com 23%. Por fim, no Espírito Santo registrou-se nova exceção, ainda que relativa, já que apenas o PDS/PPR e com dados que, para este partido, referem-se apenas ao ano de 1982, superou o PT. Enquanto o peso médio estatístico dos não economicamente ativos no PT foi de 22%, representando o dobro do registrado no PMDB, com 11%, no PDS/PPR ele foi de 26%.

#### **3.5.3.2.1. Estudantes / 1982**

Sem que se possa estender a análise às eleições subseqüentes, posto que os dados relativos a este segmento limitam-se às eleições de 1982, pode-se afirmar que o voto petista caracterizou-se, naquelas eleições, por provir significativamente do eleitorado estudantil, uma parcela social não imediatamente produtiva, nem especificamente profissional. Foram os estudantes os maiores eleitores do PT em três dos seis estados aqui analisados: São Paulo, Goiás e Espírito Santo. Além disto, no Rio Grande do Sul e no Pará eles compuseram o segundo segmento que mais votou no partido e, no Ceará, o terceiro. Quanto à composição interna do voto petista, os estudantes representaram a primeira maior parcela votante no partido em Goiás com 30%, a segunda no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e no Ceará, compondo nos dois primeiros estados 20% do total de seus eleitores e, no terceiro, 16% e, por fim, a terceira maior no Pará e em São Paulo, respectivamente com 13% e 18%.

Na comparação com o PMDB e o PDS/PPR, vê-se que o peso do voto dos estudantes foi sempre menos significativo no cômputo geral destes partidos, seja no que se refere à penetração eleitoral, seja na composição interna de seu eleitorado. No PMDB eles representaram o segundo melhor segmento de penetração eleitoral no Rio Grande do Sul e no Pará, o terceiro em Goiás, o quarto em São Paulo, o quinto no Ceará e o último no Espírito Santo, sendo que, no que concerne à composição interna do eleitorado deste partido, apenas no Pará e no Ceará eles representaram o terceiro maior segmento de seu eleitorado, compondo o quarto segmento mais importante em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Goiás e o penúltimo segmento no Espírito Santo.

No PDS/PPR, quanto à penetração eleitoral, os estudantes representaram o maior segmento no Espírito Santo, o quinto no Rio Grande do Sul, o sétimo em Goiás e o nono em São Paulo, fazendo com que, na composição interna do eleitorado pedessista, eles tenham detido a terceira posição no Espírito Santo e no Ceará, a quarta no Pará e em Goiás, a quinta no Rio Grande do Sul e a sétima em São Paulo.

Desta forma, em todos os estados da amostra, o peso dos estudantes na composição interna do eleitorado petista superou, com larga vantagem, aquele registrado no PMDB e no PDS/PPR. Pouco significativas no Pará e no Ceará, onde aos 18% e 16% registrados para o PT corresponderam 15% no primeiro estado e 14% no segundo para o PMDB e 10% e 11%, respectivamente, no PDS/PPR, as diferenças aumentam nos estados restantes. Na ordem crescente, verifica-se que o peso dos estudantes na composição do eleitorado petista frente ao peemedebista e pedessista foi cerca de duas vezes maior em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde os índices foram, respectivamente, de 13% e 20% no PT, de 8% e 9% no PMDB e de 7% e 9% no PDS/PPR. No Espírito Santo, não obstante uma superioridade no PT não muito gritante frente ao PDS/PPR, ela foi de quase 5 vezes frente ao PMDB, já que registraram-se índices de 19%, 15% e 4%, pela ordem de citação dos partidos. Por fim, em Goiás, enquanto os estudantes representaram 30% do eleitorado do PT, eles representaram 13% do peemedebista e apenas 10% do pedessista, ou seja, um peso quase três vezes maior no PT do que o registrado no interior dos outros dois partidos.

Percebe-se, assim, mesmo que os dados disponíveis refiram-se apenas às eleições de 1982, que foram os estudantes, em proporção muito mais elevada do que os demais segmentos não economicamente ativos, os grandes eleitores petistas. Ou melhor, foi a participação dos estudantes que tornou significativa a parcela não economicamente ativa como um todo na composição do eleitorado petista. Embora os dados sejam limitados a 1982, pode-se inferir, dado o peso dos estudantes no voto petista naquelas eleições, que, também nas demais, sua presença foi significativa, superior em muito à dos demais segmentos não ativos.

A tabela abaixo permite que se comprove este fato. Nela pode-se verificar que foi entre os estudantes que o PT obteve seus melhores índices de penetração eleitoral em três estados, ou seja em São Paulo, com 16,9%, em Goiás, com 3,4% e no Espírito Santo, com 5,5%; o segundo melhor índice no Rio Grande do Sul, com 5,5% e o terceiro no Pará, com 1,8%. Além disto, vê-se que eles representaram a maior parcela interna do eleitorado petista em Goiás, com 30%, a segunda em São

Paulo, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e no Ceará, respectivamente compondo 13%, 20%, 19% e 16% do total de seu eleitorado e a terceira no Pará, com 18%. Por fim, constata-se, na ordem crescente, que eles representaram no conjunto do eleitorado petista não economicamente ativo<sup>134</sup> 69% no Espírito Santo, 80% em Goiás, 82% em São Paulo, 88% no Rio Grande do Sul e 100% no Pará e no Ceará. Números que podem ter se modificado nas demais eleições mas que, com certeza, não se alteraram a ponto de inverter seu peso, tornando os estudantes parcela minoritária frente aos demais segmentos considerados socialmente não produtivos.

**Distribuição do Eleitorado do PT em 1982 pelos Segmentos Estudantis e Outros Não Economicamente Ativos**

| Estados        | Penetração Eleitoral |        | Perfil Social do Eleitorado |        | Relação Interna Estudantes/ Outros no Eleitorado Petista |        |       |
|----------------|----------------------|--------|-----------------------------|--------|----------------------------------------------------------|--------|-------|
|                | Estudantes           | Outros | Estudantes                  | Outros | Estudantes                                               | Outros | Total |
| São Paulo      | 16,9                 | 3,3    | 13                          | 3      | 82                                                       | 18     | 100   |
| Rio G. do Sul  | 5,5                  | 0,6    | 20                          | 3      | 88                                                       | 12     | 100   |
| Pará           | 1,8                  | 0      | 18                          | 0      | 100                                                      | 0      | 100   |
| Goiás          | 3,4                  | 1,2    | 30                          | 7      | 80                                                       | 20     | 100   |
| Espírito Santo | 5,5                  | 2,1    | 19                          | 9      | 69                                                       | 31     | 100   |
| Ceará          | 1,4                  | 0      | 16                          | 0      | 100                                                      | 0      | 100   |

### 3.5.4. Posição na Ocupação / 1986

Os dados com que se trabalha aqui referem-se apenas às eleições de 1986, as únicas, dentre as utilizadas, nas quais o Ibope estratificou os resultados finais de suas pesquisas segundo o critério da posição na ocupação de seus entrevistados. Tal fato impossibilita, portanto, as generalizações mais abrangentes, uma vez que, diante de resultados relativos a apenas uma eleição, não se podem verificar regularidades, indispensáveis para a fixação das características distintivas do eleitorado de um partido. Além disto, são dados menos precisos que a maioria dos utilizados para as demais variáveis. Pode-se verificar na tabela onde se listam os percentuais referentes à composição interna do eleitorado (a última tabela apresentada neste capítulo), que em três estados as somas totais são superiores a 100%, ultrapassando, em dois deles, os 110%. Os riscos de distorções são aqui, portanto, maiores do que os eventualmente encontrados nas análises dos itens anteriores. Ainda assim, pode-se verificar, através dos dados que se seguem, algumas tendências importantes para a caracterização do perfil social do eleitorado petista.

Pode-se perceber, não sem certa surpresa, quando se considera a penetração eleitoral do PT nas eleições para os governos estaduais em 1986, que ela se faz de modo relativamente equilibrado entre os segmentos assalariados e os patronais. Por este critério, a amostra divide-se exatamente ao meio. Em três dos seis estados a penetração petista foi maior entre os assalariados e, nos três restantes,

<sup>134</sup> Localizados na tabela abaixo nas quadriculas reservadas à "Relação Interna Estudantes/Outros no Eleitorado Petista Não Economicamente Ativo".

entre os patrões, sendo que em nenhum dos estados seus maiores índices ocorreram entre os trabalhadores autônomos.

Confirma-se, assim, por um lado, a fraca inserção do PT entre os trabalhadores autônomos, ao mesmo tempo em que se constata que, na verdade, mais do que um equilíbrio na penetração eleitoral petista entre os segmentos assalariados e patronais, ocorreu, naquelas eleições, uma maior penetração eleitoral petista entre os patrões do que entre os empregados. No Espírito Santo, verifica-se a existência de um empate efetivo nos percentuais de penetração eleitoral do PT nestes dois segmentos, já que a diferença percentual entre eles foi de apenas 0,1 ponto. Desta forma, a situação final da amostra passa a ser de predomínio da penetração eleitoral do partido entre os patrões, pois, com o empate em um dos estados, a melhor penetração entre os assalariados fica limitada a apenas dois deles, enquanto permanece a situação de melhor penetração eleitoral entre os patrões em três estados.

**Posição na Ocupação dos Eleitores do PT (1986)**

| <i>Penetração do partido no eleitorado total</i> |            |           |         |             |
|--------------------------------------------------|------------|-----------|---------|-------------|
| Estados                                          | Empregados | Autônomos | Patrões | N. Aplicado |
| São Paulo                                        | 12,2       | 6,7       | 0       | 8,9         |
| Rio G. do Sul                                    | 6          | 4         | 3       | 3           |
| Pará                                             | 5          | 5         | 9       | 5           |
| Goiás                                            | 8          | 4         | 9       | 5           |
| Espírito Santo                                   | 8,4        | 5,4       | 8,3     | 6,2         |
| Ceará                                            | 2          | 1         | 4       | 3           |

**Eleitores Brasileiros Economicamente Ocupados, segundo a Posição na Ocupação (PNAD 1988)**

| Estados        | Empregados | Autônomos | Patrões | NEA*  | TOTAL |
|----------------|------------|-----------|---------|-------|-------|
| São Paulo      | 51,18      | 11,1      | 2,96    | 34,75 | 100   |
| Rio G. do Sul  | 40,02      | 19,28     | 3,12    | 37,58 | 100   |
| Pará           | 41,44      | 18,72     | 2,67    | 37,18 | 100   |
| Goiás          | 42,3       | 18,8      | 3,26    | 35,64 | 100   |
| Espírito Santo | 44,41      | 13,22     | 4,77    | 37,59 | 100   |
| Ceará          | 38,39      | 20,86     | 1,46    | 39,3  | 100   |

\* Como NEA (Não Economicamente Ativos) incluem-se também os Procurando Trabalho e os Não Remunerados

Entretanto, tal como o verificado com relação ao critério dos rendimentos dos eleitores, pode-se observar que a penetração eleitoral obtida pelo PT segundo a posição na ocupação dos eleitores variou, naquelas eleições, de acordo com o grau de desenvolvimento dos estados incluídos na amostra. Em São Paulo, caso extremo, o PT não conseguiu qualquer menção de intenção de voto entre os patrões, enquanto alcançou entre os assalariados seus melhores percentuais de penetração eleitoral. Da mesma forma, no Rio Grande do Sul foi entre os patrões que o PT obteve seus menores percentuais de intenção de voto, enquanto obteve entre os assalariados seu melhor desempenho. A transição entre uma situação e outra foi verificada no Espírito Santo e em Goiás, onde as diferenças entre assalariados e

patrões são desprezíveis. No primeiro, os percentuais obtidos no dois segmentos foram quase idênticos e, no segundo, por margem de apenas um ponto percentual, o melhor desempenho ocorreu entre os patrões. No Pará a distância entre os segmentos aumentou, com a penetração eleitoral verificada entre os patrões superando em quatro ponto percentuais a registrada entre os assalariados. Finalmente no Ceará, as declarações de intenção de voto entre os patrões atingiram exatamente o dobro do índice alcançado entre os assalariados.

Verifica-se, assim, que se estabeleceu, nas eleições de 1986, uma relação inversa entre o grau de desenvolvimento econômico de cada estado e a penetração eleitoral conseguida pelo PT em cada segmento de eleitores, segundo sua posição na ocupação. Relacionada com o grau de desenvolvimento de cada estado, a penetração obtida parece depender do tipo e do tamanho das propriedades mais características em cada dos estados. Nos mais desenvolvidos, onde tende a ocorrer a maior penetração dos grandes capitais, dos oligopólios e dos monopólios, a penetração eleitoral petista é mínima entre os segmentos patronais e máxima entre os segmentos assalariados. Relação que se inverte gradativamente, como se viu, quando se analisa o desempenho do partido nos estados menos desenvolvidos economicamente, onde também se inverte a relação entre grandes e pequenos capitais - com a maior incidência de pequenos e médios proprietários.

A comparação com o PMDB e o PDS/PPR permite que se verifique uma certa regularidade na penetração eleitoral destes partidos nos segmentos ocupacionais, melhor explicitada do que a do PT. O PMDB consegue, em quatro dos seis estados, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Ceará, seus melhores índices entre os trabalhadores autônomos e em dois estados, Rio Grande do Sul e Pará, melhores índices entre os segmentos patronais. O PDS/PPR, por sua vez, obtem sua maior penetração eleitoral entre os patrões em todos os estados, exceto no Rio Grande do Sul, onde esteve coligado, naquelas eleições, com o PDT.

Posição na Ocupação dos Eleitores do PT (1986)

| <i>Perfil Social do Eleitorado</i> |            |           |         |             |       |
|------------------------------------|------------|-----------|---------|-------------|-------|
| Estados                            | Empregados | Autônomos | Patrões | N. Aplicado | Total |
| São Paulo                          | 65,1       | 6,8       | 0       | 28,3        | 100,2 |
| Rio G. do Sul                      | 61,6       | 20,6      | 1,9     | 26,9        | 110,9 |
| Pará                               | 33,9       | 26,1      | 2,5     | 38,6        | 101,1 |
| Goiás                              | 48,3       | 15,4      | 5,3     | 31          | 99,9  |
| Espírito Santo                     | 50,1       | 16,1      | 3,6     | 30,4        | 100,2 |
| Ceará                              | 32,5       | 12        | 3,7     | 62,5        | 110,7 |

Quanto ao perfil interno do eleitorado petista, as observações de relevo são as que se estabelecem a partir da comparação com os demais partidos, uma vez que a análise isolada do PT permite apenas que se constate que seu eleitorado compõe-se, tal qual o conjunto do eleitorado e da população, majoritariamente de assalariados e minimamente de patrões, com os trabalhadores autônomos constituindo a faixa intermediária. Verifica-se, então, que a composição interna do PT nos diversos estado reproduz, aproximadamente, no que se refere ao peso dos segmentos assalariados, o

que se observou quanto à penetração eleitoral do partido. Ainda que não tão regularmente, sua variação reflete aqui o grau de desenvolvimento econômico de cada estado: maior presença nos estados mais desenvolvidos e menor nos menos desenvolvidos. É assim que nos estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Goiás, o peso dos assalariados na composição interna do eleitorado petista é superior, em 1986, ao peso que este segmento detém, tanto no PMDB, quanto no PDS/PPR. Por outro lado, mas na mesma lógica, no Ceará, o peso dos assalariados é maior no PMDB do que no PT onde, contudo, o peso deste segmento é maior do que no PDS/PPR. Finalmente, no Pará, confirmando as exceções que caracterizam o eleitorado petista naquele estado, o peso dos assalariados na composição do voto petista é inferior ao verificado tanto no PMDB, quanto no PDS/PPR.

Quanto ao segmento patronal, na mesma tendência, seu peso na composição do eleitorado petista em São Paulo e no Rio Grande do Sul é mínimo, muito inferior, portanto, ao peso que ele detém no PMDB e no PDS/PPR. É em Goiás que o patronato atinge sua maior presença no eleitorado petista superando, tanto como no Ceará, o peso que detém no PMDB ou no PDS/PPR. No Pará e no Espírito Santo, embora superior à verificada no PMDB, a presença patronal no PT é inferior à observada no PDS/PPR. Expressão da atipicidade do eleitorado petista do Pará, é aquele o único estado em que os trabalhadores autônomos eleitores do PT adquirem peso maior no PT do que o conquistado na composição interna do voto peemedebista ou pedessista.

### 3.5.5. Em Resumo

O conjunto de dados relativos às eleições estaduais de 1982 a 1990, aqui analisado, permite que se formulem algumas observações gerais sobre o perfil social dos eleitores do PT. Percebe-se que o voto petista possui características definidas, confirmadas em seu processo de expansão ao longo do período em análise. Concentrado nos centros de maior dinamismo econômico e nos segmentos sociais mais contemporâneos ao padrão de desenvolvimento das áreas mais modernas do país, ele irradiou-se, a partir daí, para as demais regiões e segmentos sociais, atingindo áreas e parcelas eleitorais diversificadas.

Mantendo-se relativamente estável no estado de São Paulo, onde sustentou uma penetração equivalente a 10% do total dos eleitores, durante todo o período, o voto petista cresceu expressivamente em todos os demais estados da amostra. Caracterizado como um voto urbano, preferencialmente das capitais estaduais, ele manteve um processo de crescimento constante também nas regiões interioranas. Majoritariamente masculino, jovem e originado das parcelas com escolaridade de nível colegial e superior e com remuneração nas faixas de renda familiar de dois a cinco e de cinco ou mais salários mínimos mensais, ele expandiu-se no eleitorado feminino e nas faixas etárias mais avançadas, crescendo em todos os estratos de instrução e de rendimentos.

Com presença significativa entre os eleitores ocupados nas atividades do setor secundário da economia, principalmente em 1982, o PT revelou-se, entretanto, desde então, melhor enraizado entre o eleitorado do setor terciário. Crescendo em todos os setores econômicos durante as eleições estaduais realizadas entre 1982 e 1990, a penetração eleitoral do PT ganhou expressão também entre os eleitores

do setor primário, mas fez-se especialmente marcante entre o eleitorado ocupado no setor terciário, que tornou-se setor chave na caracterização do voto petista. Dentre os eleitores dos segmentos não economicamente ativos, nos quais o PT conquistou significativa penetração no período, os estudantes, segundo se pode inferir das pesquisas de intenção de voto relativas às eleições de 1982, se constituíram como a parcela mais significativa. No que diz respeito à posição na ocupação, segundo dados referentes apenas às eleições de 1986, o eleitorado petista compôs-se majoritariamente por trabalhadores assalariados. Ao mesmo tempo, no entanto, o PT conquistou uma penetração eleitoral significativa entre os patrões, fundamentalmente os pequenos proprietários.

As características gerais do voto petista de âmbito estadual, identificadas até aqui, confirmam, portanto, o enraizamento do partido em uma base social composta de segmentos sociais diferenciados, típicos do processo de modernização recente do país, nos moldes já apontados pela análise do perfil social dos militantes do PT.

### 3.6. Eleitorado Petista nas Eleições Presidenciais de 1989

Tal como se procedeu para as eleições de nível estadual, confrontam-se aqui, antes de se iniciar a análise dos dados sócio-econômicos, os resultados oficiais dos dois turnos das eleições presidenciais de 1989 e os prognósticos das pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Ibope<sup>135</sup>. Pode-se conferir, nas tabelas abaixo, que eles mostram-se mais uma vez bastante semelhantes entre si. Ressalte-se, no entanto, que os dados do Ibope relativos ao primeiro turno daquelas eleições e utilizados aqui indicavam uma vantagem de Leonel Brizola, candidato do PDT, de um ponto percentual sobre o candidato petista, Luis Inácio Lula da Silva. Como se sabe, o resultado oficial favoreceu Lula, que sobrepujou a votação de Brizola em menos de 0,5 pontos percentuais. Dentro da margem de erro estatístico das pesquisas daquele instituto, então fixada em três pontos percentuais, as diferenças apontadas não comprometem, evidentemente, a análise que se procede aqui<sup>136</sup>.

---

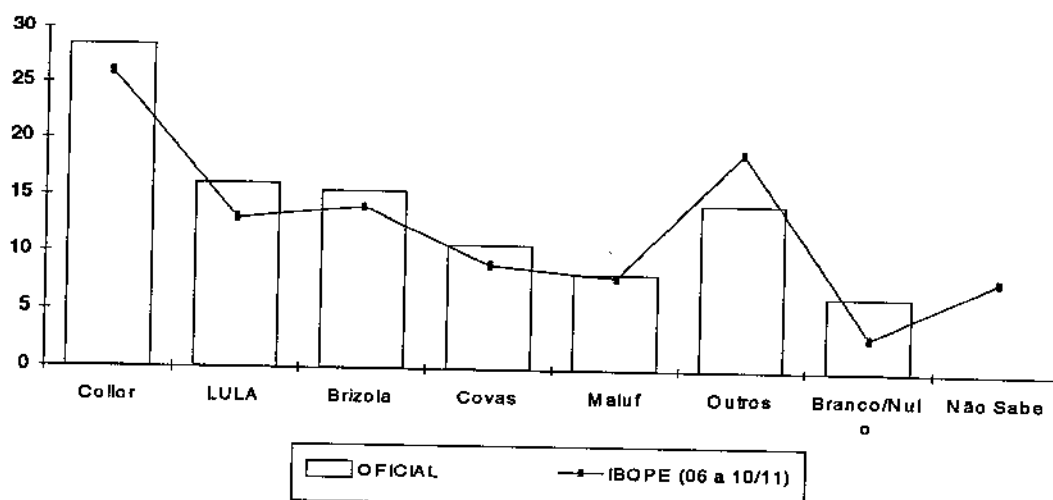
<sup>135</sup> As pesquisas do Ibope utilizadas nesta seção foram realizadas durante o período de 06 a 11 de novembro de 1989, para o primeiro turno, e entre 13 e 16 de dezembro de 1989, para o segundo turno.

<sup>136</sup> A pesquisa do Ibope aqui utilizada para os dados relativos ao primeiro turno de 1989 foi realizada entre os dias 06 e 10 de novembro daquele ano, cerca de uma semana antes da votação oficial. Mais adequados para uma confrontação com os resultados oficiais seriam os dados da pesquisa de "boca de urna". Estas pesquisas, no entanto, pela rapidez exigida para a coleta dos dados empíricos, registra menor número de informações a respeito dos entrevistados, o que torna sua utilização inadequada aos objetivos deste trabalho.

**Eleições para a Presidência da  
República - 1989**

| <b>1º TURNO</b>  |                |              |
|------------------|----------------|--------------|
| <b>Candidato</b> | <b>Oficial</b> | <b>Ibope</b> |
| Collor           | 28,52          | 26           |
| LULA             | 16,08          | 13           |
| Brizola          | 15,45          | 14           |
| Covas            | 10,78          | 9            |
| Maluf            | 8,28           | 8            |
| Outros           | 14,44          | 19           |
| Branco/Nulo      | 6,45           | 3            |
| Não Sabe         | 0              | 8            |
| <b>Total</b>     | <b>100</b>     | <b>100</b>   |

**Comparação Resultado Oficial e Pesquisa Ibope - 1989 - 1º Turno**



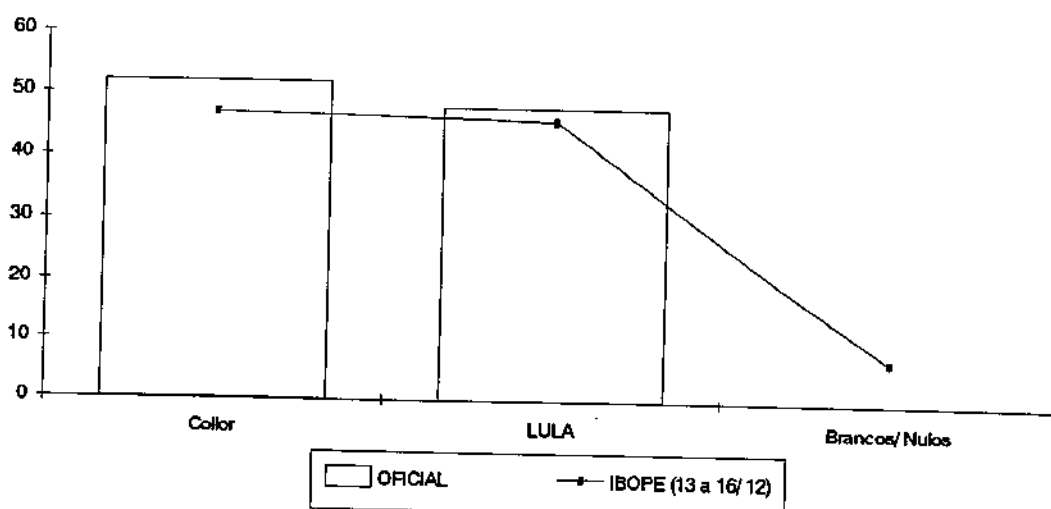
A análise do desempenho eleitoral do candidato do PT às eleições presidenciais de 1989 demonstra que as características do eleitorado petista mantêm-se, no geral, praticamente inalteradas frente àquelas já esboçadas nas seções anteriores deste capítulo. Na verdade, o que se pode verificar aqui é que, em ternos nacionais, o eleitor petista reafirma, em seus traços básicos, aquilo que já se constatou na amostra por estados. Isto, se comprova, de um lado, a confiabilidade da amostra anteriormente utilizada, torna possível também, num plano mais amplo, que se constate a existência efetiva de características sócio-econômicas próprias e definidoras daquela parcela eleitoral que tende a votar no Partido dos Trabalhadores. Desta maneira, refuta-se, no que diz respeito ao PT, a tese tradicionalmente aceita de que, no Brasil, nunca se constituiu uma identidade social mais fortemente marcada entre os eleitores e os partidos políticos. Os dados disponíveis permitem que se afirme que o eleitorado petista pode ser identificado por traços peculiares, que o caracterizam e que o distinguem dos demais.

Na verdade, a afirmação costumeira da indistinção social e ideológica do eleitorado brasileiro parte da constatação da instabilidade que caracterizou os partidos políticos e os sistemas político-eleitorais que se instalaram no país ao longo de sua história. A sucessão de partidos, rapidamente constituídos e também velozmente extintos, em virtude, de um lado, de sua própria fluidez ideológica e, de outro, das interrupções freqüentes da prática política democrática, impostas pela violência do domínio das elites dirigentes impediram, de fato, quer a constituição de sistemas político-partidários e eleitorais estáveis, quer o estabelecimento de vínculos de identidade e de distinção no interior do eleitorado. Hoje, no entanto, a relativa estabilidade dos partidos e do sistema político-eleitoral nascidos da reforma partidária de 1979, somada à afirmativa classista e ideológica do Partido dos Trabalhadores, permitem que se verifique, ao menos no que se refere ao eleitorado deste partido (já que não se dispõe de informações deste tipo relativas aos demais partidos), o início do estabelecimento tanto de laços de identidade ideológica entre o PT e seus eleitores, quanto de traços distintivos das peculiaridades sociais deste eleitorado.

**Eleições para a Presidência da República  
1989**

| 2º TURNO    |         |       |
|-------------|---------|-------|
| Candidato   | Oficial | Ibope |
| Collor      | 52      | 47    |
| LULA        | 48      | 46    |
| Branco/Nulo | 0       | 7     |
| Total       | 100     | 100   |

**Comparação Resultado Oficial e Pesquisa Ibope - 1989 - 2º Turno**



### 3.7. Características Demográficas do Eleitorado do PT nas Eleições Presidenciais de 1989

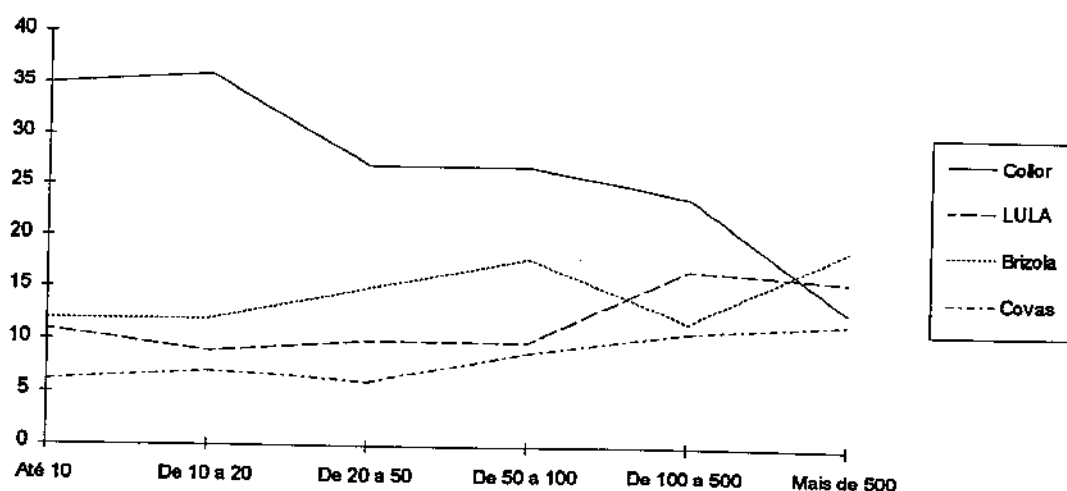
#### 3.7.1. Distribuição Geográfico-Espacial

Na seção corresponde a esta, para as eleições estaduais, verificou-se que o voto petista caracteriza-se por ser um voto urbano, concentrado nas capitais estaduais, ainda que em processo de penetração pelas regiões interioranas. Constatou-se, além disto, que o melhor enraizamento eleitoral do partido ocorre nas regiões de maior desenvolvimento social e econômico. Verifica-se agora, com dados que se referem às cidades segundo o seu porte e numa eleição de cunho nacional, que estas características tornam-se ainda mais nítidas, permitindo que se afirme que o voto petista provém majoritariamente dos eleitores das áreas metropolitanas do país.

1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)

| Candidato   | Até 10 | De 10 a 20 | De 20 a 50 | De 50 a 100 | De 100 a 500 | Mais de 500 |
|-------------|--------|------------|------------|-------------|--------------|-------------|
| Collor      | 35     | 36         | 27         | 27          | 24           | 13          |
| LULA        | 11     | 9          | 10         | 10          | 17           | 16          |
| Brizola     | 12     | 12         | 15         | 18          | 12           | 19          |
| Covas       | 6      | 7          | 6          | 9           | 11           | 12          |
| Maluf       | 6      | 7          | 7          | 7           | 8            | 10          |
| Outros      | 17     | 16         | 23         | 24          | 16           | 22          |
| Branco/Nulo | 4      | 2          | 4          | 1           | 3            | 3           |
| Não Sabe    | 9      | 11         | 8          | 6           | 7            | 4           |
| Total       | 100    | 100        | 100        | 102         | 98           | 99          |

1º Turno: Intenção de Voto nos Principais Candidatos, segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)

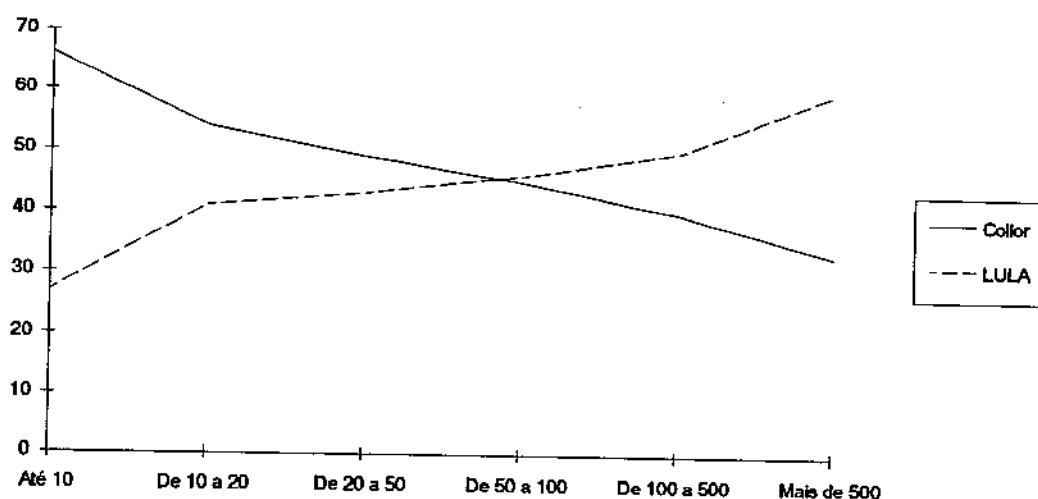


As pesquisas do Ibope indicam que o melhor desempenho eleitoral de Lula ocorreu, quer no primeiro, quer no segundo turno da eleição de 1989, nas maiores cidades, com eleitorado igual ou superior a 100 mil votantes. Enquanto, no primeiro turno, as intenções de voto no candidato petista mantiveram-se na marca dos 10% do eleitorado das cidades até 100 mil eleitores, elas alcançaram 17% nas de 100 mil a 500 mil e 16% nas de mais de 500 mil. Embora com uma regularidade imperfeita, verifica-se, já na penetração eleitoral de Lula no primeiro turno, que seu desempenho variou para maior, segundo uma inclinação que acompanha a curva de crescimento das cidades e, conseqüentemente, do número de seus eleitores<sup>137</sup>. Trajetória que se revela oposta à de Collor, que decresce no sentido inverso ao do crescimento do porte das cidades.

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)**

| Candidato | Até 10 | De 10 a 20 | De 20 a 50 | De 50 a 100 | De 100 a 500 | Mais de 500 |
|-----------|--------|------------|------------|-------------|--------------|-------------|
| Collor    | 66     | 54         | 49         | 45          | 40           | 33          |
| LULA      | 27     | 41         | 43         | 46          | 50           | 60          |
| NH/B/N    | 7      | 5          | 8          | 9           | 10           | 7           |
| Total     | 100    | 100        | 100        | 100         | 100          | 100         |

**Segundo Turno: Intenção de Voto Segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)**



Os dados relativos ao segundo turno revelam, de modo ainda mais claro, tanto a concentração do eleitorado petista nas grandes cidades, quanto, ainda, o gradiente de sua distribuição. Numa correspondência perfeita, observa-se que quanto maior a cidade, maior a intenção de voto em Lula e, conseqüentemente, menor a penetração eleitoral de Collor. Partindo de apenas 27% das intenções de voto nas cidades com até 10 mil eleitores, Lula alcançou 60% da preferência do eleitorado das cidades de mais de 500 mil eleitores, enquanto Collor, partindo de 66% nas cidades com até 10 mil eleitores,

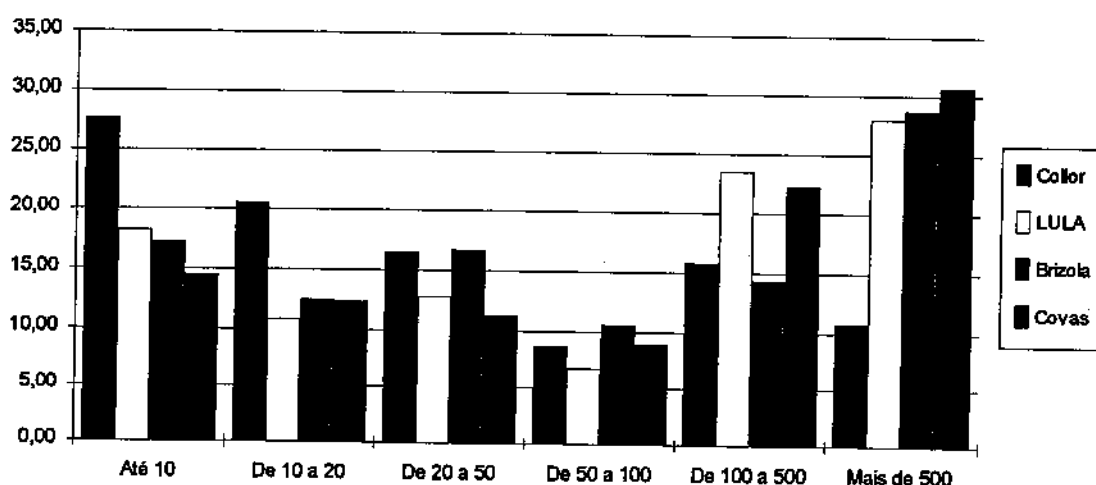
<sup>137</sup> Desempenho semelhante, como se pode conferir na tabela e no gráfico com as intenções de voto para os candidatos do primeiro turno, só foi alcançado por Mário Covas, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

reduziu sua penetração para apenas 33% das intenções de voto nas cidades com mais de 500 mil eleitores<sup>138</sup>.

**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Porte das Cidades (em milhares)**

| Candidato   | Até 10 | De 10 a 20 | De 20 a 50 | De 50 a 100 | De 100 a 500 | Mais de 500 | Totais |
|-------------|--------|------------|------------|-------------|--------------|-------------|--------|
| Collor      | 27,61  | 20,60      | 16,49      | 8,68        | 15,80        | 10,82       | 100,00 |
| LULA        | 18,21  | 10,81      | 12,81      | 6,74        | 23,48        | 27,95       | 100,00 |
| Brizola     | 17,21  | 12,49      | 16,65      | 10,52       | 14,36        | 28,76       | 100,00 |
| Covas       | 14,55  | 12,32      | 11,26      | 8,89        | 22,26        | 30,71       | 100,00 |
| Maluf       | 16,40  | 13,88      | 14,81      | 7,80        | 18,25        | 28,85       | 100,00 |
| Outros      | 18,33  | 12,51      | 19,19      | 10,54       | 14,39        | 25,03       | 100,00 |
| Branco/Nulo | 27,35  | 9,92       | 21,17      | 2,79        | 17,12        | 21,65       | 100,00 |
| Não Sabe    | 25,23  | 22,36      | 17,36      | 6,85        | 16,37        | 11,83       | 100,00 |

**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado dos Principais Candidatos, segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)**



O perfil do eleitorado petista, obtido pela verificação da composição interna dos segmentos que declararam sua intenção de voto no candidato do partido, reafirma sua característica metropolitana. No primeiro turno, Lula concentrou 51,4% de seu eleitorado nas cidades com mais de 100 mil eleitores e apenas 48,5% nas com até 100 mil. Aparentemente equilibrada, a distribuição revela, no entanto, um peso desproporcional do voto das cidades de maior porte, uma vez que a maior parcela do eleitorado brasileiro, representando cerca de 60% dele, localiza-se nas cidades de até 50 mil eleitores, exatamente naquelas onde Lula concentrou parte menor das intenções de voto detectadas pelo Ibope. Collor,

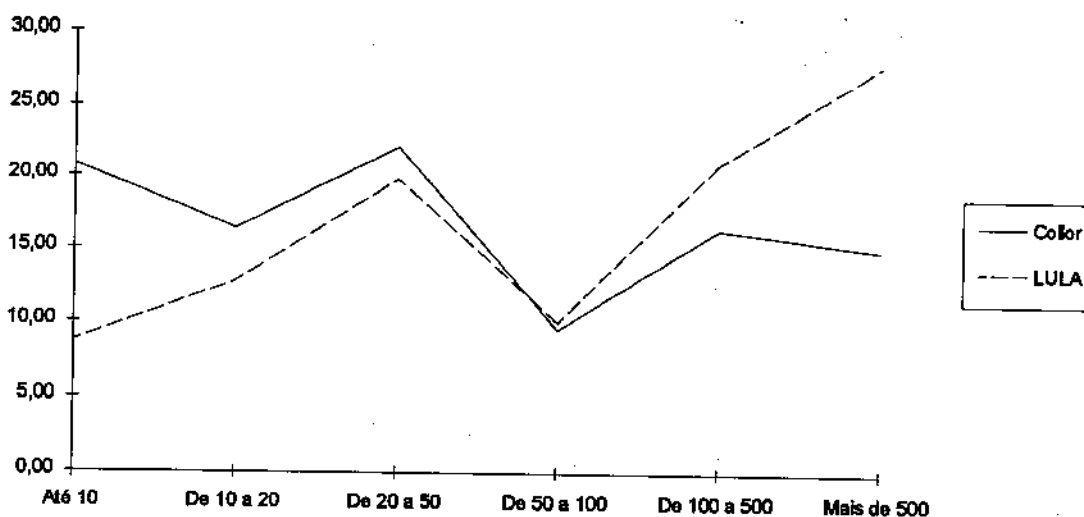
<sup>138</sup> Veja-se, para resultados semelhantes obtidos através dos dados oficiais do TSE para o segundo turno daquelas eleições, MOISÉS, J. Álvaro - "Eleições, Participação e Cultura Política" In Lua Nova n° 22, dezembro de 1990, São Paulo, CEDEC - Marco Zero, pp. 133-188. Também Fernando da Silveira Cotrim, A Geografia do Voto no Brasil - eleições de 1989, Rio de Janeiro, IBASE, 1990, com dados oficiais, constata a mesma evidência.

inversamente a Lula, obteve 73,3% de seus votos nas cidades com menos de 100 mil eleitores, contra apenas 26,6% nas acima desta marca<sup>139</sup>.

**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Porte das Cidades (em milhares)**

| Candidato | Até 10 | De 10 a 20 | De 20 a 50 | De 50 a 100 | De 100 a 500 | Mais de 500 | Totais |
|-----------|--------|------------|------------|-------------|--------------|-------------|--------|
| Collor    | 20,79  | 16,34      | 22,02      | 9,53        | 16,38        | 14,94       | 100,00 |
| LULA      | 8,71   | 12,71      | 19,79      | 9,98        | 20,97        | 27,83       | 100,00 |

**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Porte das Cidades (em milhares de eleitores)**



No segundo turno, o eleitorado de Lula demonstrou-se, mais uma vez, majoritariamente urbano e preferencialmente concentrado nas áreas metropolitanas. Não obstante provenientes em 51,2% das cidades de até 100 mil eleitores, as intenções de voto registradas pelo Ibope para Lula nestas cidades foram insuficientes para atingir a marca nacional de 60% e, menos ainda, para ultrapassar o peso que representaram no eleitorado de Collor, candidato cujas intenções de voto originaram-se em cerca de 68,7% das cidades deste porte. Com 48,8% de seu eleitorado provável nas cidades com mais de 100 mil eleitores, frente apenas 31,3% do eleitorado provável de seu adversário, as intenções de voto do candidato petista reafirmam, por fim, num pleito de nível nacional, as evidências já constatadas na análise amostral por estado: concentrado majoritariamente nas regiões de maior desenvolvimento sócio-econômico e nas capitais estaduais, ainda que em um processo continuado de expansão pelas cidades interioranas, como se verificou na análise das eleições estaduais, o eleitorado petista, mesmo quando se expande num pleito de nível nacional, o faz preferencialmente nas cidades de maior porte, exatamente aquelas onde os indicadores de bem estar social e, com ele, os de cidadania básica, atingem seus melhores índices.

<sup>139</sup> Na tabela acima, pode-se verificar que a concentração do eleitorado de Brizola (PDT - Partido Democrático Trabalhista) assemelhou-se à de Collor, enquanto que a de Covas, assemelhou-se à de Lula.

### 3.7.2. Sexo

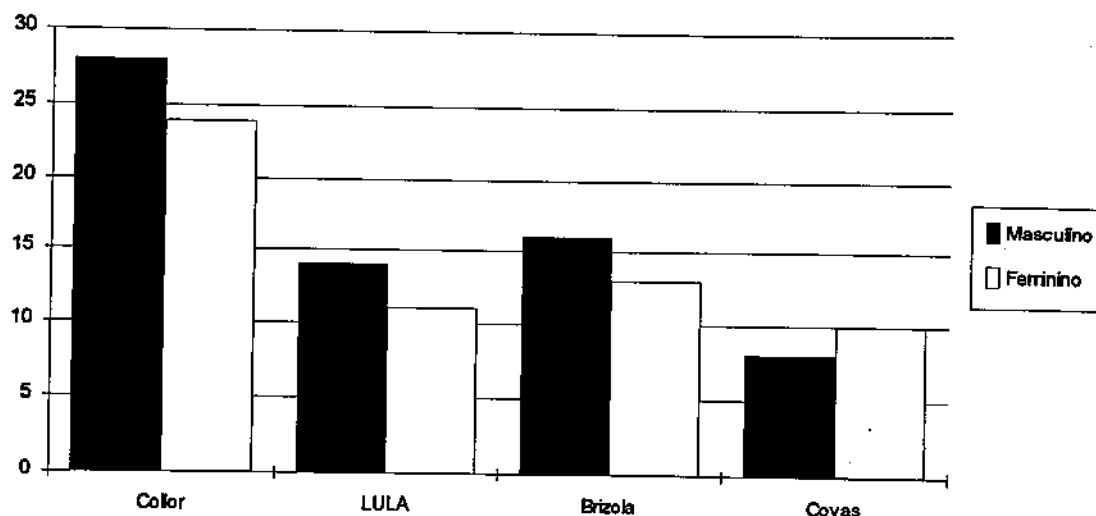
Conquistando, no primeiro turno, 14% das intenções de voto do eleitorado masculino e 11% do feminino e, no segundo, 45% e 43% de cada um destes segmentos, Lula reproduz, em nível nacional, a tendência dos candidatos petistas de obter melhor desempenho eleitoral entre os eleitores do sexo masculino<sup>140</sup>. A análise do peso relativo de cada um dos sexos na composição interna do voto em Lula e em Collor, revela, entretanto, quando comparados em seu crescimento de um turno a outro, que enquanto a proporção homens/mulheres se altera em apenas três pontos percentuais positivos para o segmento feminino na composição interna do eleitorado petista, esta proporção se concretiza em seis pontos percentuais na do candidato do PRN. Isto implica, portanto, que o candidato do último partido conseguiu conquistar as intenções de voto de um número de eleitoras numa proporção equivalente ao dobro do número conseguido pelo candidato do PT, demonstrando, mais uma vez, a dificuldade petista em se fixar no eleitorado feminino.

1º Turno: Intenção de Voto, segundo o  
Sexo

| Candidato   | Masculino | Feminino |
|-------------|-----------|----------|
| Collor      | 28        | 24       |
| LULA        | 14        | 11       |
| Brizola     | 16        | 13       |
| Covas       | 8         | 10       |
| Maluf       | 8         | 7        |
| Outros      | 17        | 22       |
| Branco/Nulo | 3         | 3        |
| Não Sabe    | 6         | 10       |
| Total       | 100       | 100      |

<sup>140</sup> Há que se ressaltar, que, com a exceção de Mário Covas, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), todos os demais candidatos à presidência da república em 1989 listados aqui apresentaram seus melhores índices entre a parcela masculina do eleitorado.

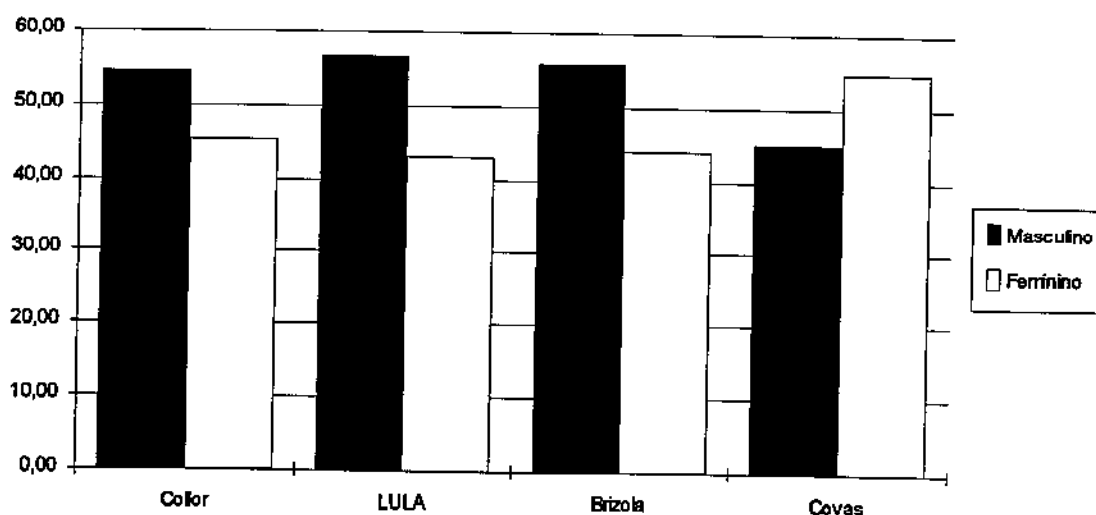
1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Sexo



1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Sexo

| Candidato   | Masculino | Feminino | Totais |
|-------------|-----------|----------|--------|
| Collor      | 54,58     | 45,42    | 100,0  |
| LULA        | 56,73     | 43,27    | 100,0  |
| Brizola     | 55,90     | 44,10    | 100,0  |
| Covas       | 45,18     | 54,82    | 100,0  |
| Maluf       | 54,07     | 45,93    | 100,0  |
| Outros      | 44,32     | 55,68    | 100,0  |
| Branco/Nulo | 50,74     | 49,26    | 100,0  |
| Não Sabe    | 38,20     | 61,80    | 100,0  |

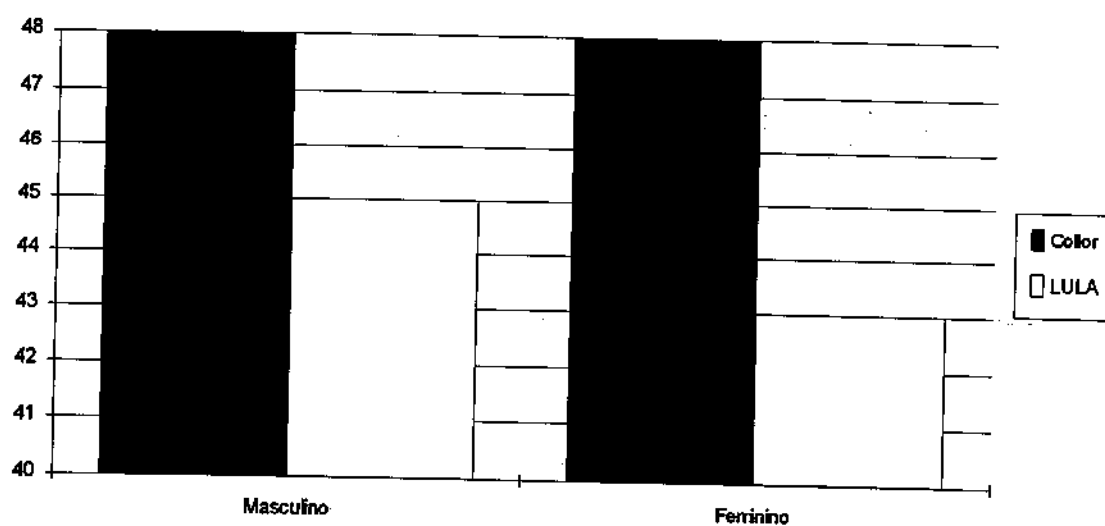
1º Turno: Perfil Social dos Eleitores dos Principais Candidatos, segundo o Sexo



**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Sexo**

| Candidato | Masculino | Feminino |
|-----------|-----------|----------|
| Collor    | 48        | 48       |
| LULA      | 45        | 43       |
| NH/B/N    | 7         | 9        |
| Total     | 100       | 100      |

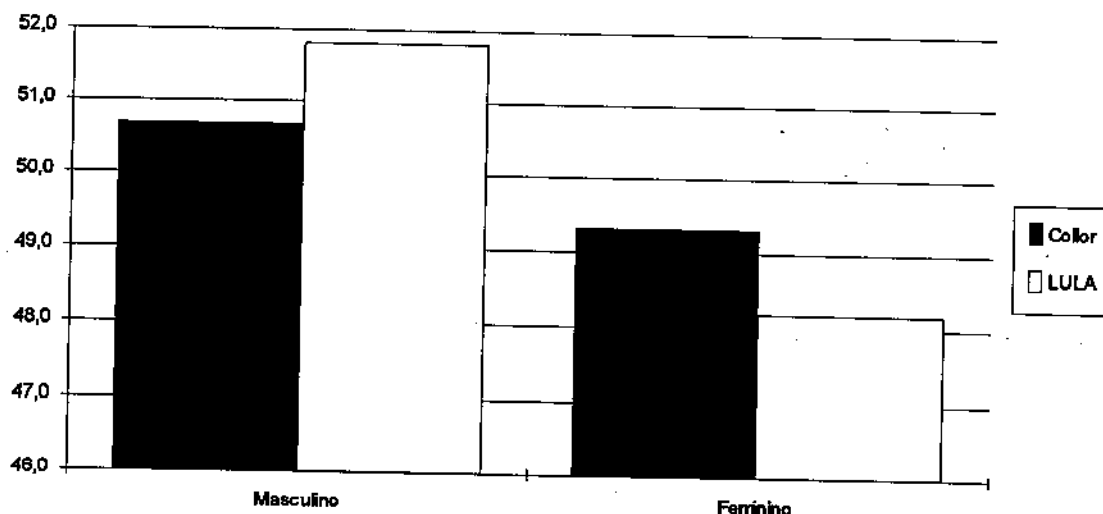
**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Sexo**



**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Sexo**

| Candidato | Masculino | Feminino | Totais |
|-----------|-----------|----------|--------|
| Collor    | 50,7      | 49,3     | 100,0  |
| LULA      | 51,8      | 48,2     | 100,0  |
| NH/B/N    | 44,4      | 55,6     | 100,0  |

**2º Turno: Perfil do Eleitorado, segundo o Sexo**



### 3.7.3. Idade

Partindo de um índice, no primeiro turno, de 26% das intenções de voto entre eleitores de 16 e 17 anos, a penetração eleitoral de Lula decresceu em cada degrau ascendente da escala etária. Ela se reduziu a 16% na faixa de 18 a 25 anos, a 14% na entre 26 a 40 anos e se encerrou com apenas 8% naquela com idades iguais ou superiores a 41 anos. O eleitorado petista, no entanto, quando analisado em sua composição interna, revelou-se majoritariamente concentrado na faixa entre 26 e 40 anos, onde se localizaram 40,4% de seus votos potenciais. Verifica-se, com isto, uma pequena variação, ao nível nacional, das características etárias do eleitorado petista detectadas na análise das eleições estaduais. A maioria do eleitorado de Lula deslocou-se um degrau acima daquele que, na análise anterior, revelou-se como de localização prioritária do eleitorado de seu partido.

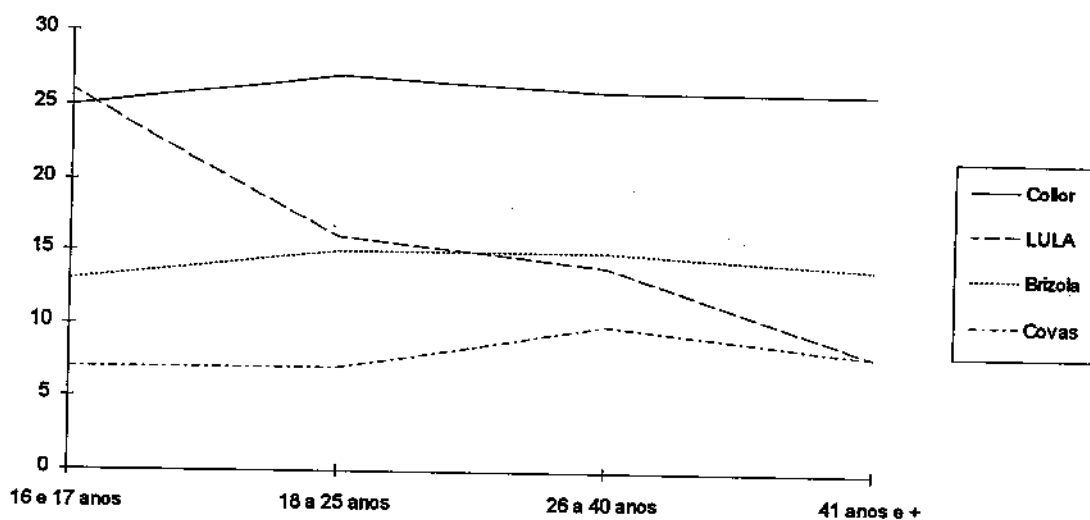
Considerando-se que os dados relativos aos estados referiram-se a eleições realizadas, tanto anteriormente, quanto, uma delas (a de 1990), posteriormente às eleições de 1989, pode-se descartar uma explicação que pretendesse negar a alteração de padrão aqui verificada, atribuindo-a simplesmente ao envelhecimento natural dos eleitores antes analisados. Colocado noutros termos, o que se verifica aqui é que, visto sob a ótica de um pleito nacional, os eleitores petistas, representados pelos eleitores de Lula, ainda que majoritariamente jovens, localizam-se prioritariamente numa faixa etária

mais avançada do que aquela onde eles se localizaram quando a ótica de análise foi o âmbito das eleições estaduais.

**1º Turno: Intenção de Voto, segundo a Faixa Etária**

| Candidato   | 16 e 17 anos | 18 a 25 anos | 26 a 40 anos | 41 anos e + |
|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Collor      | 25           | 27           | 26           | 26          |
| LULA        | 26           | 16           | 14           | 8           |
| Brizola     | 13           | 15           | 15           | 14          |
| Covas       | 7            | 7            | 10           | 8           |
| Maluf       | 11           | 8            | 7            | 8           |
| Outros      | 17           | 20           | 18           | 21          |
| Branco/Nulo | 1            | 2            | 4            | 3           |
| Não Sabe    | 0            | 4            | 7            | 12          |
| Total       | 100          | 99           | 101          | 100         |

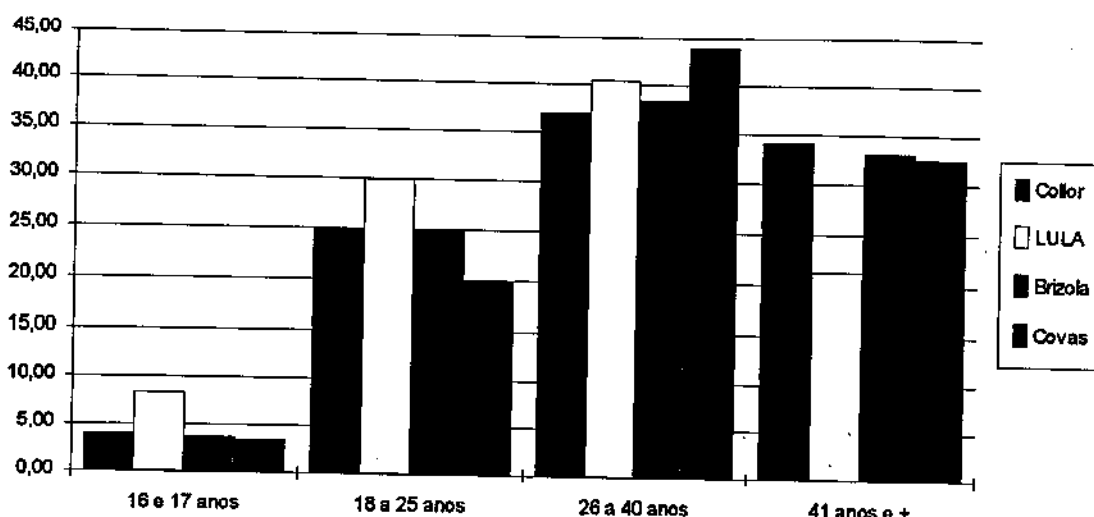
**1º Turno: Intenção de Voto, segundo a Faixa Etária**



**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo a Faixa Etária**

| Candidato   | 16 e 17 anos | 18 a 25 anos | 26 a 40 anos | 41 anos e + | Totais |
|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------|
| Collor      | 3,95         | 24,90        | 36,98        | 34,18       | 100,00 |
| LULA        | 8,33         | 29,94        | 40,40        | 21,33       | 100,00 |
| Brizola     | 3,69         | 24,87        | 38,35        | 33,08       | 100,00 |
| Covas       | 3,42         | 19,99        | 44,03        | 32,56       | 100,00 |
| Maluf       | 5,87         | 24,94        | 33,65        | 35,54       | 100,00 |
| Outros      | 3,61         | 24,82        | 34,44        | 37,13       | 100,00 |
| Branco/Nulo | 1,36         | 15,85        | 48,89        | 33,89       | 100,00 |
| Não Sabe    | 0,00         | 12,54        | 33,84        | 53,62       | 100,00 |

1 Turno: Perfil Social do Eleitorado dos Principais Candidatos, segundo a Faixa Etária



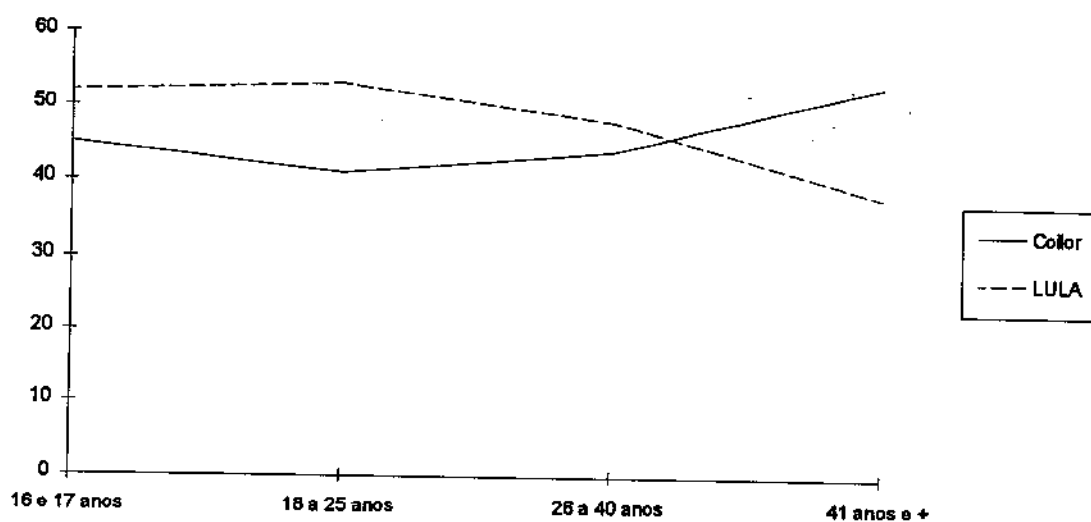
Evidência que se reforça, quando se observam os dados relativos ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Caracteristicamente jovens, os eleitores potenciais de Lula suplantaram os de Collor em todas as faixas eleitorais que se estendem de 16 a 40 anos, sendo suplantados pelos de seu adversário apenas na faixa de idade igual ou superior a 41 anos. Foram estes os que, com uma preferência de voto em Lula restrita a apenas 38% de seu total, possibilitaram, já que concentrando 53% de sua preferência em Collor, a vantagem deste candidato sobre o primeiro. Preferencialmente jovem, portanto, quando observado em sua globalidade e quando considerado sob o ângulo da penetração eleitoral do candidato petista, o voto de Lula revela-se, no entanto, constituído por uma maioria que se pode considerar etariamente *madura*, já que composta em 39,3% por eleitores com idades entre 26 e 40 anos. Considerando-se as eleições de âmbito estadual, em que o voto petista concentrou-se preferencialmente em eleitores na faixa de 18 a 24 anos, confirma-se que o voto de Lula, nas eleições de 1989, ainda que composto majoritariamente por eleitores jovens, deslocou-se, em sua concentração, para o segmento etário imediatamente superior ao daquelas eleições<sup>141</sup>.

<sup>141</sup> Destaque-se, para maior clareza, que nas eleições de 1982 e de 1986 as faixas etárias iniciavam-se no limite mínimo de 18 anos, já que apenas em 1989 os jovens de 16 a 18 anos incompletos adquiriram o direito de voto no Brasil. Admitidos, portanto, como eleitores, na eleição presidencial em análise, eles não pesaram na caracterização do eleitorado nos pleitos dos anos anteriores. Também não influiu no envelhecimento ou ao menos no amadurecimento etário do eleitorado petista a alteração do critério do Ibope na delimitação das faixas etárias da divulgação de sua amostra, já que a partir de 1989, com a admissão eleitoral dos indivíduos com 16 e 17 anos, aquele instituto modificou igualmente as faixas posteriores, deslocando-as todas um ano à frente, ou seja, transformando-as dos antigos "de 18 a 24 anos", "de 25 a 39 anos" e "de 40 e mais anos", respectivamente para "de 18 a 25 anos", "de 26 a 40 anos" e de "41 e mais anos".

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo a Faixa Etária**

| Candidato | 16 e 17 anos | 18 a 25 anos | 26 a 40 anos | 41 anos e + |
|-----------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Collor    | 45           | 41           | 44           | 53          |
| LULA      | 52           | 53           | 48           | 38          |
| NH/B/N    | 3            | 6            | 8            | 9           |
| Total     | 100          | 100          | 100          | 100         |

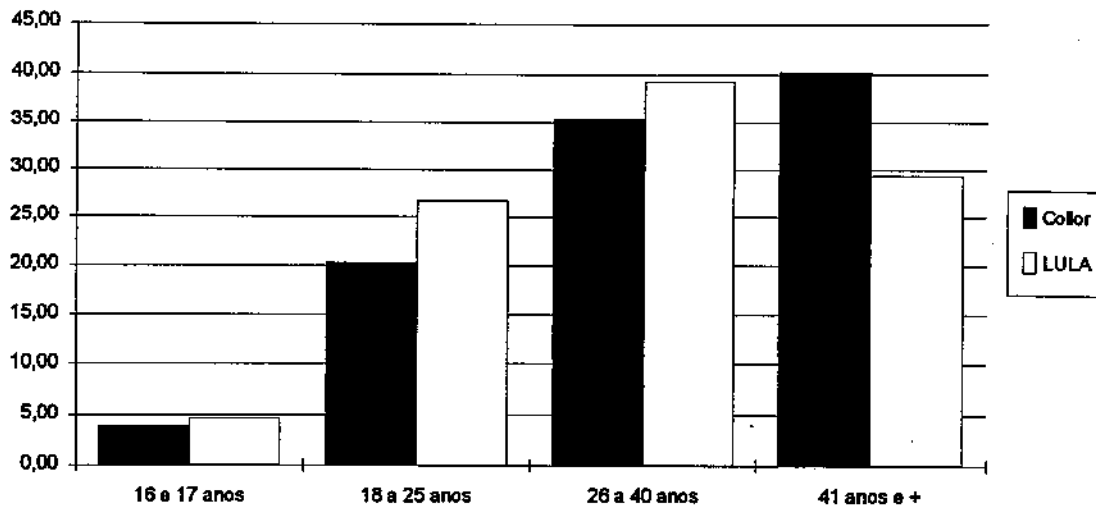
**2º Turno: Intenção de Voto, segundo a Faixa Etária**



**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo a Faixa Etária**

| Candidato | 16 e 17 anos | 18 a 25 anos | 26 a 40 anos | 41 anos e + | Totais |
|-----------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------|
| Collor    | 3,95         | 20,33        | 35,44        | 40,29       | 100,00 |
| LULA      | 4,64         | 26,71        | 39,30        | 29,36       | 100,00 |
| NH/B/N    | 1,59         | 18,00        | 39,00        | 41,40       | 100,00 |

**2º Turno: Perfil do Eleitorado, segundo a Faixa Etária**



A comparação com o eleitorado de Collor apenas explicita esta evidência. As intenções de voto declaradas no 1º turno indicam uma penetração eleitoral uniforme deste candidato, distribuída em percentuais que vão de 25% e 27% nas diversas faixas etárias e são compostas internamente por percentuais de eleitores que se distribuíram rigorosamente dentro do padrão de distribuição do eleitorado nacional. Tomando-se por base de referência o percentual de cada faixa etária na composição da amostra estatística do Ibope como indicativo confiável da distribuição interna do eleitorado brasileiro pelas diversas faixas etárias, verifica-se que os votos potenciais de Collor no primeiro turno corresponderam de maneira perfeita ao perfil do eleitor do país. Aos 3,9% que se diziam propensos a votar em Collor na faixa de 16 e 17 anos, correspondem exatos 4% dos eleitores brasileiros; aos 24,9% da faixa de 18 a 25 anos favoráveis a Collor, 24% dos eleitores do país; aos 36,9% entre 26 e 40 anos favoráveis a Collor, 37% no país e, finalmente, aos 34,2% pró-Collor na faixa de 41 anos ou mais, 34% no Brasil. Sem dúvida mais avançados em idade quando comparados com os eleitores de Lula, os de Collor no primeiro turno não podem, entretanto, ser assim considerados quando analisados frente o padrão do eleitorado brasileiro naquelas eleições.

No segundo turno, no entanto, a situação se modifica. Lula reforça sua penetração no eleitorado mais jovem, superando, as marcas de Collor e superando, ao mesmo tempo, as marcas nacionais do PT nas faixas até os 40 anos. Collor, de sua feita, mantido, evidentemente, abaixo de Lula e do padrão nacional nestas faixas, supera a ambos na faixa de eleitores com idades iguais ou maiores aos 41 anos. Desta forma, se o eleitorado de Lula pode ser considerado, ainda que etariamente maduro, caracteristicamente jovem nos dois turnos daquelas eleições, o de Collor deve ser considerado caracteristicamente mais velho, quer frente ao de Lula, quer frente ao total dos eleitores brasileiros<sup>142</sup>.

<sup>142</sup> Evidenciando certa similitude entre o eleitorado do PSDB e o do PT, Covas obteve, como Lula, seu melhor índice de intenção de voto entre os eleitores de 26 a 40 anos e, entre os de 41 anos e mais, índice idêntico ao de Lula. Além disto, foram os eleitores da faixa compreendida entre 26 e 40 anos os que detiveram o maior peso na composição interna de seu eleitorado.

### **3.8. Características Sócio-Econômicas do Eleitorado do PT nas Eleições Presidenciais de 1989**

#### **3.8.1. Escolaridade**

Confirmam-se, aqui, novamente, as características do voto petista anteriormente apontadas. Como nas eleições de nível estadual, também na eleição presidencial de 1989, em quaisquer de seus dois turnos, os índices de penetração eleitoral do candidato do PT revelam-se ordenados numa seqüência crescente, no mesmo sentido do crescimento dos níveis de escolaridade do conjunto do eleitorado. No primeiro turno, Lula alcançou 10% das intenções de voto dos eleitores com instrução até o nível do antigo primário completo, 14% dos escolarizados até o ginásial completo, 16% dos que atingiram o curso colegial e 19% daqueles que chegaram aos cursos de nível universitário, praticamente dobrando, no percurso entre uma ponta e outra da escala, o percentual registrado em seu início. No segundo turno, com índices evidentemente mais elevados, seus eleitores potenciais representaram 38% do total da faixa de menor escolarização, 50% dos com escolarização de nível ginásial e 57% dos totais das duas faixas de maior escolarização, repetindo, ainda que sem dobrar, a mesma trajetória ascendente.

Collor, por seu lado, partindo, nos dois turnos, de índices de intenção de voto mais elevados nos níveis de escolarização mais baixa, termina, na ponta oposta da escala, sempre com percentuais menores. Além disto, os índices alcançados por Collor evidenciam-se sempre maiores do que os alcançados por Lula entre os eleitores de menor instrução e, inversamente, sempre menores do que os de Lula entre os eleitores de maior instrução. Enquanto, no primeiro turno, Lula dobrou sua penetração eleitoral potencial entre os eleitores de nível de instrução universitária frente aos de nível primário, verifica-se, na mesma confrontação, que Collor teve seu índice reduzido em mais de três vezes sendo que na passagem do nível de escolarização colegial ao superior, a penetração eleitoral de Collor reduziu-se em quase 50%<sup>143</sup>. No segundo turno, mantidas como foram as características de preferência de voto em ambos os candidatos, Lula suplantou Collor em todas as faixas de escolaridade superior ao nível primário, superando em 25 pontos os percentuais registrados para Collor entre os eleitores com instrução universitária e sendo suplantado por ele apenas entre aqueles com escolaridade de nível primário, onde Collor superou em 17 pontos as intenções de voto em Lula. Como cerca de 50% dos eleitores brasileiros concentram-se nesta faixa, ou seja, têm apenas instrução primária, pode-se concluir que foi a preferência destes eleitores que determinou a vitória de Collor sobre o candidato do PT.

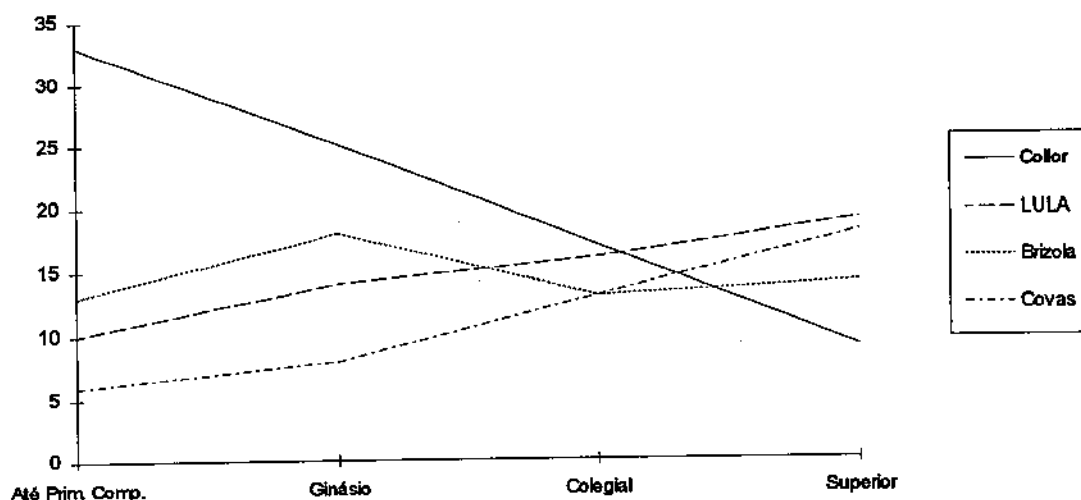
---

<sup>143</sup> Confirmando a similitude dos eleitores do PT e do PSDB, é interessante destacar que as intenções de voto em Mário Covas, partindo de 6% entre os eleitores de escolaridade de nível primário, progrediu ascendentemente chegando a 8% entre os de nível ginásial, a 13% entre os de nível colegial e a 18% entre os com instrução superior ou universitária. Sua penetração eleitoral potencial mais do que dobrou, assim, do nível primário ao colegial e triplicou do primário ao superior.

**1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Grau de Instrução**

| Candidato   | Até Primário Completo | Até Ginásio Completo | Até Colegial Completo | Superior |
|-------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------|
| Collor      | 33                    | 25                   | 17                    | 9        |
| LULA        | 10                    | 14                   | 16                    | 19       |
| Brizola     | 13                    | 18                   | 13                    | 14       |
| Covas       | 6                     | 8                    | 13                    | 18       |
| Maluf       | 5                     | 9                    | 11                    | 10       |
| Outros      | 18                    | 19                   | 23                    | 23       |
| Branco/Nulo | 3                     | 3                    | 3                     | 4        |
| Não Sabe    | 12                    | 4                    | 4                     | 3        |
| Total       | 100                   | 100                  | 100                   | 100      |

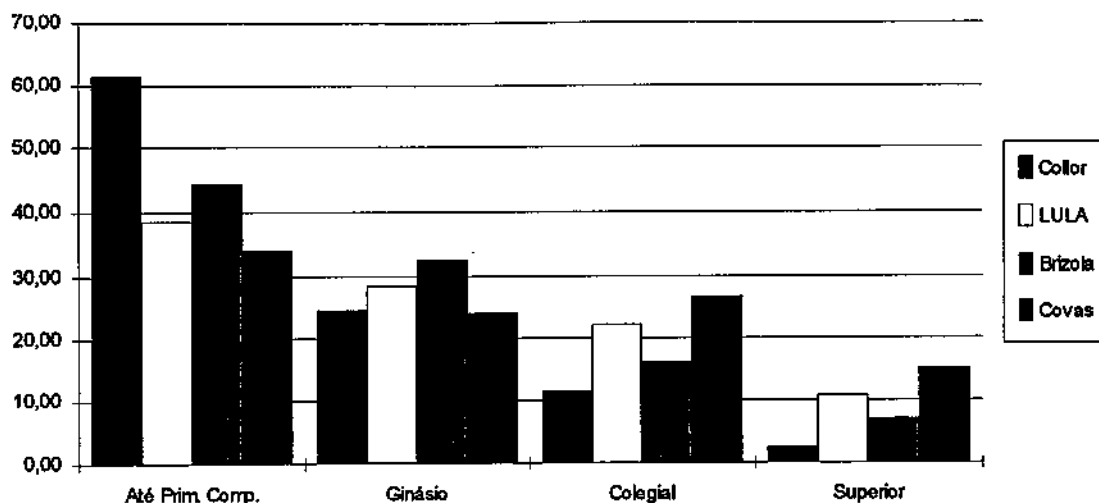
**1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Grau de Instrução**



**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Grau de Instrução**

| Candidato   | Até Primário Completo | Até Ginásio Completo | Até Colegial Completo | Superior | Totais |
|-------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------|--------|
| Collor      | 61,42                 | 24,67                | 11,45                 | 2,46     | 100,00 |
| LULA        | 38,45                 | 28,54                | 22,27                 | 10,73    | 100,00 |
| Brizola     | 44,36                 | 32,56                | 16,06                 | 7,02     | 100,00 |
| Covas       | 34,11                 | 24,11                | 26,75                 | 15,03    | 100,00 |
| Maluf       | 32,85                 | 31,34                | 26,16                 | 9,65     | 100,00 |
| Outros      | 45,25                 | 25,32                | 20,93                 | 8,50     | 100,00 |
| Branco/Nulo | 47,89                 | 25,39                | 17,34                 | 9,38     | 100,00 |
| Não Sabe    | 74,96                 | 13,25                | 9,04                  | 2,75     | 100,00 |

**1º Turno: Perfil Social dos Eleitores dos Principais Candidatos, segundo o Grau de Instrução**

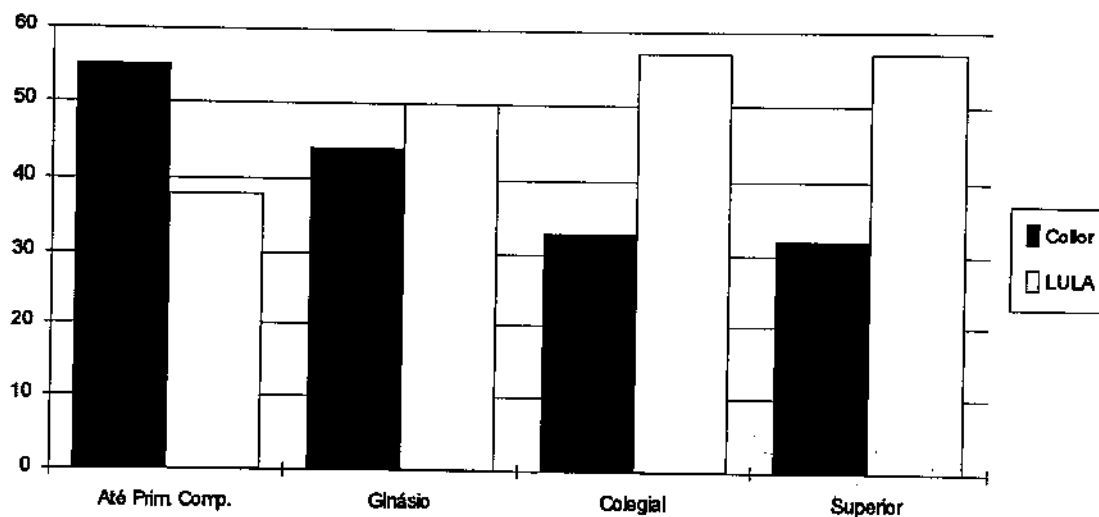


A análise interna do eleitorado petista, tanto no primeiro, quanto no segundo turno daquelas eleições presidenciais revela, no entanto, que ocorreu, com Lula, nova alteração em seu perfil básico. Constituído, nas eleições para os governos estaduais, desde 1982 até 1990, em sua maior parcela por eleitores de instrução de nível ginásial, o voto petista se mostra composto, nos dois turnos da disputa presidencial de 1989, majoritariamente por eleitores de instrução primária. No primeiro turno, no entanto, exatamente aquele onde se pode encontrar as intenções de voto dirigidas a Lula por opção preferencial, os 38,4% representados por estes eleitores (de instrução primária) na constituição interna global de seu eleitorado potencial significaram pouco mais do que a metade dos 61,4% que estes eleitores representaram no eleitorado de Collor. Desta forma, mesmo que aumentado, a julgar por sua comparação com voto petista de âmbito estadual, o voto em Lula mostra-se ainda limitado em sua capacidade de penetração entre os eleitores menos instruídos.

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Grau de Instrução**

| Candidato | Até Primário Completo | Até Ginásio Completo | Até Colegial Completo | Superior |
|-----------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------|
| Collor    | 55                    | 44                   | 33                    | 32       |
| LULA      | 38                    | 50                   | 57                    | 57       |
| NH/B/N    | 7                     | 6                    | 10                    | 11       |
| Total     | 100                   | 100                  | 100                   | 100      |

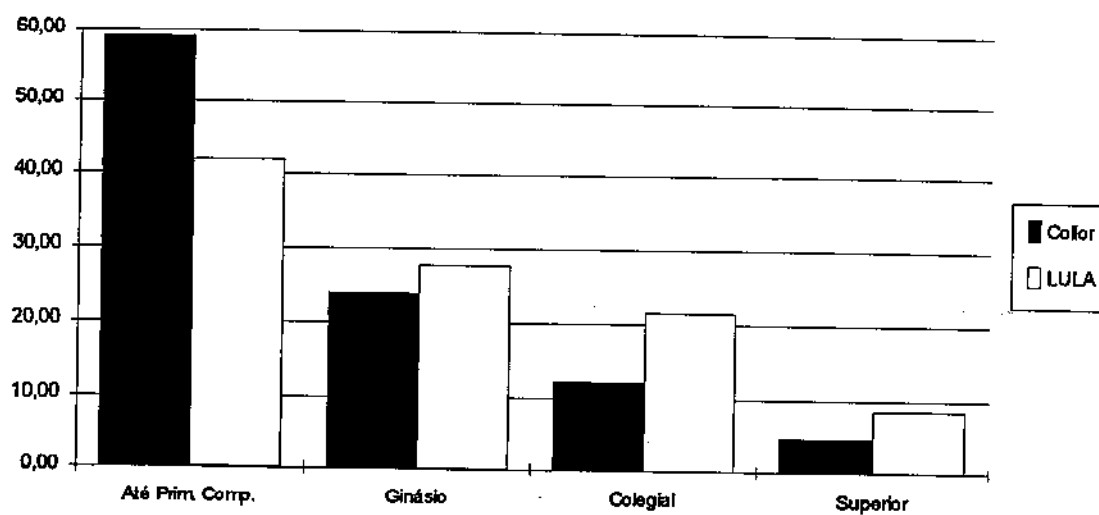
2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Grau de Instrução



2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Grau de Instrução

| Candidato | Até Primário Completo | Até Ginásio Completo | Até Colegial Completo | Superior | Totais |
|-----------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------|--------|
| Collor    | 59,23                 | 23,82                | 12,19                 | 4,76     | 100,00 |
| LULA      | 41,97                 | 27,76                | 21,59                 | 8,69     | 100,00 |
| NH/B/N    | 46,78                 | 20,16                | 22,92                 | 10,15    | 100,00 |

2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Grau de Instrução



### 3.8.2. Renda

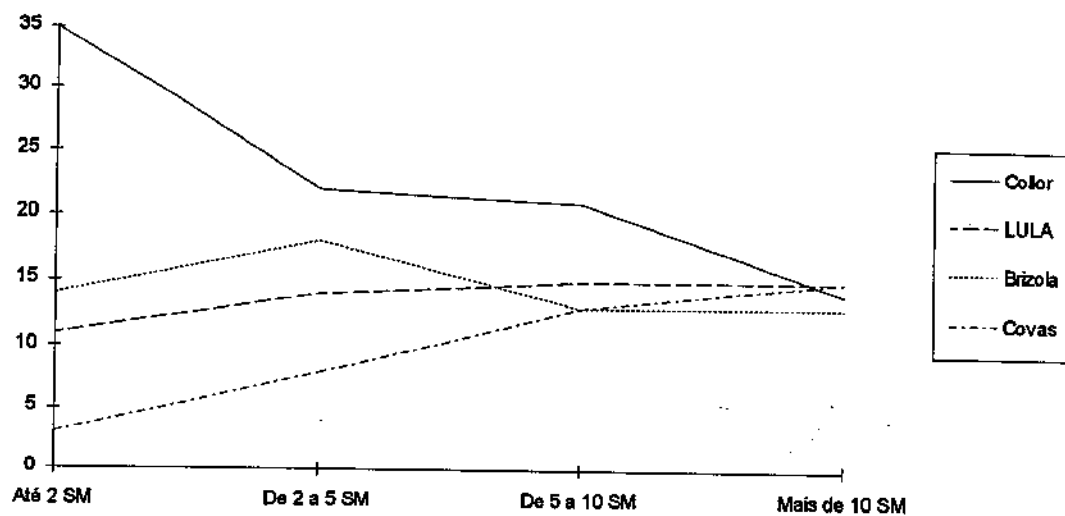
As intenções de voto em Lula, ainda que mantendo a característica do desempenho dos candidatos petistas nas eleições de âmbito estadual, cujas curvas de penetração eleitoral descrevem trajetórias sempre ascendentes no sentido que vai dos menores aos maiores estratos de rendimentos familiares mensais, revelam-se aqui distribuídas segundo uma tendência de relativo equilíbrio. Consideradas em termos de salários mínimos, pode-se verificar que, no primeiro turno, as intenções de voto no candidato petista variaram dentro de um intervalo de apenas quatro pontos percentuais: partindo de 11% registrados na faixa de até dois salários, elas aumentaram para 14% na faixa de dois a cinco salários, progrediram para 15% na faixa de cinco a dez salários e se mantiveram neste percentual na faixa de rendas superiores aos dez salários. Desempenho que se revelou inverso ao de Collor, candidato cuja penetração eleitoral caminhou no sentido decrescente aos rendimentos dos eleitores e que se fez, ainda, numa intensidade de variação superior à registrada para as intenções de voto em Lula. Partindo de 35% na faixa de até dois salários mínimos, Collor teve a preferência de seus eleitores reduzida progressivamente para 22% na segunda faixa, 21% na terceira e para apenas 14% na última, o que implica um decréscimo total da ordem de 21 pontos percentuais. Foi na última faixa, por sinal, a única em que as intenções de voto declaradas em Lula sobrepujaram as direcionadas para Collor<sup>144</sup>.

1º Turno: Intenção de Voto, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos

| Candidato   | Até 2 | De 2 a 5 | De 5 a 10 | Mais de 10 |
|-------------|-------|----------|-----------|------------|
| Collor      | 35    | 22       | 21        | 14         |
| LULA        | 11    | 14       | 15        | 15         |
| Brizola     | 14    | 18       | 13        | 13         |
| Covas       | 3     | 8        | 13        | 15         |
| Maluf       | 5     | 8        | 13        | 16         |
| Outros      | 17    | 22       | 20        | 21         |
| Branco/Nulo | 3     | 3        | 2         | 3          |
| Não Sabe    | 12    | 5        | 3         | 3          |
| Total       | 100   | 100      | 100       | 100        |

<sup>144</sup> Quanto aos demais candidatos, enquanto Brizola obteve sua melhor penetração entre os eleitores com rendimentos familiares de 2 até 5 salários mínimos, tanto Covas, quanto Maluf conseguiram seus melhores desempenhos na faixa de mais de 10 salários mínimos familiares mensais. O primeiro, partindo de um índice correspondente a 3% do eleitorado de até dois salários mínimos, atingiu 15% das intenções de voto dos eleitores com mais de dez salários mínimos familiares mensais, ou seja, conseguiu uma penetração entre os de maiores rendas, que equivale a cinco vezes sua própria penetração entre os de menores rendimentos. O segundo, com desempenho semelhante, partindo de 5% das intenções de voto na primeira faixa, alcançou 16% do total dos eleitores compreendidos na última, com o que seu eleitorado potencial se ampliou, da primeira à última faixa, em mais de três vezes. Com desempenho que se assemelha ao de Lula, quanto ao sentido da progressão de seus votos potenciais, o desempenho eleitoral de Covas e de Maluf diferenciam-se, no entanto, nitidamente do de Lula: enquanto aqueles revelam-se assentados sobre os eleitores de maiores rendimentos, este teve suas intenções de voto distribuídas sem grandes discrepâncias entre os eleitores das diversas faixas.

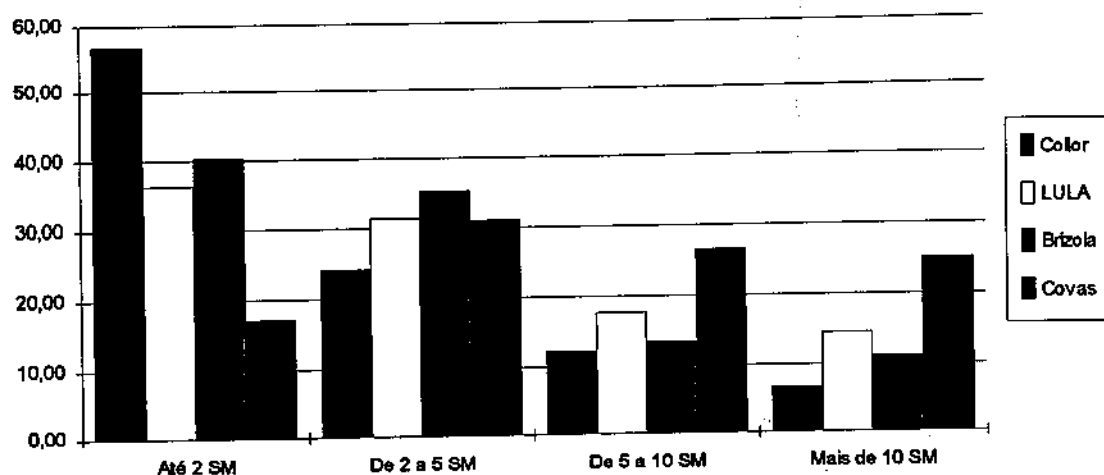
**1º Turno: Intenção de Voto, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos**



**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos**

| Candidato   | Até 2 | De 2 a 5 | De 5 a 10 | Mais de 10 | Totais |
|-------------|-------|----------|-----------|------------|--------|
| Collor      | 56,82 | 24,32    | 12,19     | 6,67       | 100,00 |
| LULA        | 36,31 | 31,46    | 17,71     | 14,53      | 100,00 |
| Brizola     | 40,32 | 35,30    | 13,39     | 10,99      | 100,00 |
| Covas       | 17,14 | 31,13    | 26,57     | 25,15      | 100,00 |
| Maluf       | 25,26 | 27,52    | 23,49     | 23,72      | 100,00 |
| Outros      | 37,53 | 33,07    | 15,79     | 13,60      | 100,00 |
| Branco/Nulo | 45,19 | 30,77    | 10,78     | 13,26      | 100,00 |
| Não Sabe    | 69,13 | 19,61    | 6,18      | 5,07       | 100,00 |

1º Turno: Perfil Social do Eleitorado dos Principais Candidatos, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos



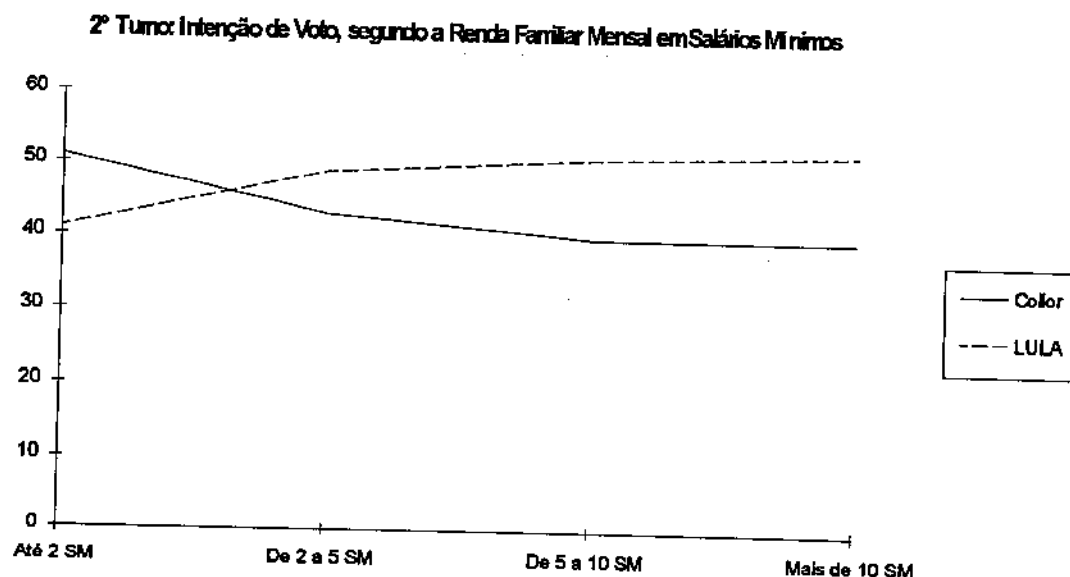
No segundo turno, a variação das intenções de voto em Lula, ainda que maior do que a registrada no primeiro turno, manteve-se, mesmo assim, relativamente estável, tanto se considerada em relação às oscilações registradas pelos demais candidatos petistas nas eleições para os governos dos estados, quanto em relação às do eleitorado de Collor. Pode-se verificar que a variação percentual das preferências eleitorais declaradas para Lula foi de onze pontos percentuais, idêntica, em magnitude, à registrada para Collor, não obstante inversa em seu sentido. Desta maneira, enquanto se constata que as intenções de voto em Lula cresceram continuamente de 41% dos eleitores na faixa de renda familiar mensal até dois salários mínimos, para 43% na de dois até cinco salários, aumentaram para 51% na de cinco até dez salários e para 52% na de mais de dez salários, as intenções de voto em Collor decresceram no mesmo ritmo, de 51% entre o segmento até dois salários, para 43% entre o de dois até cinco salários e para apenas 40% nas duas faixas seguintes. Vê-se, assim, que a preferência eleitoral por Lula foi maior do que a por Collor em três dos quatro estratos de rendimentos aqui listados, exatamente naqueles onde se localizam os eleitores de maiores rendimentos, e que Collor, em contrapartida, obteve seus melhores índices de preferência entre as faixas de menores rendas, exatamente aquelas onde concentram-se cerca de 70% do eleitorado brasileiro.

Quanto ao perfil do eleitorado do PT, a análise da composição interna dos eleitores que se declararam dispostos a votar em Lula evidencia uma alteração significativa frente às características firmadas nas eleições estaduais. Ao lado da melhor distribuição pelas diversas faixas de renda, o eleitorado potencial de Lula revela-se também mais expressivamente composto pelos estratos sociais de menores rendas - se analisado comparativamente ao padrão anteriormente estabelecido para o conjunto dos eleitores do partido. Não obstante majoritariamente constituído por eleitores com rendimentos superiores aos dois salários mínimos familiares mensais, tanto no primeiro, quanto no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o maior peso relativo na composição do eleitorado de Lula foi detido pelos estratos sociais com renda familiar mensal de até dois salários mínimos: no primeiro turno,

eles representaram 36,3% do total dos que declararam preferência por Lula e, no segundo, eles compuseram 40,4% deste mesmo total. No entanto, ainda que aumentado em relação às eleições para os governos estaduais, o peso relativo deste segmento de renda na composição global do eleitorado de Lula revelou-se, ainda assim, inferior ao seu peso na composição interna do eleitorado de Collor, onde ele representou, nos dois turnos da disputa, mais de 50% de seu total. Dele proveio 56,8% dos eleitores potenciais de Collor no primeiro turno e 50,4% no segundo<sup>145</sup>.

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos**

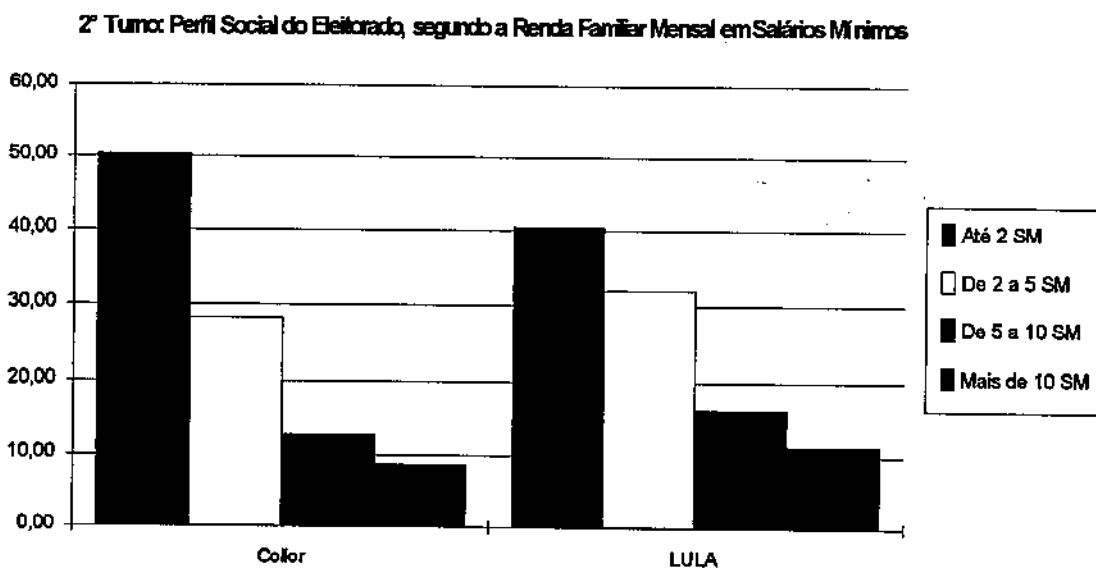
| Candidato | Até 2 | De 2 a 5 | De 5 a 10 | Mais de 10 |
|-----------|-------|----------|-----------|------------|
| Collor    | 51    | 43       | 40        | 40         |
| LULA      | 41    | 49       | 51        | 52         |
| NH/B/N    | 8     | 8        | 9         | 8          |
| Total     | 100   | 100      | 100       | 100        |



<sup>145</sup> A análise da composição interna do eleitorado potencial dos demais candidatos que concorreram ao primeiro turno daquelas eleições, revela que, exceto para o voto potencial em Brizola (além de Collor), os eleitores de todos eles provieram em menor número do que os de Lula deste segmento de renda (até dois salários mínimos mensais). Verifica-se, além disto, que o voto de Covas compôs-se em sua maioria absoluta por eleitores com rendimentos familiares mensais superiores aos dez salários mínimos: nesta faixa concentrou-se 51,7% do total de seus eleitores, contra apenas 17,1% na faixa até os dois salários. Percentuais que revelam uma concentração superior à verificada no interior do eleitorado de Maluf, candidato do PDS, como se pode conferir na tabela reproduzida na acima.

**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo a Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos**

| Candidato | Até 2 | De 2 a 5 | De 5 a 10 | Mais de 10 | Total  |
|-----------|-------|----------|-----------|------------|--------|
| Collor    | 50,38 | 28,13    | 12,82     | 8,68       | 100,00 |
| LULA      | 40,43 | 31,99    | 16,32     | 11,26      | 100,00 |
| NH/B/N    | 44,51 | 29,47    | 16,24     | 9,78       | 100,00 |



### 3.8.3. Setores de Atividade Econômica em 1989

#### 3.8.3.1. Segmentos Economicamente Ativos

Através da análise das intenções de voto no PT nas campanhas eleitorais aos governos dos estados, já se demonstrou que o voto petista provem majoritariamente dos segmentos eleitorais ocupados nos setores mais modernos e mais dinâmicos da economia nacional. Verificou-se que os melhores desempenhos de seus candidatos ocorreram, em todos os seis estados analisados, entre os eleitores profissionalmente dedicados às atividades industriais e de serviços e que, além disto, enfatizando o peso equitativo destes dois segmentos econômico-ocupacionais na caracterização do eleitorado petista, a amostra dividiu-se exatamente ao meio, repartindo-se em cinquenta por cento numa inserção entre os eleitores ocupados nas atividades industriais e, nos restantes cinquenta por cento, entre os eleitores ocupados nas atividades de serviços. Verifica-se agora que, também no nível nacional, estas características se mantêm.

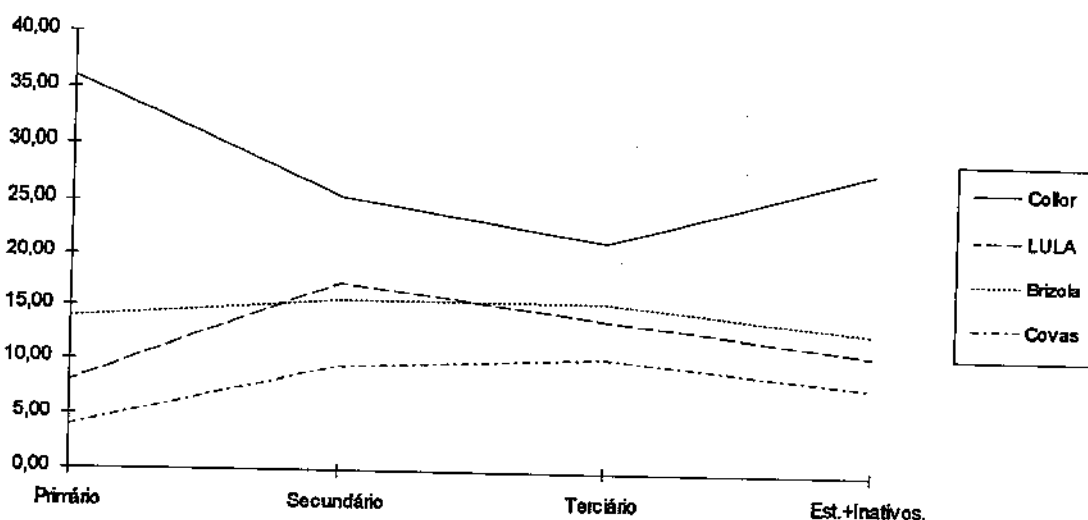
Constata-se que Lula obteve, no primeiro turno, seu melhor índice de intenção de voto entre os eleitores ocupados profissionalmente no setor industrial e que, no segundo, sua penetração eleitoral

majoritária ocorreu de modo equilibrado entre os ocupados neste setor e no setor de serviços. Pode-se verificar que o voto potencial em Lula representou, no primeiro turno, 17,3% do total dos eleitores dedicados às atividades do setor industrial, 14% dos ocupados no setor de serviços e apenas 8% do segmento englobado no setor agrário e que, no segundo turno, ele representou, em cada um destes segmentos mantidos na mesma ordem, respectivamente, 51,6%, 51,8% e 37%.

1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Setor de Atividade

| Candidato   | Primário | Secundário | Terciário | Est.+Inativos. |
|-------------|----------|------------|-----------|----------------|
| Collor      | 36,00    | 25,47      | 21,53     | 28,00          |
| LULA        | 8,00     | 17,29      | 14,01     | 11,00          |
| Brizola     | 14,00    | 15,65      | 15,65     | 13,00          |
| Covas       | 4,00     | 9,53       | 10,44     | 8,00           |
| Maluf       | 5,00     | 8,94       | 9,74      | 6,00           |
| Outros      | 18,00    | 14,35      | 20,60     | 21,00          |
| Branco/Nulo | 3,00     | 3,65       | 3,45      | 3,00           |
| Não Sabe    | 12,00    | 5,12       | 4,58      | 10,00          |
| Total       | 100      | 100        | 100,00    | 100            |

1º Turno: Intenção de Voto, segundo o Setor de Atividade



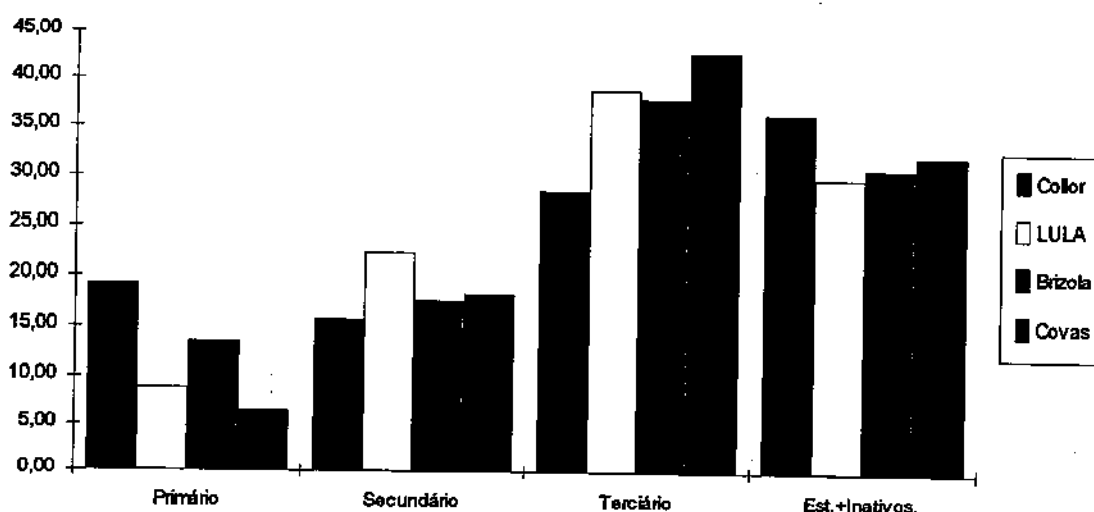
Mais uma vez inverso ao de Lula, o desempenho eleitoral de Collor teve sua maior penetração, quer no primeiro, quer no segundo turno, entre os eleitores ocupados profissionalmente no setor primário da economia, decrescendo, a partir destes, entre os dedicados às atividades dos setores secundário e terciário. No primeiro turno, Collor obteve, assim, 36% do total das intenções de voto dos eleitores ocupados no setor agrícola, 25,5% do setor industrial e 21,5% do setor de serviços, enquanto, no segundo turno, na mesma seqüência, seus índices representaram 55%, 41,8% e 40%<sup>146</sup>.

<sup>146</sup> O desempenho de Brizola, ainda que melhor nas faixas de eleitores ocupados nos setores secundário e terciário, indica uma penetração eleitoral equilibrada: empatada em 15,6% nestas duas faixas, ela representou 14% do setor primário diferenciando-se, portanto, tanto da de Collor quanto da de Lula.

**1º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Setor de Atividade**

| Candidato   | Primário | Secundário | Terciário | Est.+Inativos | Total  |
|-------------|----------|------------|-----------|---------------|--------|
| Collor      | 19,20    | 15,77      | 28,61     | 36,42         | 100,00 |
| LULA        | 8,91     | 22,36      | 38,87     | 29,87         | 100,00 |
| Brizola     | 13,61    | 17,66      | 37,91     | 30,82         | 100,00 |
| Covas       | 6,60     | 18,26      | 42,93     | 32,20         | 100,00 |
| Maluf       | 9,21     | 19,12      | 44,71     | 26,95         | 100,00 |
| Outros      | 13,12    | 12,15      | 37,40     | 37,33         | 100,00 |
| Branco/Nulo | 12,96    | 18,29      | 37,16     | 31,60         | 100,00 |
| Não Sabe    | 22,33    | 11,06      | 21,22     | 45,39         | 100,00 |

**1º Turno: Perfil Social dos Principais Candidatos, segundo o Setor de Atividade**



A análise da composição interna dos segmentos que se manifestaram dispostos a votar em Lula confirma, também por este ângulo, a característica econômico-ocupacional padrão dos eleitores do PT. Ainda que equitativamente repartida pelos segmentos eleitorais dedicados às atividades dos setores secundário e terciário, quando se considerou acima a penetração eleitoral do candidato petista nos diversos segmentos ocupacionais, constata-se agora que, tal como para as eleições de nível estadual, foram os eleitores ocupados profissionalmente no setor terciário aqueles que, nos dois turnos das eleições presidenciais, detiveram os maiores pesos relativos no interior do eleitorado potencial total do candidato à presidência da República pelo PT. Enquanto este segmento representou 38,9% e 39,3% do total do eleitorado em cada um dos dois turnos, o ocupado no setor secundário representou 22,3% e 18,9% e o ocupado no setor primário representou apenas 8,9% e 11,5%<sup>147</sup>.

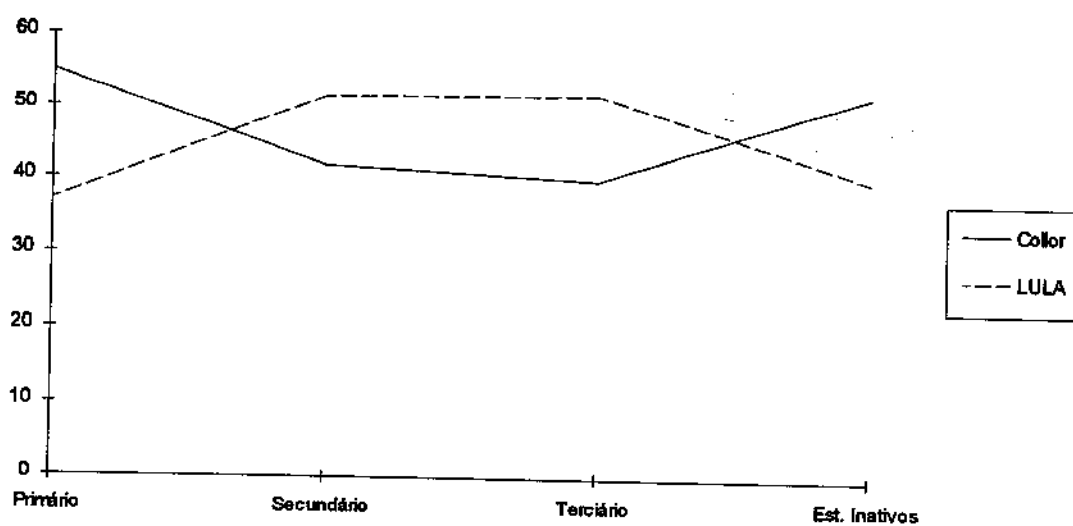
Covas e Maluf apresentaram desempenho, no entanto, que se assemelhou ao de Lula: seus melhores índices de intenção de voto aumentaram do setor primário até o setor terciário.

<sup>147</sup> Observe-se que o aumento do peso relativo dos segmentos do eleitorado potencial de Lula profissionalmente ocupados nos setores primário e terciário da economia fez-se, no segundo turno, sobre o segmento dedicado às atividades do setor secundário, fato que reforça a descaracterização do PT como

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Setor de Atividade**

| Candidato | Primário | Secundário | Terciário | Est.+ Inativos |
|-----------|----------|------------|-----------|----------------|
| Collor    | 55       | 41,79      | 39,92     | 52             |
| LULA      | 37       | 51,60      | 51,82     | 40             |
| NH/B/N    | 6        | 6,60       | 8,26      | 8              |
| Total     | 98       | 100        | 100       | 100            |

**2º Turno: Intenção de Voto, segundo o Setor de Atividade**



O eleitorado potencial de Collor, de sua parte, quando observado em sua composição interna e quando comparado, segundo este critério, com o de Lula, permite que se verifique que a inserção do primeiro candidato fez-se preferencialmente entre os segmentos eleitorais ligados às atividades econômicas mais tradicionais. Tanto no primeiro, quanto no segundo turno, mesmo diante da constatação de que o maior peso relativo de seus eleitores potenciais foi detido pelos votantes ocupados no setor terciário, pode-se verificar que o peso relativo deste segmento econômico-ocupacional foi sempre inferior àquele exercido na composição interna do voto de Lula. Foram os eleitores ocupados no setor primário, além disto, os que detiveram, nos dois turnos, a segunda maior participação na constituição do eleitorado potencial de Collor, sobrepujando, em peso relativo na composição global de seu voto, o peso relativo ocupado na composição global do voto em Lula. Por fim, quanto ao eleitorado dedicado profissionalmente às ocupações do setor secundário, seu peso representou a menor parcela no interior do eleitorado potencial global de Collor, em ambos os turnos, o que significa que as diferenças em análise revelam um peso sempre maior na composição do voto de Lula do que na de Collor<sup>148</sup>.

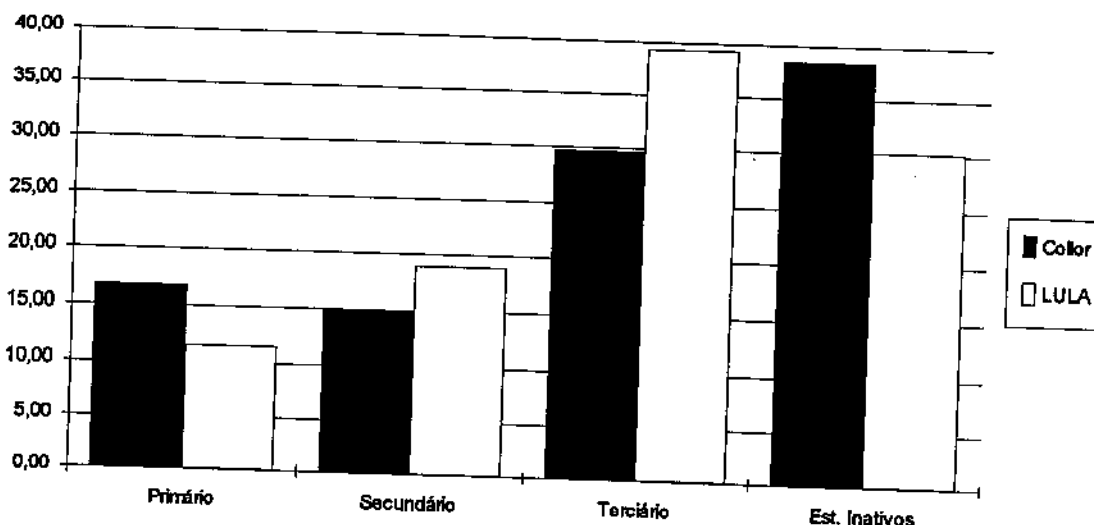
um partido firmado preferencialmente sobre o eleitorado industrial, ao mesmo tempo que reafirma as evidências de seu melhor enraizamento no segmento de serviços, e indica, ainda, o crescimento de sua penetração entre os eleitores do setor agrário.

<sup>148</sup> Exceto para Collor, as intenções de voto em todos os demais candidatos revelam que, tanto em termos de penetração eleitoral, quanto em termos de peso relativo, todos os demais candidatos aqui considerados

**2: Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Setor de Atividade**

| Candidato | Primário | Secundário | Terciário | Est. Inativos | Total |
|-----------|----------|------------|-----------|---------------|-------|
| Collor    | 16,77    | 15,05      | 29,70     | 38,49         | 100   |
| LULA      | 11,51    | 18,96      | 39,33     | 30,21         | 100   |
| NH/B/N    | 11,24    | 14,61      | 37,75     | 36,39         | 100   |

**2º Turno: Perfil Social do Eleitorado, segundo o Setor de Atividade**



Moderno e dinâmico, em termos de suas características ocupacionais, o voto em Lula não foi suficiente, entretanto, para assegurar a vitória eleitoral do candidato do PT. Melhor firmado entre os eleitores ocupados nas atividades dos setores de serviços e industrial, exatamente aqueles onde concentram-se, em conjunto, cerca da metade do eleitorado brasileiro, Lula foi suplantando por Collor no resultado final da votação. Como se viu, Collor superou a Lula, em termos de intenção de voto entre os segmentos eleitorais economicamente ativos, apenas no segmento agrário, onde encontram-se apenas cerca de 1/6 dos eleitores brasileiros. Detendo uma vantagem sobre Lula de 18 pontos percentuais nas intenções de voto registradas na faixa do eleitorado agrário, Collor consolidou sua vitória através de sua melhor penetração eleitoral entre aqueles que, no plano ocupacional, dedicam-se às atividades do setor menos dinâmico e mais tradicional da economia do país.

tiveram curvas de desempenho eleitoral que se traçaram no sentido progressivo do setor primário ao setor terciário, semelhantes, portanto, à trajetória da curva de Lula.

### 3.8.3.2. Segmentos Não-Economicamente Ativos

Mais uma vez com desempenhos invertidos, caracterizando eleitorados socialmente diversos, Lula e Collor obtiveram índices de intenção de voto que se pode definir como opostos, também nesta faixa eleitoral. Enquanto a penetração eleitoral de Lula entre os segmentos não-economicamente ativos representou, nos dois turnos da disputa, o seu segundo pior desempenho - se visto no conjunto total do eleitorado, composto pelos segmentos economicamente ativos ou não -, a penetração eleitoral de Collor entre este mesmo segmento representou, em ambos os turnos, seu segundo melhor desempenho. Desta forma, os 11% obtidos por Lula entre os não-economicamente ativos no primeiro turno e os 40% obtidos no segundo turno, só superaram os 8% e os 37% conquistados por ele em cada um dos dois turnos entre o segmento ocupado no setor primário da economia que, como se viu, foi aquele no qual Lula obteve seu pior desempenho em ambos os turnos. Para Collor, ao contrário, os 28% obtidos entre os não-economicamente ativos no primeiro turno e os 52% no segundo superaram os índices obtidos em todos os segmentos economicamente ativos, sendo suplantado apenas pelo verificado no segmento ocupado no setor primário da economia que, como também se viu, foi aquele no qual Collor obteve seu melhor desempenho em ambos os turnos<sup>149</sup>.

Relativamente à composição interna dos eleitorados potenciais de Lula e de Collor, os não-economicamente ativos, constituindo cerca de um terço dos eleitores brasileiros, representaram 29,9% do total das intenções de voto obtidas por Lula no primeiro turno, enquanto representaram 36,4% do total de Collor, índices que pouco se alteraram no segundo turno, quando significaram 30,2% do voto global em Lula e 38,5% do voto em Collor. Variações que, não obstante pequenas entre um turno e outro, contribuem para a fixação das características sociais dos dois eleitorados. O aumento irrisório de apenas 0,3 pontos percentuais do peso deste segmento no eleitorado potencial de Lula, do primeiro ao segundo turno, e, em contrapartida, o acréscimo de 2,1% pontos percentuais do peso relativo deste segmento na composição interna do eleitorado de Collor indica, mais uma vez, a dificuldade do voto petista de se implantar entre os segmentos menos dinâmicos da população do país. Constituído majoritariamente por donas de casa, aposentados, desempregados e dependentes da previdência social os eleitores não-economicamente ativos e, por isto, não inseridos nas atividades socialmente produtivas, constituíram um segmento importante para o enraizamento eleitoral de Collor que, como se viu, caracterizou-se por colher seus votos no interior dos segmentos mais tradicionais do eleitorado brasileiro.

Como se demonstrou nas análises de âmbito estadual, o peso significativo do segmento não - economicamente ativo na composição do voto petista decorre de uma penetração eleitoral que se faz centrada, de forma esmagadora, sobre a parcela estudantil deste segmento. Minoritários na composição global do eleitorado não - economicamente ativo, os estudantes, ainda que tenham mantido, ao nível

<sup>149</sup> Relativamente aos demais candidatos, há que se observar que Brizola conseguiu seu pior desempenho entre os não - economicamente ativos e que Covas e Maluf obtiveram desempenho, nesta faixa, nos mesmos moldes do de Lula.

nacional, sua opção massiva pelo candidato petista, revelaram-se, no entanto, insuficientes, em termos numéricos, para alterar a tendência de voto deste segmento, majoritariamente destinada a Collor.

#### **3.8.4. Em Resumo**

As intenções de voto em Lula nas eleições de 1989, provindas majoritariamente dos eleitores das regiões metropolitanas do país, do sexo masculino, mais jovens, mais escolarizados e melhor remunerados do que a média do eleitorado brasileiro, além de dedicados profissionalmente, em suas maiores parcelas, às atividades do setor terciário da economia, mantiveram-se, como se demonstrou, dentro do padrão sócio-econômico geral do voto petista.

Confirma-se, assim, a existência de um padrão social peculiar que caracteriza o voto petista e que permite identificar o eleitor petista típico. Mais do que isto, através da constatação da existência de semelhanças significativas nas características sócio-econômicas dos eleitores e militantes petistas, confirma-se a articulação, pela via da ação do PT, de um bloco social e político novo e de características próprias, através do qual segmentos socialmente diferenciados e recentemente surgidos no país se auto-reconhecem e lutam por sua admissão na arena de disputas políticas e pela ampliação de seus direitos de cidadania.

Porque constitui este novo bloco social e político, o PT não pode, afinal, ser caracterizado, nem como um partido classista tradicional, típico das sociedades industriais do século XIX e do início do XX, nem, ainda, como um partido "ônibus" ou "agarra-tudo", típico das sociedades ditas de massas da segunda metade do presente século. Contemporâneo da sociedade da qual faz parte, o PT expressa, através da composição social de sua militância e de seu eleitorado, características desta mesma sociedade.

## **4. O Projeto Político-Societário Petista**

Através da análise da composição demográfica e sócio-econômica dos militantes e eleitores petistas, demonstrou-se a contemporaneidade do PT face às características do desenvolvimento recente da sociedade brasileira. Verificou-se que o conjunto que forma a base de sustentação social partidária provém, em sua grande maioria, dos segmentos sociais mais representativos dos setores mais modernos e dinâmicos da economia do país, exatamente daqueles que mais se aproximam do padrão sócio-econômico hoje existente nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

Prova do enraizamento partidário, as características demográficas e sócio-econômicas dos integrantes do PT são elementos insuficientes, no entanto, para a demonstração da contemporaneidade do partido às condições da sociedade brasileira. Para que a análise se complete, há que se verificar também as características fundamentais do projeto político-societário petista, confrontando-as com as tendências políticas predominantes hoje no mundo.

Organizado como canal de expressão política dos movimentos sociais e populares brasileiros, no momento da redemocratização recente do país, o Partido dos Trabalhadores continuará mantendo hoje vínculos significativos, através de sua militância, com estes movimentos? Nas condições sócio-econômicas e políticas do Brasil e do mundo contemporâneo, qual a posição oficial do PT e quais as opiniões de seus militantes a respeito de temas políticos fundamentais como o classes sociais, do socialismo, do Estado e da democracia?

Dois procedimentos distintos, mas complementares, são utilizados aqui para buscar-se respostas a estas questões. Inicialmente, retomam-se os dados quantitativos obtidos através do levantamento realizado durante o 1º Congresso do PT, em 1991. Através deles, mensura-se a inserção da militância petista nos organismos da sociedade civil, desde os movimentos sociais até a participação anterior em partidos políticos, bem como verificam-se suas opiniões políticas frente a temas centrais para a definição do projeto político-societário do partido. Por fim, através da análise de alguns dos documentos políticos mais representativos dos diferentes momentos da história do PT, procede-se a uma análise do discurso oficial petista, visando traçar a trajetória de construção e de transformação de seu projeto político-societário.

### **4.1. Características Políticas dos Militantes Petistas**

#### **4.1.1. Participação nas Organizações da Sociedade Civil**

A modernização conservadora implantada no país durante o período ditatorial recente, que se fez de forma impositiva e acelerada pela via da intervenção direta do Estado, provocou transformações profundas na configuração da sociedade brasileira. Produziram-se, como decorrência da expansão e da intensificação das relações capitalistas de produção, novos e mais diversificados segmentos sociais. Ao

mesmo tempo, redefiniram-se as relações entre classes sociais e setores de classe e entre estes e o Estado, articulando-se um novo e complexo conjunto de sujeitos políticos<sup>150</sup>.

O processo de atração/expulsão das populações rurais de suas áreas tradicionais de cultivo e moradia, resultado da penetração e da expansão das relações capitalistas no campo, trouxe para as cidades levadas sucessivas de migrantes que se acomodaram em suas periferias, transformando-as em áreas cada vez maiores de sub-habitação e de super-povoação de trabalhadores ditos "informais": biscateiros, trabalhadores eventuais, caçadores de "bicos" etc.. Sub-empregados, sub-urbanizados, "sub-cidadaneados", mas espetacularmente explorados, constituiu-se um novo segmento social urbano no país que, aos poucos, começou a se mobilizar e a se organizar, na luta por seus direitos de sobrevivência e de cidadania. Em sua organização, nos chamados movimentos populares urbanos, tiveram papel de destaque lideranças ligadas aos movimentos religiosos, principalmente da igreja católica.

A expansão dos investimentos públicos e privados, por outro lado, através da constituição e ampliação de empresas estatais, do financiamento e da inversão de capitais internacionais, possibilitou a implantação acelerada de um parque industrial e fabril moderno nas áreas urbanas já existente ou recém-surgidas, que exigiu o emprego de profissionais mais qualificados e possibilitou, por seu efeito multiplicador, a expansão dos serviços e de pequenas e médias empresas. Além disto, o próprio Estado, impulsionador do desenvolvimento, teve que se adequar, em termos de sua infra-estrutura operativa e funcional, à nova realidade. Ao lado do antigo corpo administrativo do Estado, que foi modernizado, novas instituições públicas agenciadoras do desenvolvimento foram criadas: universidades federais, ministérios, autarquias e fundações, superintendências e bancos etc. aumentaram significativamente e velozmente a máquina pública, gerando uma legião de novos profissionais técnicos e burocráticos.

Surgiram, neste processo, as chamadas "novas classes médias urbanas", que cresceram rápida e aceleradamente, enquanto durou o período do chamado "milagre econômico brasileiro". Tão rapidamente quanto surgiram, estes novos segmentos sociais, de novas criaturas que eram, transformaram-se, com a crise do modelo de desenvolvimento, em novos sujeitos sociais. Sob a constante ameaça de desemprego, com salários progressivamente achatados, enfrentando uma inflação crescente, estes novos segmentos começaram, tal como os trabalhadores assalariados tradicionais, a se mobilizar e organizar. O Estado onipresente, mas não mais onipotente, porque fiador de um modelo econômico que se revelava em crise, foi reconhecido finalmente como uma ditadura por parcelas cada vez mais amplas da população e viu os segmentos sociais médios transformarem-se, de apoiadores entusiastas, nas bases sociais mais significativas de seu enfrentamento.

Foram os trabalhadores assalariados dos setores e ramos econômicos mais modernos da economia de então, especialmente os operários metalúrgicos, os que iniciaram a luta contra a tutela exercida pelo Estado sobre os sindicatos brasileiros desde a década de trinta, quando do primeiro ciclo modernizador-autoritário pelo qual passou o país neste século. Além deles, outras parcelas da

<sup>150</sup> Veja-se, para o processo de transformação da sociedade brasileira durante o período 1964/1984, SANTOS, W. Guilherme dos. In: JAGUARIBE, Hélio (Org.). *Opus cit.*

população, reunidas em seus sindicatos específicos, em associações profissionais, reivindicativas e até religiosas, de moradores, contra a carestia, por melhorias nos equipamentos e serviços urbanos ou em movimentos culturais e comportamentalistas, como os de mulheres, de negros, de homossexuais ou ainda ecológicos, começaram a se organizar e passaram a ver no Estado seu principal opositor. Por sua super-interferência na vida econômica do país, ele foi reconhecido como o responsável primeiro pela crise econômica e pela queda geral da qualidade de vida. Dai até o reconhecimento da opressão política o percurso foi curto. Os movimentos se politizaram e ganharam as ruas. Todas as lutas, desde as salariais até as por transporte, contra a poluição, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres ou pela liberdade sexual tornaram políticas e fizeram-se, naquele momento, contra o Estado<sup>151</sup>. Todas as lutas transformaram-se em lutas contra a ditadura. Viveu-se, então, o momento áureo da organização e da mobilização popular autônoma no Brasil.

Refletindo o processo acelerado de modernização econômica do país e, ao mesmo tempo, no contexto de organização popular crescente do período, não obstante a repressão dos anos mais violentos da ditadura, que se fez, preferencialmente e em um primeiro momento, sobre os sindicatos de trabalhadores, fundaram-se entre os anos de 1961 e 1988 65,5% de todos os sindicatos brasileiros, distribuídos na proporção de 40,8% nos anos sessenta, 37,7% nos anos setenta e 21,6% nos oitenta até 1988<sup>152</sup>. Com uma forte predominância dos trabalhadores assalariados rurais e urbanos, que somados criaram 67,2% de todos os sindicatos surgidos no período, também os empregadores se organizaram, somando, entre rurais e urbanos, 25% de seu total, reafirmando a tendência organizativa geral da sociedade naquele momento.

**Sindicatos por Período de Fundação Brasil - 1988**

| Período        | Absoluto | Percentual | Percentual |
|----------------|----------|------------|------------|
| Total          | 9120     | 100        | xxx        |
| Até 1900       | 10       | 0,1        | xxx        |
| 1901 a 1930    | 130      | 1,4        | xxx        |
| 1931 a 1960    | 2383     | 26,1       | xxx        |
| 1961 a 1988    | 5977     | 65,5       | xxx        |
| Sem Declaração | 620      | 6,8        | xxx        |
|                |          |            |            |
| Total          | 5977     | 65,5       | 100,0      |
| 1961 a 1970    | 2437     | 26,7       | 40,8       |
| 1971 a 1980    | 2251     | 24,7       | 37,7       |
| 1981 a 1988    | 1289     | 14,1       | 21,6       |
|                |          |            |            |
| 1971 a 1988    | 3540     | 38,8       | 59,2       |

<sup>151</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. In: *Ensaio de Opinião*, p. 108-12.

<sup>152</sup> INDICADORES SOCIAIS/FIBGE: SINDICATOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1991.

Aparentemente em contradição com o sentido urbano do desenvolvimento nacional, mas na verdade em perfeita relação com o processo de modernização do capitalismo que se implantou no país, foi na área rural que se fundou a maioria dos sindicatos surgidos durante os vinte anos que se estendem de 1961 a 1980. Representando hoje 48,5% dos sindicatos no país, contra os 51,5% dos sindicatos urbanos, os sindicatos rurais atingiram nos anos sessenta e setenta, respectivamente, 74,6% e 66,3% do número de sindicatos fundados naqueles anos. O aparecimento acelerado destas organizações profissionais, tanto patronais quanto de empregados, refletiu, por outro lado, o processo acelerado de penetração das relações de produção capitalistas nas áreas rurais até ali não atingidas por seu desenvolvimento.

A capitalização do campo, iniciada no final dos anos cinquenta e intensificada fortemente durante o período do "milagre econômico brasileiro", com a inversão de grandes capitais, a concentração da propriedade rural e a mecanização da produção, transformou as relações de trabalho tradicionais, gerando, do lado dos assalariados rurais, contingentes cada vez maiores de trabalhadores rurais sem terra, aos quais só se colocou, no âmbito econômico, a alternativa da migração e da proletarianização e, do lado dos proprietários, a necessidade da busca organizada de financiamentos e subsídios para o cultivo e a defesa do preço mínimo da safra. Implantou-se, assim, um processo híbrido e complexo onde se combinaram enfrentamento e colaboração, tanto entre os segmentos sociais rurais, quanto destes com o Estado multipresente.

No que se refere diretamente aos assalariados agrícolas, a penetração das relações capitalistas no campo deflagrou, em um processo contínuo, tanto o despovoamento rural, como resultado da desagregação das antigas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que sustentavam o modo de produção tradicional, quanto o crescimento das periferias das cidades, para onde migraram os antigos agricultores, e o surgimento e a politização crescente das lutas pela conquista de seus direitos sociais mínimos. Proletarizados, os trabalhadores rurais obtiveram, gradativamente, os benefícios previdenciários - através do Funrural - e o reconhecimento de suas possibilidades de sindicalização. Fundaram, então, a partir dali, seus sindicatos, os quais foram submetidos, como todos os demais, à legislação que os manteve sob a tutela do Estado. Na dualidade que fez dos sindicatos instrumentos de lutas, mas também agências da ação estatal - através das quais se alcançaram os benefícios sociais como o atendimento médico-odontológico e a aposentadoria -, estes sindicatos multiplicaram-se rapidamente, refletindo, tanto o processo acelerado de proletarianização deste segmento produtivo, quanto, nos anos iniciais deste período, o esforço do Estado autoritário em sua tutela. Os sindicatos de trabalhadores rurais, que representavam 30,1% do total de todos os sindicatos existentes no país em 1988, tiveram seu surgimento concentrado no período que vai de 1961 a 1988. Totalizando 45,4% de todos os sindicatos fundados neste período, eles significaram 43% de todos os sindicatos surgidos nos anos sessenta, 53,6% dos surgidos nos anos setenta e 31,1% dos surgidos nos anos oitenta.

Atingido, nos anos setenta, o ponto máximo de expansão dos sindicatos rurais, de empregadores ou de empregados, os anos oitenta presenciaram o retorno dos sindicatos urbanos à superioridade no número de novas organizações. Contra os 43,9% de sindicatos rurais, divididos entre

12,8% de empregadores e 31,1% de empregados, os sindicatos urbanos somaram, entre 1981 e 1988, 56,1% do total de novos sindicatos, distribuídos entre 14,3% de empregadores, 3,1% de agentes autônomos, 34,2% de empregados, 4,2% de profissionais liberais e apenas 0,3% de trabalhadores autônomos, como se vê na tabela abaixo.

**Sindicatos por Período de Fundação, Segundo o Tipo de Sindicato - 1988**

| Tipo de Sindicato | Total       | Até 1900    | 1901 a 1930 | 1931 a 1960 | 1961 a 1970 | 1971 a 1980 | 1981 a 1988 | Sem Decl.   | 1961 a 1988 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Total</b>      | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  |
| <b>Urbano</b>     | <b>51,5</b> | <b>90,0</b> | <b>86,2</b> | <b>86,4</b> | <b>25,4</b> | <b>33,7</b> | <b>56,1</b> | <b>67,4</b> | <b>41,9</b> |
| Empregadores      | 16,1        | 20,0        | 10,8        | 27,3        | 6,6         | 11,1        | 14,3        | 32,6        | 12,3        |
| Agentes Autônomos | 2,9         | 10,0        | 4,6         | 3,1         | 2,5         | 3,0         | 3,1         | 2,3         | 3,0         |
| Empregados        | 27,9        | 40,0        | 54,6        | 49,8        | 14,3        | 14,7        | 34,2        | 26,5        | 21,8        |
| Profis. Liberais  | 3,8         | 20,0        | 7,7         | 4,4         | 1,5         | 4,6         | 4,2         | 5,2         | 4,5         |
| Trab. Autônomos   | 0,9         | 0           | 8,5         | 1,8         | 0,4         | 0,3         | 0,3         | 1,0         | 0,3         |
| <b>Rural</b>      | <b>48,5</b> | <b>10,0</b> | <b>13,8</b> | <b>13,6</b> | <b>74,6</b> | <b>66,3</b> | <b>43,9</b> | <b>32,6</b> | <b>58,1</b> |
| Empregadores      | 18,4        | 10,0        | 13,8        | 13,0        | 31,6        | 12,7        | 12,8        | 20,3        | 12,7        |
| Trabalhadores     | 30,1        | 0           | 0,0         | 0,7         | 43,0        | 53,6        | 31,1        | 12,3        | 45,4        |

Os sindicatos de empregados, em número de 5327, representando, portanto, 58,4% de todos os sindicatos existentes no país, tiveram 71,3% de suas fundações durante os anos de 1961 a 1988, reforçando o significado deste período, tanto no processo organizativo da população brasileira como um todo, quanto, especialmente, de seus setores tradicionalmente aliados dos benefícios maiores do desenvolvimento econômico. É assim que os sindicatos de trabalhadores agrícolas, que representavam 51,6% do total dos sindicatos de empregados do país no ano de 1988, tiveram 96,7% de suas fundações naquele período, enquanto que os sindicatos de trabalhadores industriais, que representavam, no mesmo ano, 23,7% do total dos sindicatos de empregados no país, tiveram 38% das fundações de seus sindicatos naquele momento, e os sindicatos de assalariados do setor de serviços e comércio, que representavam 22,3% do total dos sindicatos de empregados do país, concentraram 47,5% das fundações de seus sindicatos naqueles anos.

Estes números são, sem dúvida, significativos para todos os agrupamentos profissionais e revelam, ao lado da confirmação do aparecimento efetivo dos sindicatos de trabalhadores rurais nesta época, o crescimento preferencial dos sindicatos de assalariados do setor de serviços sobre os do setor industrial. Um crescimento que reflete o aumento da presença do setor terciário no conjunto da economia do país e que já se expressava nos anos setenta quando, pela primeira vez depois dos anos trinta, o percentual de fundação de sindicatos de trabalhadores neste setor superou o do setor industrial: entre 1971 e 1980, surgiram 11,2% dos sindicatos de trabalhadores do setor de serviços, contra apenas 8,4% do industrial. Foi, no entanto, nos anos mais recentes, entre 1981 e 1988, que o percentual de surgimento de sindicatos de trabalhadores no setor de serviços atingiu seu nível máximo, representando 27% de todos os sindicatos de trabalhadores fundados naqueles anos, enquanto os dos assalariados industriais significaram apenas 20,6%.

**Sindicatos de Empregados por Período de Fundação, Segundo os Setores Econômicos das Atividades - Brasil - 1988**

| Sector de Atividade | Total | Até 1900 | 1901 a 1930 | 1931 a 1960 | 1961 a 1970 | 1971 a 1980 | 1981 a 1988 | Sem Decl. | 1961 a 1988 |
|---------------------|-------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| Total               | 100   | 0,1      | 1,4         | 22,8        | 26,3        | 29,0        | 16,0        | 4,5       | 71,3        |
| Agrícola            | 51,6  | 0,0      | 0,0         | 0,3         | 19,7        | 22,6        | 7,5         | 1,4       | 49,8        |
| Industrial          | 23,7  | 0,0      | 0,5         | 12,7        | 3,3         | 2,4         | 3,3         | 1,5       | 9,0         |
| Com. e de Serviços  | 22,3  | 0,1      | 0,8         | 9,3         | 3,0         | 3,2         | 4,3         | 1,5       | 10,6        |
| Não Def./Não Decl.  | 2,4   | 0,0      | 0,1         | 0,5         | 0,3         | 0,7         | 0,8         | 0,1       | 1,8         |
| Sector de Atividade | Total | Até 1900 | 1901 a 1930 | 1931 a 1960 | 1961 a 1970 | 1971 a 1980 | 1981 a 1988 | Sem Decl. | 1961 a 1988 |
| Total               | 100   | 0,1      | 1,4         | 22,8        | 26,3        | 29,0        | 16,0        | 4,5       | 71,3        |
| Agrícola            | 100   | 0,0      | 0,0         | 0,6         | 38,2        | 43,9        | 14,6        | 2,8       | 96,7        |
| Industrial          | 100   | 0,0      | 1,9         | 53,6        | 13,9        | 10,2        | 13,9        | 6,5       | 38,0        |
| Com. e de Serviços  | 100   | 0,3      | 3,7         | 41,8        | 13,6        | 14,6        | 19,3        | 6,6       | 47,5        |
| Não Def./Não Decl.  | 100   | 0,0      | 3,1         | 18,6        | 13,2        | 27,9        | 34,9        | 2,3       | 76,0        |
| Sector de Atividade | Total | Até 1900 | 1901 a 1930 | 1931 a 1960 | 1961 a 1970 | 1971 a 1980 | 1981 a 1988 | Sem Decl. | 1961 a 1988 |
| Total               | 100   | 100      | 100         | 100         | 100         | 100         | 100         | 100       | 100         |
| Agrícola            | 51,6  | 0,0      | 0,0         | 1,3         | 74,7        | 78,1        | 47,1        | 31,7      | 69,9        |
| Industrial          | 23,7  | 0,0      | 33,3        | 55,7        | 12,5        | 8,4         | 20,6        | 34,2      | 12,6        |
| Com. e de Serviços  | 22,3  | 100,0    | 61,1        | 41,0        | 11,5        | 11,2        | 27,0        | 32,9      | 14,9        |
| Não Def./Não Decl.  | 2,4   | 0,0      | 5,6         | 2,0         | 1,2         | 2,3         | 5,3         | 1,3       | 2,6         |

Congregando apenas 17,6% do total da população economicamente ativa do país no ano de 1988, o índice de filiação a sindicatos e associações profissionais no Brasil é baixo, se comparado a outros países, notadamente os europeus<sup>153</sup>. Contemporâneo, no entanto, ao sentido do desenvolvimento econômico do país no que se refere aos setores de atividade de sua população, detendo 54% da PEA, é o setor terciário que detém, também, o maior número de sindicalizados e/ou filiados a associações profissionais, não obstante seja o setor industrial o que ostenta a maior taxa de sindicalização,

<sup>153</sup> Segundo dados da OCDE as taxas de sindicalização médias ponderadas registradas nos países desenvolvidos, em 1988, eram todas superiores às verificadas no Brasil. Naquele ano, na Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido), os sindicalizados representavam 38% do total dos trabalhadores; na América do Norte (Canadá e EUA), eles representavam 18% e entre os chamados 7 Grandes (Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e EUA), eles eram 25% da mão-de-obra. Dados desagregados, fornecidos pela mesma OCDE, permitem verificar que mesmo na década de 80 (quando se iniciou a tendência que persiste até hoje de decréscimo dos índices de sindicalização nos países desenvolvidos), dentre os países listados, apenas os EUA e a França exibiam taxas de sindicalização inferiores às observadas no Brasil. Em 1988, considerados apenas os trabalhadores não agrícolas, totalizavam 71% os sindicalizados na Finlândia, 85% na Suécia, 34% na Alemanha, 35% no Canadá, 53% na Austrália, 40% na Itália, 41% na Inglaterra, 27% no Japão, 16% nos EUA e 12% na França. Para o Brasil, os dados foram obtidos na publicação do IBGE, Participação Político-Social, Op. Cit.. Para os países da OCDE e para a tendência ao declínio da sindicalização desde os anos 80 veja-se MATTOSO, Jorge E. L. Opus cit.

correspondente a um índice de 23,2% do total dos trabalhadores do setor. Os trabalhadores do setor terciário que são sindicalizados ou que pertencem a associações de empregados representam 51% do total da PEA sindicalizada no país, enquanto os trabalhadores sindicalizados do setor industrial representam 31,9% e os do setor primário representam apenas 17,1%. Os filiados a sindicatos e/ou associações profissionais, são, portanto, em sua maioria absoluta, provenientes das atividades do setor terciário da economia do país, compondo, em 1988, parcela mais de uma vez e meia superior à dos ocupados no setor secundário e quase três vezes superior à dos ocupados no setor primário<sup>154</sup>.

**Pessoas de 18 anos ou mais de Idade, Ocupadas, por Filiação a Sindicatos e Associações de Empregados, segundo o Setor de Atividade - Brasil - 1988**

| Setor de Atividade | Total Absoluto | Total % | Filiadas Absol. | Taxa Filiação | Não Filiadas | Total | Filiação/ PEA | TT % Filiadas |
|--------------------|----------------|---------|-----------------|---------------|--------------|-------|---------------|---------------|
| Total              | 51732445       | 100     | 9092685         | 17,6          | 82,3         | 100   | 17,6          | 100           |
| Primário           | 11299592       | 21,8    | 1554609         | 13,8          | 86,1         | 100   | 3,0           | 17,1          |
| Secundário         | 12494989       | 24,2    | 2898098         | 23,2          | 76,7         | 100   | 5,6           | 31,9          |
| Terciário          | 27937864       | 54,0    | 4639978         | 16,6          | 83,3         | 100   | 9,0           | 51,0          |

Notas: Exclusive a população rural da Região Norte. Fonte: PPS/1988 - IBGE

Foram também os trabalhadores do setor terciário os que mais se mobilizaram no período e, dentre estes, os profissionais qualificados. Pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, abrangendo os movimentos de trabalhadores urbanos durante os anos de 1978 a 1989, detectou que das 12.673 greves ocorridas naquele período<sup>155</sup>, 44,7% delas foram feitas por trabalhadores industriais, 53% por trabalhadores do setor de serviços e 2,2% por setores não identificados ou não declarados. Os profissionais qualificados, identificados pela pesquisa do NEPP como "assalariados de classe média", expressando sua grande mobilização, foram responsáveis por 30,7% do total destas greves, percentual superior ao dos metalúrgicos, categoria individual que promoveu, isoladamente, o maior número de greves, com 23,3% do total. Além disto, dentre os

<sup>154</sup> Números que evidenciam a ocorrência, no Brasil, durante a década de 80, de um fenômeno que se assemelha ao verificado nos países economicamente desenvolvidos durante a década anterior, quando o crescimento da sindicalização dos trabalhadores do setor terciário suplantou, muitas vezes, os índices alcançados pelos trabalhadores do setor fabril. Segundo dados citados por RODRIGUES, entre 1964 e 1970, na Inglaterra, "o número de sindicalizados em sindicatos de classe média teria crescido 34%, passando a proporção de sindicalizados de 29%, em 1964, para 38%, em 1970. Em 1974, 36% de todos os trabalhadores filiados ao Trade Union Congress (central sindical britânica) eram trabalhadores de classe média. Em 1964, a proporção era de 24%. Na Suécia, a maior federação de trabalhadores de classe média, entre 1955 e 1975, aumentou a proporção de seus membros em 17,2%; na Dinamarca, o aumento foi de 18,4% no período de 1955 a 1975; na Alemanha, no mesmo período, a expansão foi de 104%; na Áustria, de 67%." Nos EUA, ainda segundo Rodrigues, "a porcentagem total de *white-collars* no total de trabalhadores sindicalizados passou de 23,8% em 1973 para 34,9% em 1980. (...) Das cinco maiores federações filiadas à AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho-Congresso das Organizações Industriais) cinco são *majoritariamente* de empregados do setor privado ou público, inclusive do governo federal." (grifos do autor). RODRIGUES, L. M. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.43 e 45.

<sup>155</sup> NEPP/UNICAMP. Acompanhamento de greves no Brasil, estatísticas básicas da pesquisa, período 1978-89. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas.

assalariados do setor de serviços, os chamados "assalariados de classe média" foram responsáveis por 57,9% das greves, os servidores públicos de ministérios e secretarias, por 24,7%, e os professores de escolas e universidades por, 17,3% do total das greves do setor, 12,1% delas realizadas nas escolas e universidades públicas, 4,8% nas de ensino particular e 0,5% em estabelecimentos não identificados. Como consequência destas greves, foram perdidas 672.888.213 jornadas de trabalho, sendo que 84,6% delas pelos trabalhadores do setor de serviços, 14,5% pelo industrial e 0,9% por outros não identificados.

Os "assalariados de classe média" foram responsáveis por 69,9% destas jornadas perdidas, sendo que, delas, 74,3% foram devidas às paralisações dos servidores públicos qualificados, entre os quais os professores de escolas e universidades públicas foram responsáveis por 33,9%, os servidores de ministérios e secretarias 16,5%, e as greves gerais do funcionalismo público por 20,4%. Com relação ao número de trabalhadores participantes das greves, o NEPP aponta um total de 53.464.900 de grevistas, distribuídos em 20,3% no setor industrial, 75,2% no de serviços e 4,5% em outros setores, sendo que os "assalariados de classe média" representam 59% deste total e os servidores públicos qualificados constituem 76,7% do total de grevistas do setor de serviços, com os professores de escolas e universidades contribuindo com 33,9% e os servidores de ministérios com 20,4% do total dos grevistas do setor terciário, como se pode verificar na tabela na página seguinte.

Os novos sujeitos sociais constituídos no processo de modernização recente do país e organizados nos chamados "novos movimentos sociais" fizeram-se presentes no conjunto da militância petista. A observação empírica e o registro documental da fundação do PT, bem como as conclusões dos autores que se dedicaram à análise sociológica e histórica do partido, permite que se afirme que o PT nasceu no interior dos movimentos sociais em efervescência no país na década de setenta, como um desdobramento do crescimento e politização desses movimentos. A composição original do partido incluiu, assim, entre seus dirigentes e militantes, além de sindicalistas operários ou de outros segmentos assalariados, também ativistas dos movimentos populares reivindicativos e/ou comportamentais e culturais, com uma forte presença de integrantes dos movimentos religiosos (preferencialmente da igreja católica progressista, adeptos da teologia da libertação), ex-militantes e ex-dirigentes de partidos e grupos marxista-leninistas e trotskistas, muitos deles com passagem pela luta armada e, finalmente, intelectuais independentes<sup>156</sup>.

<sup>156</sup> Em virtude do extravio da ata que registrou a reunião de fundação do partido, onde constava a nominata e as assinaturas que seriam enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral para o registro oficial, o trabalho de reconstituição da composição inicial do partido foi prejudicado. A tentativa de realizar esta reconstituição através de entrevistas e levantamento de dados através de formulários enviados a membros fundadores não obteve retorno em números que possibilitassem, com confiabilidade, a definição da composição inicial. A bibliografia referente ao PT, no entanto, registra a presença marcante dos militantes destes movimentos entre os seus fundadores. Quanto aos intelectuais independentes, fundadores ou militantes atuais, seu levantamento numérico torna-se impraticável pelas dificuldades de caracterização do grupo no instrumento de pesquisa utilizado. Um indicação de sua presença é obtida, no entanto, através do alto percentual de militantes e dirigentes com formação universitária, profissões de nível superior e funções intelectuais.

Greves, Jornadas Perdidas e Grevistas Por Grandes Setores, Segundo Segmentos Assalariados e Categorias Seleccionadas Brasil, Região Urbana - 1978-1989

| Grandes Setores                          | Greves  |         |           | Jornadas Perdidas |         |           | Grevistas |         |           |
|------------------------------------------|---------|---------|-----------|-------------------|---------|-----------|-----------|---------|-----------|
|                                          | Público | Privado | S. Infor. | Público           | Privado | S. Infor. | Público   | Privado | S. Infor. |
| Trabalhadores de Industrias              | 3,2     | 41,4    | 0,2       | 1,6               | 12,8    | 0,1       | 2,8       | 17,4    | 0,1       |
| Trabalhadores de Serviços                | 31,2    | 19,4    | 2,5       | 73,2              | 6,9     | 4,5       | 53,1      | 9,9     | 12,2      |
| <i>Assalariados de Classe Média</i>      | 24,7    | 5,2     | 0,7       | 62,9              | 3,4     | 3,7       | 45,2      | 3,3     | 10,4      |
| <i>Trabalhadores de Base em Serviços</i> | 6,4     | 14,1    | 1,8       | 10,3              | 3,5     | 0,8       | 7,9       | 6,6     | 1,8       |
| Outros / Sem Informação                  | 0,0     | 2,1     | 0,1       | 0,4               | 0,4     | 0,0       | 2,8       | 1,7     | 0,0       |
| Total                                    | 34,4    | 62,8    | 2,8       | 75,3              | 20,1    | 4,6       | 58,7      | 29,0    | 12,3      |
| Grandes Setores                          | Público | Privado | S. Infor. | Público           | Privado | S. Infor. | Público   | Privado | S. Infor. |
| Trabalhadores de Industrias              | 7,1     | 92,5    | 0,4       | 11,3              | 88,2    | 0,4       | 13,9      | 85,8    | 0,3       |
| Trabalhadores de Serviços                | 58,8    | 36,5    | 4,7       | 86,6              | 8,2     | 5,3       | 70,6      | 13,2    | 16,2      |
| <i>Assalariados de Classe Média</i>      | 46,7    | 9,9     | 1,4       | 74,3              | 4,0     | 4,3       | 76,7      | 5,7     | 17,7      |
| <i>Trabalhadores de Base em Serviços</i> | 12,1    | 26,6    | 3,4       | 12,2              | 4,1     | 1,0       | 48,5      | 40,5    | 11,0      |
| Outros / Sem Informação                  | 1,8     | 92,9    | 5,3       | 49,9              | 47,1    | 3,0       | 62,0      | 37,8    | 0,2       |
| Total                                    | 34,4    | 62,8    | 2,8       | 75,3              | 20,1    | 4,6       | 58,7      | 29,0    | 12,3      |

Nota: Em itálico, as categorias seleccionadas do setor de serviços. Fonte: Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil - 1978-89" - NEPP/UNICAMP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.

Na verdade, nunca se mensurou o peso desses segmentos na composição partidária, o que torna impossível uma avaliação da influência específica de cada um deles na construção do perfil social e político do partido. Qual a porcentagem de sindicalistas, de participantes de movimentos de igreja e de ativistas de movimentos sociais e populares em geral na composição atual do partido? Quantos participavam desses movimentos quando se filiaram ao partido e quantos mantêm hoje uma atuação conjunta nestes movimentos e no partido? Qual o índice de militantes que têm no PT sua primeira experiência político-partidária, quantos já foram filiados a outros partidos, quais foram eles e com qual nível de participação? Amplia-se, aqui, através das respostas a estas questões, a análise do perfil dos militantes petistas, agregando-se, à pesquisa de suas características demográficas e socio-econômicas, a investigação dos elementos políticos básicos intervenientes em sua composição e na construção de seu projeto político-societário.

Através de questões independentes entre si e, portanto, com percentuais que se somam, verifica-se que os integrantes ativos do PT se originam, ainda hoje e com percentuais elevados em todos eles, dos movimentos sociais anteriormente referidos. Constatase, também, que muitos dos militantes atuavam, à época de sua filiação ao partido, em mais de um destes movimentos. Com percentuais significativos em todos eles, percebe-se, no entanto, que a maior parcela dos atuais militantes petistas proveio dos movimentos sociais populares e não dos sindicais, como se considerou no que diz respeito ao momento da fundação do partido. Além disto, percebe-se que a contribuição atual dos movimentos religiosos para a constituição da militância petista, embora expressiva, revela-se a menor dentre as verificadas, contrariando, desta maneira, outra crença corrente entre os analistas do partido. Do total de militantes que declararam sua participação nos movimentos da sociedade civil à época de sua filiação ao PT, 53,4% afirmaram atuar nos movimentos sociais/populares, 40,6% no movimento sindical e 34,4% nos religiosos, como pastorais e CEBs<sup>157</sup>.

**Participação em Movimentos Sociais à Época da  
Filiação ao PT**

|           | Populares | Sindicais | Religiosos |
|-----------|-----------|-----------|------------|
| Sim       | 53,4      | 40,6      | 34,4       |
| Não       | 21,6      | 32,1      | 47,8       |
| Não Resp. | 24,9      | 27,3      | 17,8       |
| Total     | 99,9      | 100       | 100        |

Quanto à participação atual dos militantes petistas nos movimentos da sociedade civil, embora ela se revele distribuída de forma relativamente equilibrada entre os movimentos sindical e populares, seu maior percentual concentra-se nos primeiros. O peso dos militantes que combinam sua atuação no PT com a desenvolvida nos movimentos de igreja decai agora ainda mais. Constituem 48,9% os que declaram participar atualmente no movimento sindical, 41,4% nos movimentos sociais populares e apenas 19,5% nos movimentos de orientação religiosa. A verificação do crescimento da dedicação dos

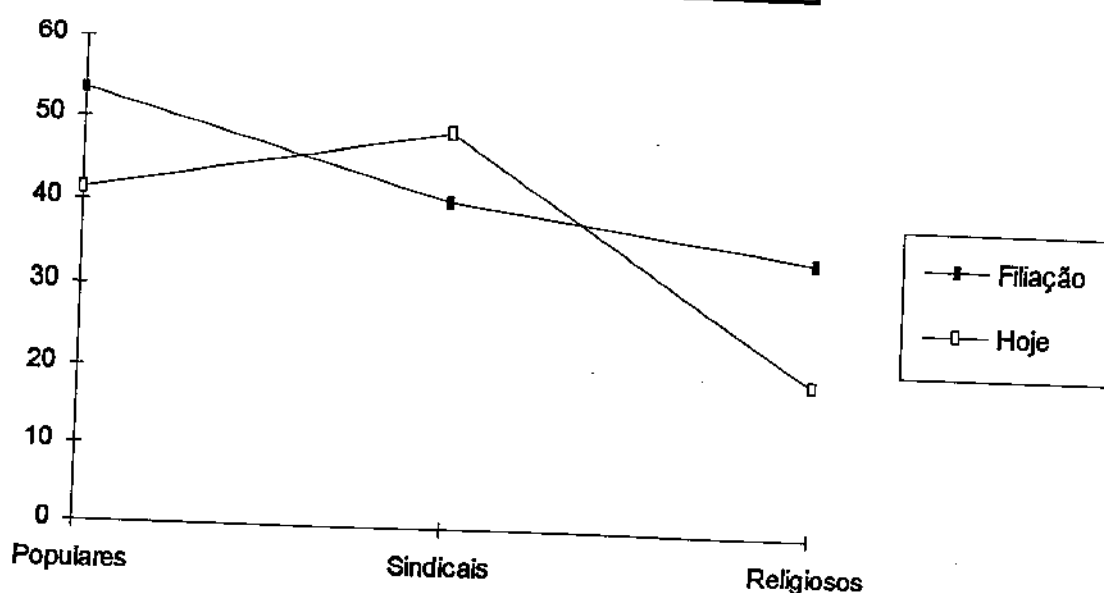
<sup>157</sup> Comunidades Eclesiais de Base.

milитantes petistas ao movimento sindical e a diminuição de suas presenças nos demais parece indicar tanto a priorização dos primeiros, como uma consequência da vivência partidária, quanto, de outra parte, o refluxo ocorrido no peso dos movimentos sociais populares e religiosos no conjunto da sociedade brasileira.

Basta o acompanhamento através da informação jornalística para se constatar que estes movimentos, com o restabelecimento gradativo da institucionalização democrática do país, tiveram diminuídas a força e a densidade de sua presença na conjuntura política nacional. Menos atuantes e com menor poder de pressão política do que a que detinham durante as décadas de 70 e 80, os movimentos sociais populares e religiosos sofrem atualmente um processo de relativo esvaziamento, que se reflete, por sua vez, no menor interesse dos militantes partidários em priorizá-los como instância de atuação. Além disso, os movimentos religiosos, que se constituíram em um espaço importante de atuação política no período ditatorial recente (inclusive de proteção para os contestadores do regime), submetem-se hoje, sob o avanço da hierarquia eclesial tradicionalista, a uma retomada das práticas e das reflexões anti-seculares, com a conseqüente retirada de seus membros da atuação político-partidária. Desta forma, pode-se compreender a diminuição da presença dos militantes petistas nos movimentos populares e religiosos, como o resultado de um processo de dupla direção, onde tanto os ativistas partidários diminuem sua atuação nestes movimentos sociais quanto os integrantes destes movimentos se afastam dos partidos políticos.

Participação em Movimento Sociais Hoje

|           | Populares | Sindicais | Religiosos |
|-----------|-----------|-----------|------------|
| Sim       | 41,4      | 48,9      | 19,5       |
| Não       | 29,1      | 35,4      | 49,1       |
| Não Resp. | 29,6      | 15,7      | 31,4       |
| Total     | 100,1     | 100       | 100        |



Quanto à vivência partidária anterior, verificou-se que a grande maioria dos militantes petistas,

representando 61,2% de seu total, tem no PT seu primeiro engajamento político-partidário. Descontando-se os 13,7% que não responderam à questão, constata-se que apenas 25% dos entrevistados já foram filiados a outros partidos políticos, sendo que, deste total, representam 38,1% os que ocuparam cargos de direção naqueles partidos.

#### Filiação Partidária Anterior ao PT

| Value Label   | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Sim           | 1     | 392           | 25.0    | 29.0          | 29.0        |
| Não           | 2     | 959           | 61.2    | 71.0          | 100.0       |
| Não Respondeu | 9     | 215           | 13.7    | MISSING       |             |
|               |       | -----         | -----   | -----         |             |
|               | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases   | 1351  | Missing Cases |         | 215           |             |

O MDB/PMDB, com 7% das antigas filiações partidárias dos militantes petistas, é o partido que mais forneceu membros ao PT, superando, por larga margem, os percentuais de engajamentos partidários anteriores dos petistas, seja nos Partidos Comunistas (Brasileiro e do Brasil), seja no conjunto dos partidos não institucionais de esquerda, (como a ALN e a POLOP, por exemplo), seja, ainda, na soma de todos os demais partidos brasileiros: totalizam 4,9% os que já foram filiados aos PCs, 4,5% às organizações de resistência à ditadura e apenas 1,9% a aos outros partidos. Pode-se perceber, assim, que a cifra obtida pelas antigas filiações ao MDB/PMDB só é ultrapassada quando se agrega, num único bloco, os militantes petistas que atuaram em todos os grupos ou partidos de orientação comunista, sejam os marxistas tradicionais, sejam os que se colocaram à sua esquerda: somados, eles significam 10,4% do total da militância petista<sup>158</sup>, tomando-se, assim, o maior grupo de militância anterior dos petistas, mas evidenciando, ao mesmo tempo, que seu peso é bem menor do que se imaginava até aqui.

#### Ocuparam Cargos de Direção nos Partidos Anteriores

| Value Label | Value | Frequency     | Valid Percent | Cum Percent | Percent |
|-------------|-------|---------------|---------------|-------------|---------|
| Sim         | 1     | 130           | 8.3           | 38.1        | 38.1    |
| Não         | 2     | 211           | 13.5          | 61.9        | 100.0   |
| Prejudicado | 9     | 1225          | 78.2          | MISSING     |         |
|             |       | -----         | -----         | -----       |         |
|             | TOTAL | 1566          | 100.0         | 100.0       |         |
| Valid Cases | 341   | Missing Cases |               | 1225        |         |

<sup>158</sup> Veja-se na tabela incluída na seção seguinte, que somam 10,7% do total dos militantes petistas os que se definem como comunistas, o que totaliza percentual quase idêntico ao dos que atuaram nos partidos comunistas tradicionais em quaisquer de suas vertentes. Não se pode afirmar que são os mesmos militantes em ambos os casos, já que não se procedeu ao cruzamento dos dados com este objetivo.

### Partidos de Militância Anterior ao PT

| Value Label       | Value | Frequency          | Valid Percent | Cum Percent | Percent |
|-------------------|-------|--------------------|---------------|-------------|---------|
| PMDB/MDB          | 5     | 109                | 7.0           | 38.2        | 38.2    |
| PCs               | 6     | 70                 | 4.5           | 24.6        | 62.8    |
| Outros Partidos   | 7     | 30                 | 1.9           | 10.5        | 73.3    |
| Organizações Esq. | 8     | 76                 | 4.9           | 26.7        | 100.0   |
| Prejudicado       | 9     | 1281               | 81.8          | MISSING     |         |
|                   |       | -----              | -----         | -----       |         |
| TOTAL             |       | 1566               | 100.0         | 100.0       |         |
| Valid Cases       | 285   | Missing Cases 1281 |               |             |         |

O conjunto dos dados referentes à participação em movimentos sociais e em partidos políticos reafirma, agora no que diz respeito à organização da sociedade civil, a consonância do Partido dos Trabalhadores às características da sociedade brasileira contemporânea, no seu processo de institucionalização. Por um lado, o partido mantém-se ainda hoje fortemente inserido nos movimentos sociais que eclodiram no processo de modernização recente do país, sejam os de caráter tradicional ou clássico, como o sindical, voltados para o âmbito das relações trabalhistas e de produção, sejam os denominados "novos movimentos sociais", reivindicativos e contestatórios, voltados para questões que se referem mais especificamente ao âmbito distributivo do que ao da produção. Com certeza, esta é uma das razões que explicam a diversidade social constatada na composição interna da militância petista. Além da forte presença dos sindicalistas originários dos segmentos produtivos dos setores secundário e terciário, também o alto percentual de militantes oriundos dos movimentos sociais contemporâneos, de composição social variada, faz com que o PT, embora afirme-se classista, componha-se majoritariamente de segmentos sociais não operários.

Por outro lado, tanto a queda nos índices de presença dos militantes petistas nos movimentos sociais/populares e religiosos - comparativamente ao período de fundação do partido -, quanto os baixos percentuais de participação político-partidária anterior explicitam as evidências da contemporaneidade do PT à sociedade brasileira. O primeiro fato, porque denota a tendência crescente de institucionalização política do partido e, o segundo, porque reforça a evidência que se vem fazendo ao longo deste trabalho, de que o aparecimento do PT possibilitou o ingresso na arena política de segmentos sociais de origem recente no país - constituídos no processo de modernização econômica ocorrido desde meados dos anos cinquenta - e que se mantinham, até a fundação deste partido, à margem da participação política institucional, resultante do cerceamento imposto no período ditatorial.

#### 4.1.2. Opiniões Políticas

Constatado o enraizamento social do PT nos movimentos da sociedade civil, verificam-se agora as opiniões políticas básicas de sua militância frente a temas fundamentais para a construção de um projeto político-societário. Entende-se que a análise do posicionamento pessoal dos militantes petistas permite que se apreenda, de forma mais cristalina do que seria possível através de análises dos documentos e deliberações partidárias, as concepções políticas existentes entre o conjunto de seus integrantes.

Parte-se aqui da consideração de que as resoluções partidárias são o resultado de debates entre as diferentes posições políticas existentes no interior do partido, com seus conflitos, alianças e negociações, processo através do qual é gerada uma concepção aceita finalmente como coletiva e que, como tal, passa a representar, de forma oficial, o posicionamento partidário. Legítimo e democrático, porque firmado sobre o princípio da aceitação das divergências e sobre a prática do entendimento aprovado pela maioria, este método de deliberação e resolução política - utilizado, aliás, ainda que de forma e intensidade diferenciadas em todos os partidos políticos onde se respeita, em algum grau, a democracia interna - não permite, entretanto, que se identifique, através da análise dos documentos partidários, os posicionamentos individuais dos militantes a respeito de temas que compõem as resoluções do partido.

Na análise que se segue, ao contrário, buscou-se detectar as opiniões políticas pessoais dos militantes petistas no espectro de sua diversidade, num nível de articulação de posições anterior ao atingido nos documentos oficiais e menos depurado pelos filtros que se constroem nos processos de discussão e deliberação coletivos. Porque mais "brutas", estas opiniões pessoais, que expressam, na verdade, as diversas tendências políticas existentes no interior do PT, revelam a matéria prima sobre a qual se plasmam as resoluções do partido permitindo, com isto, que se obtenha uma observação mais direta dos posicionamentos políticos das bases partidárias.

Com este objetivo, procurou-se verificar, inicialmente, as opiniões dos petistas ativos sobre a opção socialista de seu partido, bem como identificar como eles definem, em termos ideológicos, tanto o PT, quanto a si próprios. Isto feito, submeteu-se à consideração dos entrevistados uma série de afirmações, pedindo-lhes que expressassem, numa escala, o grau de sua concordância ou discordância com as mesmas. Aferiu-se, desta maneira, suas opiniões a respeito do caráter da propriedade dos meios de produção, do mercado, do Estado e da democracia, com o que se pode verificar seus posicionamentos frente às formulações políticas clássicas dos partidos socialistas-operários tradicionais.

Observou-se, assim, que a grande maioria dos militantes entrevistados, representando 95,7% de seu total e indicando a existência de uma concordância quase absoluta no interior do partido, entende que a opção socialista do PT deve ser mantida. Não obstante os militantes diverjam quanto ao significado prático desta definição ideológica do partido, verifica-se que majoritariamente eles o

identificam como um partido socialista, já que, somadas todas as variantes apresentadas do conceito<sup>159</sup>, 76,2% assim o consideram. Representando a maioria das opiniões, são 45,5% os que o definem como um partido socialista democrático. Imediatamente após, mas com quase 20 pontos percentuais a menos, já que representam 26,6% dos entrevistados, aparecem aqueles que o consideram socialista, sem qualquer outra adjetivação. Congregam-se, portanto, nestas duas definições, 72,1% das opiniões manifestadas pelo total dos militantes entrevistados. Ao mesmo tempo, revelam-se inexpressivos no conjunto dos entrevistados aqueles que o classificam como um partido socialista de molde clássico - pode-se verificar, que apenas 3,3% o definem como um partido social-democrata e que apenas 0,4% o vêem como um partido comunista.

Posicionamento semelhante pode ser observado no que se refere à auto-definição ideológica dos próprios militantes: 43,4% e 32,3% consideram-se, respectivamente, socialistas-democráticos e socialistas, enquanto 10,7% definem-se como comunistas e apenas 1,2% como social-democratas. Verifica-se, com isto, como primeiro ponto de destaque, a existência de uma congruência bastante grande entre a imagem do partido e a auto-imagem de seus militantes, principalmente no que se refere ao caráter democrático do socialismo, apontado por eles, sob percentuais muito semelhantes entre si, como definidor, tanto do partido, quanto de si próprios. Fato, entretanto, que não elimina, entre os militantes petistas, a aversão à social-democracia clássica, rejeição fortemente arraigada na esquerda brasileira e que, no PT, revela-se maior do que a reservada ao comunismo<sup>160</sup>. Há que se destacar, por fim, que os militantes que se identificam como socialistas cristãos, compondo 3,2% dos entrevistados, representam a quarta maior categoria ideológica na qual os petistas se incluem, revelando um peso de significado expressivo, embora pequeno, na caracterização da militância do partido.

Você acha que o Socialismo é uma Opção que o PT deve manter?

| Value Label       | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|-------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Sim               | 1     | 1498          | 95.7    | 98.0          | 98.0        |
| Não               | 2     | 12            | .8      | .8            | 98.8        |
| Sem Opinião Form. | 3     | 18            | 1.1     | 1.2           | 100.0       |
|                   | 9     | 38            | 2.4     | MISSING       |             |
|                   | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases       | 1528  | Missing Cases |         | 38            |             |

<sup>159</sup> Considerou-se como socialista, de forma genérica, as alternativas apresentadas na tabela como: 3) Socialista; 4) Socialista Democrático; 5) Socialista Cristão; 6) Comunista e 7) Social-Democrata.

<sup>160</sup> Sem que se possa afirmar, como já se destacou em nota acima, que sejam os mesmos militantes os que se definem ainda hoje como comunistas e os que tiveram vivência partidária anterior ao PT nos PCs e nos partidos trotskysta e leninistas, não se pode, entretanto, deixar de ressaltar mais uma vez, a coincidência de seus percentuais.

O PT definiu como seus Objetivos Estratégicos a construção do Socialismo e da Democracia. Na prática, você define o PT como um partido:

| Value Label         | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Liberal de Esquerda | 1     | 20            | 1.3     | 1.3           | 1.3         |
| Democrata Radical   | 2     | 17            | 1.1     | 1.1           | 2.5         |
| Socialista          | 3     | 417           | 26.6    | 27.6          | 30.1        |
| Socialista Democ.   | 4     | 713           | 45.5    | 47.2          | 77.3        |
| Socialista Cristão  | 5     | 12            | .8      | .8            | 78.1        |
| Comunista           | 6     | 6             | .4      | .4            | 78.5        |
| Social-Democrata    | 7     | 51            | 3.3     | 3.4           | 81.9        |
| Frete de Tendências | 8     | 88            | 5.6     | 5.8           | 87.7        |
| Indefinido Ideolog. | 9     | 88            | 5.6     | 5.8           | 93.6        |
| Outras Definições   | 10    | 33            | 2.1     | 2.2           | 95.8        |
| Sem Opinião Formada | 11    | 64            | 4.1     | 4.2           | 100.0       |
|                     | 99    | 57            | 3.6     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases         | 1509  | Missing Cases |         | 57            |             |

Você se define politicamente como:

| Value Label         | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Comunista           | 1     | 167           | 10.7    | 10.9          | 10.9        |
| Socialista          | 2     | 505           | 32.2    | 33.0          | 44.0        |
| Socialista Democ.   | 3     | 679           | 43.4    | 44.4          | 88.4        |
| Social-Democrata    | 4     | 19            | 1.2     | 1.2           | 89.6        |
| Socialista Cristão  | 5     | 50            | 3.2     | 3.3           | 92.9        |
| Democrata           | 7     | 3             | .2      | .2            | 93.1        |
| Democrata Radical   | 8     | 5             | .3      | .3            | 93.4        |
| Anarquista          | 9     | 12            | .8      | .8            | 94.2        |
| Liberal Democrata   | 10    | 1             | .1      | .1            | 94.2        |
| Liberal             | 11    | 3             | .2      | .2            | 94.4        |
| Outros              | 12    | 24            | 1.5     | 1.6           | 96.0        |
| Não sabe se definir | 13    | 61            | 3.9     | 4.0           | 100.0       |
|                     | 99    | 37            | 2.4     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases         | 1529  | Missing Cases |         | 37            |             |

Reivindicando-se socialista democrático e sendo assim reconhecido por ampla parcela de seus militantes, numa concordância que, como se viu, se expressa na avaliação que fazem de si próprios e de seu partido, o PT nunca definiu, de forma global, seu projeto socialista<sup>161</sup>. Na verdade, ele sempre se

<sup>161</sup> No 6º Encontro Nacional do PT, realizado em 1990, o partido definiu a construção do socialismo e da democracia como seus objetivos estratégicos. Naquele Encontro, assim como em seu 1º Congresso (1991), oportunidade na qual se realizou a presente pesquisa, o partido empenhou-se na definição das linhas gerais de seu projeto socialista, sem que se propusesse, no entanto, a chegar a um plano global e acabado.

recusou a fazê-lo. Crítico dos socialismos existentes, tanto dos marxistas-leninistas, típicos do Leste Europeu, quanto dos social-democratas, característicos da Europa Ocidental, o PT afirma, através de seus documentos, que seu projeto socialista deve ser produto de elaboração coletiva e prática, resultante da ação política das massas organizadas. Não se discute aqui, porque alheio aos objetivos deste trabalho, a viabilidade de tal propósito. Verifica-se, no entanto, já que importantes para a consideração da contemporaneidade do partido, quais as opiniões de seus militantes sobre questões básicas e consagradamente definidoras das concepções socialistas clássicas.

Frente à afirmação de que "na sociedade socialista futura que o PT se propõe construir, todos os meios de produção deverão ser coletivizados" (o que implicaria na extinção da propriedade privada dos meios de produção), 36,8% dos militantes entrevistados afirmaram concordar plenamente com ela, revelando sua adesão ao modelo clássico socialista de propriedade. No extremo oposto, foram 13,5% os que discordaram totalmente, explicitando seu desacordo frontal à concepção socialista clássica. Não obstante apenas 3,2% tenham declarado não ter opinião formada, verifica-se que 43,9% dos militantes entrevistados, representando portanto quase a metade de seu total, manifestaram-se em desacordo parcial ou em acordo apenas parcial com a afirmativa, deixando que se explicitasse sua indefinição frente à questão. Verifica-se, portanto, que há uma recusa às formas tradicionais de propriedade dos meios de produção, tanto em sua manifestação capitalista, apoiada integralmente por apenas pouco mais de um sexto dos militantes entrevistados, quanto em sua manifestação socialista, apoiada plenamente por pouco mais de um terço dos ativistas consultados. É a dúvida, portanto, mais do que a certeza, o que caracteriza o posicionamento dos militantes petistas quanto ao caráter social da propriedade a ser adotado numa futura sociedade socialista.

"Na Sociedade Socialista Futura que o PT se propõe construir, todos os meios de produção deverão ser coletivizados."

| Value Label         | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente | 1     | 576           | 36.8    | 37.8          | 37.8        |
| Concda/Discda Parc. | 2     | 687           | 43.9    | 45.1          | 82.9        |
| Discorda Totalmente | 4     | 211           | 13.5    | 13.8          | 96.7        |
| Sem opinião formada | 5     | 50            | 3.2     | 3.3           | 100.0       |
|                     | 9     | 42            | 2.7     | MISSING       |             |
|                     | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases         | 1524  | Missing Cases |         | 42            |             |

Quais as ações políticas táticas que deveriam orientar um eventual governante petista na Presidência da República, no sentido de preparar as condições para a implantação do socialismo? Diante da afirmativa de que "um Presidente da República eleito pelo PT ainda dentro da ordem capitalista deverá ter como um dos objetivos de seu governo a coletivização das indústrias estratégicas

e dos grandes monopólios", 8,8% expressaram-se totalmente em desacordo, 28,6% plenamente favoráveis, 9,6% declararam não ter opinião formada e 44,3% manifestaram-se parcialmente em desacordo e parcialmente em concordância com ela. Indecisos, quanto à forma econômica do socialismo que pretendem, os militantes petistas revelam-se coerentes, quando reafirmam suas dúvidas quanto aos atos governamentais que visem uma intervenção mais direta do Estado na economia, mesmo no que se refere à coletivização das indústrias consideradas estratégicas e aos grandes monopólios, bandeiras clássicas dos partidos socialistas de orientação tradicional.

"Um Presidente da República eleito pelo PT ainda dentro da ordem capitalista deverá ter como um dos objetivos de seu governo a coletivização das indústrias estratégicas e dos grandes monopólios."

| Value Label           | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|-----------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente 1 |       | 448           | 28.6    | 32.0          | 32.0        |
| Concda/Discda Parc. 2 |       | 694           | 44.3    | 49.6          | 81.6        |
| Discorda Totalmente 4 |       | 123           | 7.9     | 8.8           | 90.4        |
| Sem opinião formada 5 |       | 135           | 8.6     | 9.6           | 100.0       |
|                       | 9     | 166           | 10.6    | MISSING       |             |
|                       | TOTAL | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases           | 1400  | Missing Cases | 166     |               |             |

Indecisão e coerência que se repetem quando se solicita o posicionamento dos militantes frente a uma posição nitidamente social-democrata, repudiada pelos próprios militantes entrevistados enquanto rótulo através do qual identificassem seu partido. Colocados diante da afirmação de que "um governo federal eleito pelo PT ainda no capitalismo deverá se esforçar para disciplinar os investimentos estratégicos na economia, criar mecanismos que tornem a distribuição de renda mais equilibrada e dar grande atenção à área social, deixando as demais áreas da economia por conta da iniciativa privada" - o que implica na adoção de medidas de regulação da economia sem a interferência direta do Estado em sua gestão - os percentuais registrados para a questão anterior pouco se alteraram. A modificação mais significativa, sintomaticamente, foi verificada entre aqueles que expressaram suas dúvidas, manifestadas na impossibilidade de concordarem ou discordarem integralmente com a afirmação. Estes representaram aqui 53,9% dos militantes entrevistados, ultrapassando, portanto, a maioria absoluta do partido, contra apenas 8,4% que afirmaram sua discordância plena e contra os 24,5% que se manifestaram totalmente de acordo.

"Um governo federal eleito pelo PT ainda no capitalismo deverá se esforçar para disciplinar os investimentos estratégicos na economia, criar mecanismos que tornem a distribuição de renda mais equilibrada e dar grande atenção à área social, deixando as demais áreas da economia por conta da iniciativa privada."

| Value Label           | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|-----------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente 1 | 1     | 384           | 24.5    | 27.1          | 27.1        |
| Concda/Discda Parc. 2 | 2     | 844           | 53.9    | 59.5          | 86.5        |
| Discorda Totalmente 4 | 4     | 131           | 8.4     | 9.2           | 95.8        |
| Sem opinião formada 5 | 5     | 60            | 3.8     | 4.2           | 100.0       |
|                       | 9     | 147           | 9.4     | MISSING       |             |
| TOTAL                 |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases           | 1419  | Missing Cases |         | 147           |             |

Caracteriza-se, assim, uma situação nítida de transição na posição dos militantes em relação ao caráter da propriedade no sistema socialista e no processo de sua construção. Há uma discordância manifesta diante dos posicionamentos tradicionais, que passam a ser refutados, ao menos parcialmente, mas não há, em contrapartida, alternativas novas já delineadas, a ponto de poderem ser aceitas sem restrições. Por isto, nem se negam totalmente as antigas formulações, nem se adotam integralmente as novas, posto que elas não se encontram ainda suficientemente formuladas. Veja-se que, em todas as situações até aqui analisadas, assim como nas que se seguirão, é sempre apenas uma pequena minoria de militantes que admite não ter opinião formada. Com isto, o quadro que se esboça não é o da desinformação, mas, ao contrário, é o de impossibilidade de concordância integral ou refutação global das teses apresentadas, sejam elas de molde comunista ou social-democrata, ambas insuficientes para expressar as concepções ou ao menos as expectativas dos militantes petistas.

A indefinição torna-se ainda mais nítida e mais claramente estabelecida, não obstante o paradoxo contido na própria frase, quando se verificam os posicionamentos dos militantes do PT frente ao Estado. Diante da afirmação de que "o Estado, hoje, é um espaço onde as diversas classes e segmentos sociais disputam o poder de decisão na sociedade", uma formulação que se contrapõe frontalmente à concepção marxista-leninista clássica que entende o Estado como um "comitê executivo da burguesia", apenas 14,8% dos entrevistados declaram concordar plenamente com ela, 34,1% discordam totalmente, enquanto 43,2% optam pelas alternativas agrupadas sob a rubrica da concordância e/ou discordância parcial.

"O Estado, hoje, é um espaço onde as diversas classes e segmentos sociais disputam o poder de decisão na sociedade."

| Value Label         | Value | Frequency | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|-----------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente | 1     | 534       | 34.1    | 35.6          | 35.6        |
| Concda/Discda Parc. | 2     | 677       | 43.2    | 45.2          | 80.8        |
| Discorda Totalmente | 4     | 232       | 14.8    | 15.5          | 96.3        |
| Sem opinião formada | 5     | 56        | 3.6     | 3.7           | 100.0       |
|                     | 9     | 67        | 4.3     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566      | 100.0   | 100.0         |             |

Valid Cases 1499 Missing Cases 67

Os posicionamentos tomam-se mais claramente definidos quando se passa às considerações relativas à concepção de democracia e ao bloco social composto pelos "trabalhadores" no país, a ser representado pelo PT. No que se refere à democracia, refletindo o acúmulo de reflexão no interior do próprio partido sobre este tema, a maioria dos militantes petistas, sob um índice que representa 44,8% dos entrevistados, discorda totalmente da afirmação de que "a democracia é uma criação da burguesia para possibilitar o seu domínio sobre as demais classes". Apenas 8,6% afirmam-se em concordância plena com ela, enquanto cai para 36,1% os que nem concordam nem discordam totalmente e reduzem-se para 2,9% aqueles que se declaram sem opinião formada. Refuta-se assim, através do posicionamento de quase a metade dos militantes entrevistados, a clássica tese marxista-leninista de que a democracia é apenas uma das formas de ditadura da burguesia.

"A Democracia é uma criação da burguesia para possibilitar o seu domínio sobre as demais classes sociais."

| Value Label         | Value | Frequency | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|-----------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente | 1     | 134       | 8.6     | 9.3           | 9.3         |
| Concda/Discda Parc. | 2     | 566       | 36.1    | 39.1          | 48.4        |
| Discorda Totalmente | 4     | 701       | 44.8    | 48.4          | 96.8        |
| Sem opinião formada | 5     | 46        | 2.9     | 3.2           | 100.0       |
|                     | 9     | 119       | 7.6     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566      | 100.0   | 100.0         |             |

Valid Cases 1447 Missing Cases 119

Na mesma linha de entendimento, pode-se verificar que a concepção de democracia como valor universal, expressa na afirmação de que "a democracia é o estabelecimento de regras que devem ser respeitadas por todos (já) que ela é um valor independente do tipo de sociedade (socialista ou

capitalista)", recebeu o apoio pleno de 41,4% dos militantes do PT, enquanto teve diminuído para 32,6% o índice dos que declararam concordância ou discordância parcial a ela. No polo oposto, constata-se que foram apenas 15,4% os que a negaram integralmente. Além disto, reduziu-se para 2,2% o total dos que se declararam sem opinião formada. Constata-se, desta forma, que os militantes petistas avançam no que se refere à concepção de democracia, afastando-se das formulações marxistas-leninistas clássicas e aceitando, através de uma maioria expressiva, uma definição mais adequada às características das sociedades complexas contemporâneas.

"A Democracia é o estabelecimento de regras que devem ser respeitadas por todos. Ela é um valor independente do tipo de sociedade (socialista ou capitalista)."

| Value Label         | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente | 1     | 649           | 41.4    | 45.2          | 45.2        |
| Concda/Discda Parc. | 2     | 511           | 32.6    | 35.6          | 80.8        |
| Discorda Totalmente | 4     | 241           | 15.4    | 16.8          | 97.6        |
| Sem opinião formada | 5     | 35            | 2.2     | 2.4           | 100.0       |
|                     | 9     | 130           | 8.3     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566          | 100.0   | 100.0         |             |
| Valid Cases         | 1436  | Missing Cases | 130     |               |             |

Reforçam-se, por fim, as evidências do entendimento da democracia como um objetivo estratégico já definido pelo PT, valor a ser preservado e não mero instrumento para a conquista do poder, quando sua militância expressa uma concordância explícita com a afirmação de que "a Democracia é uma conquista dos movimentos sociais operários e populares, obtida no capitalismo e que deve ser alargada constantemente, como caminho para o Socialismo". Verifica-se aqui, na maioria absoluta mais expressiva registrada na aferição de suas opiniões políticas, a concordância plena de 55,9% dos entrevistados com a afirmação. Reduzem-se para 30,4% os que manifestam dificuldades em se definir sem restrições frente a ela. Apenas 4,9% afirmam-se em discordância total e são somente 1,5% os que declaram não ter opinião formada. De forma nítida, portanto, os militantes petistas indicam que entendem a democracia como uma conquista e como um caminho para a construção do socialismo - mesmo que este socialismo não tenha sido, até aqui, suficientemente definido pelo partido, nem esteja suficientemente claro, para seus próprios militantes, qual será sua feição. Um socialismo democrático, pressupõe-se, a julgar pelas opiniões aqui expressas.

"A Democracia é uma conquista dos movimentos sociais operários e populares, obtida no capitalismo e que deve ser alargada constantemente, como caminho para o Socialismo."

| Value Label         | Value | Frequency | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|---------------------|-------|-----------|---------|---------------|-------------|
| Concorda Plenamente | 1     | 875       | 55.9    | 60.3          | 60.3        |
| Concda/Discda Parc. | 2     | 476       | 30.4    | 32.8          | 93.2        |
| Discorda Totalmente | 4     | 76        | 4.9     | 5.2           | 98.4        |
| Sem opinião formada | 5     | 23        | 1.5     | 1.6           | 100.0       |
|                     | 9     | 116       | 7.4     | MISSING       |             |
| TOTAL               |       | 1566      | 100.0   | 100.0         |             |

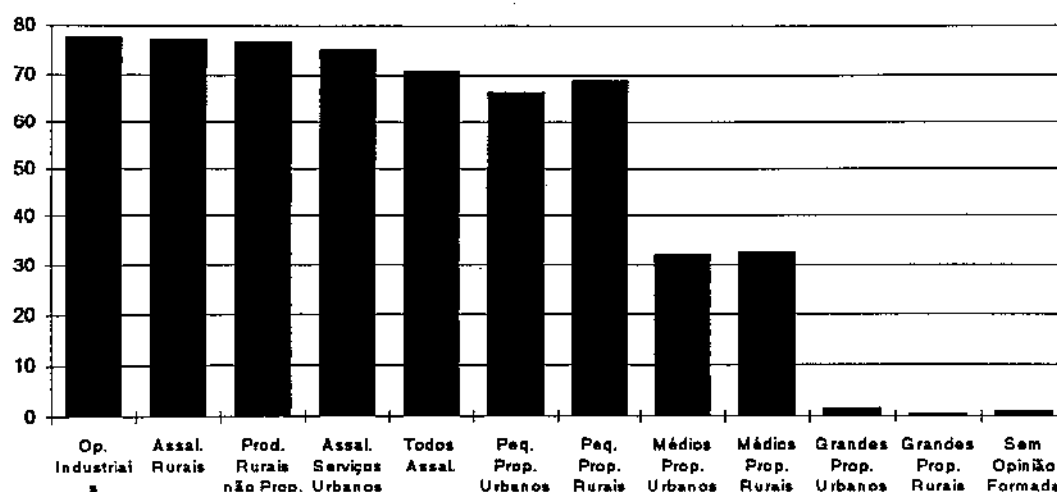
Valid Cases 1450 Missing Cases 116

No que se refere ao conceito de "trabalhadores" dos militantes petistas, registra-se que, de forma semelhante à questão democrática, os posicionamentos tornam-se mais claramente definidos. Questionados sobre "que categorias podem ser incluídas hoje, no Brasil, na definição de "Trabalhadores", os militantes apontaram, através de múltipla escolha em uma lista que lhes foi oferecida, os operários industriais com 77,7% do total, os assalariados rurais com 77,4%, os produtores rurais não proprietários com 76,8%, os assalariados de serviços urbanos com 75,2%, todos os assalariados com 70,8%, os pequenos proprietários rurais com 69%, os pequenos proprietários urbanos com 66,5%, os médios proprietários rurais com 32,4%, os médios proprietários urbanos com 32%, os grandes proprietários urbanos com 1,5% e os grandes proprietários rurais com 0,5%, com apenas 1,1% deixando de responder ou afirmando não ter opinião formada.

**Quem São os Trabalhadores no Brasil Hoje?**  
(múltipla escolha)

| Segmentos Sociais                   | PT Geral |
|-------------------------------------|----------|
| Operários Industriais               | 77,7     |
| Assalariados Rurais                 | 77,4     |
| Produtores Rurais não Proprietários | 76,8     |
| Assalariados de Serviços Urbanos    | 75,2     |
| Todos os Assalariados               | 70,8     |
| Pequenos Proprietários Urbanos      | 66,5     |
| Pequenos Proprietários Rurais       | 69,0     |
| Médios Proprietários Urbanos        | 32,0     |
| Médios Proprietários Rurais         | 32,4     |
| Grandes Proprietários Urbanos       | 1,5      |
| Grandes Proprietários Rurais        | 0,5      |
| Sem Opinião Formada                 | 1,1      |

Quem São os Trabalhadores no Brasil Hoje?

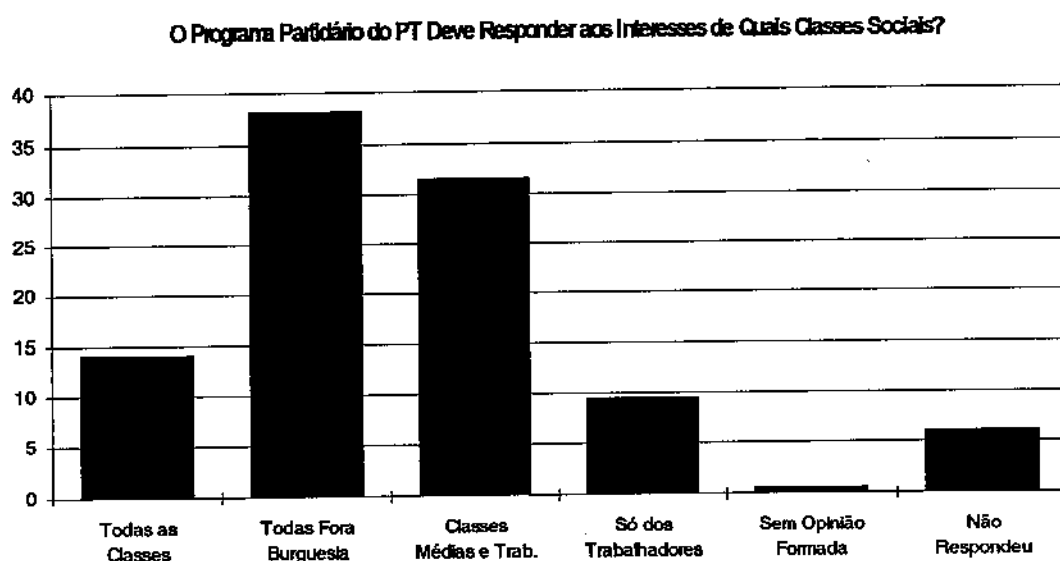


Vê-se, assim, que a concepção petista de "trabalhadores", na ótica da militância do partido, é bastante ampla, nada semelhante ao conceito clássico do proletariado. Nela se inclui, tal como na própria composição do partido, desde os trabalhadores rurais sem terra e o conjunto dos segmentos sociais assalariados independentemente dos ramos ou setores de suas atividades, contemplados todos com mais de 70% na pesquisa, até os pequenos proprietários rurais e urbanos, identificados também como trabalhadores por mais de 2/3 dos entrevistados. A rigor, portanto, apenas os grandes proprietários, rurais ou urbanos, são excluídos da categoria de trabalhadores, conforme o entendimento da grande maioria da militância petista.

Não chega a ser surpreendente, por fim, diante da composição social do PT e diante da definição de trabalhadores que se infere das respostas acima, que sua militância aponte como tarefa partidária a construção de um projeto político-societário que se proponha a responder aos interesses de segmentos sociais amplos, bem mais abrangentes do que o proletariado clássico, ou ainda dos assalariados ou dos trabalhadores diretos do setor produtivo. Indagados sobre esta questão, apenas 9,5% deles restringiram a amplitude desejada do programa partidário à defesa dos anseios sociais dos "trabalhadores diretos". Numa perspectiva abrangente, 31,6% responderam que o programa partidário deve se voltar para os interesses também das "classes médias", sendo que 14,1% o estenderiam à "todas as classes" sociais. Marcando, no entanto, a independência classista 38,2% excluíram, como missão partidária petista, a busca da defesa dos interesses da "burguesia". Atinge 69,8% do total de sua militância os que entendem que o PT deve se voltar para a construção de um projeto social e político amplo, que vise a satisfação de interesses de segmentos sociais variados, contra apenas 9,5% que se colocam numa perspectiva restritiva, entendendo que o partido deve se limitar à defesa da classe operária.

# O Programa Partidário do PT deve responder aos Interesses de Quais Classes Sociais?

| Value Label          | Value | Frequency     | Percent | Valid Percent | Cum Percent |
|----------------------|-------|---------------|---------|---------------|-------------|
| Todas as classes     | 1     | 221           | 14.1    | 15.0          | 15.0        |
| Todas fora burgues.  | 2     | 598           | 38.2    | 40.7          | 55.7        |
| Clas. Médias e Trab. | 3     | 495           | 31.6    | 33.7          | 89.3        |
| Só de trabalhadores  | 4     | 148           | 9.5     | 10.1          | 99.4        |
| Sem opinião formada  | 5     | 9             | .6      | .6            | 100.0       |
|                      | 9     | 95            | 6.1     | MISSING       |             |
|                      |       | TOTAL         | 1566    | 100.0         | 100.0       |
| Valid Cases          | 1471  | Missing Cases | 95      |               |             |



## 4.1.3. Em Resumo

Analizadas em seu conjunto, as opiniões dos militantes petistas permitem que se afirme que a indecisão e a indefinição, constatadas notadamente quanto às questões da propriedade dos meios de produção e do Estado, indicam uma discordância manifesta diante dos posicionamentos tradicionais, que passam a ser refutados, ao menos parcialmente, mas ao mesmo tempo, a ausência de alternativas novas já delineadas, a ponto de poderem ser aceitas sem restrições. Esta situação caracteriza um processo de transição entre as formulações socialistas clássicas, sejam elas comunistas ou social-democratas, e outras mais adequadas à realidade da sociedade em que vivem. Nesse processo, a concepção de democracia e o conceito de "classe trabalhadora" dos militantes petistas surgem como temas melhor definidos. Os militantes concebem a si próprios e a seu partido como socialistas democráticos. Entendem que a democracia é um valor que deve ser preservado, vêem-na como uma conquista que deve ser mantida e alargada e, por isto, consideram-na como um caminho para a

construção do socialismo que almejam. Entendem, ainda, que a classe trabalhadora no Brasil hoje e a ser representada pelo PT é composta por um amplo bloco que inclui desde os operários industriais até os assalariados em geral e os pequenos proprietários urbanos e rurais.

#### **4.2. A Trajetória do Projeto Político Petista - 1979 a 1991**

Crítico das propostas socialistas existentes e já em crise na época de sua fundação, o PT definiu-se, não obstante estes fatos, como um partido classista que, tendo o socialismo como referência, propunha-se a organizar politicamente as massas trabalhadoras no país, com vistas à construção de um socialismo adequado às condições da sociedade brasileira. Partido original no que se refere à composição de sua base social de sustentação, como já se demonstrou nos capítulos precedentes, o PT tem obtido êxito, sem dúvida, na realização de seu objetivo inicial, qual seja o de organizar politicamente segmentos sociais brasileiros ligados ao universo do trabalho.

Qual socialismo é esse, entretanto, que o PT se propõe a construir e que constitui seu objetivo estratégico, nunca suficientemente definido, não obstante presente, ainda que de forma implícita, desde o lançamento da idéia de sua fundação? Quem são os sujeitos sociais apontados pelo partido como responsáveis pela construção desse socialismo? Quem são seus adversários neste intento? Qual é o caminho que o partido entende necessário trilhar para atingi-lo? Através de quais posicionamentos e proposições políticas o PT inova, revelando-se um partido contemporâneo a sua sociedade e seu tempo? Onde ele se revela defasado, apegado a posicionamentos e proposições políticas antigas, formuladas para momentos e para situações diversas das atravessadas pela sociedade brasileira no momento presente?

Mais do que a indefinição, já explicitada na seção anterior através da análise das opiniões políticas de militantes e dirigentes petistas, a marca do PT é a da tensão entre concepções políticas. Há, permanentemente instalada em seu interior, uma tensão entre posicionamentos antigos e novos, que fazem com que o partido oscile, num movimento pendular, ora para posturas inovadoras, ora para posturas tradicionais. Ainda que, à primeira vista, isto possa dar ao PT uma aparência de ambigüidade, na verdade, é esta tensão que, somada à composição diversificada de sua base social de sustentação, fazem dele um partido um contemporâneo à sociedade brasileira atual.

Com o objetivo de demonstrar esta afirmação, analisa-se aqui a trajetória descrita pelo PT no rumo da definição de temas fundamentais para a constituição de seu projeto político. Acompanham-se doze anos de existência do partido, desde o lançamento público de sua proposta, em 1979, até a realização de seu 1º Congresso, em 1991. Verifica-se, assim, o processo de constituição e transformação de seu projeto político-societário, desde sua gestação até o momento em que o peso de sua presença no cenário político do país, na conjuntura de crise internacional do projeto socialista, levaram-no a redefinir suas proposições iniciais.

Para a realização desta tarefa, selecionou-se uma série de documentos oficiais petistas, representativos dos momentos mais significativos da vida partidária<sup>162</sup>. Desta maneira, a análise inicia-se com documentos divulgados na fase da pré-fundação do PT, detém-se nos de sua fundação, em 1980, passa pelos de seu V Encontro Nacional, em 1987, (considerado por muitos dirigentes partidários como um momento de "re-fundação do partido"<sup>163</sup>, tal a profundidade das definições alcançadas naquele momento), e, a partir desta data, se estende pelos documentos do VI e VII Encontros Nacionais, realizados em 1989 e 1990, (momentos, respectivamente, do lançamento da candidatura de Lula à Presidência da República e da avaliação de sua derrota), e se encerra com os do 1º Congresso<sup>164</sup>.

Refletindo as variações de conjuntura dos momentos em que foram elaborados, os documentos aqui analisados expressam, de maneira profunda, a tensão que caracteriza o PT. Concepções políticas diversas se fazem presentes no interior do partido, em todo o período analisado, com pesos diferenciados segundo o momento conjuntural, mas sem que o crescimento de uma delas implique na eliminação da outra. Desta forma, se por um lado é possível observar uma tendência ao crescimento das formulações que têm como eixo a democracia, numa relação direta com o fortalecimento e a institucionalização do partido, revelando um movimento em direção ao novo, por outro, observa-se a permanência de concepções políticas voltadas para a ruptura revolucionária da institucionalidade existente, numa reafirmação de posturas tradicionais na esquerda.

---

<sup>162</sup> Os posicionamentos das diversas facções do PT não são considerados aqui. Denominadas no jargão petista com "tendências internas", seu direito de existência e legitimidade foi reconhecido oficialmente pelo partido em 1987, embora já existissem de fato desde o movimento pela fundação do PT. De composição diferenciada, abrigando ideologias diversas, desde leninistas e trotskistas até religiosas, elas se constituem, se fundem e se extinguem com grande rapidez, ao sabor das disputas internas e das conjunturas partidária, nacional e até internacional. Azevedo indica inclusive, que os mesmos grupos (como, por exemplo, os sindicalistas e lideranças dos movimentos populares) podem abrigar concepções diversas como as leninistas e social-democratas. A preocupação desta análise não é a de verificar os avanços e/ou recuos de tais ou quais parcelas no interior do partido e nas formulações petistas. O que se procura verificar aqui é a trajetória do partido como um todo, procurando entender o projeto coletivo que ele formula. Analisam-se, assim, apenas documentos oficiais do partido, que são resultantes, sem dúvida, do entrelaço de posições assumidas por facções ideológicas diversas, mas que expressam, em sua forma final, a elaboração coletiva do partido. Veja-se, para as concepções políticas internas no PT, AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Opus cit.*

<sup>163</sup> Esta expressão foi usada por Wladimir Pomar, integrante em várias gestões da direção nacional do PT e coordenador geral da campanha presidencial de Lula em 1989, para se referir às deliberações do V Encontro Nacional do PT.

<sup>164</sup> Com o propósito de possibilitar ao leitor o acompanhamento de passagens essenciais dos documentos que indicam a trajetória dos temas aqui analisados, optou-se por inserir transcrições mais extensas dos textos partidários, e não pela técnica de apresentar recortes de pequenas passagens comprobatórias das interpretações do autor. Através deste procedimento, espera-se ter garantido uma maior fidelidade aos textos e, além disto, a possibilidade de nova interpretação que o leitor considere mais conveniente.

#### 4.2.1. - Os Sujeitos Políticos Reconhecidos pelo PT

A tensão constantemente instalada no PT pode ser verificada desde os documentos de sua fase pré-fundacional, quando a proposta do partido, lançada em um congresso de dirigentes sindicais metalúrgicos em Lins (SP)<sup>165</sup>, foi adotada por uma articulação de composição social e ideológica diferenciada, na qual se incluíam dirigentes e ativistas de sindicatos operários e de associações profissionais de segmentos sociais médios, de movimentos sociais e religiosos, intelectuais independentes e militantes de grupos políticos de esquerda - muitos deles dissidentes dos partidos comunistas e ex-militantes de movimentos da resistência armada à ditadura.

Através do Movimento Pró-PT, esta articulação lançou documentos através dos quais foi divulgada publicamente a idéia da fundação do Partido dos Trabalhadores. Destes documentos, selecionaram-se aqui três para a análise: a Carta de Princípios, datada de 1º de maio de 1979, a Declaração Política de São Bernardo, de 13 de outubro de 1979, e os Pontos para a Elaboração do Programa do PT, este último aprovado na reunião nacional de fundação do partido, em 10 de fevereiro de 1979, e elaborado sob a responsabilidade da Comissão Nacional Provisória do PT.

Ainda que não possam ser considerados, a rigor, documentos oficiais do partido, posto que foram redigidos antes de sua fundação oficial, estes três documentos foram incorporados à análise porque foram concebidos com objetivos que incluíam, além da divulgação da proposta do PT e a conquista de novos adeptos, também a construção de uma marca distintiva através da qual se pudesse identificar, desde o momento de sua concepção, o partido que então se propunha e se lançava.

De responsabilidade da direção e, assim, não submetidos à apreciação prévia e à deliberação das instâncias de base do partido, estes documentos já explicitam a tensão que marcará o PT durante toda sua existência. O conflito entre o novo e o velho, entre o moderno e o arcaico, em termos políticos, - característico também, em termos gerais, da sociedade brasileira contemporânea e de sua forma de inserção original no rol das nações capitalistas desenvolvidas - já se manifesta desde o momento do lançamento do PT.

Divulgada num Dia Internacional do Trabalhador, a Carta de Princípios explicita, pela própria escolha da data de sua distribuição, a intenção de propagandear o novo partido para um público militante sindical. É colocando-se na ótica dos dirigentes sindicais que, inclusive, os autores ("nós dirigentes sindicais ... lançadores do PT"), apresentam o partido.

---

<sup>165</sup> A idéia da fundação de um partido de trabalhadores foi tema de diversas reuniões de sindicalistas ao longo do ano de 1978, quando, à margem da legislação vigente, se articulava uma Frente Intersindical nacional. Segundo Gadotti e Pereira, "no dia 11 de dezembro do mesmo ano (1978), na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula lançou a idéia da fundação de um Partido dos Trabalhadores, numa reunião com doze líderes sindicais ... No dia 24 de janeiro de 1979, sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), aprovaram a tese já elaborada pelos metalúrgicos de Santo André sobre a necessidade de criação de um Partido dos Trabalhadores.". Veja-se GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT - origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 28.

A perspectiva classista do partido é revelada na própria frase que inicia o documento: "A idéia da formação de um partido só<sup>166</sup> dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.". Esta postura é mantida em todo o documento, sendo reforçada no parágrafo seguinte, onde se afirma que "numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e os oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.".

Coloca-se, assim, inicialmente a questão: quem é a classe trabalhadora - chamada, neste documento, também de "população trabalhadora" e "massas trabalhadoras" - que deve se organizar à parte? Páginas adiante, o documento responde a este questionamento, afirmando: "Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.". Com esta afirmação, o partido assume uma concepção mais ampla de classe trabalhadora, na qual se incluem trabalhadores envolvidos na produção de mercadorias materiais e imateriais.

Quatro parágrafos à frente, no entanto, esta concepção mais ampla é restringida, com a hierarquização dos componentes da classe trabalhadora: "O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores - bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. - que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas, e por participação política.".

Pode-se perceber, assim, que através de movimentos de expansão e de contração, como diástoles e sístoles, amplia-se e restringe-se, num mesmo documento, a concepção classista do partido. Nos momentos de diástole, em expansão, incluem-se na definição de trabalhadores - nos termos do texto acima - até mesmo setores não assalariados, como os profissionais liberais, demonstrando uma sintonia mais afinada com a composição da sociedade brasileira contemporânea. Nos momentos de sístole, em contração, proclama-se uma parte da classe trabalhadora - o operariado - como a vanguarda de toda a população explorada, indicando a permanência de uma concepção classista e partidária ainda ligada às formulações marxistas-leninistas.

Fica-se sem saber, portanto, quem exatamente compõe a classe trabalhadora para o PT, se os assalariados em geral, se os assalariados mas, mais especificamente, a classe operária, ou se, inclusive, setores não assalariados. Desta forma, torna-se mais difícil a tarefa de identificar com precisão quais sejam seus aliados. São os adversários os mais nitidamente apresentados, revelando que, naquele momento, o PT reconhecia mais claramente seus inimigos do que aqueles que se aliavam a ele ou até mesmo se postavam em suas fileiras. Apontam-se, assim, como integrando um grande conjunto denominado como as "classes dominantes", os "patrões e o governo" autoritário daquele momento, as "elites políticas" do país, o "empresariado brasileiro" e o "capital monopolista" nacional e internacional.

---

<sup>166</sup> Durante toda a presente seção os textos grafados em **negrito** indicarão destaques feitos por mim e os grafados em *italico* indicarão destaques presentes nos próprios documentos.

Desta maneira, pode-se perceber que o documento apresenta uma concepção de inimigo de classe nova na esquerda do país, que lembra a formulação adotada por partidos comunistas europeus no pós-45 e que difere da do PCB, que centrava sua luta contra o imperialismo e procurava preservar de seus ataques a burguesia nacional. Nesta ótica, o documento proclama que "o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras.". Ou, de forma ainda mais explícita, que "O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!"<sup>167</sup>.

A oscilação e a certa ambigüidade, já apontadas anteriormente, no que se refere à classe trabalhadora, não impedem, entretanto, que se tome clara a intenção maior que orienta o documento, que é a de propor a construção de um partido que, pela primeira vez no país, assegure a organização autônoma e independente de classe, seja ela, fundamentalmente, a operária - numa formulação política mais tradicional -, apesar de minoritária no Brasil e nos demais países capitalistas de desenvolvimento avançado, seja ela composta pelos trabalhadores em sentido amplo, em cuja definição se incluem até mesmo segmentos não assalariados, mas vinculados ao mundo do trabalho.

Na Declaração Política, redigida com a intenção explícita de "dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política", o Movimento Pró-PT, não obstante reafirme a perspectiva classista sob a qual analisa a realidade do país e a disposição de construir um partido que assegure a representação independente de classe, deixa de fazer referência aos operários como centro ou como vanguarda da classe trabalhadora.

A postura classista do documento é ampla, incluindo setores não necessariamente assalariados, e voltada, sem dúvida, para a expansão das bases sociais de sustentação do novo partido. Assim, além do movimento sindical, o texto se refere aos movimentos sociais de forma abrangente, indicando-os também como as bases das quais o partido nascia e sobre as quais pretendia se construir: "A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende, das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos Movimentos Contra a Carestia às Associações de Moradores, do Movimento Estudantil e de Intelectuais às Associações Profissionais; do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas."

A maior amplitude e diversidade do contingente social a ser representado pelo PT expressa-se, neste documento, através da utilização de conceitos abrangentes, como os grifados nas passagens citadas a seguir. Afirmando que a "idéia do PT (...) surgiu (...) como uma necessidade de: - criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo; construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais (...) e, finalmente, se conquistar a política como atividade própria das massas populares (...)", o documento informa que "(...) o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política.". E, fechando o parágrafo, inclui entre estes setores citados "ademais dos setores que atualmente [o] apoiam, alguns parlamentares

<sup>167</sup> Em maiúsculas no original.

do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da igreja mais comprometidos com a libertação social.<sup>168</sup>

O documento intitulado Pontos para a Elaboração do Programa do PT é, em si, uma inovação importante no cenário da esquerda nacional. Marcando o caráter da democracia interna do partido, inovando neste cenário, o documento é apresentado como uma "sugestão" oferecida pela direção nacional para "abrir a discussão", que deveria ser "pública" e para a qual deveriam "ser convidados todos os interessados, estejam ou não dispostos a se integrarem no PT."

O documento em questão avança na conceituação dos sujeitos políticos do partido, ou seja, daqueles cujos interesses o partido pretende representar. Nele se lê que "O programa do PT deverá revelar o que é e o que pretende ser o PT, como expressão política dos *interesses dos trabalhadores*. Deverá ter como centro os *interesses comuns*<sup>169</sup> dos trabalhadores de diferentes condições e locais: assalariados, produtores autônomos, trabalhadores domésticos, desempregados, aposentados, sejam eles homens ou mulheres, da cidade ou do campo."

A especificação do conceito de "trabalhadores" sofre, aqui, uma nova ampliação, apontando mais firmemente na direção do novo no campo social a constituir-se como base da esquerda. Colocam-se no centro do Programa os interesses comuns de trabalhadores de diferentes condições e locais de trabalho, assalariados ou produtores autônomos, o que indica a possibilidade da constituição de um campo social que, além de mais amplo, seja também socialmente diversificado.

Páginas adiante, quando trata da questão agrária, o documento afirma que "deve-se deixar clara a *identidade de interesses* (e não apenas 'aliança') entre trabalhadores urbanos e rurais" - estes últimos compostos por "assalariados ou pequenos produtores"-, com o que a diversidade social dos "trabalhadores" é reconhecida de forma mais abrangente do que a dos partidos socialistas tradicionais, comunistas ou social-democratas, que sempre entenderam os trabalhadores rurais, ou ao menos os camponeses, como aliados dos operários, como, por exemplo, na célebre "aliança operário-camponesa" defendida por Lenin<sup>170</sup>.

No Manifesto do Partido dos Trabalhadores, aprovado na reunião de fundação e incorporado formalmente como um documento oficial, a linha de ampliação do contingente representado pelo partido se mantém. Nele, o PT se apresenta como um partido nascido das "lutas sociais" desenvolvidas no país, "após prolongada e dura resistência democrática", envolvendo os "operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores

<sup>168</sup> Sempre que ocorrer uma inclusão de palavras feita por mim nos textos transcritos, ela aparecerá entre colchetes [ ]. Quando aparecerem parênteses num texto transcrito, eles corresponderão ao original.

<sup>169</sup> Sempre que grafados com *itálico-negrito*, o destaque é duplo: tanto meu quanto do próprio documento.

<sup>170</sup> Lenin, na verdade, entendia que os assalariados rurais integravam o proletariado, ou seja, faziam parte do centro político constituído pela classe operária. Reforçando o caráter pendular das formulações petistas, nas Resoluções do V Encontro Nacional do partido, analisadas adiante, encontrar-se-á uma formulação restritiva, nitidamente leninista, onde se lê: "Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário (...).".

autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados (...).".

Partindo da consideração de que "começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador", o documento afirma que o PT se propõe como um "partido de massas", que "nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas (...); que ele "nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares" e que "pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista.". Os conceitos abrangentes, grifados no trecho, que, ao contrário de especificar e hierarquizar segmentos, buscam aumentar o contingente representado pelo PT, confirmam o movimento de ampliação até aqui referido.

Esta é a postura assumida também no Programa do Partido dos Trabalhadores. Ali o PT é definido como um "(...) Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo", colocando-se, ainda, "como proposta de um partido de massas de amplo alcance social.". Desta forma, os sujeitos reconhecidos e apontados como sendo os que o partido se propõe a representar são, em todo o documento, referidos como os "trabalhadores" e apresentados de formas variadas, que são, sempre, amplas: os "trabalhadores oprimidos", os "trabalhadores brasileiros", os "muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com seu trabalho.".

O parágrafo que encerra a primeira parte do documento, antes da exposição do Plano de Ação do PT, permite que se apreenda toda a abrangência do conceito de trabalhador utilizado pelo partido naquele momento: "No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.".

A amplitude do leque de trabalhadores - produtores de mercadorias materiais e imateriais, braçais ou especializados, assalariados ou autônomos - confirma-se com a inclusão explícita no campo petista dos movimentos sociais de cunho cultural e comportamental, que extrapolam o universo do trabalho e o plano exclusivamente econômico. Sem dúvida, esta é uma inovação modernizadora que colocou o PT à frente até mesmo dos partidos socialistas de massa europeus, entre os quais se pode citar o social-democrata alemão e o PC Italiano, que só incorporaram, de fato, preocupações desta natureza ao seu ideário na segunda metade dos anos 80.

O PT já colocava, em 1980, estes temas no próprio Programa do partido: "O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem como a questão

do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão." Desta forma, mais do que a mera solidariedade expressa na abertura do trecho citado, há a incorporação do conjunto dos discriminados, com o mesmo peso atribuído aos trabalhadores, no rol dos sujeitos sociais para os quais o partido se voltava.

Sete anos após a fundação do partido, a postura de ampliação presente nos documentos oficiais daquele momento passou a ser restringida, através dos posicionamentos assumidos pelo PT em seu V Encontro Nacional<sup>171</sup>. Apresentado pela direção partidária da época como "marco na história da construção do PT como partido de classe e de massas, democrático e socialista", aquele Encontro representa, na verdade, através das Resoluções Políticas ali aprovadas, um momento de retomada e explicitação de posições que já haviam exercido forte influência sobre as formulações do partido no período de sua pré-fundação.

O peso crescente da presença do PT na conjuntura política do país, que se manifestava inclusive no plano institucional, com a eleição de uma bancada significativa de deputados estaduais e federais<sup>172</sup> e com sua participação na Constituinte então em curso, aliado ao desgaste do governo Sarney, apresentado como "o elo fraco da transição burguesa" e entendido como em decomposição, fez com que o PT concluísse que se atravessava "uma grave crise de Governo", passível de se transformar "numa crise de regime com consequências imprevisíveis".

Diante deste quadro, o partido viu-se, pela primeira vez desde sua constituição, frente à possibilidade de se apresentar como uma alternativa real de governo. Ainda que a crise apontada não fosse entendida como uma "crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário", vivia-se a "crise da transição conservadora" que abria, na interpretação do partido, a possibilidade de se desenvolver uma "política de acúmulo de forças" que viabilizasse um governo democrático-popular, capaz de criar "as condições para as transformações socialistas".

Colocava-se, então, a necessidade de o partido se definir com maior clareza frente a temas políticos fundamentais para a construção de seu projeto de sociedade e que não tinham, até ali, sido enfrentados com a firmeza julgada necessária. Centrando-se a análise, aqui, nos sujeitos políticos reconhecidos pelo PT<sup>173</sup>, deve-se destacar que a maior precisão buscada representou, no que diz respeito à concepção de trabalhadores, um novo estreitamento nas formulações petistas, maior do que o verificado na Carta de Princípios.

<sup>171</sup> Realizado em Brasília nos dias 04, 05 e 06 de dezembro de 1987.

<sup>172</sup> De 8 deputados federais e 13 estaduais eleitos em 1982, o PT aumentara suas bancadas na eleição de 1986 para 16 deputados federais e 33 estaduais, dobrando portanto a de estaduais e mais do que dobrando a de federais. Além disto, em 1985, tinha eleito seu primeiro prefeito de capital estadual, em Fortaleza, Ceará.

<sup>173</sup> As questões do socialismo e do caminho para sua construção, ou seja, do objetivo estratégico definido pelo PT e da forma de alcançá-lo, onde se inclui a análise da visão oficial petista relativa ao Estado e à democracia, serão tratadas adiante. Aqui, faz-se referências a elas apenas na medida que se julga suficiente para o entendimento das formulações partidárias a respeito do tema das classes sociais.

Definindo-se pela primeira vez de forma explícita como um partido socialista e, ao mesmo tempo, apresentando-se como um "partido de classe e de massas", através das Resoluções Políticas aprovadas no V Encontro Nacional, o PT retomou, com ênfase, as posições leninistas. No capítulo denominado A Política de Alianças do PT, no tópico Alianças Estratégicas: A Frente Democrática e Popular, o proletariado é referido como a "força principal do processo de transformação para o socialismo", tendo no operariado industrial "o seu setor mais importante", vale dizer, o centro<sup>174</sup> e a direção do "processo revolucionário". No mesmo parágrafo do texto, os "camponeses pobres e os assalariados urbanos" são apontados como "os principais aliados do proletário". A "camada semi-proletarizada e marginalizada do mercado de trabalho e de consumo" e a "intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários", por sua vez, são entendidos como segmentos sociais passíveis de serem "atraídos para o bloco revolucionário"<sup>175</sup>.

A amplitude dos documentos oficiais de fundação do partido é negada aqui, portanto, com a retomada de formulações que, inclusive, já haviam sido explicitamente refutadas, como a concepção dos trabalhadores rurais como "apenas" aliados dos trabalhadores urbanos<sup>176</sup>. No documento em análise, chega-se a uma hierarquização tal do amplo contingente anteriormente denominado de trabalhadores que até mesmo os assalariados urbanos (não produtores de mercadorias materiais, entenda-se) e a intelectualidade (entendam-se os profissionais liberais e os assalariados que desempenham funções intelectuais que exijam formação de nível superior), assim como os pequenos produtores, antes igualmente reconhecidos como trabalhadores, são apontados agora em sua diversidade e apresentados como parcelas aliadas ou a serem atraídas para o conjunto de setores definido pelo V Encontro como "o bloco revolucionário"<sup>177</sup>.

Em páginas anteriores, no entanto, no capítulo As Táticas do PT, o documento apresenta uma análise da realidade brasileira e do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, em que é possível perceber o entendimento do partido a respeito das condições econômicas e sociais do país, em sua diversidade face às condições que deram base à concepção leninista das classes sociais e da tarefa revolucionária do proletariado. Pode-se ler ali que, "O capitalismo viveu no Brasil um período de

<sup>174</sup> A formulação do operariado como centro político da classe trabalhadora é apresentada explicitamente no seguinte trecho que abre o item A Política de Aliança que propomos: "O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado(...)." (grifo meu).

<sup>175</sup> A formulação integral do texto é a que se segue: "O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado para dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos como a camada semi-proletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e consumo, que tem características explosivas de manifestação precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários. "

<sup>176</sup> Veja-se o documento Pontos para a Elaboração do Programa, analisado anteriormente.

<sup>177</sup> No momento da fundação do PT, a preocupação central era o crescimento do partido, de suas bases sociais, enquanto agora o central é a definição de sujeitos para as políticas de médio e longo prazo.

acelerada expansão nas últimas décadas. Desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais<sup>178</sup>."

Segundo o documento, no tópico intitulado As Classes Sociais, "esse modelo de expansão" produziu "uma massa de assalariados heterogênea" na qual se inclui um "setor operário industrial e agrícola" que é apenas "relativamente numeroso e concentrado", ao lado do qual existe um "setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro", este sim "extenso e numeroso"; a "massa de assalariados heterogênea" é integrada também por "novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muito qualificados e com rendimentos consideráveis" e, ainda, por "um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo."<sup>179</sup>

O texto deixa claro, portanto, que o partido compreendia que as profundas alterações provocadas na estrutura social brasileira, em decorrência do desenvolvimento recente do capitalismo no país, provocara a diminuição relativa do segmento operário e o crescimento de novas parcelas assalariadas que, mais numerosas que o primeiro, tendiam, contrariando a concepção socialista-marxista clássica e acompanhando o sentido do desenvolvimento mundial, a se tornarem maioria social também no Brasil.

Além disto, embora a formulação rígida do trecho relativo às alianças estratégicas o negue, a referência à "massa de assalariados heterogênea", especificada em setores diversos, indica o reconhecimento, pelo partido, de que este contingente, apesar de sua diversidade interna, compõe um bloco social único. Pode-se perceber, assim, que os movimentos em sentidos opostos, típicos das sístoles e diástoles petistas, se manifestam aqui no interior de um mesmo documento, levando à conclusão de que a tensão entre concepções políticas tradicionais e modernas são inerentes ao próprio caráter do partido<sup>180</sup>, compondo o que talvez se possa denominar de seu *ethos* próprio.

---

<sup>178</sup> O texto prossegue afirmando: "Esse crescimento, contudo, deu-se através da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes. Além disto, acentuou algumas desigualdades históricas no País, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões sul e centro sul. Nas demais regiões, a produção industrial se encontra relativamente dispersa em pequenas e médias empresas; a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e bens industriais. Isto vale igualmente para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais."

<sup>179</sup> Segue, na íntegra, o trecho do documento sobre a questão: "Esse modelo de expansão produziu uma massa de assalariados heterogênea, integrada por um setor operário industrial e agrícola relativamente numeroso e concentrado, por um extenso e numeroso setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro; por novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muitos qualificados e com rendimentos consideráveis; bem como por um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo."

<sup>180</sup> E, inclusive, aos próprios grupos (sindicalistas, intelectuais, de movimentos populares, de mulheres etc.) que integram o partido, conforme Azevedo.

Neste rumo, o documento prossegue informando, no parágrafo seguinte, que "Paralelamente [à criação desses setores assalariados diversificados referidos acima], a expansão capitalista no Brasil deu origem a um vasto setor de pequenos proprietários e produtores que são ao mesmo tempo proprietários de meios de produção e trabalhadores. Normalmente designados pelos nomes de pequena burguesia ou de setores médios; este setor possui grande importância política e social, incluindo o pequeno produtor agrícola, o trabalhador autônomo, o pequeno proprietário urbano, o profissional liberal qualificado, etc."

Reconhecia-se, portanto, tal como se fizera nos documentos fundacionais do partido, numa ótica ampliadora, que o setor de pequenos proprietários e produtores, além de amplo no Brasil contemporâneo, integra o bloco dos trabalhadores, pois que são, ao mesmo tempo, proprietários de meios de produção e trabalhadores. Sua importância política e social, minimizada no trecho referente à composição do bloco revolucionário, mas já reconhecida nos documentos iniciais do partido<sup>181</sup>, é novamente ressaltada aqui.

Reafirmando consideração já apresentada na análise dos documentos fundacionais sobre a dificuldade do PT em definir de forma clara os sujeitos políticos que se propõe representar e, ainda, seus aliados e, por outro lado, a facilidade em nominar seus adversários, o tópico do documento do V Encontro sobre as classes sociais aponta com clareza a percepção petista a respeito da posição social da burguesia e de seu papel na sociedade brasileira contemporânea, afirmando que "a burguesia, grande beneficiária do crescimento econômico, fortaleceu-se nas últimas décadas. Isso se deu em particular com seu setor monopolista, vinculado à indústria de exportação e ao capital financeiro". Ou conforme outra passagem: "(...) [a] burguesia (...) é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo."

No V Encontro, numa conjuntura de crise política e econômica aguda no país, antevendo a possibilidade de tornar-se uma opção real de governo, o PT definira-se clara e explicitamente como um partido socialista. Crítico dos modelos socialistas existentes, mas na ausência de formulações alternativas suficientemente elaboradas e amadurecidas, o partido reafirmou aquela que se encontrava enraizada na maior parte da esquerda brasileira de tradição marxista.

Buscou, assim, em Lenin, mas especialmente em Gramsci, possíveis respostas para as questões que se lhe colocavam naquele momento. Reconhecendo que a sociedade brasileira se tornara complexa e diversificada, diferente da enfrentada por Lenin, recorreu às formulações gramscianas do bloco histórico, do acúmulo de forças e da hegemonia de classe para tentar encontrar um sujeito político apto, nas condições contemporâneas do país, para conduzir e tornar viável seu projeto transformador. Da tentativa de adaptação das formulações originais daqueles autores à realidade do país, adveio sua proposta de um bloco revolucionário que, mesmo sob a direção de um segmento social minoritário na sociedade brasileira - o operariado industrial - (mas que, afinal, era o agente

---

<sup>181</sup> Por documentos iniciais do partido, quer se referir aqui aos documentos da fase pré-fundacional e os da fundação do PT.

historicamente reconhecido das transformações socialistas), pudesse tornar possível acumular forças para a grande ruptura revolucionária que instalaria o socialismo no país.

A preocupação em definir os rumos da transformação socialista é tal, que subordina a ela a redefinição de peso e posição de todos os sujeitos sociais outrora apontados, sem hierarquização, como integrando o amplo campo dos trabalhadores representados pelo PT. Desta forma, os diversos movimentos sociais, reconhecidos em suas especificidades nos documentos de fundação do PT, são agora valorizados apenas enquanto forças políticas que são integradas ao "projeto político proletário".

É deste modo que o texto se refere a eles: "O Projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia (...). Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais que procuram responder às agressões do capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente (...). A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvazia-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa."

No VI Encontro Nacional do PT<sup>182</sup> lançou-se oficialmente a candidatura Lula à Presidência da República. O crescimento institucional do partido nas eleições de 1988<sup>183</sup> e o aprofundamento do desgaste do governo Sarney firmaram a convicção do acerto das análises do Encontro anterior, referentes à política de alianças e de acúmulo de forças, com vistas à construção de um governo democrático-popular. Reafirmaram-se, assim, *in totum*, as deliberações do V Encontro e, a partir delas, aprofundou-se a análise da conjuntura em curso. As tarefas prioritárias enfrentadas foram as de definição das linhas da campanha eleitoral à Presidência e, ainda, as de estabelecimento das diretrizes e das bases do plano de ação de governo a ser implementado com uma possível vitória do candidato petista.

Desta forma, voltado para a viabilização política da candidatura colocada pelo partido, o documento limita-se a afirmar, no item A Quem Serve o Governo Democrático e Popular do PT, que: "Um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade", sem apontar um segmento que se constitua em um centro político-social reconhecido pelo partido e sem definir quem compõe estas "camadas médias", agora referidas. Na redação dúbia da frase, torna-se, difícil saber se a intenção é a de apresentar uma somatória de segmentos sociais para os quais o governo proposto deveria voltar prioritariamente sua atenção, ou se algum destes segmentos sintetizaria o conjunto dos demais, como por exemplo, o conceito de "interesses populares".

---

<sup>182</sup> Realizado em São Paulo durante os dias 16, 17 e 18 de julho de 1989.

<sup>183</sup> O PT elegeu Prefeitos em 36 municípios, incluindo 3 capitais estaduais, e mais de mil vereadores em todo o país nas eleições de 1988.

Assim, ainda que o movimento pendular realizado por este documento possa ser definido como de contração, por reduzir a amplitude da concepção de trabalhadores, ao reafirmar os princípios restritos estabelecidos no V E. N., as Resoluções do VI Encontro, em função da conjuntura político-eleitoral e da intenção de ampliar as bases sociais de sustentação do candidato do partido, acabam por manter a tensão entre concepções restritivas e ampliadoras no interior do PT.

Quanto aos adversários principais, o documento é, como sempre, mais preciso, discriminando, no mesmo item referido acima<sup>184</sup>, "os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados associados à burocracia civil e militar que controlam o estado brasileiro.". São, como se vê, os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais e seus aliados, os inimigos reconhecidos pelo PT.

Desta forma, ainda que não assumido pelo partido nesse momento, pode-se observar o espaço entreaberto para o acesso às fileiras partidárias de todos os segmentos sociais, mesmo detentores de capital, cujos interesses se contraponham aos do grande capital. Abertura, aliás, já expressa no documento do V Encontro que, no texto de introdução, aponta a existência de conflitos de interesses entre os "micros, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos (...) contra a grande burguesia". O documento propõe, então, uma "correta política de alianças".

Foi no VII Encontro Nacional<sup>185</sup>, porém, que o PT revelou um avanço efetivo no sentido da ampliação de suas formulações políticas gerais e, também, das relativas aos trabalhadores representados pelo partido. Momento de reflexão crítica do PT, após a derrota eleitoral de Lula<sup>186</sup> e frente às dificuldades de implementação das propostas de administração popular pelas Prefeituras Municipais dirigidas por prefeitos do PT e, ainda, diante do colapso das experiências socialistas na Europa Oriental - ainda que tenham sido reafirmadas formalmente as linhas gerais assumidas no V E. N. -, inicia-se ali o processo de redefinição de posições do partido que culminará, no âmbito da análise que se faz aqui, em seu 1º Congresso.

A própria estrutura de organização e apresentação das Resoluções daquele Encontro revela a profundidade do impacto causado no partido pelas ocorrências ainda recentes naquele momento no país - a derrota nas eleições presidenciais - e no mundo - a crise do bloco socialista. A publicação contendo o conjunto de documentos do VII Encontro inicia-se pelo capítulo denominado "O Socialismo Petista", dedica o segundo para a "Construção Partidária" e o último para a "Conjuntura e Tática". Havia que se repensar as bases ideológicas do PT, sua organização partidária e, só após estes esforços iniciais, se poderia analisar a conjuntura e a tática para enfrenta-la. Inverte-se, assim, a ordem adotada nas Resoluções dos Encontros anteriores<sup>187</sup>.

<sup>184</sup> A Quem Serve o Governo Democrático e Popular do PT.

<sup>185</sup> Realizado em São Paulo nos dias 01, 02 e 03 de junho de 1990.

<sup>186</sup> Ainda que muito superior às expectativas mais otimistas do partido, o desempenho de Lula não foi suficiente, como se sabe, para garantir sua vitória. Relembre-se que ele obteve 16,08% e 48% dos votos no 1º e 2º turnos, respectivamente, das Eleições Presidenciais de 1989.

<sup>187</sup> No V E. N. a ordem adotada no livreto é a seguinte: 1- Introdução: O Momento Atual e as Tarefas do PT; O Programa Democrático Popular (ou seja, o primeiro tema é o da conjuntura e da tática); 2 -

Além disso, reconhecendo a necessidade de um "maior acúmulo de discussão nas bases" sobre o tema do socialismo principalmente, o VII Encontro deliberou sobre a realização do 1º Congresso do PT, no ano seguinte. Desta forma, a resolução sobre o socialismo não foi votada pelo plenário daquele Encontro, sendo que o texto final aprovado foi assumido como de responsabilidade do Diretório Nacional do partido<sup>188</sup> e apresentado como um documento preparatório para o 1º Congresso. Este é, aliás, o entendimento que o partido adotou para o conjunto das resoluções daquele VII E. N. - na capa e na página de rosto da publicação partidária, como subtítulo lê-se: "Documentos preparatórios para o 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores".

Reafirmando as Resoluções do V E. N., mas fazendo-o de uma nova forma, que apontava para a ampliação dos sujeitos sociais representados, na Resolução do VII Encontro sobre o socialismo, o partido volta a usar o termo trabalhadores em sentido amplo, sem hierarquizar setores e sem especificar os proletários ou operários como seu centro político: "para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado.". Esta será a posição assumida em todo o documento aprovado no VII Encontro.

Evidenciando tanto a consciência da necessidade de reestruturação, quanto a preocupação com a ampliação das bases sociais, o capítulo Construção Partidária inicia-se com a afirmação de que "O Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada, no plano da construção partidária, da sua organização e do seu funcionamento. O papel desempenhado pelo PT na última campanha presidencial coloca-o diante de novas responsabilidades perante a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade.(...)".

No parágrafo seguinte, o documento reconhece que ocorreram importantes mudanças: "As alterações na estrutura sócio-econômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a acomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (...) obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira."

Propondo-se a ser um "partido para a realidade histórica brasileira deste final de século", o documento estabelece, no tópico seguinte, as Diretrizes para a Reorganização do PT. Afirma-se ali que

---

Objetivo Estratégico do PT: O Socialismo (como o título indica, como segundo tema, define-se a estratégia) e 9- A Construção do PT (ou seja, dedica-se o último tema ao partido). No VI E. N. mantém-se o mesmo esquema: 1 - Apresentação (três parágrafos assinados pela direção); 2 - O Momento Atual e as nossas Tarefas (ou seja, conjuntura e tática); 3 - As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula (conjuntura); 4 - Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo; 5 - As Bases do Programa de Ação de Governo (desta forma, ainda que a questão partidária faça parte dos dois últimos temas, na verdade nem se reserva a ela um espaço próprio.).

<sup>188</sup> Para a redação do tópico sobre o socialismo foi nomeada, pelo Diretório Nacional, uma comissão, integrada por representantes das diversas tendências internas do partido que, com base nas oito "teses" apresentadas no VI E. N., elaborou um texto final que conteve apenas os pontos considerados consensuais entre todas as correntes.

o PT é um "partido revolucionário" e que esta afirmação "coloca a necessidade" de se desenvolver e, também, de se reformar "diretrizes fundamentais" que foram "em parte estabelecidas no 5º Encontro."<sup>189</sup>

Dentre as diversas diretrizes estabelecidas, destaque-se aqui a que reza: "Um Partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa a presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade, junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, enfim, junto ao arco dos setores em luta por sua emancipação."<sup>190</sup>

Veja-se que o enunciado que abre a diretriz estabelece um princípio que orienta toda a formulação: todos os segmentos sociais citados são apresentados como "setores fundamentais da sociedade" e são vistos como "objetivamente interessados na transformação socialista". Por isto são relacionados na frase seguinte, sem qualquer atribuição de pesos que os diferenciem entre si, e colocados, em pé de igualdade, no "arco de setores em luta por sua emancipação". Ainda que não apresentados através de uma formulação que os sintetize a todos como trabalhadores, revela-se nesta passagem uma ampliação bastante grande da concepção dos sujeitos sociais a serem representados pelo partido. Agora eles são apresentados como compondo um amplo conjunto, onde nenhum segmento é reconhecido como central. Desaparece, portanto, o centro político operário afirmado no V E. N., retomando-se, em novo movimento no sentido da expansão e num novo patamar, as formulações contidas nos documentos da fundação do PT.

Na mesma linha de revisão das políticas estabelecidas no V E. N., no tópico seguinte, denominado As Relações com a Sociedade<sup>191</sup>, o documento, após afirmar que "O Partido dos Trabalhadores é fruto da atual sociedade brasileira, de suas contradições e desafios e se relaciona com essa sociedade de diversas formas e maneiras", prossegue revelando que "O grande problema do PT (...) consiste em conhecer o mais aproximadamente possível os diferentes atores (sociais e políticos) com os quais se relaciona, na maioria das vezes espontaneamente e sem controle, e imprimir a tal relacionamento um caráter consciente, planejado e organizado."

É assim que o documento, com base na "experiência eleitoral de 1989", procura estabelecer, pela primeira vez, políticas de atuação junto aos "grandes contingentes despolitizados [e] inorganizados

<sup>189</sup> Na íntegra: "A afirmação do PT como Partido revolucionário coloca a necessidade de **reformarmos** e desenvolvermos diretrizes fundamentais de organização partidária (em parte estabelecidas no 5º Encontro)." (o grifo é meu).

<sup>190</sup> Note-se que, no âmbito dos segmentos sociais proprietários, o texto faz referência apenas aos "pequenos proprietários do campo", não mencionando seu equivalente urbano, ou seja, os pequenos proprietários urbanos. Seria simples esquecimento ou o PT os excluía dos "setores fundamentais da sociedade", "objetivamente interessados na transformação socialista" e nos quais o partido deveria se implantar? Talvez a primeira hipótese seja a mais provável. Entretanto, na ausência de qualquer explicação para tal fato no próprio documento, não se pode, obviamente, afirma-la.

<sup>191</sup> Note-se que este é o tópico mais extenso do capítulo Construção Partidária, o que revela o destaque dado naquele momento à questão do relacionamento do PT com a sociedade.

da sociedade", bem como se dá conta de que deve procurar um "relacionamento [mais] acertado com os trabalhadores organizados nos movimentos sindical e popular", estabelecendo "linhas para intervenção nos movimentos sociais".

A preocupação agora é a de "ampliar sua ação junto à sociedade, tornando-se referência para todos os trabalhadores e para a população em geral". Desta forma, o documento afirma que "o Partido terá que elaborar uma política de relações raciais, a partir do entendimento de que o racismo não é apenas um problema dos negros, mas uma questão nacional, que se reflete diretamente na luta de todos os trabalhadores do País.". Ou seja, diferentemente do tratamento dado às questões de cunho cultural e racial no V E. N., o documento agora reconhece, através de um enfoque semelhante, em termos gerais, ao dos documentos da fundação PT, a relevância, a especificidade e, ao mesmo tempo, a amplitude das questões não diretamente ligadas ao universo do trabalho.

Vai neste rumo a afirmação de que "as entidades do movimento sindical e popular fazem parte (...) [da] sociedade civil, embora tendo uma ação específica mais marcante na esfera econômica e social.". Ao mesmo tempo em que "a sociedade civil brasileira está constituída hoje por numerosas outras entidades que não guardam vínculos com o PT mas que, como as entidades sindicais e populares, exercem papel influente na vida social e política do país (...) [como] as igrejas, as diversas ordens ou conselhos de profissionais liberais (...) assim como inúmeras entidades culturais e os chamados clubes de serviços.". Na sociedade civil são incluídas, ainda, as "(...) entidades de natureza científica, acadêmica e cultural."

A preocupação com a quebra do isolamento e com a ampliação do arco social e político do partido é grande e expressa-se no documento, por exemplo, através da afirmação: "O relacionamento do PT com a sociedade civil brasileira é importante tanto pela influência crescente exercida por ela, quanto pelo fato de que a disputa da hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares ocorre de forma muito mais intensa no campo da sociedade civil, criando novas condições para a ampliação e consolidação da democracia.". Pode-se perceber, assim, que afirma-se neste trecho, ao lado de uma nova concepção da sociedade civil e de seu papel<sup>192</sup>, também a percepção de que "a disputa de hegemonia e do poder político" no país se faz através de um bloco social onde se agregam os "trabalhadores e [as] demais camadas populares".

Pela primeira vez também, referindo-se às "entidades predominantemente burguesas, instituições e associações patronais conservadoras ou reacionárias", o PT propõe-se a "deixar claro suas diferenças quanto a essas entidades, sem recusar-se a travar o embate ideológico com elas.". Ao mesmo tempo, reconhece - propondo-se a alterá-las -, que têm sido "difíceis" suas relações "com os outros partidos políticos, tanto com aqueles situados no campo inimigo, quanto com os do campo progressista e popular.". É um movimento nítido, portanto, no sentido da abertura e da ampliação de suas bases sociais e políticas.

<sup>192</sup> As questões do novo papel da sociedade civil, do Estado e da democracia serão retomadas adiante, por isso elas não são tratadas aqui, de forma mais aprofundada.

Ao mesmo tempo, porém, ao propor a "disputa de hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares", o documento do VII Encontro indica a não resolução da questão: quem compõe o contingente dos trabalhadores e, ao seu lado, o das demais camadas populares? Paralelamente à busca de ampliação dos setores sociais a serem representados pelo partido, mantém-se, portanto, a preocupação em apontar uma parcela especial que, inclusive, dá nome ao partido, mas que não tem sua composição social esclarecida neste momento da vida do PT.

O movimento de ampliação acima referido intensifica-se através das Resoluções do 1º Congresso do PT, realizado no ano seguinte<sup>193</sup>. O texto de apresentação da publicação com os documentos aprovados no Congresso, assinado por Lula, presidente do partido, sintetiza a compreensão oficial petista a respeito do significado das transformações aprovadas durante o evento. Denominado "O Salto de Qualidade", ele se inicia afirmando que o PT chegara a um "novo patamar".

Indicando a "presença petista nas lutas do movimento sindical e popular, a campanha presidencial de 89, a atuação institucional e o desempenho das bancadas parlamentares"<sup>194</sup>, e, principalmente, a nossa experiência nas Prefeituras", o texto informa que "tudo isso exigiu um salto de qualidade na organização e no funcionamento do Partido dos Trabalhadores". Além disso, prossegue o documento, "a crise mundial do socialismo, o surgimento de novas forças no cenário político e, principalmente, o extremo agravamento da situação brasileira, (...) indicavam à classe trabalhadora a necessidade de projetos alternativos mais audazes, com vistas à conquista do Governo e do Poder no Brasil."

Este conjunto de circunstâncias levou assim, segundo o texto, o partido a realizar seu 1º Congresso, no qual ficou "bem claro que o Partido dos Trabalhadores precisa ser reorganizado em moldes mais abertos e flexíveis (...)". Uma reorganização que não implicava, entretanto, o abandono do perfil e do caráter já firmado pelo partido, pois que ela deveria ser feita "sem perder a clareza de idéias, nem a nitidez de posições nem a firmeza na luta". A reorganização partidária que se iniciava, precisava, no entanto, ser contínua: "O salto de qualidade já começou a ser dado. Daqui para frente, é aprofundar, ampliar, melhorar."

Centrado nas questões do socialismo e da organização partidária, o Congresso não se debruçou, entretanto, com igual profundidade, sobre a análise da estrutura social brasileira e das

---

<sup>193</sup> Como já se informou, o Congresso ocorreu em São Bernardo do Campo (SP), no período de 29 de novembro a 1º de dezembro de 1991. O processo de transformação do PT, através do 1º Congresso, foi incentivado pela própria direção do partido, desde os inúmeros documentos preparatórios elaborados e divulgados entre a militância e os segmentos organizados da sociedade civil, até o material de sua divulgação gráfica. A logomarca do evento substituiu o destaque tradicionalmente reservado à estrela vermelha, símbolo oficial do PT desde sua fundação, por um casulo do interior do qual saía uma crisálida no final de sua metamorfose. Sinalizando a convicção de que as transformações profundas realmente haviam se processado durante o 1º Congresso, o livreto com as Resoluções traz na capa, em plano superior, uma borboleta vermelha em pleno vôo, enquanto a estrela é colocada no canto inferior direito do observador.

<sup>194</sup> O PT elegeu, em 1990, 35 deputados federais e 79 estaduais, repetindo o movimento de dobrar suas bancadas, já registrado nos pleitos anteriores. Elegeu também, no pleito daquele ano, o seu primeiro senador.

características do desenvolvimento capitalista no país<sup>195</sup>. Através de uma abordagem genérica, contida no capítulo sobre o Socialismo e desenvolvida no item denominado **Aumentam as Desigualdades**, pode-se perceber, no entanto, que o partido tinha consciência de que os antigos padrões de produção e de relações entre classes se alteravam.

Neste sentido, as Resoluções afirmavam que: "Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Esse novo sistema de produção da riqueza mundial apoia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui progressivamente operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para 'desmaterializar' a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas."

Com isto, prossegue o documento, "No processo de trabalho, a mão-de-obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional (...)". Desta forma, afirma, "Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista **desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria**, investe sobre as conquistas sociais e **fragmenta a classe trabalhadora**, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo **novos paradigmas para a luta sindical e política**". O texto afirma, ainda, que "mudam também os métodos de gestão (...) o padrão taylorista, fordista, cede a vez ao 'toyotismo', como se convencionou chamar os novos métodos de gestão."

Pode-se verificar, assim, que o documento ressalta, ainda que num tópico dedicado à análise da realidade dos países capitalista avançados - mas que, sem dúvida, em suas linhas gerais e nas proporções devidas, tende a aplicar-se ao Brasil -, que o padrão contemporâneo de desenvolvimento capitalista "fragmenta a classe trabalhadora" e "desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria". Ou seja, o documento dá, assim, um primeiro passo no reconhecimento de que as bases sócio-econômicas da antiga centralidade operária foram abaladas. Sem referir-se a este reconhecimento, o documento já aponta, no entanto, a necessidade de estabelecimento de "novos paradigmas para a luta sindical e política".

O reconhecimento das importantes mudanças sociais em curso se esboçara, na verdade, na página anterior, em que é feita uma referência às "(...) mudanças no cenário internacional, onde a crise do 'socialismo real' se desenrola num **contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade**". Na mesma página já se apontava também o traço de amplitude do paradigma político a ser adotado pelo partido frente às novas condições do desenvolvimento capitalista. Após a anúncio sintética dos demais itens a serem abordados no documento, numa afirmação que se pode considerar

---

<sup>195</sup> O tema "Projeto Brasil", pautado pela direção para o Congresso, e oficialmente anunciado como fundamental, não foi objeto de deliberação.

como de conclusão do texto de Introdução, lê-se que: "queremos (...) um Partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico necessários para promover um desenvolvimento alternativo no País."

É este o enfoque adotado pelo PT ao longo das Resoluções do 1º Congresso, para se referir aos sujeitos sociais e políticos que o partido se propunha a representar. Sem que sejam definidos, em nenhuma de suas páginas, os integrantes deste "bloco histórico" (que lembra Gramsci mas que parece ultrapassar a amplitude de classes e frações de classes pensadas por aquele autor), o documento refere-se sempre de forma genérica aos "trabalhadores", ou à "classe trabalhadora", sem nunca indicar os segmentos sociais que a integram e sem qualquer referência a segmentos que comporiam seu centro político. Somente nos itens denominados como a) O Papel Central da Disputa de Hegemonia e b) A Disputa de Hegemonia Hoje, é que o documento se detém um pouco mais na caracterização do bloco. Assim mesmo, a ênfase dada é sempre no âmbito político e não social ou econômico, isto é, definido a partir das relações de produção.

No primeiro dos itens referidos, o documento afirma: "Ao longo dos últimos anos avançou bastante no PT a compreensão sobre nosso caminho para o socialismo, vale dizer, sobre a estratégia global do Partido. Vem sendo incorporados, nesse período, elementos básicos dessa estratégia, como o **lugar central da luta de massas** no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites; a necessidade de construir uma **ampla rede de organizações populares**, o papel estratégico dos **movimentos sociais e populares** e de um **partido de massas** como o PT; a combinação das mais variadas formas de luta; a articulação entre o campo e a cidade; a constituição de um **bloco político e social**, **soldado na luta comum** e nas **alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular**; a perspectiva internacionalista e a compreensão da democracia como valor permanente para os trabalhadores."

Sem que se façam aqui considerações a respeito dos demais temas que, de forma rica, se colocam neste trecho, vê-se que, nele, é reservado um lugar central à "luta de massas" e não mais à luta de classes (ainda que se faça, noutras passagens do documento, referência explícita à sua permanência na sociedade contemporânea) e vê-se, ainda, que o "bloco político e social" é referido como "soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular". Não se aponta, portanto, um centro social ou político do bloco, mesmo que se faça referência explícita a uma política de alianças.

Aliança de quem com quem, poder-se-ia indagar? Assim como não se define a composição social do bloco proposto, também não se definem aqui os segmentos sociais que integrariam as possíveis alianças. Na ausência de referências, poder-se-ia entender que se adota a formulação do V E. N.. Se ela não é negada, poder-se-ia afirmar então que ela é aceita? No movimento oscilatório de avanço e recuo, de ampliação e estreitamento de formulações conceituais que caracteriza o PT, reafirma-se, no parágrafo que segue ao que contém aquelas afirmações, as linhas traçadas no V E.

N.<sup>196</sup>. No entanto, não obstante a referência explícita àquele encontro nacional, as formulações adotadas em todo o presente documento são mais amplas do que as anteriores, avançando sobre os termos firmados, na verdade, no VII E. N., e repondo, de forma mais elaborada, as formulações dos documentos da própria fundação do partido.

Naquele momento, conforme o documento do 1º Congresso, era "(...) preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade.". Reafirmando o VII E. N. e alterando as formulações do V E. N., são os marginalizados e desorganizados, e não mais os setores médios, aqueles que agora devem ser buscados para uma aliança. Os setores médios, pode-se compreender, já são vistos como integrantes do bloco social e político que o partido se propõe articular.

Neste bloco, a própria maneira de se considerar os sujeitos representados pelo partido se altera. O documento do 1º Congresso afirma, ainda no item A Disputa por Hegemonia Hoje, que o movimento sindical sob sua influência<sup>197</sup> "têm que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e principalmente como eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos de cidadania."

A intensificação deste movimento no sentido do alargamento da ótica analítica do partido manifesta-se também através das formulações a respeito dos movimentos sociais. Sujeitos políticos coletivos que o partido se propôs representar, desde sua fundação, com prioridade idêntica a que dedicava ao movimento sindical, e que tiveram suas especificidades minimizadas nas análises do V E. N., eles são retomados agora através de formulações que destacam suas especificidades e que, por isto, podem dar conta da plenitude de sua abrangência.

A ótica do V E. N., sob a qual os movimentos sociais eram vistos prioritariamente enquanto forças que se agregavam ao "projeto político proletário" e enquanto movimentos "indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia", é invertida pelo 1º Congresso. Sem que o documento deixe de entender que as opressões contra as quais estes movimentos sociais se voltam estão relacionadas às formas capitalistas de exploração e domínio e que suas lutas se incorporam à luta pela transformação socialista empreendida pelo partido, estes movimentos são agora considerados em suas especificidades, entendidas como os conteúdos que os fazem libertários e, por isto, transformadores das estruturas sociais e políticas.

Sob esta ótica de inversão e expressando o movimento de ampliação que preside as análises do PT naquele momento, as Resoluções do 1º Congresso no item A Disputa por Hegemonia Hoje iniciam as referências aos movimentos sociais através da seguinte formulação: "O partido precisa repensar sua

<sup>196</sup> De forma textual, no parágrafo lê-se: "Nessa mesma linha, o V Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia." (...) (grifo meu). Veja-se que se reafirma o V E. N., mas que a formulação agora adotada é a que se refere à classe trabalhadora de forma ampla, diferente daquela do V Encontro.

<sup>197</sup> O documento faz referência à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituídos nos poderes da sociedade e responsável pela transformação de maiorias sociais em minorias políticas.<sup>198</sup>

Sem se considerar aqui o tratamento dado a cada movimento social em particular, há que se referir, para a clareza da análise, à leitura que o partido fazia, naquele momento, do significado da ação do conjunto destes movimentos na sociedade atual e de seu papel na transformação socialista. É desta forma que o documento se refere a estas questões: "O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais - mulheres, negros, juventude, homossexuais<sup>199</sup>, etc. - seu direito de reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas, e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática. Socialismo entendido como prática e processo de emancipação da humanidade em geral e de emancipação da mulher."

Porque representativos da profundidade da ampliação do enfoque analítico petista naquele momento, verifica-se aqui, ainda, o tratamento dado no documento à questão feminina e à questão racial. Quanto à primeira, o documento se refere nos seguintes termos: "O PT se empenhará no fortalecimento de um movimento de mulheres que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade sem explorados e sem oprimidos (...). Um movimento de mulheres que aponte a necessidade de transformações do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Isto significa expressar a necessidade de pensar e viver a política valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo - homem ou mulher - ampliar o horizonte das transformações sociais, resgatar o sentido de humanidade e libertação plena coletiva e individual, e de uma visão revolucionária e libertária". Como se vê, uma formulação que pode ser considerada, no mínimo, estranha pela esquerda tradicional.

Quanto à questão racial, pode-se ler no documento: "(...) O nosso Partido ainda se pensa predominantemente um Partido branco, pois a luta anti-racista costuma aparecer apenas como um lembrete de fim de tese. Ainda não integra visceralmente nossa identidade ideológica e não chega aos nossos atos coletivos concretos." E continua no parágrafo seguinte: "Propomos um ponto de reversão nesse sentido. Toda nossa estratégia deve passar a construir-se também a partir da perspectiva racial.

---

<sup>198</sup> Numa evidência da importância atribuída a esta questão naquele momento pelo partido, ela é retomada - e de forma ainda mais enfática -, no capítulo denominado Partido e voltado para as questões da reorganização do PT. No item O PT e os Movimentos Sociais, o texto afirma: "A esquerda brasileira tem formação egocêntrica, onde a questão Capital X Trabalho foi sempre considerada a base explicativa de todas as contradições presentes na sociedade; isto a impediu de compreender que esta contradição é fundamental, mas só ela não dá conta da totalidade das opressões sofridas pela população trabalhadora em geral."

<sup>199</sup> Noutras passagens, o documento se refere e se detém em considerações sobre as questões dos índios, dos idosos, dos menores e da cidadania infanto-juvenil, dos portadores de deficiências, dos ambulantes e dos favelados.

Quando discutimos a disputa pela hegemonia, temos que saber que não a alcançaremos se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Quando discutimos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial revolucionário se a discriminação não for combatida com a mesma radicalidade que a exploração. (...)". Trata-se de uma tentativa nítida, portanto, de colocar a questão racial no mesmo plano da questão econômica.

Talvez em decorrência da própria amplitude do arco de forças desejado e, sobretudo, em virtude da profundidade das transformações em curso na ótica analítica do PT, as Resoluções do 1º Congresso não definem, como já se afirmou, a composição do bloco político social que o partido se propõe, naquele momento, a articular. A definição máxima contida no documento é a de que ele deve ser um "bloco democrático e popular". No parágrafo que encerra o item A Disputa por Hegemonia Hoje, lê-se: "Nesse sentido, o PT precisa preparar-se para a disputa eleitoral de 1992 e para as reformas constitucionais de 1993, ampliando sua atuação, radicalizando os movimentos sociais e criando um bloco democrático e popular para derrotar a política do Governo Collor."

Pode-se afirmar, assim, que o PT se colocava em seu 1º Congresso - nas condições colocadas pelo desenvolvimento recente do capitalismo, de avanço tecnológico e, ao mesmo tempo, de fragmentação da antiga classe trabalhadora e de desarticulação de seu antigo núcleo operário-industrial - diante do desafio de construir um novo paradigma, amplo e flexível o suficiente para se adequar à complexidade da sociedade brasileira contemporânea e capaz de orientar sua ação política. Ainda que através de uma formulação incompleta, onde os contornos dos sujeitos sociais e políticos que o PT se propõe representar se sobrepõem e não se revelam com nitidez, é este o desafio que o partido responde ao referir-se, neste momento, ao bloco democrático popular. Um bloco que revela a mesma tendência de ampliação presente entre militantes e dirigentes e que foi detectada através da pesquisa de suas opiniões políticas, analisadas na seção inicial deste capítulo.

#### **4.2.2. - O Objetivo Estratégico do PT: Socialismo**

Agrupam-se aqui, em três conjuntos, os documentos oficiais do PT relativos à definição do socialismo como o objetivo estratégico do partido e significativos para a compreensão da trajetória política por ele percorrida: os de sua pré-fundação e fundação, os do V e VI Encontros Nacionais e, finalmente, os do VII Encontro Nacional e 1º Congresso. Cada um dos conjuntos é representativo de um momento específico da vida partidária petista. No primeiro, ainda que tomando o socialismo como referência, o partido não o coloca explicitamente como seu objetivo final, não se definindo como um partido socialista. No segundo, o partido se assume oficialmente como socialista e começa a definir as características do socialismo que se propõe construir. No terceiro, o objetivo socialista é reafirmado e sua definição colocada sobre novos termos.

Ainda que se mantendo numa linha de continuidade, que aponta na direção de novas formulações no campo da esquerda, a trajetória petista no que diz respeito à definição do objetivo final pretendido pelo partido pode ser caracterizada também, mesmo que de forma menos intensa do que a verificada na identificação de seus sujeitos sociais e políticos, como uma trajetória oscilante. Tendo

sempre o socialismo como referência, as formulações oficiais petistas sobre o tema se alternam, no entanto, entre concepções que avançam no rumo de novas formulações, na perspectiva da modernidade, e concepções que recuam no sentido da reafirmação de formulações tradicionais na esquerda. Aflora, portanto, nestes termos, no que se refere à questão do socialismo, a tensão entre concepções diversas que coabitam no interior do PT.

Expressando limites que eram, naquele momento, tanto internos, decorrentes da própria fragilidade organizativa do partido, quanto externos, colocados pela conjuntura de transição de um governo militar autoritário para uma ordem democrática, o conjunto de documentos dos períodos de pré-fundação e de fundação oficial do PT indica que o partido evitava assumir-se de forma explícita como um partido socialista, ainda que já apontasse este sistema como meta a ser construída.

É assim que, na Carta de Princípios, pode-se encontrar uma caracterização do partido, em que a referência ao socialismo se faz de forma indireta ou explícita, ambas, no entanto, não desenvolvidas: **"O Partido dos Trabalhadores define-se programaticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem"**. Dois parágrafos à frente e em dois parágrafos consecutivos, ainda que apareçam referências explícitas ao socialismo, elas são feitas de modo a indicá-lo como uma meta colocada, mas ainda não concebida de forma acabada.

No primeiro dos parágrafos referidos lê-se: "O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.". Segue-se a afirmação: "Um partido que **almeja uma sociedade socialista e democrática**, tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.". Pode-se perceber que o objetivo do socialismo, embora presente, aparece diluído em formulações que colocam em primeiro plano a preocupação com a democracia.

Embora se deva relativizar o peso conferido à preocupação com a questão democrática, reconhecendo que a conjuntura política de transição daquele momento ressaltava a importância do tema, o fato é que se pode perceber, através das passagens transcritas, que desde a primeira referência ao socialismo contida nos documentos petistas, ela se faz acompanhada do qualificativo democrático, colocado como exigência. Pode-se inferir, a partir desta postura, a existência de uma posição crítica ao socialismo de inspiração soviética, mesmo que o texto não faça referência direta a ele<sup>200</sup>.

O documento inova, assim, no campo da esquerda brasileira, tanto colocando, de forma enfática, a democracia como uma exigência para o socialismo, quanto afirmando, no parágrafo seguinte, que o partido deve ser ele próprio estruturado de forma democrática<sup>201</sup>. Demarca-se, desta forma, que o partido proposto busca alternativas ao paradigma soviético, quer no que diz respeito ao modelo de sociedade, quer no tipo de organização partidária necessária a sua construção.

---

<sup>200</sup> As referências ao modelo soviético serão feitas posteriormente, no momento em que o PT se assume explicitamente como um partido socialista.

<sup>201</sup> O parágrafo que faz referência à democracia interna no partido continua com a seguinte redação: "Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito de fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais."

A concepção de democracia adotada naquele momento, no entanto, estabelece uma equivalência entre democracia e socialismo, posto que, na formulação explícita do texto, "não há socialismo sem democracia", e não há "democracia sem socialismo". Nesta posição, é possível observar, na verdade, uma secundarização do peso das instituições políticas democráticas passíveis de serem construídas em uma sociedade capitalista; posição confirmada na passagem do documento que afirma o compromisso partidário com uma "democracia exercida diretamente pelas massas".

Desta forma, a tensão entre o velho e o novo explicita-se no interior de um mesmo documento. Se, em algumas passagens, verifica-se o afastamento de posturas tradicionais na esquerda, em outras, constata-se a não adoção de novas concepções, já presentes naquele momento no PCI, por exemplo, através das formulações de teóricos pós-gramscianos como Ingrao, ou nas reflexões de Poulantzas, em sua última fase, ou, ainda, no campo da social-democracia, através de Bobbio, principalmente<sup>202</sup>.

A formulação contida na Declaração Política segue esta mesma linha, tanto no que diz respeito à forma indireta de referir-se ao socialismo, quanto no que concerne à concepção de democracia. Sabe-se hoje, através de relato histórico, que a inclusão ou não do termo socialismo no texto foi objeto de acaloradas discussões, que acabaram redundando na seguinte formulação: "O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de por fim à exploração e à opressão."<sup>203</sup>

A concepção da forma econômica do socialismo sugerido - ainda que não explicitamente proposto pelo PT - já se apresentava, em linhas gerais, naquele mesmo documento. Referida ao Brasil daquele momento, a listagem de pontos contida no item Questão Nacional, incluído na Plataforma Política, aponta para o predomínio de uma concepção estatal de propriedade, ainda que se admitisse a existência de uma forma cooperativa de propriedade restrita ao pequeno capital. Diz o documento: "(...) - Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários; - Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.); Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras; Estatização das grandes empresas e bancos; Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura; Controle popular dos fundos públicos. (...)".

<sup>202</sup> Releve-se o fato de que estes autores ainda não haviam sido totalmente traduzidos ou apenas começavam a sê-lo no Brasil, naquele momento. Suas concepções, no entanto, já eram difundidas no campo da esquerda democrática, principalmente entre os segmentos intelectuais, com forte presença, como se sabe, no interior do PT, desde o lançamento da proposta de constituição do partido.

<sup>203</sup> GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Opus cit. p. 42, relatam da seguinte forma as discussões acerca da redação deste trecho: "Após calorosos debates em que as divergências se manifestaram, acabou sendo aprovada um *Declaração Política* mais voltada para questões conjunturais e o enfrentamento da questão organizatória. (...) A questão mais polêmica referia-se à inclusão ou não da palavra 'socialismo'. Embora todos concordassem com a luta pelo socialismo, muitos argumentavam pela sua inoportunidade, temendo que os trabalhadores pudessem entendê-la equivocadamente. (...) Assim, o item sobre a luta pelo socialismo foi 'traduzido' nos seguintes termos: 'O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de por fim à exploração e à opressão.'".

A perspectiva democrática e o caráter inovador do PT, assim como suas características antigas, apegadas às concepções tradicionais da esquerda, transparecem também no documento intitulado Pontos para a Elaboração do Programa. No rumo do novo, da preocupação com a questão democrática, o documento afirma que "O programa do PT deverá surgir das bases sociais que construirão o partido"<sup>204</sup> e não ser apresentado de "cima para baixo" por suas lideranças. Na direção do tradicional, da conquista do poder por fora e acima das instituições democráticas da ordem capitalista, encontra-se a concepção de que somente quando o partido atingisse o poder deveria efetivamente apresentar um plano de governo. Desta forma, o programa do PT deveria ser, fundamentalmente, um programa de denúncias das condições presentes no Brasil, inclusive sem a apresentação de propostas para quando o socialismo fosse implantado. As proposições entendidas como possíveis naquele momento eram as resultantes da articulação entre a proposta do partido e as que brotassem dos próprios movimentos populares e de trabalhadores.

Entendido como o objetivo final do partido, o socialismo não deveria ser, entretanto, proposto no programa partidário, uma vez que o projeto socialista do PT deveria ser construído coletivamente, através de um debate que incluísse não apenas suas bases partidárias, mas o conjunto da sociedade. É nestes termos que o documento se refere a esta questão: "O Programa deve expressar (...) aquilo que desponta do conjunto de lutas dos movimentos populares: as aspirações comuns de liberdade, o desejo comum de eliminar a exploração, a vontade de construir uma nova sociedade. Todas essas aspirações apontam na direção do socialismo. Apenas assim se dará fim à exploração do homem pelo homem, fonte de todas as alienações e daqueles aspectos que hoje fazem parte das reivindicações populares. Mas, o programa do PT não pode ser um programa socialista, porque isso não refletiria, seria falsear, sua relação com as bases sociais das quais emana. Seria repetir uma versão de 'programa de cima para baixo'".

No tópico reservado à Questão Internacional, aparece, agora de forma um pouco mais explícita, a crítica - nova na esquerda brasileira - ao socialismo soviético, através da referência a "um sistema social criado para opor-se ao capitalismo [que] reproduz as práticas deste, subordinando países, interferindo na autonomia de outros povos, praticando invasões próprias do 'mariners' yankees.". No contexto internacional, segundo o documento, " O PT se posiciona frente à crise internacional, à crise dos dois sistemas [também o capitalista], numa posição de independência. Nem temos subordinação econômica em relação a um, nem subordinação ideológica em relação ao outro (...) O PT trabalhará no sentido de uma solidariedade ativa (...) com os oprimidos em todos os sistemas. Repudiamos (...) a farsa dos 'direitos humanos' de Carter, as sangrentas ditaduras implantadas na América Latina (...) os 'gulags' em todas as latitudes, na União Soviética como em qualquer outra parte."

No mesmo documento, junto do novo aparece, no entanto, o velho. A antiga concepção da irreversibilidade das crises econômicas capitalistas, que abririam as portas para o socialismo, se

---

<sup>204</sup> Veja-se, para o método de elaboração do programa, a análise realizada no tópico anterior a esta seção, neste mesmo trabalho.

manifesta no mesmo item - A Questão Internacional - no qual se encontram as passagens acima transcritas. Diz o documento: "No momento em que o PT inicia seu processo de construção, assiste-se a uma crise internacional, cuja prolongação supera qualquer previsão e cuja profundidade ainda não foi entendida. É uma **crise do capitalismo internacional, irreversível** na medida em que coloca em xeque as diferenças nacionais das quais se apropria o capitalismo para gerar seus lucros: petróleo barato nuns países, mão-de-obra noutros como o Brasil, alta tecnologia nos países-líderes. A impossibilidade de criar uma moeda internacional, condição para sua sobrevivência a longo prazo, é que irá fazer esse **sistema de opressão e opróbio caminhar para sua liquidação** que, entretanto, somente se fará na medida em que existir uma vontade política dos trabalhadores e das amplas massas exploradas dispostas a substituí-lo por sistemas sociais de cooperação."

Verifica-se, assim, a permanência, nas formulações petistas daquele período, das antigas análises catastrofistas do capitalismo, através das quais se afirmava a inevitabilidade da ocorrência de uma crise final deste sistema, ainda que não independente da ação de um sujeito consciente e ativo, capaz de liquidar o capitalismo e implantar o socialismo.

Coerente com as posições já expressas nos documentos do período de pré-fundação, nem no Manifesto do PT, nem em seu Programa - documentos de fundação - aparece referência explícita ao socialismo como objetivo proposto pelo partido. Em ambos os documentos, a menção ao socialismo se faz de forma indireta. No primeiro deles, no trecho de abertura, o socialismo é insinuado, por meio de uma referência velada: "As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. (...) Organizam-se elas mesmas, para que a participação social e política seja ferramenta da **construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo**". Somente no final do documento, em sua penúltima frase, a referência, ainda codificada, se fará de modo mais direto: "O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa **construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores**".

No segundo documento de fundação do PT - seu Programa - através do mesmo procedimento, a referência ao socialismo aparece diluída em um longo parágrafo, em meio à afirmação da democracia como objetivo. Diz o texto: "O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a **democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política dos muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho**. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo. (...) Um poder que **avance nos rumos de construir uma sociedade sem exploradores e explorados**".

Pode-se perceber, assim, que a democracia apresentada no texto como proposta e objetivo do partido e que é referida como dotada de "valor permanente", é "aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política", ou seja, é uma democracia que garante, além da igualdade

política, também a igualdade econômica e que, assim, conforma um novo sistema econômico e político que, sem grande esforço, pode ser entendido, na ótica do documento, como o socialismo.

Será apenas nas Resoluções Políticas do V Encontro Nacional, no entanto, que o PT se assumirá explicitamente como um partido socialista, voltado, portanto, para a construção de uma sociedade socialista no Brasil. Evidenciando a importância que era atribuída a este tema naquele momento, reserva-se todo um capítulo da publicação que traz as Resoluções do V Encontro para sua análise, apresentando-o de forma mais direta, desde o título: "Objetivo Estratégico do PT: Socialismo".

O parágrafo que abre este capítulo afirma: **"A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT.** Isto parece ser consenso tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo."

Assumindo-se como um partido socialista, o PT agrega à definição de seu caráter partidário, no entanto, outros três qualificativos que, tomados em conjunto, dão um bom indicativo do esforço de renovação que ele empreendia no campo da esquerda brasileira - esforço que, sem dúvida, é uma das explicações para o caráter muitas vezes contraditório de suas formulações sobre a realidade social e política. No texto de Apresentação das Resoluções, afirma-se que "O V Encontro Nacional é um marco na história da construção do PT como partido de classe e de massas, democrático e socialista."

Não obstante o movimento de contração verificado naquele Encontro, no que se refere à concepção de classe do PT, já destacado no item anterior deste trabalho, o esforço de ampliação política ali empreendido se manifesta desde os próprios conceitos utilizados para a definição do partido. Com o objetivo de qualifica-lo, são apresentados adjetivos em pares, de forma a se complementarem. Ao qualificativo "de classe", que indica que o partido se pretende representante de uma classe determinada, se agrega o "de massas", através do qual se alargam as fronteiras da classe, tornando-a não um segmento restrito mas, ao contrário, amplo, em consonância com o complexo campo do trabalho desenvolvido pelo capitalismo no país. Ao qualificativo "socialista", através do qual se assume de forma nítida esta posição ideológica, se agrega o "democrático", na intenção de responder à crise do socialismo realmente existente, demarcando o afastamento do partido em relação a ele.

Se apenas a visão tradicional da esquerda estivesse presente no PT e se nenhum esforço estivesse sendo empreendido em seu interior para redefinir antigos conceitos, a formulação adotada para a caracterização do partido muito provavelmente se limitaria a qualifica-lo como um partido de classe e socialista. Com a adoção dos novos conceitos, caracterizadores dos processos de mudança social que se impõem contemporaneamente à política - as massas e a democracia - expressa-se o movimento petista em direção à modernidade.

Um movimento que se faz, no entanto, de forma tensa, como se tem observado aqui e que está presente também na definição do tipo de socialismo que o PT se dispunha a construir no país.

Pressionado pela militância partidária, como se lê no final da transcrição acima<sup>205</sup>, o partido se dedica, após a explicitação dos caminhos para a conquista do socialismo<sup>206</sup>, a formular, naquele V Encontro e pela primeira vez na história do partido, as características do socialismo que pretendia construir.

O quadro que se monta com esta preocupação é, sem dúvida, conservador, no sentido de que é fortemente ancorado nas formulações tradicionais da esquerda de inspiração leninista. A visão do documento sobre o processo de substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade socialista, estatal ou coletiva, permite a observação, ainda que não se faça referência direta à questão, de uma postura favorável à construção de um Estado forte e de uma economia centralmente planejada, inclusive no âmbito da circulação.

O tópico A Construção do Socialismo se inicia apresentando uma análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, através da qual se demonstra que já estão dadas as condições para a "transformação imediata" das grandes empresas implantadas no país em "empresas socialistas". É nestes termos que a questão se coloca no documento: "O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. (...) Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. As grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, as grandes empresas comerciais e de serviços e os bancos onde a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção, permitem sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas."

A possibilidade de formas mistas de propriedade é referida, mas é tratada, no entanto, apenas como uma forma de transição e, mesmo assim, restrita às pequenas empresas. No parágrafo seguinte, o texto refere-se a elas: "Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão de obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro (...) papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil."

Reafirmando que "a parte essencial da economia socialista" é o seu setor "socialista estatal ou coletivo", na sequência do mesmo parágrafo, o documento explica os motivos pelos quais se considera importante a sobrevivência temporária da pequena empresa e, ainda, em que momento ela deve ser extinta: "Desse modo, um dos aspectos chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente de forma integral aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em

<sup>205</sup> Veja-se a seção anterior para referências à situação conjuntural do partido e da sociedade brasileira à época.

<sup>206</sup> Esta questão será tratada na seção seguinte deste trabalho.

permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos<sup>207</sup>."

Emerge aqui, portanto, a concepção estatista que já aflorara no documento Pontos para a Elaboração do Programa do PT, redigido no período pré-fundacional do partido, e que se fizera ausente nos documentos de sua fundação<sup>208</sup>. A possibilidade antevista, no texto transcrito acima, de o Estado deter a capacidade de "atender as reais necessidades sociais" é, sem dúvida, manifestação da concepção leninista do Estado Provedor, pai universal capaz de suprir os anseios populares.

A partir da afirmação da importância da pequena empresa no processo de construção da sociedade socialista, o documento passa a tratar a questão política, referindo-se, inicialmente, à necessidade da aliança estratégica entre os trabalhadores assalariados e a pequena burguesia, dada a impossibilidade de extinção imediata de todas as classes sociais, mesmo no socialismo. Conforme o texto: "(...) Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo."

Reconhecendo que, no processo de construção de uma possível sociedade socialista no Brasil, continuariam a existir, ainda que por um período limitado de tempo, desigualdades e diferentes classes sociais<sup>209</sup> e que, em decorrência deste fato, existiriam diferentes propostas para a construção socialista, provocando a coexistência de diversos partidos e organizações da sociedade civil, as Resoluções abrem novo tópico, denominado Socialismo e Democracia. Neste tópico pode-se perceber que, ainda que mesclada com formulações que apontavam no sentido do novo, predominavam, naquele primeiro esforço de definição do socialismo pretendido pelo PT, as formulações que se orientavam pelas fontes mais tradicionais da esquerda.

É nos seguintes termos que o documento inicia suas considerações sobre a questão da democracia nos tempos iniciais da implantação do socialismo no Brasil: "A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que (...) a coexistência de diferentes partidos, associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção

<sup>207</sup> Espera-se que a utilização da expressão "por meios administrativos", com que se encerra o trecho transcrito, seja apenas uma infeliz coincidência, sem nenhuma semelhança com os métodos stalinistas de eliminação da pequena propriedade rural e de seus adversários.

<sup>208</sup> A nacionalização e a estatização de empresas propostas no documento Pontos para a Elaboração do Programa não foram incluídas no Programa do PT.

<sup>209</sup> No documento lê-se: "Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo."

socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter consequências graves se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, **na sua maior parte estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.**"

Nesta formulação, está presente a idéia de que é somente a existência de diferentes classes e camadas sociais que provoca a existência de diferentes expressões políticas nas sociedades, sejam elas capitalistas ou mesmo socialistas. Compreensível nas análises de molde tradicional, que tomam os partidos políticos exclusivamente como veículos de organização e de expressão de interesses de classes e, mais ainda, de classes sociais nitidamente definidas e, em geral, congregadas, cada uma delas, no interior de um único partido político, esta idéia soa, no mínimo estranha, num partido de composição social diversificada como o PT.

Ainda que se entenda que, naquele momento, a análise partidária priorizava como tarefa a constituição de um bloco revolucionário, sob direção operária, através do qual seria conquistado o governo e criadas as condições para a implantação do socialismo no país, a formulação contida no trecho referido expõe uma compreensão restritiva da diversidade própria das sociedades de estrutura social complexa, que o próprio documento revelava reconhecer como sendo a brasileira já naquele período. O que orienta aquela formulação, na verdade, é a concepção da democracia como meio e não como fim, como instrumento e não como meta. Na sociedade socialista plenamente implantada, extintas as desigualdades sociais e econômicas, poder-se-ia concluir - a partir da mesma visão da relação classes/partidos - que extinguir-se-ia também a diversidade de interesses e, conseqüentemente, a diversidade de organizações políticas.

O esforço no sentido do novo, que implica no alargamento da concepção de democracia e, conseqüentemente, no reconhecimento da diversidade política, expressa-se nos parágrafos seguintes do tópico. É assim que, através da citação do exemplo nicaraguense, onde "apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos 'contras' existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e [em] que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas", afirma-se a "atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia.". O texto referido, que compõe o segundo parágrafo do tópico, encerra-se afirmando que: **"Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização."** Repõe-se, assim, o valor da democracia (ainda que não a democracia como valor) e, ao mesmo tempo, faz-se uma crítica indireta à burocratização dos países socialistas.

Quatro parágrafos adiante, tornando possível que se evidencie mais uma vez o choque entre novas e velhas concepções no mesmo documento, as Resoluções afirmam: **"O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora."** A rejeição explícita da idéia do partido único e de que cada classe social é representada por um único partido - posição que aponta para o novo e para uma

concepção pluralista da democracia - contrapõe-se, portanto, às formulações contidas nos parágrafos anteriores, caracterizando a tensão entre concepções, já referida.

Como parte desta tensão, na linha do pluralismo democrático, seguem-se dois parágrafos no documento. No primeiro deles lê-se: "(...) Embora a liquidação da burguesia como classe compreende também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, **grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. (...)**". No segundo, as Resoluções prosseguem: "Nessas condições, o Estado socialista terá que desenvolver esforços tanto para estabelecer uma **legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismo de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. (...) Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores de poder.**".

Reafirmado o valor da democracia e, portanto, do pluralismo na sociedade socialista a construir, o texto afirma, como se vê acima, que o Estado socialista deverá estabelecer uma legalidade nova, democrática e válida para todos, com o que se pode concluir que não deverá se restringir aos trabalhadores, além de manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta para as organizações da sociedade civil no âmbito da administração pública.

Reconhecendo que os principais problemas surgirão nas relações entre os mecanismos de participação e consulta na base e os níveis intermediários e superiores do poder, ou seja, naqueles mais diretamente ligados à estrutura do Estado, o documento não faz referência, entretanto, a nenhuma nova forma institucional democrática de gestão do Estado. Sua necessidade, não obstante, é afirmada no parágrafo que encerra o tópico: "Sem um tratamento correto destas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observação dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção do socialismo, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo."

Ainda que predominem, no conjunto das Resoluções políticas do V Encontro Nacional do PT, as formulações inspiradas nas concepções socialistas da esquerda tradicional, não se pode negar que novas posições passam a emergir, principalmente em relação ao tema da democracia. Há que se ressaltar também que o fato de ter sido esta a primeira tentativa empreendida de forma coletiva pelo partido com vistas à definição da sociedade socialista a ser construída no Brasil deixava o PT diante de poucas referências através das quais pudesse se orientar. Disponíveis naquele momento e referidas às condições da sociedade brasileira, existiam apenas as formulações dos Partidos Comunistas (Brasileiro e do Brasil), refutadas pelo PT, e as produzidas para aquele Encontro pelas tendências internas do

próprio partido, quase sempre hegemonizadas ideologicamente por militantes de orientação leninista e/ou trotskysta, adotadas como guia para as deliberações<sup>210</sup>.

Procurando centrar-se nos documentos mais significativos das formulações petistas a respeito do objetivo estratégico do PT, passa-se aqui diretamente para as Resoluções do 1º Congresso do partido, deixando-se de analisar os documentos produzidos no VI e VII Encontros Nacionais. No que se refere ao tema do socialismo como objetivo estratégico, o VI Encontro pouco faz além de reafirmar os termos do V Encontro Nacional, tornando-se, portanto, dispensável o seu estudo. O VII Encontro, pelo contrário, é um evento que antecipa as formulações do 1º Congresso relativas à questão do socialismo. No entanto, é no 1º Congresso que elas são aprofundadas e, além disto, tornadas de fato oficiais pelo partido<sup>211</sup>. Por este conjunto de motivos, é sobre as Resoluções desse Congresso que a análise se detem a partir daqui.

Reconhecendo, de um lado, o desmoronamento do "socialismo real" e, de outro, o fortalecimento dos EUA e do grande capital - que permitiram "a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista" -, a Resolução do 1º Congresso relativa ao tema do socialismo considera que a superação do capitalismo é hoje "mais necessária do que nunca"<sup>212</sup> e estabelece como "exigência fundamental" de uma nova ordem socialista "a democratização do poder".

A democracia - entendida, nesse momento da vida partidária, como valor permanente - passa a se constituir no eixo que orienta não apenas a análise do "socialismo real", mas também as proposições relativas ao socialismo considerado desejável para o país<sup>213</sup>. Ocorre, assim, nesse Congresso, um nítido

<sup>210</sup> AZEVEDO, C. B. de. Opus cit., já demonstrou que as concepções leninistas não eram exclusivas das tendências consideradas como mais radicais no PT. Mesmo a antiga Articulação, de orientação mais centrista e que era hegemônica no partido no momento do V Encontro Nacional, tendo, inclusive, formulado a tese guia do Encontro (tese base sobre a qual se discute e se delibera nos grandes momentos de decisão do PT), era fortemente dominada pelas concepções leninistas.

<sup>211</sup> Relembre-se que o texto sobre o socialismo produzido durante o VII Encontro resultou de um esforço de conciliação entre tendências internas do partido, realizado pelo Diretório Nacional do PT. Oito "teses" sobre socialismo, apresentadas naquele Encontro, foram compatibilizadas por uma comissão, contemplando no texto final apenas os pontos consensuais entre elas. Estas teses não foram submetidas à deliberação, por ser considerado que não havia discussão acumulada suficiente para isso, como já foi destacado em nota anterior. Além disto, conforme também já se destacou na seção anterior deste trabalho, o conjunto de Deliberações do VII E. N. foi apontado pelo partido como "documentos preparatórios ao 1º Congresso do PT".

<sup>212</sup> Esta necessidade é expressa no parágrafo 47 das Resoluções, aqui transcrito: "Diante das tendências em curso, que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade, urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento - inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários - que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras."

<sup>213</sup> As concepções petistas da democracia, nos diversos momentos da vida partidária, serão analisadas no tópico seguinte deste capítulo. Adiante-se, no entanto, para o entendimento da profundidade da transformação ocorrida nas formulações do partido no 1º Congresso, que a concepção de democracia predominante no PT em todos os momentos anteriores foi a que a considera preponderantemente como um regime necessário ao acúmulo de forças exigido para a conquista do poder e a conseqüente construção do socialismo.

afastamento das formulações do V Encontro Nacional relativas ao tema do socialismo e a realização de mais um movimento do partido na direção de novas formulações políticas.

Sob esta ótica, adotada desde os tópicos iniciais das Resoluções, é explicado o fracasso dos regimes socialistas realmente existentes até ali: "O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado 'campo socialista' não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917."

Com esta formulação, a Resolução sobre o socialismo aproximava-se, através de uma referência oblíqua, da refutação da concepção leninista de socialismo, presente na constituição da III Internacional e que orientara, desde o início do século, boa parte da esquerda mundial e, inclusive, desde sua articulação, importantes setores do próprio PT. Esta refutação foi assim apresentada: "Se aquelas revoluções - bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram - tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando direta ou indiretamente avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-Indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo."

O documento avança, afirmando: "Esse processo - que deriva de circunstâncias 'objetivas' que não podem ser subestimadas e, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder - teve como resultado global uma verdadeira **contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética.**" E continua: "Essas experiências difundiram-se e influenciaram gerações e gerações de militantes de esquerda. Terminou-se por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da própria experiência histórica posterior. Esses dogmas parecem hoje fortemente identificados com as tradições do movimento socialista, e com a própria noção de socialismo."

Afirmando que "O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial.", o documento reconhece, no entanto, que teria existido no PT uma "contradição" entre, de um lado, sua "vocalização democrática originária" e, de outro, sua "complacência em relação aos regimes burocráticos", que teria impedido que ele se antecipasse "criticamente, com todas as conseqüências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam."

Esta contradição decorreria, segundo o documento, de uma série de fatores que, embora fossem apresentados como nunca predominantes no partido, teriam se manifestado em seu interior; dentre eles a Resolução destacava: "a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições da guerra fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a idéia de democratização da sociedade a partir do Estado; e, finalmente, a convivência com teorias cientificistas e produtivistas do desenvolvimento

econômico.". Deste modo, segundo o documento, "acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade."

Realizou-se, portanto, no 1º Congresso, uma importante revisão de posicionamentos anteriormente adotados pelo partido, os quais haviam sido explicitados, de forma mais acabada, no V Encontro Nacional. A democracia era trazida para o centro da cena, concebida agora como a exigência primeira para a construção socialista.

Desta forma, ainda que apresentando-a como a postura original do PT<sup>214</sup>, a democracia é elevada finalmente à condição de um objetivo estratégico do partido. Afirma o documento: "Quando lutamos contra a ditadura militar e a Nova República, não entendíamos a democracia como formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia, para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos.". A importância atribuída à gestão democrática da sociedade expressa-se, também, na análise do fracasso econômico dos países do "socialismo real": "Foi por não incorporarem esta concepção [de democracia] que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus países a um beco sem saída."

Firmado sobre esta convicção, o 1º Congresso volta-se para a explicitação do socialismo desejado pelo PT. No tópico Nosso Caminho para o Socialismo, a concepção petista de socialismo é apresentada nos seguintes termos: "Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas, onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais."

Ainda que formulada de modo genérico, mais como a enunciação de desejos do que como projeto exequível<sup>215</sup>, pois que não se explicitam as formas de organização econômica, social e política que permitiriam a construção e garantiriam a sobrevivência desta nova sociedade, a concepção de

---

<sup>214</sup> A preocupação em não negar as concepções e formulações adotadas anteriormente pelo partido - preocupação que aflora insistentemente no documento - apresentando-as como precursoras e possibilitadoras daquelas adotadas no 1º Congresso é, por si mesma, uma evidência da tensão de concepções existentes dentro do partido, que se manifestou ao longo de toda sua existência.

<sup>215</sup> Na mesma página em que este projeto é apresentado o texto se refere a ele, por duas vezes, como uma "utopia".

socialismo democrático apresentada torna possível que se identifique a profundidade das transformações que se processavam naquele momento na visão petista do socialismo.

Pode-se verificar que o movimento de afastamento das formulações leninistas enunciadas no V Encontro Nacional é acompanhado, agora, da retomada dos ideais que nortearam o movimento socialista em sua origem, apresentados como "fonte de inspiração" para as formulações partidárias e não como modelos a serem seguidos<sup>216</sup>. Mantendo-se na ótica socialista, o trecho reafirma o princípio básico da desmercantilização da força de trabalho, do qual decorre a possibilidade de superação do capitalismo e de construção de uma nova sociedade.

Nesta postura, o trecho reafirma, também, a perspectiva de extinção do Estado como aparato de opressão política. Na sociedade socialista realmente democrática não existiriam quaisquer formas de opressão, fossem de raça, idade ou convicções religiosas. Reafirma, ainda, princípios que nortearam a própria gênese das formulações socialistas: o novo sistema se tornaria viável com o pleno desenvolvimento das forças produtivas, construindo-se, através dele, sociedades de abundância ou, ao menos, de não escassez, que tornariam possível novas relações sociais, capazes de permitir a busca da felicidade individual e, através da igualdade social, o desenvolvimento integral das potencialidades de cada indivíduo.

Incorporando preocupações recentemente surgidas nas sociedades de desenvolvimento econômico avançado, o projeto socialista democrático apresentado pelo PT em seu 1º Congresso inclui, por fim, a exigência da utilização não destrutiva das terras e dos ecossistemas. Este projeto realizou, assim, um esforço significativo no sentido de resgatar as bases libertárias do socialismo e, também, de agregar a elas preocupações que respondam às novas situações surgidas com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Na tentativa de formular aquilo que já se chamou anteriormente de uma "terceira via", nem socialismo real, nem social-democracia<sup>217</sup>, a Resolução esboçava, de forma ainda muito geral, as linhas mestras de um novo socialismo.

O partido recusava-se a apresentar um projeto acabado, afirmando que ele seria obra coletiva, da qual o PT participaria como "um partido laico, sem doutrina oficial". Proclamando uma disposição ao diálogo muito mais ampla do que as anteriormente reveladas, ele "se declara disposto a somar-se com todos os movimentos políticos que, no Brasil e no mundo, estejam empenhados em superar os impasses do socialismo.". Retomando intenções já expressas desde os documentos da pré-fundação do partido<sup>218</sup>, o 1º Congresso declara que "o debate [sobre o socialismo], longe de ficar restrito a um pequeno círculo de intelectuais e dirigentes, deve envolver o conjunto de filiados e simpatizantes e, a partir destes, se estender a toda a sociedade.".

<sup>216</sup> A não adoção de modelos pré-definidos, é preciso que se destaque, é uma postura que o partido já vinha assumindo desde o seu próprio surgimento.

<sup>217</sup> A expressão: "nem socialismo real, nem social-democracia", foi adotada, aliás, como título de um dos tópicos da Resolução sobre o socialismo.

<sup>218</sup> Veja-se, na seção anterior, a proposta de discussão coletiva contida no documento Pontos para a Elaboração do Programa do PT.

Demarcando, de um lado, sua tentativa de rompimento com as concepções leninistas e, de outro, seu empenho em responder às novas exigências colocadas pelo desenvolvimento das sociedades contemporâneas, o documento afirma: "Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia.(...) Afinal, 'democracia para nós é, simultaneamente, meio e fim'. Dizer isto implica em recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores."<sup>219</sup>.

Nesta perspectiva, o 1º Congresso enfatizou a importância do pluralismo: "Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento"<sup>220</sup>.

Ainda sobre o pluralismo, prossegue o documento: "O PT entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao suprimir e alienar os indivíduos, só admite de fato uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas motivo também para rechaçarmos a chamada 'pluralidade para os partidos operários', ou seja, 'para quem pensa como nós', que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura."

Firmada sobre esta concepção, a antiga visão do Estado e de seus aparatos institucionais, tomado como mero agente dos interesses da burguesia, é revista e substituída por outra na qual a democracia representativa passa a ser entendida como um instrumento que, embora deva ser aperfeiçoado, merece ser preservado. No parágrafo seguinte afirma-se: "É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.); onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder."

Sem abrir mão da proposta da "democracia exercida diretamente pelas massas", defendida desde a criação do partido, o 1º Congresso amplia, nesse momento, o conceito de democracia socialista, valorizando a democracia representativa. Democracia direta e democracia representativa são

---

<sup>219</sup> Como se sabe, o conceito de ditadura do proletariado foi desenvolvido por Lenin, fundamentalmente a partir de considerações de Marx a respeito da Comuna de Paris. Vejam-se LENIN, V. I. O estado e a revolução. In: Id. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v. 2.

<sup>220</sup> Já se demonstrou aqui que no V E. N., ainda que se afirmasse o contrário, a concepção dominante no partido era a que toma a diversidade política como expressão da diversidade de classes, numa posição diversa da adotada agora.

apresentadas como formas políticas a serem articuladas, formas de participação popular que, numa relação de complementaridade, estabelecem uma nova fórmula de gestão do poder de Estado.

Rompendo com a visão estatista do socialismo - ao apontar para uma maior autonomia da sociedade civil frente ao Estado<sup>221</sup> -, a Resolução afirma: "Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. Visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa."

A negação do estatismo e a adoção de uma concepção mais contemporânea do Estado explicitam-se na afirmação: "O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. (...) Nesse quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo (como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa) é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação". Deste modo, o Estado é visto agora como um aparato que, sob o controle da sociedade civil, pode servir à construção de uma nova e mais democrática forma de organização da produção social, ainda que os mecanismos capazes de garantir este controle não sejam apontados claramente.

Após uma longa reflexão sobre a democracia, envolvendo o papel da institucionalidade e o caráter do Estado, a Resolução volta-se para o enfrentamento da questão da economia socialista. Tomando a democracia como princípio constitutivo da sociedade socialista proposta, reformulam-se agora as proposições do V Encontro Nacional relativas às esferas da produção e do mercado.

No que diz respeito à produção e, nela, ao caráter da propriedade dos meios de produção, pode-se verificar que ocorre, no 1º Congresso, um nítido afastamento das concepções afirmadas no Encontro Nacional de 1987. Naquele Encontro, a estatização, ao lado da propriedade coletiva, era apresentada como sendo o futuro de todas as formas de produção, grandes ou pequenas. No Congresso de 1991, ao contrário, afirma-se que: "A concepção de socialismo que defendemos pretende superar a experiência econômica do 'socialismo real' baseada em uma estatização generalizada das atividades econômicas, que promoveu o domínio da burocracia e bloqueou o desenvolvimento da criatividade e do avanço tecnológico. (...)".

Sob esta ótica, o documento informa que: "O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo

---

<sup>221</sup> No V E. N., como foi visto, esta autonomia fora minimizada.

limites à propriedade individual de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; **diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal)** compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. (...)"

Admitindo, portanto, outras formas de propriedade que não a estatal ou coletiva e seguindo a postura mais pluralista então adotada pelo PT, a Resolução afirma: "(...) entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil." Explicita-se, assim, uma concepção de Estado distinta daquela formulada pela corrente leninista e referida às sociedades nas quais a esfera civil não havia ainda se desenvolvido. Neste momento, é adotada uma concepção mais consentânea ao nível de complexificação das sociedades contemporâneas avançadas, entre as quais se inclui, ainda que com ressalvas, a própria sociedade brasileira atual.

Esta é a perspectiva que orienta também a nova posição em relação ao mercado, adotada durante o 1º Congresso do PT. Recusando "(...) o mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e [da] exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder como forma de organização da produção social", o partido entende, naquele momento, que é através do fortalecimento da sociedade civil e, por meio dele, da consolidação de uma esfera pública suficientemente forte para controlar o próprio Estado que será possível construir instrumentos que possibilitem uma ação reguladora sobre a economia.

Diz o documento: "A concepção de socialismo do PT nega tanto a **ideologia do livre mercado (...) como a ideologia do estatismo**, típica do socialismo real' (...). O PT entende que só a **combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente** será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando dessa forma a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça será necessário que o Estado exerça **uma ação reguladora sobre a economia**, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação anti-monopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada de modo a poder interferir decisivamente na definição da política econômica."

Apesar da maior abertura ao funcionamento do mercado e fiel à postura adotada anteriormente o PT, não abandona a perspectiva de eliminação das relações mercantis de produção, típicas do capitalismo. O documento afirma: "O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado como espaço social da troca, por decreto. O mercado sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o

desenvolvimento tecnológico poderão permitir que historicamente possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção."

A superação dessas relações, meta original dos movimentos socialistas, é, aliás, o mote de que o PT se utiliza para demarcar diferenças com as concepções social-democratas. É a manutenção desta meta como seu objetivo final que permite ao partido afirmar, reiterando posicionamentos anteriormente assumidos, que "(...) o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira."

Segundo a Resolução, "A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social."

O documento afirma ainda: "Num país como o nosso, o excedente econômico que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é insuficiente diante das enormes demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente - o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que politicamente acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo."

Sem que se discuta a consistência dos argumentos apresentados na Resolução do 1º Congresso do PT para a refutação das práticas e concepções social democratas e, ainda, sem que se analisem os argumentos apontados como prova de sua inadequação às condições da sociedade brasileira - questões que fogem aos objetivos deste trabalho - o fato que, aqui, merece destaque é o empenho do PT na busca de um novo caminho socialista, que se afastava do leninismo, ao mesmo tempo em que negava a social-democracia.

Afirmando-se socialista, num momento em que em todo o mundo verifica-se o refluxo desta concepção política provocado tanto pelo colapso das experiências do chamado "socialismo real", quanto pelas crises fiscal e orçamentária recentemente enfrentadas pelos países de sociabilidade social-democrata e, ainda, em um período de avanço do neoliberalismo, com a conseqüente supressão de conquistas sociais históricas dos segmentos trabalhadores, o PT lançou-se à tarefa de buscar construir uma alternativa socialista nova e adequada às condições do Brasil e de seu desenvolvimento atual.

Independentemente do sucesso obtido em sua tentativa, registrada no conjunto de documentos políticos aqui analisados, pode-se verificar que o PT descreveu, de modo tenso e conflituoso, uma trajetória de renovação constante de suas posições. Nessa trajetória, tal como se verificou na seção reservada à análise das opiniões políticas dos militantes e dirigentes petistas, o partido avançou muito mais nas elaborações que se referem às questões políticas, notadamente as relacionadas com a

democracia - entendida agora como "meio e fim" -, do que naquelas relacionadas às questões econômicas. Assumida de forma consciente pelo PT, a elaboração incompleta dos temas relativos à ordem econômica da sociedade socialista, se, por um lado, abriu margem a críticas relativas à incapacidade petista de elaborar um projeto societário global, por outro, abriu espaço para a transformação crítica em seu interior.

#### 4.2.3. - O Caminho Petista no Rumo da Construção do Socialismo

A tensão resultante da presença de concepções políticas diversas no interior do PT manifesta-se também quando se analisa o caminho estratégico definido pelo partido para a construção da nova sociedade, socialista e democrática. Influenciado, desde seu surgimento, pelos movimentos sociais-populares, que mantinham uma postura de negação do Estado e de sua institucionalidade e, por outro lado, influenciado por sua crescente participação na cena política nacional, o PT descreveu uma trajetória oscilante, ora de minimização da importância das instituições formais da democracia, ora de valorização<sup>222</sup>.

Apesar de afirmar-se democrático desde o período de sua fundação, foi somente no início dos anos 90 que o PT abandonou a concepção instrumental da democracia, substituindo-a, como se demonstrou na seção anterior deste capítulo, por uma visão mais abrangente, que entende a democracia como simultaneamente meio e fim no projeto do partido. Durante a maior parte de sua história, o PT manteve uma concepção do Estado e de seu aparato institucional, nele incluído o Parlamento, como instrumentos de dominação de classes (numa acepção marxista clássica) reduzindo, conseqüentemente, o peso destes espaços no processo de democratização da sociedade proposto pelo partido.

Coerente com esta concepção, o PT apontou como caminho para a implantação do socialismo, de forma as vezes mais e as vezes menos explícita, a política de acúmulo de forças e de construção da hegemonia de classe dos trabalhadores com vistas à ruptura revolucionária. Ao mesmo tempo, porém, em sua trajetória, o partido realizou um processo de crescente valorização da chamada "frente institucional".

A tensão entre concepções política diversas, presente desde os documentos pré-fundacionais do PT, mantém-se, na verdade, durante os doze anos da trajetória petista aqui analisados. Nos documentos de fundação do partido a concepção predominante manifestou-se menos claramente, passando a fazê-lo nas Resoluções Políticas do V Encontro Nacional do PT, realizado em 1987, quando as proposições restritivas e instrumentais do Estado e da democracia explicitam-se mais

<sup>222</sup> Vladimir Palmeira, deputado federal petista, eleito pelo Rio de Janeiro, afirmou, em intervenção realizada em reunião do Governo Paralelo, em Brasília em 1992, na qual o autor se encontrava presente, que o PT seria um partido com "personalidade esquizofrênica", já que ele teria uma enorme dificuldade em definir-se entre a priorização da ação de massas e a ação institucional. A manifestação do deputado, separando os dois tipos de ação, é, aliás, ela própria, evidência do caráter oscilatório do partido. Há que se destacar que Palmeira, em que pese o fato de ser deputado e, portanto, ocupar um alto cargo institucional, criticava, em sua intervenção, a ênfase exagerada, em sua opinião, conferida pelo PT naquele momento, à ação político-institucional. Evidenciando as tensões presentes no partido, Palmeira foi eleito, naquele mesmo ano, líder da bancada petista na Câmara Federal.

plenamente. Foi a partir do VII Encontro, realizado em 1990, e, principalmente, no 1º Congresso do partido, em 1991, que as concepções mais abrangentes do Estado e da democracia tenderam a se afirmar, sobrepujando as concepções mais restritivas, sem que estas, no entanto, tenham sido eliminadas no seio do PT.

No período pré-fundacional, convencido de que a construção da nova sociedade só começaria a se concretizar quando os trabalhadores conquistassem o poder político e, decidindo os rumos do Estado, deflagrassem um processo de transformação radical das estruturas da sociedade existente e, ao mesmo tempo, consciente de que ainda não detinha força suficiente para iniciar este processo, o PT elegeu o trabalho de mobilização e de organização dos setores populares como sua principal tarefa política.

É assim que, no documento intitulado Carta de Princípios do PT, após a proclamação do objetivo partidário mais geral de "apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta", o PT é apresentado como "uma organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores (...)".

A proposta de implantação da "democracia direta", através de "órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras", expressou o repúdio dos proponentes do novo partido às formas institucionais de representação próprias da democracia liberal. Este repúdio expressou-se mais claramente ainda no mesmo documento: "O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas."

A tarefa primordial atribuída ao partido naquela oportunidade era, sem dúvida, a de viabilizar a participação política direta das massas populares. Ainda que o documento evidencie a pouca valorização das instituições políticas representativas, ignora-se pela ausência de referência explícita, se elas eram reconhecidas como parte fundamental do caminho estratégico apontado pelo partido - sendo apenas secundarizadas naquele momento - ou se, ao contrário, eram tidas como secundárias em termos estratégico e, por isto, não merecedoras de maiores considerações.

A mesma ênfase à organização popular e à participação direta é encontrada na Declaração Política da Comissão Provisória do PT, segundo a qual, o PT "surgiu (...) como uma necessidade de (...) se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia a dia, a construção de uma nova concepção de democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias."

A Declaração Política afirma ainda que: "O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja (...) apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas, antes, criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de por fim à exploração e à opressão.". O documento reivindica, portanto, um espaço de participação "legal" mais amplo do que o eleitoral, ou seja, não restrito pela institucionalidade democrática liberal, numa "nova concepção de democracia", cuja ênfase recai sobre a participação direta dos trabalhadores.

O caminho estratégico proposto pelo PT (o acúmulo de forças para a ruptura com a ordem vigente) e, nele, a secundarização da institucionalidade expressam-se mais claramente, durante a fase pré-fundacional do partido, no documento intitulado Pontos para a Elaboração do Programa. Segundo este documento, no item, Sobre a Concepção de Programa do Partido dos Trabalhadores: "Um programa do PT (...) não pode apresentar pretensão 'programa de governo' porque isso significaria descaracterizar sua própria proposta: na correlação atual de forças *ele* não é alternativa de poder e, de outro lado, seu nível de abrangência, organização e articulação não o credencia *ainda* como portador da vontade de hegemonia da classe trabalhadora.". Ao que complementa: "O programa deverá revelar o que é e o que pretende ser o PT, como expressão política dos interesses dos trabalhadores. Deverá ter como centros os *interesses comuns* dos trabalhadores de diferentes condições e locais (...). Unificar os interesses dos trabalhadores no plano político significa colocar em questão toda a organização da sociedade até hoje voltada para a exploração e a opressão. (...)"<sup>223</sup>.

Ciente de que não detinha ainda a força política necessária para se propor poder e iniciar a construção da nova sociedade, o partido desobrigava-se de apresentar um programa de governo para o país, fazendo de seu programa partidário um instrumento de questionamento da ordem social vigente. No documento Pontos Para a Elaboração do Programa do PT a sociedade, o Estado, a democracia, a ação sobre a conjuntura, os interesses imediatos dos trabalhadores e até as propostas de ação do partido, ainda que colocados numa perspectiva democrática, são todos subordinados ao objetivo de construção da "hegemonia da classe trabalhadora". Desta forma, mesmo quando a democracia é apresentada como um objetivo a ser buscado e construído imediatamente, ela é tomada como um meio, muito mais do que como um fim.

Diz o documento: "A extrema centralização do poder, tanto econômico como político, no Brasil de hoje torna necessário que os trabalhadores coloquem no centro de sua intervenção a questão do Estado. O PT deverá inscrever em seu programa, como ponto fundamental, a democratização do Estado. (...) Democratizar realmente a Sociedade e o Estado significa criar

<sup>223</sup> Esta posição é reafirmada ainda no item que encerra o documento, Um Programa de Ação para o Partido, nos seguintes termos: "Aqui reside o forte do Programa do PT. Pois reconhecendo não ter articulação suficiente na correlação de forças atuais suficiente articulação para propor-se poder, o PT deve buscar incessantemente aquilo que é sua razão de ser: articular os movimentos sociais, suprimir-lhe a atomização, unificar as demandas aparentemente diversas entre salário e água encanada. Esse conjunto de proposições, o programa de ação do partido, deve responder à questão essencial: como se organizar para impor os interesses da coletividade sobre os interesses privados?".

formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no país. A organização dos trabalhadores em força política significa sua decisão de tomar em suas próprias mãos a tarefa de democratizar a sociedade. O Programa do PT não é uma lista de desejos encaminhada aos 'canais competentes'. Ele deve definir os passos que os trabalhadores se comprometem a dar, aqui e agora, para mudar a Sociedade e o Estado. (...)".

Convicto do papel a ser desempenhado pelo partido, o documento afirma: "Os movimentos sociais que deram origem ao PT mostraram, em vários momentos, que a iniciativa dos trabalhadores pode *criar democracia*: a conquista do direito de greve, a ampliação do espaço de manifestação pública, as formas de democracia de base dos movimentos populares, foram resultado da decisão de agir pela democracia ao invés de esperar por ela. O PT é, ele próprio, um passo concreto para a concretização da democracia como obra dos próprios trabalhadores (...) O PT questiona, com sua própria presença no jogo político-eleitoral, as regras desse jogo. Ele representa a decisão dos trabalhadores de participar diretamente das decisões tomadas em seu nome. (...)".

Não obstante estas colocações, que revelam, sem dúvida, uma forte preocupação com a questão democrática<sup>224</sup> e, sobretudo, a disposição de lutar pela construção de uma democracia participativa ainda na vigência do capitalismo, o documento explicita, em seu corpo, a visão instrumental que o orienta, a concepção da democracia como espaço para acúmulo de forças. No item, Um Programa para a Democracia, o texto de responsabilidade da Comissão Nacional Provisória do PT propõe: "Ao nível político-institucional, da luta pela democracia, pela instauração do Estado de Direito, o programa do PT não deve ficar *aquem* do de nenhum outro partido. Não se trata de aparente radicalismo. A democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores e às demais classes sociais exploradas e espoliadas. Ela é o espaço político onde a possibilidade de hegemonia das classes que formam o PT poderá aparecer e oferecer ao conjunto da sociedade brasileira propostas para sua própria transformação. A conquista da democracia é uma condição fundamental para que as classes sociais exploradas e espoliadas não sejam jogadas no gueto da não-participação, do isolamento e da discriminação."

---

<sup>224</sup> No item Um Programa para a Democracia são apresentados 14 pontos que deveriam integrar "o programa de luta dos militantes do PT pela democracia": "respeito absoluto aos direitos humanos; complemento da anistia, com a punição dos responsáveis pelas mortes e torturas praticadas; reintegração de todos os atingidos, com a indenização inclusive dos prejuízos a que foram submetidos pela usurpação de seus direitos; reabilitação total das lideranças sindicais e do funcionalismo público, vítimas de 'cassações' brancas, das intervenções em seus organismos de classes; desmantelamento total dos aparelhos de repressão; revogação da Lei de Segurança Nacional; eleições livres, diretas, de sufrágio universal, e secretas, para todos os níveis do poder, desde a Presidência da República até os delegados de polícia; restauração da autonomia dos poderes; restauração da autonomia dos estados e dos municípios; restauração da autonomia dos municípios capitais de estado e dos submetidos ao estatuto de 'zona de segurança nacional', onde exatamente existem enormes concentrações operárias e populares, que vêm assim diminuídos em sua condição de cidadãos; ampla, total e irrestrita liberdade de organização e expressão política e partidária, para todas as correntes ideológicas; direito de voto, aos analfabetos, cabos e soldados; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana."

Segue-se, no documento, uma lista de 14 pontos que "obrigatoriamente" deveriam integrar "o programa de luta dos militantes do PT pela democracia". São todas reivindicações visando a implantação do Estado de Direito, o que demonstra o reconhecimento de sua necessidade, mas que não possibilita, entretanto, que se afirme que o partido o concebia, desde aquele período, como um valor permanente que devesse ser preservado, inclusive na nova sociedade que ele se propunha a construir.

A visão da democracia como espaço para a divulgação de propostas e conquista de hegemonia, numa postura de questionamento da ordem existente e, nela, das regras do jogo político, expressou-se também na recusa à apresentação de propostas de ação governamental a serem implementadas antes da chegada ao poder. No item, Um Programa para a Sociedade, lê-se: "Este é o plano em que o PT aborda as grandes questões nacionais. Fiel à orientação original, o PT não oferece *soluções* para estas questões, para não cair no reino da utopia, de um lado, nem ajudar na montagem de paliativos e ilusões que, sem que as classes sociais exploradas e espoliadas estejam no poder, não passariam de proposições abstratas. Aqui o programa consiste na mais vigorosa *denúncia* de um lado, e de outro, na visão que as classes trabalhadoras têm dessas questões."

A postura adotada pelo partido naquele momento - típica dos partidos socialistas europeus na passagem ao século XX - era a de negação da ordem social estabelecida. No tópico A Questão Econômica, o documento afirma: "O PT deve *radicalizar a denúncia* do modelo vigente, e ademais mostrar a complementaridade entre as formas ditatoriais do regime e a acumulação de capital violentíssima, o 'arrocho salarial', a conseqüente concentração de renda, a dívida externa, a internacionalização da economia em suma. Nisto o PT irá à frente de quaisquer outras propostas partidárias, ainda que não fazendo nenhuma proposta específica de solução: irá à frente no sentido de demonstrar que não se trata de construir um capitalismo 'mais civilizado' em um país como o Brasil, pois isso significaria 'matar a galinha dos ovos de ouro' (...)"

Tentando demarcar que sua postura não era de negação absoluta, o documento continua: "A posição do PT não é a de 'quanto pior, melhor': se não acreditamos que não pode haver 'capitalismo civilizado', por *vontade* da grande burguesia e do Estado, será a *organização dos trabalhadores*, de outros setores sociais, e enfim das grandes majorias de nossa população que anulará as formas mais desenfreadas de super-exploração, de dilapidamento do nosso território, enfim. E isto liga imediatamente com o programa pela democracia (...)"

A postura de negação dominante no partido naquele momento revela-se, no entanto, em sua plenitude, em passagem posterior do mesmo texto: "O PT não cairá em proposições do tipo de 'co-gestão' nem de clamar pelo 'caráter social' da propriedade: o controle que se poderá por sobre os desmandos da empresa privada *advirá da melhor organização sindical e política das classes trabalhadoras*, que no nível direto de suas lutas e no nível político poderão opor-se ao poder das empresas."

Paralelamente à postura de negação da ordem social existente, o PT, num movimento oscilatório que se manteve ao longo de toda sua trajetória, propunha a realização de mudanças nesta mesma ordem econômica. Em nível econômico, a mudança proposta, em termos gerais, era retirar o

Estado de sua função de sustentáculo do lucro privado, colocando-o na função de financiador da reprodução da força de trabalho; em nível político, a proposta era impor o controle popular sobre todas as instâncias do poder estatal.

Nesta perspectiva, o documento Pontos para a Elaboração do Programa afirma: "O PT inscreve como uma de suas lutas fundamentais a democratização do Estado.(...) A tarefa desde já é democratizar o Estado, retirá-lo das funções de sustentáculo do lucro privado, reverter as empresas estatais às suas funções públicas, reverter os impostos para financiar as atividades de prestação de serviços públicos e não como forma de incentivar o capital, para chegar a impor o controle popular sobre todas as instâncias do poder estatal."<sup>225</sup>.

O documento afirma ainda: "Os trabalhadores já perceberam que a burguesia abandonou a muito tempo a instituição do Parlamento, desviando dele, na medida mesma em que a representação popular crescia, as funções básicas de regulamentar a vida social e econômica sobretudo. Essas funções, que estão hoje nos grandes conselhos aonde os trabalhadores não têm assento, devem voltar ao Parlamento, como meio de efetivar o controle popular sobre o Estado e a vida social, ao lado dos órgãos auxiliares dos próprios trabalhadores ao nível das empresas, como as comissões de fábrica (...). Dessa forma, a proposta de sociedade que o Partido dos Trabalhadores encampa e pela qual lutará ao lado de outras forças, combina uma interferência direta a cada nível específico com a recuperação agora para fins populares, de uma instância como o Parlamento que representará o conjunto da Nação."

Com esta proposta, o PT inovava em termos políticos, apontando, como modo de superar a democracia liberal, para a articulação entre participação direta e ação político-institucional parlamentar. O documento, no entanto, não chegou a considerar a consequência possível do desenvolvimento de sua própria proposta, qual seja, a radicalização da democracia participativa e sua decorrente transformação em uma via processual, e não disruptiva, de construção do socialismo.

A pendularidade entre a postura de negação da ordem e a postura de transformação através de reformas desta mesma ordem manifesta-se ainda, no mesmo documento, no item Um Programa para a Conjuntura: Interesses dos Trabalhadores. No grande e único parágrafo que o compõe, o texto, ao mesmo tempo em que nega o critério típico da ordem capitalista para a distribuição de renda (o aumento de produtividade), aponta um elenco de propostas dos trabalhadores que culmina com a apresentação da única proposta concreta de ação governamental relativa ao conjunto da sociedade incluída no documento. Lê-se ali: "Os trabalhadores têm que reivindicar não apenas a aplicação de índices que verdadeiramente reponham seu poder aquisitivo, como aumentem o salário real. Nada de acordo com fórmulas de 'produtividade'<sup>226</sup>, mas através da luta e da negociação, e da greve

<sup>225</sup> Esta postura é adotada também no tópico reservado à questão social, onde se lê: (...) ligando a questão social com a questão do Estado, cabe fazer a denúncia e vitalizar todas as formas de reivindicação para que os gastos sociais de toda ordem sejam sufragados pelo Estado, pois para isso os trabalhadores e as demais classes sociais exploradas e espoliadas pagam imposto. É necessário acabar com a 'privatização' do Estado (...)."

<sup>226</sup> O acordo entre as montadoras de automóveis e os trabalhadores metalúrgicos, liderado pelo sindicato de São Bernardo do Campo, nos anos 90, vai frontalmente contra esta posição.

quando necessária. Aqui o PT deve reivindicar não apenas o salário-móvel, mas o seguro desemprego. Aqui o PT deve reivindicar o aumento dos gastos do Estado e não sua contratação, para criar empregos. Aqui o PT deve apresentar a reivindicação dos trabalhadores no sentido de que toda empresa que recebe créditos do Estado e que despedir trabalhadores (...) deve ser penalizada. (...). Aqui o PT tem condições de reivindicar e apresentar uma proposta de política fiscal que retire os impostos diretos para a grande massa dos que trabalham, atenuar os impostos indiretos sobretudo nos itens que compõem o orçamento da família trabalhadora, e taxar progressivamente as grandes rendas - sem devoluções - e os lucros, como forma de tirar o Estado da crise financeira e de não usar os títulos públicos para expandir a dívida interna (...).

A postura de negação de qualquer compromisso com a ordem existente que pudesse ser confundido com alguma espécie de colaboração entre classes é retomada, no entanto, no item final do documento, intitulado Um Programa de Ação para o Partido. Reafirmando a impossibilidade de o partido, naquele momento, propor-se poder e a centralidade de sua tarefa de articular e organizar os movimentos populares, o documento aponta o enfoque a ser adotado nas questões: sindical, dos bairros, das empresas privadas e das empresas estatais.

Na "questão sindical", como resposta a uma série de perguntas, era apresentada a proposta: "Aprofundar as lutas: delegado sindical e comissões de fábrica.". Na "questão dos bairros", frente à pergunta: "Como politizar essas lutas, fazê-las superar sua atomização?", o documento propunha: "De um lado, o PT deve encaminhar propostas que devolvam ao Estado *sua obrigação* de custear os gastos sociais, e não reforçar nenhuma forma de 'mutirão' em que os próprios moradores cortam na própria carne para satisfazer necessidades para as quais já pagam impostos(...). De outro lado, (...) o PT deve propor que os gastos sociais a serem custeados pelo Estado sejam decididos e administrados pelas próprias comunidades: isto significa, de um lado, construir simultaneamente a democracia e o PT, e de outro, já começar pela base a futura 'des-necessidade' do Estado."

Na "questão das empresas estatais", considerada o "nó górdio do processo de acumulação capitalista", o documento afirma que "o PT deve propor a criação dos conselhos de empresa, em que estarão representados os trabalhadores. Mas, esta proposta não se confunde com co-gestão: não se trata de co-gerir as empresas estatais em nome dos trabalhadores, mas de estes exercerem papel de fiscais, inspetores, *representantes da sociedade* nas empresas estatais: radicalizar a proposta de controle do Estado pela sociedade. (...)".

Por fim, "na questão das empresas privadas", diz o documento: "o PT não pode encampar propostas do tipo de co-gestão. Em primeiro lugar, elas não correspondem à correlação de forças: num regime desse tipo, falar em co-gestão é piada de mau gosto, onde nem sequer o direito de greve é reconhecido *realmente*. Em segundo lugar, a co-gestão é uma forma de administrar o capitalismo e de tornar os trabalhadores cúmplices de sua própria exploração, de tornar os trabalhadores seus próprios repressores. (...)". Encerrando o parágrafo e sintetizando a postura partidária lê-se ainda: ""

No período de sua pré-fundação, coexistiam no PT concepções estratégicas diversas, manifestando-se com forte peso - ainda que não explicitando-se integralmente -, a visão de que o socialismo se construiria pela via de uma ruptura abrupta com a institucionalidade vigente, considerada, no fundamental, como um instrumento de domínio de classe. A democracia, nesta ótica, era valorizada principalmente em sua dimensão instrumental, como um elemento possibilitador da construção da hegemonia dos trabalhadores, e não como uma condição imprescindível do caminho escolhido para a construção do socialismo. Desta concepção decorria a posição do partido, apontada nos documentos analisados acima, de manter-se fora do Estado, recusando-se a apresentar propostas de ação de governo até que o partido dispusesse de força política suficiente para tornar-se alternativa de poder. Ao invés disto, como se viu, era privilegiada uma postura de negação da ordem social vigente e de sua denúncia, postura com a qual o PT voltava-se para a tarefa de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

Ao mesmo tempo, porém, já no período da pré-fundação, anunciavam-se posições novas que, aos poucos, ganhariam espaço no interior do PT e da esquerda brasileira em geral: a articulação entre as formas diretas de participação popular nos diferentes espaços da sociedade e as instituições da democracia representativa; a valorização do Parlamento como espaço de representação e de regulação da sociedade e da economia; a convicção da necessidade de democratização da sociedade em todos os seus espaços; a importância da desprivatização do Estado e dos gastos públicos com a reprodução da força de trabalho.

Analisando-se em conjunto os documentos da fase de fundação do PT - seu Manifesto e seu Programa - constata-se que, não obstante o Estado não fosse mais referido como um instrumento de dominação de classe, bem como o Parlamento e as eleições aparecessem como merecedores de maior atenção, era ainda a concepção instrumental da democracia a que se apresentava com maior força naquele momento. A democracia direta, a ser atingida na sociedade futura proposta pelo PT, era a única admitida explicitamente como um "valor permanente".

No Manifesto, é afirmado: "(...) A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é que a **democracia** é uma conquista que, finalmente, ou se **constrói pelas suas mãos** ou não virá. (...) O PT afirma seu compromisso com a **democracia plena e exercida diretamente pelas massas**. Neste sentido, **proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas**. (...) Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a nação é o povo e, por isto, sabem que o País só será efetivamente independente quando o **Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras**. (...) o PT pretende chegar ao governo e a direção do Estado para realizar uma **política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores**."

No Programa, por sua vez, através de termos semelhantes aos do documento anterior, lê-se: "(...) Lutamos pela construção de uma **democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país**. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base." Contrapondo-se à democracia liberal, o

Programa explicita que a forma democrática almejada pelo partido implicava, para ser implantada, a adoção de um novo sistema social no país: " O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política (...). A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político (...). Uma alternativa de poder para os trabalhadores e oprimidos que se apoie na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados."

A priorização da frente de massas e a secundarização da frente institucional como caminho de construção do socialismo explicita-se claramente no V Encontro Nacional do partido, em 1987. Naquele evento, realizado durante um período crítico da história recente do Brasil, quando conjugavam-se as tensões advindas, de um lado, das crises econômica e política da Nova República e, de outro, do processo constituinte então em curso no país e quando, por fim, o partido preparava-se para as disputas eleitorais que ocorreriam no ano seguinte<sup>227</sup>, o PT apresentou de forma mais clara e desenvolvida seu projeto estratégico: a "política de acúmulo de forças", voltada para a preparação das condições necessárias à ruptura revolucionária.

Já se fez referência, neste trabalho, ao fato de que naquele momento, pela primeira vez, o PT assumiu-se como um partido socialista, agregando ainda a esta qualificação as expressões de "classe", de "massas" e "democrático" e, além disso, já se analisou as linhas gerais do socialismo por ele buscado<sup>228</sup>. Analisa-se, agora, como o partido pretendia construir as condições necessárias à implantação da nova ordem social.

Não obstante o esforço empreendido pelo PT no sentido de renovar a concepção revolucionária a ser adotada, adequando-a às condições do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo e da sociedade brasileira, o fato é que o partido não conseguiu afastar-se significativamente das posturas leninistas, aproximando-se, no fundamental, das formulações de Gramsci, como é possível observar através da análise da compreensão partidária do Estado e da sociedade civil no Brasil contemporâneo.

Tratando do caminho estratégico a seguir, no tópico A Conquista do Socialismo, o documento afirma: "(...) muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo (...) as formas de organização (...) que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros."

<sup>227</sup> Além das eleições municipais (Prefeituras e Câmaras), já definidas naquele momento, o PT empenhava-se, também, durante a Constituinte, pela realização de eleições para a Presidência da República. Como se sabe, estas últimas só vieram a ocorrer dois anos depois, em 1989.

<sup>228</sup> Vejam-se, para estes assuntos, na ordem, as duas seções iniciais deste capítulo.

Segundo o texto, no entanto, essas são "(...) formas embrionárias de poder proletário", sendo que "(...) estas experiências em si não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. (...)". Para resolvê-las, conforme o documento, "(...) é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade."

Para a conquista do poder, por sua vez, segundo o documento, era necessário combinar "reforma e revolução", dando "(...) maior ênfase a uma ou outra, de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, (...) quando ela serve para demonstrar (...) que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve a luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta."

A concepção que predomina no documento é, no fundamental, leninista. As reformas são entendidas como válidas e desejáveis apenas na medida em que se constituem em um caminho preparatório da revolução que, de modo disruptivo, rompendo com as instituições políticas existentes, instalará, através de um novo começo, as bases de uma nova ordem social.

No projeto estratégico explicitado pelo PT, nesse momento, não obstante a crítica ao vanguardismo de alguns grupos dentro do partido<sup>229</sup>, o Estado era visto como um instrumento de dominação de classe a ser apropriado. Segundo o tópico A conquista do Socialismo, "Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, **realizar uma mudança política radical**; os trabalhadores precisam transformar-se em **classe hegemônica e dominante no poder de Estado**, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem **colocar o poder político - o Estado - a seu serviço**."

Ainda que procurasse incorporar conceitos desenvolvidos por Gramsci, como o de hegemonia, valorizando as organizações da sociedade civil, o PT mantinha-se apegado a concepções restritivas do Estado e da democracia, conservando, assim, a tensão entre concepções políticas que o caracterizara desde o período de pré-fundação. No tópico Socialismo e Democracia, onde são analisadas mais diretamente as questões relativas ao Estado e à Sociedade Civil brasileira, exprime-se uma compreensão mais ampla destas duas esferas. Incorporando a seu instrumental analítico as

---

<sup>229</sup> No parágrafo 33 do documento lê-se: "Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso pretensamente revolucionário não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas."

formulações de Gramsci relativas às sociedades ocidentais<sup>230</sup>, o partido flexibiliza, como é possível verificar no texto abaixo, sua concepção do Estado e sofisticada sua percepção da Sociedade Civil.

Afirma o documento: "(...) é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação, etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários, etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir pelo menos formalmente o Estado à disputa das diversas classes."

O documento continua: "Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (FIESP, ONA, ONI, etc.) que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras, quanto para manter o aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração."<sup>231</sup>

Não obstante esta visão mais ampla do Estado e o reconhecimento da vitalidade da sociedade civil brasileira, a tensão entre concepções políticas e a oscilação entre posições que caracterizam a trajetória do PT voltam a manifestar-se de modo claro na seção do documento do V Encontro que trata táticas a serem adotadas pelo partido, na qual a ruptura revolucionária é apresentada como via imprescindível para a construção do socialismo.

No tópico intitulado O PT e o seu Programa, o documento afirma que, naquele momento, diante da dificuldade enfrentada pela burguesia de "legitimar o projeto de dominação" (referido como sendo a "Nova República"), bem como de os trabalhadores construírem "um projeto alternativo a essa [mesma] dominação", a "principal tarefa" a ser enfrentada pelo partido era a "disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático popular(...)". Uma disputa que implicava na adoção de uma "política de acúmulo de forças" que criasse as condições para a instalação de um governo democrático e popular e, num futuro ainda indeterminado mas não tão distante, a realização do salto disruptivo revolucionário.

<sup>230</sup> Veja-se, por exemplo, GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>231</sup> Referido à sociedade brasileira de forma geral, este último período do texto sintetiza, na verdade, aquilo que acontece com o próprio PT, no que se refere à questão da democracia, expressando uma das teses centrais do presente trabalho. Qual seja, exatamente aquela que pretende demonstrar a importância de sua existência para o processo de construção da democracia no país.

Explicitando como entendia essa política, no tópico que traz o seu nome, o documento afirma: "A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças que parte do reconhecimento de que não estão colocados na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT (...) e a organização do movimento popular independentes; c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos."

Essas três atividades, apontadas como centrais para o PT naquele período, eram consideradas como tarefas preparatórias para que o partido pudesse chegar a ser governo: "O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, com um plano econômico de emergência, capaz de tirar o Brasil da crise em que está afundado e de melhorar a situação dos trabalhadores e da maioria do povo, bem como propostas de real democratização do País, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas Já, etc.";

Desta forma, era como "acúmulo de forças" que o partido concebia, em seu V Encontro, a apresentação de propostas de ação de governo, bem como sua participação no processo eleitoral. Este acúmulo de forças, mais consolidado com a eleição de um governo democrático e popular, remeteria ao momento de "ruptura revolucionária" da ordem existente: "Nas condições do Brasil, um Governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiária e antimonopólio - tarefas não efetivadas pela burguesia - tem um duplo significado: em primeiro lugar é um Governo de forças em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um Governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um Governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular."

No V Encontro, o PT explicitou, da forma mais clara e desenvolvida até então, seu projeto estratégico: as ações de governo, a democracia liberal e os seus mecanismos institucionais, eram instrumentos no processo de acumulação de forças com vistas à construção da hegemonia de uma classe social, capaz de realizar a ruptura revolucionária necessária para a implantação do socialismo.

Dois anos após a realização do V Encontro, em um período de crise da Nova República, já na vigência da nova Constituição e com eleições presidenciais diretas convocadas, em seu VI Encontro Nacional, o PT vislumbrou, pela primeira vez<sup>232</sup>, a possibilidade de disputar o governo federal com chances reais de vitória. Fortalecido nas eleições municipais realizadas um ano antes, quando elegeu

<sup>232</sup> Até porque, aquelas seriam as primeiras eleições livres e diretas para a Presidência de República em 29 anos no Brasil.

os Prefeitos de três capitais e de outros 33 municípios<sup>233</sup> (mais 3 vice-prefeituras em coligação), além de 1007 vereadores, conquistando cerca de 10% dos votos em todo o país<sup>234</sup>, o PT atribuiu seu bom desempenho eleitoral às políticas de acúmulo de forças e de alianças<sup>235</sup> definidas no V Encontro Nacional, realizado em 1987.

Tratava-se agora, finalmente, de traçar as diretrizes e as bases de um programa de governo para o país, capaz de aglutinar outras forças políticas em torno do partido e de viabilizar, com isso, a vitória eleitoral de seu candidato à Presidência da República. Era o momento de entrada plena do PT - com empenho ainda maior do que o dispendido nas eleições anteriores - no jogo político-democrático institucional, que exigia do partido a formulação de propostas de ação de governo viáveis para as soluções dos graves problemas então enfrentados pelo país.

Este fato não implicava, no entanto, o abandono da concepção da democracia como espaço de acúmulo de forças e da ruptura revolucionária como via para a implantação do socialismo, explicitada pelo V Encontro. A conjuntura em que se realizou o VI Encontro se, por um lado, em função das eleições presidenciais, reforçou no partido a necessidade de valorizar as instituições políticas e suas possibilidades de ação reformadora, por outro, em função da crise vivida no país, reforçou a perspectiva de conquista do Estado e de preparação da ruptura revolucionária.

As Resoluções Políticas do VI Encontro Nacional do PT, em seu capítulo O Momento Atual e as Nossas Tarefas, consideravam que o país atravessava uma crise "global" que combinava "o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista"; uma crise que tinha "uma dimensão internacional clara, relacionada com as dificuldades da economia capitalista mundial a partir dos anos 70."

Mesmo que o documento afirmasse, ao mesmo tempo, que o país não atravessava uma "situação revolucionária ou mesmo pré-revolucionária", frente à instabilidade reinante, o PT - julgando-se ainda sem forças para "impor uma saída para a crise", mas forte o "bastante para começar

<sup>233</sup> Segundo as Resoluções do VI E. N. do PT, nos 36 municípios onde o partido vencera as eleições agrupavam-se "mais de 20 milhões de brasileiros (...) e 1/3 do Produto Interno Bruto" do país.

<sup>234</sup> Tendo obtido mais de 6 milhões de votos em 1982, o crescimento eleitoral do PT, comparativamente às eleições municipais anteriores, realizadas em 1982, quando o partido obtivera 1,4 milhão de votos, foi superior a 400%, de uma eleição a outra. O sentido de vitória, bem como o valor estratégico atribuído ao desempenho eleitoral do PT naquela oportunidade por analistas e pelos próprios petistas pode ser sintetizado no seguinte trecho de um artigo de Francisco Weffort (identificado como "sociólogo e militante" do partido no livro de onde se retirou a transcrição de seu artigo para a Folha de São Paulo): "Se a vitória do MDB em 1974 teve um sentido fundamentalmente político-institucional, a vitória do PT em 1988 assume um significado fundamentalmente político-social. Se aquela colocava em questão um regime político - ou seja, a ditadura militar -, esta coloca em questão um modelo econômico e um padrão de organização da sociedade, mais que um regime político (...). Insiste-se em chamar o voto dado ao PT, nestas eleições, como um voto de protesto. É evidente que sim. Excluímos, porém, desde logo, a hipótese que pretende conferir a este protesto um caráter meramente circunstancial." Veja-se, tanto para os dados eleitorais, quanto para o trecho citado, GADOTTI, M.; PEREIRA, O. Opus cit. p. 265 a 277, especialmente as p. 267 e 272.

<sup>235</sup> A "política de alianças" definida no V E. N. foi referida, no que interessava ao presente estudo, na primeira seção deste capítulo.

uma disputa pela hegemonia política" da sociedade brasileira<sup>236</sup> - entendia que era chegado o momento de lançar-se a uma política de "disputa de projetos" com as classes dominantes: "A tarefa fundamental hoje colocada para o campo popular e, portanto, o centro de nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular. Esta é a tarefa que, na atual conjuntura, articula e dá sentido às demais atividades que desenvolvemos. Só um governo do PT, com Lula presidente, junto com as forças democráticas e populares, pode terminar com a atual política, (...) abrindo caminho para a resolução, pelos trabalhadores, da crise que atravessa a Nação."

Ainda que se afirmasse a disposição democrática do partido, a perspectiva adotada era a da disputa de hegemonia para a imposição de um projeto e não a da negociação ampla desse projeto, por meio das instituições políticas, para a composição de uma alternativa que articulasse a diversidade de interesses políticos existentes no interior da sociedade brasileira. O documento expressa, desta forma, a proposta estratégica do PT, na qual a utilização instrumental dos mecanismos da democracia institucional e a constituição de organismos paralelos de poder são considerados meios para o desenvolvimento da política de acúmulo de forças para a conquista do Estado.

Nesta perspectiva, afirma o documento: "(...) é preciso ter claro que não interessa aos trabalhadores a estabilidade da atual forma de dominação burguesa, o que coloca a questão da passagem desta crise de governo para uma crise aberta e declarada de regime. (...) O eixo central da tática, neste momento, é a campanha presidencial de 89 (...). Constituem, entretanto, eixos complementares imprescindíveis da tática, o incremento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores (...), a manutenção da recusa a qualquer tipo de 'pacto' com o campo dominante e a construção de embriões de novos organismos de controle e de poder popular. (...)".

Ao mesmo tempo em que reafirmava a estratégia aprovada no V Encontro, o PT, na conjuntura das eleições presidenciais, dispunha-se a apresentar propostas concretas para a superação da crise que o país atravessava. Elas deveriam articular o plano das ações de massas e o das ações institucionais e, sobretudo, deveriam viabilizar uma "política global para o país". Em suas definições táticas, portanto, o partido tendia a valorizar a institucionalidade democrática como espaço de ação transformadora.

Sob esta ótica, o documento afirma: "O Programa deve ser, ao mesmo tempo, um instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores para a vitória eleitoral e um instrumento de governo no caso de que venhamos a vencer as eleições. Ele deve conter medidas que apontem para o desencadeamento de um radical movimento de mudança econômica, social e política do Brasil, mas, igualmente, dar respostas aos problemas que afligem hoje a imensa maioria dos brasileiros. Sua capacidade de atrair dezenas de milhões de eleitores, não pode se dar sob a base de concessões de

---

<sup>236</sup> Na íntegra, diz o texto: "(...) O grau de organização sindical dos trabalhadores já é suficiente para barrar iniciativas burguesas decisivas, como o pacto social. O grau de organização política dos trabalhadores é bastante para começar uma disputa pela hegemonia política. Mas ainda não temos condições de impor a nossa saída para a crise e podemos não vir a tê-la por todo o período. Isso aprofunda o quadro de instabilidade."

princípios, nem de chamamentos demagógicos. Tudo o que o programa propuser tem de aparecer como realizável, a partir, evidentemente, da mobilização popular.<sup>237</sup>

Impulsionado pelas responsabilidades que ele já assumira na administração de um número considerável de prefeituras municipais - sendo que algumas delas integravam o grupo das mais importantes do país - e, ainda, pelas responsabilidades que o partido se dispunha a assumir num possível governo federal, o PT explicitava uma concepção mais ampla das potencialidades da democracia formal.

Nos tópicos denominados A Proposta Socialista do PT e As Administrações Petistas, destinados à discussão, o primeiro, de um futuro governo federal sob comando do candidato do PT e, o segundo, à avaliação dos governos já submetidos à sua responsabilidade, a nova postura que começava a ser incorporada pelo partido revela-se ainda mais claramente. Nas passagens transcritas abaixo, retiradas dos dois trechos referidos, pode-se perceber a tentativa de articulação entre o objetivo estratégico socialista proposto pelo PT, as ações voltadas para a frente de massas e a valorização progressiva do campo institucional. Nesta nova postura, assumida, nesse momento, em termos táticos expressava-se o início de uma nova compreensão do papel da democracia que, gradativamente, passaria a ser vista em termos estratégicos, como um caminho de construção do socialismo e não mais como mero instrumento de acumulação de forças.

Afirmando seu caráter socialista e, ao mesmo tempo, seu lastreamento na realidade presente, o primeiro tópico abre-se com a declaração de que: "O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa para hoje são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato e sustentará o governo é e será dos trabalhadores."

Adiante, o documento, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter socialista da candidatura petista, proclama a concepção de democracia adotada, nesse momento, pelo partido: "Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país. (...) Devemos insistir em que o nosso governo

<sup>237</sup> No texto As Bases do Programa de Ação de Governo, aprovado no VI Encontro, pela primeira vez o PT apresentava um roteiro detalhado para a elaboração de um projeto de governo e o fazia garantindo-lhe expressivo destaque entre os demais temas abordados durante aquele Encontro. Do total de 43 páginas da publicação a com as Resoluções Políticas do evento, além das 7 reservadas às Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo, outras 15 eram ocupadas com as Bases do PAG, perfazendo, assim, 22 páginas. Com isso, mais de 50% do espaço total da publicação foram destinadas ao tema da ação de governo. As Bases do PAG, procuravam cobrir todo o espectro da vida nacional, a saber: 1) Democratização do Estado e da Sociedade; 2) O Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico; 3) Programa Agrário; 4) Contra as Discriminações - Mulheres; 5) Negros; 6) Política de Transportes; 7) Saúde; 8) Política de Educação; 9) Salvar a Amazônia, Defender a Vida; 10) Uma Nova Política Energética; 11) Reforma Urbana e Política Habitacional; 12) Por uma Política Externa Soberana; 13) Defesa dos Direitos e Conquistas dos Trabalhadores e 14) Ecologia e Meio Ambiente.

será o mais democrático da história do país, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas consequências mais avançadas. Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e do direito das minorias. "

Na mesma postura, no segundo dos tópicos referidos, reservado a análise das Administrações Petistas, identificando, de um lado, as pressões por que passavam as Prefeituras Municipais do partido e, de outro, a ausência de "(...) um projeto político administrativo mais definido", as Resoluções propõem: "Hoje, seis meses à frente de 36 Prefeituras Municipais, o PT deve não somente romper com o cerco propagandístico da burguesia contra suas administrações, como também agilizar respostas concretas aos problemas enfrentados pela população, intensificando o programa com o qual disputou e venceu as eleições. São exigidas medidas ousadas e inovadoras nos setores que mais afetam a população como os de habitação, saneamento básico, saúde e educação."

Explicitando a intenção de articular a frente de massas, anteriormente privilegiada pelo partido, e a frente institucional, até há bem pouco tempo relegada a segundo plano, o documento acrescenta: "Devemos realizar com urgência um esforço conjunto a nível nacional para superar desafios estratégicos das nossas administrações (o transporte coletivo, a elaboração democrática do orçamento, a política de abastecimento) envolvendo não só o conjunto das Prefeituras petistas mas também, necessariamente, a nossa Bancada Federal, as Bancadas Estaduais e Municipais e, sobretudo, a nossa militância, que deve ser chamada a compartilhar da elaboração e da sustentação das políticas administrativas."

A proposição de políticas concretas a serem implementadas num possível governo federal petista, bem como a adoção de uma concepção mais abrangente da própria democracia institucional, ainda que permeadas por posturas que revelam a permanência de visões restritivas das práticas políticas institucionais - mantendo-se, assim, a característica petista de mover-se pendularmente - é a linha geral que orienta os documentos que definem as Diretrizes e as Bases do Programa de Governo, aprovadas no VI Encontro Nacional do PT.

Sem que se faça aqui um acompanhamento exaustivo dos referidos documentos, procedimento que extrapolaria os objetivos deste trabalho, a análise de alguns tópicos do texto Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do PT permite que se observem, a um só tempo, tanto a ampliação da postura democrática que se processava no PT naquele momento, ancorada sobre a avaliação da realidade brasileira contemporânea, quanto a permanência da postura restritiva, na tensão entre concepções políticas que caracterizava o partido. O texto afirma: "O PT assume a candidatura Lula convencido de que, nas condições brasileiras atuais, a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia."

Ao mesmo tempo, no entanto, o texto, mantendo-se no limite das formulações gramscianas, continuava entendendo sua ação política no plano institucional como uma parcela de sua política geral de acúmulo de forças e de disputa de hegemonia e não, como os pós-gramscianos, como uma ação que consolida e amplia a democracia e, com isto, constrói a nova sociedade socialista<sup>238</sup>. É nesta perspectiva que a candidatura à Presidência da República e o próprio programa democrático e popular são concebidos apenas como objetivos táticos e não, como seria de se esperar numa concepção processual da democracia e da revolução, como ações com sentido estratégico.

Assim, o documento informa: "Eis porque nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo<sup>239</sup>. (...) Nosso objetivo político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social."

Para o PT, reforma e revolução deveriam ser indissociáveis: "O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de 'Capitalismo Popular' no país. Ao contrário, através de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil". E continua: "Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem o resultado da 'retirada de cena' das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugaram historicamente os trabalhadores e o povo deste País. A implementação da globalidade de um Programa Democrático Popular só pode ocorrer com a revolução socialista."

A revolução socialista, por sua vez, deveria ser um movimento de amplas massas: "Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder através de um golpe de mão, de um 'putsch' da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto."

O acúmulo de forças realizado até as eleições presidenciais de 1989 não foi suficiente para a conquista do governo democrático e popular proposto pelo PT. Derrotado nestas eleições, não obstante

<sup>238</sup> Veja-se para as concepções gramscianas e pós-gramscianas, COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e socialismo no Brasil de hoje In: *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 93-112.

<sup>239</sup> Observa-se, nesta frase, o "recado" enviado aos dois extremos das correntes internas do PT, ou seja, aos chamados de "esquerda" e aos chamados de "direita": nem "tomada do poder", nem "reforma do capitalismo", mas sim, "acúmulo de forças" e "disputa de hegemonia".

tenha atingido o segundo turno da disputa e conquistado 48% dos votos válidos contra 52% de seu adversário<sup>240</sup>, e exercendo já há quase um ano e meio a administração das Prefeituras Municipais que conquistara em 1988, o PT, em seu VII Encontro Nacional, realizado em 1990, dispôs-se a reavaliar seu projeto político.

As Resoluções daquele Encontro Nacional, no capítulo destinado à Construção Partidária, traçam uma boa síntese da situação enfrentada pelo PT naquele momento, bem como explicitam o clima geral reinante no partido. Nelas, está presente uma forte carga de autocrítica em relação às deficiências do próprio partido, resultante de uma percepção mais clara da complexidade da sociedade em que o PT se inseria e da necessidade de alargamento de seu campo de atuação, estendendo-o para além do universo dos movimentos sindicais e populares.

Segundo o documento, o PT atravessava "uma encruzilhada". Fortalecido na última campanha eleitoral, via-se "diante de novas responsabilidades perante a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade" e sua "inserção cada vez maior (...) no plano institucional e a previsão de que essa frente de luta tende a intensificar-se geravam "possibilidades de tensões" que o partido entendia ainda não ter conseguido "equacionar adequadamente".

Pressionado, de um lado, pelas "alterações na estrutura sócio-econômica brasileira" e, de outro, pelas "reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas", o PT via-se obrigado "a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica" pela construção de uma nova forma de organização social, "de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira".

Se a concepção estratégica hegemônica no interior do partido, nos dez primeiros anos de sua história, fora a do acúmulo de forças para a ruptura revolucionária, sua segunda década de existência abria-se com a autocrítica de quem já ocupava importantes espaços de poder e adquiria a consciência de que levaria muito tempo ainda para conquista-lo efetivamente, quer pela quebra da institucionalidade vigente, quer por sua consolidação e aperfeiçoamento.

A tensão interna vivida pelo partido entre estas duas concepções estratégicas chegara a um ponto crítico. Causa da impossibilidade de submeter uma resolução sobre o tema do socialismo à discussão e aprovação das sessões plenárias do Encontro<sup>241</sup>, a tensão entre concepções era admitida no próprio texto: "(...) avoluma-se a sensação de que nem tudo anda bem no funcionamento do Partido. É nítido o descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento de sua estrutura orgânica. Há lacunas evidentes no desempenho do Partido tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o Partido se afastou das origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e

<sup>240</sup> Veja-se, para a análise do desempenho eleitoral do candidato petista à Presidência em 1989, o capítulo desta tese reservado a esta questão.

<sup>241</sup> Veja-se seção anterior deste capítulo, onde se relata o acordo conseguido para a aprovação de um texto preliminar sobre o tema.

correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros vêem na atuação partidária desvios eleitorais."

Ampliando o quadro e caracterizando de modo ainda mais nítido as tensões presentes, o texto continua: "(...) há sérias dificuldades na aplicação prática de uma política de frente e alianças, de acordos e coligações, na conquista de novos setores sociais em busca de hegemonia. Nas suas relações com os setores populares e os trabalhadores, a militância petista oscila entre a atração e a repulsão. Quadros e militantes também hesitam nas suas relação com o Poder. Há os que se impacientam com o ritmo lento de uma política de acúmulo de forças; há os que se atemorizam diante da necessidade de saltos históricos. E, em vários aspectos da atividade dos petistas, há contradições nítidas entre o discurso e a prática.". Frente a este quadro, o texto conclui: "Tudo isso indica a necessidade de um reexame profundo da nossa concepção de Partido.". Esta revisão dependia de uma reflexão sobre "a realidade histórica brasileira deste final de século" e da "concepção de socialismo e do caminho que [o partido] adota para sua conquista e construção."

Apesar de adiar o processo de maiores definições sobre o tema do socialismo para o 1º Congresso do partido, que se realizaria em 1991, o VII Encontro Nacional caracterizou-se pela valorização da democracia, transformada em eixo orientador de suas resoluções. Expressando aquilo que era considerado consensual em relação ao tema do socialismo, o capítulo denominado O Socialismo Petista<sup>242</sup> apresentou este sistema como a radicalização da democracia nos âmbitos da economia, da política, dos costumes etc..

Segundo o capítulo referido, "a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. (...) a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva no futuro a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos."

Embora o PT já houvesse afirmado em documentos anteriores a importância da democracia para a luta dos trabalhadores, isto é, para a conquista da hegemonia e também no período de construção do socialismo, a novidade registrada aqui é a sua apresentação como um requisito fundamental para a superação do capitalismo, ou seja, como valor estratégico. Ainda que a tensão entre concepções se mantivesse presente no interior do partido<sup>243</sup>, o PT aproximava-se, naquele momento, de uma concepção de democracia que ia além da estabelecida por Gramsci, podendo ser definida como pós-gramsciana<sup>244</sup>.

<sup>242</sup> Texto proposto, como se sabe, pela direção nacional do PT e redigido por uma comissão composta por representantes de todas as tendências políticas internas do partido.

<sup>243</sup> A tensão não havia sido resolvida e, na Apresentação das Resoluções daquele Encontro, a Comissão Executiva Nacional do PT ressaltava que "os debates sobre esses temas [relativos ao socialismo e à estratégia] prosseguem (...)".

<sup>244</sup> Veja-se a referência anterior à Coutinho.

Centrado, portanto, na questão democrática e fazendo dela o eixo de sua análise do socialismo, o documento resgatou a história do próprio PT, empenhando-se - talvez como forma de atenuar a tensão instalada em seu interior - em demonstrar que a concepção da democracia como valor estratégico já se encontrava, mesmo que de forma latente, no ideário e na prática petistas desde sua origem. Neste sentido, o texto afirma: **"A vocação democrática do PT (...) vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. (...) Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais - inclusive de muitas agremiações de esquerda - o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do partido com as suas bases sociais e com a sociedade civil em seu conjunto."**

Referindo-se, ainda, ao partido, o texto afirma: **"Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos de fato uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador (...) O ideário do partido não expressa unilateralmente nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia "oficial". As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas diversas culturas políticas libertárias (...) é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão."**

Note-se que não é o socialismo, propriamente, que aparece no texto como o fator de unificação interna do PT. Antes dele, o documento indica as posturas democrática e "anticapitalistas" - estas últimas adotadas inicialmente de forma empírica pela maioria dos petistas - como as possibilitadoras de seu projeto partidário comum. Mais do que isto o documento, afirma que foi o posicionamento radicalmente democrático de seus integrantes que os tornou "anticapitalistas". Levando-se as afirmações contidas no texto às suas últimas consequências, pode-se concluir que o "socialismo petista" é fruto de uma postura "anti-capitalista" que, por sua vez, se origina da vocação democrática enraizada em seus integrantes.

Caracterizando a postura anti-capitalista do partido, o documento nega a social-democracia e suas estratégias como caminho para a superação do capitalismo: **"Semelhante convicção anti-capitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não representam hoje nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo deixaram de acreditar inclusive na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo."**

Segundo o documento, por ter se comprometido, desde sua origem, com uma concepção estratégica da democracia, o PT negou também o "socialismo real" como opção: "(...) Nosso compromisso estratégico com a democracia - a identidade democrática do PT - levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado 'socialismo real'. (...) Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado 'socialismo real' uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política como econômica e social (...) nega a essência mesma do socialismo petista. (...) O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo."

Do conjunto destas críticas, à social-democracia e ao "socialismo real", despontam, mais uma vez, as tensões internas típicas do PT. Deixando claro sua discordância com a social-democracia no que diz respeito à crença na "neutralidade da máquina do Estado" e na viabilidade de "uma transição tranquila" ao socialismo e, por outro lado, reafirmando sua convicção da necessidade de "mobilização das massas pela base", o PT não esclarece, no entanto, no documento do VII Encontro, se acredita na "possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo" e, no caso dessa eventualidade, qual deveria ser o papel desempenhado pelas organizações populares de massas. Elas assumiriam, durante a transição, a vanguarda do processo transformativo, sobrepujando-se ao Parlamento e aos demais instrumentos democráticos institucionais, ou atuariam articuladamente com eles?

Na crítica ao "socialismo real", por sua vez, o PT agrega a ressalva que: "(...) a expressão 'socialismo real', em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivela experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que seguramente não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. (...) Em alguns processos nacionais as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. (...) O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica."

No VII Encontro, portanto, ao mesmo tempo em que apontava a democracia como um valor permanente e estratégico, o PT considerava a via revolucionária disruptiva como uma opção legítima e passível de ser utilizada na luta pela construção de um novo ordenamento social. Na situação brasileira, entretanto, naquele momento, tal opção não era referida a curto, médio ou longo prazo, ainda que, por outro lado, as Resoluções do V Encontro sobre a questão não fossem refutadas.

Frente às transformações ocorridas na conjuntura nacional e internacional ao longo do período de sua existência, o PT alertava para o fato de que as disputas políticas, travadas agora "cada vez mais no terreno dos projetos gerais", exigiam do partido "maiores definições estratégicas". Definições nas quais o projeto petista, em seu processo de "construção progressiva" e em "correspondência" com a "cultura política real" de suas "bases partidárias e sociais", não conseguira ainda avançar suficientemente. Tratava-se, segundo o VII Encontro, de uma tarefa histórica de tal magnitude que não

dependia somente do PT e que, pelo contrário, deveria "engajar todas as forças libertárias disponíveis em nossa sociedade", bem como "valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes".

Entre as questões estratégicas, aquele Encontro Nacional avançava, no entanto, na definição do caminho a ser adotado na luta pelo socialismo. Segundo as Resoluções: **"O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. (...)".**

Não obstante o texto reafirme de modo explícito definições político-estratégicas adotadas pelo PT em seu V Encontro Nacional, elas são reinterpretadas agora, sob a nova ótica adotada pelo partido. Reafirma-se, na verdade, apenas a necessidade de os trabalhadores dirigirem a sociedade e o Estado, sem que seja feita qualquer referência à necessidade da ruptura revolucionária, defendida explicitamente no Encontro Nacional desde 1987. A não referência a esta posição evidencia, sem dúvida, sua perda de espaço, mesmo que momentânea, no interior do PT, como decorrência do avanço da concepção que entendia a democracia como um valor permanente e como um objetivo estratégico.

Entre as redefinições de cunho estratégico, incluiu-se, ainda, nas Resoluções do VII Encontro, a questão da inevitabilidade histórica do socialismo. Rompendo com a concepção catastrofista do final do capitalismo, o PT afastava-se de uma posição tradicionalmente defendida pelas correntes socialistas ortodoxas e que ele próprio adotara em Encontros Nacionais anteriores. Segundo as Resoluções: **"O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos."** E, expressando a importância atribuída à radicalização da democracia naquele momento, o parágrafo prossegue concluindo: **"Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo."**

A redefinição de posicionamentos do primeiro decênio de existência do partido, moldada pela concepção democrática radical que passava a predominar em suas análises, evidenciou-se ainda em duas outras importantes passagens das Resoluções daquele Encontro. No capítulo dedicado à Construção Partidária, esta redefinição expressou-se na ênfase conferida ao tema da Relação com a Institucionalidade, plano no qual o partido decidira investir ocupando espaços e através do qual se consolidava sua adesão crescente ao jogo político institucional.

No capítulo reservado à Conjuntura e Tática - ainda que numa manifestação algo que reativa às investidas autoritárias do governo Collor -, o PT redefiniu posição ao centrar suas propostas de ação política na defesa dos valores e da institucionalidade democrática, invertendo, de certa forma, a posição que adotara no V e no VI Encontros Nacionais. Tomados como limites restritivos à ação

transformadora do partido até então, os limites institucionais são compreendidos agora como garantias para a manutenção de direitos sociais e políticos anteriormente conquistados.

Ao mesmo tempo, porém, nas duas passagens das Resoluções do VII Encontro apontadas acima, apesar das redefinições de posições realizadas, mantinha-se a tensão entre concepções que caracteriza a trajetória do PT; o avanço de posturas democráticas mais amplas não eliminava completamente os posicionamentos restritivos adotados anteriormente.

No que diz respeito à construção partidária, o PT, que até então priorizara as ações na frente de massas, passou a apontar a necessidade de articular esta ação com a desenvolvida no plano institucional. No primeiro parágrafo do item Relação com a Institucionalidade, o documento afirma: "A campanha eleitoral de 1989 nos demonstrou que o PT pode, a qualquer momento, ser chamado a administrar não apenas Prefeituras, Governos de Estado ou participar de Parlamentos, mas também a própria Presidência da República. Portanto, a reflexão sobre as nossas relações com a institucionalidade ocorre hoje com um caráter de dramaticidade de quem deve dar respostas muito concretas a uma exigência já estabelecida. Fizemos uma opção de ocupar espaços institucionais e devemos elaborar uma correta política de nossa presença nessa frente, sua relação com as demais frentes e com nosso projeto estratégico."

A frente institucional passava a ser igualada em importância à frente de massas e, neste movimento, o PT, mais nitidamente que nos documentos anteriores, aproximava-se de uma compreensão do Estado como uma arena onde pode ser travada a disputa de interesses sociais e políticos diferenciados e não mais como mero agente dos interesses exclusivos da burguesia; não fosse assim, seria impossível apresentar a proposta de geri-lo na ótica dos "oprimidos".

Nesta perspectiva, o documento do VII Encontro afirma: "Reforça-se hoje a consciência de que a frente institucional não é um departamento estanque dentro da vida partidária. O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desenvolvido por um sindicalista ou militante do movimento popular. Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade; é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade, com prioridade dos setores mais explorados; é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade.(...) Nossos mandatos são instrumentos também de crescimento da credibilidade social que nosso Partido necessita na busca da hegemonização dos mais amplos setores da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de nosso projeto socialista."

Ao mesmo tempo em que ampliava sua concepção de Estado, o PT, como se observa na definição do objetivo de sua relação com a institucionalidade, mantinha sua visão da democracia como espaço para acúmulo de forças, e não como espaço de luta de classes e de reformas estruturais capazes de possibilitar a construção de uma nova ordem social.

Em seu movimento de ampliação, o partido propunha-se a governar para "o conjunto da sociedade" e não apenas para os trabalhadores ou para os setores populares. Entendendo-se já firmado como "uma instituição política" no cenário político - o que implicava sua adesão ao jogo político institucional -, o PT passava a afirmar a importância deste jogo, negando, no entanto, a ação restritiva de seus limites sobre a realização do projeto estratégico do partido: a construção do socialismo.

Neste sentido, o documento do VII Encontro afirma: "Registra-se em muitos setores do Partido uma procedente preocupação com um certo grau de acomodação, de adaptação 'exagerada' aos trâmites, usos e costumes da vida institucional. Registra-se uma certa perda do ardor revolucionário das primeiras horas. Não basta constatar e lamentar. Só a capacidade coletiva de se buscar um equilíbrio entre nossas três frentes de construção partidária e a permanente realimentação de nossa vida partidária em seu manancial original e determinante, que é a luta dos trabalhadores em todos os locais e instâncias em que ela se trava, é que nos permitirão não apenas vencer eventuais ameaças de deformação de nosso caráter partidário, como ir além, e conseguir utilizar de maneira correta e adequada os instrumentos que a prática institucional nos coloca à disposição. É preciso não ter medo e ter a ousadia revolucionária de propor novas políticas, novas saídas, sempre que os limites externos ameacem a realização de nosso projeto. Nesse sentido, temos clareza de que o Partido, de forma madura e serena, deve estar atento para construir desde agora um acúmulo de forças e de experiências que além dos marcos da institucionalidade vigente, nos assegurem a continuidade da construção de nosso projeto estratégico, a construção de uma sociedade brasileira socialista."

A importância da institucionalidade existente, apesar dos limites apontados em termos estratégicos, foi reafirmada pelo VII Encontro, ao tratar da Conjuntura e Tática. Reagindo ao avanço modernizador-autoritário deflagrado no governo Collor<sup>245</sup>, o PT - apesar de reafirmar as Resoluções do 5º e do 6º Encontros que precisaram a política de acúmulo de forças e desenvolveram o programa democrático-popular - passou a enfatizar a importância das instituições políticas e, inclusive, da Constituição que ele próprio se recusara a assinar, em protesto aos seus limites conservadores<sup>246</sup>.

Segundo o documento: "Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o PT e a frente oposicionista devem colocar com ênfase ainda maior a questão

<sup>245</sup> A transcrição da análise da campanha e da vitória eleitoral de Fernando Collor, inserida na abertura do capítulo Conjuntura e Tática, permite que se avalie o entendimento que o PT fazia do rumo e do significado de seu governo: "Atropelando a ética política, combinando suas propostas de reforma do capitalismo com ataques aos 'cartórios' e à especulação, Collor imprimiu à sua campanha uma forte linha de autoritarismo, de violência, de anticomunismo e de demagogia. Assim é que sua vitória obtida sobre a crise de autoridade do Governo Sarney, pelo temor da hiperinflação decorrente do descalabro econômico que se arrasta há 10 anos e como saída contra as esquerdas - confirma o caráter autoritário da dominação burguesa no Brasil, ora apoiado diretamente no aparelho repressivo do Estado, ora sustentado por governos autoritários e populistas.

<sup>246</sup> Referindo-se à Constituição, o segundo parágrafo da abertura do capítulo Conjuntura e Tática afirma: "(...) as classes dominantes conseguiram aprovar uma Constituição que preserva uma organização profundamente autoritária do Estado brasileiro, garante os poderes do grande capital e do latifúndio e, em particular, torna inconstitucional (sic) a possibilidade de intervenção das Forças Armadas no processo político."

democrática, tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade.(...) Não podemos, em hipótese alguma, aceitar atos ilegais do governo e a utilização de medidas provisórias como decretos-lei, rasgando a Constituição, o que, na prática, equivale ao uso de métodos ditatoriais (...) O PT não deve vacilar em tomar a frente na luta contra qualquer tentativa de Collor de violar os direitos políticos e civis consagrados na Constituição."

Além da defesa do estado de direito, o VII Encontro apontava para as possibilidades de ação transformadora nos espaços institucionais, o que exigia a elaboração e capacidade de execução de propostas para a solução dos graves problemas vividos pelo país. Tratava-se de um momento de afirmação da necessidade de elaboração de propostas passíveis de realização, muito mais caracterizado, ainda, pela crítica das propostas então hegemônicas na sociedade do que pela desenvolvimento das formas alternativas<sup>247</sup>.

Conforme as Resoluções do Encontro: "Tanto na luta parlamentar como nas eleições devemos apresentar um programa mínimo de defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais dos trabalhadores, particularmente da previdência social, saúde, educação e transportes públicos, para fazer frente à recessão e a política privatizante que o novo Governo acabará por impor se seus planos forem bem sucedidos. (...) O PT deve contrapor à política neoliberal um programa democrático-popular articulado com nossa proposta socialista, única forma de enfrentar a longo prazo as propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro. Para tanto, o Programa de Ação de Governo (PAG), apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do Governo Collor. (...) Será papel do Governo Paralelo<sup>248</sup>, junto com o DN<sup>249</sup>, ir aprofundando o PAG e criando um pólo de referência alternativo na sociedade, tendo como objetivo a disputa presidencial de 1994."

Nos itens dedicados às questões relacionadas com as Prefeituras Municipais petistas, o documento do VII Encontro ia além, centrando sua preocupação na necessidade de elaboração de um plano geral e estratégico de administração. Entendendo que o "ataque permanente" às administrações do partido, promovido pela "mídia conservadora", era "essencialmente ideológico e pré-concebido", o PT manteve, no entanto, no trato deste tema, o tom autocrítico que marcou o Encontro Nacional de 1990, afirmando que: "(...) não há como deixar de reconhecer que, de conjunto, as nossas Administrações defrontam-se hoje com desafios de fundo que, certamente, só serão vencidos por nós se viermos a desenvolver com maior intensidade uma prática político-administrativa de qualidade

<sup>247</sup> Posição que se observará ao tratar das administrações municipais petistas, a seguir.

<sup>248</sup> O Governo Paralelo foi uma iniciativa de Lula inspirada nas experiências do *Shadow Cabinet* inglês e no *Governo Sombra* italiano. Instalado em abril de 1990, deveria gerar políticas alternativas de governo, principalmente, e fiscalizar as ações do governo Collor, de modo secundário. Experiência inédita no Brasil, foi ironizado pela imprensa e nunca efetivamente compreendido e aceito pelo próprio PT. Com o tempo, transformou-se em um espaço de articulação política de Lula.

<sup>249</sup> Diretório Nacional do PT.

inteiramente nova, pois está tomando conta de setores cada vez mais significativos da população o descrédito na nossa capacidade de governar para a maioria."

Para superar esta situação era necessário definir uma estratégia para as Prefeituras petistas. Nesse sentido, o documento afirma: "As resoluções do partido definem as Prefeituras como instrumentos de disputa de hegemonia (...) Isso significa que nós rejeitamos a ocupação de espaço no aparelho do Estado com fins meramente administrativos. A competência técnica e administrativa deve estar a serviço da alteração da correlação de forças entre as classes populares e elites dominantes. (...) A ausência de respostas de fundo estratégico faz com que nossas administrações apareçam perante a população sem objetivos centrais de Governo, como se governar a cidade do nosso ponto de vista fosse somar aritmeticamente as metas setoriais das várias Secretarias (...).".

Formular políticas de administração pública, conferindo-lhes uma orientação estratégica, tornara-se o maior desafio enfrentado pelo PT em suas Prefeituras, na ótica das Resoluções. A realização desta tarefa partia de uma contraposição de projetos, conforme se pode constatar no documento: "Neste último ano [ou seja, exatamente naquele em que haviam iniciado as administrações municipais petistas em 36 Prefeituras] tivemos enorme dificuldade para compreender que a crise econômico-financeira em que se encontram imersas as Prefeituras é uma crise estrutural do Estado brasileiro. (...) Tampouco demos consequência à nossa visão de que a crise política, articulada à crise econômica, expressa-se pela perda do poder de articulação do Estado sobre a economia. O resultado foi o discurso hegemônico da burguesia cuja pauta contém: o pacto social (substituído agora pela união nacional), a extinção do déficit público como forma central do combate à inflação, a diminuição da presença do Estado na economia, a privatização, sempre combinados com as denúncias de ineficiência e fisiologismo do aparelho estatal."

Referindo-se ao conflito de projetos, o documento acrescenta: "Apontamos que a resposta das nossas Administrações deveria passar por um grande e inevitável confronto político com o projeto da direita, que deliberadamente aplica uma política de desregulamento da economia, expressa por uma selvagem concentração dos fundos públicos (com diminuição radical das dotações para as aplicações sociais, com maior deterioração na qualidade dos serviços), combate à inflação (através da diminuição da massa salarial), privatizando, quase como doação, o patrimônio público e negociando a dívida externa de forma a acelerar a internacionalização da economia."

Na crítica ao "projeto da direita" expressava-se a concepção de Estado adotada pelo PT naquele momento, no que diz respeito à sua relação com a economia. O Estado com papel de regulação econômica, delineado no documento, não é, sem dúvida, nem o Estado liberal-capitalista clássico, hoje apresentado sob sua variante dita neoliberal, nitidamente combatido pelo partido, nem, em contrapartida, o Estado tutor e reitor da economia e da própria sociedade, de inspiração leninista, repudiado pelo PT neste momento. Na verdade, pode-se afirmar, com base no documento, que o

Estado preconizado nas Resoluções do VII Encontro Nacional do partido, como modelo a ser adotado em suas administrações, aproximava-se da forma que tem sido denominada de social-democrata<sup>250</sup>.

Esta concepção fica mais clara no trecho do documento que define os beneficiários maiores das ações administrativas do PT. Diz o trecho: "(...) Tratamos na maioria dos casos de uma resposta contábil à crise estrutural da relação Estado-economia. Adotamos muitas vezes o que se batizou de 'administrativismo'. Estamos tímidos diante dos confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política. Não podemos perder a visão da centralidade do Estado na nossa formação social, as funções históricas que por isso ele cumpre, de que modo as cumpre. Estamos atrofiando as nossas possibilidades de gestão do poder e despolitizando nossa oposição radical ao atual sistema. Trata-se de negar, mesmo nos limites do Estado de classe, que a burguesia tenha prioridade desse Estado e a exclusividade da dominação. (...)".<sup>251</sup>

A concepção social-democrata do Estado, que traz consigo o objetivo de construção de uma sociabilidade de novo formato, nem liberal-capitalista, nem marxista-leninista, e que mais adequadamente se pode denominar como sociabilidade social-democrata - pois que, não sendo socialista clássica, mesmo assim nela a hegemonia política é exercida pelos segmentos sociais ligados ao universo do trabalho<sup>252</sup> -, é retomada na discussão das condições políticas de implementação do projeto do partido.

Referindo-se a estas condições, as Resoluções afirmam: "(...) Devíamos assumir que só radicalizando os mecanismos democráticos de expressão, participação e representação é que evitaremos a prevalência da lógica estrita do mercado e capital. A crise geral por que passam os movimentos populares, a separação da luta sindical das questões da gestão urbana e a ausência de uma política clara para a criação de espaços democráticos de atuação de modo que haja participação da população na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito, conforma um quadro que empurra nossas administrações para o isolamento político. A fragilidade ou ausência dos movimentos sociais fez com que os nossos vários ensaios de participação popular fossem tímidos e limitados. Sem mistificar suas possibilidades, está colocada para nós a constituição de canais

<sup>250</sup> Para a forma social-democrata do Estado, vejam-se principalmente, OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, OLIVEIRA, F. de. *Opus cit.*, 1993.

<sup>251</sup> Referindo-se às Administrações Petistas, as Resoluções afirmam: "Os impasses vividos por cada Administração não podem ser encarados como meros fatos particulares de responsabilidade dos prefeitos e seus auxiliares. Sem desconhecer as singularidades, e mesmo manifestações graves de imaturidade política, as evidências são de que falta ao Partido uma linha política para nortear a ação das Prefeituras. (...) Esta linha político-administrativa visa responder em primeiro lugar, no concreto, para quem e de que modo o PT governa. Por um lado trata-se de responder que o Partido governa para toda a cidade, mas o faz do ponto de vista da parcela majoritária da sociedade: daquela explorada e oprimida da população. Neste sentido, esta ótica se materializa na priorização não de todos mas efetivamente da maioria dos eternos alvos dos discursos oficiais, mas sempre esquecidos das práticas governamentais."

<sup>252</sup> A noção da sociabilidade social-democrata foi desenvolvida por Oliveira, principalmente no artigo: *A economia política da social-democracia*. *Opus cit.*, 1993.

políticos regulares de participação popular, com poder decisório, ainda que em limites estabelecidos. (...) Essa é a principal questão a ser resolvida pelas nossas administrações, isto é, sua relação com o povo, que apesar de tentativas e esforços, não foi alterada em qualidade. (...)."

Entre as condições políticas de implementação do projeto do partido, era apontada, como questão central, a garantia da participação política popular. O caminho e, ao mesmo tempo, a grande dificuldade apresentada era a de encontrar fórmulas e mecanismos capazes de articular a democracia representativa com formas de democracia direta, de modo a, sem desfigurar ou corromper o sentido dos movimentos sociais populares, trazê-los para o âmbito da Cidade, isto é, para a esfera institucional do Estado.

Esta questão foi explicitada pelo documento: "(...) O salto de qualidade de nossos governos será dado quando houver ampliação das mobilizações populares em luta por seus interesses. Aqui, o papel do partido é insubstituível, e nesse terreno reside a nossa maior fraqueza: ao não termos sido capazes, Governo e Partido, de comprometer o conjunto das massas populares com a gestão democrática da coisa pública. (...) para que haja participação é necessária a descentralização do poder do Estado, criando e consolidando espaços de participação por bairro, com competências definidas e recursos. (...) A participação requer também que se estabeleça um conjunto de mecanismos institucionais de reconhecimento de alguns direitos. É preciso inovar nesse terreno. (...) A participação vista dessa forma será capaz de combinar formas de organização da democracia representativa com os movimentos, organizações e formas de expressão populares, sem que haja perda de identidade. A participação assim é um estilo de fazer política, que só se pode desenvolver num estado descentralizado e participativo. (...)".

As Resoluções do VII Encontro Nacional do PT, relativas ao projeto estratégico do partido e, principalmente, às questões conjunturais acima tratadas, exprimiram, sem dúvida, um nitido avanço no sentido da ampliação dos conceitos de democracia e de Estado adotados pelos petistas, aproximando o partido da proposta de radicalização da democracia como via preferencial para construção de uma nova sociedade socialista, ainda que não fosse abandonado integralmente o projeto de acúmulo de forças para a ruptura revolucionária, especificado no V Encontro Nacional.

A coexistência de dois projetos estratégicos básicos no seio do partido expressou-se claramente no 1º Congresso do PT, realizado em 1991. Se, por um lado, nesse Congresso, foi assumida - como resultado do debate e votação em plenário - a concepção de democracia como valor estratégico, a um só tempo meio e fim, por outro lado, foi reafirmada também a concepção estratégica que apontava para a preparação da ruptura revolucionária.

A afirmação dos dois projetos recolocou a tensão constante entre concepções, expressa nos trechos das Resoluções do Congresso relativos ao caminho a ser seguido para a implantação do socialismo no Brasil, incluídos no texto referente ao tema mais geral do socialismo. Esta tensão manifestou-se em um movimento pendular de afirmação ora dos elementos que compunham a estratégia aprovada no V Encontro Nacional, ora daqueles enfatizados no VII Encontro, dando origem a formulações contraditórias.

Assim, as Resoluções afirmavam: "(...) o V Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia". Ao mesmo tempo em que introduziam a qualificação "de longa duração" para a política de acúmulo de forças, postergando, portanto, o momento da ruptura institucional e estendendo o período de luta por reformas democráticas, as Resoluções secundarizavam a importância dos espaços institucionais, ao tratar do "poder político". Segundo o documento: "(...) entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo". A ausência de referência à esfera de representação democrática institucional, verificada no trecho, e, em contrapartida, a ênfase conferida à importância da organização e da participação popular direta na construção do poder político reafirmavam a concepção de democracia adotada pelo PT nos documentos de sua pré-fundação, em 1979.

Apesar do VII Encontro Nacional e do próprio 1º Congresso, ao tratar da sociedade socialista a construir, terem apontado a proposta de articulação entre as esferas de representação e as de participação direta, as Resoluções, ao tratarem do caminho para o socialismo, não avançaram na especificação desta proposta. Referindo-se, ainda, ao "poder político" que o partido se dispunha a construir, afirmavam: "Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista - e pela correlação de forças sociais que a sustentam - podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandido-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo."

Novamente, a esfera da representação política era secundarizada, sendo referida apenas como limite para construção do "poder popular", capaz de generalizar-se em "situações políticas particulares", numa perspectiva que remete à concepção do poder popular como um poder paralelo que cresce a ponto de impor-se às instituições políticas<sup>253</sup>.

Ao mesmo tempo, em sentido inverso, as Resoluções apontavam para a importância da articulação entre formas de participação popular e o sistema de governo representativo: "Vivemos um importante momento de qualificação dos movimentos sindical e popular, que procuram superar posturas corporativistas, isoladas ou meramente reivindicativas. A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos...), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos. (...)".

<sup>253</sup> Esta formulação pode remeter à concepção da Revolução Soviética.

A coexistência de projetos estratégicos diversos no interior do PT explicitou-se no tratamento do tema do poder político: Segundo as Resoluções: "Para o PT, a conquista do poder político não começa e nem termina, e tão pouco se reduz simplesmente à clássica representação simbólica da 'ocupação do palácio governamental'. Se não visualizamos a conquista do poder como um "assalto ao Estado", tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu."

Se, por um lado, o documento considerava que a conquista do poder não começava, não terminava e não se reduzia, à "ocupação do palácio governamental", por outro, reafirmava, através da referência à "experiência histórica", a concepção favorável à via revolucionária, entendida como ruptura que, mesmo precedida de um período de gestação, implicava, no seu desfecho, um momento de erupção concentrado e decisivo, capaz de romper a institucionalidade vigente. Desta forma, a concepção predominante no V Encontro Nacional - segundo a qual a democracia constituía-se em um espaço de acúmulo de forças até a situação revolucionária e a tomada do poder - era mantida no discurso do partido.

Retomando considerações já contidas nas deliberações do V E. N., as Resoluções do Congresso definiam que: "Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este País necessita (...)". E, imediatamente, agregavam: "(...) Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o 'status quo' vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas." Ao defender esta posição, o 1º Congresso do PT negava o vanguardismo revolucionário, mantendo-se no campo da concepção já defendida por Lenin e Rosa de Luxemburgo, que preconizavam a revolução como um amplo movimento de massas<sup>254</sup>.

Em suas formulações, ao mesmo tempo, o PT, em 1991, enunciava o impasse já experimentado pelos partidos socialistas em todo o mundo, desde que o sufrágio tornou-se universal e a possibilidade de alcançar o governo, pela via eleitoral, tornou-se uma alternativa concreta. A estabilização política progressiva no Brasil, iniciada em 1984, colocava o PT frente à mesma dúvida que se colocara aos partidos socialistas, principalmente europeus, desde o último trintênio do século XIX até a primeira vintena do presente século, angustiando-os durante os últimos anos da Primeira Internacional Socialista e perseverando na Segunda até o grande cisma que originou o surgimento da

<sup>254</sup> Para uma transcrição do debate entre Rosa de Luxemburgo e Lenin a respeito da concepção de partido revolucionário e sua base de massas, veja-se LENK, Kurt; NEUMANN, Franz (Orgs.). *Teoria y sociología críticas de los partidos políticos*. Barcelona: Anagrama, 1974, p. 385-412.

Terceira Internacional, com a 1ª Guerra Mundial e a Revolução Soviética<sup>255</sup>. As classes dominantes brasileiras respeitavam a ordem institucional democrática caso o PT chegasse pela via eleitoral ao governo e, nele, com o apoio das massas populares, procurasse avançar no sentido da implantação de uma ordem política e econômica socialista?

Apesar da crescente valorização das instituições políticas democráticas, o PT duvidava da disposição e convicção democráticas da burguesia brasileira e, tal como os partidos socialistas anteriormente referidos, antevendo a possibilidade de violação destas instituições pela burguesia, reivindicava o "direito de rebelião", como uma ação defensiva. Neste sentido, as Resoluções afirmavam: "No Brasil, a burguesia administra o gigantismo do complexo econômico nacional e do aparelho de Estado, lançando mão de inúmeros esquemas de dominação. **A violência dos assassinatos no campo e das ocupações de fábricas por tropas do Exército se combina com as sofisticadas técnicas persuasivas da Rede Globo e de centenas de outros meios de comunicação, ou mesmo com a abertura de algumas fatias do aparelho estatal à presença das forças populares. Tal estratégia de dominação - baseada ainda no recurso constante a golpes militares e no desprezo à democracia e à legalidade que formalmente a burguesia diz tanto prezar só pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva de disputa de hegemonia que não se deixe seduzir por nenhum tipo de ilusão no espírito democrático de nossas elites. Na linha do que foi estabelecido pelas resoluções de vários Encontros Nacionais do Partido, o socialismo que almejamos supõe a construção democrática de uma maioria disposta a construí-lo na sociedade. Mas o PT entende como legítima a autodefesa contra as violações do direito à vida e à cidadania, bem como o direito à rebelião dos povos contra a tirania, internacionalmente reconhecido, inclusive em resoluções das Nações Unidas.**"

Ao mesmo tempo em que afirmava a necessidade da revolução socialista e referia-se ao direito de autodefesa dos trabalhadores frente à quebra da ordem institucional iniciada pela burguesia, o 1º Congresso do PT apontava para a importância da ação institucional, em sua política de disputa pela hegemonia. Segundo as Resoluções do Congresso: "Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo Governo Federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais." O modelo da ruptura revolucionária não fora abandonado, ainda que tenha sido acrescentada a ele a luta por meio da institucionalidade, já enfatizada pelo VII Encontro. Mantinha-se, portanto, a tensão entre projetos estratégicos no seio do partido.

No 1º Congresso, o projeto estratégico de radicalização da democracia se fazia também presente. Segundo as Resoluções: "É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia

---

<sup>255</sup> Veja-se, para esta questão, PRZEWORSKI, Adam. Opus cit. Para uma abordagem histórica exaustiva desta questão, veja-se ainda COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1962, seis volumes.

no Brasil que o PT precisa assumir e assimilar, sob pena de ficar prisioneiro ou de políticas equivocadas que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular; ou que privilegiam somente a atuação no campo institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com a luta por reformas políticas e econômicas, mantendo assim a luta institucional prisioneira do caráter anti-democrático e elitista das instituições, e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo."

Na mesma perspectiva, as Resoluções afirmavam: "Em síntese, no atual período, em que se trata de travar uma luta decisiva contra o projeto neoliberal capitaneado pelo Governo Collor, a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não-institucionais e nem sempre 'legais'. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do País. Envolve a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética, de uma nova solidariedade, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia hoje significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso País, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho, de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil."

Afastando-se radicalmente da posição que assumira desde seu lançamento como partido até seu VI Encontro Nacional em 1989, quando qualquer proposta de ação de governo era sempre acompanhada da ressalva de que não se tratava de "gerir o capitalismo", as Resoluções do 1º Congresso discorreram longamente sobre as reformas propostas pelo PT e o projeto de desenvolvimento que ele se dispunha a construir, na vigência de uma ordem capitalista democrática.

Nesta perspectiva, as Resoluções afirmavam: "O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de 'expulsos do mercado', seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem um base excepcional a partir da qual pode se desenvolver um novo ciclo de desenvolvimento econômico no País. (...)" O PT assumia, assim, de forma clara, a disposição de integrar ao mercado capitalista os milhões de habitantes que, no país, se encontram "expulsos" ou fora deste mercado.

O documento acrescenta imediatamente: "(...) Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente para superar fases de crise estrutural semelhantes a nossa. Uma opção desse tipo implica uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteado a ação governamental neste País. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados,

reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das demandas populares básicas."

Definindo os rumos do projeto de desenvolvimento petista, as Resoluções afirmam: "Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, **modernizar a sociedade** significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições de vida da população, a participação crescente do povo nas decisões de governo. **Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares.** Um projeto democrático e popular de desenvolvimento como o nosso confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado."

Diante do projeto enunciado pelo partido, coloca-se, inevitavelmente a pergunta: em que este projeto difere, em termos essenciais, da forma de sociabilidade hoje denominada de social-democrata<sup>256</sup>? Ainda que este não seja o modelo socialista preconizado pelos partidos marxistas clássicos em quaisquer de suas vertentes, é este, com certeza, o modelo que orientou o desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas, as quais, com maior certeza, não podem mais serem confundidas com as formas de organização clássicas do capitalismo liberal do século XIX, recolocadas hoje pelo neoliberalismo e pretensamente vigentes naqueles países.

Na perspectiva de construção desta sociabilidade de nova ordem - presente no projeto de desenvolvimento do PT, ainda que não teorizada pelo partido - as Resoluções do Congresso apontavam para a necessidade de articulação entre o plano da representação institucional e o da ação de massas, preconizando o fortalecimento da sociedade civil e seu controle sobre o Estado. Nesta ótica, as Resoluções colocavam no mesmo nível de importância das proposições econômicas do partido, "nossas propostas de Reforma Constitucional de 1993, abrangendo itens voltados para a democratização da sociedade e do Estado". Afirmavam como "de importância decisiva" a qualificação do trabalho parlamentar do PT, com as bancadas "unificando sua atuação em torno de projetos de democratização do Estado e do próprio Parlamento, de saídas globais para a crise e propostas de políticas públicas". Afirmavam, ainda, a viabilização nas Prefeituras petistas de "propostas de participação popular e de democratização do Estado".

No plano da intervenção sobre a conjuntura, o PT abandonava, portanto, naquele momento, as dúvidas que anteriormente o assomavam. Evidenciava-se, assim, o movimento do pêndulo no sentido do avanço de proposições de cunho reformador e democratizante em seu interior. Neste movimento incluía-se, a médio prazo, a possibilidade de conquista da Presidência da República com a realização

---

<sup>256</sup> Veja-se que se está referindo aqui à *sociabilidade social-democrata* e não à corrente política social-democrata. Conforme já foi explicitado no capítulo introdutório deste trabalho, entende-se, como Oliveira, que a *sociabilidade social-democrata* é o padrão sócio-econômico que se generalizou nas sociedades econômica e politicamente desenvolvidas no mundo ocidental, principalmente após a II Grande Guerra, com ou sem a presença e a ação dos Partidos Social-Democratas.

do programa proposto pelo partido. Segundo as Resoluções: "Os rumos políticos do Brasil nesta década dependerão em grande medida da capacidade que a esquerda demonstre em transformar nosso projeto alternativo de desenvolvimento num catalisador de um poderoso movimento social por reformas, por um novo caminho de desenvolvimento econômico, político e social para o País, que não apenas supere a crise atual, mas também o modelo excludente que sempre marcou o capitalismo brasileiro. (...)".

Mais do que centro tático, na verdade, a conquista eleitoral da Presidência da República e seu exercício transformavam-se - evidenciando o reforço à postura de construção da sociabilidade social-democrata - num "objetivo estratégico" do PT, como fica expresso no documento: "Neste quadro, vemos a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores, voltados para atender as reivindicações e anseios históricos e contemporâneos de nosso povo e na perspectiva de construção do socialismo."

Numa perspectiva que se afastava cada vez mais da colocada pelo V Encontro Nacional, antevendo as consequências políticas de um governo desse tipo, o documento afirmava: "(...) O programa de reformas implementadas por este governo atingirá interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar ampliando conflitos políticos no Estado e na sociedade". Contrariamente ao preconizado pelo V E. N., não se afirmava que o resultado inevitável das reformas a serem promovidas seria a revolução socialista. Ao invés disto, afirmava-se que o resultado seria apenas a ampliação de conflitos que, como se sabe, são inerentes e definidores da própria democracia contemporânea. Desta forma, transformava-se também - mesmo que o PT não assumisse este fato - o próprio caráter da "política de acúmulo de forças" anteriormente definida pelo partido. Não se tratava mais do fortalecimento com vistas à ruptura revolucionária e a conquista do poder, mas sim de organizar um novo e democrático modo de governo.

Este posicionamento expressou-se claramente nas Resoluções do 1º Congresso: "Nessa situação, o governo democrático reafirmará como referência central da sua sustentação a participação organizada dos setores populares e da maioria da população e uma política de alianças com partidos e setores democráticos que só se viabilizará se mostrar desde o início seu intransigente compromisso popular através de medidas econômicas, políticas e sociais imediatas. (...)".

Ainda segundo o documento: "Mas a luta por um governo desse tipo não se restringe às eleições. Passa pela politização dos trabalhadores e pela constituição de um amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado e de uma promoção de valores anti-capitalistas e democráticos; por uma alternativa política imediata e global à situação (...) englobando os mais diversos aspectos da vida nacional (...)".

As condições para a realização do programa de governo proposto, repousavam, conforme o documento do Congresso, na radicalização da democracia, através da articulação entre os planos da representação e da participação direta: "O PT, compreendendo essa realidade nacional, defende, assim,

a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que ela seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo." Ao que o documento agregava como conclusão: "Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária anti-latifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração."

Sem que se trate aqui do conteúdo das propostas econômicas que, na ótica daquele 1º Congresso, deveriam ser implementadas para viabilizar a transição ao socialismo, é inegável que o objetivo proposto pelo PT, não obstante ainda sugerisse a supressão futura do mercado, apontava no sentido da construção processual de uma sociabilidade social-democrata, onde o mercado permaneceria, mas submetido à regulação social através do Estado democrático. Pode-se afirmar, assim, que, nas Resoluções do 1º Congresso do PT, a tática contaminava a estratégia<sup>257</sup>. Ou seja, a democracia institucional, concebida nos documentos iniciais do partido como um recurso tático, transformou-se, ao ser articulada a formas de democracia direta, em um elemento fundamental do projeto estratégico do PT.

Sem dúvida, na trajetória descrita pelo PT desde sua fundação, o processo de definição de seu caminho estratégico para a construção do socialismo foi tortuoso. Em seus documentos fundacionais, de 1979 a 1980, o PT partiu de uma concepção de democracia que, antepondo as formas direta e representativa, entendia a primeira como a única forma real e que, por isso, deveria ser afirmada pelo partido, e considerava a segunda como formal e auxiliar na tarefa central de organização de formas diretas de participação popular. Desde então, o PT alterou gradativamente sua posição, não obstante as oscilações verificadas.

No V Encontro Nacional, em 1987, ainda que se enfatize a participação direta como a forma prioritária para o partido, já atribuía maior importância à representação institucional, ainda que ela continuasse sendo valorizada numa perspectiva instrumental, para espaço de acúmulo de forças com vistas à ruptura revolucionária. Depois de 1987, num período de maior participação do PT nas instituições políticas, em nível nacional, esta posição se alterou novamente, consolidando-se, no VII Encontro Nacional, em 1990, quando a articulação entre as formas de participação direta e representativa deu origem a uma nova concepção de democracia do partido.

Finalmente, no 1º Congresso do PT, em 1991, apesar de ainda ser mantida a proposta estratégica de ruptura da institucionalidade vigente, a democracia, entendida agora como articulação entre as formas diretas e representativas, foi apontada, em uma perspectiva estratégica, como caminho

---

<sup>257</sup> Situação semelhante a esta é apontada por VIANNA, Werneck. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. *Revista Novos Rumos*. São Paulo, n. 8/9, p. 149-194. Veja-se, também, para a transformação da tática em estratégia, OLIVEIRA, F. de. Opus cit. [1986?].

de execução do projeto do partido para o país. Tratado no plano da tática - em termos de eleições e de conquista de governo -, o projeto de desenvolvimento proposto pelo PT acabava se tornando um plano estratégico, na medida em que o próprio partido o entendia como um projeto de longo prazo.

## 5. Conclusão: A Originalidade do PT e sua Contribuição à Democracia no Brasil

Mais do que uma "novidade" ambígua no cenário político-partidário brasileiro<sup>258</sup>, a tese que se defende aqui é a de que o PT é um partido original, que contribui de forma peculiar e fundamental para a construção da democracia no Brasil. Apontado, freqüentemente, como um partido a meio caminho entre a modernidade e o arcaísmo, tendendo, de um lado, à adoção de procedimentos institucionais e, de outro, à manutenção de práticas anti-sistema, o PT não pode ser enquadrado, na verdade, nem no molde dos partidos classistas tradicionais, nem no dos partidos ônibus ou agarra-tudo; nem pode, ainda, ser classificado como um partido socialista revolucionário clássico ou como um partido social-democrata tradicional. Contemporâneo à sua sociedade e ao seu tempo, o PT carrega em si as tensões que marcam a sociedade brasileira e o mundo no qual ele se insere.

### 5.1. Um Partido Classista Contemporâneo

Partido original, o PT pode ser definido como um *partido classista contemporâneo*. Majoritariamente constituído, tanto nos círculos internos de sua militância e direção, quanto no círculo externo de seus eleitores, por segmentos sociais diferenciados, característicos do mundo do trabalho das complexas sociedades contemporâneas, o PT articula, através de sua ação sobre a conjuntura política do país, um bloco social e político novo, dotado de identidade própria e voltado para a construção de um projeto político-societário autônomo.

Neste sentido, o PT cumpre hoje, como partido, papel semelhante ao desempenhado historicamente pelos partidos socialistas clássicos que, através da construção de uma identidade política comum, tornavam possível o auto-reconhecimento dos trabalhadores proletários e os dotava da capacidade de articulação e expressão autônoma de seus interesses e projetos. Através do bloco social e político que articula, o PT constrói, nas condições da sociedade brasileira contemporânea e sintonizado com as características do desenvolvimento recente do capitalismo mundial, algo que se poderia referir como uma *nova classe social*, com identidade própria, não obstante seja composta por segmentos sociais diferenciados, não especificamente proletários no sentido clássico, mas indubitavelmente vinculados ao mundo do trabalho, agora transformado em sua configuração e abrangência<sup>259</sup>.

---

<sup>258</sup> Coutinho, referindo-se ao PT afirma: "(...) o PT precisa adequar de uma vez por todas a sua teoria e o seu programa à política que ele vem efetivamente desenvolvendo neste últimos anos, deixando de lado algumas ambigüidades que funcionam como empecilhos à explicitação coerente daquela prática, que já fez dele objetivamente o principal partido do bloco reformador e democrático." Veja-se COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e socialismo no Brasil de hoje In: *A democracia como proposta*, Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 111, (grifo meu).

<sup>259</sup> Antunes refere-se ao conjunto destes segmentos sociais assalariados e internamente diferenciados mas pertencentes ao mundo do trabalho como "a classe-que-vive-do-trabalho". Veja-se ANTUNES,

Porque é um partido original, classista e contemporâneo, o PT afasta-se, pelas características de sua base social, do perfil dos partidos socialistas clássicos, típicos das sociedades industriais do século XIX e da primeira metade do XX, aproximando-se, à primeira vista, dos chamados partidos ônibus, característicos das sociedades capitalistas desenvolvidas. Uma aproximação que, no entanto, não se confirma, na medida em que estes partidos não possuem limites classistas determinados, mantêm perfil ideológico pouco definido e atuação restrita ao âmbito institucional e concentrada nas atividades eleitorais, enquanto o PT caracteriza-se pela afirmação classista, pelos limites de sua base social, pela proposição de um projeto socialista e pela presença partidária não apenas em atividades eleitorais, mas principalmente nos movimentos da sociedade civil.

Partido classista, nele se congrega e reconhece uma fração determinada, específica e definida da população. Fato comprovado através da construção e análise dos perfis sociais de sua base de representação política, tanto de seus militantes e dirigentes, quanto de seus eleitores. Uma representação, ademais, que vem sendo reiterada e continuamente ampliada, como se constata pelas votações obtidas pelo PT ao longo de sua existência. Confirma-se, com isto, outra marca da originalidade petista, que o distingue mais uma vez dos partidos classistas tradicionais: enquanto estes entraram em declínio nas últimas décadas, o PT veio aumentando sua força e sua penetração eleitoral até 1994.

Partido contemporâneo, fortemente ancorado sobre os segmentos sociais mais expressivos das transformações recentemente ocorridas no mundo do trabalho e deflagradas principalmente nas nações economicamente avançadas, o PT apresenta uma base de sustentação política composta em sua grande maioria por militantes e eleitores das áreas mais urbanizadas, mais desenvolvidas em termos econômicos, dotadas de estrutura social mais complexa e que apresentam os melhores índices de qualidade de vida no Brasil. Mais jovens, mais escolarizados, mais qualificados profissionalmente e com melhor renda que a média da população e dos eleitores do país, os segmentos que sustentam politicamente o PT foram gerados no processo de modernização recente da sociedade brasileira. Integrados ao mercado econômico, constituído de modo autoritário durante o período do "milagre brasileiro", estes segmentos possuem maior organização e lutam pela integração ao mercado político<sup>260</sup>.

Contando, em sua base social, com uma pequena presença de trabalhadores do chamado mercado informal, marginalizados dos direitos trabalhistas fundamentais, e com uma reduzida

---

Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

<sup>260</sup> Significativamente, são exatamente estes segmentos sociais, majoritários na composição da base de sustentação política do PT, os que têm sido apontados, por pesquisas de cultura política realizadas em diversos países e também no Brasil, como aqueles que demonstram maior grau de adesão aos valores democráticos. Vejam-se, a respeito: 1) ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Little, Brown and Company, Boston: 1963; MILBRATH, L. W. *Political participation*, Rand McNally College Publ. Company Chicago: 1965; NEUMAN, R. W. *The paradox of mass politics*. Harvar Univ. Press, Mass.: 1986; PYE, Lucian; VERBA, Sidney (Orgs.), *Political Culture and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1965 e MOISÉS, José Álvaro. *Democratização e cultura política de massas no Brasil*, Lua Nova - Revista de Cultura Política, nº 26, São Paulo, 1992.

participação de trabalhadores dos setores mais tradicionais da economia, o PT reafirma a tendência registrada nos países de desenvolvimento avançado de serem os segmentos sociais já incluídos no mercado econômico formal e contemplados pelos direitos advindos da cidadania social, aqueles que mais se organizam politicamente<sup>261</sup>.

O PT congrega militantes e dirigentes que, além de serem majoritariamente assalariados, provém significativamente dos segmentos profissionais de ponta dos setores secundário e terciários modernos da economia nacional, ou, quando provém do setor primário, são integrantes dos segmentos rurais proletarizados em decorrência da penetração capitalista no campo, compondo-se de trabalhadores "sem-terra", micros e pequenos proprietários, quase não se detectando a presença de camponeses ou agricultores tradicionais em seu interior<sup>262</sup>.

Partido original, o PT distingue-se dos demais partidos brasileiros e do padrão dos partidos hoje existentes nas nações desenvolvidas - classistas ou tipo ônibus - por duas outras características: 1) diferenciando-se mais especificamente dos outros partidos existentes no país, os militantes e dirigentes petistas têm, em geral, sua primeira experiência político-partidária no próprio PT e 2) individualizando-se também frente ao conjunto dos partidos presentes atualmente no mundo, parcela significativa dos militantes e dirigentes do PT são originários do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais urbanos, surgidos no Brasil na década de 70 e onde boa parte deles ainda atua.

Desta forma, a dinâmica de adesão ao PT: 1) revela-se distinta daquela verificada, em geral, nos demais partidos brasileiros, onde é comum a troca de filiação partidária e onde, sobretudo, a presença de militantes de base dos movimentos sociais e populares é sabidamente pouco significativa<sup>263</sup> e 2) confirma a originalidade do PT frente aos partidos que constituem o padrão típico das sociedades desenvolvidas, uma vez que, nestes, verificou-se uma espécie de troca de adesão, com os antigos militantes partidários transferindo-se, principalmente nos anos 70 e 80, para os novos movimentos sociais, enquanto no PT ocorreu o inverso<sup>264</sup>. Há que se destacar, ainda, que no interior da militância

---

<sup>261</sup> Vejam-se, para esta questão, os trabalhos sobre cultura política referidos acima.

<sup>262</sup> Como se demonstrou neste trabalho, nas seções reservadas aos perfis sócio-econômicos, detecta-se a presença não desprezível de micros, pequenos e até médios proprietários rurais e urbanos entre os militantes e dirigentes petistas. Quanto aos primeiros, eles representam 9,1% do total dos militantes e aos segundos 8,4% do conjunto das direções partidárias em todos os níveis. As parcelas assalariadas, por seu turno, correspondem a 69,3% do total da militância e 66,4% do conjunto da direção.

<sup>263</sup> Ainda que baseado em observação subjetiva, já que não se dispõe de dados comparativos que permitam a análise da composição social dos demais partidos brasileiros, acredita-se que a inferência acima pode ser aceita sem grandes contestações, uma vez que ela é freqüentemente realizada pela imprensa e até mesmo pelos próprios membros desses partidos.

<sup>264</sup> A adesão dos trabalhadores brasileiros aos seus sindicatos também expressou movimento em sentido inverso ao verificado nos países econômica e politicamente mais avançados do mundo ocidental. Esta contradição não implicou, entretanto, uma falta de sintonia com o ritmo de diversificação das atividades profissionais dos integrantes do universo do trabalho. Tal como o ocorrido nos demais países desenvolvidos, no Brasil foi também o setor terciário da economia o que mais cresceu nos anos 70 e 80, assim como foi neste setor que se verificaram as maiores taxas de adesão sindical (veja-se, neste trabalho, a subseção 4.1.1.: "Participação nas Organizações da Sociedade Civil" para os dados comparativos entre a sindicalização no Brasil e nos demais países desenvolvidos.).

petista, não obstante a maioria masculina e branca, observa-se também a presença significativa de mulheres e negros, expressiva da organização recente destes segmentos na sociedade civil brasileira.

A característica de contemporaneidade classista do PT expressa-se também, no plano das estruturas internas do partido, na posição ocupada pelos militantes ligados ou originários de atividades profissionais vinculadas ao (novo) mundo do trabalho nos cargos de direção partidária<sup>265</sup>. A semelhança constatada entre os perfis sócio-demográfico e econômico dos militantes e dirigentes petistas, bem como entre suas opiniões acerca de temas fundamentais para a definição de seu projeto político, verificadas através da construção de seu perfil político, permite que se afirme que se está diante de um partido através do qual os *trabalhadores* não apenas se representam, mas no qual eles detêm a hegemonia organizacional e diretiva<sup>266</sup>.

## 5.2. Um Partido Socialista Contemporâneo

Partido original e contemporâneo também por sua proposição socialista, o PT distingue-se dos demais partidos socialistas existentes, sejam os de orientação leninista em suas diversas vertentes, sejam os social-democratas tradicionais. A trajetória descrita pelo PT na definição de seu projeto político-societário aproxima-o e afasta-o, a um só tempo, dos partidos socialistas revolucionários clássicos e dos partidos reformistas tradicionais<sup>267</sup>. Num movimento pendular e, muitas vezes,

<sup>265</sup> Quanto a este aspecto, pela ausência de dados comparativos, fica-se novamente sem poder afirmar de forma peremptória a originalidade do PT no quadro político-partidário brasileiro. Ainda que não demonstrável, é plausível afirmar-se, entretanto, que a presença de dirigentes advindos do mundo do trabalho é maior nele do que nos demais partidos.

<sup>266</sup> O fato de ter sido detectada a existência de *filtros* que se interpõem entre a militância de base e aqueles que detêm postos de direção no PT, fazendo com que estes últimos sejam ligeiramente mais idosos, melhor escolarizados e melhor remunerados que os demais, não invalida a afirmação acima. Todo grupo social, e os partidos políticos não são exceção, selecionam, por algum critério, suas lideranças e são, desta forma, dirigidos por alguma "oligarquia". Não apenas Michels, com sua "lei de ferro", mas também Duverger e Sartori, por exemplo, constatarem esta diversidade e a consideram normal e inevitável. O importante no PT, entretanto, é que os dirigentes partidários, não obstante ligeiramente diferenciados dos militantes de base, são, tanto quanto estes, *trabalhadores* oriundos, em sua grande maioria, dos segmentos profissionais mais modernos dos setores mais dinâmicos da economia brasileira contemporânea. Esta característica distingue o PT, aliás, dos partidos socialistas contemporâneos dos países de desenvolvimento avançado, onde, a julgar pelo padrão francês, a distância social e principalmente cultural entre militantes e dirigentes é bastante acentuada. Veja-se a comparação entre o PT e os partidos socialistas franceses em notas na seção 2.3 deste trabalho.

<sup>267</sup> No mesmo texto em que aponta a ambigüidade do PT, Coutinho afirma também sua originalidade: "Embora tenha também sofrido os efeitos negativos da conjuntura recessiva, o PT não deixou de ampliar sua influência político-institucional e social nos últimos anos. Não se deve esquecer que o PT foi um dos únicos partidos de esquerda no mundo a se expandir e ganhar influência na última década, ou seja, no período mais dramático da crise mundial do socialismo. (...) Isso se deve, em grande parte, às características inovadoras do PT, que o tornaram diverso tanto dos partidos comunistas oriundos da Terceira Internacional (inexistência de centralismo 'democrático', ausência de vínculos de dependência internacional), quanto dos atuais partidos social-democratas (ele não pretende representar os interesses corporativos dos trabalhadores no quadro do capitalismo, mas propõe claramente um projeto alternativo de sociedade). São essas características, *simultaneamente pós-bolcheviques e pós-social-democratas*, que tornaram o PT relativamente infenso às mais danosas consequências da crise do socialismo, das

contraditório, o PT, nos doze anos de sua existência aqui analisados, expandiu e restringiu, freqüentemente num mesmo documento, a amplitude dos conceitos fundamentais que embasam seu projeto. Tanto a compreensão dos sujeitos sociais apontados como aqueles que o partido se propõe representar, quanto sua concepção de socialismo e, finalmente, o caminho escolhido para implanta-lo, ora encontram-se sob forte influência de concepções socialistas revolucionárias de molde clássico, ora são dominados por concepções que privilegiam as reformas sociais e políticas de cunho modernizante.

Desta forma, nos momentos em que predominam as concepções leninistas, restringe-se o conceito de "classe trabalhadora", entendendo-a como composta pelos trabalhadores diretamente ligados aos setores produtivos em aliança com os demais assalariados e liderados pelos operários industriais; os movimentos sociais têm suas especificidades minimizadas e suas temáticas ficam subordinadas à contradição capital/trabalho; retomam-se concepções estatistas do socialismo e catastrofistas do capitalismo, bem como, sob o entendimento de que o Estado e seus aparatos institucionais são meros instrumentos de dominação burguesa, privilegia-se a ação de massas como uma forma de acumular forças para a ruptura revolucionária abrupta da institucionalidade existente.

De outro lado, nos momentos em que predominam as concepções de cunho social-democratas, os conceitos são ampliados, entendendo-se a "classe trabalhadora" como composta pelo vasto leque dos trabalhadores assalariados, dos pequenos e, inclusive, médios proprietários, sem que se possa identificar qualquer hierarquia em seu interior; os movimentos sociais são compreendidos em sua diversidade e amplitude; o socialismo é concebido como uma construção que só pode decorrer da radicalização da democracia, ela própria entendida como meio e fim visado pelo partido. Nesta perspectiva, o Estado e a institucionalidade democrática são concebidos como arena de enfrentamento de projetos políticos diferenciados, fazendo com que o partido se proponha a articular as ações que desenvolve no plano de massas com as que desenvolve no plano institucional, sem privilegiar qualquer uma delas em detrimento das outras.

Do entrecchoque dessas posições políticas distintas no interior do PT resulta, no entanto, um movimento nítido, ainda que oscilante, na direção da contemporaneidade, tendo o reconhecimento da diversidade social, cultural e política, que caracteriza as sociedades pluralistas, como seu eixo orientador. Assim, buscando manter-se sempre numa perspectiva revolucionária, o PT, nos momentos de predomínio das concepções mais reformistas em seu interior, entende que a realização de amplas reformas sociais no país será o caminho que tornará possível a transformação radical da sociedade e do Estado brasileiros no rumo do socialismo.

Desta forma, a permanência, ao longo da trajetória do partido, da tensão tanto no que se refere à definição da base social por ele representada, quanto de seu projeto político, apontada como prova de ambigüidade e arcaísmo do PT, revela-se, na verdade, prova de sua originalidade

---

quais não pôde ou não sabe escapar a maioria dos partidos de esquerda do mundo." COUTINHO, Carlos Nelson. *Opus cit.* p. 110, grifos meus.

e contemporaneidade às condições do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil pós-70. Esta tensão expressa as peculiaridades de uma sociedade urbana e complexa criada através de um processo de modernização autoritário, no qual se articularam, numa síntese inacabada, elementos de modernidade e de arcaísmo.

Esta tensão, finalmente, é prova da originalidade e contemporaneidade do PT porque resulta de seu empenho em construir, numa sociedade excludente como a brasileira - seja em termos sociais ou políticos - uma identidade autônoma de classe dos trabalhadores, trazendo com ela a possibilidade de constituição de uma democracia pluralista. Como se sabe, é apenas quando os diversos sujeitos sociais se constituem como sujeitos políticos, com suas identidades e projetos societários distintos suficientemente formulados e respeitados, que este tipo de democracia começa a se construir.

### **5.3. As Bases da Democracia Pluralista e seus Limites Históricos no Brasil**

Característica das sociedades democráticas avançadas, a pluralidade de interesses só muito recentemente começou a ser aceita como manifestação legítima da diversidade social e do conflito que lhe é inerente. O reconhecimento e o respeito ao direito de dissenso é construção política ainda hoje inconclusa em todo o mundo. No Brasil, sociedade em processo de modernização acelerada, não se consolidaram, até aqui, as instituições políticas que tornam possível a construção da democracia avançada. Falta-lhe o respeito à diferença, passo inicial e essencial para a admissão dos outros sociais e que instala a possibilidade do pluralismo democrático.

Diferentemente do que ocorre nas sociedades arcaicas, onde a ausência de desenvolvimento econômico mantém intactas as estruturas tradicionais, com pequena diversificação social, com demandas sociais pouco sofisticadas e com sujeitos políticos fracamente constituídos, nas sociedades submetidas a um processo de modernização intenso, como o verificado nas últimas décadas no Brasil, o desenvolvimento econômico gera profundas transformações nas estruturas sobre as quais estas sociedades se organizam. O avanço da industrialização e da urbanização deflagra um processo crescente de monetarização, de assalariamento, de escolarização e de especialização profissional, que acaba por compor um quadro de acentuadas desigualdades e diferenças sociais. Mais diversificada e frente a necessidades recém surgidas, a população tende a intensificar e sofisticar suas demandas, ao mesmo tempo em que começa a se mobilizar e a se organizar social e politicamente<sup>268</sup>.

---

<sup>268</sup> A modernização política é definida por Huntington de acordo com três conjuntos de características:

1 - "Em primeiro lugar, a modernização política envolve a racionalização da autoridade, a substituição de um grande número de autoridades políticas tradicionais, religiosas, familiares e étnicas por uma única autoridade política, secular e nacional. (...) A modernização política envolve a afirmação da soberania externa da nação-estado contra as influências transnacionais e de soberania interna do

Iniciador do processo de diversificação social, o desenvolvimento econômico, notadamente industrial, ainda que seja pré-condição necessária, não é, entretanto, condição suficiente para o reconhecimento e o respeito à diversidade que tornam possíveis o pluralismo democrático<sup>269</sup>. Somente em sociedades nas quais, de um lado, os segmentos sociais emergentes conseguem organizar-se como forças políticas autônomas e, de outro, o Estado se abre às pressões advindas destas organizações, criam-se instituições políticas sólidas, capazes de assimilar as novas e crescentes demandas surgidas no seio da sociedade civil<sup>270</sup>.

Em sociedades nas quais estas condições são satisfeitas, constituem-se partidos políticos independentes, através dos quais se expressam e se representam na arena política os interesses das diferentes forças sociais. Gera-se, assim, a possibilidade da existência de um *sistema político-partidário forte*, de um *governo de responsabilidade partidária* e de um Estado que se pode efetivamente definir como um *Estado sensível*. Cumprem-se, desta forma, tanto as pré-condições econômicas e sociais, quanto as condições políticas e até

---

governo nacional contra poderes locais e regionais. Implica a integração nacional e a centralização ou acúmulo do poder nas instituições nacionais reconhecidas de elaboração de leis."

2 - "Em segundo lugar, a modernização política envolve a diferenciação de novas funções políticas e o desenvolvimento de estruturas especializadas para o desempenho dessas funções. Áreas de competência específica - legal, militar, administrativa, científica - separam-se do reino da política e órgãos autônomos, especializados mas subordinados, surgem para o desempenho dessas tarefas. A hierarquia administrativa torna-se mais elaborada, mais complexa, mais disciplinada. O poder e os cargos são distribuídos mais por desempenho e menos por adscrição."

3 - "Em terceiro lugar, a modernização política envolve a crescente participação na política dos grupos sociais por toda a sociedade. A expansão da participação na política pode aumentar o controle do povo pelo governo, como acontece nos estados totalitários, ou pode aumentar o controle do governo pelo povo, como acontece em alguns estados democráticos. Mas em todos os estados modernos os cidadãos ficam diretamente envolvidos e são afetados pelas atividades governamentais. A autoridade racionalizada, a estrutura diferenciada e a participação popular distinguem assim as comunidades políticas modernas das que as antecederam." HUNTINGTON, S. P. Opus cit. p. 46-7.

<sup>269</sup> Mesmo Huntington chama a atenção para o fato de que modernização política e modernização econômica, social e cultural não são equivalentes nem ocorrem necessariamente articuladas. Afirma o autor: "Contudo, é um erro concluir que, na prática, a modernização implica a racionalização da autoridade, a diferenciação da estrutura e a expansão da participação política. Uma distinção básica e freqüentemente esquecida existe entre a modernização política definida como a transição de uma comunidade política tradicional para uma comunidade política moderna e a modernização política definida como os aspectos políticos e os efeitos políticos da modernização econômica, social e cultural. A primeira postula a direção na qual teoricamente deveriam ocorrer as mudanças políticas. A segunda descreve as mudanças políticas que realmente ocorrem nos países em modernização. O hiato entre as duas muitas vezes é bastante amplo. Na prática, a modernização sempre envolve mudança e, usualmente, a desintegração de um sistema político tradicional, mas não envolve necessariamente um movimento significativo em direção a um sistema político moderno. (...)". IDEM Opus cit. p. 47, grifos meus.

<sup>270</sup> Nas nações em que o Estado não se abre às pressões da sociedade civil, não criando canais institucionais de representação, o padrão que se estabelece é o da instabilidade política, do clientelismo, dos golpes de Estado e das revoluções.

culturais que tornam possível a diversidade política e a virtualidade da democracia pluralista<sup>271</sup>.

No Brasil, entretanto, mesmo no período democrático que se estende desde 1984, não se construiu ainda uma democracia com governo partidário. Há partidos no ou fora do governo, não um governo *de* partidos, condição imprescindível para a construção da democracia contemporânea, segundo autores tão distintos quanto Duverger, Cerroni, Sartori, Bobbio, Przeworski ou Huntington, por exemplo<sup>272</sup>. Faltam, na verdade, à sociedade brasileira, as condições políticas para a institucionalização do sistema partidário em gestação no país desde a reforma político-partidária de 1979. Para que esta institucionalização se torne possível, é necessário que, antes, se consolidem partidos com enraizamento social efetivo que, de alguma forma, sejam realmente expressivos das diversas forças político-sociais existentes no interior desta sociedade<sup>273</sup>.

Como seria possível haver um sistema partidário forte no Brasil, se os partidos políticos que o compõem não possuem enraizamento social forte? Neste, país criaram-se apenas as pré-condições econômicas e sociais da diversificação, típicas dos processos de modernização, sem que se tenham gerado, entretanto, as condições políticas que instalam a possibilidade da democracia pluralista.

Sem dúvida, as transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil em décadas recentes e aceleradas no pós-68 - com a complexificação e a diferenciação da estrutura social e especialmente com o ingresso de novos segmentos sociais ao mercado econômico - criaram as condições que tornaram possível a constituição do PT, até aqui o único partido com enraizamento social forte no país<sup>274</sup>. Entretanto, conforme já se frisou, estas condições não levam, por si só, à generalização de partidos desse tipo e, muito menos, a sua admissão na arena de disputa política. Entender o significado e a contribuição do PT, enquanto partido classista e socialista, ao processo político brasileiro exige, portanto, que se analisem tanto as transformações sócio-econômicas recentes ocorridas no país, quanto a dinâmica histórica de suas transformações políticas.

<sup>271</sup> "Mais do que qualquer outra coisa, o estado moderno distingue-se do estado tradicional pela ampla extensão em que o povo participa da política e é afetado pela política nas unidades políticas de maior envergadura. (...) O aspecto mais fundamental da modernização política é (...) a participação na política (...) de grupos sociais representando toda a sociedade e o desenvolvimento de novas instituições políticas, tais como os partidos políticos, para organizar a participação." IDEM, p. 48-9, grifos meus.

<sup>272</sup> As obras destes autores, utilizadas como referência para as reflexões acima, já foram citadas na Introdução deste trabalho. Além daquelas, veja-se também PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>273</sup> Segundo Huntington: "Num sistema multipartidário forte, uma relação de um-para-um tende a existir entre as forças sociais e os partidos políticos. Os trabalhadores, os empresários, os proprietários de terras, a classe média urbana, a igreja, todos têm seus próprios veículos políticos e entre eles se desenvolveram meios institucionalizados de compromisso e adaptação." HUNTINGTON, S. P. Opus cit. p. 430, grifos meus.

<sup>274</sup> Como padrão, são estas as condições que tornam possível, quase sempre, o aparecimento de partidos de extração popular que, por isso mesmo, são apontados como evidência de modernização política das sociedades nas quais eles se constituem.

### 5.3.1. A Modernização Econômica Acelerada e a Complexificação da Estrutura Social Brasileira

Consolidado durante os anos do chamado "milagre econômico", o processo de modernização conservadora do Brasil caracterizou-se por um desenvolvimento industrial acelerado que, não obstante tenha se concentrado na região sudeste, atingiu também, ainda que com intensidade menor, áreas do nordeste e, inclusive, do norte do país. Voltado para a produção de bens de consumo duráveis e, em menor escala, de bens de capital e de bens do setor de ponta da economia internacional<sup>275</sup>, esse desenvolvimento provocou uma expansão acentuada do número de trabalhadores do setor secundário, principalmente nas indústrias modernas<sup>276</sup>. Provocou, ainda, a constituição de um setor terciário de serviços produtivos, articulado ao setor industrial, fazendo crescer a população economicamente ativa ocupada em funções administrativas, técnicas e científicas<sup>277</sup>. No campo, o resultado deste processo foi uma modernização agrária fortemente conservadora, com crescente capitalização e tecnificação da agricultura e a manutenção da grande propriedade, com a redução do percentual de parceiros/meeiros e o aumento do contingente dos assalariados rurais, dos empregados/volantes ou "bóias-frias"<sup>278</sup>.

O processo de modernização da economia brasileira pode ser observado, de forma geral, através de dados relativos à evolução do produto interno bruto nacional e da população economicamente ativa. Entre 1960 e 1980, a participação do setor terciário no PIB passou de 50,01% para 51,90%; a participação do setor secundário passou de 32,24% para 38,11% e finalmente a participação do setor primário caiu de 17,76% para 9,99%. No mesmo período, a

<sup>275</sup> Segundo SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Opus cit. p. 234, "Enquanto os produtos primários respondiam por 79% das exportações, em 1968, e os industrializados por 20%, em 1980 encontramos que a participação dos primeiros baixou para 42% e a dos segundos evoluiu para 56,5%, sendo que cerca de 45% dos produtos industrializados exportados são manufaturas."

<sup>276</sup> Conforme CARDOSO, F. H. Opus Cit. p. 446, entre 1950 e 1980, a massa de trabalhadores ocupada no setor secundário da economia dobrou a cada dez anos. W. G. dos Santos demonstra que o percentual de trabalhadores ocupados nas indústrias de transformação tradicionais (têxtil, couro, vestuário, madeira e móveis, alimentos e bebidas, cerâmica, vidro) passou de 81,86% em 1960, para 41,78% em 1980, enquanto nas indústrias modernas este percentual passou de 18,14% para 58,22%.

<sup>277</sup> "Como conseqüências da ampliação das funções do Estado, do processo de concentração do capital e da gravitação crescente das grandes empresas privadas e públicas, observa-se, entre as ocupações administrativas, um declínio na participação relativa dos proprietários e um crescimento muito rápido do grupo dos administradores, cuja participação proporcional no período [1960-80] mais do que triplica. Por sua vez, as ocupações burocráticas de rotina e as ocupações técnicas e científicas crescem rapidamente, mais do que duplicando sua participação proporcional entre 1960 e 1980. Para se ter uma idéia precisa da expansão quantitativa destas ocupações administrativas e técnico-científicas basta registrar que o número de seus ocupantes eleva-se de 2,5 milhões em 1960 para 8,2 milhões em 1980". Veja-se HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil, citado por SANTOS, W. G. Opus cit. p. 267.

<sup>278</sup> Os parceiros/meeiros passaram de 12,77% do total da população economicamente ativa do campo em 1970, para 6,89% em 1980, enquanto os empregados/volantes subiram de 25,38% para 35,11% no mesmo período. Veja-se SANTOS, W. G. Opus cit. p. 245

PEA no setor terciário passou de 27,37% para 36,64%; no setor secundário, de 12,86% para 24,92% e, no setor primário, de 54,03% para 29,28%<sup>279</sup>.

Este processo de modernização econômica, caracterizado por uma participação crescente de investimentos estrangeiros e pela sustentação financeira internacional, foi viabilizado por uma intervenção estatal voltada fundamentalmente para a reprodução do capital, através da construção de infra-estrutura, financiamentos e subsídios, numa secundarização de sua função de reprodução da força de trabalho. A crescente presença estatal pode ser verificada não apenas por sua participação na formação de capital fixo, que passou de 38,1% em 1965 para 43,0% em 1978, mas também através do peso de seus funcionários no conjunto da população economicamente ativa do país, que cresceu 0,25% entre 1940-1960 e 1,15% entre 1960-1980<sup>280</sup>.

A fraca atuação do Estado na reprodução da força de trabalho, manifestada na redução de recursos públicos para áreas como saúde, saneamento<sup>281</sup> e educação e na ausência de políticas de financiamento para, por exemplo, transporte público e habitação popular, somada à política de achatamento salarial, principalmente dos trabalhadores não qualificados e do funcionalismo público, veio agravar ainda mais o quadro de desigualdades sociais expresso nos dados relativos à distribuição de renda no país. Entre 1960 e 1980, enquanto os 50% mais pobres da população economicamente ativa reduziram sua participação na renda nacional de 17,4% para 12,6%, o 1% mais rico aumentou sua participação de 11,9% para 16,9%<sup>282</sup>.

Ao mesmo tempo, no entanto, como resultado da modernização e diversificação da economia, paralelamente ao empobrecimento da maior parte da população, cresceu a participação das chamadas "classes médias altas" na distribuição da renda: no mesmo período, os 10% mais ricos da população economicamente ativa, aumentaram sua participação de 39,6% para 50,9%<sup>283</sup>. Constituiu-se, assim, através de uma política coordenada pelo Estado autoritário, um mercado consumidor apto a absorver a produção de bens duráveis e sofisticados, resultantes da industrialização acelerada em curso no país.

---

<sup>279</sup> Em 1960, o setor governamental ocupava 3,13% da PEA, enquanto 2,61% estavam ocupados em "outras atividades"; em 1980, estes percentuais passaram, respectivamente, a 3,98% e 5,18%. SANTOS, W. G. (Coord.) *Que Brasil é este?* Manual de indicadores políticos e sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990, p. 32, 34 e 36.

<sup>280</sup> Veja-se CARDOSO, F. H. Opus cit. p. 453, para a primeira referência, e SANTOS, W. G. Opus cit. p. 252, para a segunda.

<sup>281</sup> Veja-se SANTOS, W. G. Opus cit. p. 273: a rubrica saúde e saneamento, que representava 4,10% do Orçamento Geral da União previsto para 1964, decresceu até atingir 1,85% em 1983.

<sup>282</sup> Idem, p. 269.

<sup>283</sup> Idem, ibidem.

### 5.3.2. A Constante Histórica de Exclusão Social e Política no Brasil

Adotando-se a expressão cunhada por Francisco de Oliveira, pode-se caracterizar o processo de modernização da sociedade brasileira, dirigido pela ditadura militar, como uma forma de "regulação truncada"<sup>284</sup>: um Estado que financia o capital, mas que não financia a reprodução da força de trabalho, que não estabelece, através de instituições políticas democráticas, regras estáveis e socialmente pactadas para a regulação da economia, permitindo uma intensa privatização dos recursos públicos. A modernização recente da economia brasileira, realizou-se "pelo alto"<sup>285</sup>, pela via do Estado e não através do desenvolvimento autônomo de formas privadas de acumulação geradas no seio da sociedade civil, mantendo o padrão de dominação tradicional no país: a inclusão política restrita via controle estatal.

Este padrão de dominação política, de cunho oligárquico, caracterizado pela dependência dos diferentes segmentos sociais ao aparato de Estado<sup>286</sup>, manteve historicamente no Brasil a exclusão de amplas parcelas da população do direito de cidadania, mostrando-se incapaz não apenas de incorporar às políticas governamentais interesses básicos das classes subalternas, como de garantir o funcionamento regular da institucionalidade política liberal-burguesa. Exemplos deste padrão de dominação, que evidenciam a debilidade histórica da sociedade civil no país, foram as diversas e sucessivas formas de clientelismo, desde o coronelismo dos anos 30-40 até o populismo dos anos 50-60, e, ainda, os golpes políticos e os períodos ditatoriais, de franca quebra do Estado de Direito, que marcaram a história republicana até recentemente<sup>287</sup>.

Tributária de uma forte tradição escravista e profundamente marcada pelas posturas oligárquicas, a dinâmica política brasileira caracterizou-se por uma conjugação de práticas de cooptação, repressão e exclusão, as primeiras reservadas principalmente às relações que se estabeleceram no interior das elites, mas que incluíram também formas de incorporação subalterna de membros e setores das massas populares, e as últimas reservadas principalmente às relações do Estado com amplas parcelas da população<sup>288</sup>.

<sup>284</sup> Veja-se Oliveira, Francisco de. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil In: LARANJEIRA, Sônia (Org.), *Classes e movimentos sociais na América Latina*. S.P.: Hucitec, 1990.

<sup>285</sup> Para a aplicação das categorias de Gramsci à realidade brasileira e para a utilização do conceito de modernização pelo alto, veja-se COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira* In: *Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 119 a 137.

<sup>286</sup> Esta dependência ocorreu entre os segmentos que compuseram as classes subalternas e, inclusive, aqueles que integraram as elites dominantes.

<sup>287</sup> Para o coronelismo, veja-se LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Para o populismo, veja-se WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 e Id. Opus cit. 1994. Veja-se também, entre outros, FAÓRO, Raymundo. *Os donos do poder*, Porto Alegre: Globo, 1976.

<sup>288</sup> Tanto Coutinho como Weffort utilizam-se de conceitos gramscianos para referirem-se a estas práticas, freqüentes na história do país. Weffort afirma que teríamos uma "questão setentrional" no Brasil, já que neste país, inversamente ao observado por Gramsci na Itália, a adesão aos valores

Realizado através desta dinâmica política, o processo de modernização da sociedade brasileira pode ser descrito, nos termos de Gramsci, como um longo suceder-se de "revoluções passivas", no qual o Estado exerceu o papel de "substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de 'dirigir' politicamente as próprias classes economicamente dominantes."<sup>289</sup> Não se construiu, assim, uma relação de efetiva hegemonia no interior da sociedade civil brasileira, uma vez que, historicamente, nenhuma de suas classes sociais fundamentais logrou constituir-se plenamente. Sem dúvida, a dinâmica política brasileira caracterizou-se pelo exercício da dominação, não da direção<sup>290</sup>.

A modernização econômica acelerada do país, implementada durante os anos 70, longe de diminuir, agravou ainda mais a histórica exclusão social e política das massas populares. Realizada sob a proteção do Estado, a acumulação "selvagem" verificada naquele período fez com que se aprofundasse ainda mais o fosso existente entre as elites e as classes subalternas<sup>291</sup>. Ainda que aparentemente de modo paradoxal, foi neste período que a sociedade brasileira

---

oligárquicos por parte das parcelas mais miseráveis da população ocorre principalmente no norte e nordeste do país, regiões de maior presença de traços arcaicos e onde se concentram as parcelas mais pobres e ignorantes de sua população. Weffort utiliza-se, ainda, do conceito de "oligarquias competitivas", desenvolvido por Robert Dahl ao caracterizar o sistema de dominação existente no sul dos EUA, para referir-se à alternância político-dominadora no interior das elites brasileiras e a suas práticas de exclusão dos segmentos populares. Coutinho, por sua vez, utilizando-se de concepções gramscianas desenvolvidas na análise da situação italiana, afirma que: "Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, no seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado - ou seja, às camadas militares e tecno-burocráticas -, ao qual coube a tarefa de 'controlar' e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas." Referindo-se à prática da cooptação, Coutinho utiliza-se do conceito de "transformismo", ou seja, "da assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas."

<sup>289</sup> COUTINHO, C. N. Opus cit. 1989. p. 126

<sup>290</sup> Na sequência do trecho citado acima, Coutinho acrescenta: "E mais, o resultado desse processo, no caso brasileiro, tem fortes analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália, quando afirma: 'É um dos casos em que esses grupos têm a função de 'domínio' e não de 'direção': ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não deste sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicaliza-lo, etc., segundo o modelo 'jacobino'. (...) Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua 'revolução': fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós a forma - para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes - de uma 'contra-revolução prolongada', que é outro modo de dizer 'ditadura sem hegemonia'."

<sup>291</sup> O'Donnell, referindo-se a este fenômeno no Brasil, em comparação com os demais países latino-americanos, expressa-se nos seguintes termos: "É claro que a quase totalidade da América Latina - em alguns países mais acentuadamente, em outros menos - está marcada pelos contrastes entre os muito ricos e os muito pobres. Mas, no Brasil, além de existir esse contraste - e, certamente, muito fortemente - ele faz parte de um panorama mais complicado e ao mesmo tempo mais espetacular. Trata-se do contraste entre uma abrumadora pobreza (triste 'patrimônio comum' latino-americano) de um lado, e do outro fábricas, comércios e serviços que são o signo de uma opulenta modernidade econômica da qual nenhum dos outros países se aproxima. Nisto há algo de mais incongruente (quase diria, mais escandaloso) que o contraste que pode se observar em países castigados por uma longa história de crises e recessões, em que existe uma miséria tão estonteante como a do Brasil mas, por outro lado, a estrutura produtiva é muito menos rica e moderna que a brasileira." O'DONNELL, Guillermo. Opus cit. p. 74.

atravessou seu mais intenso processo de "ocidentalização": tornou-se eminentemente urbana, mais complexa estruturalmente e mais diversificada socialmente, capaz de construir redes de organização mais autônomas frente ao Estado e, a partir do início da crise do modelo de desenvolvimento, de exigir sua democratização<sup>292</sup>.

Os valores pró-capitalismo finalmente se generalizaram no conjunto da população, inclusive no seio de suas parcelas populares, não sem antes encontrarem resistência, ainda que esta tenha sido prontamente reprimida<sup>293</sup>. A burguesia brasileira, amparada no plano interno pelas instituições políticas que, mesmo manietadas foram mantidas pelos governos militares, sustentada econômica e policialmente pelo aparelho de Estado e apoiada pelos segmentos sociais médios ligados principalmente às atividades técnico-burocráticas, fortaleceu-se ao ponto de, pela primeira vez em sua existência, firmar-se como classe hegemônica<sup>294</sup>.

Os segmentos sociais populares do país, por seu turno, cada vez mais concentrados nas áreas urbanas, mais diversificados internamente e mais sensíveis às novas necessidades e carências advindas do próprio processo de modernização/ocidentalização acelerada da sociedade brasileira, começaram a se organizar e a reivindicar direitos civis, sociais e políticos não atendidos pelo Estado. Situação agravada principalmente a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico então adotado.

---

<sup>292</sup> Para a discussão sobre a "ocidentalização" da sociedade brasileira, inspirada nas formulações de Gramsci, vejam-se VIANNA, Luiz Werneck. *Opus cit.* e COUTINHO, Carlos Nelson. 1989.

<sup>293</sup> Sobre os movimentos de resistência à ditadura e a ação repressiva do Estado frente a eles, vejam-se, por exemplo, 1) GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo, Ática, 1987 e 2) BRASIL Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. Sobre a repressão ao movimento sindical, veja-se FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário - 1964/1984*. São Paulo: Novos Rumos, 1987, vol. 1, A resistência à ditadura. Este autor, entendendo que com o golpe de 1964 inicia-se "uma nova etapa histórica nas relações entre o Estado e o movimento operário" no Brasil, pois que "os militares no poder enquadram a questão social como um assunto referente à Segurança Nacional", informa que, "Logo após o golpe, uma das primeiras medidas tomadas foi a repressão ao sindicalismo. Sessenta e três dirigentes tiveram seus direitos políticos cassados; houve intervenção em quatro Confederações, quarenta e cinco Federações e trezentos e oitenta e três sindicatos.". Em nota de rodapé ele agrega que: "Essas informações referem-se somente ao período 1964/1965." e, citando Argelina Cheirub Figueiredo, complementa: "Até 1970 foram atingidos um total de quarenta e nove Federações e quatrocentos e oitenta e três sindicatos.". A transcrição foi retirada da p. 11, (grifos meus).

<sup>294</sup> Oliveira, em artigo sobre o PT, escrito em 1986/7, analisando a "crise geral da esquerda", refere-se ao fortalecimento político-ideológico da burguesia brasileira afirmando: "E, como resultado desses processos, sobretudo como resultado dos vinte anos de autoritarismo e de uma expansão econômica inusitada, a vitória ideológica do capitalismo, com a consequência da assunção ao primeiro plano de uma hegemonia burguesa nunca vista na história moderna brasileira. É preciso insistir neste ponto: para dizer de forma simples e direta, o capitalismo sempre foi aceito no Brasil a contragosto, ou para ser mais preciso, foi imposto sobre todas as resistências populares, da intelectualidade, de setores - espantoso, mas verdadeiro - da própria burguesia quando esta se via enfrentada pelos problemas de competição imperialista. Era-se capitalista no Brasil quase envergonhadamente, pedindo-se desculpas, escudando-se e escondendo-se por trás das afirmações de independência e do interesse nacional. Hoje, a situação é radicalmente diferente: assume-se com gosto - e com lucros - ser capitalista. (...) Esse aceitar que ser capitalista é que 'é bom' é a verdadeira vitória do regime imposto pelas armas em 1964. Zerou-se do debate político qualquer proposição minimamente anti-capitalista, e a discussão sobre o socialismo desapareceu quase do horizonte (...).". OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT In: SADER, Emir (Org.). S/d. p. 21/22.

Entre 1960 e 1980, organizaram-se mais de 70% dos sindicatos de trabalhadores assalariados brasileiros: nos anos 70, principalmente os rurais e, nos 60, os urbanos, predominantemente do setor terciário. Os assalariados deste setor, no decorrer dos anos 80, superaram, em mobilização, os trabalhadores do setor secundário, que lideraram a retomada do movimento sindical no final da década de 70. Nesse mesmo período, organizaram-se também os então chamados novos movimentos sociais urbanos, voltados fundamentalmente para a conquista de serviços sociais públicos, não fornecidos pelo Estado, e os movimentos comportamentais, como o feminista e o ecológico, voltados para questões típicas das complexas sociedades contemporâneas.

Estes novos movimentos sociais-populares e também o novo sindicalismo brasileiro caracterizaram-se pela busca um espaço de atuação autônomo frente ao Estado e às elites dirigentes do país. A construção da identidade política dos trabalhadores brasileiros tornou-se, assim, finalmente, questão central para os seus próprios movimentos<sup>295</sup>. Como se sabe, desde meados da década de 40, com o avanço do processo de urbanização e industrialização do país, foi a "questão nacional" (e não a "questão social" ou classista) que ocupou o centro do debate político brasileiro, inclusive do travado em seus segmentos sociais populares.

A proposta de desenvolvimento nacional e democrático, a ser implementado através do Estado e em aliança com as "elites brasileiras nacionalistas em conflito com o imperialismo", secundarizou o empenho na organização autônoma das classes subalternas. Nesse período, nem mesmo os partidos políticos com algum nível de enraizamento social-popular, fosse o PTB ou o PCB, promoveram a afirmação de uma identidade classista forte: o primeiro caracterizou-se como um partido populista e o segundo, priorizando a questão nacional, investiu na formação da "frente nacionalista", minimizando a formação da identidade de classe<sup>296</sup>.

Neste contexto, os governos ditatoriais, no processo de modernização implementado no pós-64, reafirmaram o padrão tradicional de cooptação e exclusão política, buscando impedir que se constituísse um sistema político baseado no reconhecimento da legitimidade dos diferentes sujeitos sociais, de sua manifestação, conflito e interlocução<sup>297</sup>. Não se consolidaram, assim, as

---

<sup>295</sup> Sem dúvida que, na história do país, registraram-se, principalmente entre os trabalhadores urbanos brasileiros, fundamentalmente operários, tentativas de constituição de organizações sindicais e partidárias independentes. Violentemente reprimidas ou simplesmente cooptadas, entretanto, elas ou foram extintas por força policial ou viram-se atreladas ao Estado. Atendo-se apenas às organizações operárias, há que se registrar: o movimento anarco-sindicalista do final do século XIX e início do XX; as greves de 1917, em São Paulo; a fundação do PCB, em 1922, a organização do COB e posteriormente da CGT, todos reprimidos durante a maior parte de suas existências.

<sup>296</sup> Sobre o PCB e a questão nacional, veja-se VIANNA, Luiz Werneck. *Opus cit.*

<sup>297</sup> Segundo O'Donnell: "(...) a heterogeneidade e desorganização do setor popular brasileiro, marcada pela herança escravagista, posteriormente refletida, ao mesmo tempo que reforçada por um flexível e - nesse sentido - eficiente sistema de dominação social, tem resultado numa relativa ausência e, também, numa particular presença. A relativa ausência - mitigada durante breves períodos no passado e, atualmente, a partir da onda de greves de 1978/79 - é a de um setor popular que, principalmente através de sindicatos e partidos políticos (sejam ou não 'classistas' ou *catch-all*), um grau de organização suficientemente sólido, identidades coletivas suficientemente compartilhadas no seu

condições que permitem a construção de relações efetivas de cidadania, seja a civil, seja a política, quanto mais a social, que caracterizam as sociedades capitalistas contemporâneas de desenvolvimento avançado<sup>298</sup>.

### 5.3.3. O Padrão de Amorfismo dos Partidos e a Rigidez do Estado Brasileiro

Fundamentais para a estabilidade de qualquer sistema político contemporâneo, os partidos e os sistemas político-partidários adquirem especial significado em sociedades como a brasileira, em acelerado processo de modernização. Nessas sociedades, o surgimento de novos grupos e segmentos sociais e econômicos, com suas novas e mais sofisticadas demandas e dotados de capacidade crescente de mobilização e organização, coloca uma dupla e urgente necessidade: a de sua integração ao mercado econômico e, numa urgência que talvez seja ainda maior do que a primeira, a de sua inserção ao mercado político e a sua arena de disputas. Como alerta Huntington: "Ou esses grupos são assimilados no sistema político ou se tornam uma fonte de antagonismo e de revolução contra o sistema político."<sup>299</sup>

Na ótica desse autor, nas sociedades em processo de modernização recente, normalmente desprovidas de instituições políticas dotadas de capacidade de adaptação e em sintonia com o ritmo de transformação do Estado moderno, superar a instabilidade política e promover um desenvolvimento mais harmônico exige uma certa precedência do político sobre o econômico e o social. Enfrentando simultaneamente os problemas que os que se modernizaram mais cedo enfrentaram em seqüência durante períodos históricos relativamente longos, as elites dirigentes desses países vêm-se ao mesmo tempo diante de uma oportunidade e de um desafio, podendo selecionar os problemas a que darão prioridade.<sup>300</sup>

---

interior e diferenciadas o bastante com relação a outras classes, como para impor por direito próprio sua condição de ator na política nacional. A particular presença é a de uma burguesia que se constitui como sujeito social e político quase sem outros interlocutor que um aparato estatal com o que - por isso mesmo - tem se relacionado tão simbioticamente.". Idem, p. 76, grifos meus.

<sup>298</sup> - O'Donnell, no artigo citado anteriormente, referindo-se à lutas dos setores populares no processo de construção da democracia e da cidadania nas sociedades capitalistas avançadas de forma geral e especialmente na Europa, observa que: "(...) Geralmente, estas 'pressões de baixo', não foram suficientes mas em quase todos os casos foram *necessárias* para a obtenção desses avanços. Na Europa, o tema dessas lutas não foi somente o sufrágio universal e a legalização dos partidos que se proclamavam representantes dos até então excluídos. Outros temas foram (e isto é o que desejo frisar aqui, face às diferentes seqüências históricas de nossos países e os da Europa) os direitos de organização e representação no mundo do trabalho e de acesso aos serviços públicos do estado, *não como objetos de uma esclarecida benevolência, mas como algo a que os cidadãos pelo fato de serem tais, faziam-se credores.*". Idem, p. 75/76, o grifo em *italico* é do autor e o em **negrito** é meu.

<sup>299</sup> HUNTINGTON, Opus cit., p. 404. Destaque-se que Huntington é um autor sabidamente mais preocupado com a estabilidade e a eficiência do Estado do que com a democracia. Exatamente por este motivo, suas observações adquirem especial relevância quando aplicadas à realidade política brasileira, pois que ressaltam o caráter excludente e impermeável da estrutura estatal historicamente vigente no país.

<sup>300</sup> HUNTINGTON, Opus cit., p. 406.

Ainda que se possa discordar da precedência do político sobre o econômico e o social preconizada por Huntington, posto que são as transformações iniciadas nestes dois últimos âmbitos que deflagram as do primeiro, há que se concordar, entretanto, que nas sociedades em processo de modernização tardia, em decorrência da simultaneidade assinalada por aquele autor, coloca-se, sem dúvida, a possibilidade de uma "escolha racional": a opção entre 1) a promoção e o fortalecimento dos canais de participação política, incentivando-se o surgimento e consolidação de partidos e sistema partidário que levam à abertura do Estado e à estabilidade política ou 2) a centralização político-administrativa do Estado, com a conseqüente debilitação dos partidos e do sistema partidário, que leva à fragilidade institucional e à instabilidade política. Estas, com certeza, foram alternativas que se colocaram à sociedade brasileira e as suas elites políticas ao longo de toda a história do país e que, ainda hoje se renovam.

Segundo Huntington, "Numa sociedade em modernização, 'construir o estado' significa, em parte, a criação de uma burocracia eficiente, mas também, o que é ainda mais importante, o estabelecimento de um sistema partidário eficaz em condições de estruturar a participação de novos grupos na política."<sup>301</sup> No Brasil, entretanto, conforme já se destacou sob formulações variadas, o Estado e seus aparatos construíram-se antes mesmo que se constituísse a própria Nação<sup>302</sup>. Não é estranhável, portanto, que também os partidos políticos, e não apenas as classes sociais, tenham surgido das entranhas do Estado, constituindo-se não como veículos de expressão e representação de forças sociais autônomas mas, antes e fundamentalmente, em relação ao Estado e a sua estrutura organizacional.

Segundo Maria do Carmo Campelo de Souza, numa interpretação que já se tornou clássica, a fragilidade e o amorfismo, característicos dos partidos políticos brasileiros e, conseqüentemente, dos sistemas partidários que se construíram no país, é resultado do tipo específico de relação que se estabeleceu, como padrão, entre o próprio sistema partidário e o Estado. Foi a forma especial de estruturação das arenas decisórias, com a extrema centralização do poder no Estado, em sua burocracia civil e nas forças armadas, que impediu os partidos políticos de se firmarem como instituição fazendo, em decorrência, com que o grau de institucionalização dos sistemas partidários fosse sempre débil<sup>303</sup>.

Ainda que a análise de Souza se restrinja ao período que vai de 1930 à 1964, pode-se, com certeza, generalizar suas conclusões e, como o fez Victor Nunes Leal no prefácio do livro desta autora, afirmar que, no Brasil "não é o sistema partidário que modela o Estado, mas o Estado que modela o sistema partidário.". Esta é a origem política fundamental do coronelismo e do populismo e também da

---

<sup>301</sup> IDEM, *idem*, p. 408.

<sup>302</sup> Veja-se SCWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

<sup>303</sup> Veja-se SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

instabilidade política que caracterizaram historicamente o país e que ainda hoje não se encontram totalmente afastados da cena política nacional. Quanto mais se tornavam complexas as estruturas econômicas e sociais brasileiras, quanto mais diversificadas as forças sociais e suas demandas surgidas no seio da sociedade civil, mais o Estado se fechava, numa tentativa (quase sempre exitosa) de impedir a livre manifestação e a organização autônoma destas mesmas forças<sup>304</sup>.

Por este motivo a história política brasileira tem sido uma sucessão de golpes e cooptações, com os segmentos e categorias sociais que se julgam tutores da sociedade e fiadores de seu desenvolvimento antecipando-se repressoramente às tentativas de organização das forças políticas emergentes no interior da sociedade e impedindo que elas fujam de seu controle. A ausência de canais institucionais efetivos de representação política dos segmentos sociais em constante formação e transformação na sociedade brasileira gerou formas anômicas e muitas vezes violentas de expressão de demandas. Dentre estas sobressaem-se, pela maior incidência e mais sérias consequências, as formas clientelistas, de um lado, e as formas militares autoritárias, de outro.

No que se refere especificamente aos partidos políticos e aos sistemas partidários brasileiros, as provas de que suas estruturas orgânicas decorreram sempre do tipo de relação mantida entre as (débeis) forças sociais e o Estado podem ser encontradas através de um breve acompanhamento das formas históricas que os partidos políticos e sistemas partidários, de um lado, e o próprio Estado, de outro, assumiram no país<sup>305</sup>.

Na República Velha, sob uma forma estatal federalista, os partidos políticos organizavam-se quase que exclusivamente sobre bases regionais (estaduais) e dividiam-se basicamente entre forças de

---

<sup>304</sup> Lamounier e Meneguello afirmam e propõem-se a demonstrar que "um dos aspectos da formação do Estado, no Brasil, foi uma política deliberada de impedir o fortalecimento de partidos *nacionais*, ou que de alguma forma pudessem competir com o poder central". Veja-se LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel, *Partidos políticos e consolidação democrática - o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 24.

<sup>305</sup> Optou-se, aqui, por centrar a análise no período republicano brasileiro uma vez que, com base na própria definição da forma de governo que lhe dá o nome, pressupõe-se que nele deva ocorrer uma maior participação das parcelas organizadas da sociedade civil na gestão da coisa pública, ou seja, da "*res-pública*". Observe-se que não obstante se possa listar a existência de "*sete formações partidárias distintas*" no Brasil desde a Independência em 1822 - como o fazem Lamounier e Meneguello - um autor como Sartori, especializado em análises comparativas de partidos e sistemas partidários no mundo, afirma que nunca existiu no Brasil um sistema partidário que se pudesse efetivamente classificar como tal. Segundo os dois primeiros autores referidos, as "formações partidárias" que existiram no Brasil até aqui foram: 1) Liberais *versus* conservadores, de 1837 até a proclamação da República em 1889; 2) partidos únicos estaduais (ditos "republicanos") na Primeira República, até a Revolução de 1930; 3) um pluripartidarismo embrionário (polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista) até o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1947; 4) um pluripartidarismo melhor configurado de 1945 até sua extinção pelo Ato Institucional nº 2, em 1965; 5) um bipartidarismo tutelado (ARENA *versus* MDB) no âmbito do regime militar, de 1965 a 1979; 6) retorno controlado ao pluripartidarismo através da reforma partidária de 1979, tendo como principais organizações o PDS e o PMDB, sucessores, respectivamente, da ARENA e do MDB, até 1985; 7) ampliação do leque pluripartidário a partir da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que permitiu a legalização de partidos de orientação marxista e suspendeu praticamente todas as restrições à formação de novos partidos". Vejam-se, para a primeira referência, SARTORI, Opus cit., Introdução à edição brasileira e, para a segunda, LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. Opus cit., p. 20-1.

situação e de oposição ao governo de turno<sup>306</sup>. Por intermédio de pactos inter-regionais e inter-oligárquicos, através da "política dos governadores", mantinha-se a unidade e a supremacia do federal central. Desta forma, ainda que existissem partidos, não se constituiu, a rigor, um sistema partidário no país nesse período<sup>307</sup>.

No Estado Novo, momento em que se constituiu efetivamente o Estado nacional brasileiro e se consolidou a União, sob a ditadura de Vargas, os partidos políticos foram extintos, substituídos pelas interventorias estaduais, pelos conselhos técnicos, pelas representações classistas de molde corporativo-fascista e por uma estrutura político-administrativa federalizada através da qual se submeteram os estados e a própria sociedade civil em seu conjunto. Sob a inspiração fascista chegou-se mesmo a cogitar da constituição de um partido único nacional idéia, entretanto, logo abandonada<sup>308</sup>.

No Pós-45, sob os ventos democratizantes do pós-guerra, com o Estado nacional já consolidado e com sua máquina burocrático-administrativa (civil e militar) montada, os partidos políticos organizaram-se nacionalmente, mas o fizeram como uma função e uma decorrência da proximidade e tipo de relação que mantinham com o aparato de Estado: no PDS aglutinaram-se as forças políticas surgidas em cada estado como consequência da ação dos ex-interventores estaduais vargistas; na UDN alinharam-se as forças das antigas oligarquias estaduais que haviam sido afastadas (mas não alijadas totalmente) do poder pelas interventorias de Vargas; no PTB, agregaram-se as forças trabalhistas aninhadas sob o manto dos institutos de previdência social dos sindicatos operários tutelados e submetidos ao Ministério do Trabalho<sup>309</sup>. Apenas o PCB, fundado em 1922, organizou-se como força independente e, talvez por isto mesmo, tenha sido mantido quase sempre na ilegalidade, salvo durante o período 1945/7. Mesmo este partido, entretanto, como foi visto, acabou sendo tragado pelas malhas do Estado, aderindo ao projeto desenvolvimentista e voltando-se para uma política de

<sup>306</sup> Apenas no Rio Grande do Sul existiram, no período, mais de um partido político. Foi também a partir deste estado que se realizou a primeira tentativa (fracassada) de organização de um partido de âmbito nacional. Veja-se SOUZA, M. C. Campelo de. O processo político-partidário na Primeira República In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1975, p. 162-226.

<sup>307</sup> Os conflitos inter-regionais substituíram, segundo a interpretação de diversos autores, os conflitos inter-classistas no Brasil, pelo menos até 1930, constituindo-se naquilo que se pode caracterizar como a forma conflitual básica da sociedade brasileira nos momentos de sua constituição. A estrutura produtiva eminentemente agrária, a fraqueza econômica da burguesia e a quase inexistência de um segmento proletário, a ausência de eleições realmente livres - principalmente para o executivo federal, onde a indicação do candidato oficial e futuro presidente da República era sempre fruto de um acordo estabelecido entre as oligarquias regionais dominantes -, tudo isto contribuiu para a fragilização dos sujeitos políticos e para que a disputa política se caracterizasse como uma competição inter-elites sob a tutela do Estado. A sociedade civil, na ausência de "prêmios" em disputa, não teve espaço para atuar com vistas à conquista de objetivos que lhe fossem próprios. Vejam-se, numa bibliografia vastíssima, as obras citadas de MOTA, SOUZA e SCHWARTZMAN, principalmente.

<sup>308</sup> Vejam-se, a respeito da idéia do partido único nacional no Brasil, as duas obras citadas de SOUZA e também a de LAMOUNIER e MENEGUELLO.

<sup>309</sup> A tentativa de desvencilhamento do PTB das malhas do Estado, com a radicalização progressiva de suas posições, com a adoção de posturas nacionalistas e reformistas, somada o aumento constante de sua votação e, conseqüentemente, das cadeiras que ocupava na Câmara Federal, serviu como um dos pretextos para a deflagração do golpe militar de 1964, desferido sob a alegação da necessidade do "restabelecimento da ordem" no país.

aliança com a "burguesia nacional progressista em luta contra o imperialismo". Fundou-se, assim, no período pós-45, a partir da ação deflagrada no interior do Estado, um sistema multipartidário que chegou a abrigar 13 partidos legalmente reconhecidos.

Na ditadura militar, os partidos políticos anteriormente existentes foram extintos por intermédio de um Ato Institucional, portanto pela ação direta do Estado, e transformados artificialmente, por este mesmo instrumento, em partidos de situação e de oposição (ao governo, não ao regime). Fundou-se, deste modo, novamente através de um ato de Estado, um sistema bipartidário no Brasil. Ainda que suportados, os partidos políticos viram-se esvaziados, nesse período, em sua função de expressão e representação de interesses pelas superintendências e pelas coordenadorias criadas pelo Estado e, sobretudo, por um corpo técnico-burocrático estatal elevado, efetiva e significativamente, à condição de agente mediador das demandas da sociedade civil frente ao Estado onipotente<sup>310</sup>.

No período de transição democrática, sob a pressão da sociedade civil e a adoção progressiva do MDB como o partido político capaz de expressar suas demandas, outra vez por iniciativa do Estado extinguíram-se os partidos políticos existentes e implantou-se uma legislação eleitoral e partidária que garantiu maioria parlamentar ao governo, mas que permitiu, em troca e ainda que com restrições, a formação de novos partidos políticos. Reconstituiu-se, assim, o multipartidarismo no país, mais uma vez através de uma ação do Estado, arquitetada com a intenção de manter sob seu controle as forças sociais em processo de (re)organização. Finalmente, no processo de remoção do chamado "entulho autoritário", que precedeu à Assembleia Constituinte de 1987, aprovou-se uma legislação que tornou possível a livre organização partidária e que abriu, por consequência, a perspectiva de consolidação e institucionalização de um sistema partidário no país.

Como se constata, a resistência interposta à existência dos partidos no país foi uma constante em toda sua história política. Como padrão, o que as elites dirigentes sempre buscaram no Brasil foi o fortalecimento do poder do Estado central, meio eficaz de manterem a dominação sem liderança que exerceram sobre o conjunto da sociedade civil. A estratégia de *state-building* adotada com maior constância no país foi, portanto, a do enfraquecimento, quando não a da eliminação, de quaisquer agências políticas que pudessem expressar os interesses dos segmentos e forças sociais diferenciadas existentes na sociedade, representando-os no plano político e abrindo, por esta via, a possibilidade da transformação do Estado num espaço de disputas e negociações políticas efetivas.

Nesta perspectiva, preservaram-se durante o interregno democrático de 1946-64, na transição democrática da Nova República ou ainda hoje, no transcurso de novo período democrático no país, as estruturas básicas do aparato de Estado montadas no pós-30 e significativamente ampliadas no regime militar. Estruturas das quais se valem muitos dos partidos existentes na cena política nacional contemporânea, para assegurar sua inserção social e sua base eleitoral. Tal como o PSD herdou o espólio estadonovista, o PPR, o PFL e até mesmo o PMDB alicerçaram-se sobre as estruturas estatais e dos partidos políticos criados artificialmente durante a ditadura instalada em 1964: da ARENA, os

<sup>310</sup> Para a questão das superintendências, coordenadorias e técnico-burocracia como instâncias mediadoras dos conflitos e demandas sociais no período 1964-84, veja-se OLIVEIRA, F., Opus cit., 1990.

primeiros, e do MDB, o último<sup>311</sup>. Talvez por isto se possa detectar semelhanças mais do que casuais entre o sistema partidário surgido no pós-46 e o atual. Em ambos podem-se reconhecer traços nítidos do sistema definido por Sartori como multipartidário polarizado, prenhe dos riscos de fragmentação e instabilidade que o acompanha<sup>312</sup>.

Em virtude da ausência de enraizamento social efetivo, substituído, como padrão no Brasil, por uma relação com o Estado que se pode considerar promíscua, os partidos e os sistemas partidários surgidos no país não conseguiram, até aqui, gerar as condições políticas que permitiriam seu fortalecimento e sua institucionalização<sup>313</sup>. Desta maneira, as forças sociais diferenciadas existentes no interior da sociedade brasileira, mesmo já tendo iniciado e até aprofundado seu processo de organização, não ultrapassaram ainda hoje a categoria de meros atores políticos, não se assumindo, efetiva e autenticamente, como sujeitos políticos dotados de identidades autônomas e de projetos próprios.

A idéia de parte política (partido), como se sabe desde as reflexões pioneiras de Burke, só é possível depois de se haver constituído o todo da qual ela faz parte<sup>314</sup>. Na verdade, foi apenas quando as nações modernas superaram seus períodos constitucionais, através do estabelecimento de objetivos comuns minimamente partilhados por todos os segmentos e forças sociais que as compunham, que se tornou possível admitir, naquelas sociedades, a diversidade de interesses e a discordância a respeito de como alcança-los. Foi este o momento histórico de aparecimento dos partidos políticos como agências legítimas de expressão de interesses. Sua conformação plena ainda não havia se completado, entretanto, posto que se limitava à admissão dos segmentos sociais proprietários. Foi apenas quando o proletariado emergente logrou conquistar, além de uma razoável integração ao mercado econômico e a seus benefícios, também o espaço que lhe cabia na arena de disputa do poder político, que se

<sup>311</sup> Ainda que exibindo traços de parentesco mais longínquos, também o PSDB pode ser agregado a esta mesma linhagem partidária-estatal. Desmembrado do PMDB, coube-lhe, sem dúvida, parcela não desprezível da herança organizacional deixada pelo MDB.

<sup>312</sup> Segundo a formulação de Sartori, nos sistemas multipartidários polarizados, em virtude da ocupação do centro do sistema por um partido autodenominado de centro, os demais vêm-se forçados, pela lógica da competição inter partidária, a radicalizarem suas posições, à direita ou à esquerda, dotando-o de uma dinâmica centrífuga que provoca a instabilidade de todo o conjunto político. O caráter multipartidário polarizado do sistema partidário de 1946-64 no Brasil foi apontado por diversos autores, como Maria do Carmo Campelo de Souza que, embora não o denomine assim, o caracteriza como tal. O risco do multipartidarismo polarizado no sistema atualmente vigente é sugerido por REIS, Fábio Wanderley. *Governabilidade, instituições e partidos*. In: *Novos Estudos* nº 41, São Paulo: CEBRAP, 1995. Além destes autores, vejam-se também para o enfoque do multipartidarismo polarizado no sistema partidário pós-46: LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. *Opus cit.* e HIPPIÓLITO, Sílvia. *De raposas e reformistas - o PSD e a experiência democrática brasileira*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1984. Para a definição teórica do conceito veja-se SARTORI, Giovanni, *Opus cit.*

<sup>313</sup> Como se viu, as duas tentativas partidárias mais recentes de desvencilhamento das amarras do Estado e de inserção social mais profunda, que poderiam ter possibilitado a constituição de identidades sociais e políticas mais autônomas, resultaram em pronta reação das elites dirigentes: a do PTB no pós-46 e a do MDB no pré-79.

<sup>314</sup> A afirmação de que Burke é o primeiro autor a esboçar a idéia do partido político em sua concepção moderna, como parte integrada de um todo e não como facção que o fragmenta, é de Sartori. Veja-se, para a referência, SARTORI, G. *Opus cit.* p. 26.

consolidou, finalmente, a forma partido político em sua concepção moderna: parte política constituinte e indissociável do todo no qual se integra<sup>315</sup>.

Pode-se entender, assim, a razão da resistência ao aparecimento, no Brasil, de partidos políticos modernos em quaisquer de suas formas, mesmo os de cunho elitista já classificados tipologicamente como partidos de notáveis, e, sobretudo, as razões da não proliferação, até hoje, de partidos políticos com forte inserção social, dedicados à expressão e representação autônoma dos interesses das forças políticas, seja no campo dos proprietários ou no dos trabalhadores<sup>316</sup>. País modernizado através de um processo acelerado e de caráter autoritário, as opções realizadas pelas elites dirigentes brasileiras foram no sentido da priorização do fortalecimento do Estado, não das formas institucionais de participação política. Buscou-se sempre uma pretensa "eficiência" do Estado, em detrimento das vias com certeza "mais morosas" da participação popular, que são, entretanto, mais democráticas e, por isso, portadoras de maiores condições de gerar estabilidade política.

A simultaneidade aventada por Huntington entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político institucional, colocada como possibilidade às sociedades em processo de modernização tardio, não se concretizou no Brasil. Pelo contrário, as características da sociedade brasileira aproximam-na mais fortemente daquelas que aquele autor classificou como "sociedades pretorianas". Em flagrante contradição com a diversidade e complexidade que caracterizam as estruturas sócio-econômicas do Brasil contemporâneo, seu Estado mantém-se ainda hoje fechado e pouco sensível às demandas da sociedade civil, especialmente àquelas advindas dos segmentos populares. É no âmbito exclusivo do Estado e no círculo restrito daqueles que detêm o seu controle que se definem os objetivos que dizem respeito à nação em seu conjunto, sem que se consolide, desta forma, o processo de democratização do país<sup>317</sup>.

Não se resolveu, portanto, aquilo que já se denominou como o "problema constitucional brasileiro", pois que ainda não se firmaram os canais institucionais de representação e expressão das diferentes forças sociais e de seus interesses divergentes<sup>318</sup>. Estes canais são a única via possível para a

<sup>315</sup> Vejam-se, como provas da resistência aos partidos políticos antes da consolidação das nações modernas, a rejeição de que foram alvo no Parlamento britânico do século XVIII e as reflexões de Burke a este respeito, o repúdio ao seu aparecimento na Assembleia Constituinte francesa de 1789, ou ainda a postura negativa dos Federalistas norte-americanos frente a eles, por suas consequências nefastas à unidade nacional em construção naquele momento.

<sup>316</sup> Na verdade, nem mesmo partidos religiosos ou étnicos se constituíram com inserção social expressiva no Brasil.

<sup>317</sup> Na mesma linha de argumentação que se vem desenvolvendo aqui, Fábio Wanderley Reis afirma que "a democracia envolve (...), por definição, a *problematização* do processo de fixação dos fins da ação do Estado, com o reconhecimento de que há fins diversos e às vezes divergentes ou mesmo conflitantes (em correspondência com a multiplicidade dos interesses de que são portadores os diferentes grupos e categorias da sociedade) e de que é preciso tratar de agregar fins múltiplos, se possível compatibiliza-los por meios de negociações, definir prioridades com recurso a procedimentos que venham a ser percebidos como legítimos, etc.". Veja-se REIS, F. W., Opus cit., p. 41.

<sup>318</sup> A questão do "problema constitucional brasileiro" e de sua possível resolução foi levantada por Reis no artigo citado. Segundo este autor: "É possível dizer que o problema fundamental envolvido nas oscilações da história republicana brasileira entre Estado democrático e Estado autoritário é justamente o de quem (que categorias, interesses, classes) fixa os fins do Estado. E este é o problema *constitucional*

constituição, através de embates travados na arena política, de consensos básicos e objetivos minimamente partilhados no interior de uma sociedade com níveis de diferenciação e complexidade tão elevados quanto os já atingidos no Brasil, principalmente como decorrência das transformações econômicas, sociais e culturais verificadas no último quartel do presente século.

A institucionalização das divergências, que constitui a própria essência da democracia pluralista, só se concretiza, entretanto, quando além de constituídos os diversos sujeitos sociais e as distintas forças políticas através de seus partidos políticos independentes, estes tornam-se capazes tanto de intervir sobre o Estado e transforma-lo, quanto, neste mesmo movimento, de transformarem-se a si mesmos. São estas as circunstâncias em que o dissenso passa a ser aceito como manifestação legítima de interesses e objetivos diferenciados e, muitas vezes, conflitantes entre si.

Neste processo, por um lado, os partidos tornam-se aptos não apenas para articular as identidades autônomas das classe ou forças sociais sobre a qual se ancoram, mas principalmente para agregar interesses diversos sob um projeto político-societário global e minimamente delineado. Por outro lado, o Estado capacita-se para conciliar, através de regras democráticas estáveis, mas ao mesmo tempo flexíveis e dinâmicas, a necessária eficiência administrativa e a indispensável participação popular em sua própria gestão. Abre-se então, com verso e reverso sociais e políticos já suficientemente firmados, as condições que permitem a construção do transverso.

#### **5.4. O Rompimento do Padrão Histórico de Dominação Política e a Possibilidade da Democracia Pluralista no Brasil Contemporâneo**

Empenhado na construção de uma identidade classista autônoma e de um projeto político-societário independente, o PT quebra, com sua presença e atuação na arena de disputas políticas, a constante histórica de exclusão popular e cooptação política no Brasil. Primeiro partido institucional e de massas no país a se constituir à margem do Estado e em contestação aberta às elites que tradicionalmente o dominam, ele organiza parcela significativa dos segmentos sociais populares ligados ao novo mundo do trabalho, dotando-os de um veículo capaz de expressar suas demandas e de disputar o poder de Estado e, com isso, torna possível que simples atores sociais transformem-se em sujeitos políticos efetivos.

Criam-se, assim, não apenas as condições que permitem a segmentos sociais trabalhadores romperem com a situação de subordinação a que historicamente viram-se submetidos, quanto também

---

por excelência que qualquer Estado-nação deve enfrentar: o de como organizar o Estado de maneira a eventualmente ser capaz de acomodar *institucionalmente* a coexistência entre interesses múltiplos e projetos alternativos referidos às ações do próprio Estado. Uma possibilidade, naturalmente, é a de que certos interesses simplesmente se imponham aos demais pela força, apropriando-se de vez da máquina do Estado e conformando-a aos seus próprios desígnios ou projetos. Ainda que nossa preferência normativa seja a de excluir tal solução autoritária, ela certamente continua presente no quadro brasileiro como possibilidade bem real (à qual se recorreu recentemente e por um longo período, ademais) e como parte e expressão do que tenho designado como nosso problema constitucional *não* resolvido". REIS, F. W., Opus cit., p. 41, grifos do autor.

as condições que obrigam os demais segmentos, categorias ou agrupamentos sociais a se reconhecerem e se organizarem, visando construir vias institucionais através das quais possam expressar seus interesses e articular seus projetos. Geram-se, desta forma, em decorrência da ação do PT, num só movimento, o verso e o reverso na sociedade brasileira, cumprindo-se finalmente a condição preliminar e imprescindível para a edificação da democracia pluralista: a do auto-reconhecimento e do reconhecimento dos outros sociais.

Conforme já se destacou aqui, a consolidação da modernidade política e, com ela, da democracia pluralista contemporânea, só se realiza através da criação de um sistema político baseado no reconhecimento da legitimidade dos interesses e projetos dos diferentes sujeitos sociais, de sua manifestação, conflito e interlocução. Ela exige e pressupõe uma forma de organização da sociedade que permita a inclusão econômica, cultural e política da grande maioria da população e através da qual seja possível a participação de segmentos e forças sociais diferenciadas. Sob estas condições, as responsabilidades da gestão eficiente do Estado e da *coisa pública* podem ser (com)partilhadas sem que se anulem, por isso, as identidades distintas e os interesses contraditórios existentes na sociedade civil.

Para o estabelecimento dessa democracia, há sempre, como requisito indispensável, a exigência de um equilíbrio mínimo de forças que permitam a (*inter*)locução, o (*di*)álogo e a (*dis*)puta (estabelecidas entre *no mínimo dois*). Sem a igualdade preliminar mínima, ocorre a imposição das vontades, dos interesses e dos projetos do mais forte e a supressão do "adversário". A democracia contemporânea pressupõe, portanto, a afirmação prévia de identidades distintas, para que se possam constituir sujeitos sociais efetivos e, assim, interlocutores mutuamente respeitados, mesmo que nesse processo predomine, num primeiro momento, a negação do outro, identificado não apenas como um "adversário" mas, muitas vezes, como um "inimigo".

Sendo admitido e factível que todo e qualquer partido conquiste e exerça o poder de Estado, torna-se viável não apenas a participação de cada força política na arena de disputas mas, sobretudo, o respeito às "regras do jogo" democrático. Um jogo que se caracteriza pela incerteza, pois que se mantém sempre aberto, seja no que se refere às suas regras, que prevêm as condições de sua própria modificação, seja no que diz respeito ao seu resultado, nunca estabelecido em definitivo, já que pode ser alterado a cada nova rodada de embates e de negociações<sup>319</sup>.

---

<sup>319</sup> Przeworski, discutindo a questão da democracia e da institucionalização do conflito no mundo contemporâneo, afirma que "a democracia é um sistema em que os partidos perdem eleições". Sintetizando seus argumentos, ele próprio agrega: "Resumindo, numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modifica-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regras.". PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 25 e 31.

Inseridos nesse jogo, os próprios partidos "anti-sistema" tendem a abrir-se e transformar-se, voltando-se, gradativamente, à tarefa de *articular* interesses sociais diversos em um projeto político-societário global, o qual passa a contemplar também interesses do campo considerado como adversário. Aqueles que abandonam seus vínculos e sua identidade social, voltando-se prioritariamente para a ação institucional, tornam-se partidos ônibus e, com isto, passam a ter dificuldades para reconhecer e expressar os interesses diferenciados que, sem dúvida, continuam a existir e até se intensificar no interior de suas sociedades. Aqueles partidos que, diferentemente, conseguem realizar esse percurso de abertura, mantendo vínculos e identidade social fortes, habilitam-se para realizar a tarefa mais difícil mas, com certeza, mais benéfica à consolidação democrática: a de expressão e agregação de interesses diversos. Eles se tornam capazes de dar um sentido novo e de criar novos laços entre interesses particulares, unificando-os em torno de novos objetivos coletivos<sup>320</sup>.

Partido classista contemporâneo, o PT, conforme se demonstrou aqui, apoiado sobre uma base de sustentação diferenciada, seja em termos sociais ou culturais e ideológicos, organiza um bloco social e político novo, no interior do qual se congregam parcelas significativas dos segmentos sociais mais expressivos do novo mundo do trabalho e mais representativas das categorias profissionais surgidas no processo de modernização recente e acelerado da sociedade brasileira. Cria-se, assim, por intermédio do PT e através da articulação dos interesses diferenciados e até contraditórios de que estes segmentos são portadores, uma nova identidade social e política, bem como a possibilidade de construção de um projeto político-societário autônomo, não mais expressivo dos anseios e interesses de uma classe social única e homogênea.

Partido original, é a este novo bloco social e político dos trabalhadores, do qual fazem parte seus militantes, dirigentes e eleitores, que o PT presta contas de seus atos. Diferentemente dos partidos ônibus e dos partidos populistas, o PT não se dirige ao conjunto indiscriminado da população, nem se reporta prioritariamente à classe operária tradicional ou a uma aliança formada por operários, camponeses e classes médias, como os partidos comunistas ou os socialistas clássicos, nem se subordina organicamente a quaisquer sindicatos ou ao Estado, nos moldes adotados até recentemente pelos partidos assemelhados ao trabalhista inglês, de um lado, ou pela quase totalidade dos partidos brasileiros, de outro.

---

<sup>320</sup> A preocupação em como viabilizar uma forma partidária que de conta desta dinâmica de articulação e congregação de interesses diversos, transformando-os em novos objetivos comuns, tem sido uma constante na ciência política desde seus primórdios. Se hoje Huntington se refere às funções de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão dos partidos políticos e Almond e Powell Jr. falam de suas funções expressivas e agregadoras, Burke, como se viu, já preconizava a necessidade do partido-partido-todo. Preocupação que foi revelada também no pensamento e na ação política de esquerda, principalmente por Gramsci e por Cerroni, na teoria do partido-nação, que, da perspectiva da classe na qual se ancora (proletária ou burguesa), articula os interesses das distintas classes sociais, tornando possível o exercício da liderança não apenas política mas também ideológica e cultural e, assim, a construção de uma hegemonia sem dominação. Sobre estas questões, vejam-se: 1) HUNTINGTON, S. P., Opus cit., p. 24; 2) ALMOND, Gabriel A. e POWELL JR., G. Birgham. *Comparative politics: a developmental approach*, Boston, Little, Brown, 1966, Apud REIS, F. W. Opus cit., p. 45; 4) SARTORI, G. Opus cit.; 5) GRAMSCI, A. Opus cit., 1968 e finalmente 6) CERRONI, U. Opus cit. 1982.

Sem reproduzir, portanto, a exata trajetória descrita pelos partidos políticos modernos, o PT cria, ao organizar de forma independente o novo bloco dos trabalhadores, uma condição fundamental para que seja possível o respeito ao dissenso e, com ele, a disputa e o partilhamento do poder de Estado através de regras democráticas socialmente pactadas e consensualmente aceitas. Numa sociedade como a brasileira, em que a tradição foi a privatização da política, o PT gera o reverso, exigindo sua publicização. Contribui, desta forma, para o processo de construção de uma esfera pública que se transforme, efetivamente, em arena de disputa de interesses sociais diferenciados, de sujeitos sociais públicos, estabelecendo assim, as condições mínimas para que se inicie a superação do problema constitucional do país<sup>321</sup>.

Sua postura produz consequências mais amplas para o sistema político brasileiro do que a defesa dos interesses específicos do bloco por ele representado: cria uma condição primeira para a constituição do transverso, da interlocução e do diálogo, capazes de garantir decisões políticas compartilhadas. Sua contribuição adquire um caráter fundamental na medida em que, em sociedades em processo de modernização, como tende a ocorrer no Brasil, a reprodução não apenas do capital mas também do trabalho não se dá mais prioritariamente na esfera privada, mas sim na esfera pública, no espaço do orçamento e dos recursos públicos, a serem disputados e negociados entre sujeitos políticos plenamente constituídos.

De forma sem dúvida irônica e que pode parecer até paradoxal, o PT, nascido fora do Parlamento, como um partido anti-sistema e contra a ordem, ao afirmar a identidade autônoma de um segmento social específico e organiza-lo como força política independente, torna-se o partido que coloca em cena a questão da institucionalização política do país e, conseqüentemente, da construção de uma democracia pluralista efetivamente sólida e inclusiva. Ainda que o PT não refaça, sozinho, o sistema partidário brasileiro, já que a transformação deste sistema depende do empenho realizado pelo conjunto das forças políticas existentes na sociedade (que têm de se tornar aptas para modificar as relações que mantêm entre si e com o Estado), ele obriga, entretanto, por sua presença e atuação política, os demais partidos a torná-lo em conta e, assim, a "lerem a conjuntura" de outra forma.

Com isso, o PT se torna uma espécie de *alter* desses partidos, fazendo com que eles passem a considerar o ponto de vista dos trabalhadores organizados autonomamente e representados por seu intermédio. Este é um primeiro passo para a generalização, no Brasil, de partidos políticos com inserção social, classistas ou articuladores de interesses de grupos e categorias diferenciadas e, com

---

<sup>321</sup> A postura de afirmação classista do PT criando sujeitos sociais autônomos, foi a possibilitadora, em última análise, da própria existência do PSDB e até mesmo da ocorrência da candidatura FHC. Foi porque sujeitos sociais populares já se encontravam, pela via da existência do PT, minimamente organizados e representados na arena política brasileira, que o PSDB, ainda que sem inserção social significativa, pode se apresentar como alternativa no espectro político-partidário. O próprio governo de FHC é, assim, tributário da existência do PT e da candidatura Lula à Presidência. Abstraindo-se o peso exercido pelo Plano Real e pelas propostas de governo da aliança PSDB/PFL, o fato é que se não houvesse forte probabilidade de vitória da candidatura Lula em 1994, dificilmente existiria a própria candidatura FHC.

eles, de um verdadeiro sistema partidário que crie a possibilidade de existência de governos de responsabilidade partidária.

Será a medida das transformações que se processarem na conjuntura e nos demais partidos que permitirá, por sua vez, a institucionalização efetiva de todo o sistema político e que dará, inclusive, a medida da transformação e da institucionalização do próprio PT, tornando-se mais ou menos anti-sistema e contra a ordem e, conseqüentemente, mais ou menos integrado. Com base na experiência histórica internacional, pode-se afirmar que ele tenderá a ser mais respeitador das regras do jogo político institucional, quanto mais o sistema político se abrir e o Estado se sensibilizar com as pressões advindas de partidos com inserção social forte (que eventualmente vierem a se constituir no país) e, ainda, quanto mais esses partidos forem admitidos na arena de disputa política, através da aceitação efetiva da possibilidade de que venham a exercer o poder de Estado.

A trajetória realizada pelo PT até aqui confirma esta tendência. Conforme se demonstrou neste trabalho, ele foi fortemente influenciado, principalmente nos períodos iniciais de sua existência, ainda sob a vigência de governos ditatoriais, pelas concepções socialistas favoráveis à ruptura revolucionária, historicamente hegemônicas na esquerda brasileira<sup>322</sup>. A partir da segunda metade dos anos 80, em função da progressiva institucionalização democrática do país e, conseqüentemente, de sua crescente participação nas instituições legislativas e executivas, o PT passou a afirmar cada vez mais, ainda que sempre de forma oscilatória, a democracia como, "simultaneamente, meio e fim" em seu projeto político-societário.

A importância da questão democrática para o PT manifestou-se claramente no início dos anos 90, tanto nas Resoluções Políticas de seu 1º Congresso, quanto nas opiniões de seus militantes, colhidas e analisadas nesta tese. Este foi o tema frente ao qual seus integrantes se definiram com maior unidade de posicionamentos naquele Congresso, bem como foi sobre ele que o discurso partidário petista mais se aprofundou, apontando a democracia como uma conquista que deveria ser mantida e alargada e como um caminho para a construção do socialismo.

Expressão das próprias condições da sociedade brasileira e do padrão histórico de exclusão social e política que até hoje a caracteriza, a permanência no interior do PT do conflito entre concepções tradicionais e modernas, presentes no campo do pensamento socialista (ainda que com tendência ao crescimento das últimas) é, na verdade, uma evidência a mais do forte enraizamento deste partido na realidade na qual ele se propõe a atuar. A tensão que caracteriza o PT é a mesma tensão que se mantém instalada no Brasil. Ela é prova da contemporaneidade do partido ao processo de modernização autoritária e excludente implantado no país. Um processo que gerou, como se sabe, padrões de desenvolvimento sócio-econômico próximos aos alcançados pelas sociedades avançadas, mas que manteve a incapacidade de inclusão social e política das

---

<sup>322</sup> Sobre a predominância das concepções de cunho leninista, em seu amplo espectro, na esquerda brasileira, veja-se as intervenções de Carlos Nelson Coutinho, nos debates constantes em: 1) GARCIA, Marco Aurélio (Org.), *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986 e 2) *Crítica Marxista*, vol. 1, Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira, São Paulo, Editora Jorruês, 1986, p. 131 a 156.

sociedades "orientais", onde as concepções revolucionárias de ruptura da institucionalidade política encontraram o espaço e as condições que propiciaram seu crescimento.

A sociedade brasileira não cumpriu ainda a exigência de inclusão social e política das mais amplas parcelas de sua população, não abrindo a possibilidade de integração dos segmentos colocados à margem do mercado econômico formal e dos benefícios da modernidade, alijados de direitos sociais básicos sob quaisquer parâmetros que se adotem como referência<sup>323</sup>. A exclusão política, por seu turno, longe de diminuir, tem se reafirmado, de forma exemplar, nas eleições presidenciais realizadas nos últimos anos. Tanto em 1989, quanto em 1994, circulou amplamente a idéia de que a vitória do candidato petista não lhe asseguraria o exercício do poder, quer pela ação desestabilizadora que seria exercida pelas forças de direita, quer pela incapacidade administrativa que se imputava a sua condição de liderança de trabalhadores<sup>324</sup>.

Além da forte exclusão social, o espaço para a permanência de concepções favoráveis à ruptura revolucionária da institucionalidade e à negação dos outros sujeitos sociais e políticos mantém-se no interior do PT também em decorrência do avanço das práticas neoliberais,

<sup>323</sup> "De acordo com o IBGE, houve no Brasil aumento da porcentagem de famílias abaixo da linha de pobreza (definida como 75% de um salário mínimo per capita), de 17% em 1980 para 31,7% em 1990 (em 1986, ano do Plano Cruzado, esse índice correspondeu a 12,5%) (FSP, 5/1). Segundo estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, os pobres e indigentes somavam em 1990, no Brasil, 58.547.492, ou seja, quase 40% da população de 147 milhões de habitantes. O Nordeste é a região que concentra a maior pobreza, principalmente na área rural, onde 50% da população vive em situação de penúria, como revela o trabalho 'Pobreza e Governabilidade', da economista Sônia Rocha, do IPEA. Em seu trabalho, Sônia Rocha diferencia pobreza de indigência. Os pobres somam 42 milhões de indivíduos, ou pouco menos de 30% dos habitantes do país, e caracterizam-se por não disporem de renda suficiente para suprir o conjunto de suas necessidades básicas. Já os indigentes não têm o rendimento necessário sequer para a alimentação, e formam um contingente de 16,6 milhões, ou seja, mais de 11% da população brasileira (dos quais 55% estão no Nordeste e 43% no campo). As periferias das capitais apresentam a maior concentração de pobreza. Mais de 50% dos pobres metropolitanos, que somam 12 milhões, estão no Rio [de Janeiro] e em São Paulo." BOLETIM DE CONJUNTURA. Política Social. São Paulo: FUNDAP, n. 16, jan./fev. 1995, p. 6.

<sup>324</sup> A título de exemplo das possíveis represálias que foram divulgadas como passíveis de serem adotadas caso o candidato petista vencesse qualquer daquelas eleições, pode-se citar, para cada uma das disputas, entre outras, os seguintes fatos: 1989 - Mário Amato, então presidente da maior e mais influente associação empresarial do país, a FIESP/CIESP, declarou durante o período de campanha que, caso Lula vencesse o pleito, pelo menos 40 mil empresários abandonariam o país; 1995 - a) Ruth Escobar, atriz e ex-deputada federal pelo PMDB declarou publicamente, em apoio à candidatura de FHC e em detrimento da de Lula, com o intuito, tanto de ressaltar a distância cultural existente entre eles, quanto de ridicularizar o segundo, que a disputa naquele momento se fazia entre um "Sartre", de um lado, e um "encanador", de outro; b) Adeptos da candidatura FHC fizeram circular fichas falsas de filiação ao PT, onde os petistas eram claramente identificados como ignorantes, miseráveis e chegavam até mesmo a ser desqualificados moralmente. Não obstante a existência e a distribuição dessas "fichas" tenham chegado, comprovadamente, ao conhecimento do candidato vitorioso, seu partido limitou-se a declarar que não era responsável por elas, sem, no entanto, condena-las; c) O ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, almirante Mário César Flores, afirmou em debate público, cujo tema era a eleição presidencial, que o regime civil brasileiro atual não deveria ser visto como uma "rendição incondicional" das Forças Armadas, mas apenas como um "armistício", numa clara alusão ao fato de que um eventual governo de Lula estaria sujeito a sérias turbulências. Veja-se para o caso das "fichas" falsas, OLIVEIRA, F. de. Quem tem medo da governabilidade? In: Novos Estudos CEBRAP, n° 41, março de 1995, p. 61-77 e, para o do ministro-almirante, REIS, F. W. Idem, p. 52-9.

sabidamente não inclusivas, em curso em todo o mundo. Um espaço que se amplia, na verdade, em consequência do impacto provocado - num país de inserção inconclusa no quadro das nações desenvolvidas como o Brasil - pelo processo de globalização econômica, que se caracteriza por reforçar a integração dos já incluídos, ao mesmo tempo em que aumenta a exclusão dos ainda não integrados, gerando uma nova espécie de *aphartaid*, agora de âmbito internacional.

Diante deste quadro, pode-se compreender melhor as razões da tensão que ainda se mantêm no PT entre concepções políticas bastante diferenciadas, com a reemersão periódica de posturas que minimizam a democracia como valor estratégico, ou das que privilegiam as ações no plano de massas em detrimento de sua articulação com as realizadas no plano institucional e, até mesmo, daquelas que entendem as vitórias eleitorais obtidas pelo partido no âmbito legislativo e executivo, assim como a realização de reformas sociais e políticas progressivas, como mero acúmulo de forças para a tomada do poder do Estado e não como avanços processuais no sentido da construção de uma democracia inclusiva<sup>325</sup>. Sob esta perspectiva, pode-se compreender também a maior facilidade exibida pelo PT e observável através da análise de seus documentos em reconhecer seus adversários, muitas vezes tomados como inimigos, e, em contrapartida, a dificuldade em identificar plenamente os integrantes do bloco social e político que se articula através do próprio partido. Pode-se entender, por fim, o posicionamento anti-capitalista do PT, estabelecido antes mesmo de sua afirmação socialista.

No quadro de exclusão social que caracteriza a sociedade brasileira, em que amplas parcelas da população são mantidas na condição de meio-cidadãos, torna-se difícil para o PT superar os limites que determinam sua afirmação apenas como *parte*, ainda que popular, de um todo social mais amplo, diversificado e complexo. Torna-se extremamente difícil, sem dúvida, a construção de um projeto político-societário que, na perspectiva da justiça social, articule efetivamente interesses comuns a todos os setores existentes no interior da sociedade na qual este partido atua, vencendo posturas características de uma visão parcial da globalidade social e geradoras de uma identidade apenas de negação do outro e de afirmação de interesses específicos de um determinado sujeito social.

Vivendo a dificuldade de tornar-se também ele mais inclusivo, o PT não conseguiu desvencilhar-se ainda de concepções que, defasadas das transformações em curso no país e no mundo, apregoam como perspectiva de futuro a representação política de exclusividade classista homogênea e restrita, ou de concepções que se apegam a bandeiras de luta de vezo terceiro-

---

<sup>325</sup> Mesmo depois do 1º Congresso do PT, marco que se adotou aqui para o encerramento da análise dos documentos partidários, as oscilações entre o predomínio de concepções socialistas pró-ruptura revolucionária e pró-reformas estruturais, continuaram se manifestando no interior do partido, seja na linha política adotada para a condução da campanha eleitoral à presidência da República em 1994, no conteúdo das Resoluções Políticas dos Encontros Nacionais realizados em 1993 e em 1995, bem como na renovação das diversas instâncias de suas direções (das municipais à nacional). Em linhas gerais, pode-se afirmar que os anos de 1993-4 caracterizaram-se por uma inclinação ao predomínio da esquerda no interior do partido e que o de 1995 marca-se, até aqui, pelo avanço das posturas menos radicais ou reformistas.

mundistas, já superadas pela sociedade brasileira contemporânea tomada em seu conjunto. Exemplos da reemersão recente destas concepções no interior do partido foram: mais diretamente ligadas às primeiras, a postura de isolamento a que foi submetida a candidatura Lula na campanha presidencial de 1994, abrindo espaço para o crescimento da candidatura de FHC e para a aliança PSDB-PFL, e, mais relacionada às segundas, a oposição radical e principista até aqui assumida pelo partido às reformas constitucionais relativas à privatização de empresas estatais<sup>326</sup>.

O PT encontra-se hoje, no que diz respeito a sua postura classista e socialista, diante de um duplo e difícil desafio. O primeiro deles faz com que o PT se veja frente à necessidade de, sem abandonar a defesa dos interesses do bloco social por ele representado, construir um projeto político-societário capaz de articular os interesses díspares de sua base social com os do amplo espectro de segmentos sociais que compõem a complexa sociedade brasileira contemporânea<sup>327</sup>. O segundo desafio, agravado pela hegemonia incontestada que o capitalismo exerce neste momento em todo o mundo, implica a busca da construção de um novo projeto socialista.

Projeto este que o próprio PT sem dúvida desconhece mas que, acompanhando o curso do desenvolvimento econômico e político mundial - no qual o Brasil com certeza se encontra suficientemente inserido -, deverá permitir que se conjuguem democracia e mercado, através de novas formas de regulação pública da economia (não necessariamente estatais, mas agora de âmbito forçosamente internacional), que se voltem tanto para o âmbito da distribuição das riquezas socialmente produzidas, quanto para o dos próprios investimentos produtivos.

Se os desafios hoje colocados são difíceis e sua superação pelo PT uma questão em aberto, a trajetória já realizada pelo partido até aqui cumpriu efetivamente um importante papel. Nas condições do processo de modernização "pelo alto" da sociedade brasileira contemporânea, a emergência de um partido que se afirmou classista e se propôs socialista, como o PT, contribuiu, no plano da constituição dos sujeitos políticos, para a criação de verso e reverso, realizando, assim, condição prévia da construção democrática. Este passo não foi ainda suficiente, no

<sup>326</sup> Sem que se discuta a justeza do processo de privatização proposto para o país, nem se justifique sua relação com posturas neoliberais assumidas pelo Governo FHC - cuja proposta de reforma da previdência social é exemplo nítido -, a posição assumida pelo PT, de negação absoluta da privatização de empresas que atuam em setores considerados pelo partido como "estratégicos" para a "soberania nacional", lembra - até mesmo pelo nome da articulação política que se constituiu para combatê-la ("Frente Brasil Soberano") e pelo que representam simbolicamente as personalidades que a integram (Lula, Brizola e a tentativa de incorporação de Quéricia) -, a campanha do "Petróleo é Nosso", da década de 50. Além de parecer uma tentativa de ressuscitar o projeto "nacional-desenvolvimentista" do período de "substituição de importações", ao qual, aliás, a adesão custou ao antigo PCB a perda de sua identidade política.

<sup>327</sup> Um desafio que se tem colocado também aos demais partidos de inserção social forte em todo o mundo. Vejam-se, para estas questões, dentro outros: 1) ESPING-ANDERSEN, G. Opus cit., que discute os impasses colocados contemporaneamente à social-democracia escandinava para refazer a antiga aliança operária com os segmentos sociais médios que sustentou durante décadas os governos e as políticas social-democratas naqueles países. 2) CERRONI, U. Opus cit., 1989, que argumenta sobre a nova composição dos segmentos ligados ao universo do trabalho e os desafios que este universo enfrenta na reformulação do projeto operário-classista tradicional.

entanto, para o surgimento de relações transversas. A democracia, caminho para a viabilização da justiça social, constrói-se a partir do respeito à diferença e ao dissenso, não da exclusão, do aniquilamento ou da cooptação dos outros sociais. Construí-la no Brasil é tarefa que nenhum partido político poderá cumprir sozinho. É trabalho que cabe a toda sociedade. Isto, o PT e as demais forças democráticas brasileiras precisam, ainda, compreender. Quando o fizerem, de fato e não apenas em discurso, terão começado a edificar um novo país, efetivamente democrático, pluralista e integrador das mais amplas parcelas de sua população, nos planos social e político.

## 6. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. A Situação Social: O que diz o passado e o que promete o futuro In: *Perspectivas da economia brasileira 1992*. Brasília, IPEA, 1991.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Boston: Little, Brown and Company, 1963.
- ALTVATER, Elmar. A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas forma de socialização capitalista In: HOBBSBAWN, Eric J. (Org.). *História do marxismo - o marxismo hoje (2º Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.283-340.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Crise da Crise do Marxismo*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Teoria política e história (un debate com E. P. Thompson)*, Madrid: Siglo XXI, 1985.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p.171.
- ASSEMBLÉIA Nacional Constituinte - 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1987.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, USP.
- BEER, Samuel H. *La gran Bretaña: Desde un gobierno de minorías hasta la organización de partidos de masas*. In: NEUMANN, Sigmund (Org.), *Partidos políticos modernos - Iniciación al estudio comparativo de los sistemas políticos*. Madrid: Tecnos, 1965, p. 303-335.
- BELLUZZO, L. G. *A Transfiguração Crítica*. Estudos CEBRAP . São Paulo. n. 24, 1979.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1979/1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, USP.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las premissas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo XXI, 1982.
- BOBBIO, Norberto ... [et al.] *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- \_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Qual socialismo? - Debate sobre uma alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BOLETIM DE CONJUNTURA. Política Social. São Paulo: FUNDAP, n. 16, jan./fev. 1995.
- BOUDON, Raymond - **Efeitos Perversos da Ordem Social**, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BRASIL nunca mais. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CARDOSO, F. H. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 443-482.
- \_\_\_\_\_. Partidos, estado e movimentos sociais (ou Poulantzas e o Brasil). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 1-2, abril, 1982, p. 3-7.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CERRONI, Umberto ... [et al.] **Teoria marxista del partido político**. México: Siglo XXI, 1978.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- \_\_\_\_\_. Além dos Limites do Velho Socialismo. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, ano 4, n. 15, 1989, pp. 9-14.
- CHACON, Vamirech. **História dos partidos brasileiros**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- CHANTAL, Mouffe. Hegemonia e Ideologia em Gramsci. *Arte, Sociedade, Ideologia*, México, nº 5, 1978.
- CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento socialista**. São Paulo: Global, 1985-1986. 2 vol.
- COLE, G. D. H. **Historia del pensamiento socialista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1962, 6 vol.
- CONTAS consolidadas para a nação, atualização para 1990. IBGE: Rio de Janeiro, 1991.

- COTRIM, Fernando da Silveira. *A geografia do voto no Brasil: eleições de 1989*. Rio de Janeiro: IBASE, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, 2º ed. ampliada.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 119 a 137.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no Brasil* In: WEFFORT, F. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989, volume Política, p. 9-31.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no Brasil de hoje* In: *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 93-112.
- COUTINHO, Carlos Nelson... [et al.] *Mesa Redonda: a estratégia da revolução brasileira*. In: *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Joruês, 1986, p. 131 a 156.
- DAGNAUD, Monique; MEHL, Dominique. *Profil de la nouvelle gauche*. *Revue française de science politique*. Paris, v. 31, n. 2, p. 372-393, avril 1981.
- DAHL, R. A. *Who Governs?*. Yale University Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Pluralist Democracy* In: *The united States: conflict and consent*, Rand McNally, 1967.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classe sociais e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- DEPUTADOS brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados 46ª legislatura 1979-1983. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1979.
- DEPUTADOS brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados 47ª legislatura 1983-1986. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1983.
- DEPUTADOS brasileiros. repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados 49ª legislatura 1991-1995. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1991.
- DERVILLE, Jacques; CROISAT, Maurice. *La socialisation des militants communistes français*. *Revue française de science politique*. Paris, v. 29, n. 4-5, 760-790, aout-octobre 1979.
- DESARROLLO HUMANO: Informe 1991. Bogotá: Tercer Mundo, 1991.
- DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo [?]: s/d.

- DUVERGER, M. (Org.). *Partis politiques et classes sociales en France*. Paris: Fondation nationale des sciences politiques, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- ENGLES, Friedrich. Introdução a A guerra civil na França In: *Karl Marx e Friedrich Engels. Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, p. 41-51.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Politics against markets - The social-democracy of road to power*. New Jersey: Princeton University, 1985.
- \_\_\_\_\_. As três economias políticas do welfare-state. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, setembro, 1991.
- FALETO, Enzo. Entrevista ao jornal Folha de São Paulo. *Folha de São Paulo*, caderno Mais, 28 de maio de 1995, p. 7.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1975, 2 vol.
- FLEISCHER, David V. (Org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- FRANCO, Augusto ... [et al.]. *O PT e o marxismo*. São Paulo: Cadernos de Teoria & Debate, 1991.
- FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário - 1964/1984*, São Paulo, 1987, *Novos Rumos*, 1987, vol. 1, A resistência à ditadura.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT - origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio (Org.), *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- \_\_\_\_\_. 1968: Metamorfoses na esquerda brasileira. São Pedro, 1988. Texto apresentado no Grupo de Trabalho: Partidos e Movimentos de Esquerda, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).
- \_\_\_\_\_. A social-democracia e o PT. *Teoria & Debate*. São Paulo, n. 12, nov. 1990, p. 47-56.
- GIANNOTTI, J. A. O ardil do trabalho. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 4, abr-mai-jun, 1973, p. 5-60.
- \_\_\_\_\_. Em torno da questão do estado e da burocracia: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 20, abr-mai-jun, 1977, p. 111-130.

- \_\_\_\_\_. **Trabalho e Reflexão**, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. A sociabilidade travada. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 28, outubro, 1990, p. 50-66.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, São Paulo, Ática, 1987
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **A Concepção Dialética da História**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GURGEL, Cláudio. **Estrelas e borboletas**. PT: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- HABERMAS, Juergen. A nova intransparência. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, 1987, p. 103-114.
- HARDOUIN, Patrick. Les caractéristiques sociologiques du Parti socialiste. **Revue française de science politique**, Paris, v. 28, n. 2, avril 1978, p. 220-256.
- HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel P., **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1975
- INDICADORES SOCIAIS/FIBGE: SINDICATOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1991.
- INGRAO, Pietro. **Crise e terceira via**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA - IBOPE, Rio de Janeiro, **Arquivo Pesquisas eleitorais 1982-1990**.
- KAUTSKY, K. A ditadura do proletariado In: **Kautsky: A ditadura do proletariado e Lenin: A revolução do proletariado e o renegado Kautsky**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- KECK, Margaret E. **From movement to politics: the formation of the Workers Party in Brazil**. Columbia, 1986. Tese (Doutorado) - Columbia University.
- \_\_\_\_\_. **PT A Lógica da Diferença**. São Paulo: Ática, 1991

- \_\_\_\_\_. Update on the Brazilian Labor Movement. *Latin American Perspectives* v. 11, n.1, 1984, p. 27-34.
- KIRSCHEIMER, Otto. The transformation of the Western European Party Systems In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University, 1966.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2., v. I, out. 1986. p. 41-47.
- LAMOUNIER, Bolívar; MENNEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática. o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias. O Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LENIN, V. I. Fragmentos de las Condiciones de Ingreso en la Internacional Comunista In: **LENIN - Acerca de los Sindicatos**. URSS: Progreso, 1979, p.372.
- \_\_\_\_\_. O estado e a revolução. In: **LENIN. obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v. 2.
- LENK, Kurt; NEUMANN, Franz (Eds.). **Teoria y sociologia críticas de los partidos politicos**. Barcelona: Anagrama, 1974, p. 385-412.
- LIPIETZ, Alan. **Audácia - uma alternativa para o século XXI**, São Paulo: Nobel, 1991, p. 29.
- LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein (Ed.). **Party systems and voter alignments - cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1974.
- MAINWARING, Scott. Sistema eleitoral brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 29, p. 24-58, outubro, 1988.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, K.; ENGLES, F.; LENIN, V. I.; TROTSKI, Leon. **A questão do partido**. São Paulo: Kairós, 1978.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista** In: **Karl Marx e Friedrich Engels obras escolhidas**, v. 1, São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

- MARX, K. **Las luchas de clases em Francia de 1848 a 1850**. Moscú: Progreso, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Miseria de la filosofia**, Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1974.
- MATTOSO, Jorge E. L. **Trabalho e desigualdade social no final do século XX** (Um estudo dos efeitos do esgotamento do padrão de desenvolvimento norte-americano e da emergência da terceira revolução industrial sobre o mundo). Campinas. 1993. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, s/d.
- MILBRATH, L. W. **Political participation**, Chicago: Rand McNally College, 1965.
- MOISÉS, J. A. Partido de massas: democrático e socialista In: Sader (Org.), **Pra que PT: caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, [1986?], p. 177-189.
- \_\_\_\_\_. Eleições, participação e cultura política, *Lua Nova*, São Paulo, n. 22, p. 133-143, 1990.
- \_\_\_\_\_. Democratização e cultura política de massas no Brasil, *Lua Nova*, São Paulo, nº 26, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**, São Paulo: Difel, 1975.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**, São Paulo: Ciências Humanas, 1981, capítulos finais.
- NEPP/UNICAMP. **Acompanhamento de greves no Brasil, estatísticas básicas da pesquisa, período 1978-89**. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas.
- NEUMAN, R. W. **The paradox of mass politics**. Harvar Univ. Press, Mass.: 1986.
- NORONHA, Eduardo Garutti; ALMEIDA, Marisa R. Ribeiro de. **Relações trabalhistas**. In: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP/UNICAMP. **Brasil 1987. Relatório sobre a situação do país**. Campinas: Universidade de Campinas, 1989.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário - primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, G. **Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos** In: O'DONNELL, G.; REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, G. (Org.). **A Democracia no Brasil**, São Paulo: Vértice, 1988, p. 41-71.

- \_\_\_\_\_. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas In: O'DONNEL, G.; REIS, Fábio Wanderley (Orgs.) *A democracia no Brasil dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 72-90.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir (Org.). *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, [1986?], p. 9-34.
- \_\_\_\_\_. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: *Ensaio de Opinião*, São Paulo, p. 108-12.
- \_\_\_\_\_. *O elo perdido*, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 11/12.
- \_\_\_\_\_. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. Medusa ou As Classes Médias e a Consolidação Democrática. In: REIS, Fábio W. e O'DONNELL, Guillermo (Org.). *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo: Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. O surgimento do antivalor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 8-28, outubro, 1988.
- \_\_\_\_\_. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil In: LARANJEIRA, Sônia (Org.), *Classes e movimentos sociais na América Latina*. S.P.: Hucitec, 1990.
- \_\_\_\_\_. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 77-92.
- \_\_\_\_\_. A economia política da social-democracia. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 136-143, março/abril/maio. 1993.
- \_\_\_\_\_. Quem tem medo da governabilidade? *Novos Estudos CEBRAP*, nº 41, março de 1995, p. 61-77 e,
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLSON, M. *The logic of collective action - public goods and the theory of groups*, New York: Schocken, 1968.
- PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.

- PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO - resultado do recadastramento eleitoral. 1986. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1989.
- PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA - 1992. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Participação Política Social - 1988. - Dados Preliminares, Rio de JANEIRO: IBGE, 4 volumes e sua versão final, em dois volumes, de 1990.
- PLATONE, François; SUBILEAU, Françoise. Les militants communistes à Paris: quelques données sociologiques. *Revue française de science politique*. Paris. v. XXV. n. 5. p. 987-869, octobre 1975.
- POMAR, Wladimir. Quase lá. Lula, o suso das elites. São Paulo, Brasil Urgente, 1990.
- POULANTZAS, Nico Poder político e classes sociais. Porto. Portucalense, 1971, 2 volumes.
- \_\_\_\_\_. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. O estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- POULANTZAS, Nicos (Dir.). O estado em crise. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PYE, Lucian; VERBA, Sidney (Orgs.), Political culture and political development, Princeton: Princeton University, 1965.
- REIS, Fábio Wanderley. Governabilidade, instituições e partidos. *Novos Estudos* nº 41, março 1995, p.40-59, São Paulo: CEBRAP, 1995.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, sindicatos e democracia: a trajetória da CUT. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- RODRIGUES, L. M. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. A composição social das lideranças do PT In: \_\_\_\_\_. Partidos e sindicatos. São Paulo: Ática, 1990, pp. 7-33.
- RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. Força sindical: perfil social e atitudes In: Informações CEDEC, São Paulo, n. 10, Janeiro/Março, 1992.

- ROSSANDA, Rossana ... [et al.]. **Teoria marxista del partido político/3**. México: Siglo XXI, 1987.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (Org.). **E agora PT? caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986[?].
- SANTOS, Solange **Escala de prestígio ocupacional**. São Paulo: SENAI, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A pós-"revolução" brasileira In: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985, p. 223-309.
- \_\_\_\_\_. (Coord.) **Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990, p. 32, 34 e 36.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCALAPINO, Robert A. El Japón: entre tradicionalismo y democracia In: NEUMANN, Sigmund (Org.). **Partidos políticos modernos - Iniciacion al estudio comparativo de los sistemas políticos**. Madrid: Tecnos, 1965.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E. Los Estados Unidos: estructura funcional del gobierno de partidos In: NEUMANN, Sigmund (Org.) - **Partidos políticos modernos - iniciacion al estudio comparativo de los sistemas politicos**, Madrid: Editorial Tecnos, 1965, p. 303-335
- SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. São Paulo, 2ª ed.
- SINDICATOS: Indicadores Sociais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, v. 2, 1988.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUBILEAU, Françoise. Les communistes parisiens en 1977. *Revue française de science politique*. Paris. v. 29, n. 4-5, août-octobre 1979, p. 791-811.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Brasília, 1988.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos; eleições federais e estaduais 1986. Brasília. Arquivo.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos; eleições presidenciais 1989. 1º e 2º turnos. Brasília. 9 disquetes 5 1/4 dupla densidade.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos; eleições federais e estaduais 1990. Brasília. 12 disquetes 5 1/4 dupla densidade.

TRINDADE, Hégio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). *Cultura política e democracia - Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não acabou.

VIANNA, Werneck. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. *Revista Novos Rumos*. São Paulo, n. 8/9, p. 149-194.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber - ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 97-153.

WEFFORT, Francisco C. ... [et al.]. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 2 volumes.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Qual democracia?* São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

WRIGTH, Erik Olin. *Classe, crise e o estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## **7. Lista de Documentos Partidários Analisados**

**DOCUMENTOS básicos do Partido dos Trabalhadores:** Manifesto, Programa, Estatuto, Discurso de Encerramento da I Convenção Nacional. São Paulo: Comissão Executiva Nacional, 1990.

**RESOLUÇÃO política do V encontro nacional do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Comissão Executiva Nacional, 1988.

**RESOLUÇÕES políticas (VI encontro nacional do Partido dos Trabalhadores).** São Paulo: Secretaria Nacional de Comunicação do Diretório Nacional, 1989.

**RESOLUÇÕES do sétimo encontro nacional:** documentos preparatórios para o 1º congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1990.

**RESOLUÇÕES do 1º congresso do PT.** São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1992.